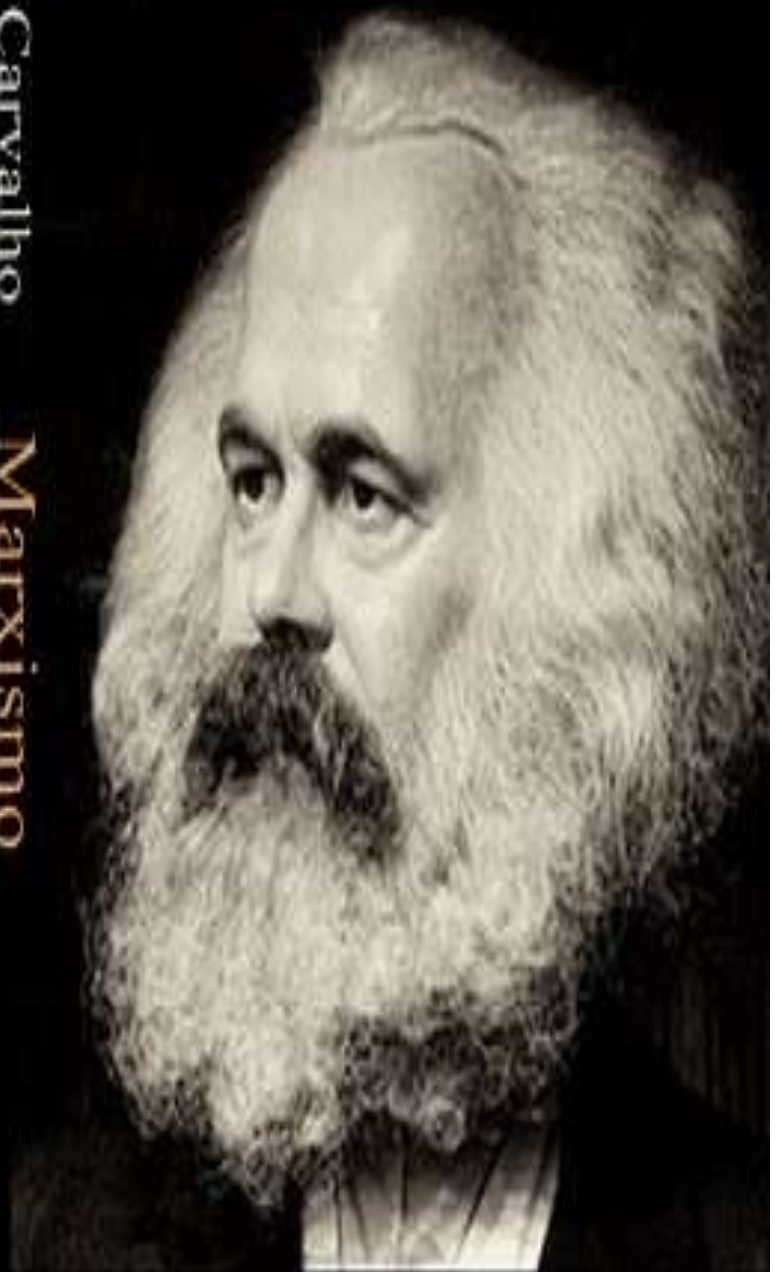


Marxismo

Olavo de Carvalho

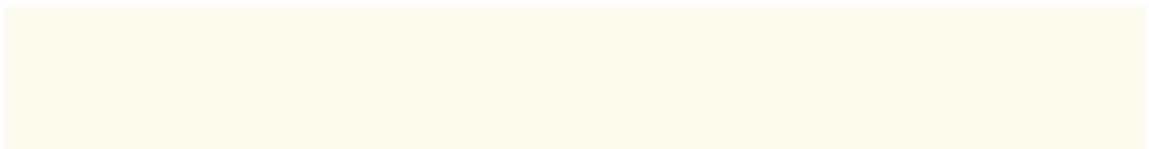
Marxismo



Olavo de Carvalho

Marxismo

Olavo de Carvalho



Prefácio
Maria Lúcia Victor Barbosa

Entrevista com Karl Marx

MARIA LUCIA VICTOR BARBOSA

Finalmente ele aceitou meu convite para uma entrevista. Eu mal podia acreditar. Estaria frente a frente com o homem que teve o mérito de desvendar aspectos novos da sociedade, apesar da inexatidão científica de suas profecias ou da dose de utopia e de messianismo contidos em sua obra. Mas seja lá como for, o monumental pensamento de Karl Marx havia povoado minha juventude com sonhos revolucionários de um romantismo inigualável, e não há dúvida que, ao explicar as mudanças através do conflito entre classes, ele muito contribuiu para a compreensão sociológica dos processos sociais.

Assim sendo, meu coração batia de ansiedade enquanto me dirigia para o lugar do encontro. Ele determinara que o local seria num dos mais belos shoppings centers de São Paulo, o Higienópolis, verdadeiro templo do consumo desvairado. Como desobedecer-lhe? Para completar tamanha excentricidade, exigira ser entrevistado enquanto tomássemos lanche no McDonald's, o que estranhei bastante. Aliás, fiquei imaginando o que diria se nos visse o filósofo e baderneiro francês José Bové, produtor de queijos de cabra que estudou em Harvard, e que nas horas vagas faz protestos contra os Estados Unidos, homem cuja birra aos lanches do McDonald's acabou por conduzi-lo ao estrelato, especialmente no recente encontro anti-Davos, palco petista de Porto Alegre onde, ao que parece, foram

proibidos hambúrgueres e servido todo dia um prato de salada russa. Não apurei se o cardápio continha ou não produtos transgênicos.

Pois é, se Marx queria ir ao símbolo diabólico da globalização, quem era eu para contrariar sua vontade. Então, na hora aprazada, postei-me na entrada da maldita lanchonete em meio a uma democrática e pequena multidão de anônimos comilões de sanduíches, formada por jovens da periferia e de pessoas da classe média que se distinguem ainda, como se sabe, pelo terrível vício de ingerir coca-cola, outro endemoninhado produto que mantém a pobreza mundial açucarada e alienada aos apelos gastronômicos do imperialismo.

Depois de quarenta minutos de atraso que me angustiaram por uma eternidade, ele surgiu como o russo Anienkof o descrevera no passado. Sua cabeça parecia a de um leão de basta cabeleira grisalha, as mãos cobertas de pelos, as maneiras desajeitadas, todavia orgulhosas, arrogantes e autoritárias, que sem dúvida ficaram como legado para muitos dos seus seguidores. Todo esse aspecto conferia com o que eu esperava ver, menos o traje. Em vez da roupa desalinhada e preta, Marx vestia uma camiseta branca “dry fit” e ostentava calça jeans de griffe. Nos pés, botas, à moda Bush e Fox.

No que chegou me ordenou com sua voz metálica e vibrante, feita para emitir juízos radicais sobre os homens e as coisas, para pronunciar palavras imperativas: “A senhora me pega um big mac com fritas e uma coca de 500 ml que na seca não vou falar nada”. Obediente fui até a fila adquirir o lanche,

enquanto o majestoso Karl Marx se aboletava numa mesinha da praça de alimentação, acomodando suas sacolas de compras na cadeira vaga. Tudo nos conformes, eu com meu queijo quarteirão e meu guaraná bem brasileiro, desferi a primeira pergunta com voz trêmula:

ML: Aonde e em que ano o senhor nasceu?

Marx: Em Tréves, em 1818.

ML: Gostaria de falar sobre seus pais?

Marx: Preferia não falar. Meu pai era um advogado judeu convertido ao luteranismo, que queria que eu seguisse a carreira jurídica para a qual não tinha vocação. Ele implicava com meu gosto pela poesia. Dizia que não queria me ver transformado num poetinha qualquer. Minha mãe vivia me dizendo que em vez de ficar escrevendo o Capital eu devia conseguir algum para mim. Ambos me aborreciam com seus sermões sobre minha vida boêmia em Bonn, quando eu, ainda jovem, gastava um dinheirão e tomava pileques homéricos. Achava-os muito burgueses. Hoje entendo que as mães têm sempre razão.

ML: O senhor teve um grande amigo, Engels.

Marx: De fato, Engels muito me ajudou. Fez vários artigos que eu assinava quando escrevia no New York Daily Tribune, escreveu obras comigo, me auxiliou financeiramente inúmeras vezes. Um amigo sem o qual teria morrido de fome com minha família, e que andei depois escorraçando, mas no final nos entendemos apesar dele ter ficado muito magoado.

ML: E sua esposa?

Marx: Chamava-se Jenny von Westphalen e era de família nobre. Uma santa. Suportou nossa vida miserável, porque eu não trabalhava, sem se queixar. Dois dos nossos filhos e uma filha morreram porque eu não tinha recursos para tratá-los, e a Jenny agüentou firme.

ML: Mas esse devotamento de Jenny não o impediu de ter uma filha com a governanta Helena.

Marx: Prefiro não falar sobre o assunto.

ML: Então me fale sobre suas idéias. Resuma seu pensamento sobre religião.

Marx: a religião é o ópio do povo e eu sou ateu.

ML: O senhor dizia que a colonização dos países do Terceiro Mundo era a condição fundamental para a criação do capitalismo de onde sairia um proletariado revolucionário, continua achando isso?

Marx: Como sabe a professora, a teoria na prática é outra. Assim, deu tudo errado. Previ o capitalismo plenamente desenvolvido para a Alemanha e a Inglaterra, o socialismo saiu na Rússia e aí, danou-se. Quanto ao capitalismo dos “boas vidas” é um arremedo, seu projeto de socialismo possui teor medieval, não têm propostas concretas e suas revoluções só servem para que tiranetes se locupletem no poder. Estou desencantado. Para culminar, o capitalismo vive superando suas crises e tornou-se algo diferente daquele do meu tempo. Chamam a isso de neoliberalismo. Vejo

marxistas triviais, repetindo palavras de ordem. Eles não conhecem minhas obras e assim sua ideologia é indigente. Aliás, sempre disse para Engels que eu não sou marxista. Para piorar, os chamados marxistas são intelectuais burgueses, que aqui em São Paulo comem no Fazano. Já o proletariado não quer saber de mim, mas de melhorar de vida, como aliás aconteceu.

ML: O senhor é contra a globalização?

Marx: Como poderia ser se escrevi no final do “Manifesto do Partido Comunista : “Proletários de todo o mundo, uni-vos”?

ML: Bem, agradecendo a honra desta entrevista, gostaria que deixasse suas palavras finais para a esquerda global.

Marx: Jamais a ignorância serviu a alguém. E me diga a senhora, aqui servem cerveja Kaiser?

Maria Lucia Victor Barbosa é socióloga, escritora e professora universitária.

Introdução Eric Voegelin

Karl Marx segundo Eric Voegelin

Mendo Castro Henriques, professor na Universidade Católica de Lisboa e já conhecido dos visitantes desta *homepage*, selecionou alguns textos inéditos compostos por **Eric Voegelin** para o abortado projeto de uma *History of Political Ideas* e com eles montou um volume, ***Estudos de Idéias Políticas – de Erasmo a Nietzsche***, publicado pelas Edições Ática, de Lisboa, em 1996. Foi portanto em português que esses textos, originalmente datilografados em inglês, se publicaram pela primeira vez no mundo. O volume saiu com uma bela introdução pelo próprio Mendo Castro Henriques e uma nota assinada pela viúva do autor, Lissy Voegelin. - O. de C.

Karl Marx (1818-1883)

por **Eric Voegelin**

Tradução de Mendo Castro Henriques

1.1. Marx: história e lenda.

Ao iniciar o estudo de Marx, nunca é demais acentuar que a polémica partidária dificultou o acesso à obra; muitos escritos considerados secundários permaneceram inéditos até à edição MEGA de 1927-32 e, ainda em vida, a pessoa histórica de Marx

desapareceu debaixo da figura mítica. Nos marxistas da primeira geração e nos da revolução russa, cresceu a lenda que não valia a pena conhecer o filósofo precoce que, apenas a partir de 1845 desenvolvera as verdadeiras intuições no *Manifesto* e em *O Capital*, e que foi fundador da 1ª Internacional. Debateu-se, depois, se o verdadeiro Marx era o de Bernstein, Kautsky, Rosa Luxemburgo ou Lenine. Só após o Instituto Marx-Engels-Lenine de Moscovo e os sociais-democratas alemães desenterrarem os manuscritos dos arquivos começou uma interpretação séria na qual se destacam as obras de S.Landshut e J.P. Mayer *Der historische Materialismus. Die Frühschriften*, 2 vols., Leipzig, 1932.

Por detrás desta história de incompreensão e redescoberta está a tragédia do activista. Para passar do velho para o novo mundo, Marx exigia uma *metanoia*, semelhante à conversão de Bakunine mas obtida através de um movimento revolucionário. A revolução seria uma mudança radical do homem: permitiria derrubar as instituições e purificar a classe operária. Libertaria a classe oprimida da "porca miséria" (*Drecke*) e permitiria recrear a sociedade. Marx não queria criar primeiro o povo eleito e depois fazer a revolução: pretendia que a criação do "povo eleito" resultasse da experiência da revolução. Esta ideia é profundamente trágica porque, caso não houvesse revolução, o coração humano não mudaria. O carácter insensato da ideia permaneceria mascarado até que a experiência fosse levada a cabo. E ao contrário do que se passou com o anarquismo

de Bakunine, este carácter peculiar da ideia marxiana foi agravado pela visão comunista do novo mundo.

1.2. A visão dos reinos da necessidade e da liberdade.

Marx sobressai entre os revolucionários da sua geração pelos superiores poderes intelectuais. Evoca um novo mundo mas não cai nas propostas delirantes de abolição da sociedade industrial e nas utopias socialistas. Jamais aceitaria a metamorfose comteana da tradição francesa católica dos *clercs* em intelectuais positivistas, desejosos de conquistar o poder temporal. Através de Hegel e dos jovens hegelianos, herdara as tradições do protestantismo intelectualista luterano, defensor da verdadeira democracia realizada em cada homem. No mundo do sistema industrial, o novo reino da liberdade resultaria da experiência emancipadora da revolução.

Esta visão não foi um apenas um episódio da juventude; permaneceu constante até ao fim da vida. Em *O Capital* vol.3, reflecte na grande vantagem do sistema de produção capitalista: maior produtividade e, portanto, redução do horário laboral. O homem civilizado e o primitivo têm de lutar com a natureza para satisfazer carências; nenhuma revolução abolirá este reino da necessidade natural, que continuará a crescer à medida das necessidades humanas. A liberdade neste domínio será, quando muito, a regulamentação racional do metabolismo humano. O homem socializado, *der vergesellschaftete Mensch* poderá controlar colectivamente este

metabolismo, reduzindo as horas de trabalho e as perdas de produção e organizando os lazes em vez de os deixar ao acaso. Só depois começa o reino da liberdade, a finalidade que não resulta da base material mas da experiência da revolução.

A distinção entre os dois reinos é bastante clara. A abolição da propriedade privada não é o fim em si mesmo e o controle colectivo só interessa para diminuir as horas de trabalho. As horas de lazer ganhas são o solo no qual o reino da liberdade poderá enraizar-se. A burguesia usa esse tempo para ócio, entretenimento recreio, jogo, divertimento. Mas será isto preencher a liberdade? Dados os conhecimentos filosóficos de Marx, por reino da liberdade dever-se-ia entender a acção concretizadora das capacidades humanas, algo de semelhante às aristotélicas *scholé* e *bios theoretikos*. O decisivo é que a liberdade não provenha da base material mas da experiência de revolução. A superação (*Aufhebung*) do trabalho convertê-lo-ia em auto-determinação (*Selbstbetätigung*).

1.3. O descaminho de Marx 1837-1847.

De 1837 a 1847 Marx clarificou os pensamentos que tiveram a expressão tardia atrás esboçada. Após a visão, impunha-se a acção revolucionária. O reino da necessidade seria a indústria menos a burguesia. O reino da liberdade tinha de crescer por si e não podia ser planeado. Entre adoptar a existência romântica à Bakunine, ou o silêncio, optou por preparar a revolução.

1.4. Lenda do Jovem Marx.

Se Marx se sentisse obrigado a produzir uma *renovatio* revolucionária nos seus contemporâneos através de sua autoridade espiritual, nada resultaria excepto o seu drama pessoal. Mas bastava-lhe mover o Aqueronte no homem, para a liberdade resultar da revolução e a revolução da necessidade. Defendia um ideal de dignidade humana; mas, na acção, desprezava o homem. A revolução que derrubaria a burguesia dependeria de: 1) A análise dos factores do capitalismo que desintegravam o sistema 2) A forja da organização proletária que iria tomar o poder. Em vez de se tornar o dirigente da revolução, Marx escreveu o *Manifesto* como apelo à organização das forças que iriam executar a revolução inevitável. Em vez de descrever a sociedade futura escreveu *O Capital*, análise da sociedade moribunda. A partir de 1845 tornou-se o parteiro da revolução. E foi esta transição do *fazer a revolução* para o *preparar a revolução* que constituiu o seu descaminho. A imensidade dos trabalhos preparatórios ensombrou a experiência escatológica que motivara a visão revolucionária e a culminância no reino da liberdade.

1.5. O movimento marxista. Revisionismo.

O descaminho ensombrou a ideia mas não aboliu a tensão revolucionária. As actividades preparatórias puderam ser imitadas por quem não tinha a

experiência originária de Marx, provocando a morte do espírito e da esperança de renovação num mundo novo após a revolução. Os marxistas eram quase todos almas já mortas que apenas experimentavam a tensão entre o presente miserável e o imaginado futuro radioso e que desejavam a melhoria da sorte dos operários.

O descaminho intensificou-se com a passagem do tempo. A preparação intelectual e organizacional da revolução tornou-se um modo de vida. Bernstein pôde afirmar: "*O que vulgarmente se chama a finalidade derradeiro do socialismo nada representa para mim; o movimento é tudo*"; e Kautsky no *Neue Zeit* de 1893: "*O partido socialista é um partido revolucionário; não é um partido que faça revoluções*". A revolução foi transformada em evolução. Horários, salários e controles laborais poderiam ser adquiridos por legislação. A ala revisionista tornara-se um movimento de reforma social.

Se no domínio das ideias estes problemas marxistas têm pouco interesse, já no da história são importantíssimos. Para um Kautsky convicto de que revolução é inescapável, o revolucionário apenas tem de esperar que a situação esteja madura para agir. O revolucionário genuíno aguarda; o utópico faz aventuras. Este descaminho quase cómico de Kautsky aparece já no Marx de 1848-50. Até à revolução de Fevereiro, Marx esperava a grande revolução. A secção 4 do Manifesto revela esse estado de espírito: "*A revolução burguesa na Alemanha será apenas o prelúdio de uma evolução proletária*

imediatamente subsequente". Quando a revolução falhou, foram necessárias muitas explicações. A primeira fase do falhanço foi explicada em *A Luta de Classes em França*, 1850; a segunda fase em *O 18 Brumário de Luís Napoleão*, 1852. Em 1850, no *Discurso à Liga Comunista* desenvolve pela primeira vez a tática da luta de classes, cunhando a palavra de ordem "evolução permanente". Depois de grande intervalo escreve *A Guerra Civil em França*, 1871 para explicar o falhanço da Comuna. Após a morte de Marx, Engels prosseguiu estas explicações. *Para a história da Liga dos Comunistas*, 1885 prevê a revolução para breve, efabulando a existência de ciclos imaginários de 15 ou 18 anos. No prefácio de 1895 à reedição de *A Luta de Classes em França*, fascinado com a existência de dois milhões de votantes sociais-democratas, Engels louva-se nos excelentes resultados dos processo legais de luta. Na expansão da Social-Democracia, vê um fenómeno semelhante ao crescimento do Cristianismo na decadente sociedade romana. Bismarck é o Diocleciano alemão. E como se vê, Kautsky podia razoavelmente considerar-se o portador do facho marxiano.

1.6. O movimento marxista. Comunismo.

O descaminho que levou à revolução comunista apresentou-se como regresso ao verdadeiro Marx. Após 1890 surgem radicais que já não aceitam o reformismo evolucionista. Lenine perante Kautsky tem a mesma atitude de Marx perante os sindicalistas ingleses. Pretende uma elite partidária,

rejeita a cooperação democrática, quer a concentração do poder e despreza as massas que podem ser compradas mediante vantagens, como se vê no discurso de Genebra em 1908. Com as lições ainda frescas da revolução falhada de 1905, Lenine acentua os aspectos violentos do Comunismo. A Comuna de 1870 falhou porque não foi suficientemente radical, não expropriou os expropriadores, foi indulgente para com inimigos, tentou influenciar moralmente em vez de matar, não percebeu a acção militar e teve hesitações. Mas pelo menos lutou, demonstrando assim como lidar concretamente com o problema da revolução. A insurreição russa de 1905 mostra que a lição fôra aprendida e os Sovietes de trabalhadores e de soldados indicavam a actuação correcta .

Reconquistava-se assim a tensão revolucionária ao nível da acção no reino da necessidade. A visão marxiana aparece em parte na obra de Lenine e nas fórmulas da Constituição Soviética de 1936, através do reconhecimento de que a revolução socialista ainda não produziu o verdadeiro reino comunista. A URSS é uma união de repúblicas socialistas guiadas pelo partido comunista em direcção a um Estado perfeito, distinção que remonta à *Crítica do Programa de Gotha e Erfurt*, 1875. Na fase original da revolução, o comunismo incipiente compensará o trabalho de acordo com a respectiva qualidade e quantidade. Na fase superior, o trabalho já não será meio de vida mas sim a maior necessidade da vida (*Lebenbedürfnis*). O princípio então será, *de cada um conforme a sua capacidade, a cada um conforme a sua necessidade*". Esta fórmula de

Enfantin em 1831, é parafraseada por Louis Blanc em 1839 e depois usada por Marx. Em *O Estado e a Revolução*, 1917 Lenin usou-a de modo que se tornou um dos ícones semânticos do comunismo russo. O contexto tático da distinção reforça a visão de que o comunismo final é remoto (está a décadas de distância segundo Marx, a séculos segundo Lenin) enquanto a fase imediata é de pós-revolução. Os erros repetidos das explicações e das táticas comunistas acerca do falhanço do milénio como passo necessário e inevitável para o respectivo advento, acabaram por cair no ridículo após a 1ª Grande Guerra, sendo estigmatizadas por Karl Kraus como o *tic-tac* dos *tác-ticos* marxistas.

1.7. Triunfo político do marxismo.

Num artigo de Enciclopédia de 1914, Lenin faz curta biografia de Marx e depois expõe o Materialismo Filosófico, baseando-se no *Anti-Dühring*, na dialéctica em Engels e Feuerbach e na concepção materialista da história, da página famosa da *Crítica da Economia Política*. Depois vem luta de classes e doutrina económica, socialismo e tática. Não há uma só palavra sobre o "reino da liberdade" e as suas precárias realizações. Deste modo, Lenin e os leninistas recuperaram a tensão revolucionária no domínio da necessidade mas perderam-na ao nível da liberdade. A passagem do tempo obrigava-os a considerarem cada vez mais os acontecimentos históricos como passos tácticos. Após 1917 continuou a debater-se se aquela era mesmo a grande revolução, se apenas o seu começo, se deveria ser

expandida no mundo, se estaria segura enquanto não fosse mundial, se poderia ser num só país, quanto tempo levaria o Estado a desaparecer, etc. Como após o triunfo russo não surgiu o Pentecostes da liberdade, surgiu a inquietação. O jogo da tática servia para os dirigentes mas o comum não o entendia. Passaram dez, vinte anos, e o Estado não desaparecia. E a relevância doutrinária de Estaline consiste em ter encontrado um substituto para o milénio - a pátria do socialismo. A injeção de patriotismo no comunismo russo é um apocalipse substituto para massas que não podem viver em permanente tensão revolucionária. Mas a tática do descaminho não desaparece só porque uma paragem tática foi oferecida às massas.

2.1. Dialéctica invertida. A formulação da questão.

A dialéctica da matéria é uma inversão consciente da dialéctica hegeliana da ideia, e corresponde a processos semelhantes praticados por sofistas, iluministas e anarquistas. Sob a designação mais respeitável de "materialismo histórico" ou mesmo "interpretação económica da história e da política" é correntemente aceite e surpreende que o diletantismo filosófico de tais teorias não abale a sua influência maciça. Dialéctica é um movimento inteligível das ideias, quer na mente quer noutros domínios do ser ou, então, em todo o universo. Hegel interpretava a história dialecticamente por considerar o *logos* incarnado na história. No Prefácio à 2ª ed. de *O Capital*, 1873, afirma Marx que "o meu

método dialéctico nos seus fundamentos não só difere do dos hegelianos mas é o seu oposto directo". Na 1ª ed. declarava-se um discípulo do grande pensador contra os autores medíocres que o tratavam como um "cão morto". Considera que na forma mistificada hegeliana, a dialéctica é glorificação do que existe. Na forma racional marxiana "*explica a forma do dever no fluxo do movimento*". Ao compreender criticamente o que existe positivamente, também implica a compreensão da sua negação e desaparecimento.

A intenção marxiana de inverter (*umstülpen*) Hegel, considerado como de pés para o ar, assenta numa incompreensão da dialéctica. Para Hegel a ideia não é o demiurgo do real, no sentido de "real" significar o fluxo de realidade empírica que contém elementos que não revelam a ideia. Hegel debate se a realidade empírica é apenas um fluxo ou se tem uma ordem; como filósofo, tem de discernir entre a fonte de ordem e os elementos que nela não cabem. A dialéctica da Ideia é a sua resposta a este problema. Mas Marx abole o problema filosófico da realidade precisamente antes de praticar a inversão; não inverte a dialéctica: recusa-se sim, a teorizar. Trinta anos antes mostrara na *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, 1843 que compreendia o problema da realidade mas que preferia ignorá-lo. Criticara então a concepção hegeliana por não estar à altura de conceito de realidade. (Cf. notas à secção 262 de CFDH). Os filósofos têm o hábito de questionar a realidade. Em vez de deixar a essência como predicado da realidade existente, extraem-na para sujeito, "*die Prädicate selbst zu Subjekten gemacht*".

Mais do que censurar Hegel, Marx estava a atacar a filosofia. Os filósofos, de facto, não deixam a realidade em paz nem se conformam que a ordem seja produto do real.

2.2. A proibição-de-perguntar ou *Fragesverbot*.

Mas se afinal Marx compreendia perfeitamente Hegel, como revela a passagem da *Crítica da Economia Política*, p.lv., onde mostra que a filosofia crítica discorda de visão pré-crítica, foi talvez por desonestidade intelectual que deliberadamente se fez desentendido. É um problema de pneumopatologia: receava os conceitos filosóficos, sofria de *logofobia*. Engels no *Anti-Dühring*, ed 1919, pp.10 e ss., dissera que o materialismo moderno é dialéctico pois dispensa uma filosofia acima do discurso das ciências. Enquanto a dialéctica pesquisar leis e processos de evolução, a filosofia é supérflua. Cada ciência quer clareza no contexto total das coisas e dos conhecimentos das coisas (*Gesamtzusammenhang*); mas uma ciência particular do total é supérflua e pode ser dissolvida em ciência positiva da natureza e da história. Também aqui, apenas uma pneumopatologia pode conferir sentido a estas afirmações de Engels. Os conceitos críticos conduziriam ao contexto total da ordem do ser ou ordem cósmica. Um contexto total não deve existir para o sujeito autónomo de que Marx e Engels são insignificantes predicados; a existir, é só como predicado de todos os sujeitos, nomeadamente Engels e Marx.

Atingimos aqui o estrato profundo da revolta marxiana contra Deus. A análise levaria a reconhecer a ordem do *logos* na constituição do ser, esclarecendo como blásfemia inútil a ideia marxiana de estabelecer um reino da liberdade e de mudar a natureza do homem através da revolução. Como Marx se recusa a utilizar uma linguagem crítica, temos de compreender os símbolos a que recorre. Marx criou um meio específico de expressão: quando atinge um ponto crítico, apresenta metáforas que forcem as relações entre termos indefinidos como se viu no já citado passo do Prefácio, p.xvii " *o ideal nada mais é que o material transformado e traduzido na cabeça do homem* ". Seria uma afirmação brilhante se condensasse numa imagem o que já fôra dito de modo crítico. Mas o problema é que não existe esse contexto crítico. O que é "pôr na cabeça" ? É milagre fisiológico ? Actividade mental ? Acto cognitivo ? Processo cósmico ? Atente-se de novo na passagem da *Kritik* p.lv:

1ª "Na produção social dos seus meios de existência, os seres humanos efectuam relações definitivas e necessárias que são independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um estágio definido de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais". O estilo é fraco mas passagens anteriores explicaram cada um destes termos. 2ª "O agregado destas relações de produção constitui a estrutura económica da sociedade". Nada a dizer. 3ª "A estrutura económica da sociedade é a base real na qual uma superestrutura jurídica e política surge e a que correspondem formas definitivas de consciência social". Por que razão é a

economia a base ? Nada no texto o justifica. 4ª "O modo de produção dos meios materiais de existência condiciona todo o processo da vida intelectual, social e política". Mas que significa condicionar ? Não se explica ! 5ª "Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é, pelo contrário, o seu ser social que determina a sua consciência". Então passa-se sem mais de *condicionar* para *determinar* ? E o que é *ser* e *consciência* ? Esta passagem célebre ilustra como Marx salta de problemas concretos de economia e de sociologia para uma especulação com símbolos não-críticos. A metáfora é um instrumento ditatorial que impede o debate. E em rigor, é impossível uma análise crítica da doutrina marxiana, porque não existe uma *teoria* marxiana do materialismo histórico.

2.3. Especulação pseudológica.

Então que faz Marx ? Para referirmos a sua "teorização" efectuada com uma linguagem não-teórica, podemos falar de especulação pseudológica, uma teoria aparente apresentada como teoria genuína e que supõe uma filosofia genuína do *logos* que pode ser pervertida. A inversão marxiana é a transformação pseudológica da especulação de Hegel. Não inverteu Hegel porque o *material* não é a *realidade* de Hegel nem o seu *ideal* é a *ideia* de Hegel. A vulgata materialista afirma que tudo é disfarce de interesses materiais (económicos, políticos, etc.). Marx era um pouco mais sofisticado. Reteve a visão de Hegel de que a história é a realização do reino da liberdade. E Engels

louva Hegel que se ocupou da ordem inteligível da história mas aponta-lhe a contradição entre a lei dinâmica da história e a insistência de que já existe o *Inbegriff*, o total da verdade absoluta. Censura a tentativa de interpretar a história como desdobramento de uma ideia que alcançou conclusão no presente. Reconhece, portanto, a falácia da gnose histórica: o decurso empírico da história não deve ser interpretado como o desdobramento da Ideia.

Mas Engels engana-se redondamente ao argumentar que o processo da história, por natureza, não encontra conclusão natural mediante a descoberta de uma verdade absoluta. Pelo contrário, esse seria o único modo possível de encontrar uma conclusão para o decurso empírico da história; pela mesma razão, a história não é fechada mas permanece processo transcendental. A falácia desta gnose consiste na imanentização da verdade transcendental. Se quisesse dizer a verdade, Engels deveria afirmar que o fim-da-história imanentista não pára a história e, portanto, não deve ser usado. Mas para Engels apenas a realidade empírica tem significado como desdobramento da ideia mas sem a conclusão, um eterno fluxo de Heraclito. A realidade hegeliana do desdobramento da ideia é abolida e fica só a realidade empírica como se fosse uma Ideia. Do mesmo modo se explica a incompreensão do problema de Hegel por parte de Marx *como-se-fossedeliberada*. Arrasta-se o significado da ideia para a realidade, sem encontrar o problema da metafísica da ideia.

A confusão entre realidade empírica e a realidade da Ideia arrasta a dialéctica da ideia para a realidade empírica. O marxiano apresenta o filósofo como uma criança da escola que ainda acredita na conclusividade dos sistemas metafísicos. Mas então o marxismo não seria também um dia ultrapassável ? Na confusão em que Engels se move, as dificuldades deste género são ultrapassáveis pelo simples esquecimento. Cem páginas adiante, Engels reconhece que Hegel descobriu que o decurso da história é a realização da liberdade; Hegel compreendeu que a liberdade é a intuição da necessidade. "*A necessidade é cega apenas enquanto não compreendida*". A liberdade da vontade é apenas a capacidade de tomar decisões baseadas em conhecimentos (*Sachkenntnis*). E a liberdade progride com as descobertas tecnológicas. A máquina a vapor é a promessa da "*verdadeira liberdade humana*". Que a incarnação do *logos* seja substituída pela máquina a vapor é bem um sintoma da indisciplina intelectual de Engels, na qual se conjugam várias tendências da desintegração ocidental.

1. A gnose de Marx-Engels difere da de Hegel apenas por afastar um pouco o fim-da-história, para abarcar a curta etapa da revolução.

2. Como só a forma da conclusão intelectual é de Hegel, não a substância, o intelecto programático torna-se o portador do movimento. Há um salto revolucionário para a natureza revolucionada do homem. Elimina-se o *bios theoretikos*. Só fica o conhecimento do mundo exterior. Quem conhecer o

problema do propósito que causa indecisão, será livre. E Lenine, que se baseia mais em Engels do que em Marx, louva aquele no artigo de Enciclopédia em 1914 sobre *Os Ensinamentos de Marx* por transformar a coisa-em-si em coisa-para-nós. É a destruição da substância humana.

3. A fórmula de que a liberdade consiste no domínio do homem sobre a natureza e sobre si próprio, lembra as posições de Littré, Mill e de outros intelectuais positivistas e liberais que são fontes de Engels. Há bastante espaço entre as capas do livro para desenvolver esta especulação pseudológica. Apesar de ter dissolvido a existência humana, Engels ocupa-se da moral cristã-feudal, burguesa moderna e da moralidade proletária. Não existe outra ética absoluta a não ser o sistema proletário, tema maior da *Endgültigkeit* como sistema moral de sobreviver no fim.

2.4. Inversão.

Vimos de que modo o ataque anti-filosófico marxiano, estabelecendo a realidade empírica como objecto de investigação, utiliza um meio linguístico especial; a destruição logofóbica dos problemas filosóficos. Dentro do novo meio de expressão, nada se inverte; a gnose hegeliana é traduzida em especulação pseudológica. A inversão surge numa terceira fase em que o resultado das duas primeiras operações é construído como uma interpretação dos reinos do ser a partir da base da hierarquia ontológica.

Para analisar esta tarefa de Marx, seria aqui necessária uma filosofia da cultura. Seria preciso explicar: 1) A natureza dos fenómenos culturais; 2) Que tais fenómenos podem ser considerados a partir de uma base da existência, por exemplo, a matéria; 3) E finalmente, o que é esta base da existência. Marx só fornece a fórmula de que a consciência é condicionada pela existência. Surgem ainda passagens sobre "ideologia". KPO pp.lv e ss. As revoluções começam na esfera económica e arrastam a superestrutura. Se isso significa que o conteúdo da cultura mais não é senão luta pelo domínio da esfera económica, não é verdade.

Em relação à base do fundo da existência, veja-se a nota 89 de *O Capital*,¹ sobre a tecnologia. A história dos elementos produtivos é mais relevante e mais fácil que a história das plantas e dos animais de Darwin porque, como afirma Vico, foi o homem que fez a história do homem. A tecnologia revela o comportamento do homem perante a natureza e portanto as concepções mentais, *geistigen Vorstellungen*, que delas provêm. É também mais fácil encontrar o cerne terreno das religiões, do que ir pelo caminho oposto e desenvolver as formas tornadas celestiais, "*verhimmelten Formen*" fora da relação com a vida. Um dos defeitos do *naturwissenschaftlichen Materialismus* é excluir o processo histórico. Marx critica pois a história psicologizante que se reduz aos motivos terrenos das religiões. As religiões têm motivos económicos, como se lê no *Anti-Dühring*, p.31: é preciso um princípio. E são estas as ideias que abalam o mundo ?

Karl Marx (1818-1883)

por **Eric Voegelin**

Tradução de Mendo Castro Henriques

Segunda parte

3.1. A gênese do socialismo gnóstico.

O ponto de partida para o movimento do pensamento de Marx parece ser a posição gnóstica herdada de Hegel. O movimento do intelecto na consciência do ser empírico é a fonte maior de conhecimento. Donde a revolta contra a religião como esfera que reconhece um *realissimum* para além da consciência. A *Dissertação* de 1840-41 abre o prefácio com um ataque a Plutarco que ousa criticar Epicuro. A confissão de Prometeus "*Numa palavra, odeio todos os deuses*" é a sentença lançada contra os que se recusam a reconhecer a autoconsciência humana (*das menschliche Selbstbewußtsein*) como a suprema divindade.

O contexto desta afirmação é o debate sobre a existência de Deus. Quaisquer demonstrações são logicamente inválidas. Os deuses são forma real apenas na imaginação e apenas demonstram a existência da auto-consciência humana. Levem papel-moeda para onde ele não é aceite, e logo verão o que acontece. Na prova ontológica, o ser que é dado é a auto-consciência humana. A forma geral das

provas é esta: "*Como o mundo está mal organizado, ou é irrazoável, Deus tem de existir*". Isto apenas significa que Deus só existe para quem o mundo é irrazoável. Marx sumaria o argumento afirmando que a "*irrazão é a existência de Deus*". A soberania da consciência e a revolta anti-teística de Marx volve-se, depois, contra os sistemas de Aristóteles e de Hegel: de tal modo explicam o mundo que interrompem qualquer avanço ulterior da filosofia. Sendo impossível o aperfeiçoamento, os sucessores devem virar-se para a prática filosófica e para a crítica da situação. A mente teórica deve virar-se como vontade para a realidade mundana que existe independente dela. Esta semi-contemplação não é muito edificante. Marx estava interessado na filosofia pós-aristotélica de Demócrito e Epicuro porque sentia-a, pessoalmente, em paralelo com a situação pós-hegeliana. A cultura religiosa da Idade Média seria da "*era da irrazão realizada*", mais uma falácia de Marx. Na verdade, quando se atinge o impasse de Hegel e a especulação filosófica se encontra "concretizada", o que um realista espiritual deve fazer, é abandonar a gnose e regressar às experiências originais da ordem, à experiência de fé. A "necessidade" apontada por Marx era apenas um sintoma da sua revolta demoníaca contra Deus. Uma vez concretizada a auto-consciência, não concebia regressar à irrazão da fé; apenas poderia avançar para a liquidação da filosofia, a crítica radical do mundo e a instauração de novos deuses.

A atitude de revolta efectua-se historicamente mediante a incarnação do *logos* no mundo, por meio da acção revolucionária. Para Hegel o *logos* estava

incarnado na realidade e poderia ser descoberto pela reflexão do filósofo. O desdobramento da Ideia não era acção humana. A gnose era contemplativa. A definição da figura histórica como pessoa cujas acções se conformam a movimento da ideia não é receita para se tornar uma figura histórica. Esta perversão da gnose activa surge com Marx.

Marx era um paráclito sectário no mais puro estilo medieval, um homem no qual o *logos* se incarnara e através de cuja acção a humanidade se tornaria o receptáculo do *logos* tal como Comte, por exemplo. Não concebeu o espírito como um transcendental que desce para o homem, mas como a verdadeira essência do homem que se revela. O verdadeiro homem deve ser emancipado das cadeias. A sua auto-consciência divina é o fermento da história. A grande revolução trará o grande homem. A pneumopatologia de Marx consiste nesta auto-divinização e auto-salvação do homem; o *logos* intramundano é proclamado contra a ordem espiritual do mundo.

3.2. Teses sobre Feuerbach

Após o estudo do cerne do pensamento de Marx vejamos a *Crítica das Teses de Feuerbach*, um verdadeiro dicionário de conceitos marxianos. Se estudadas na sua sequência de 1 a 11, seguimos o curso da pseudo-lógica. Mas se invertermos parcialmente a ordem, (11,6,7,4,8,3,1,9,10) compreendemos a especulação. Aponta-se o conflito entre filosofia e não-filosofia na tese 11: "*os filósofos só interpretaram o mundo; trata-se agora de o*

mudar". Mas repare-se que "interpretação" e "mudança" não equivalem a "teoria" e "prática" de Aristóteles. Claro que a função do *bios theoretikos* é interpretar o mundo e ninguém sério sustenta que a contemplação é um substituto da prática. A prática tem relevância (*es kommt darauf an*). Ademais apenas se pode agir no mundo e não mudá-lo. A intenção de incorporar na prática uma atitude só é possível em contemplação. A "prática" de Marx pode mudar o "mundo" porque o mundo é compreendido como fluxo de existência, no qual a ideia se move concretamente. O *logos* não é uma ordem espiritual, mas uma ideia movendo-se dialecticamente dentro do mundo. Esta praxis pseudológica é atingida se nos lançarmos ao fluxo.

O "mundo" é o fluxo concreto de história. Não existe outro destino senão o social. Marx critica Feuerbach que dissolveu psicologicamente a religião como construção ilusória do homem mas ainda deixou o homem como entidade individual. Para Feuerbach, Deus é a essência do homem, *Homo homini Deus*. Agora, o espectro de Deus deve ser abatido. Na Tese 6 mostra-se insatisfeito com a dissolução de Feuerbach. Afinal o indivíduo mais não é senão a totalidade das relações sociais. É o meio social que nos confere crenças (Tese 7). É esse o facto da auto-alienação religiosa; e Feuerbach reduziu o mundo religioso à base mundana. Mas falta saber por qual razão a base mundana se separa de si própria e se fixa um céu. A contradição na base mundana tem de ser compreendida e revolucionada. (Tese 4).

A vida social é essencialmente prática (Tese 8). A vida não tem dimensão pessoal nem dimensão contemplativa. Todos os mistérios que poderiam induzir o misticismo em teoria, encontram a sua solução racional na prática humana. Marx leva a cabo o fechamento hermético ou clausura do fluxo de existência prática contra todos os desvios e contemplações e condena tentativas de produzir a mudança social mediante a educação. As circunstâncias apenas podem mudar através da acção humana. A auto-transformação é a "*prática revolucionária*" (3). A ideia de um sujeito de conhecimento e de moral distinto de objectos de conhecimento e acção moral deve ser abolida e o sujeito concebido como objectual, *gegenständliche*, e a actividade humana como actividade objectual. A realidade deve ser concebida como actividade humana sensorial (*sinnliche menschliche Tätigkeit*.) (1). Em termos de tradição filosófica, a prática revolucionária é definida como fluxo existencial em que o sujeito é objectificado e o objecto subjectivado. É essa a posição da humanidade social enquanto distinta do homem individual burguês *bürgerliche*, (9 e 10).

3.3. Crítica do céu e crítica da terra.

A crítica da religião é o pressuposto de toda a crítica. Agora o homem pode reconhecer que é o super-homem e deixar de se considerar *Unmensch*. A religião é a auto-consciência de um homem que ainda se não encontrou a si mesmo, a teoria geral de um mundo pervertido. Confere realidade imaginária

à essência humana, *Wesen*, que não tem verdadeira realidade. A miséria religiosa é a manifestação de miséria real e, ao mesmo tempo, protesto contra ela. A religião é o grito dos oprimidos, "o ópio do povo", KRR p.607. A destruição da religião é o começo da libertação, não é o fim. A felicidade ilusória do povo deve agora ser substituída pela sua felicidade real. As flores imaginárias na cadeia rosacruz não foram rasgadas para que a humanidade ficasse só com cadeias e sem consolação. Deve-se quebrar a cadeia e a flor. 607 ff. A crítica do céu deve ceder o lugar a uma crítica da terra, a teologia à política.

Para levar a cabo esta crítica do direito e da política, Marx não critica instituições mas sim a *Filosofia do Direito*, de Hegel. Nota a diferença de tempo histórico entre a Alemanha e o Ocidente. As Revoluções francesa e inglesa aboliram o antigo regime e estabeleceram o estado nacional moderno como expressão da sociedade burguesa. Foram realizadas por uma classe mas experimentadas como representativas por nações inteiras. Nem sempre isto é possível. Uma classe tem de evocar um momento de entusiasmo, em si mesma, e nas massas que a reconhecem. "*Só em nome de direitos universais da sociedade pode uma classe particular reclamar governo geral para si*". Não bastam o *Selbstgefühl*, o *pathos* espiritual e a energia revolucionária. Deve também existir uma outra classe que se experimente como a esfera onde se pratica o crime notório contra o todo da sociedade, de modo a que a libertação desta classe surja como libertação geral. Por exemplo, a importância negativa-geral da nobreza francesa e do clero

condicionou a importância positiva-geral da burguesia francesa como emancipadora.

A Alemanha ficou para trás porque o *ancien régime* continuou a existir. Nem tem uma classe cuja rudeza a tornasse representante negativa da sociedade, nem uma outra classe com energia e audácia revolucionária suficientes para se identificar com o povo. Cada classe da Alemanha está ainda envolvida em luta com as classes inferior e superior. O Estado moderno libertou o homem, na medida em que as diferenças de religião e de propriedade já não determinam diferenças de estatuto político para o indivíduo. O estado político perfeito é, por sua natureza, a vida genérica do homem. Contudo, a estrutura da vida egoísta mantém-se fora da esfera do Estado. O homem tem uma vida dupla; na comunidade política, vive como ser genérico, na sociedade vive como indivíduo privado. Ainda não chegou à liberdade através da completa socialização. Mas precisamente porque na Alemanha a situação política é anacrônica, os alemães podem radicalizar a ideia do Estado moderno. Em política, os alemães sempre pensaram o que os outros fizeram. Poderão os alemães p.613 e ss. levar a cabo uma revolução *à la hauteur des principes* ?

Na oposição entre a Alemanha e outras nações ocidentais, Marx é quase nacionalista. Considerava-se um autor que poderia extrair consequências práticas da filosofia hegeliana do Estado mas duvidava que os alemães a levariam a cabo. Como poderia a Alemanha fazer a revolução sem os passos intermédios já dados por outras nações europeias ?

Talvez um dia a decadência geral, *Verfall*, da Europa tornasse a revolução política possível. A emancipação alemã não seria obra de uma classe particular mas do proletariado que, simultaneamente, faz e não faz parte da sociedade burguesa.

O proletariado é um "estamento" que é a dissolução de todos os estamentos, esfera social cujo carácter universal é devido ao sofrimento universal. É contra ele que se comete a injustiça em geral: de seu só tem a humanidade; por isso só se emancipa a si, emancipando a todos. Como é um zero de humanidade, pode ser um ganho total. Quando o proletariado anunciar a dissolução da ordem presente do mundo, apenas revelará o segredo da sua existência que é dissolução desta ordem do mundo. O proletariado será a arma material da filosofia, emancipador do homem: *"A filosofia não se pode tornar realidade sem abolir o proletariado, o proletariado não se pode abolir a si próprio sem realizar a filosofia"*.

Marx reflecte na Reforma protestante, o passado teórico da Alemanha, uma revolução que começa pela especulação, que quebrou a fé na autoridade e instalou a autoridade de uma fé. Libertou o povo da religião externa mas deixou a religião interna. O protestantismo revelou a questão - combater o sacerdote - mas não deu a resposta certa. A luta contra o "padre exterior" foi ganha. Agora é preciso iniciar a luta contra o "padre de dentro". A guerra dos camponeses quebrou-se contra o muro da nova teologia protestante. Agora, no século XIX, ocorreu a destruição dos símbolos dogmáticos na geração de

Strauss, Bauer, Feuerbach e Marx. Neste sentido, o marxismo é o produto final de um dos ramos do protestantismo liberal alemão.

3.4. Emancipação e alienação.

"Toda a emancipação é redução do mundo humano, das relações, ao próprio homem". A emancipação religiosa liquidará a consciência imaginadora de deuses. A emancipação política converterá o indivíduo em cidadão. O homem individual ficará emancipado quando se tornar um ser com essência genérica (*Gattungswesen*); quando reconhecer as suas forças como forças sociais e quando não mais separar a força social da política. A ultrapassagem do Estado é uma questão de tempo, cuja estrutura se assemelha à ultrapassagem da religião: *"A constituição política foi até agora a esfera religiosa, a religião da vida popular... o céu da generalidade em oposição à existência terrena... A vida política é a escolástica da vida popular."*

A alienação é o passado, a emancipação o futuro. O homem auto-alienado perde-se no além religioso, político, social, etc. O cerne da filosofia marxiana da história consiste em prever o fim das vicissitudes nas relações entre homem e natureza. O processo histórico comporta a origem animal do homem, as fases do processo de produção em que participa, a fase de auto-alienação e as possibilidades de emancipação revolucionária.

Os pressupostos reais da história crítica são os indivíduos reais, as suas acções e as condições materiais de vida. O homem distingue-se dos animais ao produzir os meios de vida (*Lebensweise*) desde a reprodução sexual e a divisão de trabalho ao nível familiar, até ao nível local, tribal e mercado mundial. O desenvolvimento das ideias é paralelo na política, direito, moral, religião e metafísica, A consciência é só ser consciente (*bewußstes Sein*). As ideologias são produto do processo material. Não possuem história própria. A história crítica deverá substituir a filosofia.

O processo material de produção é a substância irreduzível da história. O trabalho humano é alienado pela especialização decorrente dos conflitos inerentes à divisão de trabalho nas condições da produção industrial para um mercado mundial. A consolidação do nosso produto em *sachliche Gewalt* é um notável factor de evolução. O trabalho não produz apenas mercadorias; produz também o trabalhador como mercadoria. O trabalhador torna-se servo do seu objecto, nega-se a si próprio no seu trabalho. É apenas um meio de satisfazer necessidades exteriores ao seu trabalho. O trabalhador poderá sentir-se livre no desempenho das funções animais de comer, beber, procriar, alojar e ornamentar-se. Mas na função especificamente humana, permanece um animal. Na abstracção que o separa da esfera de acção humana, torna-se *tierisch*. Só a ciência e a beleza podem conferir forma ao que o homem produz. A actividade produtiva que distingue a vida humana é degradada ao nível de meio de ganhar a vida. A existência livre torna-se meio para existência física. Esta alienação da produtividade humana é

inerente à divisão de trabalho e não se resolve por aumentos salariais que nada mais são do que formas de melhorar a sorte de escravos; não conferem maior dignidade nem destino ao trabalhador. Proudhon pede a igualdade de rendimentos: mas isso apenas tornaria a sociedade em capitalismo para todos e não só para alguns. Nenhuma organização social consegue controlar as condições de existência em sociedade.

Estas considerações provam que Marx não estava particularmente impressionado pela miséria dos trabalhadores. A reforma social não era um remédio para o mal que tinha em mente. O mal é o crescimento da estrutura económica da sociedade moderna até se tornar em poder objectivo ao qual o homem se submete completamente. Entre esses males contam-se: 1) Separação entre operário e instrumentos. 2) Dependência do emprego face às empresas; 3) A divisão do trabalho tal como é praticada é um insulto à dignidade humana; 4) A especialização, para aumentar a produtividade destrói a qualidade do produtor 5) A interdependência económica gera acções fora do controle humano e social.

3.5. O homem socialista.

Que espera Marx da revolução comunista ? Por estranho que pareça, as características do futuro homem socialista estão estreitamente relacionadas com o sistema industrial de produção. Marx queria reter o sistema industrial e abolir a especialização

humana. O novo homem deveria ser um dia poeta, noutro dia operário, depois pescador, etc. Ser tudo de todas as maneiras sem ter de ser nada. (*Ideologia Alemã*, p.22) A revolução é necessária para que o homem ganhe auto-determinação (*Selbstbetätigung*) e assegure a sua existência. Consistirá na apropriação da totalidade das forças produtivas e terá carácter universal. O proletário é o instrumento ideal desta revolução. Como não está limitado (*borniert*) por um tipo especial de propriedade, pode subsumir a propriedade em todos. A associação universal de proletários à escala mundial pode quebrar o poder da estrutura actual económica e desenvolver a energia e carácter necessários para a revolução. Depois o trabalho será transformado em auto-realização. A comunidade ultrapassará a divisão de trabalho e cada um poderá subsumir as forças produtivas e desenvolver plenamente as faculdades humanas.

O indivíduo total, ou o homem socialista, é o objectivo da história. A libertação da propriedade seria o último acto deste drama. Só é independente o ser que se sustenta pelos seus próprios pés, que só deve a existência a si próprio, que cria a sua própria vida. E embora a ideia de criação esteja enraizada na mente humana, o ser-por-si da natureza vai contra todas as experiências tangíveis (*Handgreiflichkeiten*) da vida prática. Onde começa a grande corrente de ser? Marx proíbe essa pergunta! Tais abstrações não têm sentido. O homem que não põe questões é o homem socialista.

3.6. Comunismo em bruto e comunismo verdadeiro

A essencialidade (*Wesenhaftigkeit*) do homem na natureza torna a busca de uma essência além da natureza como inessencialidade (*Unwesentlichkeit*) do ser alienante divino. Deixará de ser preciso o ateísmo como negação de Deus enquanto condição de posicionamento da existência do homem. O socialismo é a auto-consciência positiva da realidade humana sem a mediação da negação religiosa. (*Manuscritos 1844*, 3, pp.125 e ss.) O comunismo é uma contra-ideia que visa ultrapassar um estado histórico; não é uma reforma institucional; é uma mudança na natureza do homem.

O comunismo em bruto (*roher Kommunismus*) pretende a propriedade privada geral e o nivelamento social. É movido pela inveja e é uma manifestação de selvajeria, *Niedertracht*, na comunização dos bens e das mulheres. O socialismo ou verdadeiro comunismo, *wahre Kommunismus, Sozialismus*, é o regresso do homem a si mesmo como ser social. É um naturalismo humanístico com a solução do conflito entre o homem e a natureza (*Ms. 1844* pp.114-116).

3.7. Manifesto Comunista. Dezembro de 1846 - Janeiro 1848.

O *Manifesto* realiza a naturalização do homem e a humanização da natureza. Como documento de propaganda, nada acrescenta às ideias já expostas.

Mas é uma obra-prima de retórica. No preâmbulo, o autor fixa a escala do seu pronunciamento. Trata-se um processo mundial, de um espectro que paira sobre a Europa. Este reconhecimento obriga o novo mundo dos comunistas a clarificarem as suas oposições ao velho mundo reaccionário. A primeira secção desenvolve a perspectiva histórica do comunismo. A história é luta de classes. A visão da sociedade moderna é ainda mais simplista e maniqueista, pois refere apenas a burguesia e o proletariado. A burguesia nasceu dos servos da Idade Média para conquistar o mundo. O seu papel revolucionário na história foi destruir as idílicas relações patriarcais e feudais. Fez milagres maiores que as catedrais, pirâmides e aquedutos; criou a produção cosmopolita, a interdependência das nações, a literatura mundial, fez o campo depender da cidade, o bárbaro do civilizado, o Oriental do Ocidental. Marx louva a burguesia em termos que jamais burguês algum utilizou, fazendo recordar o orgulho absurdo de Condorcet. O esplendor da burguesia é, porém, transitório porque será ela substituída pelo proletariado em várias fases da luta. No começo, há apenas indivíduos que lutam contra a opressão local. Com a indústria, a opressão generaliza-se. As associações de operários terão vitórias e derrotas. A proletarianização crescente da sociedade lança grupos educados no proletariado. Surgem os renegados de classe devido à desintegração social. Os burgueses ideólogos juntam-se aos operários, com o que se atinge a época de Marx e Engels.

A segunda secção do *Manifesto* lida com a relação entre proletários e comunistas. Aqui surgem ideias novas sobre a condução do processo político. Os comunistas não são um partido em oposição a outros partidos operários mas representam o todo. É o dogma fundamental do partido comunista. Não têm que estabelecer princípios próprios distintos do movimento proletário. O que os distingue não é um programa próprio mas o nível universal da sua prática. É a chamada fórmula da vanguarda: os comunistas são a secção mais resoluta dos trabalhadores; são seus objectivos formar o proletariado em classe, derrubar a burguesia, conquistar o poder político. O resto da secção lida com a exposição e defesa dos objectivos finais do comunismo. As ideias comunistas não resultam deste ou daquele reformador (*Weltbesserer*). São a expressão das relações actuais de poder na luta de classes. As teses comunistas não são pedidos programáticos para mudar a situação; pelo contrário, revelam a situação e sugerem tendências inerentes ao processo, até se conseguir a sua realização plena. Os comunistas querem abolir propriedade privada. E então ? Quase ninguém a possui ! E se os capitalistas a perderem será expropriação ? Não, porque o capital é poder social, resulta da actividade comum. Se o capital fôr convertido em propriedade social apenas perde o seu carácter de classe. O que os adversários chamam expropriação apenas transforma a situação actual em princípio de ordem pública. O mesmo tipo de argumento é depois aplicado às críticas contra a abolição do casamento burguês, nacionalidade, religião e verdades eternas.

As teses do comunismo elevam a marcha da história à consciência. Fornecem a intuição da ordem que está por vir. Condorcet está presente nesta ideia de um directório que conduz a humanidade, na marcha para o reino da liberdade. Como a história não marcha por si, o directório irá dar uma "mãozinha": a arma é o proletariado como classe extra-social, sem propriedade nem nacionalidade. A conquista do poder será um processo prolongado. Primeiro, a ditadura do proletariado; é preciso centralizar os instrumentos de produção, descapitalizar a burguesia, organizar a classe proletária, aumentar a produção. Através de intervenções despóticas na propriedade, o poder público perderá o seu carácter político por deixar de ser instrumento de classe. Virá então a livre associação em que a liberdade de cada um é condição para liberdade do outro. O Manifesto termina com o célebre apelo, "*Proletários nada tendes a perder senão as cadeias. Uni-vos*"

3.8. Tácticas.

Em 1850, no Discurso à Liga Comunista, Marx indicara que o principal problema não era a conquista imediata do poder mas a aliança com os grupos democráticos que o tinham alcançado, até que fosse possível traí-los após vitória futura. É a situação da Frente Popular, depois repetida em 1930 e no pós-guerra. É interesse dos comunistas fazerem a revolução permanente para que a pequena burguesia não fique contente com ganhos iniciais. Os comunistas não estão interessados em mudanças na propriedade privada mas na sua abolição; não lhes

interessam reformas da sociedade velha, mas a sua liquidação. Todos os meios serão bons para manter a excitação das massas; promessas ao proletariado e ameaças à burguesia; a violência de massas deve ser organizada: "*Os pedidos dos trabalhadores devem ser sempre guiados pelas concessões e medidas dos democratas*".

3.9. Conclusão

Na raiz da ideia marxiana está uma doença espiritual, a revolta gnóstica de quem se fecha à realidade transcendente. A incapacidade espiritual aliada à vontade mundana de poder provoca o misticismo revolucionário. A proibição das questões metafísicas acerca do fundamento do ser; "*Será possível negar Deus e manter a razão ?*" destrói a ordem da alma. Mas a par desta impotência espiritual há a vitalidade de um intelecto que desenvolve uma especulação fechada. As *Teses sobre Feuerbach* mostram que o homem marxiano não quer ser uma criatura. Rejeita as tensões da existência que apontam para o mistério da criação. Quer ver o mundo na perspectiva da *coincidentia oppositorum*, a posição de Deus. Cria um fluxo de existência em que os opostos se transformam uns nos outros. O mundo fechado em que os sujeitos são objectos e os objectos actividades, é talvez o melhor feitiço jamais criado por quem queria ser divino. Temos de levar a sério este dado para compreender a força e a consistência intelectual desta revolta anti-teísta.

Por outro lado, Marx compreendeu que o crescimento gigantesco das instituições económicas num poder de influência determinante da vida de cada pessoa, inutilizava qualquer debate acerca da liberdade humana. É o único pensador de estatura do século XIX que tentou criar uma filosofia do trabalho humano e uma análise crítica da sociedade industrial. A sua obra principal *Das Kapital* não é realmente uma teoria económica como as de Smith, Ricardo, Mill. Está cheia de defeitos nas teorias do valor, do juro, da acumulação de capital. É sim uma crítica da economia política, uma tentativa de revelar os supostos nos conceitos da teoria económica e assim chegar ao centro da questão, ou seja, a relação do homem com a natureza e a uma filosofia desta relação, ou seja, o trabalho. Cento e cinquenta anos após Marx é duvidoso que qualquer escola de teoria económica tenha suficientemente desenvolvido este ponto.

O diagnóstico é bom. O sistema industrial está permanentemente ameaçado por impasses, por revoluções adiadas e pela subida do nível de vida. O resultado seria o comunismo bruto. Na sua construção da história, Marx concebeu o desenvolvimento das formas económicas numa humanidade abstracta com um apêndice de ideologias. De facto, o desenvolvimento ocorre em sociedades históricas com vida espiritual.

Podemos chamar "magia" à trasladação da vontade de poder do domínio dos fenómenos para o da substância ou à tentativa de operar nesta como se fosse o domínio dos fenómenos. A tendência para

estreitar o campo da experiência humana à área da razão utilitária e pragmática; a tentação de a tornar a preocupação exclusiva do homem; a tentação de a tornar socialmente preponderante por pressão económica e por violência, fazem parte de um processo cultural que visa operar a substância humana através de uma vontade planeadora pragmática. Mas o sonho de criar o super-homem que sucederá à criatura divina, a ideia do indivíduo total que se apropria das faculdades do sistema industrial, para a sua auto-actividade, são empiricamente irrealizáveis. A mudança da natureza humana através da experiência da revolução é um estéril misticismo intramundano. Compreendemo-lo melhor se compreendermos Marx.

GLOSSÁRIO

der vergesellschaftete Mensch homem socializado

umstülpen inverter

Gattungswesen ser genérico descoberto no ser individual

sachliche Gewalt poder objectivo dos produtos que nos rodeiam

sinnliche menschliche Tätigkeit actividade humana sensorial

Selbstbetätigung Auto-determinação, apropriação de forças produtivas

Fetischcharakter der Warenwelt Carácter de feitiço das mercadorias

Handgreiflichkeiten experiências tangíveis da vida prática

roher Kommunismus Comunismo em bruto, propriedade privada geral

wahre Kommunismus, Sozialismus verdadeiro comunismo/socialismo

Wesenhaftigkeit essencialidade do homem na natureza

Unwesentlichkeit inessencialidade do ser alienante divino

Lebensweise processo de produção material

Marxismo

A natureza do marxismo

Olavo de Carvalho

Jornal da Tarde, 18 de dezembro de 2003

Investigando durante décadas a natureza do marxismo, acabei concluindo que ele não é só uma teoria, uma “ideologia” ou um movimento político. É uma “cultura”, no sentido antropológico, um universo inteiro de crenças, símbolos, valores, instituições, poderes formais e informais, regras de conduta, padrões de discurso, hábitos conscientes e inconscientes, etc. Por isso é autofundante e auto-referente, nada podendo compreender exceto nos seus próprios termos, não admitindo uma realidade para além do seu próprio horizonte nem um critério de veracidade acima dos seus próprios fins autoproclamados. Como toda cultura, ele tem na sua própria subsistência um valor que deve ser defendido a todo preço, muito acima das exigências da verdade ou da moralidade, pois ele constitui a totalidade da qual verdade e moralidade são elementos parciais, motivo pelo qual a pretensão de fazer-lhe cobranças em nome delas soa aos seus ouvidos como uma

intolerável e absurda revolta das partes contra o todo, uma violação insensata da hierarquia ontológica.

A constituição da sua identidade inclui dispositivos de autodefesa que impõem severos limites à crítica racional, apelando, quando ameaçada real ou imaginariamente, a desculpas mitológicas, ao auto-engano coletivo, à mentira pura e simples, a mecanismos de exclusão e liquidação dos inconvenientes e ao rito sacrificial do bode expiatório.

Iludem-se os que acham possível “contestar” o marxismo por um ataque bem fundamentado aos seus “princípios”. A unidade e a preservação da sua cultura estão para o marxista acima de todas as considerações de ordem intelectual e cognitiva, e por isso os “princípios” expressos da teoria não são propriamente “o” fundamento da cultura marxista: são apenas a tradução verbal, imperfeita e provisória, de um fundamento muito mais profundo que não é de ordem cognitiva e sim existencial, e que se identifica com a própria sacralidade da cultura que deve permanecer intocável. Esse fundamento pode ser “sentido” e “vivenciado” pelos membros da cultura por meio da participação na atmosfera coletiva, nos empreendimentos comuns, na memória das glórias passadas e na esperança da vitória futura, mas não pode ser reduzido a nenhuma formulação verbal em particular, por mais elaborada e prestigiosa que seja. Por isso é possível ser marxista sem aceitar nenhuma das formulações anteriores do marxismo, incluindo a do próprio Marx. Por isso é

possível participar do movimento marxista sem nada conhecer da sua teoria, assim como é possível rejeitar criticamente a teoria sem cessar de colaborar com o movimento na prática. A investida crítica contra as formulações teóricas deixa intacto o fundamento existencial, que atacado refluí para o abrigo inexpugnável das certezas mudas ou simplesmente produz novas formulações substitutivas que, se forem incoerentes com as primeiras, não provarão, para o marxista, senão a infinita riqueza do fundamento indizível, capaz de conservar sua identidade e sua força sob uma variedade de formulações contraditórias que ele transcende infinitamente. O marxismo não tem “princípios”, apenas impressões indizíveis em constante metamorfose. Como a realidade da vida humana não pode ser vivenciada senão como um nó de tensões que se modificam no tempo sem jamais poder ser resolvidas, as contradições entre as várias formulações do marxismo farão dele uma perfeita imitação microcósmica da existência real, dentro da qual o marxista pode passar uma vida inteira imune às tensões de fora do sistema, com a vantagem adicional de que as de dentro estão de algum modo “sob controle”, atenuadas pela solidariedade interna do movimento e pelas esperanças compartilhadas. Se o marxismo é uma “Segunda Realidade”, na acepção de Robert Musil e Eric Voegelin, ele o é não somente no sentido cognitivo das representações ideais postíças, mas no sentido existencial da falsificação ativa, prática, da experiência da vida. Por isso qualquer povo submetido à influência dominante do marxismo passa a viver num espaço mental fechado, alheio à realidade do mundo externo.

Detalharei mais no próximo artigo estas explicações, resumo das que ofereci no meu recente debate com um professor da Faculdade de Direito da USP, às quais meu interlocutor respondeu que eu pensava assim por ter “problemas emocionais graves” -- sem perceber que, com isso, dava a melhor exemplificação da minha teoria.

Marxismo esotérico

Olavo de Carvalho

Jornal da Tarde, 1 de janeiro de 2004

Quando digo que o marxismo é uma “cultura”, está aí implícito que compará-lo a uma “religião” é abusar de uma analogia. Essa analogia só funciona, em parte, se por “religião” se entendem os primitivos complexos mitológicos em que crenças, ritos, governo e sociedade se fundiam numa totalidade inseparável. As religiões universais são por excelência transportáveis para fora da sua cultura originária, e o são, precisamente, porque nelas o depósito inicial da revelação se transmuta numa formulação teológico-dogmática racional com pretensões de verdade universal, a qual se oferece para ser validada ou impugnada no plano do exame teórico. Já o marxismo não admite de maneira alguma ser discutido nesse plano, porque a essência do seu conteúdo intencional, como já expliquei, não está expressa em discurso, mas imbricada organicamente, como um segredo mudo, no tecido da

prática revolucionária, do qual deve ser desentranhada por meio de sutis mutações de significado, procedimento esotérico cuja autoridade transcende a dos escritos do próprio Marx.

Antonio Negri, escrevendo em 1994 sobre uma discussão com Norberto Bobbio, afirma: *“Para Bobbio, uma teoria marxista do Estado só poderia ser aquela que derivasse de uma cuidadosa leitura da obra do próprio Marx. Para o autor marxista radical (Negri), no entanto, era a crítica prática das instituições jurídicas e estatais desde a perspectiva do movimento revolucionário -- uma prática que tinha pouco a ver com filologia marxista, mas pertencia antes à hermenêutica marxista da construção de um sujeito revolucionário e à expressão do seu poder. Se havia algo em comum entre Bobbio e seu interlocutor era que ambos consideravam o socialismo real um desenvolvimento amplamente externo ao pensamento marxista.”*

De um lado, o marxismo não consiste nas formulações expressas de Marx, mas transmuta-se na *“construção de um sujeito revolucionário”*. De outro, também não se identifica com o *“socialismo real”*, isto é, com a situação historicamente objetiva produzida por essa mesma construção. Mas, se o *“verdadeiro”* marxismo não está nem no projeto nem no edifício, nem nas intenções da teoria nem nos resultados da prática, onde está então? Está no trajeto, no processo em si. Está nas profundezas ocultas e moventes da *praxis*, veladas a seus protagonistas e agora em parte desveladas pelo

tirocínio hermenêutico do sr. Negri, para grande surpresa de seus predecessores que se imaginavam marxistas. Longe de ser uma religião dogmática apegada à letra da revelação, o marxismo é um fluxo esotérico de símbolos em movimento perpétuo cujo sentido só vai se revelando *ex post facto*, cada nova geração provando que os ídolos revolucionários de ontem não eram revolucionários e sim traidores, como numa Igreja auto-imunizante em que a primeira obrigação de cada novo Papa fosse excomungar o antecessor. Compreende-se o risco temível de discutir com marxistas. Você tem um trabalho medonho para vencê-los, só para depois aparecer alguém alegando que, da derrota deles, o marxismo saiu não somente incólume, mas engrandecido.

Nessa linha, o sr. Negri afirma que *“uma crítica muito radical do direito e do Estado tinha se desenvolvido no curso do processo revolucionário e tinha sido reprimida nas codificações e constituições da União Soviética e do ‘socialismo real’”*. Num estalar de dedos, a máxima realização histórica do movimento socialista se torna o seu contrário: a repressão do socialismo. Mas, com a mesma desenvoltura com que se isenta de responsabilidade por suas ações, a “prática revolucionária” atribui a si própria os méritos de seus inimigos: na perspectiva do sr. Negri, o *“conjunto de lutas pela libertação que os proletários desenvolveram contra o trabalho capitalista, suas leis e seu Estado”* abrange *“desde o levante de Paris em 1789 até... a queda do muro de Berlim”*. A leitura esotérica transmuta a derrocada do comunismo em rebelião anticapitalista.

Como raciocínio filosófico, científico, dogmático ou mesmo ideológico, não faz o menor sentido. Como argumento retórico, é ridículo. Como trapaça, é pueril demais. Mas, como operação de emergência para a salvação da unidade cultural ameaçada, faz todo o sentido do mundo. As culturas são a base da construção da personalidade de seus membros, que desmorona junto com elas. A defesa da cultura é uma urgência psicológica absoluta, que justifica o apelo a medidas desesperadas

O burguês segundo Marx

Olavo de Carvalho

Diário do Comércio, 12 de setembro de 2011

Um dos mais queridos entretenimentos dos marxistas, desde há um século e meio, tem sido defender Karl Marx da acusação de economicismo. Longe de reduzir tudo às causas econômicas, dizem eles, o autor de *O Capital* enxergava no processo histórico a ação simultânea de um complexo de fatores, incluindo o cultural e o religioso, onde a economia só viria a predominar “em última instância”, cedendo frequentemente o passo às demais forças. A imagem de um Karl Marx obsediado pela onipotência da economia é, alegam, uma redução pejorativa, criada para fins de propaganda pelos críticos burgueses.

Há alguma verdade nisso. Marx não era nenhum simplório, sujeito a deixar-se embriagar pela obsessão da causa única, mágica, universalmente explicativa.

Acontece, no entanto, que toda a engenhoca explicativa do marxismo não foi concebida como pura filosofia, e sim como instrumento prático de destruição da sociedade burguesa, e há nela uma nítida defasagem entre a teoria geral da História e a sua aplicação ao capitalismo em especial.

Ao descrever o funcionamento da sociedade burguesa, Karl Marx, alegando que assim procede por motivos de ordem metodológica, faz abstração dos demais fatores – culturais, políticos, éticos, religiosos, etc. – e reduz tudo à operação da mais-valia: o truque sujo mediante o qual o “valor” da mercadoria, definido como a quantidade de trabalho necessário para produzi-la, é subtraído aos trabalhadores e embolsado pelo burguês. Não interessa, aqui e agora, contestar a teoria da mais-valia. Eugen Von Böhm-Bawerk já fez isso melhor do que jamais alguém poderá fazê-lo de novo (V. *A Teoria da Exploração do Comunismo-Socialismo*, em http://www.olavodecarvalho.org/bbawerk/rosto_bohm.htm). O importante é notar que, de tudo aquilo que veio ao mundo como elemento constitutivo da sociedade burguesa – o humanismo, a ética protestante, a democracia parlamentar, os direitos civis, a liberdade de imprensa, as eleições, o sistema judiciário independente, a previdência social, as leis de proteção às mulheres e crianças, a escolarização das camadas pobres, a aplicação

universal da ciência e da técnica ao melhoramento da vida humana – não sobra, na definição marxista do capitalismo, nada. Capitalismo é exploração da mais-valia: ponto final. Tudo o mais é elemento acidental e secundário, que a “força da abstração” (*sic*) deve desprezar para se concentrar no essencial.

Uma vez montado esse recorte metodológico e descrita na sua lógica interna a “essência do capitalismo”, todos os elementos que foram inicialmente removidos para fora do foco são declarados retroativamente irrelevantes *de fato* e reduzidos a “superestruturas”, aparências ou camuflagens ideológicas do mecanismo central que tudo absorve e explica.

O “burguês” pode então ser desenhado como o usurpador por excelência, o sanguessuga, o vampiro que engorda extraindo as últimas gotas de energia da classe trabalhadora, e que ainda tem o cinismo de adornar esse crime com as belezas enganosas da cultura moderna, da religião e da assistência social.

A obsessão economicista que não se pode imputar a Marx na sua compreensão geral da História é assim restaurada com força total no desenho odioso, monstruosamente unilateral e caricatural, que ele traça do capitalismo e do burguês. Mas, como esse desenho e o rancor que ele despeja sobre a figura do burguês são declaradamente os objetivos finais da obra inteira de Karl Marx, toda a abertura que ele concede à multiplicidade dos demais fatores é apenas uma concessão provisória destinada a camuflar e preparar o economicismo brutal e cru com que ele fomenta a revolta contra a burguesia.

Marx não faz o mínimo esforço para *demonstrar* que a exploração da mais-valia é a causa substancial por trás de todos os benefícios trazidos à humanidade pela cultura da época burguesa. Ao contrário, ele apela a um expediente que, pelo seu contágio, viria a se tornar endêmico entre hordas inteiras de praticantes das “ciências sociais”: excluir do campo de enfoque pedaços enormes do objeto estudado e depois, sem a mais mínima razão, dar por demonstrado que são irrelevantes, ilusórios ou inexistentes. O que era pura restrição de método torna-se, por um passe de mágica, uma afirmação objetiva sobre a estrutura da realidade. O efeito persuasivo não se obtém por nenhum acúmulo de provas ou demonstrações, mas pela concentração hipnótica no fator escolhido como “essencial”, cuja longa e exaustiva análise ocupa o horizonte inteiro das consciências, removendo tudo o mais para uma distância onde se torna invisível. Que a presença histórica de alguns fatores extra-econômicos tenha precedido de séculos o advento do capitalismo industrial é, portanto, algo que não precisa ser levado em conta, nem explicado. Sem o protestantismo e o humanismo, que remontam ao século XVI, nada de sociedade burguesa, mas para que remexer o passado? As provas não apenas ficam ausentes, mas são criteriosamente evitadas: qualquer tentativa de examinar os elementos excluídos terminaria por trazê-los de novo para o centro do quadro, desfazendo em fumaça o efeito da concentração hipnótica.

Não espanta que isso tenha realmente sucedido a vários discípulos devotos, que, no empenho de

provar a veracidade do marxismo, acabaram por dissolvê-lo numa variedade de enfoques causais que não têm de marxista senão o nome. Isso já começa com Lênin: a teoria da “vanguarda” partidária que se antecipa ao proletariado e o cria depois da revolução suprime desde logo a idéia dos proletários como forças primordiais da transformação histórica e, de um só golpe, torna inviável qualquer tentativa de definir em termos econômicos as classes antagônicas. Por essa via, o historiador marxista inglês E. P. Thompson chegou à conclusão de que é impossível, mediante critérios de pura economia, distinguir um proletário de um burguês. Herbert Marcuse demite ostensivamente o proletariado da função de classe revolucionária, colocando em lugar dele os estudantes pequeno-burgueses e o *Lumpenproletariat* que Marx desprezava: bandidos, prostitutas, cantores de boate, drogados, bêbados e malucos em geral. Antonio Gramsci prefere os intelectuais. E Ernesto Laclau proclama que nem é preciso uma classe revolucionária existente: a mera força da propaganda cria a classe revolucionária do nada.

Uma teoria que, para conservar seu prestígio, tem de ser levada a dizer o contrário do que dizia não é, com efeito, teoria nenhuma: é apenas o símbolo unificador de um grupo de interesses heterogêneos, que se define, se indefine e se redefine conforme bem lhe interessa no momento, com a inventividade insana dos oportunistas, dos mitômanos e dos criminosos pegos em flagrante.

Karl Marx na fonte da juventude

Olavo de Carvalho

Diário do Comércio, 30 de julho de 2007

O recente “tsunami Marx que acaba de invadir as prateleiras das livrarias de todo o País”, como o qualifica entusiasticamente *O Estado de S. Paulo* do dia 22, comprova, da maneira mais clara possível, algo que venho dizendo há tempos: o bom e velho Partido Comunista ainda domina a indústria editorial e a mídia cultural no Brasil, aí exercendo um poder mais vasto e eficiente até do que nos anos 50 ou 60.

É natural que esse controle monopolístico do mercado jamais admita sua própria existência, procurando, ao contrário, explicar a onipresença retumbante da propaganda marxista nas livrarias como se fosse um fenômeno espontâneo gerado pela pura “vitalidade intelectual” do marxismo, imune ao fracasso econômico dos regimes socialistas.

Mas essa vitalidade intelectual simplesmente inexistente.

Nove décimos do “pensamento marxista” desde a morte de Marx consistem em produzir novos significados para a doutrina do mestre, de modo que ela acabe dizendo o que não dizia antes e, a cada vez que é refutada pelos fatos, pareça emergir do confronto revigorada e vitoriosa.

Uma das estratégias mais freqüentes usadas para esse fim é dissolver a estrutura da teoria tal como

aparece nos escritos de Marx e reconstruí-la desde algum ângulo que pareça mais vantajoso – ou menos vexaminoso – desde o ponto de vista do estado presente dos conhecimentos.

O marxismo, como o darwinismo, não sobrevive ao teste do tempo mediante repetidas comprovações da sua veracidade originária, como acontece com a aritmética elementar ou com a tabela periódica dos elementos, mas mediante a descoberta – ou invenção -- de novas veridades possíveis ocultas sob os escombros das suas pretensões refutadas.

Qualquer teoria, beneficiada ciclicamente por esse tratamento rejuvenescedor, pode adquirir uma espécie de eternidade. O que os responsáveis por semelhante milagre geriátrico jamais informam à deslumbrada platéia é que esse tipo de vida eterna não é próprio das teorias científicas e sim dos símbolos literários, que, justamente por não terem significados estáveis e definitivos, podem sempre se enriquecer de novos e novos significados, até mesmo contraditórios entre si, à medida que a experiência os sugira à fértil imaginação de cada interessado. Mergulhado de tempos em tempos nessa fonte da juventude, até mesmo o “eterno retorno” nietzscheano pode retornar eternamente sem que ninguém jamais consiga refutá-lo de uma vez por todas, embora todo mundo saiba que ele é falso.

Mas essa estratégia, no caso do marxismo, seria impotente para obter resultados tão animadores se não fosse secundada por uma técnica ainda mais sutil e maravilhosa, que é a de camuflar as ações e os efeitos da própria militância marxista sob a

aparência de forças sociais impessoais que, hipostasiadas, posam então de agentes da história em lugar dos agentes de carne e osso a serviço dos movimentos revolucionários. Não deixa de haver uma certa virtude ascética na humildade com que os exércitos de formadores de opinião e agentes de influência esquerdistas renunciam ao mérito histórico das suas ações e desaparecem por trás do cenário, atribuindo os resultados de seus esforços à dialética anônima do “mercado”, a qual, abstração feita da guerra cultural incessante movida pela militância esquerdista para corromper o capitalismo desde dentro, parece até funcionar como Marx disse que funcionaria.

O acontecimento mental mais importante e notório da segunda metade do século XX é a disseminação do “marxismo cultural” entre as classes superiores no mundo ocidental. Ela tem como corolário inevitável a apostasia geral em relação aos valores morais e religiosos que fundaram o capitalismo. Na geração dos *baby-boomers* que hoje brilham nos altos postos das finanças, da indústria, da mídia e do *show business*, quem não aderiu francamente ao esquerdismo e ao anti-americanismo ao menos abjurou por completo das crenças religiosas dos seus pais e se imbuíu de um progressismo darwinista ou de um liberalismo amoral que não hesita em promover as causas esquerdistas – especialmente o abortismo e o gayzismo –, pensando só nas vantagens econômicas imediatas que isso pode lhe trazer e nem de longe se preocupando com as conseqüências sociais, culturais e políticas de longo prazo. O resultado é que a democracia vai sendo

minada nas suas bases por meio dos mesmos instrumentos econômicos criados para fomentá-la. Se, nesse panorama, você fizer abstração do fator “guerra cultural”, que é o principal determinante do conjunto, restará apenas a contradição crescente entre democracia e enriquecimento capitalista, dando razão aparente à previsão de Marx. Assim os próprios agentes da guerra cultural matam dois coelhos com uma só cajadada: dão sumiço às suas próprias ações subversivas e no mesmo ato elevam ao nível de verdade profética a visão fantasiosa que Marx tinha das “contradições do capitalismo”. (Como já expliquei dias atrás --

<http://www.olavodecarvalho.org/semana/070620dc e.html> --, a duplicidade de línguas é traço permanente e estrutural da mente esquerdista, toda ela modelada pelo exemplo “dialético” de Stalin, que fomentava o nazismo em segredo para e o condenava em público.)

O “tsunami Marx”, além de ser um acúmulo de simultaneidades demasiado ostensivo para poder ser explicado ele próprio pelas tendências espontâneas do mercado, é todo ele constituído de mutações retroativas como aquela que acabo de descrever. O novo Karl Marx que ali se apresenta para receber os aplausos da galera tem tanto a ver com o antigo quanto o evolucionismo do sr. Richard Dawkins, onde tudo acontece por acaso, tem a ver com o darwinismo originário no qual nada acontece por acaso (de modo que em qualquer dos dois casos o evolucionista está sempre com a razão).

Qualquer filosofia ou teoria científica que se arrogue o direito de mudar de significado quando bem lhe interesse adquire o delicioso privilégio de não poder ser jamais contraditada pelos fatos. Que uma parcela significativa da classe intelectual e de seus acólitos na mídia se dedique à produção dessas transmutações, é a prova incontestável de que a “cultura superior” está se transformando cada vez mais numa modalidade socialmente aceita de crime organizado.

Absoluta falta de escrúpulos

No meu artigo anterior, escrevi:

“ O movimento gayzista foge a toda discussão, ele não quer debater com seus adversários, mas destruí-los socialmente, privá-los de seus meios de expressão, reduzi-los à condição de párias e, por fim, colocá-los na cadeia em massa. Nos sites e assembleias onde se prepara a reação gayzista aos críticos, não se vê uma só tentativa de conceber argumentos para um eventual enfrentamento dialético: só planos de assédio judicial, de boicote, de assassinato moral .”

Na mesma semana, reagindo a um outro artigo meu (<http://www.olavodecarvalho.org/semana/070719jb.html>), a militância enfurecida ofereceu ainda mais provas disso, estampando no *Orkut* apelos ostensivos à minha imediata exclusão da mídia. O mais bonito foi este: “O Julio Severo já foi calado, só falta esse monte de b...ta chamado Olavo.” Para não dizer que essa palavra de ordem veio desacompanhada de qualquer tentativa de refutar os meus argumentos, o remetente, respondendo à minha afirmativa de que

“Júlio Severo se limita a opor ao homossexualismo a moral cristã, que não manda currar ninguém”, informava a um estupefato mundo que o *Levítico* manda empalar – sim, empalar – os acusados de homossexualismo. Não sei se fico mais mavavilhado ante esse feito sublime de exegese bíblica ou ante a passividade sonsa das entidades cristãs e judaicas que deixam todo mundo praticar com total impunidade o crime de ultraje a culto.

Recebi também algumas cartas de gayzistas enfezados, que me acusavam de “associar o movimento homossexual à pedofilia”. A reclamação não faz sentido. Quem associou gayzismo e pedofilia não fui eu. Foram os líderes gayzistas Luiz Mott e Denilson Lopes, o primeiro com aquela sua desavergonhada apologia do “moleque ideal”, o segundo em artigos e conferências que, no mínimo, verberam como “intolerância” toda condenação à pedofilia.

Outra associação da qual muito reclamam é entre homossexualismo e promiscuidade. Mas ela também não é uma rotulação externa, vinda de fanáticos homofóbicos ou mesmo de críticos sérios do movimento. Ao contrário, é um título de glória ostentado pelo sr. Luiz Mott, que se gaba de ter tido relações homossexuais com pelo menos quinhentos homens!

Se Mott e Lopes são representantes autorizados do movimento *gay*, então é manifesto que este defende a pedofilia e a promiscuidade. Se não são, então os demais líderes do movimento têm a obrigação de expressar publicamente seu repúdio à conduta de

ambos. Como não fizeram isso até agora, não têm o direito de reclamar quando a palavra dos dois é tomada como se fosse a sua própria palavra.

Por outro lado, é óbvio que inventei o neologismo “gayzista” (ou gueizista), em oposição a *gay*, para marcar a distância entre condenar uma conduta sexual e criticar um movimento político.

Até o momento, tudo o que escrevi foi contra o movimento político, a ideologia e o projeto de poder gayzistas e contra a sua expressão mais imediata, a proposta de lei “anti-homofóbica” – mas, pelas reações que meus artigos suscitam entre a militância, é patente que isso também se enquadra no delito de “homofobia”.

Se eu quisesse uma prova suplementar de que esse movimento é totalitário na sua inspiração e nos resultados políticos que planeja obter, essas reações já bastariam para fornecê-la com a máxima clareza possível.

Quando se acusa de “homofobia” cada objeção à lei “anti-homofóbica”, é claro que a divergência em si já está criminalizada, antes mesmo que a proposta se consagre em lei. Isso é totalitarismo no sentido mais eminente do termo.

Da minha parte, não apenas me abstive de participar de qualquer cruzada moralizante contra o homossexualismo (nisto diferindo dos críticos religiosos), mas tenho feito o possível para compreendê-lo como experiência humana, *sine ira et studio*. Não tenho portanto a menor dificuldade em

simpatizar com a causa dos homossexuais que desejam ser aceitos socialmente como tais e não apenas como “seres humanos” ou “cidadãos”, abstrata e assexualmente. No mínimo, sei o que é um fumante ser admitido, entre sorrisos postiços, em ambientes que professam ser hospitaleiros aos fumantes... contanto que eles procedam como se não o fossem. Por motivos que já expliquei aqui (<http://www.olavodecarvalho.org/semana/070326dc.html>), o *gay* que tenha de fazer abstração de sua preferência sexual para se sentir aceito socialmente vivencia isso como a mais intolerável das humilhações.

Meu problema com a militância gayzista não tem nada a ver com homossexualismo, mesmo porque há muitos gayzistas que não são *gays* (o sr. presidente da República é um; o prefeito de São Paulo é outro; o PT e as fundações Ford e Rockefeller estão repletas de tipos similares) e muitos *gays* que não são gayzistas (nas igrejas cristãs, por exemplo).

Meu problema é que a ideologia gayzista, desde suas primeiras formulações, já mostrou uma inclinação totalitária escandalosa, descarada, persistente. Ela não quer proteger os homossexuais, garantir para eles um lugar entre pessoas que sejam diferentes deles. Ela quer destruir radicalmente tudo o que, na sociedade, na cultura ou nas mentes individuais, seja contrário ao homossexualismo. Ela quer proibir toda divergência moral, toda repulsa espontânea, toda palavra adversa, todo pensamento que a desagrade, todo mandamento religioso que lhe seja contrário. Ela quer eliminar toda diferença e imperar, soberana,

sobre uma montanha de concordância e subserviência. Quem diz isso não sou eu. São as próprias atitudes públicas de seus porta-vozes.

Um exemplo já antigo é a perseguição aberta, oficial, aos ex- *gays* e aos psicólogos que professem ajudar o paciente interessado em abandonar as práticas homossexuais. O movimento gayzista trata os primeiros como traidores abjetos e os segundos como criminosos. Que é que se pode depreender disso senão que é proibido abandonar o homossexualismo, que a liderança gayzista se dá o direito de policiar a vida privada de cada homossexual e de se impor como uma verdadeira máfia, na qual se pode entrar livremente mas só se pode sair morto? Não há maior atentado à liberdade individual do que forçar um ser humano a ostentar uma identidade social que ele já não considera sua.

Mais tarde veio a discriminação dos homossexuais machões aos transexuais que ousavam invadir o espaço sacrossanto das saunas *gays* . Repugnava aos primeiros ver peitos de silicone numa atmosfera que desejariam cem por cento varonil, musculosa e peluda. “Tenho nojo disso”, exclamava um deles ante os travecos. Ora, todo mundo sabe que o instinto sexual se compõe não só de afeição a certos estímulos (visuais, tácteis etc.) mas de repugância instintiva aos estímulos contrários. Um homem cujas fantasias eróticas envolvam privacidade e segredo sentirá repulsa incoercível ante exposições públicas de erotismo. O transexual do tipo conhecido como “autoginéfilo”, que só se excita quando se vê como mulher, se sentirá humilhado e constrangido se o

parceiro lhe lembrar por atos ou palavras a sua condição de varão. *Mutatis mutandis* , o homossexual puro sangue, o macho atraído por machos, sentia nojo de homens que pareciam mulheres. Lembro-me de que o sr. Luiz Mott, convidado a arbitrar a disputa, deu razão aos dois lados, mostrando que compreendia perfeitamente bem a dialética de atração e repulsa. Mas o mesmo Luiz Mott, ante o heterossexual a quem repugnem as ostentações de homossexualismo, gritará: “Crime!”, “Homofobia!”, “Nazismo!” O direito à repulsa, portanto, é monopólio exclusivo da comunidade *gay* . Os demais, que tratem de gostar do que não gostam. Conheci uma vez um guru argentino, da escola gurdijeffiana, famosa nos meios ocultistas por sua índole autoritária e brutal. Para quebrar a resistência dos discípulos recém-chegados, ele já lhes ditava logo na entrada o parágrafo número um do seu regulamento disciplinar: “ *Que te guste lo que no te gusta* .” É isso aí. É o mandamento número um que a ideologia gayzista impõe aos não- *gays* . Para os recalcitrantes, cadeia.

São ou não são uns intolerantes hipócritas esses líderes gayzistas?

Vejam por exemplo a diferença, o duplo critério no julgamento dos heteros e dos homos. A mulher que admita ter ido para a cama com quinhentos homens desiste, *ipso facto* , de qualquer pretensão à respeitabilidade familiar. Mas o sr. Luiz Mott se vangloria dos seus quinhentos parceiros, e aí de quem o chame de promíscuo!

Nada, na galeria da presunção universal, se compara à prepotência gayzista. Se ainda duvidam, leiam este despacho da Agência de Notícias da Aids (<http://www.acapa.com.br/site/noticia.asp?codigo=2029>):

“Stalinista. Foi dessa forma que o ativista José Araújo, diretor da AFXB (Centro de convivência para crianças que vivem com HIV/Aids em São Paulo), classificou alguns setores do movimento gay... ‘A fome de poder deles está sendo saciada pelo Programa Nacional [de DST/Aids]’, avalia Araújo.

"Para José Roberto Pereira, mais conhecido como Betinho, está acontecendo ‘um aumento cada vez maior da intervenção do movimento gay no movimento de Aids’.

“Eu sou gay, não tenho o menor problema com gay, mas... existe uma espécie de estrangulamento do movimento de Aids com o crescimento do movimento gay’, acredita Betinho.

“Fundos importantes da Aids estão indo para o movimento gay e não estou vendo uma queda dos índices [da epidemia do HIV entre os homossexuais]’, avalia Betinho, um dos colaboradores do Projeto Bem-Me-Quer. (...) ‘O movimento de Aids está perdendo sua característica. Está virando um grande movimento gay’, lamentou, em outro momento, José Araújo, da AFBX.”

Se os líderes gayzistas a que se referem Betinho e Araújo não se vexam nem de roubar dinheiro do

socorro a seus correligionários aidéticos para fomentar uma agenda política, que é que pode impedi-los de usar, contra seus poucos e inermes adversários, as armas mais torpes e mesquinhas?

Escrúpulos? É claro que eles não têm nenhum.

Por isso é que é mais urgente do que nunca distinguir entre *gays* e gayzistas. Seria horrivelmente injusto atribuir à totalidade dos primeiros os hábitos ditatoriais e perversos da minoria ativista, revolucionária e gnóstica que, escorada no dogma da própria impecabilidade essencial, se concede o direito a todas as baixeiras, a todas as iniquidades, a todos os crimes, sempre em nome dos belos ideais que diz personificar.

A natureza invisível

Olavo de Carvalho

O Globo, 19 de agosto de 2000

Para a tradição cristã, reforçada na Idade Média pelo enxerto aristotélico, a posição que um homem ocupe na sociedade é um acidente que em nada afeta a sua essência universal humana, igual à de todos os outros membros da espécie. Rico ou pobre, leigo ou clérigo, senhor ou escravo, o animal racional tem os dons, os limites e as responsabilidades do humano. A igualdade dos cidadãos perante a lei não é senão a formulação moderna e jurídica dessa evidência que a

Igreja só a duras penas conseguiu impor a culturas xenófobas, profundamente imbuídas da falsa impressão de uma diferença natural, essencial, irreduzível entre seus membros e os das comunidades em torno, impressão que, em muitas delas, se traduzia na inexistência de um termo comum para designar a uns e outros.

Se essa igualdade é natural, sua percepção, no entanto, não o é de maneira alguma: é aprendido, é obra de civilização, é posse incerta que qualquer abalo põe em risco. A todo momento conflitos e fanatismos obscurecem essa verdade fundamental e entronizam em lugar dela as diferenças de classes, de raças, de nações, de culturas. Para o nazista, a diferença entre ele e o judeu não é uma casualidade genética: é um abismo essencial, ontológico, intransponível. Os acidentes tomam o lugar da essência: o humano desaparece, sobrando apenas suas determinações secundárias.

Dentre os fatores que debilitam a percepção da unidade essencial da espécie e reduzem a nada o princípio da igualdade jurídica decorrente dela, destaca-se hoje em dia, pela virulência e amplitude de sua ação paralisante sobre os cérebros humanos, a herança marxista.

Para o marxista, a noção de natureza humana, considerada universalmente, é só uma abstração sem conteúdo, falso esquema criado pela propensão estática e a-histórica do "pensamento burguês". A natureza humana, argumenta Marx, só existe nas suas manifestações temporais, históricas, e existe precisamente como capacidade de, pelo trabalho,

fazer História. Logo, não há "uma" natureza humana, mas uma sucessão de naturezas historicamente criadas e condicionadas: a natureza do proprietário romano e a do seu escravo, a do senhor feudal e a do servo da gleba, a do burguês e a do proletário.

O primarismo atroz dessa teoria salta aos olhos - de quem os tenha, é claro. Pois o que quer que exista ininterruptamente ao longo da História não pode, ao mesmo tempo, ser produto dela. Tudo o que é histórico surge e desaparece, começa e acaba, e é por isto mesmo que está "dentro" da História, abrangido pela dimensão do devir histórico. Ora, a capacidade de agir, de trabalhar, de transformar deliberadamente o mundo material, a capacidade, enfim, de fazer História, está presente no homem de maneira constante e sem hiatos desde seu surgimento sobre a Terra. Suspendê-la, ainda que por minutos, acarretaria a imediata destruição da espécie humana.

Essa capacidade não pode ser uma criação da História porque é, pura e simplesmente, o pressuposto dela - um pressuposto tão evidentemente natural e biológico, tão evidentemente ante-histórico e supra-histórico que nenhum historiador sério tentou jamais abrangê-lo no território da sua ciência, território cujo limite externo é fixado por esse mesmo pressuposto. No curso dos tempos, essa capacidade pode se expressar de maneiras variadas, mas não pode desaparecer e reaparecer dentro do tempo histórico como aparece e desaparece tudo o que a História abrange e narra. Portanto, a visão de uma natureza humana supra-

histórica não é nenhum erro do "pensamento burguês estático", mas simplesmente a descoberta certa de uma ciência maior, de um gênio mais alto do que tudo quanto o talento subalterno e deficiente de Karl Marx pudesse conceber. Reduzir a produto da História o que é fundamento da possibilidade de toda História é rigorosamente o mesmo que fotografar uma vaca e em seguida espremer a máquina para tirar leite do filme. Pode ter impressionado militantes, mas, para quem tenha algum treino filosófico, é uma bobagem descomunal.

Acontece que essa bobagem se tornou, para muitas pessoas letradas, a base de todo julgamento moral e de toda noção de "direito". E então já não há apenas diferentes naturezas humanas segundo as classes sociais, mas ainda essa noção vem junto com a crença que algumas dessas classes são sempre culpadas, e outras inocentes. Para o juiz criminal imbuído dessa mentalidade, nada mais natural do que, abolida a identidade de natureza que sustenta a igualdade perante a lei, estatuir ou suprimir direitos conforme o acusado pertença por nascimento ou fortuna à classe dos culpados ou à dos inocentes. A escala mesma de gravidade dos crimes, perdida a unidade lógica, se torna mutável segundo a classe social: é mais grave um membro da classe culpada lucrar com a alta do dólar do que um da classe inocente vender tóxicos, matar, seqüestrar e estuprar. O "pathos" emocional e os discursos irados que sublinham esse tipo de julgamento, hoje em dia, inibem e dissuadem as mais razoáveis objeções e ajudam a dar ares de superior justiça divina ao que é, na realidade, a manifestação jurídica de um escotoma

adquirido, a expressão grotesca de uma mentalidade mutilada. E é nas mãos dessas pessoas intelectualmente mutiladas que se encontra, hoje, a parte mais ativa e entusiasmada do aparato punitivo do Estado. Com a maior sem-cerimônia, com a consciência tranqüila de quem não tem consciência nenhuma, elas farão dessa máquina, cada vez mais, uma arma mortífera a serviço da vingança política.

Devotos de um vigarista

Olavo de Carvalho

Diário do Comércio, 13 de maio de 2013

A [Folha de S. Paulo](#) perguntou a quatro dos seus mais típicos mentores por que é ainda importante ler Karl Marx. Nenhum deles deu a resposta certa: porque ninguém pode ignorar, sem grave risco, as idéias que mataram mais seres humanos do que todos os terremotos, furacões, epidemias e desastres aéreos do último século, mais duas guerras mundiais. Infringindo a regra elementar do próprio Karl Marx, de que a verdadeira substância de uma idéia é a sua prática e não a sua mera formulação conceitual, três deles mostraram enxergar o marxismo como pura teoria, separada da ação que exerceu no mundo, e incorreram assim no delito de “formalismo burguês”, o mais abominável para um cérebro marxista. Eu não tomaria

aulas de marxismo com esses sujeitos nem se eles me pagassem.

O quarto, prof. Delfim Neto, na ânsia de redimir-se ante a intelectualidade esquerdista do pecado de ter servido à ditadura militar, caprichou no hiperbolismo e atribuiu a Karl Marx o dom da eternidade, que numa perspectiva marxista não faz o menor sentido.

O prof. José Arthur Gianotti recomendou reler Karl Marx cuidadosamente, porque “sua concepção da história foi adulterada, por ter sido colada, sem os cuidados necessários, a um darwinismo respingado de religiosidade.” Adulterada? Colada? Nenhum dos continuadores de Karl Marx revelou tanta dívida intelectual para com Charles Darwin quanto o próprio Karl Marx, que declarou sua filosofia nada mais que a interpretação darwinista da História e só não dedicou *O Capital* ao autor de *A Origem das Espécies* porque este não permitiu. Quanto à tonalidade religiosa, ou pseudo-religiosa, ela é mais do que notável nos *Manuscritos* de 1844 e ressoa em cada linha das verberações proféticas anticapitalistas espalhadas ao longo de toda a obra de Marx. O prof. Gianotti é que quer separar artificialmente aquilo que nasceu junto. “Reler cuidadosamente”? Não é preciso. Bastaria ter lido.

Mas o mais cômico dos quatro foi o sr. Leandro Konder, que intelectualmente já saiu do mundo dos vivos há três décadas e não precisaria ter abandonado seu estado de animação suspensa para confirmar, na *Folha*, aquilo que ele já provou centenas de vezes: sua prodigiosa incultura, seu total desconhecimento dos assuntos em que opina.

Disse ele: “Os grandes pensadores são grandes porque abordam problemas vastíssimos e o fazem com

muita originalidade. A perspectiva burguesa, conservadora, evita discuti-los. E é isso o que caracteriza seu conservadorismo.”

Os conhecimentos que não só ele pessoalmente, mas toda a corriola de mentecaptos marxistas deste país tem daquilo que ele chama “perspectiva burguesa” podem ser avaliados pelo *Dicionário Crítico do Pensamento da Direita*, em que 104 dessas criaturas ridículas se encheram de dinheiro público para dar um show de ignorância como nunca se viu no mundo. Leia em <http://www.olavodecarvalho.org/textos/naosabendo.htm> e depois volte aqui.

Essa gente simplesmente não estuda os pensadores que parecem antipáticos ao seu partido. Adivinha ou cria suas idéias à distância, partindo de fofocas, piadas, fantasias preconcebidas e lendas urbanas que constituem, no seu ambiente mental sufocantemente provinciano, a única bibliografia requerida para quem deseje pontificar a respeito. Fazem isso até comigo, que tenho uma obra publicada relativamente escassa, por que não o fariam com os autores de muitas dezenas de volumes, como Leibniz, Husserl, Voegelin ou o nosso Mário Ferreira dos Santos?

A um boboca que desconhece tudo aquilo que despreza, é forçoso que o horizonte de problemas pensado por Karl Marx pareça, em comparação com o nada, “vastíssimo”. Mas Karl Marx, em verdade, pensou num único problema: a luta de classes. Todos os outros conceitos da sua filosofia foram recebidos prontos, como os de dialética, de alienação ou de comunismo, ou são apenas afirmados sem nenhuma discussão crítica, como o próprio “materialismo dialético”, ou derivam da luta de classes por mero automatismo, como os de ideologia, superestrutura etc. Longe de ampliar o horizonte dos

problemas filosóficos, o que Karl Marx fez foi restringi-lo com um dogmatismo acachapante, instituindo aquilo que Eric Voegelin caracterizou como “proibição de perguntar”. Já nem falo dos grandes problemas clássicos como o fundamento do ser, o sentido da existência, o bem e o mal, etc. Nem o próprio conceito de “valor”, essencial na sua economia, ele discute. Postula-o no começo de *O Capital* e segue adiante, sem notar que disse uma tremenda asneira.

Comparado ao de Leibniz, de Aristóteles ou de Platão (ou mesmo ao de um Eric Voegelin, de um Max Weber, de um Christopher Dawson ou de um Pitirim Sorokin), o horizonte de problemas de Karl Marx é deploravelmente pobre. Sua cultura literária é a de um professor de ginásio, seus conhecimentos de história da pintura, da arquitetura e da música praticamente nulos, suas noções de teologia não fazem inveja a nenhum seminarista. Pergunto-me, por exemplo, qual a relevância do pensamento de Karl Marx para as ciências biológicas, para a física, para as matemáticas. Zero. A breve incursão do seu amigo Engels nesses domínios foi um vexame espetacular.

Em matéria de ética, então, o tratamento que Marx dá ao problema da felicidade humana é decerto o mais besta, o mais grosseiro de todos os tempos: tomemos o dinheiro da burguesia e todos serão felizes. Enfeitado o quanto seja, o argumento é esse. Só por esse detalhe o homem já mereceria o adjetivo com que o resumiu Eric Voegelin: “Vigarista”.

O plano e o fato

Olavo de Carvalho

Diário do Comércio, 11 de março de 2013

O caso do Dicionário Crítico, que lembrei no artigo "Devotos de um vigarista", é somente a figura mais extrema, caricatural e grotesca que o fenômeno assume no Terceiro Mundo, mas ignorar o pensamento do adversário e tampar os ouvidos às objeções são hábitos gerais e infalíveis da intelectualidade esquerdista em toda parte.

Em *Thinkers of the New Left* (1985), onde examina os principais expoentes de uma escola de pensamento que ainda é a mais influente na esquerda hoje em dia, Roger Scruton observa que nenhum deles jamais deu o menor sinal de querer responder às críticas feitas à teoria marxista por Max Weber, Werner Sombart, F. W. Maitland, Raymond Aron, W. H. Mattlock, Böhm-Bawerk, Popper, Hayek ou von Mises.

Poderia acrescentar Eric Voegelin, Cornelio Fabro, Rosenstock-Huussy, Norman Cohn, Dietrich von Hildebrand, Alain Besançon e uma infinidade de outros autores merecidamente tidos também como clássicos.

No Brasil você não verá nenhum marxista discutindo as objeções de Gilberto Freyre, Mário Ferreira dos Santos, J. O. de Meira Penna, Paulo Mercadante, Antonio Paim, Orlando Tambosi, Ricardo Velez Rodriguez, Gustavo Corção, João Camilo de Oliveira Torres, José Guilherme Merquior.

O marxismo universitário vive e prospera de ignorar a cultura universal das idéias e sonegá-la aos estudantes. Ao mesmo tempo, infunde neles a impressão sedutora e enganosa de que, por terem lido os autores aprovados pelo Partido, são muito cultos.

Trata-se da forma mais extrema e radical da incultura organizada, da ignorância obrigatória, da burrice prepotente e intolerante.

Enquanto os anticomunistas de todos os matizes não cessam de analisar e refutar o marxismo, escrevendo milhares de livros a respeito, os marxistas fogem sistematicamente ao debate.

Quando não se contentam em baixar sobre os adversários a mais pesada cortina de silêncio, dedicam-se a difamá-los pelas costas, inventando a respeito as histórias mais escabrosas, tratando-os como criminosos, colocando-os em “listas de inimigos” e cumprindo à risca a regra de Lênin: não discutir com o contestador, mas destruí-lo politicamente, socialmente e, se possível, fisicamente.

Que maior prova se poderia exigir de que essas pessoas, que se atribuem o monopólio de todas as virtudes, são as mais perversas, malignas e desprezíveis que já infestaram a profissão intelectual?

A ascensão da escória marxista ao primeiro plano da vida nacional foi e é a causa principal ou única da destruição da cultura superior e do sistema educacional no Brasil. Com ares de escândalo e indignação, a Folha noticia a descoberta de um plano do governo militar, concebido

pelo ministro Alfredo Buzaid nos anos 70, para refrear a infiltração comunista nas universidades e órgãos de mídia. O plano não foi levado a efeito, tanto que a era dos militares foi o período de maior prosperidade da indústria do livro esquerdista no Brasil e a época da conquista da mídia pelos comunistas. Mas o jornal do sr. Frias não perdoa nem a simples ideia. Que horror, que coisa mais tirânica, mais nazista, pensar em impedir o acesso dos comunistas a todas as cátedras, a todas as páginas de jornais, a todos os megafones!

O que o sr. Frias e seus empregados fingem ignorar é que aquilo que a ditadura quis fazer e não fez é exatamente o que os comunistas já fizeram e que já está em plena vigência neste País, com uma amplitude e uma rigidez que ultrapassa tudo o que os militares pudessem ter sonhado em matéria de controle hegemônico dos canais de comunicação e ensino. As gerações mais novas, que não conheceram o Brasil dos anos 50-60, já nasceram dentro dessa atmosfera, que lhes parece normal, e não notam a diferença.

Mas um simples detalhe basta para mostrar o que aconteceu: o ponto de vista cristão-conservador, que era oficialmente o do Estadão, do Globo e parcialmente da própria Folha naquela época, está totalmente excluído, proibido e criminalizado em toda a mídia.

Os editoriais escritos pelos srs. Roberto Marinho e Júlio de Mesquita Filho jamais poderiam ser publicados, hoje, nos próprios jornais que esses homens fundaram, onde o máximo que se permite, num espacinho minoritário, é um pouco de liberalismo chocho e inofensivo, quando não a

pura crítica de esquerda a algum desmando ou patifaria mais vistosa do governo petista. Se até essa oposição mole e parcial é hoje abertamente condenada como “extremismo de direita”, é notório que a medida geral de aferição mudou, e quem a mudou foi a própria mídia. E se jornais e canais de TV dão alguma cobertura à Sra. Yoani Sanchez, é precisamente porque esta é anticastrista sem ser anticomunista e suas críticas ao governo cubano são brandas e autocensuradas em comparação com as de outros dissidentes, que contam a história inteira. Estes jamais aparecerão no Globo ou na Folha. E alguém é capaz de imaginar, hoje em dia, uma novela da Globo defendendo os valores cristãos que eram tão caros ao sr. Roberto Marinho?

DPor que uma simples intenção não realizada do governo militar deveria ser considerada mais repugnante e assustadora do que o fato consumado, a mesmíssima intenção realizada em muito maior escala pela esquerda triunfante e dominadora, senhora absoluta das páginas da própria Folha? A simples redação dessa mesma notícia já não revela a inversão de critérios, imposta como norma universal e inquestionável que só loucos e extremistas ousariam contestar? O sr. Frias não sabe ler o seu próprio jornal? Não enxerga que ele mesmo foi, em pessoa, um dos artífices do plano do ministro Buzaid realizado com signo oposto?

Debilidades

Olavo de Carvalho

Diário do Comércio, 2 de junho de 2013

Em artigo recente, expliquei que um dos mais velhos truques do movimento revolucionário é limpar-se na sua própria sujeira, cuja existência negava até a véspera.

Desde a queda da URSS, a maneira mais usual de aplicar esse truque consiste em jurar que tudo aquilo que durante setenta anos todos os comunistas do mundo chamaram de comunismo não foi comunismo de maneira alguma: foi capitalismo.

Mediante essa simples troca de palavras a ideia comunista sai limpa e inocente de todo o sangue que se derramou para realizá-la, e gentilmente solicita da plateia um novo crédito de confiança, isto é, mais sangue, jurando que desta vez vai ser um pouquinho só, um tiquinho de nada. Por exemplo, varrer Israel do mapa ou exterminar a raça branca.

O apresentador dessa modesta sugestão não explica nunca como bilhões de pessoas inspiradas na teoria histórica mais científica de todos os tempos – insuperável, no dizer de Jean-Paul Sartre –, puderam se enganar tão profundamente quanto àquilo que elas mesmas estavam fazendo, nem como foi que ele próprio, subindo acima de Lenin, de Stálin, de Mao Dzedong e de tantos luminares do marxismo, foi o primeirão a enxergar a luz.

Nem muito menos explica como é possível, de uma teoria que ensina a unidade substancial de ideia e prática, se pode obter uma separação tão radical dessas duas coisas que uma delas saia inteiramente limpa e a outra inteiramente suja.

Mas esse pessoal é assim mesmo: quando chega na página seguinte, já esqueceu a anterior.

Dois exemplos recentes vêm-nos da Sra. Lúcia Guimarães, que é talvez o caso mais típico de ignorância elegante no jornalismo brasileiro, e da srta. Yoani Sanchez, uma abnegada que procura salvar a imagem do comunismo cubano isolando-a de um breve erro de percurso de apenas meio século.

O argumento das duas é substancialmente o mesmo: não se pode culpar o comunismo por nada do que aconteceu na URSS, na China, no Camboja ou em Cuba, porque o comunismo é a posse e domínio dos meios de produção pelos proletários, e não pelo Estado como se viu nesses lugares.

Dona Lúcia chega a passar pito no dramaturgo David Mamet porque este diz que a doce promessa de Karl Marx, "De cada um conforme suas possibilidades a cada um conforme suas necessidades" não passa de uma expressão cifrada para justificar a espoliação de todos pelo Estado.

Em todos os regimes comunistas foi isso o que se deu realmente, mas ainda assim Dona Lúcia assegura que Mamet "levaria nota baixa em marxismo, porque o espantalho invocado por Mamet estava pensando numa utopia do proletariado, não do Estado".

No mesmo sentido pronuncia-se Yoani Sanchez para jurar que em Cuba nunca houve comunismo, apenas capitalismo de Estado.

Não é preciso observar que assim, com um estalar de dedos, a teoria que se apresentava como idêntica à sua encarnação histórica se torna uma ideia pura platônica, um ente metafísico separado, imune a toda contaminação deste baixo mundo.

Eu não seria cruel de esperar dessas duas criaturas a compreensão dessa sutileza, mas elas poderiam ao menos ter lido um dos mais célebres parágrafos de Karl Marx, no Manifesto Comunista:

"A última etapa da revolução proletária é a constituição do proletariado como classe dominante... O proletariado servir-se-á da sua dominação política para arrancar progressivamente todo o capital da burguesia, para centralizar todos os meios de produção nas mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado..."

Aí não existe, no mais mínimo que seja, o antagonismo que aquelas duas inteligências iluminadas acreditaram enxergar entre o Estado e o proletariado: o Estado é o proletariado organizado, o proletariado organizado é o Estado. E o proletariado organizado não é outra coisa senão o Partido.

A profecia da "autodissolução do Estado" na apoteose dos tempos é somente uma figura de linguagem, um jogo de palavras, uma pegadinha infernal. Marx explica que, como tudo pertencerá ao Estado, este já

não existirá como entidade distinta, mas a própria sociedade será o Estado.

É uma curiosa inversão da regra biológica de que quando o coelho come alface não é o coelho que vira alface, mas a alface que vira coelho. Se o Estado engole a sociedade, não é o Estado que desaparece: é a sociedade. Que a sociedade dominada, esmagada e anulada não sinta mais o peso da dominação não quer dizer que esta não exista, mas que o dominado está exausto e estupidificado demais para tomar consciência dela. É o totalitarismo perfeito em que, nas palavras de Antonio Gramsci, o poder do Partido-Estado já não é percebido como tal, mas se torna "uma autoridade onipresente e invisível como a de um imperativo categórico, de um mandamento divino".

Um exame atento dos textos de Karl Marx teria bastado, em plena metade do século 19, para perceber neles o Gulag, o Laogai e centenas de milhões de mortos, todo o terror e misérias dos regimes comunistas como consequências incontornáveis da própria lógica interna da teoria, caso tentasse sair do papel para encarnar-se na História.

Marx, Engels e Lenin em pessoa reconheceram isso inúmeras vezes, enaltecendo o genocídio e a tirania como "parteiros da História". Que, decorridos cento e sessenta e tantos anos, ainda haja tantas pessoas que insistam em explicar como fruto de desagradáveis coincidências aquilo que a própria teoria exige como condição sine qua non da sua realização é, decerto, uma das provas mais contundentes de uma

debilidade intelectual que não deixa de refletir, talvez, alguma debilidade de caráter.

Diferenças específicas

Olavo de Carvalho

Jornal da Tarde, 8 de janeiro de 2004

Caracterizado o marxismo como cultura, é necessário dar mais precisão ao diagnóstico por meio de algumas diferenças específicas.

O marxismo não é um processo cultural autônomo, mas uma transmutação ocorrida no seio do movimento revolucionário mundial, que àquela altura já tinha uma tradição centenária e uma identidade definida, ao ponto de ser popularmente designado pela simples expressão “o movimento” ou “a causa”, malgrado a coexistência, nele, de uma infinidade de correntes e subcorrentes em disputa.

O *Manifesto Comunista* de 1848 apresenta-se como superação e absorção desse movimento desordenado numa totalidade superior. Daí por diante, as relações entre o marxismo e as demais correntes revolucionárias foram as do patrão com seus empregados, que a seu capricho ele convoca, demite, expulsa ou chama de volta.

Foi assim que ele pôde condenar como revolta pequeno-burguesa os protestos existenciais de ordem sexual ou impugnar o nacionalismo como o pior inimigo da revolução proletária, e logo em seguida convocar um e outro para que servissem sob suas fileiras. Sua capacidade de absorção e expulsão é ilimitada, já que ele não tem de dar satisfações senão à prioridade única, que é a sua própria subsistência e expansão, toda consideração de veracidade ou moralidade sendo rebaixada, pragmaticamente, à condição de *ancilla revolutionis*. Oportunismo levado às últimas conseqüências, seu total descompromisso com a verdade pode ser medido pela constância com que o movimento comunista anuncia sua vitória próxima contra as nações capitalistas e, ao mesmo tempo, jura que nem sequer existe materialmente, denunciando como paranóia e “teoria da conspiração” qualquer tentativa de identificar sua rede de organizações e seus modos de ação. Aqui também a comparação com as religiões dogmáticas é inadequada. Nenhum fanatismo religioso produziu esse tipo de sociopatia em massa.

A diferença fundamental entre o marxismo e as demais culturas é que para estas últimas o teste decisivo é a adaptação ao ambiente natural, a organização da economia. Qualquer cultura que falhe neste ponto está condenada a desaparecer. O marxismo, ao contrário, cujo completo fracasso econômico em todas as nações que dominou são notórios (valendo lembrar que nenhuma organização econômica jamais conseguiu matar de fome 10 milhões de pessoas de uma só vez, como o “Grande Salto para a Frente” da agricultura chinesa), parece

tirar desse resultado as mais extraordinárias vantagens, crescendo em prestígio e força política quanto mais se torna frágil e dependente da ajuda dos países capitalistas.

Sua incapacidade de explorar eficazmente um território, comparada à brutal eficiência no expandir-se dentro do território alheio, mostra que o marxismo não existe como cultura em sentido pleno, capaz de afirmar seu valor contra a resistência do ambiente material, mas apenas como subcultura parasita incrustada numa sociedade que ele não criou e com a qual não pode competir.

Subcultura parasita da cultura ocidental moderna, o marxismo não é capaz de substituí-la, mas é capaz de enfraquecê-la e levá-la à morte. O parasita, porém, não pode subsistir fora do corpo que explora, e a debilitação do organismo hospedeiro dá margem à ascensão de uma outra cultura concorrente, a islâmica -- esta sim cultura em sentido pleno --, a cujo combate anti-ocidental o marxismo acaba servindo de força auxiliar enquanto procura utilizar-se dele para seus próprios fins. A adesão islâmica de importantes pensadores marxistas como Roger Garaudy e a “aliança anti-imperialista” de comunistas e muçulmanos são símbolos de um processo muito mais complexo de absorção do marxismo, que alguns teóricos islâmicos descrevem assim: a luta pelo socialismo é a etapa inicial e inferior de um processo revolucionário mais vasto que acrescentará à “libertação material” dos povos a sua “libertação espiritual” pela conversão mundial ao Islam. Ao mesmo tempo, os marxistas acreditam

dirigir o processo e utilizar-se da rebelião islâmica como em outra época usaram de variados movimentos nacionalistas, sufocando-os em seguida.

Se os marxistas são a tropa-de-choque da revolução islâmica ou os muçulmanos a ponta-de-lança do movimento comunista, eis a questão mais interessante para quem deseje saber para onde irá o mundo nas próximas décadas.

Meira Penna, psicólogo social

Comunicação enviada por Olavo de Carvalho ao simpósio do
Instituto Liberal

(Londrina, 12 de setembro de 1989) em homenagem ao embaixador
José Osvaldo de Meira Penna.

Lamento não poder estar presente para ajudar pessoalmente a purgar esse medonho pecado da inteligência nacional, que é o desinteresse geral pela obra notabilíssima de José Osvaldo de Meira Penna. Lamento-o, sobretudo, justamente porque, de todos os aspectos dessa obra rica e multilateral, o mais digno de nota, pela originalidade e pioneirismo, é justamente este que me caberia examinar nesse simpósio. Meira Penna repórter e viajante ("Xangai"), Meira Penna filósofo político ("Ideologias do Século XX"), Meira Penna historiador das idéias ("O Espírito das Revoluções"), Meira Penna sociólogo da burocracia brasileira ("O Dinossauro"), são apenas algumas facetas desse espírito poliédrico que, do

ponto de vista da expressão literária, deve ser colocado, sem hesitação, entre os nossos melhores escritores. Mas é sobretudo como psicólogo social que ele fez algo cuja importância nenhum brasileiro consciente pode ignorar, o que significa que, se muitos o ignoram, é porque estão menos conscientes do que se imaginam. Esse déficit de consciência, que todos no fundo sentem, encontra um falso alívio, de tempos em tempos, em manifestações de rebeldia, mas meramente teatrais, passivas e doentes, pois se esgotam no mero protesto e, tendo protestado, já crêem ter feito o melhor que podiam. Sonhar que acorda é a melhor maneira de o preguiçoso enganar o despertador.

Os estudos sociais, no Brasil, começaram, no século passado, sob o patrocínio do positivismo, do evolucionismo e do materialismo em geral. O marxismo, que veio a dominá-los no século XX e que ainda é a chave dominante do debate social brasileiro, é digno herdeiro e continuador dessas escolas. Sua influencia vai bem além do círculo dos marxistas "ex professo" e domina, por sua influencia residual quase hipnótica, até mesmo boa parte do pensamento que se imagina ou se pretende mais hostil ao comunismo. Domina, é claro, menos pelo influxo positivo do que, negativamente, pelas limitações e viseiras que impõe, como tabiques, ao olhar do investigador.

O mais espesso desses tabiques é aquele preceito metodológico que, ordenando começar o exame da sociedade humana pelos seus fundamentos econômicos e tentar explicar por estes as manifestações -- ditas "superestruturais" -- da

política, da religião, da moral e da cultura, acaba por confundir o cardápio com a comida e por persuadir-se, de maneira preguiçosa e semiconsciente, de que a sociedade efetivamente é assim e assim funciona: do econômico para cima. E como o trajeto da base econômica, isto é, do econômico supostamente básico, até as mais etéreas construções do pensamento abstrato pode ser bem longo, tortuoso e cheio de hiatos, a dificuldade mesma de percorrê-lo acaba por fazer com que todas as atenções dos estudiosos se gastem nesse esforço -- e o resultado final é que todos se transformam, mesmo a contragosto, em remendadores do marxismo. Numa comédia com Walther Mathau e Jack Lemmon, inspirada numa peça de grande sucesso na Broadway, "A Primeira Página", um dos personagens, tendo levado um tiro nos testículos, se torna famoso e rico como escritor graças ao sucesso do seu livro "As Delícias da Impotência". O sucesso do marxismo é precisamente desse tipo: a impossibilidade de produzir com base nele uma descrição adequada da sociedade faz com que as tentativas se renovem indefinidamente, com o que, se nenhum resultado válido se obtém do ponto de vista científico, ao menos algo se ganha do ponto de vista editorial e político, pois o marxismo acaba se tornando, no fim das contas, o único assunto dos cientistas sociais. E qualquer cientista social acusado de marxista fanático pode enfim responder: Sou, mas quem não é?

Para sair disso, de nada adianta combater o marxismo, ao menos no campo da ciência social. Todo argumento alegado contra o marxismo busca

provar, antes de tudo, a falácia da sua argumentação econômica, e, no esforço de deduzir dessa prova uma nova visão da sociedade humana, o que se consegue é apenas construir um edifício similar ao marxismo, no qual a base econômica, ou pelo menos a discussão dela, é o fundamento de tudo o mais. É óbvio que esse tipo de argumentação pode ser em seguida facilmente absorvido e integrado no marxismo mesmo, mui dialeticamente. Contribui para tanto, de maneira ainda mais alucinante, a mania nacional de economia. Com a mediocrização da cultura, todas as discussões se tornam políticas e, com a mediocrização da política, todas as discussões se concentram na economia. As páginas de economia, que no meu tempo de jornalista econômico ninguém lia, tornaram-se desde a década de 80 a seção nobre dos jornais, monopolizando pelo menos metade das manchetes a cada ano. Com isto, torna-se incoercível a tendência generalizada para fazer girar em torno do econômico o que possa restar de discussões políticas, culturais, morais, etc. Enfim, o sujeito mesmo que do alto dos escombros do muro de Berlim declara que o marxismo está falecido acaba, ele próprio, por demonstrar a vitalidade do defunto, ao apelar a argumentos econômicos para explicar a queda do comunismo. Pelo menos no que diz respeito ao economicismo, o marxismo está vivo e bem vivo, no mínimo como um defunto que, assumindo a forma sutil de fantasma, se assenhoreasse do corpo do seu próprio coveiro para nele sobreviver na condição de parasita invisível.

Para escapar do íncubo marxista, não basta falar mal dele. É preciso, decididamente, tomar outra direção,

contornar as discussões sem fim sobre as bases econômicas da História, experimentar olhar a sociedade humana por outras chaves e demonstrar que estas são mais eficazes e dotadas de maior força explicativa.

Pouquíssimos estudiosos brasileiros se aventuraram nessa direção. E, dentre os que o fizeram, a maioria, por timidez ou obediência residual ao fantasma da autoridade científica marxista, acaba voltando sempre ao mesmo vocabulário -- as classes sociais, os meios de produção, etc. etc. etc. --, isto quando não regridem mais ainda, apelando a conceitos da ciência materialista pré-marxista e falando em raças, em hereditariedade, em condicionamento geográfico e assim por diante.

Não escapam totalmente dessa derrota regressiva nem mesmo um Oliveira Vianna, um Gilberto Freyre, um Raymundo Faoro, um José Honório Rodrigues, isto para não falar da legião de estudiosos de segundo plano que superlotam um país que é, pelos meus cálculos, o recordista mundial de cientistas sociais "per capita".

Dos muitos livros que li sobre o Brasil, só uns poucos ousavam buscar chaves explicativas totalmente diferentes, irreduzíveis a todo cientificismo materialista e a todo marxismo residual. Um foi "O Patriarca e o Bacharel", de Luís Martins, que estudava certas condutas típicas da nossa classe dominante a luz da psicanálise ortodoxa. Mas, depois de Herbert Marcuse, tornou-se fácil reintegrar na vulgata marxista qualquer diagnóstico psicossocial freudiano, e com isto o livro de Luís Martins perdeu o

veneno. Outro foi "Desenvolvimento e Cultura", de Mário Vieira de Mello, que, abordando o esteticismo congênito da nossa cultura letrada, herdado de Rousseau e Schopenhauer, acabava por encontrar para certas constantes da vida nacional explicações bem mais sólidas e razoáveis do se poderiam encontrar em qualquer neomarxismo consciente ou inconsciente, seja uspiano, puquiano, isebiano ou o escambau. Mas Vieira de Mello não voltou ao assunto. Derivou para temas doutrinários de filosofia política, e o veio aberto pela sua sondagem da nossa psicologia nacional permaneceu inexplorado. Só quem ousou abrir um novo caminho e percorrê-lo, com notável teimosia, até consolidar certos resultados na forma de uma visão integral da sociedade brasileira, foi José Osvaldo de Meira Penna.

Seus livros "Psicologia do Subdesenvolvimento" e "Em Berço Esplendido", embora construídos de ensaios independentes, acabam por constituir uma abordagem metódica e integral da nossa sociedade desde o ponto de vista da psicologia junguiana, isto é, desde um ponto de vista que nem deve o que quer que seja a tradição marxista e materialista dos nossos estudos sociais, nem pode ser reduzido aos pressupostos dessa tradição por nenhum procedimento lógico imaginável. Se Meira Penna não pode ser engolido no ventre do bicho-papão universitário, não é apenas porque desagrada ao paladar desse gordo animal que nada rejeita, tudo absorve e tudo transforma em marxismo. É porque ele é, de fato, um corpo estranho. É porque não existe nenhuma operação intelectual, por mais engenhosa,

que possa reduzir a vulgata acadêmica brasileira uma visão da sociedade brasileira que começa por enfocá-la não desde o PNB ou desde a distribuição da propriedade territorial, mas -- com o perdão da palavra -- desde a alma.

Quando digo abordagem metódica e integral estou dizendo que, nesses estudos, a metodologia é explícita e sua aplicação se estende a praticamente todos os aspectos mais salientes da vida nacional, desde a administração pública até o convívio familiar e os sentimentos íntimos, tudo sistematicamente ordenado segundo os conceitos e categorias da escola junguiana, que Meira Penna domina, segundo me parece, melhor do que qualquer psicólogo de ofício neste país.

Mas, quando digo escola, é preciso ver que o faço "cum grano salis". A escola junguiana pode ser acusada de tudo (e eu próprio a acuso de muitas coisas), menos do rígido ortodoxismo que se imputa, com razão, à psicanálise freudiana. Pela própria ordem e seqüência que Carl-Gustav Jung impôs ao seu trajeto de investigador -- ou antes, que lhe foi imposta pela experiência da vida --, a auto-realização do eu consciente entra aí como o centro e a chave da visão da sociedade e do mundo, o que significa que, com a variedade inesgotável das evoluções individuais, novas e novas formas de investigação se tornam possíveis, tornando a influencia junguiana uma espécie de "spray" disseminado invisivelmente no ar e assumindo mil formas, de modo bem diferente da marcha monolítica das bem disciplinadas legiões freudianas. Daí que, na

aplicação das descobertas de Jung ao estudo da vida social ou do que quer que seja, a margem de originalidade possível é bem ampla. No caso de Meira Penna, essa originalidade provém sobretudo de que, não sendo somente um psicólogo social junguiano, mas também um profundo doutrinário e polemista liberal, ele produziu uma síntese pessoalíssima da visão arquetipal junguiana da sociedade com a sua própria abordagem de certos fenômenos brasileiros observados desde o ponto de vista de uma crítica liberal, como o burocratismo estatal, o juridicismo desvairado, a ilegalidade consentida, etc. etc.

Se eu estivesse fisicamente presente nesse simpósio, não resistiria à tentação de descrever com mais detalhes o resultado dessa abordagem -- um misto de junguismo, filosofia liberal e tropicologia que é uma das visões mais esclarecedoras, consistentes, humanas e interessantes que alguém já produziu sobre a nossa vida e o nosso país.

À distância, e por escrito, não posso senão repetir que nenhum brasileiro consciente pode ignorar essa visão. A "Psicologia do Desenvolvimento" e "Em Berço Esplendido" são um duplo toque do despertador. Eles não deixam você fingir que acorda. Eles sacodem você da cama e, em vez de apenas sonhar com alternativas ao marxismo, provam o movimento andando.

Se Meira Penna não houvesse escrito mais nada, só com esses dois livros ele já estaria colocado num posto bem alto no panteão de clássicos dos estudos brasileiros. Que poucos tenham percebido que ele já

está lá faz tempo, é algo que em nada depõe contra ele. Depõe é contra os muitos, que, para variar, não sabem o que estão perdendo. Quanto a vocês, aqui reunidos, os "happy few", o seletos fã-clube de Meira Penna, cumprimento-os pelo seu discernimento e bom gosto, o que no fim das contas, me desculpem, é cumprimentar a mim mesmo, que há décadas sou sócio-atleta desta bem-aventurada confraria.

Muito obrigado pela sua atenção.

Explicação terapêutica

Olavo de Carvalho
Época, 12 de maio de 2001

Por que o marxismo é uma doença da alma e por que os doentes fogem do tratamento

Quando digo que a honestidade intelectual é incompatível com a contaminação marxista da inteligência, não há nisso nenhuma “tomada de posição ideológica”. Há, sim, a conclusão de mais de 20 anos de estudos, durante os quais me abstive de opinar em matéria política justamente para evitar que uma “tomada de posição” falseasse minha visão do assunto.

Uma das conclusões a que cheguei é que não pode haver honestidade se o opinador não distingue, em suas idéias, o que é conhecimento da realidade e o que é ativa intervenção nela: ninguém pode escapar da ilusão e da mentira se seus pensamentos são profecias auto-realizáveis.

Ora, no marxismo, especulação e ação vêm essencialmente confundidas porque ele rejeita *in limine* qualquer conhecimento puramente teórico ou contemplativo. Para o marxista, a separação de teoria e prática é “formalismo burguês”: só podemos conhecer a realidade mergulhando de cabeça no processo ativo de sua transformação. Essa idéia penetrou fundo na mentalidade dos intelectuais e hoje impera, seja como dogma estabelecido, seja como pressuposto inconsciente, sobre todos os debates públicos neste país ou onde quer que o marxismo tenha exercido uma influência determinante.

Acontece que essa é talvez a idéia mais enganosa que alguém já teve. Enquanto não a varrermos das cabeças pensantes, não haverá honestidade, sinceridade e realismo em nenhuma discussão política ou cultural.

A “união de teoria e prática” exerce sobre as consciências um apelo muito forte porque nela reconhecem, instintivamente, sua própria linguagem interior, ignorada pelo realismo frio das filosofias científicas. Na esfera da alma individual, teoria e prática são de fato inseparáveis. Quando tomo consciência de um dado de minha realidade pessoal, o conhecimento adquirido se incorpora,

imediatamente, a essa própria realidade. O preguiçoso que toma consciência de que é preguiçoso já não é apenas um preguiçoso: é um preguiçoso consciente. A consciência da preguiça já não é pura visão teórica: ela age imediatamente sobre a realidade conhecida e a transforma.

Ora, a escala do coletivo, do histórico, do social, que é onde o marxismo e seus resíduos afirmam resolutamente a união de teoria e prática, é precisamente onde ela não pode se realizar de maneira alguma. Supondo-se, por exemplo, que a visão marxista da classe proletária fosse certa, nem por isso ela se impregnaria automaticamente na prática das lutas proletárias como a consciência da preguiça se impregna na alma do preguiçoso. Entre a teoria na mente de Marx e a revolução proletária no mundo real, algumas décadas de propaganda teriam de ser percorridas. Não há transmissão automática dos pensamentos dos filósofos às ações da multidão. Na verdade, 150 anos de marxismo não bastaram para metê-lo na cabeça dos trabalhadores do mundo, malgrado os prodigiosos esforços da propaganda soviética.

Ao afirmar a unidade intrínseca e essencial daquilo que só pode ser unido por muito trabalho e artifício, o marxismo falseia, na base, os dois pilares da inteligência humana: o conhecimento e a ação.

Quem quer que tenha se deixado levar pelos encantos do marxismo está gravemente contaminado por uma mentira fundamental, que, se não for erradicada, acabará por falsear todo o seu pensamento. Só que, como na escala individual consciência e realidade

estão de fato unidas, a falsidade não será só do pensamento: será também da personalidade, dos atos, da vida.

Eis por que combater o marxismo não é só combater uma “opinião” como qualquer outra: é convocar de volta à autenticidade da vida seres humanos que alienaram suas existências no altar de uma farsa e que já não sabem como sair dela. É psicoterapia, no sentido mais nobre da palavra. Se me odeiam por praticá-la, isso reflete apenas o terror pânico com que os fantasmas da neurose reagem ante a chegada da elucidação terapêutica.

A promessa autoadiável

Olavo de Carvalho

Diário do Comércio, 30 de agosto de 2010

Quando o nosso presidente diz: “Ainda não sabemos que tipo de socialismo queremos”, ele ecoa aquilo que é talvez o mais clássico *Leitmotiv* do pensamento revolucionário. Karl Marx já opinava que era inútil tentar descrever como seria o socialismo, já que este iria se definindo a si mesmo no curso da ação anticapitalista. O argumento com que Lula justifica sua afirmativa – leiam em *America Libre* – é exatamente esse. Em 1968, entre as explosões de coquetéis Molotov que tiravam o sono do *establishment* francês, Daniel Cohn-Bendit declarava, com orgulho, que os estudantes revolucionários queriam “uma forma de organização social radicalmente nova, da qual não sabem dizer,

hoje, se é realizável ou não”. E a versão mais sofisticada do marxismo no século XX, a Escola de Frankfurt, baseou-se inteiramente na convicção de que qualquer proposta definida para a construção do socialismo é bobagem: só o que importa é fazer “a crítica radical de tudo quanto existe”. Critiquem, acusem, caluniem, emporcalhem, destruam tudo o que encontrem pela frente, e alguma coisa melhor vai acabar aparecendo espontaneamente. Se não aparecer, tanto melhor: a luta continua, como diria Vicentinho. Herbert Marcuse resumiu o espírito da coisa em termos lapidares: “Por enquanto, a única alternativa concreta é somente uma negação.” Tal como o Deus da teologia apofática, o alvo final do movimento revolucionário é sublime demais para que seja possível dizer o que é: só se pode dizer o que não é – e tudo o que não participa da sua indefinível natureza divina está condenado à destruição. Destruição que não virá num Juízo Final supramundano, com a repentina absorção do tempo na eternidade – coisa na qual os revolucionários não acreditam –, e sim dentro da História terrestre mesma, numa sucessão macabra de capítulos sangrentos: não podendo suprimir todo o mal num relance, só resta ao movimento revolucionário a destruição paciente, progressiva, obstinada, sem limite, nem prazo, nem fim. Cumpre-se assim a profecia de Hegel, de que a vontade de transformação revolucionária não teria jamais outra expressão histórica senão “a fúria da destruição” (v. meu artigo “Uma lição de Hegel”, aqui publicado em 14 de novembro de 2008, <http://www.olavodecarvalho.org/semana/o81114dc.html>).

Nessas condições, é óbvio que duzentos milhões de cadáveres, a miséria e os sofrimentos sem fim criados pelos regimes revolucionários não constituem objeção válida. O revolucionário faz a sua parte: destrói. Substituir o destruído por algo de melhor não é incumbência dele, mas da própria realidade. Se a realidade não chega a cumpri-la, isso só prova que ela ainda é má e merece ser destruída um pouco mais.

É claro que, na política prática, os revolucionários terão de apresentar algumas propostas concretas, uma aqui, outra acolá, seduzindo mediante engodo os patetas que não compreendem a sublimidade do negativo. Mas essas propostas não visam jamais a produzir no mundo real os benefícios que anunciam: visam somente a enfatizar a maldade do mundo e a aumentar, na mesma proporção, a força de empuxe do movimento destruidor. Eis a razão pela qual este último não conhece fracassos: como o processo avança mediante contradições dialéticas, todo fracasso de uma proposta concreta, aumentando a quota de mal no mundo, se converte automaticamente em sucesso da obra revolucionária de destruição. Nada incrementou o poder do Estado comunista como o fracasso retumbante da coletivização da agricultura na URSS e na China (50 milhões de mortos em menos de dez anos). O fracasso de Stalin em usar o nazismo como ponta-de-lança para a invasão das democracias ocidentais converteu-se em aliança destas com os soviéticos e na subsequente concessão de metade do território europeu ao domínio comunista: precisamente o objetivo inicial do plano. A queda da URSS, em vez

de extinguir o comunismo, espalhou-o pelo mundo todo sob novas identidades, confundindo o adversário ao ponto de induzir os EUA à passividade cúmplice ante a ocupação da América Latina pelos comunistas. E assim por diante.

Mais ainda: como as propostas concretas não têm nenhuma importância em si mesmas, não apenas cabe trocar uma pela outra a qualquer momento, mas pode-se com igual desenvoltura defender políticas contraditórias simultaneamente, por exemplo incentivando o *sex lib*, o feminismo e o movimento *gay* no Ocidente, ao mesmo tempo que se fomenta o avanço do fundamentalismo islâmico que promete matar todos os libertinos, feministas e *gays*. Só se escandaliza com isso quem seja incapaz de perceber a beleza dialética do processo.

Se não têm nenhum compromisso com qualquer proposta concreta, muito menos podem os revolucionários ter algum sentimento de culpa ante os resultados medonhos das suas ações. O que quer que aconteça no trajeto é sempre explicado, seja como destruição necessária, justa portanto, seja como reação do mundo mau, que deste modo atrai sobre si novas destruições, ainda mais justas e necessárias. Isso é tanto mais assim porque o estado paradisíaco final a ser atingido (ou a demonstrar-se impossível por ser o mundo ainda mais mau do que o revolucionário supunha no começo) não pode ser descrito ou definido de antemão, mas tem de criar-se por si mesmo no curso do processo. Por isso o movimento revolucionário não pode reconhecer como obra sua nenhum estado de coisas que ele

venha a produzir historicamente. O que quer que esteja acontecendo não é jamais – “ainda” não é – o socialismo, o comunismo, a jóia perfeita na qual o movimento revolucionário poderá reconhecer, no momento culminante do Fim da História, o seu filho unigênito: é sempre uma transição, uma etapa, uma conjuntura provisória, criada não pelo movimento revolucionário, mas pelo confronto entre este e o mundo mau; confronto que por sua vez faz parte, ainda, do próprio mundo mau, ao qual portanto cabem todas as culpas.

Por sua própria natureza, a promessa indefinida é auto-adiável, e nenhum preço que se pague por ela pode ser considerado excessivo, não sendo possível um cálculo de custo-benefício quando o benefício também é indefinido.

A oitava maravilha do mundo, na minha modesta opinião, é que pessoas alheias ou hostis aos ideais revolucionários imaginem ser possível uma convivência pacífica e democrática com indivíduos que, pela própria lógica interna desses ideais, se colocam acima de todo julgamento humano e só admitem como medida das suas ações um resultado futuro que eles mesmos não podem nem querem dizer qual seja ou quando virá. Só o conservador, o liberal-democrata, o crente devoto da ordem jurídica, pode imaginar que a disputa política com os revolucionários é uma civilizada concorrência entre iguais: o revolucionário, por seu lado, sabe que seu antagonista não é um igual, não é nem mesmo um ser humano, é um desprezível mosquito que só existe para ser esmagado sob as rodas do carro da História.

O povo e a ralé

Olavo de Carvalho

Diário do Comércio, 17 de abril de 2015

Karl Marx podia ter todos os defeitos do mundo, desde a vigarice intelectual até as hemorroidas, mas ele sabia que a palavra “proletário” significa “gente que trabalha” e não qualquer Zé-Mané.

Ele combatia o capitalismo porque achava que os ricos enriqueciam tomando o dinheiro dos pobres, o que é talvez a maior extravagância matemática que já passou por um cérebro humano, mas, reconheça-se o mérito, ele nunca confundiu trabalhador com vagabundo, povo com ralé.

Alguns discípulos bastardos do autor de “O Capital”, uns riquinhos muito frescos e pedantes, fundaram um instituto em Frankfurt com o dinheiro de um milionário argentino e resolveram que valorizar antes o trabalho honesto do que os vícios e o crime era uma deplorável concessão de Marx ao espírito burguês.

Usando dos mais requintados instrumentos da dialética, começaram ponderando que o problema não era bem o capitalismo e sim a civilização, e terminaram tirando daí a conclusão lógica de que para destruir a civilização o negócio era dar força aos incivilizados contra os civilizados.

Os frankfurtianos não apostavam muito no paraíso socialista, mas acreditavam que a História era movida pela força do “negativo” (uma sugestão de Hegel que eles tomaram ao pé da letra), e que, portanto, o mais belo progresso consiste em destruir, destruir e depois destruir

mais um pouco.

Tentar ser razoável era apenas “razão instrumental”, artifício ideológico burguês. Séria mesmo, só a “lógica negativa”.

A destruição era feita em dois planos.

Intelectualmente, consistia em pegar um a um todos os valores, símbolos, crenças e bens culturais milenares e dar um jeito de provar que no fundo era tudo trapaça e sacanagem, que só a Escola de Frankfurt era honesta, precisamente porque só acreditava em porcaria – coisa que seu presidente, Max Horkheimer, ilustrou didaticamente pagando salários de fome aos empregados que o ajudavam a denunciar a exploração burguesa dos pobres.

Isso levou o nome hegeliano de “trabalho do negativo”. A premissa subjacente era:

- Se alguma coisa sobrar depois que a gente destruir tudo, talvez seja até um pouco boa. Não temos a menor ideia do que será e não temos tempo para pensar em tamanha bobagem. Estamos ocupados fazendo cocô no mundo.

No plano da atividade militante, tudo o que é bom deveria ser substituído pelo ruim, porque nada no mundo presta, e só a ruindade é boa. A norma foi seguida à risca pela indústria de artes e espetáculos. A música não podia ser melodiosa e harmônica, tinha de ser no mínimo dissonante, mas de preferência fazer um barulho dos diabos.

No cinema, as cenas românticas foram substituídas pelo sexo explícito. Quando todo mundo enjoou de sexo, vieram doses mastodônticas de sangue, feridas supuradas, pernas arrancadas, olhos furados, deformidades físicas de toda sorte – fruição estética digna de uma plateia high brow.

Nos filmes para crianças, os bichinhos foram substituídos

por monstremos disformes, para protegê-las da ideia perigosa de que existem coisas belas e pessoas boas. Na indumentária, mais elegante que uma barba de três dias, só mesmo vestir um smoking com sandálias havaianas -- com as unhas dos pés bem compridas e sujas, é claro.

A maquiagem das mulheres deveria sugerir que estavam mortas ou pelo menos com Aids. Quem, na nossa geração, não assistiu a essa radical inversão das aparências? Ela está por toda parte.

Logo esse princípio estético passou a ser também sociológico. O trabalhador honesto é uma fraude, só bandidos, drogados e doentes mentais têm dignidade.

Abaixo o proletariado, viva a ralé. De todos os empreendimentos humanos, os mais dignos de respeito eram o sexo grupal e o consumo de drogas.

De Gyorgy Lukacs a Herbert Marcuse, a Escola de Frankfurt ilustrou seus próprios ensinamentos, descendo da mera revolta genérica contra a civilização à bajulação ostensiva da barbárie, da delinquência e da loucura.

Vocês podem imaginar o sucesso que essas ideias tiveram no meio universitário. Desde a revelação dos crimes de Stálin, em 1956, o marxismo ortodoxo estava em baixa, era considerado coisa de gente velha e careta.

A proposta de jogar às urtigas a disciplina proletária e fazer a revolução por meio da gostosa rendição aos instintos mais baixos, mesmo que para isso fosse preciso a imersão preliminar em algumas páginas indecifráveis de Theodor Adorno e Walter Benjamin, era praticamente irresistível às massas estudantis que assim podiam realizar a coincidentia oppositorum do sofisticado com o animalesco.

Com toda a certeza, a influência da Escola de Frankfurt, a partir dos anos 60 do século passado, foi muito maior

sobre a esquerda nacional que a do marxismo-leninismo clássico.

Sem isso seria impossível entender o fenômeno de um partido governante que, acuado pela revolta de uma população inteira, e não tendo já o apoio senão da ralé lumpenproletária remunerada a pão com mortadela e 35 reais, ainda se fecha obstinadamente na ilusão de ser o heroico porta-voz do povão em luta contra a “elite”.

Dois anos atrás, já expliquei neste mesmo jornal (leia aqui) que uma falha estrutural de percepção levava a esquerda nacional a confundir sistematicamente o povo com o lumpenproletariado, de tal modo que, favorecendo o banditismo e praticando-o ela própria em doses continentais, ela acreditava estar fazendo o bem às massas trabalhadoras, as quais, em justa retribuição de tamanha ofensa, hoje mostram detestá-la como à peste.

O Caderno de Teses do V Congresso do PT é um dos documentos mais reveladores que já li sobre o estado subgalináceo a que os ensinamentos de Frankfurt podem reduzir os cérebros humanos.

Intelectuais Marxistas

Afinal, lutamos contra quem?

Olavo de Carvalho

Diário do Comércio, 11 de fevereiro de 2008

Há quase oitenta anos o movimento revolucionário conseguiu definir o objetivo unificado dos seus esforços, o que desde então lhe permite obter sucesso crescente em ações estratégicas de escala mundial, passando por cima de suas inumeráveis divergências internas e até utilizando-as proveitosamente como instrumentos de camuflagem ou de adaptação à variedade das circunstâncias. Esse objetivo – destruir a civilização do Ocidente – foi delineado de maneira simultânea por três fontes independentes: o filósofo marxista húngaro Georg Lukacs, o líder comunista italiano Antonio Gramsci e os cientistas sociais da Escola de Frankfurt.

À medida que essas vozes se afirmavam como as mais influentes sobre a intelectualidade esquerdista, a consciência do objetivo se disseminava por todos os ramos do movimento revolucionário, preparando as grandes guerras culturais de agressão que eclodiriam a partir da década de 60 e que, indiferentes à queda da URSS, prosseguem até hoje com intensidade crescente, alcançando vitórias cada vez mais devastadoras, entre as quais a conquista de praticamente todo o *establishment* cultural, midiático e universitário norte-americano, a

imposição de normas "politicamente corretas" ao vocabulário dos debates públicos em toda parte e a destruição das defesas culturais de quase todas as nações européias, colocando-as de joelhos ante a prepotência do inimigo. Em todos esses casos, o símbolo unificante por trás das forças prodigiosamente variadas utilizadas no ataque é sempre o mesmo: o ódio comum à civilização do Ocidente permite que os mais empedernidos machistas islâmicos marchem, nas ruas de Nova York e Paris, de mãos dadas com militantes gayzistas, feministas e abortistas que nos seus próprios países eles condenariam sumariamente à morte.

O fato de que a civilização odiada não seja um bloco homogêneo, mas um amálgama desnorteantemente confuso de correntes incompatíveis entre si, não perturba em nada os seus detratores nem torna menos certa a sua pontaria. "Civilização ocidental", tal como eles a entendem, não é um conceito racionalmente definível, é um símbolo: basta mirar nessa direção e o que quer que esteja por perto será atingido pelo disparo. Símbolos existem precisamente para unificar os contrários: se você quer destruir a civilização ocidental, pode confortavelmente acusá-la de materialismo cientificista ou de teocratismo cristão, de expansionismo imperialista ou de autodissolução decadentista, de libertinismo obsceno ou de moralismo repressor. No mundo dos símbolos, como já notava o lobo da fábula, a água do rio corre nas duas direções.

Longe de mim a intenção de sugerir que o movimento revolucionário esteja investindo contra moinhos de vento. Ao contrário, quando se trata de dirigir movimentos de massa e coordenar uma multiplicidade de forças em combate, o símbolo é um guia mais eficiente para a ação do que os mais elaborados conceitos científicos. Estes, por sua própria natureza, só podem apreender frações abstrativas da experiência, não a realidade concreta. O símbolo, justamente por sintetizar aspectos contraditórios, dirige o olhar no rumo certo, identificando o alvo real mesmo quando não se tem dele uma compreensão conceitual clara, o que é precisamente o caso: a *intelligentzia* revolucionária não é capaz de dizer nada de coerente ou valioso quanto à civilização ocidental (ao contrário, os escritos esquerdistas borbulham de idiotices a esse respeito), mas consegue perfeitamente enxergar onde ela está e quais os pontos vulneráveis onde pode atingi-la com seus ataques. A entidade contra a qual se voltam é opaca e intelectualmente inapreensível, mas é real e presente o bastante para sentir a dureza dos golpes que a atingem.

Tão abrangente é a força unificadora do símbolo por trás da multiplicidade dos alvos, que até mesmo as culpas do próprio movimento revolucionário podem ser imputadas à sua vítima, permitindo descarregar sobre ela todo o ódio e o desprezo inconscientes que ele foi acumulando contra si mesmo ao longo de sua história de crimes e horrores. Não há um só esquerdista no mundo que se admita moralmente culpado pelo genocídio soviético, chinês ou cambojano. Quanto mais horror essas realidades lhe

inspiram, mais monstruoso lhe parece o capitalismo ocidental. A imunidade à culpa é um dos traços definidores da mentalidade revolucionária, mas até o século XX esse traço só aparece de maneira localizada, limitado a grupos militantes bem definidos. Foi só a partir dos anos 60 que ela se disseminou entre massas inteiras da população, quando a imagem simbólica da vítima expiatória se tornou universalmente visível: das cavernas da Al-Qaeda até os campi universitários da Califórnia, do alto comando dos organismos internacionais até os bas-fonds dos clubes de sadomasoquismo, odiar o Ocidente é o salvo-conduto que garante a liberdade ilimitada de pecar e delinquir sem culpas.

Canalizando contra esse alvo simbólico todas as culpas e ressentimentos da humanidade, o movimento revolucionário superou as limitações de um discurso ideológico que só apelava a parcelas específicas da população. Erigiu-se em administração global do ódio psicótico organizado. Foi um tremendo "salto qualitativo", como diria Mao Dzedong. Acompanhado da substituição da antiga estrutura partidária hierárquica pela nova organização flexível em "redes", ele aumentou a força de agressão psicológica do movimento ao ponto de torná-lo imune à revelação de seus crimes e de seus mais escandalosos fracassos no campo econômico-social.

Não deixa de ser interessante observar que esse feito foi obra póstuma de pensadores que, em vida, pareciam deslocados das correntes dominantes do comunismo internacional. Em Moscou e Pequim,

Lukacs, Gramsci e os frankfurtianos permaneceram longamente ignorados. Foram seus seguidores em Nova York e Paris que renovaram de alto a baixo o movimento revolucionário a partir dos anos 60, integrando na nova perspectiva até mesmo certas correntes de ressentimento que a velha ortodoxia comunista teria desprezado como anárquicas e pequeno-burguesas, como por exemplo o gayzismo ou o movimento pela liberação das drogas. Nessa perspectiva, a queda da URSS, longe de poder ser considerada uma derrota, foi mesmo um sacrifício necessário para o revigoramento geral do organismo revolucionário. A revolução na revolução, como a chamou Régis Débray, realizou-se por meios que o próprio Débray, na ocasião, não podia imaginar.

Mas o que é mais importante observar, nessa ordem de estudos, é que, se a unificação do alvo simbólico foi o princípio do *upgrade* revolucionário, nada de semelhante se observa no campo oposto. Por toda parte, a reação conservadora (no Brasil às vezes chamada de “liberal”) continua dispersa e fragmentária, voltando-se contra alvos parciais e contraditórios por trás dos quais não se vislumbra o menor sinal de uma identidade, muito menos a imagem radiante de um símbolo unificador. Ao contrário, parece mesmo haver da parte dos conservadores uma recusa ou temor de perceber a face unitária do inimigo sob suas manifestações variadas. Na recente “guerra contra o terrorismo”, por exemplo, as autoridades norte-americanas insistem em apontar o radicalismo islâmico como um fenômeno singular e *sui generis*, não só amputado de suas mais patentes raízes históricas no movimento

comunista que o preparou e gerou ponto por ponto, mas separado até mesmo das suas conexões atuais com a esquerda mundial e com os governos da China e da Rússia sem cujo apoio ele não seria nada. Quando falam da América Latina, os políticos de Washington se referem a Hugo Chávez e Evo Morales como se fossem casos excepcionais e isolados, e não peças integrantes da grande máquina revolucionária do Foro de São Paulo. Chegam ao cúmulo de imaginar que Lula – o próprio idealizador e fundador do Foro – seja a melhor “alternativa democrática” contra os planos de dominação continental do ditador venezuelano. E, fazendo-se propositadamente cegos ante a perfeita continuidade entre comunismo e chavismo, mil vezes reafirmada pelas próprias assembleias do Foro de São Paulo, apelam ao rótulo de “populismo” para evitar menções ao bom e velho marxismo-leninismo, ao qual assim garantem uma confortável reencarnação sob o manto do anonimato. Alguns fazem isso por ilusão triunfalista, porque gostam de imaginar que venceram a Guerra Fria e não podem admitir que travaram no máximo uma batalha, que a guerra continua em escala maior e mais complexa. Outros, como o próprio George W. Bush, caíram nessa porque foram treinados na escola “realista” de Hans Morgenthau e, raciocinando apenas em termos de poderes estatais, sem avaliar corretamente as linhas de força ideológicas que se superpõem às fronteiras nacionais, acreditaram ser possível unificar a esquerda e a direita americanas num combate patriótico contra um inimigo externo. Tornaram-se assim indefesos ante o inimigo interno que só se fingiu de seu aliado nas primeiras semanas depois do

11 de setembro para poder mais facilmente esfaqueá-los pelas costas nos anos que se seguiram (v. Kenneth Timmerman, *Shadow Warriors. The Untold Story of Traitors, Saboteurs, and The Party of Surrender*, New York, Crown Forum, 2007, assim como meu artigo sobre as eleições americanas no *Digesto Econômico* deste mês). Qualquer que seja o caso, o resultado é enfraquecimento e derrota.

Nem menciono, é claro, os antagonismos explícitos que corroem a direita por dentro, fazendo de algumas de suas facções instrumentos inconscientemente dóceis de uma estratégia adversária que transcende seu horizonte de visão. A cruzada de Pat Buchanan contra o livre comércio ou as investidas anti-religiosas do neo-ateísmo liberal são exemplos claríssimos de contradições internas que, na ausência de uma imagem unificada do inimigo a combater, não podem ser absorvidas numa estratégia geral e acabam servindo somente para debilitar o *front* conservador.

Ao longo de muitos artigos e conferências, tenho insistido na necessidade urgente de dar à reação conservadora um alvo unificado, uma imagem clara do inimigo a combater. Só isso permitirá absorver numa estratégia abrangente e funcional as múltiplas forças díspares que se agitam no seio da “direita”. Acredito que a noção do “movimento revolucionário”, no sentido em que a tenho elaborado em persistentes investigações e ilustrado inclusive em artigos publicados nesse jornal, fornece esse alvo unificado e tem ainda a vantagem de não ser somente – como a “civilização ocidental” dos revolucionários

– o símbolo nebuloso de uma realidade opaca, mas uma estrutura perfeitamente identificável em termos intelectualmente rigorosos.

Só temo que meus esforços nesse sentido venham a ser tão bem aproveitados quanto o foram, no Brasil, as advertências que publiquei quanto ao Foro de São Paulo.

O guia genial dos povos

Olavo de Carvalho

Zero Hora, 5 de maio de 2002

Aristóteles dizia que todo governo deve amoldar-se aos valores dominantes, ao ethos da população. Fracassada a tentativa de mudar o ethos pela ação do governo, que marcou história da primeira metade do século XX, a segunda metade, em vez de abandonar o projeto insano da “construção do homem socialista”, se empenhou em resgatá-lo mediante a simples inversão da fórmula. Lendo Lukács, Horkheimer, Adorno, Marcuse e sobretudo Antonio Gramsci, a esquerda internacional foi induzida a apostar na hipótese de mudar primeiro o ethos para que depois o novo ethos mude o governo: construir o homem socialista para que este construa o socialismo. Essa idéia pode ser denominada genericamente com a expressão gramsciana de “revolução cultural”.

Mas o fato é que, antes que qualquer desses pensadores sequer chegasse a enunciar o projeto, o próprio Stálin, com a ajuda de Karl Radek, já o havia detalhado e posto em prática, com a ressalva de que o utilizou para orientar somente a ação organizada da esquerda internacional, enquanto no plano interno continuava a usar o velho esquema do ethos estatal. Basta estudar as diretrizes que ele formulou na década de 30 para o Partido Comunista Americano -- esquecer os proletários, concentrar-se na arregimentação de “companheiros de viagem” entre as celebridades e os formadores de opinião -- para perceber que o “Velho” já servia o bolo quando Gramsci ainda perguntava o preço da farinha.

Sob esse aspecto, os autores que com suas idéias nominalmente heterodoxas deram novo alento a uma militância desiludida com o que então lhe parecia ser a pobreza intelectual do stalinismo, não foram senão stalinistas que se ignoravam a si mesmos. Stálin, antecipando-se de décadas a gerações inteiras de intelectuais pretensamente iluminados, realizou literalmente a promessa contida no título recebido de seu círculo de bajuladores mais próximos: ele foi realmente o “guia genial dos povos”. Nunca houve nem haverá um esquerdista mais inteligente que Stalin, e o motivo disto é simples: a verdadeira natureza do socialismo só se revela a quem a encare com frio realismo, despindo-se das ilusões humanistas e progressistas que ele mesmo dissemina “ad usum delphini”.

Toda a história política, social, psicológica, religiosa e

intelectual desse período que se prolonga até hoje é apenas o conjunto das manifestações exteriorizadas da “revolução cultural” marxista, um movimento unitário e organizado de envergadura tão gigantesca que, aos olhos do observador leigo, se torna inabarcável e invisível ao ponto de seus efeitos acabarem sendo explicados como produtos da mera coincidência.

Em parte, essa impressão reflete apenas o fato de que movimentos desse tipo não se disseminam pela arregimentação formal de militantes organizados, mas por impregnação passiva da imaginação de milhares de idiotas úteis em resposta à iniciativa discreta de um número muito pequeno de agentes. Desde suas primeiras experiências de cooptação de intelectuais, Willi Münzenberg, o executivo principal do plano Stalin-Radek, ficou impressionado com a facilidade com que suas palavras-de-order se disseminavam entre os intelectuais -- uma docilidade espontânea e inconsciente que jamais a propaganda comunista havia encontrado entre os proletários. Entre os letrados a ação comunista era tão fértil que Münzenberg a chamava “criação de coelhos”. Pode parecer estranho que logo as camadas “mais esclarecidas” sejam assim fáceis de manipular, mas o fenômeno tem uma explicação bem simples. Se as pessoas menos cultas resistem à manipulação porque são desconfiadas da novidade e apegadas a costumes tradicionais, os intelectuais capazes de iniciativa pessoal originária, de resposta direta e criativa aos dados da experiência real são muito raros: à maioria, que já não conta com a tradição para guiá-la nem tem forças para uma reação personalizada, só resta seguir

a moda do dia. Nove décimos da atividade mental das classes letradas são imitação, macaquice, eco passivo de palavras-de-ordem que ninguém sabe de onde vieram nem para onde levam.

Essa proporção tende a aumentar na medida mesma da ampliação das oportunidades de acesso às profissões intelectuais, cada vez mais abertas a multidões de incompetentes -- o “proletariado intelectual” como o chamava Otto Maria Carpeaux -- cujo único teste para a admissão no grêmio é, justamente, a facilidade de impregnação dos cacoetes mentais mais típicos desse grupo social. Daí a proliferação de tantas modas intelectuais, artísticas e políticas cuja absurdidade grotesca é claramente percebida pelo homem das ruas, mas que aos de dentro do círculo parecem a encarnação mais pura do elevado e do sublime.

O inimigo é um só

Olavo de Carvalho

Diário do Comércio, 8 de janeiro de 2007

O marxismo não começou com Marx e não nasceu de nenhum estudo científico da economia. Tudo o que Karl Marx viria a pensar e dizer – com exceção do pretexto materialista-dialético e das estatísticas que ele falsificou dos célebres Blue Books do parlamento

britânico – já estava nas doutrinas dos heresiarcas messiânicos desde o século XIV. Tudo: a luta de classes, a revolução, a socialização dos meios de produção, a ditadura do proletariado, a missão da vanguarda revolucionária. Até as idéias de Lênin e de Gramsci já estão ali claramente antecipadas.

John Knox, John Huss, Thomas Münzer e outros “profetas” das origens da modernidade não são apenas precursores do movimento revolucionário mundial: são seus criadores. As homenagens entre ambíguas e reticentes que lhes são prestadas de tempos em tempos por tal ou qual intelectual esquerdista só servem para inflar as contribuições da esquerda mais recente, diminuindo a daqueles pais fundadores mediante o artifício de jogá-los para trás numa série histórica supostamente ascendente em cujo topo se encontra sempre, é claro, o autor da homenagem.

A idéia central da revolução messiânica pode-se resumir em quatro pontos: (I) a humanidade pecadora não será salva por Nosso Senhor Jesus Cristo, mas por ela mesma; (II) o método para alcançar a redenção consiste em matar ou pelo menos subjugar todos os maus, isto é, os ricos; (III) os pobres são inocentes e puros, mas não entendem seu lugar no projeto da salvação e por isso têm de colocar-se sob as ordens de uma elite dirigente, os “santos”; (IV) o morticínio redentor gerará não somente a melhor distribuição das riquezas, mas a eliminação do mal e do pecado, o advento de uma nova humanidade.

Uma heresia não é “outra religião”: é, por definição, uma oposição interna, nascida de dentro do próprio cristianismo, em geral mediante algum enxerto exótico que distorce completamente a mensagem originária e lhe dá os sentidos mais estapafúrdios que se pode imaginar. (1) Não é de estranhar, pois, que a evolução subsequente do movimento revolucionário fosse marcada por uma permanente tensão entre a fé herética e a negação de toda fé, entre o pseudocristianismo e o anticristianismo, entre a ambição de destruir o cristianismo e o desejo de conservar algo dele para poder parasitar a sua autoridade. Esse jogo dialético confunde o observador leigo, que iludido pelas diferenças aparentes perde de vista a unidade profunda do movimento revolucionário e acaba não raro servindo a uma das suas subcorrentes acreditando piamente servir a um propósito contra-revolucionário, conservador ou até mesmo cristão ou judaico no sentido estrito dos termos.

Extinta a epidemia das revoluções messiânicas, a segunda onda do movimento revolucionário assume a forma do anticristianismo e antijudaísmo explícitos. Os iluministas do século XVIII não só pregaram abertamente a eliminação dessas duas fés tradicionais, mas não hesitaram em inventar contra elas as mentiras mais aberrantes, achando isso lindo e divertindo-se a valer. As polêmicas anticristãs de hoje em dia parecem até primores de polidez quando comparadas à virulência da invencionice setecentista (2). Cada vez mais parece confirmar-se a tese do abade Antonin Barruel, exposta na sua *Histoire du Jacobinisme* (1798), de um plano urdido entre

Voltaire, d'Alembert, Diderot e o imperador Frederico II da Prússia para uma vasta campanha de difamação destinada a cobrir a Igreja de infâmia por todos os meios inescrupulosos disponíveis.

O caso de Diderot é particularmente ilustrativo. Em *A Religiosa* ele conta a história de uma pobre moça mantida num convento contra a vontade. A imagem abominável das freirinhas prisioneiras, posta em circulação por ele e por outros iluministas muito antes da publicação póstuma do livro em 1796, tornou-se um símbolo condensado de todos os crimes que o furor da propaganda anticristã atribuía à Igreja. Na voragem da Revolução de 1789, o símbolo transfigurou-se em crença literal. Muitos dos revolucionários que invadiam conventos, matando monges e freiras a granel, juravam piamente estar fazendo isso para libertar as virgens encarceradas que, segundo imaginavam, deviam superlotar os porões dos claustros. Quando oitenta abadias, monastérios e casas de religiosas de Paris já tinham sido invadidos e muito sangue derramado, a Assembléia Constituinte, perplexa, recebeu a notícia de que por toda parte as freiras e noviças tinham sido unânimes em proclamar a fidelidade ao seu estado, mesmo quando já iam subindo a escada da guilhotina. Tal era o espírito das “prisioneiras”.

Diderot, embora morresse cinco anos antes da Revolução, não pode no entanto ser facilmente desculpado pelos efeitos criminosos de um ódio que ele instigou conscientemente. Não o pode, sobretudo, porque ele sempre esteve informado de que não havia e não podia haver nenhuma prisioneira nos

conventos, de que todas as freiras estavam ali por vontade própria, inclusive aquela em que ele se inspirou para escrever o romance, a irmã Delamarre, do convento de Longchamps. Foi tudo uma falsificação premeditada.

Durante muito tempo, o mundo inteiro acreditou na versão de Diderot, que afirmava ter em seu poder a documentação completa do caso Delamarre. De fato, o dossiê estava nas mãos dele, mas desapareceu logo depois de publicado o romance. Reencontrado em 1954 pelo pesquisador George May, sua leitura mostra que Diderot estava ciente dos seguintes fatos:

- 1) Em Paris havia quatro tribunais, eclesiásticos e civis, para julgar solicitações de dispensa da carreira monástica, e a regra geral era atender a todos os pedidos.
- 2) A seleção das monjas era rigorosíssima. O empenho da Igreja era livrar-se das falsas vocações, e não retê-las à força.
- 3) Exatamente ao contrário de uma prisioneira do convento, a irmã Delamarre era a porteira, tinha as chaves e podia entrar e sair quando quisesse.
- 4) O único processo aberto pela srta. Delamarre era uma pendência de espólio com uma parente. Para receber a herança, um título nobiliárquico, a freira tinha de deixar a ordem religiosa. Mas logo depois, tendo desistido de disputar o legado, ela voltou alegremente ao convento.

Diderot sabia de tudo isso, e a correspondência entre ele e seu amigo Jacob Grimm mostra que o

romancista “estourava de rir” (sic), com a falsificação meticulosa que ia armando em torno da história. Divertia-se não só com a alegria feroz de caluniar, mas chegava ao requinte de uma crueldade mental muito mais direta. Ao marquês de Croismarre, cristão piedoso que entre lágrimas lhe escrevia preocupado com a sorte da moça, Diderot respondia com invencionices inquietantes, enfatizando os sofrimentos da infeliz no claustro e degustando até o fim o prazer de manter angustiado o pobre homem. Não espanta que Diderot fosse o escritor predileto de Karl Marx, outro sociopata sádico.

Outros documentos encontrados por Georges May, posteriores ao falecimento de Diderot, mostram que a irmã Delamarre morreu trinta anos depois do romancista, ainda como porteira do convento, após ter enfrentado bravamente, ao lado de suas irmãs, os comissários da Revolução. A única opressão que ela sofrera viera pelas mãos dos inimigos da Igreja. (3)

Se eu fosse enumerar e analisar todas as mentiras inventadas pelos iluministas contra os cristãos e os judeus, um ano inteiro de edições do Diário do Comércio não bastaria para comportá-las. Mas o fato é que essas mentiras atravessaram os séculos, impregnaram-se profundamente na imaginação popular, ressurgindo sob novas e variadas formas e servindo para legitimar o massacre dos cristãos na Rússia e dos judeus na Alemanha. Intelectuais e artistas de grande prestígio não hesitam em colaborar com esse crime hediondo. Tudo sobre o caso Delamarre já era arquiconhecido dos historiadores quando, em 1970, o filme de Jean-Luc

Godard, *La Religieuse*, renovou o efeito do símbolo odioso inventado por Diderot.

Mas – voltando ao argumento central --, o advento dos jacobinos ao poder ocasionou a mudança de pólo da tensão dialética: da propaganda anticristã passou-se ao esforço aberto de criar um simulacro de cristianismo para consumo das multidões revolucionárias. A retórica do Terror imita de perto a dos pseudoprofetas messiânicos: a idéia do apocalipse terreno, a condenação radical do capitalismo, a purificação do universo pela matança dos ricos, a missão privilegiada dos “santos”, o retorno da humanidade a uma era de pureza originária – tudo aí ressurgiu, mas agora com o Contrato Social de Rousseau como texto sagrado em vez dos Evangelhos. Cada vez mais a imitação caricatural do ethos cristão adquire autonomia, desligando-se do sentido patente da mensagem de Cristo e parasitando sentimentos morais profundamente arraigados na população cristã para torná-los instrumentos de legitimação do terrorismo estatal, sob a inspiração – como escreveu Thomas Carlyle – “do quinto e novo evangelista, Jean Jacques, conclamando todos e cada um a que emendassem a existência pervertida do mundo”.

Luciano Pellicani, no seu estudo sobre *Revolutionary Apocalypse. The Ideological Roots of Terrorism* (London, Praeger, 2006), que pretendo comentar em detalhe numa das próximas colunas, observa: “Assim a elite revolucionária, agindo na base do diagnóstico-terapia dos males do mundo contido na ‘verdadeira filosofia’, vem a assumir o papel típico do Paracleto

na tradição gnóstica: só ele sabe o que é bom para a cidade.” Fundada nessa autoridade onissapiente, a salvação tem de assumir a forma do morticínio redentor. Robespierre deixa isso bem claro: “O governo popular... é ao mesmo tempo Virtude e Terror. O Terror nada mais é que a justiça severa e inflexível. É portanto uma emanção da Virtude.” Pellicani conclui: “Esse conceito da redenção da humanidade exige uma sociedade organizada como se fosse um convento militarizado.” A fórmula ressurgirá nos padres-guerrilheiros da teologia da libertação e nos projetos mais recentes do “arcebispo” Hugo Chávez.

Mas, muito antes disso, o pêndulo da revolução oscilará uma vez mais para o outro lado. Findo o ciclo jacobino, com o advento do império napoleônico, da Restauração e da democracia burguesa, as novas fórmulas da ideologia revolucionária, com Marx e Bakunin, fazem um upgrade do anticristianismo, transfigurando-o em ateísmo militante. Karl Marx professa “odiar todos os deuses” e define o ateísmo como “a negação de Deus, por meio da qual se afirma a existência do homem”. Deus, para o marxismo, inspirado nesse ponto em Feuerbach, surge da auto-alienação dos poderes do homem projetados num céu metafísico – como se o homem tivesse criado o céu e a terra e depois se esquecido disso, transferindo as honras para uma entidade inexistente: teoria suficientemente idiota para parecer sedutora a milhões de intelectuais.

Com a ascensão do ateísmo, multiplicam-se as matanças de padres e crentes em medida jamais

sonhada pelo próprio Robespierre. Entre a guerra civil mexicana (1857) e o início da II Guerra Mundial (1939), não menos de vinte milhões de cristãos morreram em perseguições religiosas destinadas, segundo Lênin, a “varrer o cristianismo da face da terra”. E o massacre dos judeus nem havia começado ainda.

Mas talvez o ateísmo não seja o traço mais autêntico dessa etapa do movimento revolucionário. Tanto Marx quanto Bakunin tomaram parte, reconhecidamente, em rituais satânicos (leiam Richard Wurmbrand, *Marx and Satan*, Living Sacrifice Book Company, 1986, jamais contestado). E pelo menos na Itália a apologia de Satanás tornou-se explícita com o poeta Giosue Carducci, um dos maiores inspiradores do movimento revolucionário local:

Salute, o Satana

O ribellione

O forza vindice

De la ragione! (4)

Qualquer que seja o caso, o impacto das matanças acabou por incomodar os próprios revolucionários, que, nos anos 30, já estavam pensando em algum meio de contorná-la. Antonio Gramsci, nos “Cadernos do Cárcere”, ensina que a Igreja não deve ser combatida, mas esvaziada de seu conteúdo espiritual e usada como caixa de ressonância da propaganda comunista. O sucesso obtido

posteriormente nesse empreendimento pode-se medir por dois fatos:

1) A influência avassaladora que os comunistas conseguiram exercer desde dentro e desde fora sobre o Concílio Vaticano II, dividindo a Igreja Católica e ocasionando a maior evasão de fiéis em dois milênios de catolicismo. (5)

2) O Conselho Mundial das Igrejas, a maior organização protestante do mundo, que congrega centenas de igrejas em todos os países, nominalmente para objetivos “ecumênicos”, é notoriamente uma entidade pró-comunista, que apóia e subsidia movimentos revolucionários terroristas. (6) Os vários Conselhos Nacionais das Igrejas são entidades independentes, mas pelo menos o dos EUA é ainda mais abertamente pró-comunista do que o Mundial. (7)

Paralelamente e em estreita associação informal com os esforços comunistas, veio-se desenvolvendo, desde os fins do século XIX, um movimento mundial destinado a criar a maior confusão religiosa possível através da propaganda ocultista em massa e da revivescência forçada do gnosticismo. Fenômenos como o surto de orientalismo pseudomístico da Nova Era, o culto das drogas como “via de iluminação interior”, a onda de experimentos psíquicos perigosos que partiu de Esalem (CA) e se espalhou pelo mundo, a proliferação de seitas empenhadas em escravizar seus discípulos através de práticas mentais destrutivas, podem ser apresentados ao público como uma convergência espontânea de tendências ou como uma fatalidade histórica impessoal ditada pelo

“espírito do tempo”, mas basta pesquisar um pouco as fontes para descobrir que se trata de uma iniciativa unitária, organizada e bilionariamente financiada pelas mesmas forças auto-incumbidas de transformar a ONU em governo mundial até no máximo o fim da próxima década. (8)

A oscilação dialética e pendular do movimento revolucionário entre a anti-religião e a pseudo-religião, somada à multiplicidade alucinante das correntes que o alimentam, desorienta a quase totalidade do público. A ânsia de tomar posição, infundavelmente alimentada pela mídia e pelo sistema escolar, leva muita gente a apoiar movimentos e idéias cuja ligação com a corrente central não parece evidente à primeira vista. Quantos cristãos conservadores, querendo salvar a Igreja, não aderiram a idéias antijudaicas, por imaginar que a revolução era essencialmente obra de judeus? Quantos intelectuais judeus não se filiaram a partidos revolucionários, sem notar que com isso cavavam a sepultura do seu povo? Quantos protestantes, confundindo o catolicismo com a sua contrafação revolucionária, não acham que o melhor que têm a fazer é destruir a Igreja Católica? Quantos católicos, embriagados de pureza doutrinal não vêem o americanismo como um inimigo, movendo portanto guerra contra a única nação que criou uma síntese funcional de cultura cristã, economia próspera e democracia política? Quantos adeptos da democracia capitalista não se inspiram em idéias iluministas por lhes parecerem equilibradas e racionais, sem saber que, pelo seu conceito redutivista da razão, elas contêm em seu bojo a

semente do irracionalismo revolucionário romântico, e sobretudo sem notar que o iluminismo, com toda a sua aparência elegante e educadinha, criou a primeira campanha de difamação anticristã organizada, pondo em circulação mentiras escabrosas que até hoje milhões de idiotas repetem como papagaios em todo o mundo? Quantos defensores das posições liberais em economia não acreditam poder conciliá-las com um ateísmo militante que, corroendo os fundamentos espirituais e morais do capitalismo, o convidam a transformar-se precisamente na “idolatria do mercado” que a propaganda comunista o acusa de ser, e assim ajudam a transferir aos revolucionários, bem como aos radicais islâmicos, o monopólio da autoridade moral? Escolhendo o inimigo conforme as feições mais salientes que se oponham às suas preferências subjetivas, todas essas pessoas não fazem senão botar lenha na fogueira da tensão dialética da qual o movimento revolucionário mundial se alimenta e se fortalece. Na verdade o inimigo é um só. Não se pode combatê-lo eficazmente sem apreender sua unidade por trás da variedade alucinante das suas versões, encarnações e aparências. Algumas décadas atrás, essa unidade era difícil de enxergar, pois não havia documentação suficiente para prová-la. Hoje suas provas são tão abundantes, que continuar a ignorá-la começa a se tornar uma espécie de cumplicidade criminosa. (9)

NOTAS

(1) O amor apaixonado que muitos intelectuais de hoje em dia têm por essas aberrações revela não

somente seu ódio ao cristianismo, seu desejo de exterminá-lo por todos os meios possíveis, mas uma falta de inteligência que raia o monstruoso. Bart D. Ehrman, o badalado autor de *The Lost Gospel of Judas Iscariot. A New Look at Betrayer and Betrayed* (Oxford University Press, 2006), por exemplo, não é senão um fanático gnóstico travestido de erudito universitário, apto a realizar pesquisas filológicas em várias línguas antigas mas incapaz de atinar com as contradições mais pueris do seu próprio texto. Para esse tipo de estudioso, empenhado em impugnar os evangelhos originais com base em textos gnósticos escritos dois séculos depois deles, estão sempre abertas as cátedras universitárias, a NBC, o History Channel, o National Geographic e a mídia chique inteira, pela simples razão de que essas instituições são financiadas e dirigidas pelo mesmo núcleo de bilionários empenhados em fabricar uma religião biônica para substituir o cristianismo no terceiro milênio (v. nota 8).

(2) Vejam, sobre isso, Paul Hazard, *La Pensée Européenne au XVIIIe. Siècle* (Paris, Boivin, 1946), um clássico da história das idéias.

(3) Sobre o episódio, leiam Jean Dumont, *La Révolution Française ou Les Prodiges du Sacrilège*, Paris, Criterion, 1984.

(4) “Salve, ó Satanás, ó rebelião, ó força vingadora da Razão!” Da ode “A Satana”, que os conhecedores do italiano podem ler em http://digilander.libero.it/interactivearchive/carducci_satana.htm.

(5) V. Ricardo de la Cierva, Las Puertas del Infierno. La Historia de la Iglesia Jamás Contada, Madridejos (Toledo), Fénix, 1995, e La Hoz y la Cruz. Auge y Caída del Marxismo y la Teología de la Liberación, id., ibid., 1996.

(6) V. Bernard Smith, The Fraudulent Gospel. Politics and the World Council of Churches, London, The Foreign Affairs Publishing Co., 1977.

(7) Confirma em C. Gregg Singer, Unholy Alliance. The Definitive History of the National Council of Churches and Its Leftist Policies - From 1908 to the Present, em http://www.freebooks.com/docs/39be_47e.htm.

(8) V. extensa documentação sobre isto em Lee Penn, False Dawn. The United Religions Initiative, Globalism and the Quest for a One-World Religion, Hillsdale, NY, Sophia Perennis, 2004.

(9) A questão do lugar ocupado pelo islamismo no processo aqui descrito requer um exame em separado, que será feito num dos próximos artigos.

Revolução camuflada

Olavo de Carvalho

O Globo, 8 de janeiro de 2005

Tagarelas pagos a peso de ouro para infundir sua ignorância num público de idiotas ricos juram que não há nenhuma revolução em curso no Brasil, e apontam como prova a falta de greves gerais, de violência política ostensiva, de um estado insurrecional em suma.

O único modelo (ou estereótipo) de revolução que conhecem, e cuja ausência no cenário físico alegam em favor da sua tese, é algo que todos os revolucionários do Ocidente já abandonaram desde a década de 30. Se dependêssemos desse indício visível para diagnosticar revoluções, ainda não teríamos constatado a expansão dos movimentos totalitários no mundo desde então. A mudança da estratégia geral das revoluções já tem mais de sete décadas, mas no Brasil permanece um *mysterium ignotum*, exceto nos círculos esquerdistas que a praticam e que não têm nenhum interesse em manter seu adversário informado a respeito.

Não me refiro só às lições de Antonio Gramsci, cujo completo desconhecimento pelas suas vítimas potenciais é uma prova de que o brasileiro prefere antes morrer do que ter de estudar alguma coisa que não reverta imediatamente em dinheiro.

Antes de Gramsci, muitos autores já haviam chegado à conclusão de que o caminho das revoluções modernas vai de dentro para fora do Estado e não ao contrário. Um deles foi Hermann Rauschning.

Militante nazista, Rauschning chegou a governador de província e tinha uma bela perspectiva de ascensão no partido. Após uma série de entrevistas com Hitler, percebeu o mal em que se envolvera e, arrependido, fugiu para a Inglaterra, de onde tentou alertar as democracias quanto ao perigo que corriam. Não foi ouvido, é claro, mas seu livro *A Revolução do Nihilismo* permanece um clássico da análise política da “revolução desde dentro”.

Nessa obra há dois parágrafos que são a descrição antecipada e literal do que se passa no Brasil:

“O poder e os recursos do Estado moderno tornam as revoluções civis virtualmente impossíveis... Tudo o que é possível é [...] o golpe ou revolução mediante arranjo, desde cima, sob o patrocínio dos poderes constitucionais.

“Para atingir os fins revolucionários sem colocar as massas em ação, golpes que sigam a tática de inocular nas leis o impulso revolucionário, de manipular a legalidade até que ela tenha passado de um estágio de revolução mascarada para emergir como uma nova legalidade, são empreendidos a pretexto de prevenir um período de anarquia, de manter o controle dos acontecimentos, de impedir que o país seja entregue à mercê de incalculáveis elementos ‘demoníacos’. Depois que a legalidade revolucionária foi instituída sem sangue, o curso dos

acontecimentos fica à mercê, precisamente, desses elementos incalculáveis e demoníacos. Este método desfere um golpe muito mais paralisante na justiça e no senso de justiça do que uma revolução aberta... A revolução-mediante-arranjo termina na exaustão geral. Pois em sua artificial combinação de forças ela inclui elementos irreconciliáveis... cada um pretendendo secretamente sobrepujar o outro na primeira oportunidade” (*The Revolution of Nihilism. Warning to the West* , New York, Alliance Book, 1939, pp. 10-12.)

Não tenho espaço aqui para comentar o trecho linha por linha, mas o leitor desperto há de ter reconhecido, *en passant* , a inoculação do espírito revolucionário no corpo das leis (“direito alternativo”, desarmamento civil, financiamento público de um movimento subversivo e ilegal), a alegação de prevenir um estado de coisas insustentável (corrupção, miséria, violência), a subsequente entrega do país aos mesmos elementos “demoníacos” que se alegava querer controlar (traficantes e assassinos), a combinação de forças inconciliáveis (partidos revolucionários, organizações criminosas, empresários oportunistas, velhas lideranças locais, a direita militar anti-americana -- cada um com suas ambições prioritárias), a paralisação da justiça e do senso de justiça e, como resultado final, a exaustão política e mental do país, que o predispõe, por cansaço e desespero, a apegar-se como criança perdida a qualquer esperança insensata que lhe ofereçam. Será preciso dizer mais?

Máfia gramsciana

Olavo de Carvalho

Jornal da Tarde, 25 de novembro de 1999

A cada dia que passa, mais o chamado “debate cultural” brasileiro se reduz a mero debate eleitoral, tudo rebaixando ao nível dos *slogans* e estereótipos e, pior ainda, induzindo as novas gerações a crer que a paixão ideológica é uma forma legítima de atividade intelectual e uma expressão superior dos sentimentos morais.

Tão grave é esse estado de coisas, tão temíveis os desenvolvimentos que anuncia, que todos os responsáveis pela sua produção – a começar pelos fiéis seguidores da estratégia gramsciana, para a qual aquela redução é objetivo explicitamente desejado e buscado – deveriam ser expostos à execração pública como assassinos da inteligência e destruidores da alma brasileira.

Para Antonio Gramsci, a propaganda revolucionária é o único objetivo e justificação da inteligência humana. O “historicismo absoluto”, um marxismo fortemente impregnado de pragmatismo, reduz toda atividade cultural, artística e científica à expressão dos desejos coletivos de cada época, abolindo os cânones de avaliação objetiva dos conhecimentos e

instaurando em lugar deles o critério da utilidade política e da oportunidade estratégica.

É idéia intrinsecamente monstruosa, que se torna tanto mais repugnante quanto mais se adorna do prestígio associado, nas mentes pueris, a palavras como “humanismo” ou “consenso democrático” (naturalmente esvaziadas de qualquer conteúdo identificável), bem como das insinuações de santidade ligadas à narrativa dos padecimentos de Antônio Gramsci na prisão, as quais dão ao gramscismo a tonalidade inconfundível de um culto pseudo-religioso.

Recentemente, um grande jornal de São Paulo, que se gaba de sempre “ouvir o outro lado”, consagrou a Antonio Gramsci todo um caderno, laudatório até à demência, que, sem uma só menção às críticas devastadoras feitas ao gramscismo por Roger Scruton, por Francisco Saenz ou – de dentro do próprio grêmio marxista – por Lucio Coletti, deixa no leitor a falsíssima impressão de que essa ideologia domina o pensamento mundial, quando a verdade é que ela tem aí um lugar muito modesto e até o Partido Comunista Italiano, com nome mudado, já não fala de seu fundador sem um certo constrangimento.

Que o jornalismo assim se reduza à propaganda, nada mais coerente com o espírito do gramscismo, o qual não busca se impor no terreno dos debates, do qual não poderia sair senão desmoralizado, e sim através da tática de “ocupação de espaços”, por meio da qual, excluídas gradualmente e quase sem dor as vozes discordantes, a doutrina que reste sozinha no

picadeiro possa posar como resultado pacífico de um “consenso democrático”.

Com a maior cara-de-pau os adeptos dessa corrente atribuirão a um mórbido direitismo esta minha denúncia, sem ter em conta aquilo que meus leitores habituais sabem perfeitamente, isto é, que eu denunciaria com o mesmo vigor qualquer ideologia direitista que tentasse se impor mediante o uso de estratégias tão sorrateiros e perversos.

Se no momento pouco digo contra a direita é porque sua expressão intelectual pública é quase nula, não por falta de porta-vozes qualificados, mas de espaço. Os liberais, banidos de qualquer debate moral, religioso ou estético-literário, recolheram-se ao gueto especializado das páginas de economia, o que muito favorece o lado adversário na medida em que deixa a impressão de que o liberalismo é a mais pobre e seca das filosofias. Quanto às correntes conservadoras que ainda subsistem, por exemplo católicas e evangélicas, sua exclusão foi tão radical e perfeita, que hoje a simples hipótese de que um conservador religioso possa ter algo a dizer no debate cultural já é objeto de chacota. Chacota, é claro, de ignorantes presunçosos, que, nunca tendo ouvido falar de Eric Voegelin, de Russel Kirk, de Malcom Muggeridge, de Reinhold Niebuhr ou de Eugen Rosenstock-Huessy, acreditam piamente que não pode existir vida inteligente fora de suas cabecinhas gramscianas, e provam assim ser eles próprios as primeiras vítimas da censura mental que impuseram a todo o País.

No campo intelectual, atacar a “direita”, hoje, seria mais que covardia: seria coonestar a farsa de que no

Brasil existe um debate cultural normal, quando o que existe é apenas o mafioso apoio mútuo de gramscianos a gramscianos, que priva os brasileiros do acesso a idéias essenciais e ainda tem o cinismo de posar de democrático.

Antonio Gramsci e a teoria do bode

Olavo de Carvalho

IEE, Edição Nº31 - 29 de Outubro de 2002

Num debate de que participei na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, estava eu a expor a estratégia gramsciana da ocupação de espaços e da fabricação de consensos, quando meu oponente, desejando enaltecer a figura do ideólogo italiano que minhas palavras pareciam depreciar, alegou ser ele hoje em dia o autor mais citado em trabalhos universitários no Brasil e no mundo.

A platéia não resistiu: explodiu numa gargalhada. Nunca uma pretensa refutação confirmara tão literalmente as afirmações refutadas.

Mas a alegação em favor de Gramsci é correta. Se há um consenso imperante nos meios acadêmicos ao menos brasileiros, é aquele que faz do fundador do Partido Comunista Italiano o mais importante dos

pensadores, mais importante, sob certos aspectos, do que o próprio Karl Marx.

Esse consenso produziu-se aliás pelos mesmos meios preconizados por Gramsci para a imposição de qualquer outra idéia: primeiro os adeptos da idéia "ocupam os espaços", apropriando-se de todos os meios de divulgação; depois conversam entre si e dizem que as conclusões da conversa expressam o consenso universal.

A coisa, dita assim, parece um estelionato grosseiro. Ela é de fato um estelionato -- e na invenção desse estelionato consiste toda a pretensa genialidade de Antonio Gramsci --, mas não é nada grosseira: a fabricação do simulacro de debate chega ao requinte de forjar previamente toda uma galeria das oposições admitidas, que são precisamente aquelas cujo confronto levará fatalmente à conclusão desejada. As demais são excluídas como aberrantes, criminosas, sectárias ou não representativas. Não é preciso dizer que, no debate letrado nacional, eu em pessoa pertenço a essas quatro classes, ora de maneira simultânea, ora alternada, conforme as necessidades do momento, o que já levou mais de um gramsciano a me condenar, ao mesmo tempo, como um esquisitão isolado e como porta-voz dos donos da mídia...

Que essa cínica engenharia de dirigismo mental passe hoje por sinônimo de "democracia", é algo que a perfídia consciente só explica em parte. Na cabeça dos gramscianos, acontece também um fenômeno muito estranho, que exemplifica a famosa "teoria do bode". Você está com problemas, põe um bode

dentro de casa e logo os seus problemas desaparecem, obscurecidos pela presença de um bicho que come todas as suas roupas, os seus móveis, o seu dinheiro e os seus documentos. Então você manda o bode embora e fica sem bode e sem problemas. Esses comunistas passaram, no século vinte, as piores humilhações. Cada partido que formavam virava imediatamente uma máquina de controle repressivo interno, mais sufocante que a Inquisição. Se fossem perseguidos pela direita, isso lhe infundiria orgulho e autoconfiança. Oprimidos por seus próprios líderes, como é que ficava sua auto-imagem? Ninguém no mundo matou mais comunistas do que Lênin, Stálin e Mao Tsé-tung. Eles superaram, nisso, todas as ditaduras de direita somadas. Isso dá um complexo danado, não dá? Bem, comparada aos horrores físicos do "socialismo real", a opressão meramente psicológica parece um alívio. De bom grado qualquer um de nós, entre o pelotão de fuzilamento e a manipulação gramsciana, escolheria esta última e até a celebraria como uma forma de "liberdade".

Tratados como cães por seus próprios mentores e chefes, os comunistas e socialistas, quando entram na atmosfera gramsciana, estão como um cachorro que foi tirado da carrocinha e amarrado à coleira do dono. Sua nova sujeição é o máximo de liberdade que ele pode conceber. É a vida sem bode.

O problema é que esses indivíduos de mentalidade escrava, sendo ao mesmo tempo, no seu próprio entender, o ápice da inteligência humana, não podem conceber que outras pessoas tenham experimentado

doses de liberdade bem maiores. Libertos de Stalin e Mao, acham sua nova escravidão linda e confortável, e acreditam piamente que o restante da humanidade não aspira a outra coisa senão a dobrar servilmente a espinha às exigências do "consenso" gramsciano. Daí o orgulho, a alegria e o sentimento de sincera generosidade com que eles nos oferecem esse lixo, seguros de que é a coisa mais preciosa do mundo.

Alguns de nós são tolos o bastante para aceitar por mera educação a oferta desprezível, e acabam presos nas malhas do "consenso". Da minha parte, não quero saber de nada disso. Que vão oferecer a outro sua miserável liberdade de escravos satisfeitos.

Gramscianos enfezadinhos, uni-vos

Alguns dias atrás, tendo encontrado na Internet um *site* brasileiro dedicado a Antonio Gramsci – o ideólogo italiano que critico duramente em [*A Nova Era e a Revolução Cultural*](#) –, propus aos responsáveis pela página um intercâmbio de *links*, argumentando, em tom de blague, que seria bom constar da sua bibliografia pelo menos um livro *contra* o gramscismo, "para não dar na vista" já que alegavam ser tão democráticos. Os fulanos levaram a coisa a mal, subiram nos tamanquinhos e,

em pleno dia de Natal, me enviaram uma carta enfezada.

Reproduzo aqui, seguido da minha resposta, esse singular documento (grifos meus):

Carta de Luiz Sérgio Henriques, Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira

Sr. Olavo de Carvalho:

Surpreendeu-nos o tom da mensagem que nos foi enviada com a sua assinatura. Desde logo, o senhor, que tanta questão faz de falar em "amor à democracia", não parece nem um pouco constrangido em nos fazer imposições para que entre nós se estabeleça algum diálogo. Já por isto, não lhe reconhecemos autoridade para nos cobrar a prática da democracia, nem aceitamos a imposição de "condições" para escolhermos os links a incluir em nosso site.

Certamente, registraremos em nossa "Bibliografia", na próxima alteração do site, o seu livro sobre Gramsci, que até então desconhecíamos. Faremos isso porque nossa intenção, nessa parte do site, é documentar tudo o que se escreveu sobre Gramsci em nosso País, contra ou a favor, de boa ou de má qualidade. Nesse sentido, agradecemos-lhe a indicação do seu livro e lhe solicitamos a gentileza de nos enviar outros títulos sobre Gramsci que, porventura, o senhor tenha produzido (ou de que

tenha conhecimento) e que ainda não constem da nossa "Bibliografia".

Essa inclusão, contudo, não implica de modo algum que consideremos necessário, conforme o senhor afirma, que conste em nossa "Bibliografia" um livro "contra" Gramsci "para não dar na vista". "Dar na vista" de quem? Felizmente, **como já não vivemos numa ditadura, não temos muita preocupação -- aliás, temos muito orgulho -- em sermos identificados como um site de esquerda**, empenhado na luta pela democracia e pelo socialismo, o que, aliás, está expresso com todas as letras na apresentação do mesmo. Para nós, é questão de critério e seriedade que essa definição político-ideológica fique "à vista" de todos os que freqüentam "Gramsci e o Brasil".

Consideramos muito positivo que o senhor tenha na Internet um site pessoal, no qual expressa suas posições políticas e filosóficas, entre elas as que criticam Antonio Gramsci. Estamos seguros de que o senhor também é a favor de que pessoas de esquerda, identificadas com Gramsci e com o socialismo, possuam seu próprio site, no qual manifestam outras posições, radicalmente diferentes das suas.

Em "Gramsci e o Brasil", incluímos "links" de páginas que julgamos importantes para a difusão de nossos valores democráticos e socialistas -- e não colocamos, aos "linkados", nenhuma "condição" para essa inclusão. Portanto, não estamos interessados no intercâmbio que, sob "condições", o senhor nos **propõe**. Sem mais, no momento, também lhe desejamos os melhores votos.

Luiz Sérgio Henriques
Carlos Nelson Coutinho e
Marco Aurélio Nogueira,

responsáveis por "Gramsci e o Brasil".
<http://www.artnet.com.br/gramsci>
gramsci@artnet.com.br

Resposta de Olavo de Carvalho

Prezados gramscianos,

Muito obrigado pela promessa de citar o meu livro na sua bibliografia, mas de que raio de imposição vocês estão falando? Não sabem a diferença entre impor e propor? A confusão na sua carta é patente: começam reclamando que "impus" e terminam confessando que "propus" - e com isto mostram que sua queixa de "imposição" foi puro fingimento. Um desafio, por definição, não se impõe. Propus um e vocês correram da raia. Isto foi tudo. Se em seguida tentaram disfarçar, encobrendo sua defecção sob as aparências de um nobre ato de independência moral, não posso, sinceramente, dizer que esperava de vocês outra atitude.

Quanto ao exercício da democracia, supus talvez ingenuamente que cobrá-lo fosse um direito de todos os brasileiros e nunca imaginei que fosse necessário

ter alguma autoridade especial para isso. Peço informar como se adquire essa autoridade. Anos de militância a favor do regime que assassinou 100 milhões de pessoas seriam talvez credencial bastante? Ou é necessário, depois disso, limpar-se de toda má-consciência mediante duas ou três palavrinhas de abjuração ditas da boca para fora?

Também não sou eu quem faz tanta questão de falar em "democracia": vocês é que repetem obsessivamente essa palavra a cada três linhas, não sei se para exorcizá-la ou para criar um simulacro de parentesco entre ela e o "socialismo", termo antinômico do qual fazem acompanhá-la com uma constância verdadeiramente pavloviana.

Qualquer que seja o caso, colocarei na minha página um *link* para a sua, que funcionará como uma bela coleção de notas de rodapé para confirmar minha opinião de que o gramscismo é apenas uma forma elegantemente perversa de totalitarismo.

Sua resposta também será ali reproduzida, para que todos os visitantes tenham o prazer de conhecer a mentalidade gramsciana ao vivo e a cores. Muitos deles já conhecem essa mentalidade, em geral, mas terão aí a oportunidade de captar uma nuance especificamente brasileira que ela vem adquirindo, a qual consiste em cultivar propositadamente o medo da extinta ditadura para poder incriminar como prenúncio de truculências direitistas qualquer crítica mais veemente que se faça à esquerda nacional. É com essa nuance, aliás, que vocês procuram insinuar que eu, um cidadão sem cargo público nem dinheiro

nem partido, sou uma ameaça viva contra a existência do seu *site*. Que bela comédia!

Mas raciocinem, por favor: se eu desejasse extinguir o seu *site*, por que haveria de propor um intercâmbio de *links* com ele?

Com meus melhores votos de Natal e Ano Novo,

Olavo de Carvalho

PS 1 - Caso vocês não tenham compreendido o desafio que lhes propus, explico de novo: podem vir em dois, em três ou em mil, e lhes provarei, por $a + b$, que gramscismo é totalitarismo, por mais que pareça outra coisa. Não fiquem com medo de mim, pois não sou ponta de nenhum *iceberg* direitista. Sou apenas um rapaz latino-americano e falo somente em meu próprio nome.

PS 2 - Vejo que vocês comemoraram o Natal reunindo-se em três para bolar uma resposta coletiva, quase um abaixo-assinado. Nunca vi maneira mais extravagante (ou gramsciana) de celebrar o nascimento de N. S. Jesus Cristo. Espero que pelo menos o aniversário de Antonio Gramsci vocês passem festivamente com suas famílias em vez de se irritar pensando em mim.

Comentário extra

Os signatários da carta de Natal dizem que não impõem *nenhuma* condição para colocar algum *link* na sua *homepage*, mas, ao mesmo tempo, confessam que só escolhem os que lhes pareçam "importantes para a difusão de nossos valores democráticos e socialistas" – o que subentende evitar criteriosamente os que possam difundir valores democráticos *anti-socialistas*. É contraditório, mas não é nada estranho. Os militantes gramscianos fazem exatamente assim por toda parte – jornais, editoras, estações de TV, universidades –, professando em palavras a abertura pluralista e praticando a seletividade mais sectária, até que reste uma só voz audível e tudo o mais seja eco. A cultura brasileira vai se transformando assim num vasto sistema de *hyperlinks* gramscianos, sempre sob a alegação de democracia.

Vocês já repararam, por exemplo, que quando algum jurista ilustre como Roberto Campos ou Miguel Reale é entrevistado na TV ele é sempre submetido a um interrogatório agressivo que procura comprometer sua imagem? Já notaram que, inversamente, quando o entrevistado é um figurão esquerdista, como Paulo Freire, José Saramago ou Oscar Niemeyer, as perguntas são sempre de natureza a mostrar que são criaturas lindas-maravilhosas? *Por que só põem esquerdistas para entrevistar juristas, enquanto os esquerdistas têm o privilégio de ser sempre entrevistados por seus simpatizantes?* Acha que isso é coincidência? Não é não. É um sistema, é uniforme e é mundial. Leiam

este parágrafo de Alain Peyrefitte (ex-ministro do Interior do governo gaullista), escrito quando estava no poder o socialista Mitterand:

O domínio da esquerda sobre os jornalistas, reforçado pela tutela política da televisão, induziu àquilo que um socialista lúcido, Thyerry Pfister – jornalista que foi conselheiro técnico do Primeiro-ministro Pierre Mauroy – chama ostensivamente de "lógica manipuladora". Esta exprime-se mediante a proximidade, habilmente mantida, entre a esfera do poder e os "formadores de opinião", através de um "jornalismo de convivência".

Já se viu uma convivência mais acentuada do que, por exemplo, no dia em que o presidente da República se fez interrogar na televisão pelas esposas de dois de seus ministros? Alguém será capaz de imaginar o general de Gaulle, Georges Pompidou ou Valéry Giscard d'Estaing fazendo-se interrogar assim "em família"? Que reações essa prática não teria suscitado!

Alain Peyrefitte, *La France en Désarroi*, em *De la France*, Paris, Omnibus, 1996, p. 1034.

Esse gênero de manipulação tem nome: é
a revolução cultural gramsciana.

E aqui vai, como prometido, o *link* para a página democrática onde quem não é comunista não tem vez:

<http://www.artnet.com.br/gramsci>

Cretinices Gramscianas (I)

Olavo de Carvalho

Diário do Comércio, 1 de junho de 2015

Como foi que o comunopetismo, após cinco décadas de hábil e continuado esforço para conquistar a hegemonia segundo a receita de Antonio Gramsci, caiu do sucesso avassalador para o fracasso total em apenas um dia, a data fatídica de 15 de março?

A resposta é simples: a receita gramsciana está errada. Não funciona. Não vale nada, seja como análise da estrutura do poder, seja como fórmula para conquistá-lo. Serve para infundir na esquerda um entusiasmo temporário que termina por jogá-la num buraco ainda mais fundo do que aquele do qual pareceu tirá-la no começo. Tal como o marxismo clássico, o revisionismo de Bernstein e Kautsky, o leninismo, o stalinismo, o trotskismo, o maoísmo, a teoria “foquista” de Régis Débray, o marxismo estrutural de Louis Althusser e não sei mais quantas versões e remodelagens, o gramscismo nunca passou de mais uma na série interminável de formas ilusórias, entre patéticas e mortíferas, de que o marxismo se revestiu no empenho louco de dominar a realidade total e moldar o curso da História.

Um traço essencial do pensamento esquerdista, cuja disseminação nas escolas brasileiras basta por si só para explicar o decréscimo de capacidade dos nossos estudantes, jornalistas, professores universitários e intelectuais em geral, é aquele que, à falta de melhor nome, chamo “indução mediada”.

No processo normal do conhecimento científico, o acúmulo de fatos convergentes sugere uma constante, que então se consolida em hipótese descritiva e deve ser testada no confronto com possíveis fatos divergentes, antes mesmo de adquirir o estatuto de “teoria”.

Na visão esquerdista das coisas, entre os fatos e a hipótese descritiva já se interpõe toda uma teoria prévia – carregada, sempre, de moralismo acusador – que não só obriga os fatos a ir na direção desejada, mas obstaculiza, proíbe e impossibilita de antemão o confronto com os fatos divergentes, ao ponto de que o simples fato de alegá-los se torna prova da acusação embutida.

Notem bem: eu não disse que isso acontece de vez em quando, que é um cochilo frequente entre pensadores de esquerda. Disse que é um traço essencial e infalível, presente mesmo nas criações mais altas da intelectualidade esquerdista e sem o qual ela não poderia ser esquerdista de maneira alguma.

A teoria interposta tem uma infinidade de versões, mas pode-se resumir numa premissa simples e unívoca: Todos os males do mundo provêm de que aqueles que estão no poder não somos nós (comunistas e afins). Levei décadas para perceber que essa premissa, com toda a candura da sua estupidez brutal, está presente em cada linha não só dos “clássicos do marxismo”, Marx, Engels, Lênin, Stalin, Mao, mas dos militantes intelectuais marxistas mais sofisticados, como Lukacs, Sartre, Merleau-Ponty, Foucault, Althusser, Gramsci.

Retire-a, e tudo o que eles escreveram não passará de um imenso e insensato non sequitur, tirando dos fatos conclusões que eles não sustentam nem em sonhos.

Ponha-a de volta, e tudo começará a fazer sentido, mas não como teoria científica e sim como camuflagem

pseudocientífica de uma intransigente e psicopática reivindicação de poder.

O próprio Marx já confessou isso implicitamente na sua 11a. Tese sobre Feuerbach: “Os filósofos se limitaram a interpretar o mundo; o que importa é transformá-lo. ”

Se o filósofo pode exercer a sua atividade contemplativa longe dos altos escalões do poder e sem nenhuma intenção nem mesmo de frequentá-los, “transformar o mundo” requer, como primeiríssima condição, o poder de fazê-lo.

Tudo, absolutamente tudo no pensamento marxista, marxiano, pró-marxista e marxistóide depende fundamentalmente dessa premissa, sem a qual ele não poderia ser o que é.

Isso quer dizer que, mesmo ao falar de assuntos que estão aparentemente a léguas de qualquer luta pelo poder – as tragédias de Ésquilo, a arquitetura das catedrais ou a música de Mozart – o intelectual marxista (uso o termo *lato sensu*) está sempre investigando a mesma questão ou série de questões: Quem está no poder, como chegou lá, como podemos tirá-lo de lá e ocupar o lugar dele?

Tudo, absolutamente tudo entre o céu e a terra, é examinado sob esse prisma e somente sob ele. A variedade mesma dos assuntos que interessam aos marxistas é a prova de que essa perspectiva obsessivamente limitada e limitadora pode ser estendida a todos os objetos possíveis, já que tudo pode ser útil para a conquista do poder, da mesma maneira que tudo pode ser meio ou obstáculo para a conquista de qualquer outro objetivo humano: a felicidade, a salvação da alma, a glória de uma nação ou raça, a prosperidade geral, a paz universal etc. etc.

Tudo o que existe, sob qualquer modo que seja, se torna então um instrumento de dominação, e todo o problema consiste em saber como tomá-lo dos seus detentores

passados e presentes e entregá-los aos comunistas. Imaginem, por exemplo, em quê se transforma, na perspectiva marxista (repito: lato sensu), o estudo da linguagem.

Antonio Gramsci enfatiza que em muitas línguas o adjetivo “bom” vem da mesma raiz que significa “rico” ou, como no latim, é ele próprio um sinônimo de “rico”. O consensus bonorum omnium, “consenso de todos os homens bons”, a que Cícero apela contra o sedicioso Catilina, não é outra coisa senão a opinião dos ricos e poderosos, os membros do Senado, os optimates em oposição aos populares.

É um fato. Mas Gramsci interpreta-o como prova de que a linguagem é por excelência um instrumento da hegemonia, o controle do que a sociedade pode ou não pode pensar.

Na medida em que acredita que os ricos são os bons, ela se sentirá inibida de agir contra eles.

Mas, se fosse assim, todas as palavras do idioma deveriam enaltecer as virtudes dos ricos e vituperar os vícios dos pobres. Não poderia existir, por exemplo, a palavra corruptio, que no uso romano significava eminentemente induzir ao mal por meio de propinas – um modo de agir que é próprio dos ricos e não está ao alcance dos pobres. Nem poderia existir o verbo spolio, spoliare, que, em contraste com outras acepções do verbo “roubar”, como subripio, latrocinor, surrupio etc., designa eminentemente a espoliação do fraco pelo forte, do pobre pelo rico.

Se a linguagem fosse propriedade dos ricos e instrumento da sua glória, toda palavra que por si insinuasse alguma coisa contra eles deveria ser suprimida do vocabulário.

Se não o é, é pela simples razão de que as palavras não são consagradas no vocabulário dominante pela classe dominante, mas pelos gramáticos e escritores, que tanto

faz serem pobres ou ricos, assim como pelo uso popular repetido, que se prolonga pelos séculos e transcende quaisquer disputas momentâneas de poder. “Bom” ser usado como sinônimo de “rico” não significa que os ricos sejam sempre bons, o que seria uma crença demasiado pueril para ter qualquer eficácia retórica, mas, simplesmente, que é melhor ser rico que ser pobre -- uma verdade que os pobres conhecem até mais que os ricos. Isso sem contar o fato banal de que qualquer adjetivo pode ser usado em sentido literal ou em sentido irônico, dependendo da construção da frase. Para usar os termos clássicos de Saussure, o significado das palavras não é decidido no nível da língua, mas no da fala – no uso concreto que as pessoas fazem da língua.

Cretinices gramscianas (II)

Olavo de Carvalho

Diário do Comércio, 7 de junho de 2015

A teoria embutida no espaço entre o fato e a generalização que Gramsci dela extrai é a própria teoria gramsciana da hegemonia, segundo a qual a cultura reinante em qualquer época ou lugar é o instrumento pelo qual a classe dominante impõe sua ditadura mental a toda a população. Interpor uma teoria entre os fatos e a conclusão, em vez de esperar que a própria acumulação de fatos sugira a

conclusão, já é trapaça suficiente para desmoralizar qualquer teorizador.

Mas a teoria da hegemonia ultrapassa os últimos limites da vigarice razoável e tenta nos fazer engolir como realidade universal e constante algo que é uma impossibilidade material pura e simples.

Essa impossibilidade já estava presente na teoria marxista da “ideologia de classe”, da qual a “hegemonia” gramsciana é um prolongamento.

Se cada classe tem uma ideologia que é a expressão idealizada dos seus interesses materiais, então, das duas uma: ou cada um dos seus membros está atrelado de uma vez para sempre à ideologia da sua classe como se fosse uma segunda natureza; ou, ao contrário, pode abjurar dela e aderir à ideologia de outra classe, como fez, ou acreditava fazer, o próprio Karl Marx.

Só que neste caso não há mais conexão orgânica entre classe e ideologia; tudo se torna uma questão de livre escolha e não há mais “ideologia de classe” nenhuma, só a ideologia que cada indivíduo, livremente, atribui à sua classe ou a uma outra qualquer, conforme a interpretação que faça dos interesses desta ou daquela.

Gramsci agrava formidavelmente a situação ao declarar que quem produz a ideologia não são propriamente os membros de cada classe, mas sim os “intelectuais” que a representam sem ter de pertencer necessariamente a ela.

Esses representantes são “intelectuais orgânicos” da burguesia e do proletariado. Mas, se o são sem precisar ser eles próprios burgueses ou proletários, a conexão entre eles e a classe que representam não pode ser “orgânica” de maneira nenhuma e sim matéria de livre escolha, nada impedindo que um intelectual passe, ideologicamente, da “burguesia” para o “proletariado” (como Georg Lukács)

ou vice-versa (Eric Hoffer, por exemplo). Ademais, quem infunde nos intelectuais a “ideologia de classe”? Para que o burguês adestrasse intelectuais na ideologia burguesa seria preciso que ele, na condição de mestre, a dominasse melhor que os discípulos: esse burguês seria, então, um superintelectual, um intelectual dos intelectuais, o maître à penser da intelectualidade, reduzindo-a à condição de mera repetidora do discurso aprendido.

Mutatis mutandis, e piorando ainda mais as coisas, os “intelectuais orgânicos” do proletariado se tornariam meninos de escola operária, tomando lições de dialética hegeliana e materialismo histórico com professores pedreiros e ferramenteiros.

Essas situações caricaturais não existem na realidade, no mínimo porque o próprio Gramsci nos assegura que quem cria as ideologias das classes não são as próprias classes, e sim os intelectuais.

Nem poderia ser de outra forma. No mínimo a transposição de interesses materiais numa linguagem de valores, ideias e teorias requer um considerável treinamento especializado nas áreas de filosofia e ciências humanas, que nem um capitalista nem um operário poderiam adquirir nas horas vagas. (Sob esse aspecto é interessante comparar o gramscismo com a teoria da “violência simbólica” de Pierre Bourdieu, outro ídolo, ainda que menorzinho, da intelectualidade esquerdista; (leia aqui e aqui).

Mas, então, nem a ideologia proletária é proletária nem a burguesa é burguesa: são ambas puras criações de intelectuais, que as atribuem a esta ou àquela classe, sem precisar consultá-las, conforme interpretam livremente os “interesses” de cada uma. Não é coincidência, pois, que

Karl Marx já tivesse descrito a “ideologia proletária” inteira antes de ter visto de perto um único proletário.

Na melhor das hipóteses, o burguês e o proletário se tornam “tipos ideais” que existem apenas na cabeça do intelectual para fins de comparação com personagens reais que só se parecem com eles de maneira longínqua e esquemática.

Gramsci não admite explicitamente essa conclusão inevitável da sua teoria, mas, como quem não quer nada, extrai dela uma consequência prática que, para o bom entendedor, já denuncia a falácia da construção inteira. Quem cria as ideologias de classe? Os intelectuais. Quem, com base nela, cria a hegemonia, o controle geral do pensável e do impensável? Os intelectuais. Quem lidera a revolução? Os intelectuais. Quem assume o poder por meio da revolução? Os intelectuais.

Burgueses e proletários são, no fim das contas, apenas os emblemas dos times em jogo. É de espantar que no paraíso burguês os burgueses sejam esfolados com impostos, induzidos a financiar filmes e shows que os demonizam e a contribuir com rios de dinheiro para organizações esquerdistas que prometem matá-los?

É de espantar que no paraíso proletário os proletários sejam submetidos a condições de trabalho escravo, privados do direito de greve, removidos de um lugar para outro sem poder reclamar, policiados vinte e quatro horas por dia e obrigados a entoar cânticos de glória ao Supremo Intelectual e Guia dos Povos?

Tudo não passa, então, de uma disputa de poder entre dois grupos de intelectuais, cada um defendendo os interesses que atribui a uma classe à qual não tem de pertencer e que na maior parte dos casos não foi consultada a respeito. O que é líquido e certo, embora Gramsci não o diga, é que

os intelectuais orgânicos “da burguesia” não pretendem tomar o lugar dela; quem o pretende são os outros, os “intelectuais proletários”.

Nunca se viu um escritor apologista do capitalismo ansioso para deixar de lado seus afazeres intelectuais e tornar-se industrial ou especulador da bolsa. Em contrapartida, nenhum, absolutamente nenhum “intelectual proletário” que eu conheça planeja fazer a revolução proletária para depois continuar vivendo modestamente das suas funções de professor, jornalista ou pesquisador científico.

Tomar o poder e exercê-lo na máxima medida das suas possibilidades é a essência e missão da intelectualidade revolucionária. O que ela quer não é assumir o lugar da intelectualidade direitista, mas o da burguesia.

Isso torna evidente que, na maior parte dos casos, ela disputa o poder com um grupo que não o detém nem o deseja. Basta isso para explicar a inermidade estrutural da intelectualidade conservadora e liberal ante o avanço esquerdista.

É algo que não tem nada a ver com superioridade ou inferioridade intelectuais, mas com desejo ou falta de desejo de poder. Quando o sr. Lula sentenciou que seus inimigos “não tinham perspectiva de poder”, acertou na mosca.

Para completar a fantasia com um toque de alucinação, Gramsci admite que nem todos os intelectuais participam conscientemente da “luta de classes”. Alguns – em geral a maioria deles – são indiferentes à política e se satisfazem com suas ocupações filosóficas, científicas ou artísticas, sem se preocupar em saber quem isso vai favorecer nas próximas eleições.

A esse grupo Gramsci denomina “intelectuais

tradicionais”, acrescentando que são neutros e apolíticos só em imaginação, por falsa consciência; na verdade são servos inconscientes do status quo tanto quanto os intelectuais orgânicos “burgueses”.

Ou seja: os “intelectuais proletários” estão em perpétua disputa de poder não somente com intelectuais orgânicos burgueses que não aspiram ao poder, mas com toda uma comunidade intelectual que não quer nem saber da existência dessa disputa.

A consequência disso, do ponto de vista cognitivo, é devastadora: o intelectual esquerdista explica toda a sociedade como uma projeção inversa dos seus próprios valores e metas, pouco lhe importando a auto explicação que os demais grupos e indivíduos tenham a apresentar.

Para ele, a sociedade, a história, a existência humana inteira giram em torno do seu objetivo grupal, da sua luta pelo poder, que no seu entender move todo o restante como o cão abana a cauda. Ele, em suma, é o fator ativo, o criador da História, a única realidade efetiva: todo o resto da humanidade são sombras que se mexem à sua voz de comando.

É uma visão horivelmente autocêntrica, solipsista, psicótica mesmo, que se espalha com facilidade entre estudantes universitários pelo simples fato de que é a mais reconfortante compensação neurótica do seu justo sentimento de inutilidade social.

Não é só na esquerda militante que o pensamento de Gramsci inculca o seu veneno alienador e stupidificante.

Chego a pensar que basta admirá-lo um pouquinho, suspender o juízo crítico por uns instantes, para que algo

do besteirol gramsciano entre e permaneça para sempre.

Por ocasião de um de seus últimos chiliques anti-olavéticos, cuja razão de ser escapa ao entendimento humano, o sr. Marco Antônio Villa, na ânsia doida de exaltar tudo o que critico, chegou a proclamar que a subsistência da democracia na Itália do pós-guerra foi obra do gramscismo imperante no Partido Comunista Italiano.

É com certeza a coisa mais burra que já saiu da boca de um pretenso historiador. Raiva descontrolada é vexame na certa. O regime democrático só sobreviveu na Itália graças à derrota acachapante que, contra todas as previsões iluminadas, a Democracia Cristã de Alcide De Gasperi, mobilizando o apoio de toda a população católica na primeira eleição geral realizada após a queda do fascismo, impôs em 18 de abril de 1948 ao Front Popular comunista, que desde então foi saindo do cenário político, por etapas sucessivas, para a lata de lixo da História.

Se o sr. Villa quiser alguma bibliografia sobre o assunto, posso lhe fornecer, mas só se ele pedir com jeito.

O Anti-Gramsci ~ 1

Introdução à Filosofia pelo Método Crítico-Dialético

Nota Prévia

No Jornal da Tarde de 8 de dezembro de 1999, prometi aos leitores fazer um comentário extensivo dos escritos de Antônio Gramsci, publicando-o à medida que fossem saindo os volumes da edição nova e completa anunciada pela Record.

Como, porém, o organizador da coleção é o mesmo da velha (publicada pela Civilização Brasileira a partir de 1967) e no tocante aos livros que já saíram nesta última não é provável que se façam grandes alterações nos textos, não há necessidade de esperar que saia o primeiro volume para iniciar a redação dos comentários, que posso muito bem ir fazendo com base na edição antiga, pronto a corrigir algum detalhe se mais tarde se revelar que o texto da Record traz novidades.

O método a seguir será o comentário linear, tão metucioso quanto possível, recapitulado, de tempos em tempos, sob a forma de sínteses parciais, até o amargo fim.

Como ninguém duvida de que, do ponto de vista das bases gnoseológicas do seu sistema, o escrito mais decisivo de Antonio Gramsci é Il Materialismo Storico e la Filosofia di Benedetto Croce, e como este foi aliás o primeiro deles a ser publicado no Brasil (sob o título Conceção Dialética da História, trad. Carlos Nelson Coutinho, Rio, Civilização Brasileira, 1967, várias reedições)¹, é por aí mesmo que vou começar.

Como estes comentários irão sendo divulgados pela internet à medida que se componham, e como é provável que os leitores lhes interponham de tempos em tempos perguntas e objeções, vou-me permitir interromper quando necessário o curso da exposição central para fornecer as respostas cabíveis - o que dará a este escrito o estilo movimentado de uma exposição em classe.

Já que muitos leitores vinham me pedindo algo como um curso de filosofia online, eis aqui a oportunidade de atender à sua demanda, e de fazê-lo de uma forma que será praticamente idêntica à de meus cursos "ao vivo", nos quais, exatamente como aqui, prefiro, à exposição tratadística e sistemática, para a qual não tenho o menor talento, a abordagem dialética e crítica ao fio dos comentários a algum texto amado ou execrado. (Amado ou execrado, sim, porque, quando não resulta de um preconceito e sim das conclusões de um longo exame, a firme adesão ou repulsa moral, longe de obscurecer a visão objetiva das coisas, é a condição mesma da confiabilidade do conhecimento, se por conhecimento se entende não a simples visão, mas a visão com forma, medida e senso das proporções.)

Ademais, a discussão de Gramsci nos dará, de passagem, a ocasião de tocar em todos ou quase todos os pontos essenciais da problemática filosófica, de modo que estas lições perfarão, no fim das contas, um curso de introdução à filosofia com todas - ou quase todas - as exigências de praxe.

Olavo de Carvalho

10/12/99

~~~~~

**Parte I. ~ Comentários a  
*Il Materialismo Storico e la Filosofia  
di Benedetto Croce***



~~~~~

Lição 1. - Introdução. - De como a filosofia parece fácil aos olhos de quem não sabe (ou finge não saber) o que ela é.

§ 1. Minha atitude pessoal perante o objeto destas lições

"Gramsci inspira respeito até mesmo aos seus mais encarniçados adversários", afirmam Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder na nota introdutória à sua edição de *Il Materialismo Storico e la Filosofia di Benedetto Croce (A Concepção Dialética da História)*, Rio, Civilização Brasileira, 6ª ed., 1986), a primeira obra de Gramsci publicada no Brasil.

Há de fato um certo tipo de liberal progressista que tem, pelos intelectuais comunistas bem falantes, até mais que respeito: tem uma atração mórbida bastante masquista. Dostoiévski retratou definitivamente o tipo em *Os Demônios* no personagem de Verkhovenski Sênior, o devoto da liberdade, da fraternidade e da igualdade, fazendo dele, simbolicamente, o pai carnal do cruel revolucionário que, para fomentar a revolta popular, não hesita em atear fogo a um bairro pobre da cidade. Mas Verkhovenski, no final do romance, percebendo na desgraça do povo a conseqüência lógica da aplicação de seus lindos ideais abstratos,

tem ao menos a dignidade de ficar louco, e na sua loucura, como um novo Lear, admitir por fim a verdade longamente escamoteada.

Como à maioria dos idealistas falta completamente a lucidez que *in extremis* assume a responsabilidade pelas conseqüências imprevistas de suas palavras, não é de estranhar que mesmo entre seus adversários Gramsci "inspire respeito".

Quanto a mim, digo o seguinte: se há algo que Gramsci não me inspira de maneira alguma, é respeito. Pode me inspirar espanto, repugnância, piedade, até mesmo hilaridade, embora seja pecado rir da desgraça alheia. Respeito, não. A falsidade da doutrina gramsciana não nasce de simples erros ou preconceitos parciais sobre um fundo de autêntico espírito filosófico e amor à verdade. Ela decorre de um desvio fatal do espírito, de uma opção tenaz pelo engano, que vicia todo o conjunto do seu pensamento. Enquanto a maioria dos filósofos vislumbra alguma verdade essencial e depois tira dela algumas conseqüências inaceitáveis, Gramsci se compromete desde o início com um erro essencial que contamina e deforma com uma perspectiva falsa até mesmo as inúmeras verdades de detalhe que ele apreende sobre mil e um assuntos. Em psicopatologia, esse fenômeno chama-se *delírio de interpretação*: por mais informações verdadeiras que entrem no quadro, a falsidade da perspectiva as deforma de tal modo que, no fim, nada se salva. Se Gramsci fosse louco - e às vezes, *cum grano salis*, digo que é -, sua doença se deixaria facilmente identificar como delírio de interpretação, mais ou

menos como no caso de Rousseau, mentiroso patológico que tinha o dom de se persuadir das próprias mentiras até torná-las verossímeis aos olhos do leitor. Mas Gramsci não era um doente da alma, como o *pauvre Jean-Jacques*. Era simplesmente um homem hostil à verdade onde quer que ela aparecesse e sob qualquer forma que se apresentasse. Era um espírito comprometido de maneira essencial e visceral com a paixão - talvez a mais violenta e arrebatadora de quantas existem - de trocar o verdadeiro pelo verossímil, de preferir ao autêntico o simulacro, até o ponto de fazer da simulação e da pantomima o princípio mesmo da História e do mundo. Por isto as explicações psicopatológicas falham, irremediavelmente, no seu caso. É preciso subir às alturas da teologia para dar conta de fenômeno tão espantoso. Jesus dizia: "Vós sois deuses", enquanto a serpente, no Paraíso, prometia: "Sereis *comodeuses*." A doutrina de Antonio Gramsci advoga a universal e irrecorrível substituição da verdade por algo *como* a verdade. Essa conduta assinala precisamente aquilo que, na teologia cristã como na islâmica, é o *pecado contra o Espírito Santo*, o obstinado e consciente desprezo da verdade - o único pecado que a Graça não pode perdoar, nem neste mundo nem no outro. Tamanho delito não se pode imputar nem mesmo a Karl Marx ou a Lênin, talvez nem sequer a Josef Stálin. No Juízo Final, Jesus terá um olhar de misericórdia mesmo para os tiranos e genocidas. Mas àqueles que conscientemente desprezaram a verdade, Ele dirá apenas: "Não vos conheço."

"Respeito" vem de *re-spicere*, que sugere a idéia de olhar o mesmo objeto duas vezes e reconhecê-lo. Aquele a quem nem o próprio Deus reconhece não pode, por definição, ser objeto de respeito, exceto se por "respeito" se entende o impulso servil que leva as almas débeis, como a de Verkhovenski, a se prosternar ante os que mentem com força. É algo como a "síndrome de Estocolmo" ou a atração *ex post facto* da estuprada pelo estuprador.

Nada atesta com mais evidência a fragilidade da maior parte dos ideólogos democráticos do que o fato de que tantos deles, mesmo abominando a doutrina de Gramsci, cedam à tentação de "respeitar" o seu autor.

Que, ao longo dos comentários que vou tecer sobre a doutrina de Gramsci, Deus me preserve desse pecado.

§ 2. Filósofos e filósofos

Começo pelo começo. O começo, o primeiro parágrafo de Gramsci que apareceu em português, é tão significativo que a edição hagiográfica do suplemento *Mais!* da *Folha de São Paulo* dedicado a Antonio Gramsci (21 de novembro de 1999) o escolheu, muito bem, como amostra característica do pensamento do fundador do Partido Comunista Italiano.

Esse parágrafo contém, a um tempo, a concepção gramsciana da filosofia, a noção essencial de "senso comum" e a declaração de objetivos de todo o esforço intelectual de Antonio Gramsci.

Analizando-o entramos portanto, desde logo, no centro do problema ou, melhor dizendo, na toca do dragão:

"É preciso destruir o preconceito, muito difundido, de que a filosofia é algo muito difícil pelo fato de ser a atividade intelectual própria de uma determinada categoria de cientistas especializados ou de filósofos profissionais e sistemáticos. É preciso, portanto, demonstrar preliminarmente que todos os homens são "filósofos", definindo os limites e as características desta "filosofia espontânea", peculiar a "todo o mundo", isto é, da filosofia que está contida: 1) na própria linguagem, que é um conjunto de noções e de conceitos determinados e não, simplesmente, de palavras gramaticalmente vazias de conteúdo; 2) no senso comum e no bom senso; 3) na religião popular e, conseqüentemente, em todo o sistema de crenças, superstições, opiniões, modos de ver e de agir que se manifestam naquilo que geralmente se conhece por "folclore".

Após demonstrar que todos são filósofos, ainda que a seu modo, inconscientemente - já que, até mesmo na mais simples manifestação de uma atividade intelectual qualquer, na "linguagem", está contida uma determinada concepção do mundo - , passa-se ao segundo momento, ao momento da crítica e da consciência, ou seja, ao seguinte problema: é preferível "pensar" sem disto ter consciência crítica, de uma maneira desagregada e ocasional, isto é, "participar" de uma concepção do mundo "imposta" mecanicamente pelo ambiente exterior, ou seja, por um dos muitos grupos sociais nos quais todos estão automaticamente envolvidos desde sua entrada no mundo consciente (e que pode ser a própria aldeia ou a província, pode se originar na paróquia e na "atividade intelectual" do vigário ou do velho patriarca, cuja "sabedoria" dita leis, na mulher que herdou a sabedoria das bruxas

ou no pequeno intelectual avinagrado pela própria estupidez e pela impotência para a ação), ou é preferível elaborar a própria concepção do mundo de uma maneira consciente e crítica e, portanto, em ligação com este trabalho do próprio cérebro, escolher a própria esfera de atividade, participar ativamente na produção da história do mundo, ser o guia de si mesmo e não mais aceitar do exterior, passiva e servilmente, a marca da própria personalidade?" ²

Nesse trecho célebre, Gramsci dá uma exibição de incultura filosófica, incompreensão do assunto e solipsismo adolescente ansioso de fazer das suas próprias limitações pessoais a medida máxima do universo filosófico.

Ele aí busca persuadir-nos de que a prática da filosofia é coisa fácil porque, entre a filosofia espontânea do homem comum e a filosofia dos filósofos não há diferença essencial e qualitativa, mas apenas acidental e quantitativa: a filosofia dos filósofos é o mesmo sistema de crenças dos homens comuns, apenas dotado de *mais* coerência, *mais* homogeneidade, *mais* lógica.

Gramsci não concebe aí senão dois tipos de "filósofos": o profissional especializado e o "homem comum" - aquele que filosofa *ex officio* e aquele que filosofa sem saber que o faz.

Para perceber o quanto essa distinção é periférica e postiça, basta notar que o príncipe mesmo dos filósofos, Sócrates, não se enquadra em nenhuma dessas categorias, como também aí não cabem Tales e Heráclito, Epicteto e Agostinho e uma infinidade de

outros. Não são profissionais especializados nem filosofantes inconscientes.

A quem quer que examine uma amostragem significativa dos filósofos de todas as épocas, uma coisa que salta aos olhos é a absoluta impossibilidade de localizá-los numa categoria social determinada. A filosofia parece ser compatível com todas as posições de classe, com todas as condições profissionais e econômicas. Sócrates era um empreiteiro aposentado, Platão um aristocrata, Aristóteles um filho de funcionário público, Epicteto um escravo. Descartes era militar, Bacon juiz de direito, Espinosa técnico em fabricação de lentes, Leibniz diplomata, Vico mestre-escola, Marx jornalista e, *last not least*, Gramsci operário e depois agitador profissional. Filósofos profissionais universitários só predominam em curtos períodos, como na escolástica, no idealismo alemão e, em geral, na Europa moderna depois da reforma do ensino por Victor Cousin.

Os filósofos *ex professo* não são, em suma, uma categoria identificável sociologicamente.

A idéia de que os filósofos sejam uma categoria profissional à parte é apenas uma crença popular moderna e bem artificial. Gramsci acredita, porém, que, contestando-a, eliminará toda distinção essencial entre filosofia e crença popular.

Ora, essa distinção existia e era bem conhecida muito antes que a mencionada crença aparecesse e se tornasse "senso comum" no século XIX, após a reforma de Victor Cousin que fez da filosofia a profissão universitária que hoje conhecemos. Há um

perfeito *non sequitur*, que Gramsci nem de longe percebe, entre a contestação da crença e a negação da distinção essencial. Ele crê ingenuamente poder deduzir uma coisa da outra (porque imagina que, discutindo com o senso comum do seu tempo, está discutindo com toda a tradição filosófica³).

Mas, se os filósofos não se distinguem dos não-filósofos sociologicamente, que é que os distingue então? É manifestamente uma diferença de atitude subjetiva: é, precisamente, o fato de que filosofam de maneira *consciente e voluntária*, pouco importando que o façam no quadro de uma atividade profissional ou nos lazes de uma vida de "cidadãos comuns".

Se no entender de Gramsci todos os homens filosofam inconscientemente, e alguns conscientemente, o fato de que ele designe os primeiros como "filósofos", entre eloqüentes aspas, significa que ele próprio reconhece que só são filósofos *secundum quid*, isto é, sob certo aspecto, e não filósofos em toda a extensão do termo. Eles só filosofam de maneira passiva, imitativa e mecânica, "*participando de uma concepção do mundo 'imposta' pelo ambiente exterior*". Ora, a filosofia é precisamente a atividade que reage criticamente a essa concepção e, por um esforço voluntário de giro da atenção, problematiza justamente aquilo que a concepção 'imposta' toma implicitamente, ou mesmo inconscientemente, por líquido e certo.

Chamar "filosofia" a essas duas atitudes é, propositadamente, confundir filosofia e *cosmovisão*. Cosmovisão é precisamente o sistema - por mais anárquico e incoerente - de crenças, hábitos e reações

embutido, como frisa o próprio Gramsci, na linguagem, no "senso comum"⁴ e na "religião popular". Uma cosmovisão, ainda que implícita e inconsciente, todo mundo tem. A filosofia começa quando o homem reflete criticamente sobre sua própria cosmovisão, coisa que seria *impossível* fazer de maneira inconsciente.

Que a passagem de crença passiva à de reflexão crítica seja coisa fácil, eis o que é desmentido, desde logo, pela escassez de filósofos na massa dos homens comuns, e, enfim, pela própria índole da atitude filosófica, que uma vez adotada isola um homem de seus semelhantes ao ponto de fazer dele um tipo estranho e muitas vezes socialmente inassimilável.

A atitude filosófica e a do "senso comum" diferem sob vários aspectos, mesmo quando têm diante do foco da consciência os mesmíssimos assuntos.

A tradição filosófica sempre enxergou a essência da filosofia precisamente na sua distinção da simples cosmovisão, distinção que corresponde, *mutatis mutandis*, à do individual e do coletivo⁵, à da contemplação e da ação⁶, à da atitude "natural" e da "reflexiva"⁷, etc. São tantas as diferenças que, ao longo dos tempos, os filósofos se exercitaram em destacar ora uma, ora outra, sem que entre essas várias abordagens exista contradição, senão complementaridade. O próprio Karl Marx, ao afirmar que "os filósofos, até agora, se limitaram a interpretar o mundo, mas o que interessa é transformá-lo", estabeleceu uma linha demarcatória que coincide com a da tradição, apenas fazendo um apelo a que seus leitores ultrapassassem o círculo da

filosofia para entrar no território mais vasto da ação histórica. Gramsci, ao contrário, enfatiza a continuidade e identidade de filosofia e cosmovisão, dissolvendo nesta a especificidade da atitude filosófica. Ele chega mesmo a afirmar, mais adiante, que, *"entre os filósofos profissionais ou 'técnicos' e os outros homens não existe diferença 'qualitativa', mas apenas 'quantitativa'"*. E, embora admita que *"neste caso, 'quantidade' tem um significado bastante particular, que não pode ser confundido com soma aritmética, porque indica maior ou menor 'homogeneidade', 'coerência', 'logicidade', etc., isto é, quantidade de elementos qualitativos"*⁸, de pouco vale esta ressalva, na medida em que os elementos qualitativos citados se reduzem às qualidades puramente formais - e até matematizáveis - do raciocínio filosófico: homogeneidade, coerência, logicidade, etc.

A filosofia reduz-se, enfim, à mera formalização lógica da cosmovisão recebida. E também de nada adianta a ressalva de que o filósofo não exerce essa atividade formalizadora somente sobre a sua própria cosmovisão e sim sobre *"toda a filosofia até hoje existente, na medida em que ela deixou estratificações consolidadas na filosofia popular"*⁹. Pois, na medida mesma em que estas estratificações estão consolidadas, elas constituem parte integrante da cosmovisão pessoal e são formalizadas, portanto, junto com ela. Que a "filosofia" assim compreendida nada tenha de difícil, que possa ser praticada por qualquer um e mesmo por um computador, é coisa que se pode facilmente admitir.

Mas essa concepção, se em si mesma é simplória e pueril, reduzindo o filósofo a um técnico em formalizar as opiniões recebidas, por outro lado não tem a mínima correspondência com os fatos conhecidos da história da filosofia, ao longo da qual nenhum, absolutamente nenhum filósofo - exceto o próprio Gramsci, que só é filósofo num sentido metafórico e elástico do termo - jamais se limitou a uma brincadeira mecânica e estúpida de formalizar a *vox populi*. Bem ao contrário, a maioria deles se notabilizou por rejeitar criticamente a massa de opiniões recebidas e por especular em novas direções, não raro chegando a conclusões que, por inauditas e heterodoxas, mal chegavam a ser compreendidas pelos seus contemporâneos, e que, se acaso vieram a tornar-se depois voz corrente e integrar-se no "senso comum", só o fizeram num prazo bem longo e após enfrentar as mais prodigiosas resistências. O exemplo talvez mais característico é Aristóteles, cujo pensamento, notoriamente incompreendido até pelos seus discípulos mais próximos, sobreviveu apenas em forma fragmentária, até ser completamente obscurecido, só vindo a ressurgir, para então sim tornar-se voz corrente (e isto somente na classe letrada), uma vez decorridos treze ou catorze séculos da morte de seu criador. Longe de "formalizar o senso comum do seu tempo", Aristóteles é expelido do discurso dominante da sua época e antecipa o senso comum de uma época futura, da qual não podia ter a menor idéia no instante em que criava a sua filosofia.

Não por coincidência, no sistema aristotélico a formalização e coerenciação das crenças correntes¹⁰,

longe de constituir a essência da atividade filosófica, é apenas a condição prévia da verdadeira investigação: uma vez bem arranjado o conjunto das opiniões vigentes, o exame crítico delas deverá operar o salto qualitativo que, da discussão de doutrinas, passará à intuição da essência do objeto mesmo. Este momento fundamental da passagem das palavras às coisas é totalmente ignorado por Gramsci, e é precisamente ela que assinala, em Aristóteles, a diferença entre a filosofia, investigação rigorosa, e o mero confronto de opiniões.¹¹

Outro exemplo de como a atividade do filósofo transcende infinitamente a coerenciação do senso comum nos é dado por Leibniz, que em plena época de mecanicismo hegemônico cria as bases de uma física indeterminista que passou totalmente despercebida aos seus contemporâneos e se tornou "senso comum" entre os cientistas dois séculos depois. Os exemplos poderiam multiplicar-se indefinidamente. Nada, absolutamente nada, nem um único fato ou exemplo na história da filosofia confirma a definição gramsciana de filosofia, a qual no entanto ele não apresenta como proposta pessoal e inédita mas como expressão da realidade histórica da ocupação dos filósofos - o que evidencia, de um lado, uma prodigiosa incultura filosófica e, de outro, como seqüela dessa deficiência, uma afoiteza provinciana ou adolescente de fazer de si próprio, projetivamente, o paradigma de toda interpretação global da história da filosofia.

Com isto, já percebemos, desde a entrada, o tipo de terreno de pensamento em que nos movemos:

estamos em pleno terreno da projeção ampliada e paranóica de uma idiossincrasia pessoal sobre o conjunto de uma história antes imaginada que conhecida.

Qualquer leitor que, somente por essa constatação, já não perceba estar lidando com o pensamento canhestro e informe de um *parvenu* estranho a toda reflexão filosófica, dá sinal de estar, ele próprio, bem mal equipado para a filosofia. Que um pensamento desse nível chegue a ser levado a sério e mesmo glorificado por uma boa fatia do mundo universitário, eis um fenômeno que assinala um alarmante obscurecimento coletivo da inteligência humana, um fenômeno que, se vier a se generalizar para além da quota de estupidez média admissível entre as massas de estudantes e bacharéis, não será excessivo qualificar de apocalíptico.

§ 3. A disputa filosófica entre o homem-massa e o homem-massa

Mas Gramsci vai um pouco mais longe no seu empenho de fazer da sua própria estatura de anão a medida máxima de aferição das intenções filosóficas alheias. Ele proclama que:

Pela própria concepção do mundo, pertencemos sempre a um determinado grupo, precisamente o de todos os elementos sociais que compartilham um mesmo modo de pensar e de agir. Somos conformistas de algum conformismo, somos sempre homens-massa ou homens-coletivos. O problema é o seguinte: qual é o tipo

*histórico de conformismo, de homem-massa do qual fazemos parte? Quando a concepção do mundo não é crítica e coerente, mas ocasional e desagregada, pertencemos simultaneamente a uma multiplicidade de homens-massa, nossa própria personalidade é compósita, de uma maneira bizarra: nela se encontram elementos dos homens das cavernas e princípios da ciência mais moderna e progressista, preconceitos de todas as fases históricas passadas estreitamente localistas e intuições de uma futura filosofia que será própria do gênero humano mundialmente unificado. Criticar a própria concepção do mundo, portanto, significa torná-la unitária e coerente e elevá-la até o ponto atingido pelo pensamento mundial mais evoluído. Significa também, portanto, criticar toda a filosofia até hoje existente, na medida em que ela deixou estratificações consolidadas na filosofia popular. O início da elaboração crítica é a consciência daquilo que é realmente, isto é, um "conhece-te a ti mesmo" como produto do processo histórico até hoje desenvolvido, que deixou em ti uma infinidade de traços acolhidos sem análise crítica. Deve-se fazer, inicialmente, essa análise."*¹²

Nada mais óbvio: se todos os homens são filósofos e os filósofos *ex professo* só se distinguem deles pelo grau maior de coerência e logicidade com que crêem exatamente nas mesmas coisas que eles, então entre o filósofo com aspas e o filósofo sem aspas não há outra diferença senão aquela que existe entre o conformista incoerente e o conformista coerente, entre o homem-massa espontâneo e confuso e o homem-massa assumido e formalizado.

Novamente, a idéia em si é estúpida e sem o mínimo respaldo histórico que se poderia exigir de uma generalização tão ambiciosa.

Se o homem não tem opção senão escolher entre um conformismo desagregado e ocasional e um conformismo consciente e sistemático, toda nova filosofia que apareça não pode ser senão a

sistematização de um conformismo já dado, latente, em sua pureza, no seio dos conformismos confusos que perfazem o "senso comum" do seu ambiente.

Cada novo sistema filosófico, assim, em vez de se opor ao conformismo estabelecido, não faz senão aderir a um conformismo prévio, que ele apenas apresenta em forma mais depurada e límpida.

Isto resulta em afirmar que Sócrates não declarou nada que fosse formalmente contrário às crenças coletivas daqueles que o condenaram à morte, mas apenas deu coerência e homogeneidade àquilo em que todos já acreditavam. Seria positivamente uma lástima que um tão fiel sacerdote da crença estabelecida fosse condenado à morte por mero engano, só porque os juizes não tiveram a esperteza de notar que concordavam com tudo quanto ele dizia. Mais lamentável ainda foi que, tão hábeis em reconhecer o sentido unânime de suas próprias crenças consensuais quando se expressavam na algaravia coletiva sob forma multívoca, "ocasional e desagregada", não soubessem reconhecê-las quando, pela boca de Sócrates, se apresentaram em linguagem mais lógica, mais coerente e mais homogênea. Nem Gramsci, nem o consenso mundial dos gramscistas reunidos poderá jamais nos explicar como um tal abismo de incompreensão pode se abrir entre um homem-massa que crê numa coisa e outro homem-massa que, além de acreditar piamente na mesmíssima coisa, ainda a explica ao primeiro em linguagem clara, didática e coerente.

Porém o mais lindo nessa história toda é que o senso comum, ao mesmo tempo que oferece resistência às

inovações introduzidas pelo filósofo individual, desempenha também a função de sujeito ativo e criador que antecede as descobertas do filósofo. Mas se o senso comum é ao mesmo tempo o baluarte do conformismo e a mola-mestra da renovação filosófica, acumulando os dois papéis principais na trama do processo histórico, para que raios seria necessário um filósofo para depurá-lo se esta depuração será sempre subsequente às mudanças fundamentais? Se o senso comum era um resíduo *passivo* precisamente por ser *inconsciente*, e se por isto necessitava do filósofo para trazê-lo à luz da consciência, como pode agora tornar-se por si próprio o fator ativo, quando só na consciência do filósofo ele adquire a forma e o sentido unitários necessários à passagem da passividade à atividade? A indistinção canhestra de *inconsciente-passivo* e *consciente-ativo* é aí manifesta, e ela basta para dar a este ponto da doutrina gramsciana aquela característico estofo de *confusão impenetrável* que só aos olhos do principiante ingênuo pode passar por sinal de pensamento profundo.

Que toda a doutrina gramsciana é uma bobagem grosseira, indigna de atenção filosófica séria, eis algo que, se já não se tornou evidente a algum leitor mediante este breve exame de um parágrafo fundamental de Antonio Gramsci, arrisca não se tornar claro nunca mais, porque nenhum acúmulo de provas poderá jamais dar inteligência filosófica a uma mente inepta.

Em todo caso, vale a pena prosseguir acumulando provas até o limite do intolerável, porque o culto

gramsciano não nasce de uma privação de inteligência, e sim de uma perversidade da vontade - e, ao contrário da inteligência rombuda, à qual a própria força probante dos argumentos mais perturba que esclarece, impelindo-a cada vez mais para longe da verdade e para dentro da sua própria confusão, a vontade doentia, esta sim, quando coexiste com uma inteligência sã, não tem forças para negá-la indefinidamente e mais dia menos dia acaba cedendo ao peso das evidências, ainda que a contragosto.

10/12/1999

Segunda parte

NOTAS

1. Todas as citações de Gramsci nesta parte, exceto indicação expressa em contrário, são extraídas desta obra e edição. [Voltar](#)
2. *A Concepção Dialética da História*, pp. 11-12. A continuação imediata deste parágrafo, também reproduzida na *Folha*, será dada e comentada mais adiante. [Voltar](#)
3. Ele é levado a esse erro grosseiro justamente por um preceito da sua própria doutrina, segundo o qual o "senso comum" contém um depósito de todas as filosofias de eras passadas. Ora, a experiência moderna mostra que o "senso comum" - no sentido específico que Gramsci dá a este termo - é bem mais vulnerável à ação consciente de propagandistas e manipuladores do que à influência residual das tradições. A própria eficácia publicitária do gramscismo é uma prova disso. Além do mais, os elementos da tradição, mesmo quando não sejam totalmente esquecidos (o que necessariamente acontece quando se rompe a cadeia de transmissão) podem sobreviver no senso comum sob forma desfigurada e caricatural. [Voltar](#)
4. Discutirei este conceito mais adiante. [Voltar](#)
5. Por exemplo, Vladimir Soloviev: "A filosofia, em sua qualidade de conhecimento *reflexivo*, é sempre obra da razão *pessoal*. Ao contrário,

nas outras esferas da atividade humana geral, a razão individual, a pessoa isolada desempenham um papel antes passivo: é a *espécie* que age; uma atividade *impessoal* aí se manifesta, similar à do formigueiro ou da colméia. É indubitável, com efeito, que os elementos essenciais da vida do homem (*língua, mitologia, formas primitivas da sociedade*) são, na sua formação, totalmente independentes da *vontade consciente* das pessoas isoladas. No ponto em que está a ciência atual, está fora de dúvida que a língua ou o Estado não foram inventados por pessoas isoladas, tanto quando a organização da colméia, por exemplo, não foi inventada por abelhas isoladas. Quanto à religião, no sentido próprio (não a mitologia), ela também não pode ser inventada: nela também a pessoa isolada desempenha, como tal, um papel antes passivo, em primeiro lugar na medida em que uma revelação exterior, independente do homem, é reconhecida como fonte objetiva da religião, e em seguida na medida em que o fundamento subjetivo da religião é a crença das massas populares, determinada pela tradição comum e não pelas investigações da razão pessoal." (*Crise de la Philosophie Occidentale*[1874], trad. Maxime Herman, Paris, Aubier, 1947.) [Voltar](#)

6. Aristóteles. [Voltar](#)
7. Husserl. [Voltar](#)
8. P. 34. [Voltar](#)
9. P. 12. [Voltar](#)
10. E mesmo assim não de toda a *vox populi*, e sim somente das opiniões dos sábios, isto é, daqueles que dedicaram ao assunto uma atenção consciente e que por isto já não expressam simplesmente a voz corrente e sim uma depuração dela. [Voltar](#)
11. Veremos adiante que em Gramsci o objeto, a realidade investigada, desaparece completamente do horizonte de visão, transformando a filosofia num mero conflito de opiniões que se reduzem, por fim, a interesses de classes - não lhe interessando nem sequer demonstrar que esta redução, considerada enquanto conteúdo da sua doutrina, é por sua vez verdadeira e corresponde aos fatos; ao contrário, ele a toma por pressuposto e, em última análise, como decisão da vontade. [Voltar](#)
12. P. 12. Na sentença final a ed. citada traz "esse inventário", que o texto da *Folha* mudou, inexplicavelmente, para "essa análise"

O Anti-Gramsci ~ 2

Introdução à Filosofia pelo Método Crítico-Dialético

§ 4. A resposta infalível a uma pergunta postíça

Logo a seguir, Gramsci afirma:

Nota IV. Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas "originais"; significa também, e sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, "socializá-las" por assim dizer; transformá-las, portanto, em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral. O fato de que uma multidão de homens seja conduzida a pensar coerentemente e de maneira unitária a realidade presente é um fato "filosófico" bem mais importante e "original" do que a descoberta, por parte de um "gênio filosófico", de uma nova verdade que permaneça como patrimônio de pequenos grupos intelectuais¹.

"Ideologia" é um tipo de discurso que, em defesa de valores arbitrários e no mais das vezes implícitos e não declarados, enfatiza determinados aspectos da realidade que sirvam de suporte retórico para esses valores, ocultando ou minimizando os aspectos contrários, por mais evidentes ou importantes que sejam e por mais improvável que seja escaparem à atenção de qualquer observador isento. Ideologia é seletividade deformante da realidade conhecida, em vista de um interesse político.

Nesse sentido, o discurso ideológico não é nunca "dialético", por mais que se pavoneie de sê-lo, pois foge ao confronto dos contrários. O confronto faria automaticamente vir à luz os pressupostos implícitos no discurso, atenuando, relativizando ou eventualmente impugnando aquilo que ele deseja afirmar. Por isto mesmo é evitado. Para evitá-lo, recorre-se à argumentação por *topoi* ou lugares-comuns, que, dando uma aparência de obviedade imediata a um determinado juízo de valor, subtrai à atenção do ouvinte as bases da pergunta a que essa afirmação responde e portanto sonega-lhe a possibilidade de questionar a formulação mesma dessa pergunta, sua adequação ao problema de que se trata, sua relevância maior ou menor em comparação com outras abordagens possíveis do mesmo tema, etc. Tudo isto, como que por milagre, desaparece do horizonte de consciência do ouvinte ou leitor, sobrando somente a imagem hipnótica da pergunta isolada e da resposta infalível.²

O parágrafo que acabo de citar é um exemplo perfeito de discurso ideológico, marcado pela ênfase unilateral que escamoteia à atenção do leitor as mais óbvias comparações sugeridas pela apresentação mesma do assunto.

Esse parágrafo coloca-nos diante de uma oposição entre a verdade conhecida solitariamente por um pensador isolado e a verdade colocada a serviço da ação coletiva, e afirma, resolutamente, que esta é melhor e mais importante. À primeira vista, é uma afirmação óbvia de simples senso comum. O remédio para uma doença grave, por exemplo, vale menos

quando só um homem o conhece do que quando posto a serviço de muitos. É um *topos* ou lugar-comum: o bem de muitos é melhor que o bem de poucos ou de um só.

Assim, colocada a pergunta: "Que é que vale mais - a descoberta individual ou sua difusão entre muitos?", a mente entorpecida opta automaticamente por esta última, sem questionar se a pergunta mesma faz sentido.³ No caso, o questionamento, que na mente filosoficamente treinada emergiria de maneira quase espontânea à simples leitura desse parágrafo, poderia assumir a seguinte forma: Que sentido faz equacionar o problema sob a forma dessa oposição, se nunca ou quase nunca um descobridor tende a guardar sua descoberta para si, mas quase que necessariamente o impulso da descoberta vem junto com o impulso da difusão? A oposição colocada é natural, necessária, sugerida pela natureza mesma dos fatos ou, ao contrário, é uma abordagem postíça, arbitrária e puramente inventada com o propósito de impingir um certo juízo de valor mediante o truque de apresentá-lo como resposta a uma pergunta postíça especialmente planejada para esse fim?

A resposta a este questionamento indicará se estamos diante de um exame filosófico sério ou de um joguinho retórico.

Mas o questionamento pode ir um pouco mais fundo e perguntar: Que razões filosoficamente válidas haveria para montar uma oposição entre a verdade solitariamente conhecida e a ação coletiva, se esta última não tem conexão lógica com a veracidade ou falsidade das idéias que a inspiram, e se em suma,

como o demonstra abundantemente a História, considerados enquanto meios de "*conduzir uma multidão de homens a pensar coerentemente e de maneira unitária*", a mentira ou o erro funcionam tão bem quanto a verdade?

Basta fazer esse breve questionamento para perceber que a oposição entre a verdade solitária e a verdade que beneficia as massas não é de maneira alguma um problema sério sugerido pela experiência histórica, mas, bem ao contrário, é apenas uma hipótese abstrata e arbitraria cuja discussão, se pode servir para exercícios de retórica escolar, em nada nos fará avançar no conhecimento da realidade.

Em terceiro lugar, para qualquer cérebro treinado em lógica, não há nenhum sentido em fazer uma comparação *de valor* entre uma coisa e aquilo que é condição de possibilidade dessa coisa. A descoberta individual - de uma verdade, de um remédio, de um equipamento - é condição de possibilidade prévia à difusão dessa descoberta, assim como ter nascido é condição de possibilidade para que um sujeito continue vivo aos trinta anos. A pergunta subentendida na abordagem de Gramsci é pueril, artificial e fingida como o seria uma redação escolar com o tema: "O que é melhor: ter nascido ou chegar vivo aos trinta anos de idade?"

Em *nenhum* momento de sua extensa obra⁴ Antonio Gramsci sobe acima desse nível ginasiano de abordagem dos problemas.

§ 5. Ordem intelectual e religião

*"A filosofia é uma ordem intelectual, coisa que nem a religião nem o senso comum podem ser."*⁵

Esta sentença já mostra o quanto Gramsci está disposto a falar da religião sem ter dela o menor conhecimento. Toda religião *é necessariamente uma ordem intelectual* - embora não seja somente isso -, e é a capacidade de ser elaborada progressivamente nos amplos sistemas racionais da teologia dedutiva que diferencia, precisamente, uma religião de uma pseudo-religião⁶.

Mais ainda: somente dentro do corpo das religiões pode surgir e desenvolver-se a vida intelectual em sentido eminente, que supõe o predomínio do *pneuma* sobre a *psyche* e a *bios*, inalcançável - exceto por milagre -- sem o suporte ritual e simbólico das práticas religiosas.

Pela própria incapacidade de perceber a independência eidética do plano espiritual em relação ao psíquico e mesmo ao biológico - pois só a um *psychicos* bem prisioneiro de seus estados subjetivos ocorreria a idéia de fazer uma comparação de valor, no mesmo plano, entre uma verdade teorética e sua aplicação prática --, Gramsci não poderia jamais conceber o que é uma religião. Por isto mesmo, limita-se a considerá-la somente enquanto "*elemento do senso comum desagregado*"⁷, sem notar que não está falando de uma religião e sim

do resíduo sociológico de uma religião extinta que se tornou metafórica.

Não que ele ignore, por completo, que há *alguma* diferença entre a religião e sua expressão sociológica ou, como ele diz, política. Mais adiante ele nos dará um sinal de que sabe que essa diferença existe - e a prova inequívoca de que radicalmente não sabe em que ela consiste.

Por enquanto, limitemo-nos a observar o seguinte. Ele diz que a filosofia é uma ordem intelectual precisamente *em contradistincção* à religião, que não o é. Mas a verdade é precisamente o contrário. A religião, para existir, tem de ser não apenas uma ordem intelectual completa e racionalmente coerente em todos os seus pontos - e a simples existência de um direito canônico já o demonstra desde logo --, mas também essa ordem tem de ser indefinidamente abrangente, isto é, capaz de ampliar-se num número ilimitado de desenvolvimentos lógicos que em nada desmintam os seus princípios ou dogmas fundamentais. A religião é não apenas uma ordem intelectual, mas uma ordem sistêmica, e esta ordem sistêmica deve abranger - ou pelo menos não contradizer - todas as experiências e conhecimentos possíveis em todas as direções, motivo pelo qual o trabalho de tirar conseqüências lógicas do dogma e de coerenciar com ele as novas descobertas e experiências humanas é, em todas as religiões, um trabalho contínuo e sem fim. Mais ainda, essa ordem, na medida em que se expande logicamente em todas as direções sem contradição com os dogmas centrais, pode-se dizer que já está dada sinteticamente nesses

dogmas, os quais contêm a semente de todos os seus desenvolvimentos possíveis. A menor ruptura ou incoerência nesse sistema constituirá, precisamente, o que se chama um *cisma*.

Em contraposição com isso, nenhuma filosofia pode se gabar de possuir *a priori*, como a religião, um conjunto de princípios tão abrangentes e tão universalmente válidos que deles tudo se possa deduzir ou tudo se possa harmonizar logicamente com eles indefinidamente até o fim dos tempos. Na medida mesma em que o conhecimento filosófico é de natureza crítica, ele não pode ter a pretensão de constituir um sistema ao mesmo tempo fechado e passível de desenvolvimentos infinitos. Por isto mesmo, os filósofos têm dedicado os seus esforços mais a descobrir e equacionar problemas do que a encontrar soluções definitivas. E, com mais forte razão ainda, aí se impõe a conclusão de que, se a religião é necessariamente uma ordem intelectual e uma ordem completa ou ao menos idealmente completa, toda filosofia é apenas um esforço crítico em direção a uma ordem possível que não se atinge e não se completa nunca.

A insistência obsessiva de Gramsci no caráter organizado, sistêmico e unitário das filosofias não prova outra coisa senão a sua pouca prática nos estudos filosóficos, pois, na maior parte das filosofias a unidade sistêmica não passa de um vago ideal orientador jamais realizado (e às vezes abandonado por completo, como no caso das filosofias ditas, como a de Nietzsche, "problemáticas" por oposição a "sistêmicas"), sem que elas deixem de ser filosofias

por isto. Mais ainda, como o demonstrou Vladimir Soloviev, todas as filosofias contêm necessariamente em si alguns pontos de incoerência, dos quais nasce precisamente a possibilidade de que sejam contestadas, corrigidas ou modificadas pelas filosofias subseqüentes. Uma filosofia não se torna menos valiosa por conter incoerências internas, e é mesmo um dever do próprio filósofo, quando as percebe, assinalar sua presença, como o fez por exemplo Aristóteles, ao dar sinal de que notava, sem poder resolvê-la, uma incoerência básica do seu próprio sistema (no entanto um dos mais coerentes já surgidos) ao proclamar que só existe conhecimento científico do geral e que só o singular é real, sem consentir em tirar disto a conclusão de que o conhecimento é falso ou inadequado.

Já uma religião, se lhe aparecesse no corpo, à vista de todos, um rombo desse tamanho, já não seria uma religião e sim *duas* religiões, ou, melhor ainda, uma *guerra de religiões*.

A idéia de que a coerência unitária é uma característica essencial da filosofia, bem como a de que uma religião não é e não pode ser uma ordem intelectual reflete apenas a imaginação pueril de um palpiteiro inculto que, por falta de informação histórica válida, toma como certas científicas os lugares-comuns do meio em que vive.

13/12/99

NOTAS

1. *A Concepção Dialética da História*, pp. 13-14. [Voltar](#)
2. Em comparação com isto, o exame filosófico caracteriza-se precisamente por explicitar ou por deixar subentendidas ao alcance do bom entendedor outras abordagens possíveis, respondendo a todas elas ao mesmo tempo, seja de maneira explícita e analítica, seja implícita e sintética. [Voltar](#)
3. Em contraposição a isto, a primeira preocupação do autêntico filósofo na exposição de suas idéias é a de provar que as perguntas que formula são fundamentais, que seu modo de abordar o assunto é melhor do que outros modos já tentados, etc. Ele pode fazer isto de maneira explícita ou implícita, mas, qualquer que seja o caso, a parte mais significativa do esforço filosófico é sempre a de equacionar corretamente as perguntas, nunca a de sair respondendo, de cara, a perguntas que não foram, elas mesmas, objeto de qualquer exame crítico. [Voltar](#)
4. Refiro-me somente aos livros que li: *a Concepção Dialética da História; Maquiavel, a Política e o Estado Moderno; Literatura e Vida Nacional; Os Intelectuais e a Organização da Cultura; e Cartas do Cárcere - todos publicados pela Civilização Brasileira sob a orientação de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder*. Na época em que li essas porcarias, as edições originais italianas eram muito caras e privei-me da sua leitura confiando na afirmação dos próprios editores de que esses cinco eram os livros principais - não sendo portanto de prever que pudesse encontrar nos outros alguma revelação assombrosa capaz de mudar de alto a baixo a compreensão do pensamento de Gramsci que por eles se podia obter. Se a edição completa trouxer surpresa nesse sentido, seus editores, sendo os mesmos da velha, terão a obrigação de declarar que, ao posar pela primeira vez perante os leitores como especialistas em Gramsci, não tinham sequer aprendido a discernir, na massa dos seus textos, o importante e o desimportante. Para a felicidade deles, não creio que isso possa acontecer, pois tão extensos são os livros mencionados, que dificilmente, no que sobra por editar em português, seu conteúdo essencial poderá vir a ser desmentido. [Voltar](#)
5. P. 14. [Voltar](#)
6. Não será demais observar que praticamente todos os instrumentos de análise lógica existentes, fora os inventados por Aristóteles e os acrescentados 2.400 anos depois dele pela moderna lógica matemática, foram desenvolvidos por religiosos para fins de exposição e discussão doutrinal. As contribuições infinitamente ricas das lógicas hindu, taoista, budista, islâmica, judaica e escolástica ao desenvolvimento da teoria da prova e da argumentação seriam uma imensa gratuidade histórica absolutamente inexplicável se a religião não fosse uma "ordem intelectual". [Voltar](#)
7. Id.

Onipresente e invisível

Olavo de Carvalho

Diário do Comércio, 26 de março de 2012

Ao ouvir dizer que vive numa “democracia”, o cidadão comum imagina que, malgrado algumas tramas sórdidas urdidas pelos políticos por trás das cortinas, o esquema de poder que domina a sociedade coincide com a estrutura visível das instituições e, em última instância, pode ser controlado mediante a pressão do clamor público ou o exercício do voto. Algum resíduo oculto, aqui e ali, será mais cedo ou mais tarde revelado pelos bravos jornalistas que destampam as latrinas e vasculham os esgotos, expondo os ladrões e conspiradores à luz do dia para que sofram as penas da lei. Não obstante falhas ocasionais, no conjunto o sistema, aerado pelos bons ventos da liberdade de imprensa, encarna os ideais iluministas da transparência e da racionalidade.

Lamento informar que há pelo menos vinte anos esse sistema cessou de existir. O poder dos governos sobre as populações civis já é praticamente incontrolável, reduzindo cada vez mais a um mero formalismo jurídico a diferença entre democracia e ditadura. Não, não se trata de nenhuma “teoria da conspiração”. Conspirações existem, mas não são

elas que produzem esse estado de coisas. Ao contrário, é ele que torna viável, hoje em dia, a criação de um governo global onipotente, imunizado contra qualquer tentativa de controle popular. O fenômeno resulta da convergência de três fatores:

Primeiro: A complexidade crescente da administração pública, continuamente fortalecida pelos aportes da tecnologia e das ciências sociais, fornece aos governos toda sorte de instrumentos para implantar as medidas que bem desejem sem ter de passar pelo controle legislativo nem muito menos pelo debate público. Das decisões fundamentais que alteraram a estrutura de poder no mundo nas últimas duas décadas, diluindo soberanias e transferindo a autoridade dos Estados para organismos internacionais, somente uma parte ínfima chegou a ser matéria de discussão parlamentar, e a maioria nem sequer recebeu da mídia uma cobertura proporcional à vastidão das conseqüências políticas que produziu.

Segundo: A progressiva concentração dos meios de comunicação nas mãos de um reduzido número de grandes grupos econômicos íntimos do poder estatal, associada à tomada das redações por uma nova geração de jornalistas ideologicamente comprometidos, transformou jornais, revistas e canais de TV, de veículos de informação e debate, em agências de engenharia comportamental e controle político. A censura de notícias inconvenientes, a exclusão das opiniões divergentes, a promoção descarada dos ídolos da esquerda, a militância sistemática em favor dos objetivos propugnados pela

revolução globalista tornaram-se quase que normas de redação, cinicamente impostas por toda parte como a expressão pura do jornalismo mais neutro e objetivo. Da noite para o dia, valores e critérios explosivamente revolucionários, hostis aos sentimentos de quase toda a população, passaram a ser apresentados como se fossem a opinião majoritária e obrigatória, o padrão supremo da normalidade. Em todo o Ocidente não há, por exemplo, um só grande jornal ou canal de TV que não trate toda oposição às propostas gayzistas e abortistas como conduta aberrante e criminosa, dando a impressão de que os novos códigos de comportamento que se deseja implantar são consensos universais milenares, só rejeitados por fanáticos e doentes mentais. É evidente que isso não é jornalismo nenhum, é um teatro psicológico planejado para produzir mudanças comportamentais. É a engenharia da complacência, da qual já falei.

Terceiro: a queda da URSS deixou desorientadas e órfãs as massas militantes por toda parte, liberando um enorme potencial humano que, não sabendo viver sem uma “causa social” que justifique sua existência, foi facilmente remanejado para servir, agora fartamente subsidiado pela elite financeira, sob as novas bandeiras da revolução global. Foi a vitória completa do fabianismo e do gramscismo sobre as versões mais arcaicas do movimento comunista. Com velocidade impressionante, as militâncias locais foram unificadas, criando, pela primeira vez na História humana, a possibilidade de mobilizações de massa quase instantâneas em escala mundial – a

mais formidável máquina de pressão política e intimidação psicológica que o mundo já conheceu.

Sob o influxo desses três fatores, a velha democracia representativa tornou-se apenas a camuflagem jurídica e publicitária de novos esquemas de poder que a maioria dos cidadãos não compreende e em geral não conhece.

Graças a isso, o avanço da tirania global é hoje tão rápido, tão intenso, tão avassalador, que para registrar, simplesmente registrar a sucessão diária dos fatos que o exemplificam, seria preciso um jornal inteiro, não este pobre comentário semanal. Não se passa um dia sem que se criem novas estruturas de poder, novos meios de controle social, novos instrumentos de manipulação psicológica destinados a ter um impacto brutal, quase sempre destrutivo, não só na política e na economia, mas na vida privada e na mente de todos os seres humanos colocados sob a sua órbita. E esses fatos se desenrolam, quase todos, à margem da atenção pública, seja porque são produzidos por meios burocráticos discretos, contornando o debate, seja porque não chegam a ser noticiados, seja porque o são de maneira propositadamente deficiente, sumária e eufemística, de modo que somente uma fração mínima e inofensiva da população se dê conta do seu verdadeiro alcance e significado.

O sonho de Antonio Gramsci, o “poder onipresente e invisível”, já é uma realidade em todo o mundo ocidental.

Nossa mídia e seu guru

Olavo de Carvalho

Folha de São Paulo, 07 de janeiro de 2003

O mais lindo espetáculo dos últimos tempos não foi a posse de Lula, escoltado por Fidel Castro, Hugo Chávez e uma penca de veteranos do terrorismo, numa praça adornada de milhares de bandeiras vermelhas e nenhuma do Brasil. O mais lindo espetáculo dos últimos tempos é a tranquilidade com que, diante disso, a mídia nacional assegura que não há mais comunistas em ação no mundo e que o país, no novo governo, tem o futuro assegurado de uma genuína democracia.

Nunca uma mentira tão óbvia foi sustentada com tão acachapante unanimidade, num insulto coletivo à inteligência popular, que, ao não se sentir ofendida por isso, mostra não ter mesmo muito respeito por si própria.

Não encontro precedentes históricos para tão estranho fenômeno, mas encontro paralelos em outros que, ao mesmo tempo, sucedem na mesma mídia. Querem ver um? A onda de indignação geral contra Chávez é mil vezes maior e as acusações que pesam sobre ele mil vezes mais graves do que tudo quanto, no Brasil, bastou para dar razão de sobra à derrubada de Collor. Não obstante esta é celebrada até hoje como uma apoteose da democracia,

enquanto o movimento dos venezuelanos é pejorativamente rotulado de "tentativa de golpe".

A duplicidade de critérios é tão patente, tão descarada que ela basta para mostrar que o jornalismo nacional está morrendo, substituído pela propaganda pura e simples. Muitos jornalistas negarão isso, fazendo-se de escandalizados, mas suas caretas de dignidade afetada não me convencerão. Pois eles próprios não escondem seu orgulho de ter abandonado as antigas regras de objetividade e isenção para adotar uma ética de dirigismo militante. Não querem mais ser meros portadores de notícias. Querem ser "agentes de transformação social". Um agente de transformação não se contenta em dar informações: manipula-as para produzir um efeito calculado. Os jornalistas brasileiros estão de tal modo adestrados para isso que já o fazem até sem perceber.

Como chegaram a tanto? Uma pista reside na influência exercida sobre eles, como sobre a totalidade das classes falantes, da leitura de Antonio Gramsci, hoje a obrigação central e quase única de quem passe por estudos ditos "superiores" neste país. Para que haveriam de embeber-se tanto das idéias de Gramsci, se fosse para se absterem de levá-las à prática? Mas essas idéias têm uma propriedade notável: quanto mais um homem se intoxica delas, menos percebe o que têm de imoral e perverso.

Visto sem as lentes da devoção boboca, o gramscismo

não passa de uma sistematização de intrujices. A hegemonia, segundo ele, deve ser conquistada pelos partidos de esquerda mediante "ocupação de espaços" na mídia, na educação etc. Ora, o que é "ocupação de espaços" senão mútua proteção mafiosa entre militantes, recusando emprego aos adversários e institucionalizando a discriminação ideológica como princípio de seleção profissional? Trinta anos dessa prática e já não resta nas redações nenhum anticomunista. Dividido o espaço entre esquerdistas, simpatizantes e indiferentes, ninguém reclama e todos sentem viver na mais confortável democracia. A consciência moral dos jornalistas de hoje é pura inocência perversa.

Mas Gramsci não era um intrujão só na estratégia política. Manipulador, não hesitava em contar à filha pequena velhos contos de fadas esvaziados de seu simbolismo espiritual e adulterados em grosseira propaganda comunista. Sua própria imagem histórica é uma farsa. Beatificado como encarnação do intelectual proletário, só trabalhou em fábrica por tempo brevíssimo.

Chamar Gramsci de maquiavélico não é força de expressão. Filho de um corrupto, ele era neto espiritual do megacorrupção florentino. Orgulhava-se de ser discípulo de Maquiavel e descrevia o "Partido" como o "Novo Príncipe", encarnação coletiva do astuto golpista palaciano que conquistava o poder pisando nos cadáveres dos que o tinham ajudado a subir. Quando o Partido está fraco para o assalto

direto ao poder, dizia Gramsci, deve formar um amplo "pacto social" baseado no "consenso", mas conservando para si a hegemonia, o primado das idéias e valores que soldam a aliança. Os aliados, acreditando agir no seu próprio interesse, serão levados a amoldar seu pensamento às categorias admitidas pelo Partido, que, parasitando suas energias, livrar-se-á deles no momento devido.

Gramsci não é maquiavélico só no sentido vulgar d' "O Príncipe", mas também naquele, mais sutil e maldoso, dos "Discorsi". Nesta obra pouco lida, Maquiavel revela seu intuito de colocar o Estado em lugar do próprio Deus. Gramsci apenas acrescenta que, para isso, é preciso antes um Partido-deus. É aí que sua malícia chega a requintes quase demoníacos. Ele considerava o cristianismo o principal inimigo do socialismo. Sonhava com um mundo em que toda transcendência fosse abolida em favor de uma "terrestrialização absoluta", na qual a simples idéia de Deus e de eternidade se tornasse inacessível. Mas não queria destruir a igreja como instituição, e sim usá-la como fachada. Para isso, propunha que os comunistas se infiltrassem nela, substituindo a antiga fé por idéias marxistas enfeitadas de linguagem teológica. Assim, a pregação comunista chegaria às massas sob outro nome, envolta numa aura de santidade.

A maior fraude religiosa de todos os tempos está hoje coroada de sucesso, o que não torna menos deformada e monstruosa a mentalidade do seu

inventor. Nem menos desprezível a daqueles que o admiram por isso.

Dominador invisível

Olavo de Carvalho

Jornal da Tarde, 24 de abril de 2003

A doutrina marxista da “ideologia” impregnou-se de tal modo na cultura, que mesmo os indivíduos mais alheios a qualquer militância esquerdista acham natural esperar que toda idéia ou teoria se explique, em última análise, como instrumento das ambições de uma classe ou grupo, portanto como distorção interesseira, mito autojustificador ou propaganda.

Nessa perspectiva, não há mais conhecimento objetivo. A única maneira de um sujeito escapar da prisão ideológica é assumi-la como fatalidade incontornável e incorporá-la na sua visão habitual do mundo, como um cavalo que comesse seus próprios arreios esperando, com isso, tornar-se cavaleiro. A nova objetividade do “intelectual orgânico” já não consiste em ver o mundo como é mas em transformá-lo em outra coisa para poder dizer, depois, que ele é exatamente isso.

Correntes de pensamento inteiramente alheias ao marxismo vieram a dar a esse doutrina insana algumas legitimações acidentais.

Nietzsche abominava o socialismo. Mas, rejeitando toda pretensão de veracidade como ilusão autolisonjeira de contemplativos doentes, e consagrando a “vontade de poder” como fundamento último da realidade e da ação humana, acabou dando aos dois socialismos, bolchevista e fascista, um pretexto admirável para que mandassem às favas os escrúpulos de argumentação racional e aderissem gostosamente à brutalidade da “ação direta” preconizada por Georges Sorel.

Freud, politicamente um conservador, deu impulso à destruição da fé no conhecimento ao vituperar como camuflagens da repressão sexual todas as manifestações da inteligência humana, seja na arte, na ciência, na filosofia ou na religião. E acabou *malgré lui* colocando a serviço da propaganda socialista o poder da fantasia sexual, tão logo a escola de Frankfurt acreditou descobrir no desejo reprimido o equivalente genésico da força de trabalho proletária “expoliada” pelo superego capitalista. Daí por diante todos os frustrados sexuais do mundo tornaram-se militantes esquerdistas em potencial.

Muitas outras modas e escolas intelectuais, às vezes bem antimarxistas, concorreram para os fins do socialismo: roendo pelas beiradas a credibilidade popular da tradição filosófica e religiosa ocidental, mas não tendo por sua vez nenhuma expressão política própria, acabaram sendo absorvidas como

utensílios de guerra ideológica pela única corrente de pensamento que, além de doutrina, era uma estratégia política e uma militância organizada. Assim, à medida que se desmoralizava intelectualmente, o marxismo se renovava de maneira quase inesgotável, chamando em seu socorro novos e novos pretextos adaptados do pragmatismo, da filosofia analítica ou até do messianismo lisérgico e anárquico da *New Age*. Aquisição mais recente foi a retórica anti-ocidental do radicalismo islâmico. E agora até o “tradicionalismo” de Guénon e Evola pode servir para ajudá-lo um pouquinho...

Nenhuma doutrina resiste a tantas incorporações sem perder sua identidade. Mas às vezes isso é útil. À medida que afeioava seu organismo a tantos alimentos estranhos, o marxismo, já em versão Gramsci, flexibilizava sua estrutura organizacional, dissolvendo os antigos partidos monolíticos numa complexa rede de associações e canais com rotulagem infinitamente variada -- desde agremiações políticas até entidades assistenciais, “grupos de encontro” e clínicas de aborto, além de quadrilhas de narcotraficantes e seqüestradores --, que o advento dos computadores e da *internet* permite hoje manter unida e pronta, a qualquer momento, para ações repentinas de alcance mundial, como se viu nas passeatas “pela paz” que quase conseguiram salvar, *in extremis*, o regime mais tirânico e genocida do planeta.

Irreconhecível como doutrina individualizada, o marxismo continua, politicamente, a única força

organizada em escala planetária. Na esfera cultural, tornou-se a influência dominante que, sem nome, quase invisivelmente, move as correntes de opinião no mundo.

Cada vez que, diante de uma idéia, você pergunta a quem ela serve antes de perguntar se ela é verdadeira ou falsa, você é quem está servindo a esse senhor invisível. A doutrina marxista da ideologia, mentira a serviço da vontade de poder, vê em tudo mentiras a serviço do poder e, como toda profecia auto-realizável, tem o dom de fazer com que aqueles que a seguem, mesmo sem saber que a seguem, se tornem exatamente aquilo que ela diz que são.

Do marxismo cultural

Olavo de Carvalho

O Globo, 8 de junho de 2002

Segundo o marxismo clássico, os proletários eram inimigos naturais do capitalismo. Lênin acrescentou a isso a idéia de que o imperialismo era fruto da luta capitalista para a conquista de novos mercados. Conclusão inevitável: os proletários eram também inimigos do imperialismo e se recusariam a servi-lo num conflito imperialista generalizado. Mais apegados a seus interesses de classe que aos de seus patrões imperialistas, fugiriam ao recrutamento ou

usariam de suas armas para derrubar o capitalismo em vez de lutar contra seus companheiros proletários das nações vizinhas.

Em 1914, esse silogismo parecia a todos os intelectuais marxistas coisa líquida e certa. Qual não foi sua surpresa, portanto, quando o proletariado aderiu à pregação patriótica, alistando-se em massa e lutando bravamente nos campos de batalha pelos “interesses imperialistas”!

O estupor geral encontrou um breve alívio no sucesso bolchevique de 1917, mas logo em seguida veio a se agravar em pânico e depressão quando, em vez de se expandir para os países capitalistas desenvolvidos, como o previam os manuais, a revolução foi sufocada pela hostilidade geral do proletariado.

Diante de fatos de tal magnitude, um cérebro normal pensaria, desde logo, em corrigir a teoria. Talvez os interesses do proletariado não fossem tão antagônicos aos dos capitalistas quanto Marx e Lênin diziam.

Mas um cérebro marxista nunca é normal. O filósofo húngaro Gyorgy Lukacs, por exemplo, achava a coisa mais natural do mundo repartir sua mulher com algum interessado. Pensando com essa cabeça, chegou à conclusão de que quem estava errado não era a teoria: eram os proletários. Esses idiotas não sabiam enxergar seus “interesses reais” e serviam alegremente a seus inimigos. Estavam doidos.

Normal era Gyorgy Lukács. Cabia a este, portanto, a alta missão de descobrir quem havia produzido a insanidade proletária. Hábil detetive, logo descobriu o culpado: era a cultura ocidental. A mistura de

profetismo judaico-cristão, direito romano e filosofia grega era uma poção infernal fabricada pelos burgueses para iludir os proletários. Levado ao desespero por tão angustiante descoberta, o filósofo exclamou: “Quem nos salvará da cultura ocidental?”

A resposta não demorou a surgir. Felix Weil, outra cabeça notável, achava muito lógico usar o dinheiro que seu pai acumulara no comércio de cereais como um instrumento para destruir, junto com sua própria fortuna doméstica, a de todos os demais burgueses. Com esse dinheiro ele fundou o que veio a se chamar “Escola de Frankfurt”: um “think tank” marxista que, abandonando as ilusões de um levante universal dos proletários, passou a dedicar-se ao único empreendimento viável que restava: destruir a cultura ocidental. Na Itália, o fundador do Partido Comunista, Antônio Gramsci, fôra levado a conclusão semelhante ao ver o operariado trair o internacionalismo revolucionário, aderindo em massa à variante ultranacionalista de socialismo inventada pelo renegado Benito Mussolini. Na verdade os próprios soviéticos já não acreditavam mais em proletariado: Stálin recomendava que os partidos comunistas ocidentais recrutassem, antes de tudo, milionários, intelectuais e celebridades do “show business”. Desmentido pelos fatos, o marxismo iria à forra por meio da auto-inversão: em vez de transformar a condição social para mudar as mentalidades, iria mudar as mentalidades para transformar a condição social. Foi a primeira teoria do mundo que professou demonstrar sua veracidade pela prova do contrário do que dizia.

Os instrumentos para isso foram logo aparecendo. Gramsci descobriu a “revolução cultural”, que reformaria o “senso comum” da humanidade, levando-a a enxergar no martírio dos santos católicos uma sórdida manobra publicitária capitalista, e faria dos intelectuais, em vez dos proletários, a classe revolucionária eleita. Já os homens de Frankfurt, especialmente Horkheimer, Adorno e Marcuse, tiveram a idéia de misturar Freud e Marx, concluindo que a cultura ocidental era uma doença, que todo mundo educado nela sofria de “personalidade autoritária”, que a população ocidental deveria ser reduzida à condição de paciente de hospício e submetida a uma “psicoterapia coletiva”.

Estava portanto inaugurada, depois do marxismo clássico, do marxismo soviético e do marxismo revisionista de Eduard Bernstein (o primeiro tucano), a quarta modalidade de marxismo: o marxismo cultural. Como não falava em revolução proletária nem pregava abertamente nenhuma truculência, a nova escola foi bem aceita nos meios encarregados de defender a cultura ocidental que ela professava destruir.

Expulsos da Alemanha pela concorrência desleal do nazismo, os frankfurtianos encontraram nos EUA a atmosfera de liberdade ideal para a destruição da sociedade que os acolhera. Empenharam-se então em demonstrar que a democracia para a qual fugiram era igualzinha ao fascismo que os pusera em fuga. Denominaram sua filosofia de “teoria crítica” porque se abstinha de propor qualquer remédio para os males do mundo e buscava apenas destruir: destruir

a cultura, destruir a confiança entre as pessoas e os grupos, destruir a fé religiosa, destruir a linguagem, destruir a capacidade lógica, espalhar por toda parte uma atmosfera de suspeita, confusão e ódio. Uma vez atingido esse objetivo, alegavam que a suspeita, a confusão e o ódio eram a prova da maldade do capitalismo.

Da França, a escola recebeu a ajuda inestimável do método “desconstrucionista”, um charlatanismo acadêmico que permite impugnar todos os produtos da inteligência humana como truques maldosos com que os machos brancos oprimem mulheres, negros, gays e tutti quanti, incluindo animais domésticos e plantas.

A contribuição local americana foi a invenção da ditadura lingüística do “politicamente correto”.

Em poucas décadas, o marxismo cultural tornou-se a influência predominante nas universidades, na mídia, no show business e nos meios editoriais do Ocidente. Seus dogmas macabros, vindo sem o rótulo de “marxismo”, são imbecilmente aceitos como valores culturais supra-ideológicos pelas classes empresariais e eclesiásticas cuja destruição é o seu único e incontornável objetivo. Dificilmente se encontrará hoje um romance, um filme, uma peça de teatro, um livro didático onde as crenças do marxismo cultural, no mais das vezes não reconhecidas como tais, não estejam presentes com toda a virulência do seu conteúdo calunioso e perverso.

Tão vasta foi a propagação dessa influência, que por

toda parte a idéia antiga de tolerância já se converteu na “tolerância libertadora” proposta por Marcuse: “Toda a tolerância para com a esquerda, nenhuma para com a direita”. Aí aqueles que vetam e boicotam a difusão de idéias que os desagradam não sentem estar praticando censura: acham-se primores de tolerância democrática.

Por meio do marxismo cultural, toda a cultura transformou-se numa máquina de guerra contra si mesma, não sobrando espaço para mais nada.

Maquiavel e os bobos

Olavo de Carvalho

Diário do Comércio (editorial), 26 de setembro de 2007

“Não digo jamais aquilo em que creio, nem creio naquilo que digo – e, se descubro algum pedacinho da verdade, trato logo de escondê-lo sob tantas mentiras que se torna impossível encontrá-lo.” Não, não neutralizem esta confissão feita por Nicolau Maquiavel a um amigo, aplicando a ela o “paradoxo do mentiroso”. Ele aqui é perfeitamente sincero, pois escreve em privado sobre sua obra pública. A técnica das mentiras superpostas, entrecruzadas e

mescladas é realmente o segredo dessa obra, tão obscura que Benedetto Croce a declarava impenetrável, mas que se abre de par em par tão logo descobrimos essa chave, fornecida pelo próprio autor num momento de franqueza, ou talvez fraqueza.

Maquiavel não é o imoralista vulgar que nele viram seus primeiros críticos, nem o realista científico que seus admiradores modernos fizeram dele, nem o límpido patriota que tantos intérpretes italianos celebram.

É o criador do plano revolucionário de destruir o cristianismo desde dentro e subjugar-lo a um Estado economicamente igualitário e politicamente totalitário, que hoje diríamos um Estado socialista. É também o inventor da estratégia incumbida de realizar esse fim: desorientar e dominar a sociedade por meio de um bombardeio alucinante de mentiras e fingimentos histriônicos, propositadamente contraditórios entre si para que suas

vítimas não percebiam a unidade do objetivo político por trás de tudo.

Quem melhor compreendeu Maquiavel foi Antonio Gramsci, mas não o compreendeu perfeitamente. Seu próprio amoralismo sociopático de revolucionário o tornou cego para o caráter satânico do empreendimento maquiavélico e o fez enxergar nele, ao contrário, todas as belezas ilusórias que ali tinham sido postas justamente para seduzir intelectuais meia-bomba.

O que Gramsci viu claramente foi que o Príncipe não era um indivíduo, mas uma elite revolucionária capaz de controlar a sutil engenharia do engodo e conquistar, ante o olhar sonso de adversários impotentes, “o poder onipresente e invisível de um imperativo categórico, de um mandamento divino”.

Se querem um exemplo imediato de como a coisa funciona, observem o “Movimento dos Sem-Mídia”.

Notem bem. Durante quase duas décadas os jornais e canais de TV deste país não apenas glorificaram os ídolos da revolução comunista, demonizando seus adversários, e não apenas estenderam sobre o Foro de São Paulo o manto de silêncio protetor que lhe permitiu crescer sem ser notado, mas também se abstiveram sistematicamente de noticiar as atrocidades genocidas praticadas pelos regimes comunistas e seus aliados nesse período e forneceram integral apoio a todas as iniciativas da “revolução cultural” politicamente correta: abortismo, gayzismo, cotas raciais, liberação das drogas, etc. etc. Mais esquerdismo que isso, nem no *Pravda*.

Durante anos tentei convencer os liberais e conservadores de que deviam organizar um movimento de protesto contra essa dominação hegemônica que os marginalizava ao ponto de só permitir sua sobrevivência como súcubos ideológicos da corrente dominante. Como não o fizeram

em tempo, a própria esquerda o faz agora em lugar deles, fingendo-se de vítima oprimida quando é na verdade a única autora e beneficiária do crime. É um blefe tão monstruoso, tão cínico, que ilude os observadores mais espertos e acaba passando por empreendimento de boa-fé.

É um exemplo corriqueiro. A técnica da contradição estupefaciente está em tudo o que a esquerda faz. Enquanto seus adversários não atinarem com isso, continuarão sendo feitos de bobos a cada semana.

Miséria intelectual sem fim

Olavo de Carvalho

Diário do Comércio, 15 de agosto de 2005

Há quase meio século o mercado editorial brasileiro, e em consequência os debates jornalísticos e

universitários, cujo alimento de base são os livros, não refletem em nada o movimento das idéias no mundo, mas apenas o apego atávico da intelectualidade local a mitos e caoetes fabricados pela militância esquerdista para seu consumo interno e satisfação gremial.

Sem a menor dificuldade posso listar mais de quinhentos livros importantes, que suscitaram discussões intensas e estudos sérios nos EUA e na Europa, e que permanecem totalmente desconhecidos do nosso público, pelo simples fato de que sua leitura arriscaria furar o balão da autolatria esquerdista e varrer para o lixo do esquecimento inumeráveis prestígios acadêmicos e literários consagrados neste país ao longo das últimas décadas.

Esses livros dividem-se em sete categorias principais:

1. Obras essenciais de filosofia e ciências humanas que oferecem alternativas à ortodoxia marxista-desconstrucionista-multiculturalista dominante (por exemplo, os livros de Eric Voegelin, Leo Strauss, Xavier Zubiri, Bernard Lonergan, Eugen Rosenstock-Huessy, Thomas Molnar, David Stove, Roger Scruton).
2. Análises críticas dessa ortodoxia (Hilton Kramer, Roger Kimball, Keith Windschuttle, John M. Ellis, Mary Lefkowitz, Judith Reisman).
3. Pesquisas históricas sobre o movimento esquerdista internacional, baseadas nos documentos dos Arquivos de Moscou e outras fontes recém-abertas, (John Lewis Gaddis, John Earl Haynes,

Stephen Koch, Harvey Klehr, R. J. Rummel, Christopher Andrew, Herb Romerstein, Ronald Radosh, Arthur Herman).

4. Livros sobre o esquerdismo hoje em dia, com a descrição dos laços abrangentes que unem ao terrorismo e ao narcotráfico a esquerda chique da grande mídia, das fundações bilionárias e dos organismos dirigentes internacionais (*Unholy Alliance* , de David Horowitz, *Countdown to Terror* , de Curt Weldon, *Treachery* , de Bill Gertz, *Through the Eyes of the Enemy* , de Stanislav Lunev).

5. Livros sobre a perseguição anti-religiosa no mundo e o fenômeno concomitante da expansão acelerada do cristianismo na Ásia e na África (*The Criminalization of Christianity* , de Janet L. Folger, *Persecution* , de David Limbaugh, *Megashift* , de James Rutz, *Jesus in Beijing* , de David Aikman etc. etc.).

6. Livros sobre questões políticas em discussão aberta nos EUA, com repercussões mundiais mais que previsíveis (*Men in Black*, de Mark R. Levin, *So Help Me God* , de Roy Moore, *Deliver Us From Evil* , de Sean Hannity, *Liberalism Is a Mental Disorder* , de Michael Savage e, evidentemente, todos os livros de Ann Coulter).

7. Obras essenciais que deram novo impulso ao pensamento político conservador americano e europeu desde os anos 40, como as de Ludwig von Mises, Marcel de Corte, Willmore Kendall, Russel Kirk, Erik von Kuenhelt-Leddin, William F. Buckley

Jr., M. Stanton Evans, Irving Babbitt, Paul Elmer More e muitos outros. Neste ponto a ignorância dos nossos professores universitários chega a ser criminosa, como se viu na fraude coletiva do “Dicionário Crítico do Pensamento da Direita” (detalhes em www.olavodecarvalho.org/textos/naosabendo.htm).

Todos esses exemplos são de livros e autores bem conhecidos, amplamente debatidos na mídia americana e alguns na européia. Cada uma das sete classes comportaria mais de cem outros títulos igualmente importantes. Não é exagerado concluir que, se o debate nacional ignora todas essas obras, das duas uma: ou ele é tão rico que pode prescindir delas, fartando-se numa pletora de produtos locais mais substanciosos, ou está tão abaixo do nível delas que não chega nem a suspeitar que devam ser lidas ou mesmo que existam. Não é preciso perguntar qual das duas hipóteses é verdadeira. Qualquer estudante universitário afirmará resolutamente que se trata de autores desconhecidos no meio acadêmico brasileiro, portanto irrelevantes para quem já encheu seu pé-de-meia cultural com a moeda forte de Eduardo Galeano, Rigoberta Menchú e Emir Sader (sem contar, é claro, a ração diária de Foucaults e Derridas, invariável há cinquenta anos).

Resta ainda o fenômeno, mórbido em último grau, da polêmica de mão única. Sua fórmula é a seguinte: uma discussão qualquer aparece na mídia americana, conservadores e esquerdistas produzem dezenas de livros a respeito e a parte esquerdista é publicada no

Brasil sem suas respostas conservadoras, simulando consenso universal em questões que, no mínimo, permanecem em disputa. O *establishment* cultural brasileiro materializa assim o koan budista de bater palmas com uma mão só. Isso é a norma, sobretudo, nas polêmicas anticristãs. Uma fajutice barata como *O Papa de Hitler*, de John Cornwell, teve várias edições e toda a atenção da mídia. Os muitos livros sérios que desmantelaram a farsa (sobretudo o do rabino David Dalin, *The Myth of the Hitler Pope*, e o do eminente filósofo Ralph McInnerny, *The Defamation of Pius XII*) continuam inacessíveis e não foram nem mesmo mencionados na mídia *soi-disant* cultural. Ninguém sequer noticiou que o próprio Cornwell, surpreendido de calças na mão, retirou muitas das acusações que fizera a Pio XII. No Brasil elas ainda são repetidas como verdades provadas. Do mesmo modo, os filmes *Farenhype 9/11*(www.fahrenhype911.com) e *Michael Moore Hates America*(www.michaelmoorehatesamerica.com), respostas devastadoras à empulhação fabricada por Michael Moore em *Farenheit 9/11*, permanecem fora do alcance do público e não mereceram nem uma notinha nos jornais. Resultado: o mais notório charlatão cinematográfico de todos os tempos, que nos EUA tem fama apenas de mentiroso criativo, é citado como fonte respeitável até nas universidades. É patético. Também cada nova intrujice anti-americana ou anti-israelense de Noam Chomsky é recebida como mensagem dos céus, mas ninguém pensa em publicar a coletânea *The Anti-Chomsky Reader*, de Peter Collier e David Horowitz, porque é impossível lê-la sem concluir que nem mesmo o

Chomsky lingüista, anterior à sua transfiguração em *pop star* da esquerda, era digno de crédito.

Como esse estado anormal de privação de alimentos intelectuais essenciais vem se prolongando por mais de uma geração, o resultado aparece não só na degradação completa da produção cultural, hoje reduzida a *show business* e propaganda comunista, mas também nos indivíduos, notavelmente mais embotados e burros a cada ano que passa, quaisquer que fossem antes seus talentos e aptidões. Não hesito em declarar que, pela minha experiência pessoal, qualquer menino educado pela via do *home schooling* nos EUA está intelectualmente mais equipado do que a maioria dos “formadores de opinião” no Brasil, incluindo os luminares da grande mídia, os acadêmicos e os escritores de maior vendagem no mercado (imagino um debate entre qualquer deles e Kyle Williams, menino gordinho de quinze anos que, sem jamais ter freqüentado escola, faz sucesso como colunista político desde os doze – seria um massacre).

Não é preciso dizer que a essas mesmas criaturas, aliás, incumbe a culpa pelo presente estado de coisas. A instrumentalização – ou prostituição – completa da cultura no leito da “revolução cultural” gramsciana não poderia ter outro resultado, exatamente como anunciei no meu livro de 1993, *A Nova Era e a Revolução Cultural*.

Por orgulho, vaidade, ressentimento, desonestidade, covardia, sem contar a inépcia pura e simples e a ambição insana de poder absoluto sobre a mente popular, a liderança intelectual esquerdista fechou o

Brasil num isolamento provinciano e incapacitante, sem o qual jamais teria sido possível esse paroxismo de inconsciência, essa apoteose da credulidade beócia, sem precedentes em toda a história universal, que foi a aposta maciça do eleitorado brasileiro na idoneidade do PT e na sabedoria infusa de um semi-analfabeto presunçoso.

Mas a consciência, ao contrário do dinheiro, parece fazer tanto menos falta quanto mais escasseia. Convocados quase que simultaneamente pelos dois house organs do esquerdismo brasileiro, que são os cadernos *Mais!* da *Folha de S. Paulo* e *Prosa & Verso* do *Globo*, para analisar o fenômeno do descalabro petista, os representantes mais badalados daquela liderança, os mesmos que há trinta anos dominam o palco dos debates públicos no país, lançam as culpas em tudo, exceto, é claro, na hegemonia esquerdista e no seu próprio trabalho incansável de carcereiros da inteligência.

No *Mais!*, César Benjamin tem ao menos o mérito de reconhecer que a corrupção petista não vem de hoje, não é súbito desvio de uma linha de conduta honesta e sim um mal antigo, de raízes profundas. Mas, na hora de explicar suas causas, apela, sem notar que se contradiz, ao subterfúgio usual de acusar a estratégia de acomodação com o “neoliberalismo”, supostamente adotada pelo governo Lula.

Reinaldo Gonçalves, economista da UFRJ, acha que o PT estaria melhor sem Lula, José Dirceu et caterva -- intriga de família que, sinceramente, não é da nossa conta.

Paul Singer só se preocupa em recordar os bons tempos e tentar salvar a fé socialista. Sempre tive aliás a impressão de que os socialistas saem direto do pediatra para o geriatra.

O *Prosa & Verso* não se contenta em ouvir os gurus de sempre. Anuncia mais um ciclo de conferências da série “O Olhar”, “Os Sentidos da Pauxão” etc. – organizado pelo indefectível Adauto Novaes – no qual esses campeões de tagarelice comentarão, desta vez, “O Silêncio dos Intelectuais”, sugerindo que o Brasil está mal porque eles têm falado muito pouco.

Francisco de Oliveira explicita esse pensamento ao proclamar que a esquerda vem errando porque não trata com suficiente deferência os seus intelectuais – ele próprio, suponho, em primeiro lugar –, usando-os apenas como ornamentos em vez de se curvar às suas sábias lições.

O poeta Antônio Cícero divaga pelo passado histórico, exibindo sua incapacidade de discernir entre a Idade Média e o Renascimento e, quando vai chegando perto do assunto proposto, já acabou o artigo.

Sérgio Paulo Rouanet apela ao dever de “universalidade” dos intelectuais, que ele define como “pensar e agir em nome de todos”, como se a universalidade da verdade dependesse do apoio unânime das multidões e como se aquele dever não consistisse, com frequência, em defender aquilo que todos rejeitam.

Renato Janine Ribeiro medita um pouquinho sobre “O que é ser intelectual de esquerda?” – decerto a mais interessante das perguntas para uma classe cuja principal tarefa é a contemplação extática do próprio umbigo.

Querem mais? Essas amostras bastam. A vacuidade, a falta de garra para apreender a substância dos fatos, a obscenidade espontânea e quase inocente com que esses sujeitos lambem em público o próprio ego grupal -- tudo isso ilustra, ao mesmo tempo, a causa remota e o seu efeito presente: a total irresponsabilidade intelectual de ativistas ambiciosos desembocou, a longo prazo, numa degradação tamanha, que eles próprios, mergulhados nela, já não conseguem lembrar que a produziram fazendo exatamente o que estão fazendo agora.

Moral leninista

***Compreenda a mentalidade
que vai dominando este país***

Olavo de Carvalho

Enviado à redação de *Época* em 29 out 2001, para a edição de 3 nov.
– Não publicado.

“Devemos recorrer a todo tipo de estratégias, manobras, métodos ilegais, disfarces e subterfúgios”, escreveu Lênin em “O Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo”. É uma fórmula geral da conduta esquerdista. Mas o contexto imediato esclarece ainda

mais seu sentido e sua atualidade: Lênin disse essas palavras quando se preparava para lançar a NEP, a política de abertura de mercado, que, levando o mundo a crer que o socialismo havia perdido sua vocação revolucionária e truculenta, desarmou as prevenções ocidentais e atraiu para a URSS vultosos investimentos estrangeiros depois, naturalmente, encampados à força.

Foi a primeira de uma interminável série de camuflagens “light” que o socialismo veio adotando até hoje.

E Lênin concluía: “Quando tivermos conquistado as massas mediante uma abordagem razoável, então aplicaremos táticas ofensivas.”

Desde então tornou-se praxe nos partidos comunistas manter ao mesmo tempo duas linhas de ação, uma violenta, outra pacífica, uma radical, outra moderada, alternando sua exibição no palco segundo as conveniências do momento e alternando também a modalidade de relação entre as duas alas, que ora pode se mostrar como parceria, ora como concorrência ou antagonismo, de modo que o movimento como um todo pareça fraco e dividido ou unido e forte. Anatoliy Golitsyn, em “New Lies for Old”, mostrou que, na política soviética, essa última alternância refletia o ritmo de consecução da estratégia revolucionária, segundo o conselho de Sun-Tzu: “Mostrar-se fraco quando está forte, forte quando está fraco”.

Essa ambigüidade premeditada pode se personificar em distintas figuras que representem

simultaneamente as duas faces do partido como, no Rio Grande do Sul, Tarso Genro e Miguel Rosetto, correspondentes, *mutatis mutandis*, a Arlequim e Pierrot ou o Gordo e o Magro. Pode aparecer também como adaptação oportunista às mudanças do ritmo histórico, de modo que as táticas agressivas e desagradáveis sejam postas de lado como inadequadas aos novos tempos, sem ser por isto condenadas moralmente. Mas pode também manifestar-se como ambigüidade no sentido estrito, isto é, como discurso de duplo sentido. Quando o dr. Aloysio Nunes Ferreira Filho declara que “não sabe” se hoje em dia voltaria a recorrer às ações violentas em que se envolveu na década de 70, ao mesmo tempo que enaltece como heróis os que participaram delas, o que ele está dizendo é precisamente que voltará a elas tão logo saiba que é o momento apropriado. Não se trata de uma questão de moralidade, mas de oportunidade. Tal é pois o desempenho que se pode esperar dele no Ministério da Justiça: “Quando tivermos conquistado as massas mediante uma abordagem razoável, então aplicaremos táticas ofensivas.” A única esperança de que a violência comunista não volte a reinar para depois acusar de violência a reação das vítimas é que a “abordagem razoável” não alcance os resultados esperados. E isto depende de que cada palavra ambígua do dr. Nunes Ferreira seja decodificada em tempo como ameaça latente. Resta também a hipótese remotíssima de que ele tome consciência da malícia leninista da sua conduta e, sem meias palavras, condene o seu próprio passado, não apenas como passado, mas como foco infeccioso que deve ser cauterizado para não supurar nunca mais, no

mesmo e exato sentido em que examino minha própria militância comunista não com a nostalgia de de quem afaga paternalmente sua juventude extinta, mas com o realismo de quem confessa um erro moral grave.

Benedetto Croce distinguia entre o arrependimento moral, que condena o próprio ato como intrinsecamente mau, e o “arrependimento econômico”, que não abjura do ato mas apenas de suas consequências indesejadas: um ladrão se envergonha de ter roubado, outro de não ter conseguido escapar da polícia. Mesmo o puro arrependimento moral não garante que o criminoso não voltará a reincidir. Mas o arrependimento econômico é quase uma garantia de reincidência.

A receita dos mestres

Olavo de Carvalho

O Globo, 31 de janeiro de 2004

Karl Marx ensinava que, mesmo investida daquele poder absoluto que só a violência armada garante, a esquerda revolucionária jamais deveria se apressar em estatizar a propriedade dos meios de produção da noite para o dia, arriscando provocar a fuga de capitais e desmantelar a economia. O certo, dizia ele, era alongar o processo *por uma ou duas gerações*,

usando de preferência o expediente anestésico da taxaço progressiva . Ainda mais prudente e sorrateira ela deveria ser, é claro, na hipótese de ter vencido pela via das eleições, que só garantem um acesso limitado ao poder.

Lênin acrescentava que a própria classe capitalista, atraída pela isca dos lucros imediatos oferecidos pelo Estado socialista e cega para as correntes mais profundas da transformação revolucionária, haveria de colaborar alegremente com a lenta e inexorável expropriação de seus bens.

Antonio Gramsci completava o silogismo, concluindo que o Partido não deveria arriscar nenhuma mudança mais drástica na estrutura social antes de ter-se assegurado de três condições: (1) a completa hegemonia sobre a cultura, o vocabulário público e os critérios morais vigentes; (2) o estabelecimento de um unipartidarismo informal através da supressão de toda oposição ideológica, reduzidos os demais partidos, quase que voluntariamente, à tarefa subalterna de criticar detalhes da administração; (3) a fusão de Partido e Estado através da “ocupação de espaços”.

Por seguir fielmente a receita desses mestres, o PT governante adquiriu direitos e privilégios jamais sonhados por nenhum partido comunista do mundo, como por exemplo: (1) o de jamais poder ser chamado de comunista, mesmo quando efetua à plena luz do dia a inserção do Brasil na estratégia comunista internacional; (2) o de autofinanciar-se com dinheiro público em doses crescentes e ilimitadas, através do embuste do “dízimo” que,

utilizado por qualquer outro partido, provocaria uma tempestade de denúncias e processos; (3) o de agir em estreita parceria estratégica com organizações terroristas e narcotraficantes, como o ELN colombiano, as Farc, o MRI chileno e os tupamaros, sem jamais poder ser acusado de cumplicidade com o terrorismo ou o narcotráfico; (4) o de criar desde dentro de suas próprias fileiras uma oposição histriônica, que o acusa de “direitista” sem que o público maior atine com a acepção muito especial, quase a de uma senha, que este termo tem nas discussões internas da esquerda e, assim, camuflando ainda mais o curso real do processo político.

Nunca, em cinco séculos, a mentira e a dissimulação dominaram tão completamente o panorama dos debates públicos neste país, outorgando aos condutores do processo aquela “onipotência invisível” a que se referia Gramsci e condenando todos os demais brasileiros à menoridade mental e política.

Um dos instrumentos mais engenhosos utilizados para isso foi a duplicação das vias de ação partidária, uma nacional e ostensiva, denominada oficialmente “PT” ou “governo”, a outra internacional e discretíssima chamada “Foro de São Paulo”, o mais importante e poderoso órgão político latino-americano, cuja mera existência a classe jornalística em peso continua ocultando criminosamente -- repito: criminosamente -- ao conhecimento de seus leitores. No âmbito circunspecto do Foro, o PT articula suas ações com as de outros movimentos de

esquerda continentais. Entre eles, evidentemente, o MST. No plano nacional, isto é, diante dos olhos da opinião pública, PT e MST aparecem como entidades separadas e inconexas. O partido onipotente está, portanto, habilitado a promover a agitação no campo através do seu braço invisível, ao mesmo tempo que, com o visível, encena gestos de apaziguador dos ânimos e mantenedor da ordem.

Dentro do PT há decerto muitas pessoas que têm consciência de tudo isso, e é impossível que pelo menos algumas delas não se envergonhem, em segredo, de colaborar com tanta perfídia e ignomínia. Mas quando ousarão renegar em público a macabra herança comunista que faz de seu partido um aliado e cúmplice de Hugo Chávez, de Fidel Castro e de Kim Il Jong?

Intelectuais orgânicos

Olavo de Carvalho

O Globo, 26 de maio de 2001

Só agora li uma entrevista que o prof. Carlos Nelson Coutinho deu ao jornal “Valor”, na qual, forçando até onde é possível o sentido das palavras, ele me incluiu entre os que teriam “preconceito contra o marxismo”. Apesar da data já um pouco longínqua, vale a pena examinar o documento, que ilustra o peculiar *modus pensandi* de um “intelectual orgânico”.

“Preconceito”, caso alguém ignore, é opinião prévia a um exame racional. Na deterioração geral da língua, no entanto, a palavra tornou-se um estereótipo infamante que os mais preconceituosos usam para rotular qualquer conclusão adversa a seus preconceitos, à qual alguém tenha chegado após longo estudo e ponderação.

O prof. Coutinho aderiu ao marxismo militante na entrada da juventude, antes de ter examinado senão um fragmento infinitesimal da bibliografia marxista, e, passadas quatro décadas, ainda é marxista sem ter mais que um conhecimento periférico da argumentação antimarxista; ao passo que eu, tendo feito idêntica escolha prematura, coloquei minha opção entre parênteses uns anos depois e, abstendo-me por duas décadas de emitir opiniões políticas enquanto pesava criteriosamente os argumentos pró e contra o marxismo, emergi enfim do silêncio dizendo coisas que contrariavam os sentimentos juvenis em que se fossilizaram a pessoa, a vida e os neurônios do prof. Coutinho.

Entre nós dois, obviamente, o preconceituoso é ele, que nunca escreveu uma linha senão para dar retroativamente ares de requinte intelectual às crenças a que já tinha aderido de corpo, alma e carteirinha antes de fazer qualquer uso revelante do intelecto.

Isso não quer dizer que hoje ele faça desse instrumento um uso mais intenso do que na aurora da sua militância. Pelo menos ele não o utiliza o bastante para perceber que não tem sentido afirmar que entrei na mídia “com grande respaldo” e logo em

seguida referir-se a mim como “uma voz isolada”, que “não é representativa de nada”... Ou bem eu, isolado, falo com a minha própria voz, ou alguém que me respalda fala pela minha boca. O prof. Coutinho que trate de decidir se quer me chamar de pau-mandado ou de excêntrico solitário. Se *entre les deux, son coeur balance*, isto só prova que ele quer me rotular de alguma coisa, qualquer coisa, não importa o quê.

Quando digo que o marxismo imbeciliza, é a esse tipo de fenômeno que me refiro. Nenhum esquerdista, até hoje, conseguiu dizer contra mim algo de inteligente. Ante a “voz isolada” que os atemoriza, todos têm dado um show de inépcia, de covardia e de maledicência sussurrante. Tempos atrás desafiei para um debate sobre Gramsci, inclusive oferecendo troca de links entre nossas respectivas páginas na internet, o prof. Coutinho e seus oitenta fiéis escudeiros de um site devotado à beatificação do fundador do Partido Comunista Italiano. Fugiram, como de hábito, afetando ares de dignidade ofendida, e, em pleno dia de Natal, redigiram uma carta enfezada na qual denunciavam como imposição ditatorial a oferta do intercâmbio de links.

É sempre aquela coisa do “1984”: democracia é ditadura, ditadura é democracia. Discussão é imposição, imposição é discussão. Conceito é preconceito, preconceito é conceito.

O leitor desacostumado ao trato com comunistas pode estranhar a desenvoltura, a tranqüilidade de consciência com que posam de vencedores após uma debandada tão ostensiva. Mas, creia-me, o fenômeno

não se explica pela simples cara-de-pau. Eles conservam na fuga um ar triunfante porque não são intelectuais como os outros. São -- e gabam-se de ser -- “intelectuais orgânicos”, células de um vasto corpo combatente. Nunca agem sozinhos. Têm sempre o apoio logístico de uma rede inumerável de militantes obscuros, anônimos, que podem prosseguir o combate nos *bas fonds* da intriga e da calúnia quando os porta-vozes mais respeitáveis do “coletivo” se saem mal nos confrontos públicos. Quando as vozes de cima se calam, as de baixo começam o zunzum nos porões.

Agora mesmo, enquanto meus detratores mais notórios se recolhem para lamber as feridas das últimas refregas, um jornalista de São Paulo, mais comunista que a peste, deplorável farrapo humano que busca no ódio político o alívio de sua indescritível miséria de alma, está espalhando na internet avisos segundo os quais eu, Olavo de Carvalho, não trabalho há trinta anos e... vivo da exploração de mulheres. Dito em voz alta, numa tribuna acessível aos olhos do público, isso exporia o fofoqueiro ao desprezo de todos. Sussurrado no mundo virtual, pode até funcionar. A intriga propaga-se por reflexo condicionado, não por adesão consciente. Não é preciso acreditar nela para passá-la adiante, repeti-la por automatismo e acabar tomando-a como premissa implícita de julgamentos e decisões.

A manipulação de automatismos mentais torna-se ainda mais fácil numa atmosfera infectada de ódios e temores coletivos contra alvos mais ou menos

distantes, só conhecidos por ouvir-dizer. O ambiente de esquerda é o caldo de cultura ideal para esse tipo de bactérias.

É por sempre contar com esse fundo de reserva que o “intelectual orgânico” pode se sentir vitorioso mesmo quando perde. Ele perde, mas o Partido não perde nunca. Não adianta nada você derrubar um desses sujeitos no ringue. Enquanto você recebe sua medalha, eles já fizeram a sua caveira entre os vizinhos. E quando você, imbuído de seu prestígio de campeão, vai pedir fiado um quilo de feijão no armazém da esquina, o português, desviando os olhos, lhe explica que os negócios vão mal e que você não tem mais crédito.

O mais perverso em tudo isso é que o comunista famoso pode sempre sair bonito, alegando que desaprova os métodos imorais usados por seus companheiros anônimos. Mas, a partir do momento em que aceita ser um “intelectual orgânico”, ele não pode mais deixar de beneficiar-se dos métodos que desaprova. Não é uma questão de escolha. O Partido trabalha para ele como ele trabalha para o Partido, na unidade orgânica e indissolúvel da bela imagem pública com a safadeza escondida.

A imoralidade da militância comunista é intrínseca e independe de aprovação pessoal. E o máximo da imoralidade consiste precisamente em que o sujeito pode permanecer limpo no instante mesmo em que tira vantagem da sujeira praticada por outros, da qual ele nem precisa saber. É a síntese perfeita da boa consciência com a falta de consciência.

Positivismo inconsciente

Olavo de Carvalho

Diário do Comércio, 10 de agosto de 2012

Quando escrevi que os militares que governaram o Brasil de 1964 a 1985 eram positivistas, não quis dizer que fossem seguidores conscientes e devotos de uma doutrina, que estudassem dia e noite a filosofia de Augusto Comte ou qualquer das suas modernas versões neopositivistas, analíticas, etc. Ao contrário, se o fizessem acabariam adquirindo uma visão crítica das limitações dessa escola e talvez até rompendo abertamente com ela, à imagem do que aconteceu com tantos intelectuais nas hostes marxistas.

O poder de influência de uma doutrina não se mede pelo número dos que a conhecem a fundo, mas pelo dos que a seguem sem ter a menor idéia de que o fazem. À medida mesma que uma corrente de pensamento se dilui no “senso comum”, perdendo sua identidade própria, redobra a força com que seus símbolos, valores, critérios de julgamento e normas de ação determinam o comportamento dos homens na sociedade. O próprio marxismo não seria nada se tivesse a seu serviço somente intelectuais de elite capazes de conhecê-lo e meditá-lo: é a massa dos

marxistas inconscientes – aqueles que acreditam não ser comunistas – que lhe dá seu tremendo poder de impregnação na sociedade.

O mesmo sucedeu com o positivismo dos militares. Nos últimos anos do Império e nos primeiros da República, o *Système de Politique Positive* e o *Catéchisme Positiviste* passavam de mão em mão nas escolas militares como se fossem reedições da Bíblia. Pouco a pouco, à medida mesma que essas obras deixavam de ser lidas, suas lições se impregnaram nos hábitos mentais da comunidade castrense e aí continuaram, com a passagem das décadas, exercendo uma influência sem nome, tanto mais penetrante quanto mais despida de qualquer identidade reconhecível. A “ditadura tecnocrática” é a mais típica proposta política de Augusto Comte. Se sabemos que é de Comte, podemos ter a idéia maligna de estudá-la nos textos do mestre e discuti-la em voz alta, o que terminará por nos levar a analisá-la criticamente e relativizá-la, se não a rejeitá-la por completo. Se, ao contrário, ela bóia invisivelmente no ar, ela começa a nos parecer a voz direta da realidade, com todo o prestígio do consensual, do óbvio e do indiscutível.

Pior ainda, essa influência residual veio a se mesclar, numa confusão dos diabos, com outros elementos ideológicos de origem não conscientizada criticamente, como por exemplo o dogma do marxismo vulgar que institui o primado do econômico. Nossos militares acreditavam piamente que o sucesso da propaganda comunista era fomentado acima de tudo pela miséria e pelo

subdesenvolvimento. Deram o melhor de si para combater esses dois males. Elevaram consideravelmente o PIB, construíram obras públicas fundamentais e, no conjunto, suas realizações nada perdem na comparação com as de outros governos criativos, como Getúlio Vargas e JK, com a diferença nada desprezível de que no tempo destes últimos a corrupção crescia junto com o país.

Tudo isso é excelente em si mesmo, mas não ajudou em nada a deter o avanço do esquerdismo revolucionário. Nem poderia ajudar. O comunismo jamais recrutou o grosso dos seus militantes entre os miseráveis, mas entre jovens de classe média inconformados de que a instrução que receberam não lhes dê a ascensão social e política que promete e que imaginam merecer. O progresso econômico dos anos 70-80 espalhou universidades por toda parte e multiplicou ilimitadamente o “proletariado intelectual”, como o chamava Otto Maria Carpeaux, a massa de estudantes semi-instruídos aos quais, ao mesmo tempo, o governo sonegava toda formação política conservadora, deixando-os à mercê dos professores esquerdistas que já naquela época monopolizavam as cátedras universitárias. A crença no poder mágico do crescimento econômico e a completa ignorância do fator cultural (que àquela altura os próprios comunistas já haviam compreendido ser o mais decisivo) selaram o destino do regime.

Outro elemento ideológico mesclado veio do cacoete “pragmatista” (entre sólidas aspas) segundo o qual as ideologias não fedem nem cheiram e tudo deve ser

resolvido “com neutralidade” pela técnica e pela ciência. Essa idéia, posta em circulação sobretudo por interpretações populares do *best seller* de Daniel Bell, *The End of Ideology*, dominou a atmosfera mental de boa parte da direita nos anos 60-80 e, também sem exame crítico, contaminou os nossos governantes, reforçando consideravelmente sua aposta numa “ditadura tecnocrática” salvadora. Não espanta que nada fizessem para construir um partido de massas, uma militância popular, e reduzissem a política a conchavos de gabinete onde os “técnicos”, pairando assepticamente acima de discussões ideológicas, tinham sempre a última palavra.

Dizem que a Arena, nesse período, chegou a ser “o maior partido do Ocidente”. Chegou, sim, em número de votos e de candidatos eleitos. Mas eleitores vão e vêm. O que fica, num partido, é a militância organizada, ideologicamente adestrada, espalhada e arraigada no fundo da sociedade civil, capaz de disseminar na opinião pública um corpo de crenças, valores e atitudes duráveis, não meros nomes de candidatos que no dia seguinte serão esquecidos. A Arena não tinha nada disso. Tinha apenas cabos eleitorais. Ao primeiro sopro de um vento contrário, seus eleitores bandearam-se para o PT e demais partidos de esquerda, sem nem mesmo perceber que haviam mudado de filiação ideológica. O enigma aparente de um povo conservador que só vota em candidatos de esquerda tem ao menos parte da sua explicação no esforço de esvaziamento ideológico da sociedade, empreendido pelos governos militares.

Os intelectuais e o tempo

Olavo de Carvalho

O Globo, 28 de junho de 2003

Desde o século XVIII, a principal força agente nas sociedades ocidentais é a intelectualidade "progressista" -- reformista ou revolucionária. Suas idéias, suas iniciativas, sua influência precedem e guiam as ações das demais classes, de tal modo que não há em qualquer nação moderna nenhuma lei, instituição ou argumento de uso comum que não se possa rastrear até suas origens obscuras nas discussões de pequenos grupos de intelectuais. A expansão das crenças em círculos concêntricos é hoje um processo bem conhecido, formalizado como técnica na disciplina da "engenharia social". Organismos internacionais como a ONU e a Unesco, QGs da intelectualidade ativista, têm cursos especializados para formadores de "movimentos sociais": em cada protesto "espontâneo" de pobretões, famintos, marginalizados e abandonados, índios, mendigos, prostitutas, meninos de rua, há sempre o dedo de algum técnico a serviço da administração planetária. Que um poder maior se utilize dos pequenos e desamparados como armas para destruir os poderes intermediários e concentrar em suas mãos todos os meios de ação é, sem dúvida, uma das constantes cíclicas da história do mundo. A novidade é que hoje o processo é consciente,

organizado, científico -- e, desde o planejamento até os últimos detalhes da execução, obra de intelectuais.

Se, a despeito dessa evidência, a intelectualidade não têm nenhuma consciência de ser a classe dominante, se seus membros não chegam a sentir o peso das responsabilidades de condutores supremos do processo histórico, é em parte porque não lhes convém, em parte porque é da natureza do poder intelectual agir a longo prazo, de tal modo que seus detentores raramente vivem o bastante para chegar a ver os resultados de suas idéias, quanto mais para responder por eles.

Não há nada mais perigoso do que um intelectual ativista quando se junta com outros no empenho de esquecer o que todos fizeram na véspera. Cada novo projeto de "um mundo melhor" nasceu assim -- e não é preciso dizer como eles terminam.

Um certo descompromisso com a prática é também necessário à liberdade interior, sem a qual não há vida intelectual. Ernest Renan confessava que não conseguia pensar sem assegurar-se de que as idéias pensadas não teriam a menor conseqüência. Mas não creiam que isso seja o cúmulo da irresponsabilidade. Renan, para poder escrever deliciosamente, exigia apenas o direito de não ser sempre levado a sério. O cúmulo não é isso: é a facilidade com que tantos intelectuais desfrutam dessa liberdade ao mesmo tempo que fazem planos para a sociedade futura e se impacientam com o mundo que não lhes obedece. Noventa por cento das opiniões elegantes em circulação não poderiam ter sido produzidas sem esse delírio de onipotência: a total ausência de

escrúpulos morais aliada ao completo domínio dos meios de mudar o mundo.

A redução do processo histórico às causas econômicas é tida em geral como uma doutrina do "marxismo vulgar" em contraste com o marxismo "autêntico", o marxismo "do próprio Marx", supostamente muito mais diferenciado e sutil.

Uma das alegações que sustentam essa certeza é que "o próprio Marx" reconheceu a existência de outras forças históricas revelantes, afirmando que as causas econômicas só predominam "em última instância".

Alega-se também que Marx, certa vez, expressou surpresa ante o fato de que as peças de Sófocles ou de Shakespeare conservassem sua força dramática muito tempo depois de dissolvidos os conflitos econômico-sociais em cujo contexto foram produzidas.

Mas, quanto à primeira assertiva, o fato é que na própria obra de Marx a explicação pelas causas econômicas impera avassaladoramente, não se encontrando um único exemplo de acontecimento histórico atribuído a "outras forças". O reconhecimento da existência delas permanece uma hipótese abstrata, genérica e sem função na máquina explicativa do marxismo.

Quanto à surpresa ante a permanência dos clássicos, que é que ela revela, senão a expectativa subjacente de que as coisas não fossem assim, de que todas as criações do espírito se dissipassem junto com as

condições econômicas que supostamente as motivaram?

Não existe um "marxismo intelectualmente nobre" em contraste com o "marxismo vulgar". Todo marxismo é vulgar.

Quando o sr. José Rainha promete montar um acampamento guerreiro como o de Canudos, há quem diga que é pretensão megalômana. Eu, ao contrário, acho que é falsa modéstia. Canudos não tinha verbas bilionárias do governo brasileiro e da Comunidade Européia, não tinha o respaldo da mídia internacional, não tinha o apoio de uma organização continental como o Foro de São Paulo, não tinha trezentos mil militantes treinados, espalhados por todo o território nacional, não tinha um serviço secreto particular infiltrado em todos os escalões da administração pública, não tinha propriedades imobiliárias estrategicamente distribuídas ao longo das estradas, numa rede de armadilhas prontas para paralisar, num instante, a circulação nacional de veículos e mercadorias. Seus únicos aliados políticos virtuais -- os monarquistas -- estavam no exílio, sem condições de ajudar em nada ao parceiro desconhecido, perdido no meio do sertão.

Meçam a diferença, e verão quanto as palavras do sr. José Rainha foram comedidas e tranquilizantes. E mesmo esse comedimento não o impediu de levar um pito por dar com a língua nos dentes, ameaçando abortar pela divulgação prematura um plano admirável e, no fundo, fácilimo de realizar.

Os gurus do crime

Olavo de Carvalho

O Globo, 24 de fevereiro de 2001

"Intelectuais iluminados não são
curiosidades inofensivas. São maníacos perigosos"

Eric Voegelin

Toda a ciência social do mundo, a marxista inclusa, ensina que nunca as condições materiais e econômicas determinam diretamente a conduta dos homens, mas que o fazem sempre e somente através da interpretação que estes lhes dão, isto é, através dos fatores ideológicos, culturais, morais e psicológicos envolvidos no processo.

Um exemplo tornará isso mais claro. Toda hora aparecem na TV e nos jornais pessoas cultíssimas, sabedoras, iluminadas, as quais nos asseguram, com ar de certeza infalível, que a miséria produz a criminalidade. O sujeito trafica, assalta, mata e estupra porque é um excluído, um miserável, um favelado. É o que dizem. Mas - digo eu e dizem os fatos - se o excluído, o miserável, o favelado é também evangélico, ele não trafica, nem assalta, nem mata, nem estupra. Se fazia essas coisas antes da conversão, cessa de fazê-las imediatamente ao

converter-se. Qual a diferença? Não é econômica, decerto. É cultural, é moral, é psicológica e espiritual. O sujeito, ao converter-se, sofre ainda o impacto cruel da miséria, da exclusão, do compressivo estreitamento de suas possibilidades de ação na sociedade. Apenas, deixou de acrescentar a esses males o mal ainda maior da prática do crime. Ele ainda está na mesma situação, materialmente falando. Apenas, passou a interpretá-la segundo outros valores, outros símbolos, outros critérios. Isso faz, no pobre como no rico, toda a diferença entre o criminoso e o homem de bem. A experiência de milhares de evangelizadores e evangelizados, inclusive dentro dos presídios, comprova que, na produção como na supressão da criminalidade, o peso dos fatores morais e culturais é infinitamente mais decisivo do que a situação material em si. Eis o motivo pelo qual, nas cadeias, a gerência do crime odeia aqueles a quem pejorativamente chama "os bíblias". Eis o motivo pelo qual, na Colômbia, as Farc já mataram 70 pastores evangélicos e, pelo seu porta-voz Mono Jojoy, anunciaram que vão matar todos os outros.

Bastam essas observações para nos fazer perceber que a parte mais audível e vistosa da discussão do problema da criminalidade no Brasil é pura fraude. Essa discussão caracteriza-se, da maneira mais geral e patente, pelo esforço de explicar tudo diretamente pelas condições materiais, omitindo os demais fatores mencionados. E é assim por um motivo muito simples: esses fatores não são produzidos pela situação material mesma, como emanção natural e espontânea, mas são introduzidos nela desde fora e

desde cima, pela ação dos criadores de cultura, dos "intelectuais" (no sentido gramsciano e elástico do termo). Ora, quem são os cérebros iluminados que, nas horas de crise e agonia, aparecem na TV e nos jornais para receitar soluções? São os próprios intelectuais militantes. Quando esses homens, ao analisar uma situação catastrófica, omitem o elemento cultural, estão ocultando a contribuição que eles próprios deram à produção da catástrofe.

Se fossem honestos, jamais fariam isso. A primeira obrigação do intérprete da sociedade é discernir sua própria posição, sua própria atuação na cena descrita, para neutralizar o quanto possível a distorção subjetiva ou interesseira. Ora, no Brasil o cuidado primordial dos opinadores é fingir que estão fora do quadro, é lançar tudo à conta de causas externas justamente para que ninguém perceba que eles próprios são o item número um do rol de causas.

O debate em torno da criminalidade tem sido uma gigantesca máquina de auto-ocultação dos culpados. Há cinquenta anos a cultura que produzem, interpretando posticivamente o banditismo como expressão direta e legítima de uma justa revolta contra a sociedade injusta, atua como poderoso mecanismo de chantagem emocional que desarma moralmente o aparelho repressivo, ao mesmo tempo que infunde nos delinqüentes uma ilimitada autoconfiança e lhes fornece o discurso de autolegitimação ideológica para a abdicação dos últimos escrúpulos, para a passagem da violência caótica e imediatista à violência organizada,

politizada, que se viu na rebelião simultânea de 29 presídios paulistas.

Alguns desses gurus do crime vão até além disso, ensinando aos delinqüentes as formas de organização revolucionária que aprenderam em seus partidos ou em Cuba. Depois aparecem ante as câmeras, fingindo desinteresse generoso e superior isenção científica.

Todos esses fatos são empiricamente verificáveis, e a conclusão a que levam não tem nenhum meio racional de ser impugnada: os acontecimentos sangrentos da semana passada foram - como o serão os próximos do mesmo teor- o efeito lógico e inevitável de uma ação coerente, contínua, pertinaz, empreendida pela intelectualidade ativista na intenção de fomentar a revolta e transformar o Brasil primeiro numa Colômbia, depois numa Cuba.

As péssimas condições do sistema carcerário, as prodigiosas dificuldades econômicas da população, as frustrações de milhões de excluídos, as injustiças e as maldades do sistema não produziram a rebelião organizada e politizada dos detentos: o que a produziu foi a crença, artificialmente inculcada nos delinqüentes pelos intelectuais, de que essas circunstâncias deprimentes justificam que detentos se organizem politicamente para a ação violenta. O que a produziu não foi nenhum desejo sincero de suprimir ou remediar aqueles males, todos eles remediáveis, todos eles suprimíveis, mas sim o de lhes acrescentar o mal irremediável e irreversível por excelência: a organização revolucionária da brutalidade coletiva.

São culpados da rebelião carcerária todos os que, há cinco décadas, a desejam e a fomentam com seus discursos ideológicos, seja por decisão voluntária ou por cumplicidade sonsa. São culpados todos os que, rejeitando nominalmente esses discursos, se abstêm de combatê-los sob a desculpa infame de que se tornaram inofensivos após a queda do Muro de Berlim. São culpados todos os que, sabendo que doses letais de ódio revolucionário são diariamente injetadas nas cabeças de milhões de crianças brasileiras, nada fazem para desmascarar essa pedagogia do abismo. São culpados todos os que, por comodismo, por paternalismo, por medo de levar na testa rótulos pejorativos, por desejo abjeto de fazer bonito ante o esquerdismo chique, não movem um dedo para impedir que a cultura e a psique da nossa gente seja infectada com os germes dos mais baixos instintos de vingança política, adornados com rótulos edificantes como se fossem a expressão mais alta da moralidade humana.

Como tornar-se um gostosão intelectual

Olavo de Carvalho

Diário do Comércio, 24 de março de 2011

O grande benefício social das filosofias prontas é que basta aderir a uma delas da boca para fora, sem mesmo precisar conhecê-la, e instantaneamente o

cidadão se eleva ao estatuto de fiscal das filosofias alheias, com direito a julgá-las *ex cathedra* e então sentir-se lindo, maravilhoso, um perfeito gostosão intelectual.

Três correntes de pensamento, por serem as mais citadas na mídia -- com a admirável brevidade dos escritos jornalísticos --, e também porque a classe dos professores universitários não as ignora de todo, têm sido no Brasil as mais freqüentadas por aquelas criaturas, que aí encontram o reconforto de uma prótese cultural capaz de dar, a baixo preço, uma aparência de solidez às suas vacilantes identidades pessoais, roídas na base por um pai relapso e uma mãe opressora (ou vice-versa).

São essas correntes:

(a) O marxismo, compreendido no seu sentido mais elástico, que não implica nenhum contato nem mesmo manual com as obras de Karl Marx, dando-se por satisfeito, no mais das vezes, com o vago e delicioso sentimento de pertinência à parte mais progressista e iluminada da espécie humana, adquirido na prática assídua de greves estudantis e na freqüentação diuturna de rodinhas de violão.

(b) O aristotélico-tomismo sem Aristóteles nem Tomás, que ninguém é de ferro. Para tornar-se autoridade na matéria, vá até à paróquia mais próxima, confesse uns pecados quaisquer (não os piores, é claro) e saia falando mal dos protestantes, dos judeus e dos esquisitões como eu. Isso vale por um Ph. D. em filosofia escolástica pela Universidade de Navarra.

(c) O liberalismo iluminista-materialista-cientificista, no qual se pode adquirir uma formação completa mediante o *Dicionário Filosófico* de Voltaire, mais alguns capítulos seletos de *A Sociedade Aberta e Seus Inimigos* de Sir Karl Popper e uma ou duas entrevistas do Dr. Richard Dawkins no *youtube*.

Uma quarta corrente de idéias é a dos tradicionalistas guénonianos, evolianos e duguinianos. Mas ela é bem menos popular que as outras três, porque seus membros praticam o segredo iniciático, que consiste em esconder-se debaixo da cama com medo do *Kali-Yuga* e jamais ser vistos em parte alguma, nisto consistindo, precisamente, o ritual de ingresso nessa comunidade de elite.

Qualquer pessoa de inteligência mediana, inferior ou nula pode se inscrever nos quadros de uma dessas quatro militâncias mediante simples declaração escrita, oral ou mental e transfigurar-se imediatamente em seu porta-voz autorizadíssimo, passando a verberar os adversários reais ou irreais das ditas cujas com palavras de fogo desferidas, quais mortíferos petardos celestes, desde os cimos imortais do *Orkut* ou do *Facebook*.

O imprudente que não tenha tido a oportunidade ou desejo de dissolver sua individualidade pensante num desses grupos de referência, ou que sinta a natural dificuldade humana de reduzir sua experiência do mundo às fórmulas mais simplórias e autoprobantes que neles se cultivam sob o nome de “filosofia”, de “teologia”, de “ciência” ou de “sabedoria esotérica”, será inelutavelmente chamado de “fascista” pelo primeiro, de “herético” pelo

segundo, de “fanático religioso” pelo terceiro e de “profano” pelo quarto.

Feito isso, os membros de cada uma das agremiações se cumprimentarão efusivamente, celebrando a vitória da solidariedade comunitária sobre a intolerável pretensão individual de investigar a verdade da situação concreta.

O gostosão intelectual: curso intensivo

Olavo de Carvalho

Diário do Comércio, 7 de abril de 2011

Alguns leitores ficaram decepcionados com o meu artigo do dia 24 de março acharam muito difíceis e trabalhosas as quatro receitas que lhes dei para tornar-se gostosões intelectuais. Sentem-se como se eu tivesse frustrado o sonho de suas vidas. Escrevem-me cartas indignadas, exigem saber se existe uma técnica, uma via mais simples e rápida, que possam percorrer em alguns segundos, de preferência sem levantar da poltrona, livres de cumprir aquelas exigências oprimentes que os quatro clubes de gostosões impõem a seus noviços para admiti-los, mediante duras provas, no círculo dos eleitos.

Pois bem, alegrem-se, irmãos. A coisa existe. Não só existe como é de domínio público, sem ônus ou taxas de qualquer natureza. Milhões de brasileiros têm desfrutado de seus benefícios, especialmente desde a década de 60, quando o hábito de pensar no assunto antes de falar veio sendo substituído, com vantagem, pela expressão imediata de preferências e repugnâncias, tão natural, tão espontânea quanto uma inocente flatulência.

Prestem atenção. Não requer prática nem habilidade. Em dois minutos vocês aprenderão a técnica e poderão usá-la -- se é que já não a vêm usando sem sabê-lo -- com resultados infalíveis.

A fórmula é a seguinte: invente duas crenças opostas totalmente imaginárias e igualmente bocós, atribua-as a dois indivíduos quaisquer (que provavelmente jamais ouviram falar delas) e declare-se superior a ambas. Não é preciso explicá-las, nem discuti-las, nem provar que seus indigitados porta-vozes têm mesmo algo a ver com elas. Apenas dê um nome a cada uma e afirme, peremptoriamente, que são duas bobagens antagônicas, que você não cai num engodo nem no outro, que está acima de correntes de opinião, ideologias, estereótipos, o escambau.

A proclamação simples e direta de superioridade, desacompanhada dessa moldura de antagonismos, pode soar presunçosa e dar efeito negativo. Espremida entre duas alternativas abomináveis (pouco importa que perfeitamente inexistentes), adquire uma nobreza, uma elevação, um ar de *insight* dialético que é uma coisa de louco, maninho. Experimente e observe a reação da platéia,

todos se olhando uns aos outros e confessando:
"Como foi que não pensamos nisso antes? Que coisa mais genial! Nós, aqui, atormentados num dilema insolúvel, e então vem esse iluminado e nos liberta das falsas alternativas!"

Pode crer, a coisa funciona mesmo. Posso testemunhar isso com total isenção precisamente porque, em vez de praticar a técnica, fui citado muitas vezes num dos pares de antagonismos e assim dei, *malgré moi*, substanciais contribuições à glória das superações baratas.

Só para dar alguns exemplos entre milhares:

Anos atrás, Caetano Veloso me opunha ao filósofo marxista Slavoj Žižek e nos superava num instante fazendo de nós os representantes padronizados de duas formas extremas de anti-individualismo: anti-individualismo de esquerda, anti-individualismo de direita. Pouco lhe importava que, pelo menos da minha parte, eu jamais tivesse dito uma única palavra contra ou a favor do individualismo, muito menos em simetria oposta com qualquer idéia do prof. Žižek, que só vim a conhecer anos depois e onde nada enxerguei que tivesse com as minhas próprias o mínimo de afinidade sem o qual toda oposição é impossível.

Decorridos alguns anos, fui, ao contrário e com idêntica surpresa, nomeado individualista devoto pelo prof. Alexandre Dugin, que se definia como anti-individualista professo, o que produziu, no Twitter, no Orkut, no Facebook e em outras assembléias de sábios uma profusão de superações

dialéticas tão brilhantes e arrasadoras quanto a do pensador baiano.

Uns dias atrás, um tal de Hermes Fernandes, pastor protestante, emudecido de raiva ante críticas que eu lhe fizera por conta do tratamento abjeto que dera a seu colega Júlio Severo, resolveu me pegar por outro lado e, não sabendo o que dizer, apelou ao recurso de praxe: opôs simetricamente Karl Marx a Olavo de Carvalho como defensores da lealdade absoluta, o primeiro ao Estado, o segundo ao Capital, e, proclamando lealdade exclusiva a Nosso Senhor Jesus Cristo, demonstrou-se instantaneamente superior a ambos, *ad majorem Dei gloriam*.

Fiquei aqui meditando, cabisbaixo, sobre que raio de coisa poderia ser "lealdade ao Capital". Você pode ser leal a um partido, a uma igreja, a uma família, a uma pessoa, a uma idéia, mas como "ser leal a uma quantidade abstrata que só existe para ser posta em risco? "Ser leal ao Capital" é uma expressão tão sensata quanto "votar num sorvete" ou "ler um pastel". Já a lealdade ao Estado é possível, mas está fora do universo de Karl Marx, que só via no Estado (erroneamente) o instrumento da sua própria destruição.

Direi que eu e Karl Marx entramos no triunfo dialético do pastor como Pilatos no *Credo*? Nem isso, porque Pilatos ao menos estava no local dos acontecimentos, e nós nunca estivemos onde o pastor nos colocou. Pouco importa: a modalidade de superação dialética que se tornou endêmica no Brasil adquire sua força, precisamente, do fato de nunca ter nada a ver com o assunto.

Uma corda para Lênin

Olavo de Carvalho

Jornal do Brasil, 22 de março de 2007

Quando Georg Lukács proclamou que o inimigo prioritário a ser destruído pelos comunistas não era “o capitalismo”, mas “a civilização judaico-cristã” -- sendo logo seguido nisso pelos frankfurtianos, por Antonio Gramsci e enfim por todo o movimento esquerdista mundial --, ele enviou aos adeptos do capitalismo uma mensagem que eles não parecem ter recebido até hoje: esvaziado dos valores civilizacionais judaico-cristãos, o livre mercado é o terreno ideal para o florescimento da revolução cultural marxista.

A experiência não cessou de lhe dar razão: quanto mais as sociedades capitalistas abandonam os princípios que aprenderam com o judaísmo e o cristianismo, mais poder e autoridade ganham os movimentos de esquerda. Isso acontece por igual na Europa Ocidental, nos EUA e nos países periféricos em transe de “modernização capitalista”. Se a queda da URSS não diminuiu em nada a força do

esquerdismo ocidental, é porque este tirava e tira sua energia das próprias condições locais, e não da ajuda soviética. Essas condições podem ser descritas sumariamente assim: expansão capitalista e destruição concomitante das bases morais e culturais do capitalismo. Entre os dois fatores, a ampliação dos meios de participação democrática é financiada pelo primeiro para acabar servindo cada vez mais ao segundo.

O liberalismo, erigindo o livre mercado no princípio máximo da vida social em substituição aos antigos valores civilizacionais que o possibilitaram, é o instrumento ideológico principal dessa transmutação masoquista do capitalismo em inimigo de si mesmo. No mínimo, a democratização liberal-capitalista em curso é o fato consumado, é a situação vigente, e por isso mesmo não pode ser um ideal de futuro. O liberalismo torna-se assim o advogado do *status quo* que o estrangula culturalmente, deixando aos esquerdistas o reino dos ideais e valores. Quando se apossa dos *slogans* “progressistas” da esquerda para tentar provar que se realizam melhor no capitalismo, tudo o que consegue com essa simulação de esperteza é subsidiar com o dinheiro capitalista o aumento do prestígio da esquerda, reduzindo o capitalismo a um meio e entregando à utopia socialista o monopólio do fins, o cetro da autoridade moral. Daí o paradoxo: quanto mais notório o sucesso econômico do capitalismo, mais espetacular a ascensão cultural e política do socialismo.

Lênin dizia: “O capitalismo nos fornecerá a corda com que o enforcaremos.” O liberalismo é essa corda.

Milhares de pessoas deixaram de ser homossexuais por meio de tratamento ou devoção religiosa. *Época* jamais entrevistou umadelas. Mas bastou um pastor que trabalhava na área contar que era *gay* enrustido, e a revista fez o maior barulho em torno do charlatão confesso, dando a entender que todos os envolvidos em evangelização de homossexuais são como ele. Isso não é jornalismo. É propaganda. As duas maiores revistas semanais brasileiras, *Veja* e *Época*, são amostras patentes de como a defesa da economia de mercado pode coexistir com a adesão cega e subserviente às metas da revolução cultural esquerdista.

Celebrando Theodor Adorno

Olavo de Carvalho

O Globo, 6 de setembro de 2003

Para apagar a má impressão residual dos atentados de 11 de setembro, nada melhor do que desviar as atenções para outros acontecimentos associados à mesma data.

Nosso governo vai celebrar nesse dia a memória de Salvador Allende, morto em 11 de setembro de 1973. Pranteado como vítima de "golpe militar", Allende foi tirado do poder constitucionalmente, por decisão da Câmara dos Deputados e da Suprema Corte, que, ante sua resistência armada, convocaram o Exército para expulsá-lo. Padeceu o que padeceria Fernando Collor se, após a votação do *impeachment*, transformasse o Palácio do Planalto num *bunker* em vez de voltar para casa (v. "A Tale of Two Chileans", de Robin Harris, www.lakota.clara.net/harris.pdf).

Outro 11 de setembro, já festejado antecipadamente, é o centenário de Theodor Adorno, segundo a mídia nacional um dos maiores filósofos do século XX. Na verdade, não existe nenhuma filosofia de Theodor Adorno, apenas aplicações engenhosas que ele fez das idéias de seu amigo Max Horkheimer à estética e à crítica cultural. Horkheimer e Adorno são inseparáveis como o *yang* e o *yin* -- sendo Adorno o *yin*, o lado mais externo e aparente.

A inspiração comum dos frankfurtianos é bem óbvia, ainda que invisível até hoje para suas tietes. Seu marxismo inicial era bem diluído. Estavam vagamente interessados em judaísmo, e suas primeiras críticas ao mundo moderno lembravam as dos tradicionalistas românticos. Mas, meninos ricos, revoltadíssimos contra as famílias que os paparicavam, o retorno à religião de seus pais era mais do que seu orgulho podia suportar. Por isto seu destino não foi o do seu contemporâneo Franz Rosenzweig, materialista reconvertido: seus estudos judaicos se desviaram, em vez disso, para o lado mais

fácil -- a heresia gnóstica. Aí encontraram a fórmula para poder continuar marxistas sem abdicar de uma certa aura de mistério religioso. Os princípios da "teoria crítica" de Horkheimer e Adorno são pura gnose traduzida em freudomarxês. O gnosticismo jura que a criação foi um erro maligno cometido por uma divindade menor, o Demiurgo, contra a vontade do deus superior, entidade excelsa que jamais cairia em semelhante esparrela. O universo sendo inteiramente mau, o dever do espírito é lutar pela destruição de tudo o que existe. A "teoria crítica" segue essa receita à risca, enxergando horror por toda parte e afirmando mesmo que uma sociedade mais justa não pode existir ou sequer ser imaginada, mas acreditando ver nisso um motivo a mais para odiar as injustiças do presente. Abominar o mal sem crer no bem parece coisa de herói trágico, e aí reside o "glamour" peculiar dos frankfurtianos. Mas, no fundo, é de um comodismo atroz. Moralmente, permitiu a Max Horkheimer proclamar, com Maquiavel, que todo poder e riqueza vêm da opressão e da mentira, e ao mesmo tempo encarnar pessoalmente essa teoria, gabando-se de dominar seus colaboradores "como um ditador" (*sic*) e enriquecendo à custa da vil exploração do trabalho deles. Intellectualmente, a brincadeira era ainda mais cínica. Não havendo critério de justiça, a denúncia das injustiças estava autorizada, sem pecado, a ser ela própria injusta, arbitrária e louca. Assim, embora reconhecendo que o comunismo soviético era "o mal absoluto", Adorno e Horkheimer preferiram deixá-lo em paz, concentrando suas baterias no ataque à sociedade americana e fornecendo ao movimento comunista o simulacro de autoridade moral que o

ajudou a sobreviver à queda da URSS. Seu colaborador Herbert Marcuse achava o livre debate uma coisa barbaramente repressiva, preferindo, como mais democrático, o cerceamento direto de todo discurso anti-esquerdista. Através de Marcuse, a Escola de Frankfurt inspirou a censura "politicamente correta", que hoje, em muitas universidades americanas, condena a estágios de "reeducação sensitiva" obrigatória, como nos centros soviéticos de "reforma da mentalidade", quem quer que se oponha à ortodoxia marxista dominante (v. www.zetetics.com/mac/articles/reeducation.html, www.newsmax.com/commentarchive.shtml?a=2000/10/29/152520 e www.shadowuniv.com/reviews/9901h1r-has-kors.html). Parece estranho apostar na Novílingua de "1984" como instrumento de "libertação", mas como poderia ser de outro modo se o ponto de partida é a universalidade do mal e, portanto, a absoluta falta de vontade -- ou capacidade -- de discerni-lo do bem? Quando Marcuse nos intoxica de expressões tão manifestamente embromatórias quanto "tolerância repressiva" e "intolerância libertadora", ele apenas enfeita com o rótulo de "dialética" a técnica pavloviana da estimulação paradoxal que dissemina a confusão maliciosa de liberdade e opressão. A teoria crítica inteira, com efeito, é uma coleção de engenhosos artifícios de auto-estupidificação moral, que culminam na louvação devota do Marquês de Sade como exemplo de conduta superior e na apologia da "perversidade polimórfica" (sic) -- incluindo, evidentemente, sadismo, masoquismo e pedofilia -- como única forma de sexualidade saudável. Não espanta que, fugidos do nazismo,

Horkheimer e Adorno não conseguissem enxergar diferença substantiva entre morrer numa câmara de gás em Auschwitz e pontificar livremente numa bem remunerada cátedra em Columbia, sob os aplausos da sociedade chique. Tal é a origem do equivalentismo moral que, hoje, finge igualar a democracia americana aos mais sangrentos totalitarismos, dos quais o próprio equivalentista, já que ninguém é de ferro, busca refúgio em Nova York ou Miami. Raros filósofos foram, como os frankfurtianos, tão escrupulosos em apontar os pecados alheios quanto insensíveis aos seus próprios. Mas a "teoria crítica" consiste precisamente nisso, segundo confessava Horkheimer: rosnar soturnamente contra o universo mau, mas tratando de levar, enquanto isso, "um alto padrão de vida" (*sic*). Nesse sentido, não se pode julgar que Theodor Adorno tenha agido mal quando, ao ver as doutrinas da Escola de Frankfurt levadas à prática por estudantes rebeldes, chamou a polícia tão logo eles invadiram sua sala.

Gostei da cartinha da Unicamp. Pena que fugisse à questão central: a reitoria, afinal, topa ou não topa promover, ao lado ou depois do "Colóquio Marx-Engels", um "Colóquio Antimarxista"? Se não topa, a recusa já é resposta suficiente, sendo desnecessárias as explicações enviadas ao *Globo*.

Palmas para Keynes

Olavo de Carvalho

Época, 16 de setembro de 2000

Ele fez do capitalismo o regime mais confortável para a esquerda

Cresci ouvindo dizer que Lord Keynes fora o salvador do capitalismo. Precisei de uma vida inteira para descobrir que o desgraçado protegera o círculo de espões soviéticos em Cambridge, que a aplicação de suas teorias nos Estados Unidos dera a maior zebra e só a guerra conseguira resgatar do naufrágio o New Deal inspirado por ele.

A mágica besta da economia keynesiana consistia em fazer do Estado o maior dos capitalistas, colocando-o à frente de grandes projetos industriais. De imediato, tinha um efeito formidável, porque gerava empregos. À objeção de que a longo prazo isso resultaria numa inflação dos diabos, os impostos subiriam até o céu, os operários seriam pagos com papel pintado e teriam de se matar de trabalhar para sustentar uma burocracia cada vez mais voraz, Keynes respondeu com a célebre evasiva: “A longo prazo, estaremos todos mortos”. Keynes, de fato, morreu em 1946, mas a maioria dos americanos ainda viveu para carregar o Estado keynesiano nas costas até que Ronald Reagan cortasse os impostos em 1981, iniciando a

recuperação econômica de que os EUA se beneficiam até hoje.

De onde vinha então o prestígio de Keynes? Vinha da esquerda. A roda de milionários, estrelas de Hollywood e intelectuais mundanos que nos anos 30 personificavam a moda do stalinismo chique – tal era, em substância, a platéia de seu show. Os fios juntavam-se. Stálin havia determinado que o Partido Comunista dos EUA não cuidaria de organizar o proletariado, mas só de arregimentar o beautiful people para subsidiar o comunismo europeu e dar-lhe o respaldo moral de celebridades com aparência de independentes. Daí a profusão de espiões comunistas e “companheiros de viagem” nos altos círculos da Era Roosevelt. A ampliação da burocracia estatal era de interesse direto para essa gente. Quando, na década de 60, a difusão das obras de Antonio Gramsci ensinou aos esquerdistas que para tomar o poder eles não precisariam fazer uma insurreição, bastaria que dominassem o aparelho de Estado pouco a pouco e de dentro, gramscismo e keynesianismo descobriram que tinham sido feitos um para o outro. De seu matrimônio espontâneo nasceu a esquerda atual. A base dela já não está no proletariado, soberbamente conservador, mas na burocracia administrativa e judiciária, nos organismos internacionais, nas ONGs, na imprensa, nas universidades – e, de outro lado, no variado leque de “minorias”, as quais, recrutadas segundo os critérios mais descontraídos (sexuais, etários, raciais, regionais), não têm em comum senão o ressentimento sem objeto e a dependência da tutela

do Estado, o que faz delas a massa de manobra ideal para keynesianos e gramscianos.

Essa esquerda ocupa os melhores postos, come a parte mais nutritiva das verbas do orçamento, faz as leis, impera sobre a mídia e, ao mesmo tempo, fala em nome dos revoltados contra o establishment – os quais, precisamente, não sabem que ela é o establishment.

Lord Keynes não salvou o capitalismo. Se o fizesse, seria odiado pela esquerda. O que ele fez foi tornar o capitalismo o mais confortável dos regimes para a elite esquerdista, criando a base econômica da “longa marcha para dentro do aparelho de Estado” planejada por Gramsci. Eu também o aplaudiria, se meu sonho na vida fosse ser um comunista chique.

Enquanto a Zé-Lite dorme

Olavo de Carvalho

Diário do Comércio, 4 de dezembro

Se tenho insistido no tema do desconstrucionismo, é para mostrar que toda tentativa de discussão democrática com intelectuais ou líderes esquerdistas, hoje em dia, é tempo perdido. Eles criaram instrumentos verbais altamente sofisticados para escapar de toda cobrança racional e impor seus

desejos e caprichos sem ter de dar satisfações senão à sua vontade de poder. Mais ainda: inventaram um sistema de pretextos infalíveis para sentir que, ao fazer isso, são as melhores pessoas do universo, contra as quais só monstros de egoísmo e crueldade poderiam objetar alguma coisa. Pior: transmitiram essas atitudes e sentimentos a duas gerações de estudantes universitários, que hoje ocupam os espaços fundamentais na educação, na mídia, na administração pública, na justiça e, é claro, numa infinidade de ONGs e “movimentos sociais”.

Hegel dizia que aquele que nas discussões públicas se abstém de razões e apela à autoridade secreta da sua “voz interior” é um inimigo da espécie humana. Extinta a possibilidade de aferição objetiva, suprimidos os instrumentos de prova, reduzido o debate a um confronto de vontades, a única autoridade que resta é a pura habilidade de impressionar, de assombrar, de seduzir, de hipnotizar. E para isso vale tudo: desde o *sex appeal* até a intimidação autoritária, passando pela ostentação de títulos e cargos, a forma mais tosca e besta do argumento de autoridade, característica do bacharelismo provinciano que volta à moda meio século depois de parecer definitivamente superado. Uma vez conquistada a adesão estudantil pelo fascínio vulgar de charlatões bem-falantes, a autoridade se transfere a gerações inteiras de jovens *enragés* que saem da faculdade imbuídos do dever de “transformar o mundo” por meio da mentira e do engodo.

Por toda parte, esses “agentes de transformação social” se empenham em fazer com que as engrenagens da sociedade funcionem ao contrário das suas finalidades nominais, criando o caos em lugar da ordem, a revolta e o ódio em vez da paz, amálgama em vez da confiança. Em suma, caro leitor, você está rodeado de ativistas cínicos, capazes de mentir e trapacear ilimitadamente no interesse do seu grupo político. Se você abre um jornal, não pode ter a certeza de ler fatos em vez de balelas interesseiras. Se tem uma demanda na justiça, não pode estar seguro de que não cairá nas mãos de um comissário do povo, decidido a julgar não segundo as razões do processo, mas segundo a classe social das partes. Se envia a esposa nervosa a um consultório de psicoterapia, não sabe se ela será tratada dos seus males ou envenenada de ódio ao marido. Se envia os filhos à escola, sabe que eles voltarão de lá tatuados e viciados, admirando bandidos e abominando as leis, falando alto, dando ordens ao pai e à mãe, indignados com a proibição das drogas, cheios de revolta sacrossanta contra a instituição familiar que os sustenta e protege.

E ainda há quem, no meio disso, acredite poder confiar nas leis e instituições, no funcionamento normal da sociedade, na sanidade do processo democrático.

A classe empresarial, os políticos pragmáticos e os analistas econômicos têm uma dificuldade quase intransponível de compreender o alcance político de modas culturais que, de início, parecem limitadas a um círculo de professores excêntricos e

estudantes amalucados. Quase um século depois de Lukács, Gramsci, a Escola de Frankfurt e o próprio Stálin haverem descoberto que a cultura, e não a economia, é a força que move o processo revolucionário, esses observadores vesgos ainda acreditam que existe um abismo entre o mundo “prático” e a esfera dos interesses “abstratos”, “estratosféricos”, da intelectualidade acadêmica e artística. Estratosféricos são eles, habitantes do mundo da Lua. Quando o general Golbery do Couto e Silva inventou a teoria da “panela de pressão”, pontificando que a atividade repressiva do Estado deveria limitar-se à oposição armada, deixando as universidades e as instituições de cultura livres como válvula para o escoamento das pressões subversivas, mal sabia ele que, àquela altura, os esquerdistas mais avisados já haviam abandonado o projeto guerrilheiro e depositado todas as suas esperanças na “revolução cultural” gramsciana: a única arma de que precisavam era, precisamente, uma válvula. Ao optar implicitamente por não resistir ao comunismo em geral, mas só ao comunismo “violento”, o governo lhes forneceu essa arma. Um pouco de estudo teria bastado para mostrar ao sapientíssimo general que a “via pacífica” para o comunismo era nada mais que o adiamento da violência crua para depois da tomada do poder por meios anestésicos. Mas, no calor da luta contra as guerrilhas, a imagem de uma futura esquerda “pacífica” e “legalista” pareceu à elite militar uma alternativa roseamente desejável. Em poucos anos, essa esquerda, nascida das conversações gramscianas na USP, estava montada e em pleno funcionamento. Não houve, na “direita”, quem não celebrasse o seu advento como um

formidável progresso da democracia. O general Golbery foi o pai da ascensão petista, restando apenas saber se o foi por pura presunção e ignorância ou se houve da sua parte um pouco de cegueira voluntária, alimentada por ambições nasseristas de absorver a esquerda continental num esquema militar nacionalista e anti-americano. Hoje sabemos que o esquema militar é que foi absorvido, subjugado e posto a serviço dos planos do Foro de São Paulo. Isso era perfeitamente previsível, mas não a quem alimentasse, como o general, a ilusão de poder manipular e “civilizar” o movimento comunista. A “queda” da URSS e a embriaguez triunfal dos liberais no início dos anos 90 levaram essa ilusão às últimas conseqüências, fazendo com que as “elites” (ou a Zé-Lite) celebrassem o sucesso do PT como uma promessa de melhores dias para a democracia capitalista. Frases como “o comunismo acabou” e “Lula mudou” adquiriram então o prestígio de dogmas inabaláveis, e quem sugerisse que as coisas não eram bem assim se tornava objeto de chacota da parte de banqueiros, empresários, políticos “de direita”, capitães da mídia e altos oficiais militares – a pura nata da Zé-Lite.

Hoje, quando esses senhores, de rabo entre as pernas, já entrevêm no colaboracionismo servil e trêmulo a sua única chance de sobrevivência, sinto-me até um tanto constrangido de lhes explicar, de novo, que os estrategistas da revolução comunista, por mais que lhes pareçam meros intelectuais avoados, de paletó sebento e barba por fazer, são um pouco mais espertos que eles. Um “homem prático” vive de olho nas cotações da bolsa e ri da sugestão de

que algo tão abstrato e academicamente rebuscado como uma teoria literária possa ter alguma periculosidade política. O intelectual comunista aproveita-se dessa falsa sensação de segurança para fazer da teoria literária um instrumento de ação capaz de virar o mundo do avesso.

Vou contar, em linhas gerais, como isso aconteceu.

Na década de 30, Stálin estava persuadido de que a única função da arte e da literatura era a propaganda revolucionária. Parida às pressas pela Academia Soviética, a teoria estética do “realismo socialista” impregnou massas de escritores e artistas em todo o mundo comunista. Só não chegou a tornar-se um dogma universal porque, no Ocidente, Stálin reservava às celebridades das letras e artes uma função mais sutil. Queria usá-las como instrumentos de camuflagem: deviam abster-se da filiação explícita ao Partido Comunista (e portanto também às suas opções estéticas) e, conservando uma fachada de neutralidade, colocar o seu prestígio a serviço de causas específicas de interesse do Partido nos momentos decisivos. Isso deu aos escritores esquerdistas da Europa e das Américas amargem de liberdade que lhes permitiu escapar do realismo socialista e continuar fazendo literatura em sentido estrito. Por toda parte, poetas, romancistas e críticos – a começar pelo príncipe da crítica marxista, Georg Lukács em pessoa e seu fiel escudeiro Lucien Goldmann – desprezavam a estética oficial soviética e faziam a apologia dos cânones literários que construíram a grandeza de Shakespeare, Cervantes,

Goethe, Balzac e Dostoiévsky. Lukács escreveu páginas notáveis em defesa do “grande realismo burguês”, alegando que a representação fiel da realidade histórica era uma força revolucionária em si, sem necessidade de concessões à propaganda. Até em congressos do Partido a hostilidade ao realismo socialista acabava se mostrando, às vezes de maneira explosiva. Referindo-se ao chefe da escola, o nosso Graciliano Ramos exclamava: “Esse Jdanov é um cavalo.” Assim a literatura foi salva do embrutecimento ideológico. Os anos 30-50 acabaram sendo uma época de criatividade literária incomum. No Brasil, então, nem se fala. Nunca tivemos tantos escritores bons e ótimos ao mesmo tempo.

Mas foi uma salvação provisória. Aqui e ali, discretamente, intelectuais iluminados se davam conta de que a preservação dos cânones do realismo e, de modo geral, a concepção da literatura como conhecimento, eram incompatíveis com a meta escolhida pelo próprio Lukács: a destruição da civilização ocidental. Puseram-se então a trabalhar na idéia de que a literatura não podia conhecer a realidade, já que – segundo entendiam -- a própria realidade era uma invenção literária. Para dar a essa idéia um arremedo de consistência, apelaram a um formidável arsenal de recursos extraídos da lingüística, da antropologia, da lógica formal, da “teoria crítica” frankfurtiana e das filosofias de Nietzsche e Heidegger. Em menos de uma década a proposta havia evoluído para a formulação radical do desconstrucionismo: não existe realidade nem conhecimento, nenhum discurso tem significado, o significado é livremente

inventado por “comunidades interpretativas” que aí projetam como bem entendem seus desejos e interesses, portanto tudo o que há para fazer é reunir a comunidade e ensinar-lhe os meios de usurpar o sentido dos textos em benefício próprio.

De súbito, a doutrina de Stálin-Jdanov era restaurada em todo o esplendor da sua brutalidade, mas agora resgatada da sua pobreza teórica originária e paramentada com todos os adornos da sofisticação acadêmica. O desprezo pela verdade, alegitimação da mentira politicamente útil, o cinismo das interpretações forçadas, enfim a prostituição total das atividades intelectuais superiores aos interesses de grupos de pressão tornaram-se não só legítimos e recomendáveis, mas intelectualmente elegantes e moralmente obrigatórios. Na mesma onda, as distinções entre o verdadeiro e o falso, entre cultura e incultura, entre o esteticamente superior e inferior, foram condenadas como instrumentos de opressão e substituídas pelo culto de qualquer bobagem politicamente oportuna que se apresentasse. Toni Morrison foi igualada a Shakespeare, as novelas de Gilberto Braga celebradas como portadoras da “universalidade de um Balzac” por ser bem aceitas em todos os mercados. Considerar Bach superior a Gilberto Gil tornou-se algo assim como um crime de racismo.

Não é preciso dizer que o primeiro resultado foi a pura e simples desapareição da grande literatura. A segunda metade do século XX não gerou nada que se comparasse nem de longe a um Thomas Mann, a um Proust, a um Jacob Wassermann, a um

Hermann Broch, a um Robert Musil, a um Antonio Machado, a um Bernanos, a um Mauriac. Nas nações do Terceiro Mundo, as sementes da cultura superior em gestação foram impiedosamente arrancadas. O país que cinqüenta anos atrás tinha Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, Graciliano Ramos, Annibal M. Machado, Marques Rebelo, José Lins do Rego, agora lê Luís Fernando Veríssimo e acha o máximo.

Se os efeitos se limitassem à esfera das letras, já seriam suficientemente perversos. À retração da criatividade literária corresponde, *pari passu*, a degradação da linguagem pública, a progressiva incapacidade de expressar a experiência real e, conseqüentemente, a fixação dos debates em estereótipos alienados, prenunciando a ascensão da loucura geral como alternativa política.

Mas, como não poderia deixar de ser, os procedimentos interpretativos da escola desconstrucionista e similares logo foram estendidos para as ciências humanas em geral, afetando todas as esferas do debate público. Aí os efeitos foram muito além do mero sucesso propagandístico. Ampliaram-se até à destruição de todo princípio de ordem e racionalidade na vida social. Avaliar, mesmo sumariamente, a extensão do dano, ocupará muitos artigos nas próximas semanas. Vou aqui dar um único exemplo, que depois explicarei melhor.

Um dos setores onde a influência desconstrucionista penetrou mais fundo é o Direito. Aí se evidencia como uma teoria literária pode ter conseqüências

devastadoras sobre toda a ordem social. Juízes, promotores e advogados são hoje formados sob a crença dominante de que as leis, como qualquer outro texto, não têm nenhum significado originário objetivamente válido. Toda significação que elas possam ter é mera projeção de fora, vinda dos setores politicamente interessados. Só o que resta portanto é organizar uma “comunidade interpretativa” e impor a sua leitura dos textos legais por meio da gritaria, da chantagem, da intimidação. De um só golpe, a Justiça inteira se transforma em instrumento de subversão revolucionária. Para virar de cabeça para baixo a ordem pública, não é preciso mudar as leis: basta inverter-lhes o sentido.

Nos EUA, o alucinógeno desconstrucionista chegou até à Suprema Corte, transformando-a numa frente de combate contra a religião, os valores americanos tradicionais e a própria Constituição. Amparado em teóricos acadêmicos da reputação de Ronald Dworkin e Stanley Fish, o juiz William Brennan, ex-presidente da Suprema Corte, proclama abertamente que tentar ater-se ao significado originário da Constituição é “falsa humildade”: o verdadeiro sentido do texto constitucional tem de ser livremente inventado conforme as pressões dos grupos abortistas, feministas, *gays* etc. É isso o que o ex-vice-presidente Albert Gore entende por “Constituição viva”. Aprofundidade da subversão judicial ocorrida nos EUA já não pode ser medida. Um pequeno indício é que, em plena guerra contra o terrorismo islâmico, crianças de escola pública, em vários Estados, são obrigadas a ouvir horas e horas de louvações à religião muçulmana, sendo ao mesmo

tempo proibidas de expressar em voz alta sua fé cristã, sob pena de expulsão ou de medidas policiais mais graves. É a guerra psicologia ao contrário, movida não contra o inimigo mas contra o próprio país, sob a proteção da Suprema Corte.

A técnica da opressão sedutora

Olavo de Carvalho

Diário do Comércio, 19 de dezembro de 2011

Hoje em dia, nos EUA, um pai de família pode ser expulso de casa, proibido de ver os filhos e obrigado a pagar quase todo o seu salário em pensão de alimentos, sem que haja uma só prova de que ele fez ou pensou em fazer qualquer coisa de errado. Basta que sua mulher diga à polícia – sem uma testemunha sequer – que ele ameaçou surrá-la ou abusar das crianças. Quando o infeliz é avisado de que tem vinte e quatro horas para sair do pedaço e ver sua vida desfazer-se no ar como fumaça, ele vai ao delegado e reclama que não é justo ser condenado sem o mínimo direito de defesa. E a autoridade, com o ar mais tranqüilizante do universo, responde: “Meu amigo, não há necessidade de defesa, pois o senhor não está

sendo acusado de nada. É apenas uma medida cautelar -- que pode, é verdade, ser renovada indefinidamente e durar pelo resto da sua porca vida. O senhor só será preso se violar a ordem, tentando encontrar-se com seus filhos fora dos horários prescritos (se algum há), passando perto da sua antiga casa num raio de, digamos, dois quilômetros, ou se metendo a besta caso a sua digníssima, liberta da sua opressiva presença, vá para a cama com um, dois ou quinze homens. Passe bem.”

Cinquenta por cento das crianças americanas vivem sem um dos pais – quase sempre o pai. Uma das conseqüências diretas é o aumento exponencial dos casos de pedofilia doméstica, onde as estatísticas mostram que o culpado é quase que invariavelmente o namorado da mãe. Nas universidades, os discípulos de Georg Lukács e Theodor Adorno esfregam as mãos, excitadíssimos, vendo cumprir-se sem maiores dificuldades, e com o comovido apoio do bom-mocismo protestante e católico, o projeto marxista de destruição da família, que seus mestres viam como condição indispensável ao triunfo do socialismo.

Tudo isso começou com os ares mais inofensivos que se pode imaginar, como campanha de proteção à mulher contra a “opressão machista”. Quem, em sã consciência, seria contra uma coisa dessas? Pouco a pouco, à medida que adquire força de lei, a providência humanitária vai ampliando seu raio de alcance até transformar-se num pesadelo, num instrumento de opressão mil vezes pior do que os males que lhe serviram de pretexto, porque agora é oficial e se sustenta no poder da polícia, dos

tribunais, do sistema educacional e da propaganda maciça que demoniza os acusados ao ponto de ninguém ter mais a coragem de dizer uma palavra em favor deles. E os resultados sociais catastróficos? São explicados como efeitos de outras causas, que por sua vez dão motivo a novas medidas humanitárias, entregando cada vez mais a grupos ativistas cínicos o monopólio da autoridade moral e estendendo ilimitadamente o poder de intevenção da burocracia estatal na vida privada. O problema é, por exemplo, a pedofilia? Acusa-se a educação católica (embora o número de pedófilos entre os padres seja menor do que em qualquer outro grupo de educadores) e, com um pouco de jeito, persuade-se até o Papa a se prosternar ante a mídia vociferante. Os meninos criados sem um pai são inseguros, tímidos, fracos? Ótimo. Com alguma lábia, são levados a crer que são transexuais latentes, inadaptados, coitadinhos, no meio social machista. São turbulentos, anti-sociais? Melhor ainda. Eis a prova de que a sociedade capitalista é intrinsecamente violenta, geradora de brutalidades. E assim por diante. Cada novo efeito maléfico da guerra cultural já traz preparada, de antemão, uma teoria engenhosa que lança as culpas sobre a família, a religião, a cultura, o capitalismo – sobre tudo e sobre todos, exceto os autores do efeito, os ativistas pagos com dinheiro dos contribuintes para planejar, nas universidades, a destruição meticulosa e sistemática da sociedade.

A técnica é sempre a mesma. Primeiro, descobre-se um grupo social descontente e designam-se os culpados, produzindo-se contra eles uma tempestade de livros, filmes, teses universitárias, programas de

TV, artigos de jornal, conferências, debates, o diabo. Apontados em público, olhados com suspeita pela vizinhança, os membros do grupo acusado começam a achar prudente marcar distância dele, mudando de vocabulário, de atitudes, e por fim juntando sua voz ao coro dos acusadores, para maior verossimilhança da conversão. Ato contínuo, concebem-se leis e medidas administrativas para amarrar as mãos dos malvados e, depois, puni-los. Vitoriosa a batalha legislativa, começa a etapa decisiva: “ampliar a democracia”, estender a área de aplicação dos “direitos” conquistados até que, dialeticamente, se convertam em meios de opressão estatal contra os quais já nada se poderá dizer sem incorrer, *ipso facto*, em suspeita de reacionarismo nostálgico dos velhos males, já superados, “incompatíveis com o alto estágio de civilização em que nos encontramos”.

O circuito é tão repetitivo que suas vítimas só não o percebem com clareza porque, no decorrer do processo, foram consentindo em cortar suas próprias línguas e só falar na linguagem de seus acusadores, tornando-se, automaticamente, incapazes de se proteger. No Brasil, a CNBB, enfatizando seu horror a “toda discriminação” no instante mesmo em que move débil oposição à PL-122, é o exemplo mais claro no momento.

Pensem nisso quando se sentirem tentados a crer que as leis “anti-homofóbicas” têm algo a ver com os direitos humanos dos homossexuais ou de quem quer que seja. Têm a ver, isto sim, com a supressão da liberdade de consciência, inclusive a dos próprios homossexuais que desejarem permanecer cristãos e,

amanhã ou depois, defender seu simples direito de pensar – como o pensaram Oscar Wilde, Julien Green, Octávio de Faria, Lúcio Cardoso, Cornélio Penna e tantos outros homossexuais ilustres -- que aquilo que fazem na cama, embora lhes pareça irresistível e sumamente delicioso, é um pecado.

A liberdade como parteira da tirania

Olavo de Carvalho

Diário do Comércio, 2 de abril de 2007

No livro esplêndido que publicou sob o título "Roads to Modernity: The British, French and American Enlightenments" (New York, Vintage Books, 2005), Gertrude Himmelfarb mostrou que o iluminismo inglês, tão influente sobre a Revolução Americana, não foi um movimento simples e unilinear, mas um conflito insanável entre duas correntes de pensamento, uma nascida com John Locke (1632-1704), Bernard Mandeville (1670-1733) e Jeremy Bentham (1748-1832), a outra com Anthony Ashley Cooper, conde de Shaftesbury (1671-1713), Joseph Butler, bispo de Durham (1692-1752), Francis Hutcheson (1694-1746), Thomas Reid (1710-1796), George Berkeley (1685-1753), Adam Smith (1723-1790) e Edmund Burke (1729-1797). O filósofo David

Hume (1711-1776) e o historiador Edward Gibbon (1737-1794) ficaram em cima do muro. A primeira das duas correntes teve repercussão mais espetacular no mundo em geral, mas a segunda foi mais determinante na prática política anglo-americana. A primeira, através do materialismo do século XIX, desembocaria em Ayn Rand; a segunda nos pais intelectuais do atual movimento conservador americano, Russel Kirk e Irving Kristol, este casado com a própria Himmelfarb.

A diferença entre as duas filosofias começa numa questão de teoria do conhecimento e desemboca em concepções opostas e irreduzíveis da sociedade política. Vale a pena estudar o caso, pois essa divergência – e não a mera oposição entre intervencionismo estatal e livre mercado – marca hoje algumas das mais decisivas fronteiras entre as forças que disputam o poder nos EUA e no mundo.

Segundo Locke, a mente humana, ao nascer, é uma folha em branco. Todos os conteúdos lhe vêm de fora, através das impressões sensíveis. Sendo assim, as idéias morais não podem aparecer nela senão como resultado da acumulação de estímulos sensoriais positivos e negativos que se condensam em preferências e repulsas através das sensações de prazer e dor.

Para Shaftesbury, Hutcheson, Reid e sua prole intelectual, as sensações de prazer e dor, por si, não têm nenhum significado moral. Por mais que se somassem, não ensinariam ninguém a distinguir entre o bem e o mal, só entre o interesse próprio e o alheio. O introjeção das regras da moralidade seria

impossível se o ser humano não tivesse um órgão específico para apreendê-las. Há um instinto do bem e do mal, que pode ser aperfeiçoado (ou pervertido) pelo ensino e prática mas é natural e inato em todo ser humano. Os filósofos dessa escola variam muito ao conceituar esse instinto, mas são unânimes em proclamar que ele está por trás da universal tendência humana para a vida em sociedade, a qual seria impossível se baseada só no interesse próprio e sem a presença de sentimentos básicos como a benevolência, a caridade e o amor ao próximo. O ser humano, em suma, não pode ser reduzido a um bichinho colecionador de impressões: a capacidade para um tipo de conhecimento que transcende a mera natureza corporal tem de estar presente nele desde o início, ou o salto da sensorialidade para a moralidade é inviável.

Um ponto que Himmelfarb não menciona, mas que é importante para a compreensão do assunto, é o seguinte: embora nenhuma influência escolástica seja visível nas obras desses filósofos, e embora eles não fossem religiosos de maneira alguma (com exceção de Butler e Berkeley), não é possível deixar de perceber a perfeita concordância entre a sua noção do instinto moral e o conceito escolástico da *sindérese*, a capacidade inata do ser humano para apreender os princípios da moralidade.

Dessa divergência radical quanto à origem do conhecimento seguem-se duas concepções opostas da vida em sociedade. O pensamento da escola lockeana encontrou sua expressão mais popular na "Fábula das Abelhas" de Bernard de Mandeville,

narrativa satírica publicada originalmente em 1705 como "A Colméia Resmungona, ou os Patifes Tornados Honestos" e em 1714 na versão definitiva com o seu título atual e o subtítulo "Vícios Privados, Benefícios Públicos". O sentido da historieta é que, cada indivíduo cuidando apenas do seu interesse próprio, tudo se ajeita espontaneamente para o benefício de todos; ao passo que o esforço para ser bom e virtuoso coloca o homem em oposição ao interesse geral e leva à destruição da sociedade. O tema reapareceu mil vezes na literatura, no cinema e no teatro. Uma de suas versões mais célebres é o filme "Nazarín" (1958) do espanhol Luís Buñuel, um anarquista professo. É a história de um monge piedoso que faz o melhor que pode para praticar as virtudes evangélicas e só consegue, involuntariamente, trazer dano a todos em torno. Não é preciso dizer que tanto Mandeville quanto Buñuel deformam caricaturalmente a noção das virtudes, isolando as ativas das cognitivas, especialmente a "prudência" (capacidade racional de distinguir o bem verdadeiro do aparente). Os volumosos romances de Ayn Rand não são senão a transposição afirmativa da sátira de Mandeville, com seus heróis egoístas gerando mais benefícios para a coletividade do que todos os sacrifícios dos virtuosos.

A "Fábula" suscitou uma série infindável de reações hostis dos shaftesburianos (até Gibbon, um anticristão notório, a achou ofensiva demais), mas não se pode negar que ela os ajudou a definir sua própria concepção da sociedade em oposição à de Locke e Mandeville. Enquanto esta enfatizava a liberdade, julgando que só a livre concorrência dos

interesses individuais produziria o bem coletivo, eles entendiam que a liberdade não era um princípio autofundante, mas o simples resultado das virtudes básicas que fundamentavam a vida em sociedade. O homem era levado a respeitar a liberdade do próximo pela sua benevolência, generosidade e tolerância, e não pelo mero interesse egoísta de preservar a sua própria liberdade. Esvaziada dessas virtudes, a liberdade se arruína a si mesma e se transmuta em prepotência caótica.

Tanto a tradição política britânica quanto a Revolução Americana imbuíram-se profundamente desse ensinamento, enquanto Locke exercia mais influência na França, sobretudo através de Voltaire. A idéia da virtude como base da organização política e fundamento teórico-prático da liberdade acaba vinculando as concepções da moderna democracia anglo-americana, mas principalmente a americana, a uma tradição de pensamento político e filosófico que remonta a Platão e Aristóteles e que está em perfeita harmonia com as doutrinas dos escolásticos. Ao desembarcar na América pela primeira vez em 1920, para dedicar-se ao estudo do constitucionalismo americano, Eric Voegelin notou que ali a filosofia de Platão e Aristóteles ainda era uma presença viva nas discussões políticas e jurídicas, enquanto o pensamento franco-alemão da época tinha se afastado infinitamente desse legado. Mais recentemente, a continuidade do pensamento político tradicional nas doutrinas dos *Founding Fathers* e na vida política americana em geral foi demonstrada exaustivamente por Ellis Sandoz em duas obras notáveis: "A Government of Laws"

(Louisiana State University Press, 1990) e "Republicanism, Religion and the Soul of America" (Columbia and London, University of Missouri Press, 2006). Para essa tradição, a política é uma subdivisão da ética assim como a conduta do homem em sociedade é uma extensão das virtudes morais básicas.

Quem leu meus últimos artigos há de recordar que a liberdade é um mero preceito formal, sem conteúdo identificável a não ser mediante a enumeração dos seus limites. As virtudes, ao contrário, são princípios substantivos, que contêm na sua própria definição o desenho explícito dos limites de cada qual, bem como o perfil de suas relações com as demais virtudes. A liberdade baseada nas virtudes e emoldurada por elas não necessita de uma definição precisa para tornar-se numa prática concreta de todos os dias. Erigida ela própria em princípio, como aconteceu na França, o resultado é a tirania nos "amigos da liberdade" contra seus supostos "inimigos". A diferença entre uma filosofia política fundada no conhecimento substantivo da natureza humana e uma baseada em preceitos formais imantados de atrativos retóricos já se mostra aí com toda imensidão das suas conseqüências práticas. Quando o conde de Shaftesbury disse pela primeira vez que o amável e moderado John Locke era ainda mais perigoso do que o cínico "linha dura" Thomas Hobbes, todos acharam que era um exagero. Quase um século depois, os acontecimentos na França mostraram que a liberdade abstrata podia mesmo ser ainda mais tirânica do que a monarquia absoluta.

Pouco importa, é claro, que cada participante do debate público se nomeie a si próprio como "liberal" ou "conservador"; o que interessa é saber a posição de cada um no confronto entre o substantivismo tradicional e o formalismo moderno. Do ponto de vista da economia, a diferença é mínima, pois ambos defendem a economia de mercado. A diferença aparece é em tudo o mais. Ora, desde que a influência de Lukács, da Escola de Frankfurt e de Antônio Gramsci adquiriu predomínio na formulação estratégica do movimento esquerdista internacional, foi justamente esse "tudo o mais" que veio para o centro da luta política, enquanto a socialização dos meios de produção era deixada para o dia de São Nunca. Isso aconteceu, porque, de um lado, o fracasso econômico do socialismo se tornou demasiado evidente para que mesmo os esquerdistas mais fanáticos pudessem negá-lo; e, de outro lado, o sucesso cultural do esquerdismo era garantido pela própria expansão capitalista, que, abrindo a mais e mais pessoas a oportunidade de acesso ao ensino superior e à participação na política, fazia crescer ilimitadamente a classe revolucionária por excelência, isto é, a "intelectualidade", no sentido elástico e não-qualitativo que Antônio Gramsci dá ao termo. É justamente essa imensa transformação da esquerda mundial que, hoje, obriga os seus opositores a tomar posição antes em função da guerra cultural do que das questões econômicas. E aí o formalismo liberal, por mais que se proclame inimigo do comunismo, se torna um instrumento da estratégia esquerdista através do apoio que presta a *slogans* e bandeiras que lhe pareçam "ampliar a democracia" por meio do aumento das liberdades e

direitos concedidos a cada novo grupo militante e reivindicante. Como essa expansão dos direitos se faz através de novas legislações, e a aplicação delas exige a criação de novos órgãos jurídico-administrativos especializados, o resultado é a intervenção cada vez maior do Estado na vida dos cidadãos. Uma vez mais, a liberdade vazia é a parteira da ditadura.

Esse processo, coexistindo às vezes com a retração do intervencionismo estatal em economia, pode levar a algumas situações aparentemente paradoxais. A administração Reagan, por exemplo, restaurou o sentido dos valores tradicionais na política e acertou um golpe mortal no coração do movimento comunista. Para fazê-lo, no entanto, aumentou barbaramente o orçamento estatal, que sua plataforma "classic liberal" prometia diminuir. Já o governo Clinton, que foi recordista de privatizações, campeão do "enxugamento do Estado", impôs ao mesmo tempo, no campo jurídico, moral e cultural, inúmeras novidades "politicamente corretas" que ampliaram formidavelmente a margem de intervenção do Estado na vida privada (escrevi sobre isso em "O Jardim das Aflições" no instante mesmo em que a coisa estava acontecendo). Incentivando o comércio com a China, sob o pretexto de que a liberalização da economia traria automaticamente a da política (típico raciocínio liberal-formalista), Clinton ajudou ainda a consolidar a ditadura dos generais de Pequim, aos quais fornecia, ao mesmo tempo, tecnologia atômica suficiente para varrer da face da terra a população americana.

O pensamento formalista, não podendo afirmar valores substantivos, apegar-se ao ícone da "liberdade", mas, sem o amparo nas virtudes, é a liberdade de mercado que se torna o modelo de todas as demais liberdades. Daí a tendência a sacrificar em prol do mercado os próprios valores que o possibilitam, na esperança louca de que ele volte a criá-los por mágica. Deste ponto de vista, Clinton estava muito mais próximo dos ideais liberais do que Reagan.

Há também um segundo aspecto que torna ainda mais inconciliável a divergência entre aqueles que chamei "conservadores" e "liberais" (reconhecendo a ampla margem de malentendidos que essa terminologia pode evocar). Ao abordá-lo, vou parar longe das análises de Himmelfarb.

Embora os iluministas da linhagem de Shaftesbury não fossem nada religiosos, todos eles reconheciam a importância da religião para a preservação dos sentimentos morais básicos. Isso já nos dá um indício de que a divergência acima mencionada não diz respeito à "religião" no sentido dogmático-institucional (como desejariam fazer crer os materialistas, seja liberais, seja de esquerda), mas a algo de bem mais vital e profundo.

A crença num mundo transcendente à experiência usual humana e num princípio de justiça divina imperando sobre o cosmos é um dos dados mais universais da história das culturas e sociedades. Do homem de Neandertal até hoje, não encontramos um único exemplo de "sociedade laica", isto é, construída inteiramente à margem dessa crença. Um fenômeno

tão generalizado não pode ser explicado em função de estereótipos pejorativos como "a necessidade de crer", "os interesses da classe sacerdotal", etc. Sem algum fundamento na própria experiência, a confiança no que está para além da experiência seria um elemento tão despropositado e psicótico que todas as sociedades inspiradas nela – isto é, todas as sociedades *tout court* –, estariam condenadas ao caos e ao fracasso em prazo brevíssimo.

Descontando experiências espirituais mais sutis e complexas, existe uma que se repete em todas as épocas e culturas e que basta, por si, para mostrar a razoabilidade da crença no regulamento transcendente da existência. São as narrativas apresentadas por pessoas que estiveram clinicamente mortas durante horas ou dias, e que retornam ao mundo dos vivos trazendo relatos notavelmente similares entre si: todos esses retornados do além tiveram um confronto com algum tipo de instância julgadora, na qual suas vidas eram pesadas e medidas, absolvidas ou condenadas. Um exemplo clássico é o mito de Er, narrado na "República" por Platão, que o obteve, parece, de um círculo pitagórico. Diante da pira mortuária, o pai de Er chora a perda do filho morto em batalha, quando de repente o soldado se ergue das chamas e narra o seu encontro, no além, com a justiça cósmica.

Em todas as culturas aparecem histórias similares, e elas são naturalmente um poderoso suporte racional à crença na justiça transcendente. Mesmo em época recente, livros como o de Morris Rawlings, "Beyond Death's Door" (New York, Thomas Nelson, 1978) e o

de Raymond Moody, "Life After Life" (New York, Bantam, 1979). deram o que pensar a todos os que aí notaram a concordância das centenas de relatos de pacientes clinicamente mortos que voltaram à vida. O segundo desses livros chegou a vender treze milhões de exemplares, mostrando que o interesse pelo conhecimento da "vida além da vida" é uma constante do espírito humano. Não há nada de irracional em dar fé a esses relatos, porque os moribundos não têm interesses a defender e entre as testemunhas ouvidas por esses e outros autores não havia um só reconhecidamente desequilibrado. A objeção que os materialistas fazem é que os fatos aí narrados não são experiências repetíveis à vontade em laboratório. São testemunhos individuais, inacessíveis ao controle da comunidade científica. Essa objeção não invalida as narrativas, é claro, mas as impede de receber o aval do *establishment* acadêmico. Ao mesmo tempo, no entanto, os testemunhos individuais continuam válidos em História e jurisprudência, assim como na orientação das vidas pessoais e nas decisões políticas. Os antigos consideravam que um conhecimento era tanto mais valioso e digno de respeito quanto mais versasse sobre assuntos vitais e fosse, por isso mesmo, mais difícil de obter. O formalismo moderno, que subscreve as precauções metodológicas da ciência materialista, acredita, ao contrário, que um conhecimento é tanto mais precioso e investido de autoridade quanto mais fácil de conferir e mais acessível, portanto, ao controle da coletividade. É um conceito, evidentemente, mercadológico e retórico do conhecimento. A humanidade precisou decair muito para que verdades essenciais entrevistas ainda que

nebulosamente por homens sábios, ou por testemunhas privilegiadas, fossem preteridas em favor de detalhes de segunda ordem comprovados por uma multidão de medíocres e imbecis. A confirmação pública é um luxo quase nunca acessível àquele que busca sinceramente o conhecimento. E fazer dela a fonte da certeza é simplesmente trocar o desejo de conhecimento pelo simples medo de errar, que é quase sempre, como dizia Hegel, puro medo de conhecer.

Muitos dos valores e princípios que orientaram a humanidade durante milênios e que, sem nenhum pressuposto religioso, ainda eram sustentados com tanta veemência pelo iluminismo inglês – incorporando-se, através dele, na tradição política americana –, foram obtidos por pessoas especiais em circunstâncias especiais. Não estão à mercê de qualquer grupo de estudantes entusiasmados com demonstrações de laboratório. Constituem um patrimônio de sutilezas tão difíceis de apreender quanto a forma interna das obras de arte superiores ou quanto as virtudes ocultas na alma de um santo discreto.

A verdadeira divergência entre o pensamento tradicional e o formalismo moderno é que o primeiro incorpora esse tesouro de sutilezas, mesmo sabendo que a prova delas depende de qualidades humanas raras exercidas em circunstâncias ainda mais raras, ao passo que o segundo exige a prosternação geral ante a autoridade de um "coletivo" acadêmico constituído da unanimidade dos cientistas médios. É por essa via que o formalismo liberal ajuda mais

profundamente a militância esquerdista a assumir o poder no mundo. A autoridade do *establishment* científico é hoje um dos instrumentos mais eficazes de que a burocracia estatal lança mão para planejar e controlar a conduta das multidões. Estas não sabem, é claro, o quanto essa autoridade é limitada e pouco racional, já que baseada numa concepção protocolar e diminutiva da razão, assim como na credulidade cega das massas. Falarei mais sobre isso em artigos vindouros, mas desde já posso enunciar uma conclusão: aqueles que são capazes de uma análise crítica mais aprofundada do assunto têm a obrigação de entender que não há nada de científico em negar um relato só porque os fatos que ele transmite não podem ser repetidos, já que isto resultaria em impugnar todo conhecimento que temos da história humana. Eles têm, por isso, o dever estrito de compreender a tragédia do formalismo liberal, que ergue bem alto a cabeça temível da autoridade no instante mesmo em que promete afogá-la e dissolvê-la na "liberdade de mercado".

Perdendo a guerra cultural

Olavo de Carvalho

Diário do Comércio, 18 de fevereiro de 2008

“Cultura é o novo nome da propaganda”, explicava o crítico literário português Fernando Alves Cristóvão. Bem, quando ele disse isso, o nome não era tão novo assim. Fazia quase setenta anos que os comunistas haviam reduzido a cultura a instrumento de propaganda e manipulação, rejeitando todos os seus demais usos e significados como superfetações burguesas puníveis, eventualmente, com pena de prisão. A novidade, nos anos 90, era que esse conceito havia se universalizado, tornando-se regra usual em círculos que antes o teriam desprezado como mero sintoma da barbárie comunista. A expressão mais visível desse fenômeno é a mudança drástica do sentido do título de “intelectual”, hoje conferido automaticamente a qualquer um que engrosse por escrito alguma campanha de propaganda político-ideológica, mesmo que o faça em termos intelectualmente desprezíveis e numa linguagem de ginasiano relapso.

O plano de colocar o sr. Lula na Academia Brasileira de Letras, lançado anos atrás pelo falecido cientista político Raymundo Faoro, não foi levado adiante, mas já era um sinal visível de que a acepção elasticamente gramsciana do termo “intelectual” se tornara moeda corrente fora dos meios comunistas estritos. Mais ou menos na mesma ocasião, o sr. William Lima da Silva, líder do Comando Vermelho,

por ter escrito um livro de memórias onde alegava que bandidos eram os outros, recebia tratamento de autor respeitável em plena Associação Brasileira de Imprensa, enquanto na *Folha de São Paulo* a jornalista Marilene Felinto dava estatuto de filósofo ao estuprador e assassino Marcinho VP, que salvo engano tinha também olhos verdes. O silogismo aí subentendido fundia Herbert Marcuse e Antonio Gramsci. O primeiro dizia que os bandidos eram revolucionários. O segundo, que os revolucionários eram intelectuais. Logo, os bandidos eram intelectuais. A ABI e a Folha não eram instituições formalmente comunistas. Apenas tinham-se deixado dominar pela mentalidade comunista ao ponto de obedecer os seus mandamentos sem ter de aderir conscientemente à sua proposta política.

Mas o pior veio uns anos depois, quando a redução da cultura à propaganda começou a parecer natural e desejável aos olhos dos conservadores -- ou “liberais”, como são chamados usualmente no Brasil (mais uma curiosa inversão numa república onde tudo cresce de cabeça para baixo, como as bananas). Aconteceu que o conservadorismo brasileiro foi, em essência, uma criação de pequenos empresários. Essas pobres criaturas, acossadas pelo fisco, pelas leis trabalhistas, pela concorrência das multinacionais e pela crença estatal de que os capitalistas só não comem criancinhas porque preferem vendê-las sob a forma de salsichas, estavam tão preocupadas com a sua sobrevivência imediata que mal tinham tempo de pensar em outra coisa. Seu conservadorismo – ou liberalismo – foi assim reduzido à sua expressão mais frugal, ascética e

descarnada: a defesa pura e simples do livre mercado, tomado como se fosse uma realidade em si e separado das condições civilizacionais e culturais que o tornam possível.

O primado do econômico, adotado inicialmente por mera urgência prática, acabou adquirindo, por força do hábito, o estatuto de uma verdade axiomática, da qual se deduziam as conclusões mais estapafúrdias e perigosas. Talvez a pior delas fosse a de que o progresso econômico é a melhor vacina contra as revoluções sociais. O fato de que jamais tivesse acontecido uma revolução social em país de economia declinante não abalava em nada o otimismo progressista daqueles risonhos empreendedores, que julgavam o estado geral da nação pelo balancete de suas respectivas empresas e se julgavam tremendamente realistas por isso. Nem os demovia da sua crença a obviedade histórica, já reconhecida pelos próprios marxistas, de que a classe revolucionária não se forma entre os proletários ou camponeses, muito menos entre os miseráveis e desempregados, mas entre as massas afluentes de classe média alimentadas de doutrina comunista nas universidades.

De outro lado, aconteceu que os liberais, ao mesmo tempo que se inchavam de entusiasmo ante a modesta recuperação econômica do país, eram cada vez mais excluídos da representação política. As eleições presidenciais de 2002 ofereceram à escolha do eleitorado quatro candidatos esquerdistas, dos quais nenhum, ao longo de toda a campanha, disse uma só palavra em favor da livre empresa. Nos anos

subseqüentes, o partido nominalmente liberal – PFL – adaptou-se às circunstâncias aceitando sua condição de mero coadjuvante da esquerda *light*, mudou de nome para ficar parecido com o Partido Democrata americano (o partido preferido de Hugo Chávez e Fidel Castro) e nem mesmo resmungou quando foi declarado, pelo presidente petista reeleito, “um partido sem perspectiva de poder”.

Condenados à marginalidade política, mas ao mesmo tempo anestesiados pelos sinais crescentes de recuperação da economia capitalista no país, os liberais apegaram-se mais ainda ao seu economicismo, desistindo do combate nos demais *fronts*, quando não aderindo ao programa esquerdista em todos os pontos sem relevância econômica imediata, como o gayzismo, o abortismo, as quotas raciais e o anticristianismo militante, na esperança louca de concorrer com a esquerda no seu próprio campo, sem perceber que com isso concediam ao adversário o monopólio da propaganda ideológica e se transformavam em dóceis instrumentos da “revolução cultural” gramsciana.

É compreensível que, nessas condições, toda a atividade mental da “direita” brasileira acabasse se reduzindo às análises econômicas e à propaganda de um produto único – o livre mercado --, perdendo toda relevância no debate cultural e rebaixando-se ao ponto de passar a aceitar como “intelectual representativo” qualquer moleque idiota capaz de dizer duas ou três palavrinhas contra a intervenção estatal no mercado.

Ironicamente, a esquerda, no mesmo período, decaiu intelectualmente ao ponto de raiar a barbárie pura e simples, mas, como os liberais não se interessavam pela luta cultural, continuou desfrutando do prestígio inalterado de suprema autoridade intelectual no país, sem sofrer nenhum abalo mais forte desde a publicação do meu livro “O Imbecil Coletivo” (1996).

Nunca, como ao longo das últimas décadas, o esquerdismo esteve tão fraco intelectualmente: um ataque maciço a esse flanco teria quebrado a máquina de doutrinação esquerdista nas universidades e na mídia, destruindo no berço a militância em formação e mudando o curso das eleições subsequentes. Mil vezes tentei mostrar isso aos liberais, mas eles só davam ouvidos a quem falasse em PNB e investimentos. Trancaram-se na sua torre-de-marfim economicista e lá se encontram até hoje, perdendo mais terreno para os esquerdistas a cada dia que passa e conformando-se com sua condição de forças auxiliares, destinadas fatalmente a tornar-se cada vez mais desnecessárias à medida que a esquerda não-petista acumule vitórias contra o partido governante.

Fora dos círculos do liberalismo oficial, noto com satisfação algumas iniciativas novas destinadas a formar uma intelectualidade conservadora e liberal apta a oferecer uma resistência séria à “revolução cultural”. Essas iniciativas partem de estudantes, de intelectuais isolados, e não têm nenhum apoio nem dos partidos “de direita”, nem muito menos do empresariado. Mas é delas que dependerá o futuro do país, se algum houver.

A autoridade religiosa do mal

Olavo de Carvalho

Diário do Comércio, 29 de janeiro de 2007

Neste momento, a diretoria da PETA – *People for the Ethical Treatment of Animals*, empombadíssima ONG que em nome dos direitos dos animais diz horrores das pessoas que comem carne, usam casacos de pele ou vão ao circo – está sendo processada pela matança de milhares de gatos e cachorros. Funcionários da organização recolheram os bichos em depósitos públicos, dizendo que iam arranjar famílias para adotá-los. O pessoal dos depósitos nem pensou em duvidar dos agentes de uma instituição famosa e politicamente correta. Dias depois os homens da PETA foram surpreendidos jogando os cadáveres de 14.400 animais num terreno baldio, em sacos de lixo. Leia a história completa em www.petakillsanimals.com.

Também neste momento os remanescentes do Khmer Vermelho, a organização genocida liderada pelo famigerado Pol-Pot, estão sendo julgados por um tribunal em Phnom Penh, Camboja, depois de tudo o que a bondosa ONU fez para livrá-los de tão desumano constrangimento. Esses terroristas chegaram ao poder com a ajuda de milhões de jovens militantes americanos e europeus que, manipulados por uma rede de organizações esquerdistas e um

exército de *pop stars* das artes e letras, marcharam “pela paz” nos anos 60 sob lindos pretextos idealistas e humanitários, forçando os EUA a desistir de uma guerra vitoriosa, sair do Vietnã do Sul e deixar o caminho livre para que os comunistas armados pela China invadissem esse país e o vizinho Camboja. Resultado final do massacre: três milhões de civis mortos, mais de três vezes o total das vítimas da guerra. Leia a história completa em Mark Moyar, *Triumph Forsaken. The Vietnam War, 1954-1965* (Cambridge University Press, 2006).

O paralelo entre a matança de animais e a de seres humanos não é fortuito: em ambos os casos um discurso atraente, condensado em *slogans* de grande impacto repetidos *ad nauseam* pela mídia, recobriu com o manto do prestígio moral uma gangue de sociopatas assassinos, criminalizando os que se opunham a seus planos macabros e transformando cidadãos inocentes em cúmplices daquilo que existe de pior no mundo. O fundo ideológico, nas duas ocasiões, é o mesmo: a inversão revolucionária dos sentimentos morais, a imposição do mal em nome do bem.

Educado nos princípios do relativismo, que entrou na moda quando eu era adolescente (embora os adolescentes de hoje acreditem ser os primeiros a tomar conhecimento dele), demorei muito para descobrir por experiência – e tive enorme dificuldade de admitir – que no mundo há pessoas muito boas e pessoas muito más, separadas por um abismo irreduzível. Hoje em dia, quem quer que proclame em voz alta a existência dessa diferença que salta aos

olhos na vida diária é imediatamente acusado de “maniqueísmo”. Mas isso não é senão uma inversão a mais, pois o maniqueísmo, historicamente, consiste em equalizar o bem e o mal como princípios, neutralizando a diferença de valor que os separa. E eu não sou covarde o bastante para me abster de dizer as coisas como as vejo, só por medo de uma rotulação pejorativa cuja falsidade já se revela na própria semântica do termo.

Mais doloroso ainda, porém, foi descobrir que todos os mestres-pensadores e líderes políticos que encarnavam os ideais pomposamente alardeados pela militância intelectual esquerdista – todos, sem exceção -- pertenciam inequivocamente à segunda categoria. Quem quer que estude as vidas de cada um deles descobrirá que Voltaire, Diderot, Jean-Jacques Rousseau, Sade, Karl Marx, Tolstoy, Bertolt Brecht, Lênin, Stálin, Fidel Castro, Che Guevara, Mao Dzedong, Bertrand Russel, Jean-Paul Sartre, Max Horkheimer, Theodor Adorno, Georg Lukács, Antonio Gramsci, Lillian Hellman, Michel Foucault, Louis Althusser, Norman Mailer, Noam Chomsky e *tutti quanti* foram indivíduos sádicos, obsessivamente mentirosos, aproveitadores cínicos, vaidosos até à demência, desprovidos de qualquer sentimento moral superior e de qualquer boa intenção por mais mínima que fosse, exceto, talvez, no sentido de usar as palavras mais nobres para nomear os atos mais torpes. Muitos cometeram assassinatos pessoalmente, sem jamais demonstrar remorso. Outros foram estupradores ou exploradores de mulheres, opressores vis de seus empregados, agressores de suas esposas e filhos. Outros, orgulhosamente pedófilos. Em suma, o panteão dos

ídolos do esquerdismo universal era uma galeria de deformidades morais de fazer inveja à lista de vilões da literatura universal. De fato, não se encontrará entre os personagens de Shakespeare, Balzac, Dostoiévski e demais clássicos nenhum que se compare, em malícia e crueldade, a um Stálin, a um Hitler ou a um Mao Dzедong. Um dos motivos da crise permanente do gênero “romance” no século XX foi, precisamente, o fato de que a maldade real ultrapassou a imaginação dos ficcionistas.

Em contrapartida, os representantes das correntes opostas, conservadoras ou reacionárias, conforme fui descobrindo com ainda maior surpresa, eram quase invariavelmente seres humanos de alta qualidade moral, atestada não só na idoneidade do seu trabalho intelectual, onde nada se encontrará das fraudes monstruosas perpetradas por um Voltaire, um Diderot ou um Karl Marx, mas também nas circunstâncias do cotidiano e nos testes mais rigorosos da existência. Dificilmente se encontrará algum capítulo vergonhoso na biografia de Pascal, de Leibniz, de Bossuet, de Donoso Cortés, de Joseph de Maistre, de John Henry Newman, de Edmund Burke, de Vladimir Soloviev, de Nikolai Berdiaev, de Alexis de Tocqueville, de Edmund Husserl, de Ludwig von Mises, de Benjamin Disraeli, de Russel Kirk, de Xavier Zubiri, de Louis Lavelle, de Garrigou-Lagrange, de Joseph Maréchal, de Victor Frankl, de Marcel De Corte e de tantos outros. Ao contrário, essas vidas transbordavam de exemplos de grandeza, generosidade, coragem e humildade. E mesmo aqueles que reconhecidamente pecaram, como Dostoiévski, Winston Churchill, Charles de Gaulle, Ronald Reagan ou Maurice Barrès, jamais

ostentaram orgulho disso como um Rousseau ou um Brecht, nem muito menos trataram de encobrir suas vergonhas com uma engenhosa teia de mentiras autolisonjeiras como o fizeram Voltaire e Diderot. Para levar a comparação até suas últimas conseqüências, até os mais notórios ditadores reacionários, Franco, Salazar e Pinochet, com todos os crimes políticos que cometeram, mantiveram em suas vidas pessoais um padrão de moralidade incomparavelmente mais elevado que o dos tiranos revolucionários. Pelo menos não mandavam matar seus mais próximos amigos e companheiros de luta, como Stalin, Hitler e Fidel Castro, nem estupravam garotas menores de idade como o fazia Mao Dzedong.

Por favor, não me entendam mal. Há, é claro, um bom número de patifes entre os escritores e sobretudo os políticos de direita, e os descobriremos facilmente se alargarmos o espectro em exame para abranger os de médio e pequeno porte. Mas, numa comparação entre os personagens maximamente influentes dos dois campos, não é possível deixar de notar a superioridade moral dos direitistas e a ausência completa de um só tipo moralmente bom entre os esquerdistas: são todos maus, sem exceção.

À medida que fui acumulando leituras e o conhecimento das biografias dos autores lidos, não tive mais como escapar da conclusão: era impossível que o estofo moral desses dois grupos não se refletisse de algum modo nas suas idéias. Idéias, afinal, não são formas platônicas pairando em abstrato na eternidade. São atos da inteligência humana, são reações de pessoas de carne e osso a

situações concretas e são também expressões de seus desejos, temores e ambições.

Havia, por outro lado, o teste evangélico: os frutos. As idéias dos grandes gurus revolucionários não tinham produzido por toda parte senão devastação e morte em proporções jamais vistas ao longo de toda a História anterior e nem de longe comparáveis a qualquer malefício que pudesse algum dia ter resultado das idéias conservadoras. Só a Revolução Francesa matou em um ano dez vezes mais gente do que a Inquisição Espanhola em quatro séculos. Feitas as contas – e, *ad argumentandum*, até mesmo excluindo o nazismo da tradição revolucionária a que ele inequivocamente pertence --, os regimes inspirados nas idéias desses gurus superaram, em número absoluto de vítimas, não só o total dos morticínios anteriormente ocorridos em todas as civilizações conhecidas, mas também as taxas de óbitos registradas em todas as epidemias, terremotos e furacões do século XX. Mesmo considerado só do ponto de vista quantitativo, o “ideal revolucionário”, enfim, foi o maior flagelo que já se abateu sobre a espécie humana. Mesmo que olhássemos os pensadores reacionários só pelo mal que possam ter provocado voluntária ou involuntariamente, seus feitos, no conjunto, não poderiam jamais competir, nem de longe, com essa pletora cósmica do sangrento e do macabro que é o *curriculum vitae* dos mestres da revolução.

Se idéias nascidas de almas disformes proliferaram em conseqüências nefastas, seria absolutamente imbecil teimar em ver nisso um mero acúmulo de

coincidências, que teria de ser ele próprio a coincidência das coincidências, o mais inexplicável mistério da História humana.

É claro que não tem sentido refutar idéias alegando a má qualidade humana de seus autores. Elas têm de ser examinadas em si mesmas e submetidas ao teste da realidade, não da moral. Mas também não tem sentido confundir o exame crítico da consistência e veracidade fática das idéias com a compreensão do seu significado histórico, do papel que exercem no desenrolar dos acontecimentos. Neste último caso, a simples afirmação em si mesma óbvia de que as más intenções de homens perversos produzem geralmente efeitos malignos é amplamente confirmada pelos exemplos citados, e essa confirmação pouco ou nada tem a ver, logicamente, com o problema de se essas intenções se realizaram por meio de erros filosófico-científicos ou de verdades colocadas a serviço do mal. Dito de outro modo, a condenação radical que as obras desses homens merecem desde o ponto de vista moral é independente da crítica lógica da veracidade ou falsidade parcial ou total das suas teorias, e esta é independente daquela. Estou avisando isto porque sei que infalivelmente aparecerão os espertinhos de sempre, alegando que estou refutando teorias por meio de argumentos *ad hominem* – alegação que passa longe do assunto que estou discutindo aqui.

Mas, por outro lado, tudo isso não quer dizer que, fora de qualquer intenção de julgamento moral, aquelas idéias já não tenham sido bastante examinadas desde o ponto de vista lógico-crítico,

nem que tenham se saído muito bem no exame. Teorias como o “contrato social” de Rousseau, a “mais-valia” de Marx, a “consciência possível” de Lukács, a “personalidade autoritária” de Max Horkheimer, etc., já viraram poeira atômica no laboratório crítico e hoje só sobrevivem como capítulos exemplares na história da pseudociência universal. Não é preciso nenhum argumento *ad hominem* para dar cabo do que já está morto.

O que é quase inevitável é que a visão de tamanha miséria intelectual somada à baixeza moral das intenções e à natureza catastrófica dos efeitos acabe por suscitar a pergunta: Como foi possível que idéias tão inconsistentes, tão maldosas e tão desastradas tenham adquirido a autoridade moral de que ainda desfrutam nos setores nominalmente mais cultos da população?

A resposta é longa e só posso aqui fornecê-la em abreviatura.

A origem do fenômeno remonta à mutação do senso histórico sobrevinda por ocasião das revoluções messiânicas das quais falei no artigo anterior. Até então a estrutura do tempo histórico era geralmente compreendida, no Ocidente, segundo a distinção agostiniana das “duas cidades”. Para Agostinho, só a história espiritual da humanidade – a história da criação, da queda e da redenção – tinha verdadeira unidade e sentido. Esse sentido, porém, se realizava no Juízo Final, num supratempo localizado para além da história material: o nexos unificador da História estava na Meta-História. Por baixo da narrativa espiritual, porém, desenrolava-se a história

social, política e econômica da humanidade. Essa história adquiria algum sentido na medida em que se articulava, ainda que de maneira ambígua e problemática, com a história da redenção. Mas, considerada em si mesma e isoladamente, não tinha forma, unidade nem sentido: era a sucessão caótica dos impérios e das castas, dos esforços e derrotas, dos sofrimentos e desvarios da humanidade na sua luta interminável pelo pão, pelo abrigo, pela segurança e, sobretudo, pelo poder. Essa ausência de unidade é um fato empiricamente comprovável: civilizações inteiras nasceram, cresceram e morreram sem ter qualquer contato entre si, deixando vestígios que só vieram a ser desenterrados depois de milênios, saltando sobre muitas civilizações e culturas intermediárias. Ademais, a continuidade histórica não acompanha automaticamente a sucessão biológica das gerações. Depende da transmissão cultural, que é tênue em si mesma e freqüentemente interrompida pelas guerras, pelas invasões, pelas catástrofes naturais e pelo simples esquecimento. O fio da história puramente humana não é contínuo: é escandido pela morte. Daí que, até hoje, todas as tentativas de “filosofia da história”, ambicionando reunir numa visão unificada e num sentido de totalidade o conjunto da experiência humana na Terra, tenham falhado miseravelmente. Chega a ser tragicômico que o reconhecimento desse fracasso, na segunda metade do século XX, tenha provocado tanto estupor e desespero. Agostinho, no século V, já havia demonstrado que toda visão totalizante da História material está condenada de antemão, no mínimo porque a História ainda não acabou e ninguém, de

dentro dela, pode enxergá-la como um todo ou fechá-la num esquema lógico acabado. Cada novo “fim da História”, anunciado orgulhosamente pelos filósofos, é só mais um capítulo da História que prossegue e o desmente. De tudo o que estudei a respeito, a conclusão é inevitável: Agostinho tinha uma visão muito mais realista do processo histórico do que Vico, Hegel, Karl Marx, Comte e *tutti quanti*. Se descontarmos algumas obras mais recentes que beberam abundantemente em Agostinho (por exemplo as de Christopher Dawson e Eric Voegelin), *A Cidade de Deus* ainda é o melhor livro de filosofia da História.

Aconteceu que, entre os séculos XIV e XVII, o surgimento dos impérios nacionais rompeu o equilíbrio medieval e espalhou por toda parte a ambição dos ganhos fáceis, a corrupção, a imoralidade, as guerras, o banditismo e a desordem. Desesperados, e imbuídos do que lhes parecia a melhor das intenções, vários monges, pregadores e teólogos acharam que estava na hora de acabar com a bagunça e implantar, à força, o reino de Deus na Terra. Notem que a própria Igreja nunca tivera ambição tão alta, limitando-se a cultivar os jardins da Cidade de Deus no meio da confusão e sofrimento da Cidade dos Homens, dando a Deus o que era de Deus e no máximo fornecendo alguma ajudinha espiritual a César para que cuidasse do que era de César. A separação dos poderes entre Igreja e Império foi a base mesma do consenso medieval, que se esboroou no instante em que cada pequeno César quis ter seu próprio império e até sua própria igreja. Em resposta ao desmoronamento da ordem cristã, a ambição de

muitos líderes e pensadores religiosos subiu ainda mais alto que a dos césores: acima do emaranhado de novos reinos devia erguer-se, no prazo mais breve possível, o reino mundial de Cristo, a Nova Ordem Mundial, *Novus Ordo Seclorum*, expressão que remonta a um desses reformadores radicais, o pedagogo João Amos Comenius (1592-1670). Entre eles havia sábios e loucos, santos e criminosos, organizadores geniais e desorganizadores furibundos. No conjunto, sua ação consistiu em tomar nas próprias mãos o chicote da Justiça divina e tentar apressar o Juízo Final. E tão longe estava o mundo da perfeição a que aspiravam, que não viram outro meio de alcançar o seu ideal num prazo aceitável senão pela violência e por uma anarquia ainda mais completa do que aquela contra a qual reagiam. A Reforma luterana, sobrevivendo no rastro dessa avalanche, foi no fim das contas o contramovimento que deteve a revolução e permitiu que o cristianismo sobrevivesse em algumas das áreas onde ele ameaçava reduzir-se, com quatro séculos de antecedência, a uma espécie de teologia da libertação, com padres enfurecidos pregando a revolução permanente e a matança geral dos ricos. Mas, por toda parte em torno, as sementes da revolta continuaram germinando, condensando-se em novas formulações ideológicas e espoucando aqui e ali em morticínios ocasionais, até que viesse a explosão maior de 1789 na França.

Toda essa formidável sucessão de efeitos político-sociais, no entanto, foi nada em comparação com a marca indelével que o advento do messianismo deixou na imaginação e na cultura dos povos

européus. Num relance, o eixo vertical da História tinha virado de cabeça para baixo. A transfiguração geral do mundo, o advento do reino de Justiça que a Bíblia e Agostinho situavam num supratempo espiritual para além da História, tinha sido puxado para dentro da História, tornando-se, na imaginação dos revolucionários, o capítulo seguinte na sucessão dos tempos, a ser produzido à força pela ação social e política. Mas o fim dos tempos, reduzindo-se a uma fração do tempo destinada a passar e desaparecer como qualquer outra, conservava, pelo conteúdo ideal que a esperança revolucionária nele projetava, o prestígio da eternidade. Era como se aquele fragmento especial do tempo estivesse destinado a congelar-se, a ser arrebatado para além do mundo da geração e corrupção, como um quadro que fixasse para sempre a imagem do instante. A eternidade enquanto tal, presença simultânea de todos os momentos, como a definia Boécio, a eternidade que abarcava o tempo e da qual, segundo Agostinho, o tempo constituía a imagem móvel, desaparecera da imaginação ocidental, substituída pela aspiração impossível do instante perpétuo, cristalizado no ar. Essa mudança foi uma ruptura total e radical da cultura européia com a estrutura do tempo, o que vale dizer: com a estrutura da realidade. Precisamente na época em que o progresso das ciências naturais começava a fornecer observações e medições mais precisas dos dados materiais em torno, a inteligência se tornava incapaz de articulá-los com a ordem do real. Daí o contraste patético entre a qualidade crescente da investigação científica e a proliferação de filosofias pueris, montadas em cima de contradições e impossibilidades patentes, e

tão pretensiosas nas suas ambições quanto ingênuas e desprovidas do menor senso crítico ao lançar os alicerces de barro de suas construções supostamente eternas. O mito do instante perpétuo está por baixo da “paz eterna” de Kant, do “fim da História” de Hegel, da “democracia plebiscitária” de Rousseau, da “lei dos três Estados” de Comte, da ideologia cientificista-materialista do “progresso” e, é claro, da teoria marxista da história como luta de classes destinada a desembocar no esplendor do milênio proletário. Mas estar por baixo significa estar invisível. Nenhuma dessas concepções filosóficas examina criticamente o instante perpétuo. Se o examinasse, veria que era uma bobagem sem par. Ele não é um “conteúdo” dessas filosofias: é a premissa inquestionada, intocável, em cima da qual se erguem, inconscientes da sua presença, como castelos construídos sobre um buraco sem fundo.

Assim, toda a vivência moderna do tempo histórico foi determinada pela autoridade onipresente e invisível de um ilogismo cretino. Protegido ao mesmo tempo pelo manto sacral da sua origem religiosa, o mito do apocalipse intratemporal ganhava ainda mais força por se tornar, através das ideologias do progresso e da revolução, o instrumento por excelência para destruir a religião estabelecida. Substituída a eternidade pela imagem hipnótica do instante perpétuo, na mesma medida Deus e o Juízo Final já não podiam ser concebidos senão através da expectativa messiânica da “justiça social” a ser implantada no mundo por meio do genocídio sistemático.

Foi assim que a ideologia dos mais descarados e brutais se elevou às alturas, não digo de uma religião, mas da própria autoridade divina. Essa mudança afetou tão profundamente a imaginação ocidental, que nem a própria religião escapou da sua influência. A confusão entre eternidade e instante perpétuo, paramentada como “teologia da História”, perpassa todo o pensamento católico que levou ao Concílio Vaticano II e, através dele, agindo desde dentro em parceria com os inimigos de fora, destruiu o que pôde da autoridade da Igreja.

Hoje em dia, bilhões de pessoas no mundo, independentemente de suas crenças e ideologias, já não podem conceber o Bem senão sob a forma de uma sociedade futura, o pecado senão como opção ao advento dessa sociedade, a eternidade senão como algum tipo de “justiça social” (as concepções variam) a ser alcançada no instante perpétuo do século seguinte, do milênio seguinte ou sabe-se lá quando. Como, porém, os instantes passam e o futuro jamais chega porque continua futuro por definição, ninguém pode olhar para trás e confessar os pecados e crimes hediondos que cometeu para alcançá-lo. O culto invisível do instante perpétuo não apenas absolve por decreto tácito as matanças, os genocídios, o horror e a desumanidade dos regimes revolucionários, mas dá a todos os ativistas do mundo a licença para continuar oprimindo e matando indefinidamente, sempre em nome das lindezas hipotéticas de um futuro impossível.

Essa é a força, intrinsecamente anti-humana e diabólica, que faz as multidões servirem ao mal em nome do bem.

O abandono dos ideais

*Aula do curso Introdução à Vida Intelectual,
de setembro de 1987. Reproduzida sem alterações.*

Quando as palavras saem da moda, as coisas que elas designam ficam boiando no abismo dos mistérios sem nome; e como tudo o que é misterioso e inexprimível oprime e atemoriza o coração humano com uma sensação de cerceamento e impotência, é natural que a atenção acabe por se desviar desses tópicos nebulosos e constrangedores. Pois o que desaparece do vocabulário logo acaba por desaparecer da consciência: o que não tem nome não é pensável, o que não é pensável não existe — tal é a metafísica dos avestruzes. Só que a coisa desprovida do direito à existência continua a existir numa espécie de extramundo, inominada e inominável, tanto mais ativa quanto mais secreta, tanto mais temível quanto mais envolta nas pompas tenebrosas do nada. A restrição do vocabulário povoa o mundo de temores e presságios. Desprovido da capacidade de nomear, eis o homem devolvido a todos os terrores que ele imaginava primitivos, mas que são uma pura criação da mais avançada e requintada decadência: o barbarismo artificial.

Se a coisa desprovida de nome é, por acaso, alguma realidade espiritual elevada, um valor excelso ou aspiração suprema da alma — uma dessas coisas essenciais que se pode expulsar da consciência, mas não da existência —, é natural que sua reencarnação obscura assuma, mais ainda, as feições do terrível, do informe, do monstruoso.

É algo assim que acontece com aquela coisa designada pela palavra "ideal" — uma palavra obviamente fora de moda, cujo significado perde realidade com a rapidez com que perde sangue um decapitado.

Denomina-se "ideal" a síntese em que se fundem, numa só forma e numa só energia, a idéia do sentido da vida e a do preço de sua realização: diz-se que um homem tem um ideal quando ele sabe em qual direção tem de ir para tornar-se aquilo que almeja, e quando está firmemente decidido a ir nessa direção.

Complexo de impulso e de esquema, o ideal atrai como um ímã e coordena como um eixo. Pela unidade de sua forma, convoca o sinergismo da vontade: a concorrência de todas as forças para a consecução da meta. Pelo seu caráter de síntese projetada para o futuro, ergue-se como um tribunal soberano e neutro para a arbitragem de todos os conflitos do presente, que ali se resolvem e superam de modo que mesmo as tendências mais antagônicas da alma possam convergir num só ímpeto ascensional.

O ideal é, por isto, condição indispensável para a coesão da personalidade, que sem ele se dispersa em

aspirações fortuitas e esforços estéreis. Miragem e emblema, sua visão nos dinamiza, nos eleva e enobrece, e é sempre a lembrança do seu apelo que nos reergue após cada erro e cada desengano. O ideal é semente de juventude e revivescência. Tem um poder coordenante voltado para o futuro, um poder curativo voltado sobre o passado.

É ainda pela força do ideal que o homem transcende o sono entorpecido da subjetividade intra-orgânica, das falsas idéias e aspirações que não são senão a secreção passiva da fisiologia, para despertar a um mundo de realidades objetivas que a inteligência discerne e que a consciência moral obriga a reconhecer; é assim que a alma se liberta do poço escuro da individualidade estanque, para elevar-se ao mundo maior da sociedade, da cultura, da vida moral, ao sentimento do universo e ao desejo de Deus.

Sem a síntese, que o ideal opera, entre o impulso de universalidade e os interesses do organismo psicofísico, não haveria meio de fazer um homem sacrificar-se, impor-se restrições, contrariar desejos e reprimir temores, em prol de algum valor moral, social ou religioso, para alcançar sua plena estatura humana e tornar-se, talvez, maior do que ele mesmo. Mas o desejo, que move a alma, não pode ser despertado por uma simples idéia abstrata, por verdadeira que seja; ele necessita de imagens plásticas, sensíveis, que lhe dêem como que uma presença antecipada do seu objetivo. Também não se move, exceto no homem grosseiro, ao simples apelo de uma imagem atrativa; mas aguarda que a

inteligência examine e aprove o objeto como desejável e bom. Não basta que a meta seja verdadeira; é preciso que seja bela. Mas não basta que seja bela; é preciso que seja verdadeira e justa. É a síntese desta tripla exigência, intelectual, estética e moral, que se denomina "ideal". Ele concilia, no homem, o desejo de auto-afirmação, de autodefesa, de permanência, com o impulso de crescimento, de doação e de superação de si. Ele dá uma significação universal às tendências individuais, e põe estas a serviço daquela. Spencer falava dos sentimentos "ego-altruístas", intermediários entre o egoísmo e o altruísmo; neles, uma satisfação dada a si mesmo é, indireta porém voluntariamente, ocasião de benefício para os outros. O ideal extrai grande parte do seu dinamismo dessa pulsação ego-altruísta, em que a felicidade de um homem se identifica com o bem dos demais. O ideal é como o fogo em que se transfunde, no forno alquímico da alma, o egoísmo em altruísmo, a paixão reflexa em ação refletida.

Mas não é só por isto que o ideal dá força, equilíbrio e consistência à personalidade. A escola junguiana tinha razão ao ver no *ideal do eu* uma instância superior, capaz de absorver e neutralizar os conflitos entre o *id* e o *superego*, entre as pulsões primárias do organismo psicofísico e o esquema de proibições e deveres introjetado inconscientemente pelo hábito imposto, automatizado depois numa constelação de rotinas impeditivas. De fato, quanto mais elevado, nítido, intenso e querido é um ideal, mais o homem é capaz de, em favor dele ele, se impor sacrifícios inteligentemente, contornando as exigências do *id*; porém, na mesma medida, o ideal o capacita a

contrariar, se preciso, as imposições de uma moralidade meramente exterior e convencional, a reformar e elevar seu padrão de valores, a superar a obediência servil a exigências repressivas irracionais. Destituído do ideal, no entanto, o homem abandona-se à luta cega entre a paixão egoísta e o temor da represália do superego².

Embora nascida na nossa consciência subjetiva, a imagem de perfeição expressa no ideal aponta para uma qualidade objetiva: pelo ideal, as qualidades latentes do homem tendem a orientar-se para fora e transformar-se em atos e obras no mundo. O ideal é o caminho pelo qual as aspirações individuais de felicidade distribuem-se nos sulcos já abertos da realidade exterior, saem da redoma do sonho e ganham um corpo no cenário maior dos fatos e das coisas. Sem um ideal definido, todas as melhores aspirações não passam de sonhos, porque não há um dever moral imanente a exigir que se amoldem à realidade, que se limitem em extensão para realizar-se em intensidade. Só o homem idealista é realista; os demais são sonhadores ou cínicos. Não tendo uma medida do que as coisas deveriam ser, vêem-nas melhores ou piores do que são.

Ademais, para que as qualidades latentes possam se manifestar, é necessário um esforço constante numa direção definida; sem ideal, o esforço gasta-se em gestos reativos, momentâneos e sem proveito. O ideal é a bússola que assinala para a alma uma direção firme e constante por entre as incertezas. Por isto, o sentimento de insatisfação, de vazio e de tédio que experimentamos quando traímos ou esquecemos o

ideal é o sinal de alarma que nos permite corrigir o rumo e reencontrar o sentido da vida. Se o sentido é aquilo a que se orienta a nossa vida e a que ela tende com todas as suas forças, então, deve estar colocado num outro tempo ou num outro espaço que não os do presente e do imediato num futuro ou num plano mais abrangente de realidade. O ideal é a presença deste futuro no presente, deste outro espaço no aqui e no agora. Uma presença incompleta e, por isto, dinâmica e tensional. Por ela, medimos nossa aproximação ou afastamento do sentido da vida. O ideal é a medida efetiva do tempo existencial, o padrão de intensidade e profundidade da significação dos momentos. Sem ideal, os instantes e os lugares se homogeneizam na massa do indiferente, após a breve excitação casual que os torna interessantes. O ideal é a coluna mestra e a força da personalidade. Traí-lo ou esquecê-lo é entregar-se, de ossos quebrados, nas mãos da contingência e do absurdo.

Quando, porém, a traição é demasiado grave, extensa, profunda, o sinal de alarma já não soa mais: o clamor da consciência moral imanente tornou-se tão penoso que a alma o reprime, lacrando-o sob a tampa do subconsciente, ao mesmo tempo em que procura inventar toda sorte de razões, de pretextos factícios e ocasionais, para justificar o mal-estar e o tédio, ou encontra um bode expiatório sobre o qual despejar seu rancor de si mesma. A repressão da consciência moral, como demonstrou Igor Caruso³, está na base de muitos distúrbios neuróticos. A neurose apóia-se num complexo jogo de racionalizações e compensações que falseia completamente a posição existencial do indivíduo,

como uma bússola viciada. E, já que a consciência, por definição, é coesão — *com + scientia = reunião da ciência*⁴ —, e uma lei constitutiva impede que suas partes funcionem separadas, logo o escotoma defensivo se alastra para outros campos e acaba por obliterar toda a visão, mesmo em áreas que nada têm a ver diretamente com o conflito que lhe deu origem. O empenho de conservar então um mínimo indispensável de realismo, necessário à vida social e prática, é obstaculizado pelo esforço de não enxergar uma determinada área, circunscrita como tabu; o curto-circuito daí resultante produz considerável perda de energias, enfraquecendo a capacidade intelectual e decisória. A vítima torna-se cada vez mais inepta para o ato de humildade que lhe devolveria o ideal perdido e o sentido da vida (ser humilde não é outra coisa senão aceitar a realidade; como diz Schuon, "ser objetivo é morrer um pouco").

Na psicologia e psicoterapia de Paul Diel⁵, a divindade é a imagem ideal que orienta todos os esforços para a auto-realização das qualidades superiores do homem. Pouco importa que, teologicamente, ela seja muito mais do que isto, pois, para o indivíduo, a divindade real e objetiva só é acessível através da sua imagem pessoal de Deus, e é justamente esta é a base da qual tem de partir todo ensino religioso que não seja mera lavagem cerebral. Psicologicamente, porém, o interesse maior não reside na veracidade teológica da imagem, porém na sua ação catalizadora sobre a massa das forças psíquicas. Encarado psicologicamente ou teologicamente, o ideal de perfeição humana

sugerida pela imagem do divino é a meta obrigatória e universal da existência humana sobre a terra, e a perda deste ideal é, segundo Diel, a causa das neuroses. O ideal da perfeição pode ser corrompido ou desviado, basicamente, de duas maneiras. Diel chama-as *exaltação imaginativa* e *banalização*. São processos opostos, sucessivos e complementares.

A exaltação imaginativa é um estado em que a mente, embevecida com o seu ideal, se identifica mais ou menos inconscientemente com ele e atribui a si as perfeições que a ele pertencem, como se já as tivesse realizado. Para Diel, o símbolo por excelência da exaltação imaginativa é o voo de Ícaro. As asas de cera representam a força da imaginação, que só pode elevar aos ares um corpo imaginário. O exaltado toma o potencial por atual, imaginando possuir as perfeições a que aspira. Por isto mesmo, sua alma experimenta, como num choque de retorno, um sentimento de estranheza e de impotência perante o mundo, que não cede, como ele esperava, aos seus encantos ou poderes. Acuado pelas exigências da realidade, ele exacerba ainda mais sua adoração de si mesmo diante de um mundo que ele julga vil, mesquinho e incompreensivo, quando na verdade é ele mesmo quem não compreende o mundo e, por não compreendê-lo, está impotente para agir nele. É a síndrome do "jovem incompreendido", que, pela simples razão de ter aspirações elevadas — ou que lhe pareçam elevadas — já se sente *ipso facto* superior ao seu ambiente e, portanto, limitado ou coagido pela mesquinhaz real ou aparente dos pais, da escola, da sociedade, do emprego, etc⁶. Nem sempre ele declara seu sentimento em voz alta; uma vaga intuição do

caráter doentio do seu estado pode envolver este sentimento numa complexa rede de disfarces, atenuações e racionalizações muito difícil de deslindar. Também é certo que seu diagnóstico depreciativo sobre o mundo em torno *pode ser, em si mesmo, objetivamente verdadeiro, sendo falso apenas o lugar e a função que ocupa na sua alma*, já que a degradação do mundo lhe aparece, por vezes ao menos, como uma espécie de contraprova de suas próprias qualidades excelsas^z.

Não raro o doente alia-se a outros jovens imbuídos do mesmo sentimento, em busca de apoio e confirmação de suas queixas contra o mundo. A comunidade de sentimentos e a repetição das queixas, criando uma atmosfera de comprovação intersubjetiva, parece dar consistência real ao diagnóstico distorcido e subjetivista que cada um dos membros do grupo faz quanto ao estado do mundo, legitimando seu discurso contra a mediocridade e grosseria das pessoas "de fora". "Estar dentro" do grupo é então sinal de uma espécie de eleição, a prova de uma qualidade excelsa e incomunicável. O sentimento de ter acesso a algo misterioso, profundo, especial, pode exacerbar a exaltação imaginativa ao ponto de provocar uma verdadeira ruptura com a realidade ambiente, incapacitando o indivíduo para o cumprimento dos deveres sociais mais elementares^s. Quando a exaltação imaginativa chega a efeitos tão profundos, é que o doente já se encontrava à beira de um colapso intelectual e social, contra o qual provavelmente terá sido advertido pelos pais, por amigos, ou por uma infinidade de sinais diretos e indiretos. Estes sinais, por sua vez, aguçam a

sensação de estar afundando no completo isolamento e na impotência; e o pressentimento de abandono, às vezes mesmo de loucura e morte, contrasta tão dolorosamente com os primeiros vôos de exaltação imaginativa, que o doente é então tentado a buscar às pressas, como tábua de salvação, algum tipo de reintegração forçada no mundo que desprezava⁹. Como, porém, isto implicaria a humilhação de voltar atrás nas críticas e a renúncia à independência afetada, a mente só consegue a reintegração forçada mediante o artifício de operar uma *inversão de valores*: ao invés de abandonar somente a atitude de auto-exaltação, passando a uma postura de humildade perante o ideal, ela vai, ao contrário, *desidentificar-se do ideal* para poder abandoná-lo sem perder o sentimento de sua própria superioridade. Conserva, assim, sua auto-exaltação, mas sob uma forma destituída de conteúdo pretensamente idealístico, e revestida, agora, de uma pose de "realismo" terra-a-terra, e não raro de maquiavelismo, carreirismo profissional, cinismo, materialismo, etc. É a esta atitude que Diel denomina *banalização*.

A inversão banalizante só pode ocorrer mediante uma mutação súbita, longamente preparada no subconsciente. O processo é bem conhecido e foi descrito por Pavlov, muito antes de Diel, no que toca às suas bases neurofisiológicas. O acúmulo de contradições necessário para sustentar uma posição existencial artificiosa e falsa leva à proliferação de tensões contraditórias e produz situações novas, incompreensíveis, que ultrapassam a capacidade de resposta racional e as habilidades de adaptação do

organismo. Quebram-se, assim, inúmeras cadeias de reflexos condicionados que constituíam a base subconsciente do comportamento, e o homem se vê num estado de indeslindável confusão. A inversão súbita de valores pode então sobrevir, porque, segundo demonstrou Pavlov, a "inibição prolongada dos reflexos adquiridos suscita angústia intolerável, da qual o sujeito se livra mediante reações opostas às suas condutas habituais. Um cão, por exemplo, se apegará ao funcionário do laboratório, que detestava, e tentará atacar o dono, de quem gostava"¹⁰. As tensões provenientes de vários lados, impondo ao cérebro "provas intoleráveis", produz então uma inibição protetora que "desorganiza os reflexos adquiridos, destrói as suas camadas mais recentes e determina, no sujeito, o abandono de suas crenças"¹¹. O conhecimento técnico deste mecanismo permitiu a sua utilização sistemática nos processos de lavagem cerebral e "reforma da opinião", nos campos de prisioneiros da China e da União Soviética¹². Porém, o mesmo fenômeno, atenuado ou disfarçado, observa-se disseminado na vida social contemporânea, graças ao abuso das pressões psíquicas da propaganda, da persuasão subliminar, dos exercícios psíquicos, das experiências pseudomísticas. Sabe-se hoje que esta mutação pode afetar não somente este ou aquele grupo de crenças e atitudes, mas a personalidade total; o crescimento assombroso da incidência destes fenômenos, nos Estados Unidos, levou alguns psicoterapeutas a falar de uma "epidemia de mutações súbitas de personalidade", que constitui talvez o mais grave capítulo de psicopatologia social conhecido na história do Ocidente¹³.

A facilidade com que este processo se desencadeia, mesmo fora do cenário das seitas pseudomísticas e de toda experimentação de "poderes" psíquicos, pode ser explicada pelo fato de que, "quando o cérebro é submetido a tensões ainda mais fortes, a fase de inibição cerebral pode ser sucedida por uma fase paradoxal. Nesta, estímulos fracos e antes ineficientes podem causar respostas mais acentuadas do que estímulos mais fortes"¹⁴. Isto significa que basta uma fase de acúmulo tensional para que o processo de inversão possa seguir atuando no subconsciente, movido doravante por estímulos insignificantes e ocasionais. Então, "no terceiro estágio da inibição protetora, a *fase ultraparadoxal*, as respostas e o comportamento positivos começam, de repente, a se transformar em negativos, e os negativos em positivos"¹⁵. As mudanças de opinião nesta fase, e as justificativas aparentemente lógicas que o doente oferece a si mesmo e aos outros, não são senão o disfarce exterior de um processo que tem suas raízes numa sobrecarga de estimulação neuronal; são um "vestido de idéias" em torno de motivos reflexos, que permanecem subconscientes.

Na banalização, o indivíduo amortece então sua sensibilidade para todas as deficiências, injustiças e feiúras que, no seu tempo de idealismo exaltado, lhe pareciam revoltantes e intoleráveis. É que antes ele via as feiúras somente no mundo exterior e, como não as enxergava em si mesmo, as condenava "desde cima". Agora, ele as admite dentro de si; porém, como são suas e se identifica com elas, ele as defende como sinais de superioridade; não raro afeta uma atitude de soberano desprezo por aqueles nos quais

se mantém viva a antiga sensibilidade moral; e, acusando-os de rancorosos, frustrados ou coisa assim, ele se compraz no seu novo estado de "homem ajustado" e — no seu entender — adulto. A banalização consiste neste nivelamento-por-baixo do sentimento moral e estético. Ela permite que o indivíduo adote, como normais e indiferentes, atitudes e opiniões que antes lhe pareciam imorais e desprezíveis. Não raro a mutação apaga blocos inteiros da memória, de modo que o indivíduo, para sustentar com alguma coerência o seu novo padrão de comportamento, chega a negar os fatos mais óbvios e patentes que presenciou. George Orwell, no seu romance *1984*, descreve um caso em que, passando por este gênero de mutação, as testemunhas mesmas da inocência de um acusado depõem pela sua condenação. A mutação pode resultar então em total atomização do comportamento e acarretar, com a perda da integridade psíquica, a dissolução dos padrões morais mais elementares, produzindo o cinismo, a amoralidade, o descaramento, aliados, às vezes, a boas doses de autopiedade.

Analisando os conceitos de Diel com os critérios de Caruso¹⁶, vemos que a neurose do idealista exaltado tem sua origem na soberba, pois o ego, ao identificar-se com a imagem do ideal, atribui a si mesmo, atual e efetivamente, qualidades que só lhe pertencem de modo virtual e por espelhismo. É uma forma de autolatria. Quando os teólogos dizem que a soberba é a raiz de todos os pecados, é isto o que eles têm em vista: o idealista exaltado corrompe o bem na sua própria raiz, corrompe-o na medida em que tem por

ele um amor egoísta. Sto. Agostinho diz que "todos os vícios se apegam ao mal, para que se realize; só a soberba se apegam ao bem, para que pereça". A passagem da exaltação à banalização perfaz então a mudança, acarretando uma inversão total de valores, instalando o mal no lugar do bem. Na exaltação, os valores reais ainda são afirmados, apenas como uma localização falseada; na banalização, a negação dos valores é afirmada ela mesma como valor. A banalização é o momento mais grave do processo corruptivo. É claro que a alma doente só consegue operar esta transformação na medida em que não conscientiza todos os passos do processo e todas as implicações de seus atos e decisões, mas se enreda numa trama de racionalizações e sofismas, destinada a erguer ante seus próprios olhos um simulacro verossímil de inocência, no instante mesmo em que, traindo a vocação humana, trai o sentido da vida¹⁷.

É interessante observar que, quando o doente vai da exaltação à banalização, ele passa a representar perante si mesmo o papel de homem realista e "maduro", revestida de pose de segurança afetada, destinada a reforçá-lo no novo papel. Daí que ele seja o último a perceber que a sua aparente superação da revolta juvenil vem acompanhada, não de um acréscimo de equilíbrio e força, porém de um decréscimo das capacidades intelectuais e de uma degenerescência nervosa similar à que se vê na involução senil. De fato, uma das conquistas que assinalam uma evolução objetiva do homem na entrada da adolescência é a passagem dos sentimentos puramente egoístas e orgânicos às tendências ideais ou suprapessoais: nesta fase, "o

indivíduo experimenta um sentimento de imperfeição, de insuficiência, trata de sair de si, de dar-se"¹⁸. A evolução da vida afetiva "segue a ordem que vai do simples ao complexo: necessidades, inclinações egoístas, inclinações ego-altruístas, inclinações altruístas, inclinações ideais"¹⁹. Porém, em certas enfermidades da evolução lenta, como a paralisia geral dos sífilíticos e também da degenerescência senil, observa-se um movimento inverso. Escreve Ribot : "A lei de dissolução consiste numa regressão contínua que desce do superior ao inferior, do complexo ao simples"²⁰.

"Em alguns enfermos — assinala Challaye — pode-se comprovar a desapareição momentânea das tendências ideais, altruístas, e mesmo ego-altruístas. Isto é comprovado sobretudo na maioria dos anciãos (fora do caso, é claro, dos seres superiores, nos quais esta degenerescência sentimental pode não se produzir). Sua vida afetiva se restringe cada vez mais. Os sentimentos impessoais são os primeiros que desaparecem. Logo em seguida, as diversas formas da simpatia; e as necessidades (econômicas, orgânicas, etc.) são as que subsistem por mais tempo. O ancião começa a preocupar-se menos com a ciência e a arte... torna-se menos generoso... as emoções que persistem maior tempo estão ligadas à conservação pessoal, à cólera e ao medo. Enfim, o ancião pode já não ter nada mais que necessidades ; ele recai no estado do menino pequeno"²¹.

No homem banalizado, a nova sensibilidade que ele desenvolve pelo seu interesse material imediato, aliada ao temor da perda e ao crescente desinteresse

pelos ideais, atestam, fora de toda dúvida, que aquilo que lhe parece ou que ele tenta fazer parecer uma superação é na verdade uma queda, uma degenerescência que se estende, até mesmo, ao domínio corporal.

Do ponto de vista causal, entram em jogo, no processo de banalização, fatores endógenos e exógenos. Os endógenos — aqueles que já estão dados na alma do indivíduo no instante em que o processo se instala — são os fatores clássicos levados em conta pela análise psicológica corrente: tendências hereditárias, defeitos constitucionais, traumas de infância, falhas da educação, etc. De um lado, estes fatores não exercem senão um papel predisponente, que em nada pesa se não é valorizado pela interferência dos fatores exógenos; de outro lado, eles são bem conhecidos na literatura psicológica.

Os fatores exógenos consistem, essencialmente, nos estímulos com que a sociedade em torno favorece ou desfavorece a manutenção dos ideais e a realização humana. Uma sociedade voltada para a busca de um ideal religioso, moral ou cultural universal, e dotada dos instrumentos educacionais capazes de viabilizar a realização humana de seus membros, produz, certamente, uma esplêndida floração de individualidades vigorosas e ricas que, por sua vez, contribuem para o progresso e o brilho da sociedade. A história atesta períodos assim brilhantes, como por exemplo, a Grécia de Péricles, a renascença escolástica dos séculos XII e XIII, a Idade de Ouro espanhola, a era elisabetana na Inglaterra, o Califado

do Ocidente sob Harum-al-Raschid, e muitos outros. Em escala menor, pode haver curtos períodos de vigor moral e cultural mesmo em países pobres e isolados. O que quer que pensemos do conteúdo das idéias dominantes nestes períodos, o que importa é que neles o desenvolvimento da personalidade é realmente favorecido. Nem sempre esses períodos coincidem com épocas de riqueza e progresso material; o que os caracteriza não é a riqueza, mas o fato de que neles as tarefas econômicas são inseridas e transfiguradas no quadro maior dos fins e valores éticos ou religiosos que orientam a vida social como um todo.

Quando, ao contrário, a sociedade perde de vista os valores e princípios universais e se emaranha na busca obsessiva de soluções para problemas econômicos imediatos, estes parecem não somente multiplicar-se no campo dos fatos, mas invadir as almas dos indivíduos, ocupando todo o espaço que poderia ser dedicado aos valores ideais. Automaticamente, os indivíduos refluem as suas energias para a busca de interesses que são conflitantes com os de outros indivíduos e grupos — com os quais somente os valores ideais poderiam estabelecer uma base de colaboração — e a sociedade se dispersa numa atomização que pode beirar a anarquia, a guerra de todos contra todos, a deslealdade generalizada. É evidente que, neste caso, os instrumentos para a realização da vocação humana simplesmente desaparecem do cenário social, com o que justamente as pessoas de maior sensibilidade ética, não encontrando vias de realização, passam a constituir uma horda de

fracassados e desajustados. É nessa horda que os falsos ideais, criados de improviso para atender a interesses de grupos ou organizações, encontram seus mais fervorosos recrutas, oferecendo-lhes uma miragem de valores e uma falsa promessa de ajustamento social e de participação.

A situação torna-se ainda mais grave em Estados totalitários ou pré-totalitários, quando a mobilização de massas inteiras da população para colaborar na "solução" de problemas econômicos recorre ao expediente de tentar sintetizar, em proveito dos fins do Estado ou das forças políticas que o disputam, as duas correntes de força tendentes à exaltação imaginativa e à banalização. As tendências idealísticas são canalizadas em movimentos de massa — seja de caráter abertamente político, seja pseudomístico ou pseudocultural —, ao mesmo tempo que as promessas de sucesso na vida social e profissional postas em circulação pelos planejadores da operação garantem um eficaz retorno das tendências de banalização em proveito dos mesmos objetivos.

Isto se observou não somente nos Estados descaradamente totalitários, como a URSS e a Alemanha nazista, mas também em todo o mundo Ocidental. As ligações, hoje em dia patentes, entre certas seitas pseudomísticas e organizações multinacionais mostra que a sociedade moderna tem um de seus principais esteios numa complexa máquina de "reciclagem" do idealismo juvenil, que esta máquina primeiro perverte pelo incentivo à exaltação (mediante lisonjas às aspirações artísticas,

políticas e espirituais mais descabidas) e depois reverte no sentido de um enquadramento social banalizado. O caso mais eloquente é o do jovem filho de banqueiro que abandona a mediocridade do materialismo familiar para ingressar no "ensinamento espiritual" de Rajneesh, e depois é reenquadrado "por baixo" ao ser mobilizado para trabalhar na gigantesca empresa de limpeza de sedes de bancos, de propriedade do mesmo Rajneesh. O número destes mecanismos circulares em operação na nossa sociedade é muito elevado. Eles operam de maneira ubíqua e sorrateira, primeiro excitando, lisonjeando, pervertendo, depois desviando, reciclando e reaproveitando para seus próprios fins todos os ideais juvenis, mesmo os que lhes são mais hostis em aparência. É evidente que, nestas circunstâncias, um simulacro de auto-realização tende a oferecer uma falsa alternativa de solução para o conflito entre as tendências de exaltação e banalização. A alma, colocada sob a pressão esmagadora e multilateral das forças que, pela lisonja ou pela acusação, pelas promessas ou ameaças, a comprimem e a dilatam, ora para a exaltação imaginativa, ora para o ajustamento banalizado, pode agarrar-se a este simulacro, com toda a fúria e o desespero de um naufrago. Numa sociedade empobrecida, fortemente empenhada em reduzir à proletarização a totalidade dos seus membros e na qual, ademais, todos os instrumentos de defesa espiritual e religiosa foram substituídos pelas multinacionais da pseudomística e todos os instrumentos de defesa cultural pelo vozerio onipresente e obsedante das comunicações de massa, nesta sociedade, o drama acima descrito atinge um

máximo de intensidade que deixa entrever nada menos que um desenlace trágico, com a desumanização brutal da população e a redução da vida social a um jogo cego de interesses mesquinhos em disputa, ocultamente orquestrado e dirigido, desde o topo, por um sinistro grupo de planejadores sociais.

Por todos os meios, esta sociedade espremerá como entre os dois dentes de um alicate todos os talentos e ideais nascentes, até esmagá-los e subjugar-los à bestialidade dominante.

No entanto, apesar das pressões maciças e de todos os atrativos corruptores, a inteligência humana, por sua natureza mesma, continua essencialmente livre e capaz de objetividade e universalidade. E se é fato que "chegará o momento em que cada um, sozinho, privado de todo contato material que possa ajudá-lo em sua resistência interior, terá de encontrar em si mesmo, e só nele mesmo, o meio de aderir firmemente, pelo centro de sua existência, ao Senhor de toda Verdade"²², não é menos verdade que está somente nas mãos de cada qual dizer a este mundo sedutor e ameaçador: *Latrare potest, mordere non potest, nisi volentem*: "Podes latir, mas não podes morder, a não ser que eu o deseje". Mesmo as pressões mais formidáveis que o universo concentracionário impõe à alma humana, na mais temível das tiranias já conhecidas, não eximem o homem de sua responsabilidade individual.

Todos aqueles em quem ainda reste um grão de consciência das metas reais e superiores da existência humana têm o dever imediato e

indeclinável de estudar, conhecer e desmascarar os mecanismos do processo corruptor aqui descrito, para escapar aos falsos conflitos em que ele nos joga e às falsas alternativas que ele nos oferece.

NOTAS

1. F. Challaye, *La Evolución, la Espiritualización y la Socialización de las Tendencias*, em G. Dumas, *Nuevo Tratado de Psicología*, trad. Alfredo D. Calcagno, Buenos Aires, Kapelusz, 1956, tomo VI. Cap. III, p. 76. — [Voltar](#)
2. Sobre a importância psicopedagógica do ideal, v. L. Riboulet, *Rumo à Cultura*, trad. Maurice Teisseire e Antonio Fraga, Porto Alegre, Globo, 2a. ed., 1960, Cap. I. [Voltar](#)
3. Igor A. Caruso, *Análisis Psíquico y Síntesis Existencial*, trad. Pedro Meseguer, S.J., Barcelona, Herder, 1954, Cap. II. [Voltar](#)
4. Cf. Maurice Pradines, *Traité de Psychologie Générale*, 3e. éd., Paris, P.U.F., 1948, t.I, I-1. [Voltar](#)
5. Paul Diel, *La Divinité. Étude Psychanalytique*, Paris, P.U.F., 1950, e sobretudo *Le Symbolisme dans la Mythologie Grecque*, Paris, Payot, 1966. [Voltar](#)
6. Não é preciso dizer que esse sentimento é fartamente explorado pelos aproveitadores de toda sorte: o desejo de aprovação torna o jovem particularmente vulnerável à lisonja, e a adulação hipócrita da revolta juvenil é hoje um dos pilares da política e do comércio. [Voltar](#)
7. É interessante comparar isto com o tema da "revolta degradada contra um mundo degradado", assinalado por Lukács e Goldmann no romance do século XIX, onde aparece toda uma galeria de jovens exaltados, como Raskolnikoff (*Crime e Castigo*), Julien Sorel (*O Vermelho e o Negro*), Lucien de Rubembré (*Ilusões Perdidas*). V., a respeito, Lucien Goldmann, *Pour une Sociologie du Roman*, Paris, Gallimard, 1964. [Voltar](#)
8. Muito do atrativo da escola Gurdjieff, neste sentido, reside no ambiente de "secretude quase beatífica" em que se envolvem os ensinamentos do mestre, como bem assinalou Whitall N. Perry (*Gurdjieff in the Light of Tradition*, Bedford, Perennial Books, 1978). As escolas gurdjieffianas e afins têm toda uma requintada tecnologia para esta finalidade. [Voltar](#)
9. Do mesmo modo, várias seitas pseudomísticas, como veremos adiante, têm meios de canalizar em proveito próprio estes impulsos de rejeição do idealismo. [Voltar](#)
10. V. Olivier Reboul, *A Doutrinação*, trad. rev. Heitor Ferreira da Costa, São Paulo, Nacional, 1980, p.88. [Voltar](#)

11. William Sargant, *apud* Reboul, loc. cit.. [Voltar](#)
12. Id. *ibid.* [Voltar](#)
13. V. Flo Conway and Jim Siegelman, *Snapping — America's Epidemic of Sudden Personality Changes*, New York, Delta Book, 1979, principalmente caps. 1, 9, 10, 11 e 12. [Voltar](#)
14. William Sargant, *A Possessão da Mente. Uma Fisiologia da Possessão, do Misticismo e da Cura pela Fé*, trad. Klaus Scheel, Rio, Imago, 1975, p. 25. [Voltar](#)
15. Id. *ibid.* [Voltar](#)
16. Caruso, loc. cit. [Voltar](#)
17. Uso a expressão "sentido da vida" não num sentido vago e poético, mas na acepção rigorosa que lhe dá Viktor Frankl em *The Will to Meaning*, New York, New American Library, 1970. [Voltar](#)
18. Challaye, op. cit., p. 77. [Voltar](#)
19. Théodule Ribot, *Psychologie des Sentiments*, cit. em Challaye, op. cit., p. 78. [Voltar](#)
20. Ribot, loc. cit. [Voltar](#)
21. Challaye, loc. cit. [Voltar](#)
22. J.c., "Quelques remarques sur l'oeuvre de René Guénon", em *Études Traditionnelles*, 52e. Année, 1951, ns. 293-294-295, p. 307. [Voltar](#)

Estudar antes de falar

Olavo de Carvalho

Diário do Comércio, 13 de agosto de 2013

O caminho mais curto para a destruição da democracia é fomentar o banditismo por meio da cultura e tentar controlá-lo, em seguida, pelo desarmamento civil. A esquerda nacional tem trilhado coerentemente essa dupla via há pelo menos cinco décadas, e sempre soube perfeitamente qual seria o resultado: o caos social, seguido de endurecimento do regime se ela estiver no poder, de agitação insurreccional se estiver fora dele.

Essa estratégia é antiga, clássica, imutável, mas os pretextos com que se legitima conforme as conveniências do momento têm sido variados o bastante para desnortear a plateia, que se entrega a animadas e às vezes ferozes discussões sobre os pretextos mesmos e nunca atina com a unidade do projeto por trás deles. Às vezes, como acontece no Brasil, nem chega a perceber que entre as duas vias simultâneas existe alguma relação.

Pessoas mentalmente covardes vendem a mãe para não correr o risco de ser rotuladas de "teóricas da conspiração". Rebaixam-se ao ponto de defender de unhas e dentes a "teoria das puras coincidências", segundo a qual as ações acontecem sem autores.

Imaginem então o medo que essa gente tem de reconhecer algo que no resto do mundo já é obviedade patente: que o

comunismo não morreu em 1990, que está hoje mais forte que nunca, sobretudo na América Latina. Treze anos atrás, quando Jean-François Revel publicou seu último livro, *La Grande Parade*, ninguém na Europa ou Estados Unidos o contestou quanto a esse ponto, que no Brasil ainda é um segredo esotérico.

Há até quem negue que Dilma ou Lula sejam comunistas, mas faz isso porque não sabe exatamente o que é um comunista e, como em geral os liberais, imagina que é questão de ideais e ideologias. Na verdade, um sujeito é comunista não porque creia em tais ou quais coisas, mas porque ocupa um lugar numa organização que age como parte ou herdeira da tradição revolucionária comunista, com toda a pletora de variedades e contradições ideológicas aí contida.

A unidade do movimento comunista, sobretudo desde Antonio Gramsci, da New Leftf americana e do remanejamento dos partidos comunistas após a dissolução da URSS, é mais de tipo estratégico do que ideológico.

Na verdade, esse movimento, cuja extinção a queda da União Soviética parecia anunciar como iminente e inevitável, conseguiu prosperar e crescer formidavelmente desde o começo dos anos 90 só porque abdicou de toda autodefinição doutrinal homogênea e aprimorou a técnica de articular numa unidade de ação estratégica as mais variadas correntes e dissidências cuja convivência era impossível até então. Convicções, portanto, sinceras ou fingidas, não têm aí a mais mínima importância.

Para um sujeito falar com alguma propriedade sobre o movimento comunista, deve antes ter estudado as seguintes coisas:

- (1) Os clássicos do marxismo: Marx, Engels, Lênin, Stálin, Mao Dzedong.
- (2) Os filósofos marxistas mais importantes: Lukács, Korsch, Gramsci, Adorno, Horkheimer, Marcuse, Lefebvre, Althusser.
- (3) Main Currents of Marxism, de Leszek Kolakowski.
- (4) Alguns bons livros de história e sociologia do movimento revolucionário em geral, como Fire in the Minds of Men, de James H. Billington, The Pursuit of the Millenium, de Norman Cohn, The New Science of Politics, de Eric Voegelin.
- (5) Bons livros sobre a história dos regimes comunistas, escritos desde um ponto de vista não-apologético.
- (6) Livros dos críticos mais célebres do marxismo, como Eugen von Böhm-Bawerk, Ludwig von Mises, Raymond Aron, Roger Scruton, Nicolai Berdiaev e tantos outros.
- (7) Livros sobre estratégia e tática da tomada do poder pelos comunistas, sobre a atividade subterrânea do movimento comunista no Ocidente e principalmente sobre as "medidas ativas" (desinformação, agentes de influência), como os de Anatolyi Golitsyn, Christopher Andrew, John Earl Haynes, Ladislav Bittman, Diana West.
- (8) Depoimentos, no maior número possível, de ex-agentes ou militantes comunistas que contam a sua experiência a serviço do movimento ou de governos comunistas, como Arthur Koestler, Ian Valtin, Ion Mihai Pacepa, Whittaker Chambers, David Horowitz.
- (9) Depoimentos de alto valor sobre a condição humana nas sociedades socialistas, como os de Guillermo Cabrera

Infante, Vladimir Bukovski, Nadiejda Mandelstam, Alexander Soljenítsin, Richard Wurmbrand.

É um programa de leitura que pode ser cumprido em quatro ou cinco anos por um bom estudante. Não conheço, na direita ou na esquerda brasileiras, ninguém, absolutamente ninguém que o tenha cumprido.

Há tanta gente neste país querendo dar palpite no assunto, quase sempre com ares de sapiência, e ninguém, ou praticamente ninguém, disposto a fazer o esforço necessário para dar alguma substância às suas palavras.

Nenhum esquerdista honesto o fará sem abjurar da sua crença para sempre. Nenhum direitista, sem reconhecer que era um presunçoso, um bocó e, em muitos casos, um idiota útil – às vezes ainda mais útil e mais idiota do que a massa de manobra esquerdista.

A esquerda prospera na exploração da ignorância, própria e alheia. Onde quer que ela exerça a hegemonia, impera o mandamento de jamais ler as obras de adversários e críticos, mas espalhar versões deformadas e caricaturais das suas ideias e biografias, para que a juventude militante possa odiá-los na ilusão de conhecê-los. Universidades que professam dar cursos de marxismo capricham nesse ponto até o limite do controle mental puro e simples.

A direita, bem, a direita cultiva suas formas próprias de auto-ilusão, das quais já falei bastante neste mesmo jornal. Talvez volte ao assunto em outro artigo.

A Tradição Revolucionária

A tradição revolucionária - 1

Olavo de Carvalho

Diário do Comércio, 14 de julho de 2011

O dado mais importante da história mundial desde há mais de dois séculos é também, por força de sua onipresença mesma, o mais freqüentemente negligenciado – quando não totalmente ignorado – pelo comentário político usual.

Esse dado é o seguinte: o movimento revolucionário é a única tradição de pensamento político-estratégico que tem uma existência contínua e um senso de unidade orgânica desde pelo menos o século XVIII. Todas as correntes adversárias são efusões parciais, locais, temporárias e inconexas.

A marcha avassaladora do pensamento revolucionário é como uma enchente que não se defrontasse pelo caminho senão com velhos pedaços de muro erguidos a esmo, um aqui, outro ali, em toda a extensão de uma planície aberta.

A unidade da tradição revolucionária não consiste, é claro, de uma coerência em bloco, de um acordo universal em torno de princípios explícitos, tal como se tentou criar na URSS sob o nome de “marxismo-leninismo”. Ao contrário, existem no seio dela antagonismos profundos, talvez insanáveis, que com freqüência se exteriorizam em lutas sangrentas. O

que caracteriza a sua unidade é que toda a multidão das suas correntes e facções compõe um patrimônio comum do qual os intelectuais revolucionários estão conscientes e que alimenta, de geração em geração, os debates dos partidos e organizações revolucionárias.

Nenhum intelectual revolucionário que se preze pode se dar o luxo de ignorar as variedades internas do movimento, nem as mais remotas e insignificantes, nem as que lhe pareçam extravagantes, estéreis, desprezíveis ou abomináveis. Até mesmo entre as facções mais hostis do movimento revolucionário, como o fascismo e o comunismo, o diálogo foi intenso, não só no campo das idéias, mas no da estratégia e da tática. Josef Stálin enxergava o corpo inteiro do nazifascismo como uma peça bem integrada dos seus planos de dominação mundial, manobrando-o para seus próprios fins mediante a alternância maquiavélica de apoio estratégico e combate mortal (v. Viktor Suvorov, *Iceberg. Who Started the Second World War?*, Bristol, UK, Pluk Publishing, 2009).

Nada de semelhante observou-se jamais na “direita”. Entre as suas facções e divisões reina a mais incompreensiva hostilidade, quando não aquele desprezo olímpico que torna a ignorância mútua uma espécie de dever. Só para dar um exemplo mais flagrante, até hoje não foi possível nenhum diálogo entre a direita americana e a européia, que se movem em esferas epistemológicas e semânticas incomunicáveis. Um fator complicante é acrescentado pelo fato de que muitos movimentos soi

disant reacionários ou conservadores só o eram no seu discurso de auto-justificação ideológica: na prática, erguendo utopia contra utopia, acabavam se integrando no próprio movimento revolucionário que alegavam combater. De nada adiantou, nisso, a advertência antecipada de Joseph de Maistre: “Não precisamos de uma contra-revolução, mas do contrário de uma revolução.” Os movimentos contra-revolucionários, nos quais tantos reacionários e conservadores apostaram suas belas esperanças, nunca passaram da ala direita do processo revolucionário, fortalecendo-o na medida mesma em que imaginavam debilitá-la.

Até hoje, todas as reações que se oferecem ao movimento revolucionário são apenas pontuais, reagindo às suas manifestações particulares e esgotando-se em combates periféricos que deixam incólume o coração do monstro. É como se cada conservador, reacionário, liberal, cristão tradicionalista ou judeu ortodoxo só se desse conta da malignidade do processo revolucionário quando este fere os valores que são caros à sua pessoa ou comunidade, sem reparar na infinidade de outros pontos de ataque em torno de bolsões de resistência dispersos, onde franco-atiradores oferecem uma obstinada e vã resistência parcial a um cerco geral e multilateral.

Para complicar um pouco mais as coisas, o movimento revolucionário é uma entidade protéica, infinitamente adaptável às mais variadas circunstâncias, de tal modo que lhe é sempre possível absorver em seu proveito, reinserindo-as

dialeticamente na sua estratégia geral, todas as bandeiras de luta parciais e isoladas, levantadas aqui e ali por adversários que só o enxergam por partes e fragmentos. Isso faz dos governos revolucionários os dominadores absolutos da “desinformação estratégica”, onde há pelo menos um século vêm realizando as proezas mais espetaculares, reduzindo seus adversários à condição de “idiotas úteis” a serviço de planos que transcendem infinitamente seus horizontes de consciência. Na medida em que essas derrotas e humilhações do campo reacionário se sucedem e se acumulam, formando um patrimônio negativo considerável, mais forte é a tendência de negar os fatos deprimentes mediante um discurso de autolisonja triunfal perfeitamente ilusório, recobrando a ação revolucionária com novas e novas camadas de invisibilidade protetora.

Os políticos e os serviços de inteligência dos EUA continuam se gabando de que “venceram a Guerra Fria”, quando tudo o que conseguiram foi aumentar consideravelmente o poder mundial da KGB – inclusive dentro do território americano –, servindo de instrumentos para a realização de planos traçados já desde os anos 40 por Lavrenti Beria para ampliar o raio de ação do movimento revolucionário por meio de um simulacro de autodesmantelamento do Estado comunista.

Note-se que Beria não foi nem mesmo pioneiro no uso desse artifício. Em 1921 Lênin conseguiu persuadir os governos, os serviços secretos e os investidores ocidentais de que o comunismo recém-implantado na Rússia estava em vias de extinção e ia

ser em breve substituído por um sistema capitalista democrático. Com isso, não só obteve os capitais de que necessitava para consolidar o regime comunista, mas também se livrou de milhares de opositores exilados, que, persuadidos a voltar à Rússia para lutar contra o regime alegadamente moribundo, foram aprisionados e assassinados tão logo desembarcaram em território russo (v. Edward Jay Epstein, *Deception. The Invisible War between the KGB and the CIA*, New York, Simon & Schuster, 1989, pp. 22-30).

Esse vexame colossal parece não ter ensinado nada aos serviços de “inteligência” Ocidentais, que vêm caindo no engodo de novo e de novo, com a solicitude mecânica de cães de Pavlov, sem jamais admitir que foram enganados.

Na II Guerra, novamente foram feitos de otários, despejando ajuda bilionária nos cofres de Stalin porque acreditaram que a URSS era a vítima desprevenida de um ataque alemão, quando o fato era que o governo soviético, além de instigar e apoiar em segredo os nazistas para que desencadeassem uma guerra mundial, já havia começado ele próprio a guerra antes de Hitler, atacando os países neutros que separavam a URSS da Alemanha e assim preparando a invasão da Europa, que deveria seguir-se aos primeiros e aparentes sucessos do Exército alemão no Ocidente. O dinheiro americano praticamente criou o parque industrial soviético, que até hoje é enaltecido na Rússia como realização pessoal de Stalin.

O mais admirável em tudo isso foi que o plano concebido por Stalin para usar os alemães como “navio quebra-gelo da Revolução” não eram nem mesmo secretos. Foram alardeados mil vezes em documentos oficiais e no *Pravda*, sem que os líderes e os serviços de inteligência das democracias ocidentais conseguissem ver neles nada mais que efusões verbais de patriotismo inócuo. Quando terminou a guerra, a URSS saíra definitivamente do seu isolamento e se tornara a potência mundial que dominava, com a força de seus exércitos de ocupação e governos locais títeres, metade da Europa, precisamente como Stálin vinha anunciando desde os anos 30.

A tradição revolucionária - 2

Olavo de Carvalho

Diário do Comércio, 15 de julho de 2011

Os efeitos da hegemonia revolucionária são visíveis por toda parte. Não faltam exemplos mais perto de nós. O “Plano Colômbia”, de Bill Clinton, fornecendo ajuda ao governo colombiano para o combate ao narcotráfico sob a condição de que “não tocassem nas organizações políticas”, serviu apenas para, desmantelando os antigos cartéis, dar às FARC o

monopólio do comércio de drogas na América Latina, fazendo daquela incipiente organização guerrilheira uma potência de dimensões continentais e o sustentáculo financeiro do Foro de São Paulo que hoje domina doze países latino-americanos e vai rapidamente estendendo seus tentáculos por todos os outros. Ao mesmo tempo, o plano serviu de pretexto para que as mesmas FARC desencadeassem uma violenta campanha de publicidade contra a “agressão americana” personificada no mesmo plano.

Dialeticamente, não há contradição nenhuma em beneficiar-se da ajuda recebida e usá-la como instrumento de propaganda contra o desastrado benfeitor. Muitos críticos do movimento revolucionário dizem horrores do “pensamento duplo” que o inspira, mas raramente entendem que por trás de uma aparente contradição lógica se esconde uma ação de mão dupla inteiramente racional do ponto de vista prático.

Por mais chocante que pareça, esse exemplo é rigorosamente nada em comparação com as grandes operações de desinformação estratégica com que o velho governo soviético conseguia -- e o atual governo russo ainda consegue -- fazer seus adversários trabalharem para ele, realizando integralmente o ideal de Sun-tzu, segundo o qual a mais brilhante das vitórias se obtém sem combate, moldando à distância as decisões do governo inimigo por meio de um bem calculado fluxo de informações entre verdadeiras e falsas.

Outro caso notável foi a facilidade com que a desinformação soviética, apelando à confiança dos

americanos na invulnerabilidade das suas instituições democráticas e agitando na sua frente o fantasma da “perseguição marcatista” (em cuja realidade a mídia e o *establishment* continuam acreditando até hoje), logrou bloquear investigações decisivas sobre a penetração comunista nas altas esferas do governo de Washington, só para que quarenta anos depois a abertura dos arquivos de Moscou viesse a confirmar, tarde demais, as piores suspeitas do senador Joe McCarthy, com a única diferença de que os infiltrados não eram dezenas, como ele supunha, mas sim milhares.

Duas décadas atrás, a diplomacia chinesa, repetindo o truque que Lênin já aplicara aos investidores europeus em 1921 conseguiu convencer políticos e empresários americanos de que a abertura para a economia de mercado traria automaticamente a liberalização do regime. Mesmo após o massacre da Praça da Paz Celestial os sábios de Washington continuaram afirmando anesteticamente que “a China estava no bom caminho”. Com toda a evidência, o instrumento de desinformação utilizado no caso foi uma das crenças mais queridas dos liberais e conservadores: o nexos de implicação recíproca entre liberdade econômica e liberdade política.

O sucesso dos mais espetaculares ardis de desinformação estratégica postos em prática pelos governos revolucionários seria, no entanto, impossível sem a hegemonia cultural e psicológica de que o movimento revolucionário desfruta em escala mundial. Hegemonia cultural significa ser o

controlador dos pressupostos embutidos no pensamento do adversário, de tal modo que o trabalho dos agentes envolvidos numa operação concreta de desinformação estratégica se reduz ao mínimo. Quando o agente de desinformação trabalha num ambiente já antecipadamente preparado pela hegemonia cultural, ele pode controlar facilmente as reações do adversário sem precisar abusar dos expedientes usuais da espionagem que tornariam a sua ação mais visível, mais material. Por isso o velho Willi Münzenberg chamava essas operações de “criação de coelhos”: basta juntar um discreto casal de bichinhos e contar com a propagação automática dos efeitos esperados. Uma ação clássica do tipo “medidas ativas” pode ser investigada e denunciada pelos meios usuais dos serviços de inteligência, mas uma operação fundada em prévia hegemonia cultural pode tornar-se tão evanescente que qualquer tentativa de denunciá-la acabe assumindo as aparências da mais louca “teoria da conspiração”. Por isso é que Antonio Gramsci qualificava a influência do partido revolucionário, quando escorada na hegemonia cultural, de “um poder onipresente e invisível”. Tanto mais invisível quanto mais onipresente.

Enquanto o movimento revolucionário se move com a destreza alucinante de uma dialética capaz de absorver e aproveitar todas as contradições, as elites ocidentais, nominalmente liberais ou conservadoras, se apegam a uma lógica linear de tipo positivista que, quando não encontra um elo material de causa e efeito escancaradamente visível, acredita que nada está acontecendo.

Os filósofos escolásticos ensinavam que, para agir, é preciso antes existir. A existência, por sua vez, pressupõe unidade e continuidade. Um ser dividido em pedaços, desprovido de vida unitária, não é de maneira alguma um ser: é uma ilusão fantasmal que se agita no ar por instantes, deixando livre o espaço histórico para a ação do ser genuíno.

Não há nenhum exagero em dizer que o movimento revolucionário mundial é a única força política que conta para alguma coisa na história do mundo. Enquanto seus adversários não o perceberem como unidade, nada poderão contra ele. Lutando contra uma de suas alas, acabarão servindo a alguma outra, como tem acontecido invariavelmente. No fim das contas, toda a política mundial corre o risco de acabar se reduzindo a um leque de conflitos internos do movimento revolucionário. Se e quando isso acontecer, não será excesso de pessimismo anunciar o início de mil anos de trevas.

A tradição revolucionária - 3

Olavo de Carvalho

Diário do Comércio, 18 de julho de 2011

A monstruosa superioridade do movimento revolucionário ante seus adversários de todos os matizes não se limita, é claro, ao campo da desinformação estratégica. Nada se compara à sua capacidade de mobilização de massas em qualquer

país do mundo, quando não em todos eles, e em tempo quase instantâneo. Dois exemplos clássicos:

(1) A guerrilha de Chiapas, que, derrotada mil vezes no terreno militar, acabava obtendo tudo o que queria no campo político, graças aos protestos que se seguiam imediatamente, em dezenas de países, a cada vitória do governo mexicano.

(2) As manifestações populares que se seguiram em prazo recorde ao atentado mortífero de dezembro de 2003 na Espanha, voltadas, não contra os terroristas, mas contra... o governo espanhol.

Nesses episódios, como em centenas de outros, salta aos olhos a articulação do movimento revolucionário, unificando terrorismo, desinformação e protestos de massa. A invulnerabilidade política da guerrilha de Chiapas serviu de modelo para o estudo *The Advent of Netwar*, de John Arquilla e David F. Ronfeldt, publicado pela Rand Corporation, que pode ser descarregado do

site <http://www.rand.org/publications/MR/MR789/>, que pioneiramente descreveu a nova estrutura “em redes”, infinitamente mais eficaz, que havia substituído a velha hierarquia monolítica dos partidos revolucionários. A mobilização instantânea dessa rede colocava o governo mexicano numa luta inglória contra um inimigo evanescente, “onipresente e invisível”, que nenhuma força armada poderia jamais controlar. (V. o meu artigo “Em plena guerra assimétrica”, DC, 24 de julho de 2006, <http://www.olavodecarvalho.org/semana/060724dc.html>).

O caso espanhol ilustra ainda mais claramente ainda a força da hegemonia cultural como preparação do terreno para grandes operações que articulam desinformação e protestos de massa. Ante a brutalidade dos atentados, um governo conservador intoxicado e enfraquecido por temores “politicamente corretos”, plantados na mente da classe dominante com décadas de antecedência, sentiu-se inibido de ferir suscetibilidades islâmicas e preferiu, num primeiro momento, atribuir o crime ao ETA, a guerrilha basca. Em menos de vinte e quatro horas a massa organizadíssima, claramente preparada de antemão, estava nas ruas protestando contra a ineficiência do governo em localizar os verdadeiros culpados. Foi o fim do gabinete conservador (v. meu artigo “Exemplo didático”, *Jornal da Tarde*, 25 de março de 2004, <http://www.olavodecarvalho.org/semana/040325jt.htm>).

Por favor, pensem um pouco e respondam: existe no mundo alguma articulação direitista, conservadora ou reacionária habilitada a brincar assim de gato e rato com os governos revolucionários como estes fazem com todos os demais governos?

Vejam só o caso da Rússia: com o seu contingente duplicado, a KGB conta, hoje em dia, com milhares de pseudópodos espalhados pelo mundo, operando legalmente sob o disfarce de bancos, indústrias, firmas de consultoria, o diabo; tem ademais a seu serviço a máfia russa, que desde o começo dos anos 90 possui o domínio sobre todas as grandes redes criminosas do mundo, da Sibéria à Venezuela e à

Colômbia (v. Claire Sterling, *Thieves' World: The Threat of the New Global Network of Organized Crime*, New York, Simon & Schuster, 1994, bem como Hélène Blanc e Renata Lesnik, *L'Empire de Toutes les Mafias*, Paris, Presses de la Cité, 1998), mais o terrorismo islâmico que é criatura sua (v. Ion Mihai Pacepa, "The Arafat I Knew" em <http://www.weizmann.ac.il/home/comartin/israel/pacepa-wsj.html>) e todos os movimentos revolucionários militantes do mundo, agora unidos a ela por laços cada vez mais complexos e difíceis de rastrear. Que poder, no mundo, jamais se organizou para enfrentar uma coisa dessas? Por favor, não caiam no ridículo de mencionar a CIA, organização incomparavelmente menor, cuja inermidade ante essa máquina infernal já se comprovou centenas de vezes.

Para piorar ainda mais as coisas, resta o fato de que a elite econômica ocidental, que uma opinião pública boboca pode ainda imaginar empenhada em defender a democracia e a liberdade, há muitas décadas já se deixou seduzir pela proposta de "governo mundial", que traz as marcas inconfundíveis do ideal revolucionário: um projeto de sociedade hipotética a ser realizado mediante a concentração do poder. Concentração aliás muito mais densa que aquela prevista em qualquer dos projetos revolucionários anteriores, já que baseada no total controle da psicologia das massas por uma elite de "engenheiros comportamentais" iluminados (v. Pascal Bernardin, *Machiavel Pédagogue – Ou le Ministère de la Réforme Psychologique*, Éd. Notre-Dame des Grâces, 1995). A convergência desse

projeto com a utopia socialista é tão acentuada que, nos países ocidentais, a KGB não precisa gastar um tostão para promover a demolição “politicamente correta” da moral e das instituições: o serviço é feito inteiramente sob os auspícios da elite globalista bilionária, em cuja vanguarda se destacam George Soros e a família Rockefeller.

O segredo da hegemonia revolucionária é simples: continuidade e intensidade do debate interno. Em qualquer conflito, cruento ou incruento, o contendor que dura mais é, por definição, o vencedor. O clássico simbolismo chinês já representava o poder ativo, soberano, por uma linha contínua, a passividade por uma linha quebrada. A fragilidade das resistências que se opõem ao avanço revolucionário advém do fato de que mesmo as entidades mais antigas, mais aptas, portanto, a sustentar objetivos de longo prazo, como a Igreja Católica, a Casa Real Britânica, a comunidade judaica, a Maçonaria ou mesmo o governo americano, têm suas finalidades próprias, distintas e limitadas, só ocasionalmente e pontualmente entrando em disputa direta com o movimento revolucionário na luta pelo poder mundial que é, para ele, o objetivo constante e o foco unificador de todos os seus esforços. A visão que essas entidades têm do processo revolucionário é acidental e quebradiça. É nos intervalos dessa linha descontínua que o movimento revolucionário se insinua, utilizando para seus próprios fins as energias daqueles que teriam tudo para ser seus mais eficientes e temíveis adversários.

A tradição revolucionária - 3

Olavo de Carvalho

Diário do Comércio, 18 de julho de 2011

A monstruosa superioridade do movimento revolucionário ante seus adversários de todos os matizes não se limita, é claro, ao campo da desinformação estratégica. Nada se compara à sua capacidade de mobilização de massas em qualquer país do mundo, quando não em todos eles, e em tempo quase instantâneo. Dois exemplos clássicos:

(1) A guerrilha de Chiapas, que, derrotada mil vezes no terreno militar, acabava obtendo tudo o que queria no campo político, graças aos protestos que se seguiam imediatamente, em dezenas de países, a cada vitória do governo mexicano.

(2) As manifestações populares que se seguiram em prazo recorde ao atentado mortífero de dezembro de 2003 na Espanha, voltadas, não contra os terroristas, mas contra... o governo espanhol.

Nesses episódios, como em centenas de outros, salta aos olhos a articulação do movimento revolucionário, unificando terrorismo, desinformação e protestos de massa. A invulnerabilidade política da guerrilha de Chiapas serviu de modelo para o estudo *The Advent of Netwar*, de John Arquilla e David F. Ronfeldt, publicado pela Rand Corporation, que pode ser descarregado do site <http://www.rand.org/publications/MR/MR789/>

, que pioneiramente descreveu a nova estrutura “em redes”, infinitamente mais eficaz, que havia substituído a velha hierarquia monolítica dos partidos revolucionários. A mobilização instantânea dessa rede colocava o governo mexicano numa luta inglória contra um inimigo evanescente, “onipresente e invisível”, que nenhuma força armada poderia jamais controlar. (V. o meu artigo “Em plena guerra assimétrica”, DC, 24 de julho de 2006, <http://www.olavodecarvalho.org/semana/060724dc.html>).

O caso espanhol ilustra ainda mais claramente ainda a força da hegemonia cultural como preparação do terreno para grandes operações que articulam desinformação e protestos de massa. Ante a brutalidade dos atentados, um governo conservador intoxicado e enfraquecido por temores “politicamente corretos”, plantados na mente da classe dominante com décadas de antecedência, sentiu-se inibido de ferir suscetibilidades islâmicas e preferiu, num primeiro momento, atribuir o crime ao ETA, a guerrilha basca. Em menos de vinte e quatro horas a massa organizadíssima, claramente preparada de antemão, estava nas ruas protestando contra a ineficiência do governo em localizar os verdadeiros culpados. Foi o fim do gabinete conservador (v. meu artigo “Exemplo didático”, *Jornal da Tarde*, 25 de março de 2004, <http://www.olavodecarvalho.org/semana/040325jt.htm>).

Por favor, pensem um pouco e respondam: existe no mundo alguma articulação direitista, conservadora

ou reacionária habilitada a brincar assim de gato e rato com os governos revolucionários como estes fazem com todos os demais governos?

Vejam só o caso da Rússia: com o seu contingente duplicado, a KGB conta, hoje em dia, com milhares de pseudópodos espalhados pelo mundo, operando legalmente sob o disfarce de bancos, indústrias, firmas de consultoria, o diabo; tem ademais a seu serviço a máfia russa, que desde o começo dos anos 90 possui o domínio sobre todas as grandes redes criminosas do mundo, da Sibéria à Venezuela e à Colômbia (v. Claire Sterling, *Thieves' World: The Threat of the New Global Network of Organized Crime*, New York, Simon & Schuster, 1994, bem como Hélène Blanc e Renata Lesnik, *L'Empire de Toutes les Mafias*, Paris, Presses de la Cité, 1998), mais o terrorismo islâmico que é criatura sua (v. Ion Mihai Pacepa, "The Arafat I Knew" em <http://www.weizmann.ac.il/home/comartin/israel/pacepa-wsj.html>) e todos os movimentos revolucionários militantes do mundo, agora unidos a ela por laços cada vez mais complexos e difíceis de rastrear. Que poder, no mundo, jamais se organizou para enfrentar uma coisa dessas? Por favor, não caiam no ridículo de mencionar a CIA, organização incomparavelmente menor, cuja inermidade ante essa máquina infernal já se comprovou centenas de vezes.

Para piorar ainda mais as coisas, resta o fato de que a elite econômica ocidental, que uma opinião pública boboca pode ainda imaginar empenhada em defender a democracia e a liberdade, há muitas

décadas já se deixou seduzir pela proposta de “governo mundial”, que traz as marcas inconfundíveis do ideal revolucionário: um projeto de sociedade hipotética a ser realizado mediante a concentração do poder. Concentração aliás muito mais densa que aquela prevista em qualquer dos projetos revolucionários anteriores, já que baseada no total controle da psicologia das massas por uma elite de “engenheiros comportamentais” iluminados (v. Pascal Bernardin, *Machiavel Pédagogue – Ou le Ministère de la Réforme Psychologique*, Éd. Notre-Dame des Grâces, 1995). A convergência desse projeto com a utopia socialista é tão acentuada que, nos países ocidentais, a KGB não precisa gastar um tostão para promover a demolição “politicamente correta” da moral e das instituições: o serviço é feito inteiramente sob os auspícios da elite globalista bilionária, em cuja vanguarda se destacam George Soros e a família Rockefeller.

O segredo da hegemonia revolucionária é simples: continuidade e intensidade do debate interno. Em qualquer conflito, cruento ou incruento, o contendor que dura mais é, por definição, o vencedor. O clássico simbolismo chinês já representava o poder ativo, soberano, por uma linha contínua, a passividade por uma linha quebrada. A fragilidade das resistências que se opõem ao avanço revolucionário advém do fato de que mesmo as entidades mais antigas, mais aptas, portanto, a sustentar objetivos de longo prazo, como a Igreja Católica, a Casa Real Britânica, a comunidade judaica, a Maçonaria ou mesmo o governo americano, têm suas finalidades próprias, distintas e limitadas, só ocasionalmente e

pontualmente entrando em disputa direta com o movimento revolucionário na luta pelo poder mundial que é, para ele, o objetivo constante e o foco unificador de todos os seus esforços. A visão que essas entidades têm do processo revolucionário é acidental e quebradiça. É nos intervalos dessa linha descontínua que o movimento revolucionário se insinua, utilizando para seus próprios fins as energias daqueles que teriam tudo para ser seus mais eficientes e temíveis adversários.

Marxismo na Prática

Genocídio, miséria, mentira e muito mais

Inversão totalitária

Olavo de Carvalho

O Globo, 27 de julho de 2002

Todo movimento ou partido político busca autodefinir-se em slogans genéricos de aceitação compulsória, de modo a colocar automaticamente seus opositores numa posição indefensável. Se um partido se apresenta como porta-voz da “liberdade”, do “anti-racismo” ou dos “direitos humanos”, quem ouse criticá-lo no que quer que seja se denuncia no ato como adepto da opressão, do racismo ou da injustiça, embora não tenha realmente defendido nada disso e embora esteja falando de coisa completamente diversa. A força do slogan permite desviar toda discussão de pontos concretos para um confronto estereotipado entre os valores ideais e o mundo mau que se opõe à sua realização. Abrigadas por trás de belas generalidades, as ações concretas do partido ou movimento, por mais ambiciosas, cruéis ou imorais que sejam, ficam a salvo de críticas.

Mas, tal como o sentido de uma filosofia só se esclarece quando sabemos a que outra filosofia ela se opõe, o espírito de um movimento político não se revela por seus ideais professos, mas pelos obstáculos e antagonismos que ele busca remover do seu caminho. Importa menos saber “pelo quê” ele luta do que “contra quê”. A Revolução Russa dizia querer

apenas “pão, terra e liberdade”. Na prática, a luta por esse ideal consistia na destruição de toda uma classe social pelo terror e pelo homicídio em massa, mas quem quer que se opusesse a essa política era denunciado como um malvado que queria negar pão, terra e liberdade aos pobres.

Do mesmo modo, as reivindicações dos movimentos ditos “de minorias” são aparentemente modestas e irrecusáveis. Quem negaria a um ser humano garantias contra a discriminação por motivo de raça, gênero ou preferências eróticas? O problema começa quando você pergunta o que esses movimentos vão destruir para chegar a seus objetivos.

O governador paulista Geraldo Alckmin, por exemplo, baixou em novembro de 2001 uma lei que pune com multa quem impeça a entrada, em instituições particulares abertas ao público, de algum sujeito identificado como gay. Bem, a presença de um travesti numa sinagoga, numa mesquita ou numa igreja ortodoxa é uma afronta a regras milenares. Aí surge um conflito entre os direitos de dois grupos. Um desses grupos define-se pela comunidade de preferências e gostos sexuais. Outro pela comum devoção a valores morais e religiosos que fundaram civilizações e deram à espécie humana a consciência de sua dignidade. Deve este último ser proibido de praticar sua moral dentro de seus próprios templos para não ferir suscetibilidades advindas de uma peculiaridade de gosto? A adoção universal desse princípio teria as mais catastróficas consequências em escala civilizacional e até antropológica. Mas o movimento gay não está nem ligando. A obsessão de

seus direitos grupais cega-o para os direitos do restante da Humanidade. A desproporção entre a pequenez dos interesses que a lei do sr. Alckmin protege e a imensidão do que ela terá de destruir para protegê-los é monstruosa. Mas, para saber até onde um político é capaz de chegar na sua ânsia de ostentar bom-mocismo, basta notar que a mesma lei, proibindo quaisquer atos “vexatórios, discriminatórios e atentatórios” contra a comunidade gay, inclui entre esses atos os “de ordem filosófica”. Sim, senhores: filosófica. Está lá na alínea 1 do art. 2 da lei estadual 10.948. Ora, que seria um ato vexatório de ordem filosófica? Pensar em voz alta contra a ideologia gay incomoda tremendamente os gays, logo é um ato vexatório. O presente artigo, publicado em São Paulo, estaria sujeito a multa.

Mas não há nisso nada de estranho. Movimentos como aquele que essa lei protege não podem, por definição, tolerar objeções de espécie alguma. Eles próprios nem parecem dar-se conta disso, tal a naturalidade, quase a inocência, com que saltam das exigências irrecusáveis para a imposição de caprichos totalitários. A lógica paradoxal com que passam de uma coisa a outra é tão sutil quanto incontornável: dos slogans genéricos que servem para bloquear a discussão de pontos concretos, nenhum é mais eficiente do que a “luta contra o preconceito”. Claro: quem quer que se oponha ao inimigo nominal dos preconceitos só pode fazê-lo... por preconceito! E preconceitos são abomináveis. Logo, antes mesmo de terminar de falar, o imprudente já se vê cercado por uma malha de reações emocionais — senão físicas —

de repulsa e desprezo, que bloqueiam qualquer discussão séria de seus argumentos.

É evidente que, em tais circunstâncias, a palavra mesma “preconceito” teve seu sentido invertido. Significava a rejeição prévia de uma idéia que não se queria examinar. Agora é um rótulo infamante que se cola sobre uma idéia para não ter de examiná-la. A “luta contra o preconceito” tornou-se a mais gigantesca máquina de criar preconceitos. Ao infeliz que caia dentro de suas engrenagens, de nada servirá a alegação, por mais sincera, de que nada tem contra os gays ou qualquer outra “minoria”, de que quer apenas preservar a escala hierárquica dos direitos para que os direitos menores não pisoteiem os maiores. Isso também será uma prova de “preconceito”.

Os efeitos dessa inversão são incalculáveis. Psicologicamente, ela paralisa nas multidões a capacidade de raciocinar sobre o ponto em discussão, induzindo-as a aceitar passivamente a opinião de quem grite mais alto. Sociologicamente, demole o princípio mesmo de hierarquia racional inerente à idéia de direito, preparando o advento de um novo tipo de Estado em que as únicas fontes do direito serão o poder de pressão, a intolerância arrogante e a chantagem psicológica.

Monstros

Olavo de Carvalho

Jornal do Brasil, 28 de fevereiro de 2008

Para os comunistas e seus bajuladores, a morte de uns 400 terroristas, durante o regime militar brasileiro, foi algo de incomparavelmente mais grave, mais revoltante, mais intolerável do que a matança de 75 milhões de civis chineses pela ditadura de Mao Dzedong, de 20 milhões de russos pelo governo soviético ou de 3 milhões de cambojanos pela quadrilha de Pol-Pot. Claro, os comunistas são diferentes de nós. Segundo Che Guevara, são "o primeiro escalão da espécie humana". Se você mata um deles, mesmo em defesa própria, é crime hediondo. Se ele mata 100 mil de nós, desarmados e amarrados, torna-se um herói, que é como o senhor Mino Carta define Fidel Castro.

Protestando contra a comparação quantitativa entre a ditadura brasileira e a cubana, que o colunista Reinaldo Azevedo faz na última *Veja*, Gerald Thomas vocifera seu sacrossanto horror à contagem de cadáveres e em seguida se põe a contá-los por sua vez, acusando os militares brasileiros pela "perda da vida de milhares, digo, milhares de vidas inocentes". Primeiro, não eram inocentes: eram guerrilheiros armados, que só começaram a morrer depois de estourar com bombas dezenas de civis (estes sim, inocentes). Segundo: não foram milhares, foram

quatro centenas na mais hiperbólica das hipóteses, jamais submetida a revisão crítica. Para Gerald Thomas, números são um expediente retórico desonesto quando verdadeiros: só os falsos são argumentos honrados.

Sinceramente, já estou velho demais para continuar fingindo que indivíduos capazes de julgar seus semelhantes com um critério tão desproporcional, tão disforme, tão manifestamente iníquo, sejam pessoas normais e decentes com quem eu não tenha senão divergências filosóficas. Esses sujeitos são doentes, são sociopatas perigosos, incapazes de olhar para os discordantes sem antever, com sádica alegria, o cadáver do "inimigo de classe" girando no espeto como um frango no forno da História.

Eis alguns - só alguns - dos objetivos proclamados abertamente pelos líderes e mentores comunistas:

1. Karl Marx: extermínio de classes sociais inteiras e de uns quantos "povos inferiores" (sic).
2. V. I. Lênin: terrorismo sistemático como fórmula de governo.
3. Leon Trotsky: militarização completa do trabalho industrial e agrícola. Supressão da liberdade de escolher emprego.
4. Stálin: "Morte aos pequenos proprietários rurais. Ódio e desprezo aos que os defendem" (sic).
5. Che Guevara: Treinar os militantes para que se tornem "eficientes e frias máquinas de matar" (sic).

Notem bem: não são crueldades impremeditadas, sobrevindas no calor da batalha. São intenções declaradas.

Como é possível que alguém em seu juízo perfeito considere o comunismo um belo ideal humanitário, que um acaso infeliz desviou de seus altos propósitos?

Foi só por um desejo insano de enganar-se retroativamente a si próprios que muitos comunistas, depois da morte de Stálin, começaram a espremer seus cérebros para explicar como o regime dos seus sonhos pudera "degenerar" em tanta violência e maldade. Não era degenerescência: era a execução racional e bem sucedida de planos traçados com muita antecedência - desde Marx - e levados à prática com a frieza metódica de uma obra de engenharia.

Fidel Castro, Guevara, Pol-Pot, Lênin, Stálin, Trótski, Marx - quem quer que escreva uma só palavra em favor desses monstros é seu semelhante, distinguindo-se deles em tamanho apenas, não em qualidade. Ainda que por covardia ou falta de ocasião não venha a realizar pessoalmente seus desígnios macabros, não esconde sua admiração por quem os realiza. E depois ainda se faz de horrorizado ante quem cometeu crimes incomparavelmente menores, se é que é crime apelar à violência para deter um genocídio anunciado e já em fase avançada de execução.

O comunismo dos imbecis

Olavo de Carvalho

Diário do Comércio, 14 de maio de 2015

Definir o comunismo como “estatização dos meios de produção”, como o fazem o sr. Marco Antonio Villa e seus admiradores, que por incrível que pareça existem, é descrevê-lo pelo sistema econômico ideal que lhe serve de bandeira e slogan, e não pela sua realidade de movimento político e intelectual com um século e meio de uma história tremendamente complexa.

É explicar fatos históricos pela definição de uma palavra no dicionário, procedimento no qual nenhuma pessoa com mais de doze anos de idade tem o direito de confiar.

Procedimento que se revela ainda mais pueril e inaceitável quando a definição é usada como premissa de um raciocínio (ou raciossímio, diria o Reinaldo Azevedo) segundo o qual um partido que não prega ou pratica ostensivamente a estatização dos meios de produção não pode ser comunista de maneira alguma.

Pois, ao longo de toda a sua história, os grandes partidos comunistas do mundo, a começar pelo da própria URSS, preferiram quase sempre deixar essa meta hipotética e longínqua num discreto segundo plano, ou omiti-la completamente, concentrando-se em objetivos concretos mais imediatos que pudessem compartilhar com outros partidos e forças, ampliando a base das suas alianças possíveis.

Característica, nesse sentido, foi a política do Front Popular, que na década de 30 angariou apoio mundial para a URSS na base de um discurso “antifascista”, onde tudo soava como se nenhuma incompatibilidade tivesse existido jamais entre o regime comunista e os interesses da burguesia democrática dos países ocidentais.

O velho Partido Comunista Brasileiro de Luís Carlos Prestes sempre falou muito menos em estatizar a economia do que em “defender os interesses nacionais” e a “burguesia nacional”, supostamente ameaçados pelo capital estrangeiro.

No período da luta contra a ditadura militar, então, não se ouvia um só comunista, fora do meio estudantil enragé ao qual pertencia o sr. Villa, pregando estatização do que quer que fosse: só clamavam por “democracia”.

Mao Dzedong, no início da carreira, falou tanto em patriotismo antijaponês e foi tão discreto no que diz respeito ao fim do livre mercado, que superou Chiang Kai-Shek nas simpatias do governo americano, ante o qual fez fama de “reformador agrário cristão”.

Mesmo quando se fala em estatização, na maior parte dos casos ela é sempre parcial e aplicada de tal modo que não fira indiscriminadamente os interesses da burguesia e o direito a toda propriedade privada dos meios de produção, mas pareça mesmo favorecê-los a título de “aliança entre Estado e iniciativa privada”. Mesmo no Chile de Allende foi assim.

Sendo, malgrado todas as suas mutações e ambiguidades, um movimento organizado de escala mundial, o comunismo sempre comportou uma variedade de subestratégias locais diferenciadas, as quais, não raro, se pareciam tanto com um comunismo de dicionário quanto as intrigas diplomáticas do Vaticano se parecem com a

salvação da alma.

A famosa “solidariedade comunista internacional” consiste precisamente numa bem articulada divisão de trabalho, de modo que as ações dos partidos comunistas locais contribuam para o sucesso mundial do movimento pelas vias mais diversas e às vezes até incompatíveis em aparência.

Nos anos 30 do século passado, Stálin ordenou que o Partido Comunista Americano se abstinhasse de tentar organizar a militância proletária e, em vez disso, se concentrasse em ganhar o apoio de bilionários, de intelectuais célebres e do beautiful people da mídia e do show business, na base de apelos ao “pacifismo”, aos “direitos humanos” e à “democracia”, de modo que o discurso comunista se tornasse praticamente indistinguível dos ideais formadores do sistema americano.

Nessa perspectiva, arregimentar militantes e intoxicá-los de doutrina marxista era muito menos importante do que seduzir possíveis “companheiros de viagem”, pessoas que, sem ser comunistas nem mesmo em imaginação, pudessem, nos momentos decisivos, colaborar com as iniciativas do Partido e com os interesses da URSS, usando, justamente, da sua boa fama de insuspeitas de comunismo.

Foi por isso que o Partido, na América, sempre foi uma organização minúscula, dotada de um poder de influência desproporcional com o seu tamanho.

O objetivo dessa estratégia era não só criar em torno do comunismo uma aura de humanismo inofensivo, mas também fazer do capitalismo americano a fonte de dinheiro indispensável à sustentação de um movimento político sempre deficitário quase por definição.

A operação teve sucesso não só em desviar para a URSS e

para o PCUSA quantias vultuosas provenientes das grandes fortunas privadas, mas em transformar o próprio governo americano no principal mantenedor e patrono do regime soviético, que sem isso não teria sobrevivido além dos anos 40.

Quanto a este segundo ponto, é evidente que simples idiotas úteis e agentes de influência não poderiam ter obtido tão esplêndido resultado; eles serviram apenas para dar suporte moral e político à ação de agentes de interferência, profissionais de inteligência altamente treinados, cuja infiltração maciça nos altos postos do governo de Washington, como se sabe hoje, foi muito além do que poderia ter calculado, na época, o infeliz senador Joe McCarthy.

Por todos esses exemplos vê-se como é imbecil esperar que um partido saia pregando a “estatização dos meios de produção” para só então notar que ele é comunista.

O próprio PT já deixou clara, para quem deseje vê-la, a sua quádrupla função e tarefa no movimento comunista internacional:

1. No plano diplomático, alinhar o Brasil com o grande bloco antiocidental encabeçado pela Rússia e pela China. O BRICS não é nada mais que uma extensão embelezada da Organização de Cooperação de Shanghai, que já expliquei aqui em 2006 (leia aqui).
2. Na esfera de ação continental, salvar e fortalecer o movimento comunista, como bem o reconheceram as Farc, mediante a criação do Foro de São Paulo e de um sistema de proteção que permita a transfiguração da narcoguerrilha, ameaçada de extinção no campo militar, em possante e hegemônica força política e econômica.
3. Por meio de empréstimos ilegais e da corrupção, usar os recursos do capitalismo brasileiro para salvar os regimes

comunistas economicamente moribundos, como os de Cuba e de Angola.

4. Na política interna, eliminar as oposições, aparelhar o Estado e estabelecer de maneira lenta, discreta e anestésica um poder hegemônico indestrutível.

Quem tem toda essa complexa e portentosa missão a cumprir há de ser louco de sair por aí pregando “estatização dos meios de produção” para assustar e pôr em fuga a burguesia local, sem cuja colaboração o cumprimento da tarefa se torna impossível?

Na perspectiva do sr. Marco Antonio Villa, nada disso é atividade comunista, já que falta “estatizar os meios de produção”.

A desproporção entre a complexidade do fenômeno comunista e a estreiteza mental de um autor de livrinhos compostos de recortes de jornal já é patética por si, sem que ele precise ainda enfatizá-la afetando sua superioridade de portador de um diploma ante os que, sem diploma nenhum, conhecem a matéria porque a estudaram. Como eu mesmo me incluo entre estes últimos, sendo tão carente de estudos formais quanto Machado de Assis, João Ribeiro, Capistrano de Abreu, Luís da Câmara Cascudo, Manuel Bomfim, José Veríssimo e outros construtores maiores da cultura brasileira, deve parecer mesmo revoltante ao sr. Villa que eu tenha acumulado mais honrarias acadêmicas, prêmios literários, citações em trabalhos universitários e aplausos de grandes intelectuais de três continentes do que ele, com seu canudinho da PUC e seu currículo mirim, poderá angariar em trinta reencarnações, caso existam.

Entre os anos 40-70 do século passado, a idolatria dos diplomas, tão característica da Primeira República e tão bem satirizada nos romances de Lima Barreto, parecia

uma doença infantil finalmente superada numa época em que a cultura brasileira ia vencendo o subdesenvolvimento e igualando-se às de países mais ricos.

Um quarto de século de “Nova República”, e sobretudo doze anos de PT no poder, trouxeram-na de volta com força total, numa espécie de compensação ritual que, sentindo vagamente no ar a ausência da alta cultura desfeita em pó, busca apegar-se supersticiosamente aos seus símbolos convencionais, como o viúvo inconsolável que dorme agarrado a um chumaço de cabelos da falecida, para trazê-la de volta.

Não é de toda coincidência que entre os sacerdotes desse culto caquético se destacassem justamente alguns daqueles que minutos antes perguntavam “Diploma para quê?” e buscavam persuadir a nação de que a fé democrática trazia como corolário a obrigação de eleger um semianalfabeto presidente da República.

Uma vez que o Partido domina as universidades, é indispensável que elas monopolizem a atividade cultural, marginalizando e achincalhando toda criação ou pensamento independente.

Se o sr. Villa colabora gentilmente com esse empreendimento, não há nisso nada de estranho, já que ele se empenha também em acobertar as atividades do Foro de São Paulo, reduzindo todo combate antipetista a uma “luta contra a corrupção” imune ao pecado mortal de anticomunismo.

Qualquer que seja o caso, num país em que cinquenta por cento dos formandos das universidades são comprovadamente analfabetos funcionais, todo portador de um diploma deveria pensar duas vezes antes de exibi-lo como prova de competência, para não falar de superioridade.

Os mestres do fracasso

Olavo de Carvalho

Diário do Comércio, 24 de abril de 2006

George F. Kennan e Hans J. Morgenthau nasceram ambos em 1904, o primeiro em [Milwaukee](#), [Wisconsin](#), o segundo em Coburg, Francônia, Alemanha, emigrando para a América em 1937. Kennan ultrapassou o centenário, vivendo até 2005; Morgenthau morreu em 1980. Alcançando sua maturidade intelectual nos anos 40, eles estavam destinados a criar então as duas teorias que, em essência, determinariam a política exterior americana ao longo da segunda metade do século XX: a doutrina da “contenção” e a do “realismo político” respectivamente. A primeira orientou continuamente as relações dos EUA com os países comunistas, só sendo abandonada, informal e temporariamente, durante o governo Reagan. A segunda, mais abrangente, forneceu os conceitos gerais com que o Departamento de Estado pensa o mundo. O governo Bush afastou-se dela em aspectos parciais, mas continua raciocinando dentro da moldura intelectual que ela criou.

Que aconteceria se essas duas doutrinas estivessem substancialmente erradas? Travada por uma política internacional imprópria, a América, a potência mais rica e poderosa do universo, com recursos naturais

inesgotáveis e o povo mais patriota, devotado e criativo que o mundo já viu, desempenharia no espaço global um papel bem inferior àquele a que parecia destinada pelas circunstâncias da sua fundação e pelo sucesso absoluto do seu sistema econômico e político. Seus méritos mais óbvios, em vez de impor-se ao mundo com a autoridade do exemplo, seriam negados em favor do anti-exemplo de regimes tirânicos desumanos e economicamente fracassados. Seus inimigos, incapazes de vencê-la por engenho próprio, viveriam da exploração de suas fraquezas, conquistando no campo do maquiavelismo e do embuste as vantagens que lhes fossem negadas na concorrência econômica, militar, científica. Mesmo derrotados no campo político e militar, alcançariam vitórias ideológicas e publicitárias. Um fluxo contínuo de ajuda prestada a outros países -- até mesmo hostis --, a mais formidável efusão de generosidade nacional que a humanidade já conheceu, exercida não raro contra os interesses materiais do próprio povo americano, não despertaria nenhuma simpatia pela América. Ao contrário: fomentaria entre os beneficiados um sentimento de inferioridade que eles buscariam compensar mediante uma noção grotescamente hipertrofiada dos seus próprios “direitos”. Por toda parte a ingratidão se transformaria em símbolo patriótico, a inveja em virtude e o ódio anti-americano em obrigação moral. Nações inteiras que tivessem devido sua sobrevivência à ajuda americana prefeririam antes aproximar-se de vizinhos agressores e exploradores – aos quais se sentiriam iguais e irmanados pela comunidade do mal – do que do benfeitor em cuja presença se sentiriam

humilhadas, não só pela diferença de bens materiais mas pela própria inferioridade moral.

Pois bem, não são precisamente essas coisas que estão acontecendo? Não são elas a descrição exata da posição que os EUA ocupam no mundo? Não está portanto na hora de submeter as idéias de Kennan e Morgenthau a uma crítica radical?

A principal fraqueza delas vem da sua origem disciplinar. Não parece haver nada de anormal em que os teóricos de Relações Internacionais sejam, é claro, estudiosos de Relações Internacionais. Mas a abordagem que Kennan e Morgenthau fazem dos problemas da área reflete a tendência dominante do mundo acadêmico europeu e americano na época da sua formação universitária, as primeiras décadas do século XX. A moda então era cada disciplina científica buscar a independência, recortando seu território de acordo com a natureza autônoma, puríssima e incontaminada do seu objeto de estudos. Foi a época da “lógica pura” de Edmund Husserl, da “teoria pura do direito” de Hans Kelsen, da “economia política pura” de Léon Walras, da “política pura” de Carl Schmitt. Essa obsessão de pureza nasceu de um impulso saudável de respeitar os limites dos vários domínios da realidade (as “ontologias regionais” como as chamava Husserl), reagindo contra a mania oitocentista de fazer da ciência de maior sucesso no momento o modelo e padrão de todas as outras, mania que foi rotulada de “imperialismo científico” por José Ortega y Gasset (ele próprio um batalhador pela “sociologia pura”, embora sem esse nome explícito).

A reação diferenciadora era bastante sensata, mas gerou uma espécie de patriotada científica, um orgulho autonomista: cada ciência, uma vez constituída, permitia-se ignorar solenemente aquilo que as vizinhas tivessem a dizer sobre o seu campo cientificamente recortado e guardado. Kelsen, por exemplo, era particularmente feroz na sua recusa de permitir que considerações sociológicas, psicológicas ou morais interviessem no “direito puro” (mais tarde ele teve de ceder). O resultado foi que muitas áreas de intersecção vieram a ser ignoradas por não se enquadrarem em nenhuma disciplina em particular. Somadas, elas formam continentes inteiros da realidade. O que quer que se passasse nessa zona era tido por irrelevante ou inexistente.

Na produção desse fenômeno houve também a interferência de um outro fator. Se os leitores se lembram do que escrevi sobre Kant aqui e em outras publicações

(v. <http://www.olavodecarvalho.org/semana/06033ojb.htm> e <http://www.olavodecarvalho.org/semana/060403dc.html>), não terão dificuldade de perceber o quanto o primado kantiano do método pode ter contribuído para que voltar as costas aos fatos se tornasse então uma questão de honra para muitos cientistas.

Kennan e Morgenthau (este último, não por coincidência, discípulo de Kelsen e Schmitt) foram afetados profundamente por esse vício. Formalmente e por definição – portanto na perspectiva da pureza disciplinar –, as relações internacionais são relações entre Estados. Mas quem disse que na trama real da

história do mundo os Estados são os agentes principais do processo? Estados formam-se e desfazem-se como nuvens. Guerras e acordos fazem-nos aparecer e desaparecer do mapa. Às vezes eles são meras ficções diplomáticas criadas por arranjos entre outros Estados. Ademais, Estados não agem: quem age, em nome deles, são os governos; e governos mudam de objetivos ao sabor de forças que não são de ordem estatal, freqüentemente nem nacional. Para agir, diziam os escolásticos, é preciso ser. E ser significa, entre outras coisas, ter unidade e conservá-la ao longo do tempo. Por trás dos Estados, há agentes muito mais coesos, duradouros e contínuos, como por exemplo a Igreja Católica, o Islam (por caridade, revisor, não troque para “Islã”, com til, o aportuguesamento mais errado que algum filólogo bêbado já inventou), a Maçonaria, o Partido Comunista ou certas famílias nobres e ricas. Essas entidades têm objetivos permanentes que ultrapassam a duração dos Estados e não raro o horizonte de visão dos agentes estatais. Sua ação se sobrepõe às divisões entre Estados e com freqüência as determina. Ao descrever o jogo de poder no mundo essencialmente como uma trama de relações entre Estados, tanto Kennan quanto Morgenthau acabam confundindo, kantianamente, a definição de uma disciplina científica com a ordem objetiva da realidade. Mal orientada por eles, a América cometeu erro em cima de erro, primeiro no confronto com o comunismo, e agora com o terrorismo internacional.

No célebre “longo telegrama” que enviou da Embaixada Americana em Moscou ao Departamento de Estado em 22 de fevereiro de 1946, George F.

Kennan, reconhecendo a natureza imutavelmente agressiva do regime soviético, propunha uma “duradoura, paciente, firme e vigilante *contenção* das tendências expansivas da Rússia”. A “contenção” (*containment*) tornou-se a base permanente da estratégia americana na Guerra Fria.

Ora, no fim da II Guerra, a economia da URSS estava em frangalhos. Dependia inteiramente da ajuda americana, que lhe foi dada mais generosamente do que a qualquer outros país aliado. Os EUA, ao contrário, tinham saído do combate enriquecidos e estavam numa expansão industrial formidável. Tinham do seu lado o prestígio universal da democracia e ainda a vantagem da bomba atômica, um pesadelo que aterrorizava Stalin. Estavam em condições de quebrar a espinha do regime soviético, de reduzi-lo à completa impotência e docilidade, até mesmo sem pressão militar, mediante a simples recusa -- ou ameaça de recusa -- de ajuda econômica. Se há algo que está bem provado em História, é que a economia soviética sempre foi capenga, sempre dependeu do socorro americano e, depois da guerra, passou a depender mais ainda. A URSS só se tornou uma ameaça para os americanos porque eles mesmos a reergueram e a armaram contra si próprios (v. *National Suicide. Military Aid to the Soviet Union*, de Anthony Sutton, New Rochelle, N. Y., Arlington House, 1973 -- um clássico). Além de arranjar assim “o melhor inimigo que o dinheiro podia comprar”, como o chamou Anthony Sutton, eles ainda fomentaram suas ambições mais paranóicas mediante as concessões excessivas feitas a Stalin por Franklin Roosevelt, nos acordos de Yalta,

sob a direta influência de um assessor, Harry Dexter White, que mais tarde se descobriu ser um agente soviético.

A proposta de “contenção”, a essa altura, era de uma modéstia e de uma benevolência anormais. Serviu apenas para encorajar os soviéticos, que desencadearam contra ela uma de suas campanhas de propaganda mais virulentas e mentirosas. Em setembro, um telegrama de Nikolai Novikov, embaixador soviético em Washington, encomendado e ditado pelo próprio Stalin para ser usado nessa campanha, “informava” que “a política externa dos EUA reflete as tendências imperialistas do capitalismo monopolista e caracteriza-se por um esforço para obter a supremacia mundial”. Ora, a “contenção” americana não era um *slogan* publicitário, era a expressão literal do princípio adotado na prática, que reconhecia a legitimidade das fronteiras alcançadas até então pela brutal expansão soviética e se propunha apenas impedir que fossem mais além. A idéia refletia não só a sugestão de Kennan, mas também a influente doutrina do “equilíbrio de poderes” que Hans J. Morgenthau estava ensinando na Universidade de Chicago e que viria a compor o seu livro de 1948, *Politics among Nations: The Struggle for Power and Peace*. Habilitados a conquistar a hegemonia, os americanos queriam apenas “contenção” e “equilíbrio de poderes”. A maior prova disso foi que retiraram suas tropas da Europa no prazo prometido, enquanto a União Soviética tratava de manter as suas por lá indefinidamente. A modéstia das pretensões americanas e a ambição

ilimitada dos soviéticos apareciam rigosamente invertidas no telegrama de Novikov e em toda a campanha de propaganda anti-americana que se seguiu.

Concentrados no esforço de deter a expansão territorial do Estado soviético, os serviços de segurança americanos descuidaram do movimento comunista enquanto tal, que enquanto isso infiltrou algumas centenas de agentes no governo dos EUA, dominou quase que por completo o *establishment* cultural e artístico, espalhou agentes de influência em toda a grande mídia ocidental e preparou a rebelião interna que, nos anos 60, levaria os EUA à derrota no Vietnã. Bem observou o general Giap, comandante das forças do Vietnã do Norte, que enquanto os americanos tratavam a guerra como assunto estritamente militar, eles, os comunistas, combatiam simultaneamente em todas as frentes: moral, cultural, jornalística etc. E foi justamente nessas frentes que venceram a última batalha, por meio da própria *New Left* americana, num momento em que o exército vietcongue já estava praticamente destruído após a famosa ofensiva do Tet.

Limitado pela obsessão estatal, o governo americano, durante muito tempo, seguiu a norma de só se preocupar com algum indivíduo ou grupo comunista quando ele tivesse ligação direta com a espionagem soviética. Fora disso, a militância comunista era considerada uma simples expressão de opiniões individuais, sem periculosidade maior. Na *New Left* dos anos 60 e 70, as ligações da militância com governos comunistas eram tênues demais para

chamar a atenção. A explicação disso não era uma autêntica independência do esquerdismo em relação à estratégia soviética e chinesa. Era que o movimento comunista já começava então a evoluir da rígida estrutura hierárquica para a organização informal e flexível em “redes” multinacionais, que nas décadas seguintes viriam a acossar os EUA desde muitos lados simultaneamente com uma campanha de hostilidade global que o governo americano não estava e não está até agora preparado para enfrentar. Só a partir do governo Bush veio o reconhecimento tardio de que os EUA estavam agora lidando com um novo tipo de guerra, impossível de enquadrar nas doutrinas usuais.

Tudo isso poderia ter sido evitado se os EUA não tivessem concentrado sua política exterior no esforço de conter a expansão das fronteiras territoriais soviéticas, em vez de combater o movimento comunista internacional em todas as frentes. Para fazer uma idéia de quanto os EUA foram passados para trás, basta comparar a amplitude do esforço que os soviéticos fizeram para dominar o ambiente intelectual e artístico da Europa e dos EUA desde a década de 20 (v. Frederick C. Barghoorn, *The Soviet Cultural Offensive*, Princeton Univ. Press,. 1960, e sobretudo Stephen Koch, *Double Lives. Spies and Writers in the Secret Soviet War of Ideas Against the West*, New York, Free Press, 1994), com a modéstia reação americana, vinda só nos anos 50 e praticamente limitada ao Congresso pela Liberdade da Cultura realizado em Berlim Ocidental em 1956. Não deixa de ser interessante observar que, graças à hegemonia cultural comunista dentro do próprio

ambiente acadêmico americano, até mesmo essa singela e módica resposta não deixou de ser condenada, dentro dos EUA, como uma ação imperialista moralmente repugnante (v. por exemplo Frances Stonor Saunders, *The Cultural Cold War. The CIA and the World of Arts and Letters*, New York, The New Press, 1999).

Quanto à doutrina Morgenthau, sua autodenominação de “realismo político” parece quase um lance de humorismo involuntário. Definindo as relações internacionais como um campo constituído essencialmente da concorrência entre interesses nacionais e enfatizando o nacionalismo como força ideológica predominante, o morgenthauísmo serviu para obscurecer os três principais fatores em ação no panorama histórico do último meio século: a unidade estratégica do esquerdismo internacional, sua reorganização em redes informais para o esforço de guerra cultural e sua atuação simultânea numa multiplicidade inabarcável de *fronts* – precisamente os três fatores que foram acumulando força desde os anos 50 para hoje colocar os EUA sob assédio multilateral permanente.

Morgenthau subestimava a unidade da estratégia comunista ao ponto de propor que os EUA tentassem fazer alianças com países comunistas *contra* a URSS e a China, um plano do qual, obviamente, os soviéticos e chineses tiraram proveito quase ilimitado

Estes dois parágrafos que ele publicou no *New York Times Magazine* em 18 de abril de 1965 dão uma idéia de até onde iam o irrealismo e a imprevidência de Morgenthau:

“Estamos sob uma compulsão psicológica de dar continuidade à nossa presença militar no Vietnã do Sul como parte da contenção militar periférica da China. Fomos estimulados nesse curso de ação pela identificação do inimigo como ‘comunista’, vendo em cada partido comunista uma extensão do poder hostil soviético ou chinês. Essa identificação era justificada quinze ou vinte anos atrás, quando o comunismo ainda tinha um caráter monolítico. Aqui, como em outros campos, nossos modos de pensamento e ação foram tornados obsoletos pelos novos desenvolvimentos. É irônico que a simples justaposição de ‘comunismo’ e ‘mundo livre’ tenha sido erigida pela cruzada moralista de John Foster Dulles em princípio guiador da política externa americana numa época em que o comunismo nacional da Iugoslávia, o neutralismo do Terceiro Mundo e incipiente ruptura entre a URSS e a China estavam tornando essa justaposição inválida.”

Ora, hoje sabemos que: Primeiro, o movimento “neutralista” do Terceiro Mundo foi todo ele articulado pela KGB, com o intuito bastante razoável de criar frentes anti-americanas que não pudessem ser facilmente identificadas como comunistas (v. Christopher Andrew and Vasili Mitrokhin, *The World Was Going Our Way. The KGB and the Battle for the Third World*, New York, Basic Books, 2005). Segundo, que a pretensa independência do comunismo iugoslavo fez dele um instrumento maravilhosamente eficaz que os soviéticos usaram para criar esse engodo “neutralista”. Terceiro, que o chamado conflito sino-soviético nunca foi para valer, foi apenas uma encenação montada para camuflar a

unidade global da estratégia comunista e levar os americanos a pensar exatamente o que Morgenthau pensou. (Sobre esses dois últimos pontos, v. Anatoliy Golitsyn, *New Lies for Old. The Communist Strategy of Deception and Disinformation*, Atlanta, GA, Clarion House, 1990.)

A ineficiência do morgenthauismo tem, no entanto, raízes mais profundas e obscuras do que o mero irrealismo. Ela nasce de uma contradição interna insanável. De um lado, toda a descrição que Morgenthau oferece do mundo político é baseada nas idéias de Estado-Nação, interesse nacional e nacionalismo. Por outro lado, ele acreditava na viabilidade de um governo mundial e trabalhava por essa idéia. Foi justamente isso que o tornou tão querido nos círculos globalistas do CFR, *Council on Foreign Relations*. Esses círculos eram e são dominados por grupos de bilionários metacapitalistas, cujos planos, globais e de escala mais civilizacional do que político-militar, vão muito além do horizonte de qualquer Nação-Estado, para não dizer de qualquer governo. Vivendo e pensando dentro dessa atmosfera, Morgenthau tinha ali mesmo a prova inequívoca de que as Nações-Estados *não* são o sujeito agente principal da História, mas com frequência o objeto inerte nas mãos de agentes mais unitários e coerentes. Escamoteando a atuação desses agentes, dos quais ele próprio era um colaborador intelectual de grande valia, o morgenthauismo é um caso extremo de “paralaxe cognitiva”, no qual as próprias condições existenciais nas quais a teoria brotou e se desenvolveu trazem o desmentido completo do conteúdo da teoria.

O velho John Foster Dulles não estava errado ao desejar que a luta dos americanos não fosse contra Estados em particular, mas contra o movimento comunista enquanto tal. Apenas, limitado pela perspectiva de Kennan, ele ainda enxergava essa luta em termos de contenção e não de guerra cultural global, numa época em que os comunistas já estavam empenhados nessa guerra fazia muito tempo. Se errou, foi por modéstia e não por pretensão excessiva da sua “cruzada moralista” – hoje mais necessária do que nunca.

O efeito conjugado das teorias de Kenan e Morgenthau sobre a política exterior americana pode ser medido pela formidável ampliação do anti-americanismo *depois* da queda da URSS e pelo presente estado de cerco moral em que os EUA se encontram, incapazes de defender até mesmo os direitos mais elementares da sua soberania sem suscitar imediatamente uma onda mundial de revolta contra isso.

Raízes do mundo novo

Olavo de Carvalho

O Globo, 28 de maio de 2005

A primeira metade do século XX presenciou a ascensão da economia planificada; a segunda, a sua queda, seguida do surgimento de um esquema de dominação ainda mais ambicioso: a cultura

planificada. A cultura transcende e abarca a economia: inclui o orbe inteiro das criações humanas, a linguagem e a imaginação, os valores e sentimentos, a vida íntima e os reflexos inconscientes. A ampliação do objetivo mostra que a intelectualidade ativista tirou da experiência de oito décadas uma conclusão inversa à dos economistas liberais: estes acreditaram que o fracasso do socialismo provava a loucura intrínseca do Estado gigante; aqueles, que o Estado gigante fracassou por não ser gigantesco o bastante.

O objetivo final do socialismo, como observou Hannah Arendt, é a modificação da natureza humana. A geração de Lênin, Stalin e Hitler imaginou que a economia socialista produziria o novo tipo de homem. Os pensadores socialistas mais profundos – Gramsci, Lukács e os frankfurtianos – viram nisso um perigoso erro economicista. A alma do “homem novo” não nasceria do socialismo, mas deveria anteceder-lo e criá-lo. Essa idéia pareceu herética à ortodoxia marxista da época (embora, no outro lado do espectro socialista, não fosse de todo estranha aos teóricos do nazifascismo), mas só se disseminou nas últimas décadas, dando margem a uma formidável expansão do esquerdismo internacionalista, que sobreviveu mesmo à derrocada da economia soviética, alcançando seu nível máximo justamente nos anos que se seguiram à dissolução da URSS. O socialismo internacional de hoje busca menos a criação de regimes socialistas do que a implantação de um complexo global de mutações na sociedade civil, na moral, nas relações familiares. À mudança da ordem de prioridades correspondeu

uma troca de estratégia e a escolha de novos meios. Antes a ferramenta essencial do movimento revolucionário era o partido ideologicamente monolítico. Hoje, é uma variedade de partidos de esquerda aparentemente inconexos, é a rede internacional de ONGs, são os “movimentos sociais”, são os grandes organismos internacionais. Sua unidade de ação só pode ser apreendida de fora por quem esteja ciente das sutilezas da luta cultural, infinitamente mais complexa do que o velho confronto aberto de partidos pró-comunistas e pró-capitalistas.

Uma vez captado o fio da meada, torna-se fácil rastrear as forças em jogo, desde a confusão aparente dos debates públicos até a sua origem comum em escritórios de planejamento estratégico invariavelmente ligados à ONU e a certo número de fundações bilionárias que lhe estão associadas, bem como a alguns Estados nacionais que, discretamente e não sem ambigüidades, dão respaldo ao processo. Não há hoje uma só “causa”, um só *slogan* de luta revolucionária ou de “transformação social” que não tenha se originado em comitês técnicos e consultivos fora de todo controle popular e eleitoral, sendo em seguida espalhado pelas várias nações como produtos espontâneos do movimento histórico impessoal, se não da providência divina. Revolta feminista, abortismo, quotas raciais, movimento gay, revolução agrária, indigenismo, ecologismo, antitabagismo, liberação das drogas pesadas – todas as bandeiras de luta que se agitam no mundo podem ser rastreadas desde o cenário público até sua origem discreta nos círculos do internacionalismo iluminado. E para

disseminá-las não há somente as “redes”, estendendo-se até o infinito, mas todo um sistema burocrático milionário: a ONU tem mesmo cursos universitários para formar técnicos em “criação de movimentos sociais” no Terceiro Mundo. Movimentos populares espontâneos, é claro, e por espontâneo milagre harmonizados na concepção integral de uma nova ordem da civilização.

A bibliografia a respeito traz documentação mais que probante, mas, protegida pela indolência intelectual das massas, levará alguns séculos para tornar-se objeto de conhecimento comum. E então a humanidade já não terá interesse em conhecer sua origem: pois será a “humanidade nova”, embriagada da ilusão de haver-se criado a si mesma pela força espontânea do progresso e das luzes.

Ainda o mundo novo

Olavo de Carvalho

O Globo, 4 de junho de 2005

Na leitura do meu [artigo anterior](#), não se deve imaginar que a estratégia da mutação cultural global seja apenas um truque sórdido inventado por um grupo de conspiradores para chegar ao socialismo por via indireta e anestésica. Ao contrário. A tônica mesma da concepção socialista transferiu-se do pólo econômico para o cultural, ou melhor, civilizacional.

Desde a década de 40, a impossibilidade repetida de criar um socialismo que funcionasse determinou sucessivas concessões à economia de mercado e foi debilitando na intelectualidade ativista a ambição de eliminar radicalmente a propriedade privada.

Entre os melhores cérebros da esquerda, a substituição do socialismo ortodoxo por um esforço de “salvar” dos escombros da economia estatal os “ideais” socialistas data de bem antes da queda da URSS. Os primeiros frankfurtianos já tinham um desprezo sem igual à experiência soviética: voltaram as costas à economia e empenharam-se em criar uma nova concepção civilizatória integral. A “New Left” dos anos 60 mal falava em planejamento econômico: só queria saber de agitação racial, *sex lib*, anti-americanismo, revolta feminista, etc. Enquanto isso, na ONU, o alucinado Robert Müller, inspirado na vidente americana Alice Bailey, por sua vez orientada por infalíveis gurus extraterrestres, concebia os novos parâmetros educacionais, hoje adotados em todo o mundo, para a amoldagem das novas gerações ao socialismo planetário dos seus sonhos.

A socialização da economia, ao tornar-se fruto em vez de raiz do “homem novo”, já não é prioridade. Por isso é que, com certa ingenuidade, o sr. Luís Inácio da Silva pode proclamar que nem ele nem seus companheiros sabem a que tipo de socialismo pretendem chegar. A indefinição do objetivo econômico-social contrasta de tal maneira com a coerência e organização prática da ação esquerdista mundial, com a uniformidade dos valores “morais” e culturais que a guiam, que a declaração luliana pode

ser considerada um ato falho, revelador da intenção subjacente ou quase inconsciente de adiar para as calendas gregas a socialização da economia, privilegiando na ordem do tempo a organização militante para o adestramento da massa popular nos valores e critérios da “nova civilização”. O poder socialista afirma-se na esfera moral e psicológica, educacional e jurídica, deixando que a fórmula da economia salvadora, como a incógnita de uma equação, vá se definindo aos poucos à medida que avance o processo de transfiguração global das mentalidades.

Os radicais que se impacientam, ansiando por um intervencionismo brutal à moda antiga, não compreendem a sutileza da nova estratégia. Mas nem por isso deixam de colaborar com o processo, no qual desempenham o papel de incitadores, sabendo ou não que a energia que aí colocam já está dosada e canalizada de antemão por estratégias internacionais muito mais inteligentes que um bilhão de Zés Rainhas. Clamar por “socialismo já” não elimina as contradições da economia socialista, mas ajuda a manter as massas no estado de ânimo apropriado. Quando a carga da realidade vai pesando demais no lombo do burro, é preciso reanimar o bichinho mostrando-lhe de novo a cenoura da utopia.

O adiamento da economia socialista traz ainda ao movimento esquerdista a possibilidade de arrebanhar em seu apoio muitos capitalistas. Sob a alegação reconfortante de que “o socialismo acabou”, ricos vaidosos se dispõem a subsidiar a instauração da cultura socialista, apostando em que, a curto

prazo, ela não lhes trará danos substanciais. No percurso, o capitalismo não é eliminado, apenas criminalizado virtualmente, ao mesmo tempo que continua, mal ou bem, a prosperar na esfera material. Nas escolas, nos livros, nas novelas de TV, o empresariado é exposto à execração pública, mas, como ao mesmo tempo é tolerado e subsidiado pela mesma liderança governante que o achincalha, sempre lhe resta a esperança de sobreviver por meio da bajulação e da lisonja. Assim, não é certo que se chegue um dia à economia estatizada, mas está garantido que até lá o capitalismo, ou o que reste dele, se transformará num poço de iniquidades.

Censura e desinformação

Olavo de Carvalho

Especial para *Ternuma*

*Publicado no site <http://www.ternuma.com.br> em
26 de Novembro de 2000*

Quantas reportagens o prezado leitor leu na imprensa ou viu na TV, ao longo dos últimos vinte anos, sobre esquerdistas mortos pelos governos militares? Quantas sobre os homicídios cometidos pelas organizações de esquerda? Quantas sobre a revolução comunista já em plena realização em março de 1964, que uma reação oportuna fez abortar?

Basta o leitor responder a essas perguntas com dados exatos, e terá uma idéia do que é bloqueio de informações. Sim, o controle que a esquerda exerce sobre os meios de comunicação no Brasil já não pode ser chamado de “patrulhamento”, porque patrulhar é vigiar homens livres. Os poucos liberais e conservadores que ainda restam na nossa imprensa são prisioneiros. Não estão sob a vigilância de “patrulhas”. Estão sob a guarda de carcereiros. Ainda podem se mover, mas seu espaço é controlado para não ultrapassar uma área mínima, calculada na medida justa para dar uma impressão de democracia. E devem se restringir a áreas seletas, especialmente à seção editorial e aos comentários econômicos, só lidos por uma elite. O noticiário, que atinge a massa dos leitores, é zona proibida. A seleção é extremamente inteligente: os direitistas podem ter “opiniões”; a seleção dos “fatos” fica com a esquerda.

Tão completo e inquestionado é o domínio que ela aí exerce, que, com a maior desenvoltura, pode passar da seleção à invenção sem sentir o menor escrúpulo de consciência ou o menor temor de ser desmascarada.

Outro dia, ouvi, num programa de TV que se dava ares de reconstituição histórica, a informação de que no governo militar a censura mudou para mais tarde o horário da novela "Sangue do meu Sangue" porque ela tratava da luta abolicionista.

Isso dito assim, na lata, com uma prodigiosa cara de pau.

Mas a sucessão de lendas macabras que faz as vezes de "História" daquele período é tão caudalosa, a expressão de seriedade com que renomados professores repetem essas fábulas é tão convincente, e sobretudo o silêncio daqueles que conhecem os fatos é tão geral e profundo, que é bem possível que a população, reduzida à mais inerte sonolência por esse massacre midiático, chegue mesmo a acreditar que os militares de 1964, além de assassinos, sádicos, torturadores, ladrões e vendidos ao imperialismo, eram também escravagistas.

Diariamente, dez ou vinte mensagens desse tipo são enxertadas na programação de vários canais. "Enxertadas" é a palavra. São sempre frases breves, com aparência de casuais, inseridas no curso de alguma fala sobre assunto diverso, de modo a captar não a atenção do espectador, mas, precisamente, a sua desatenção. Não visam a produzir a aquisição consciente de uma informação, mas a absorção inconsciente de um hábito. Não se incorporam ao acervo de conhecimentos do espectador, mas à programação de suas reações impensadas, que, por isto mesmo, ele acaba sentindo como as mais livres e espontâneas.

Não menos perversa do que a ocultação completa ou do que a insinuação velada é a pseudo-divulgação, que noticia um fato de modo a propositadamente evitar que chame a atenção. Esta notícia, por exemplo, que normalmente deveria suscitar debates e novas investigações, saiu num canto de página, como que para encerrar o assunto:

Cuba treinou 202 brasileiros, diz Exército

Mário Magalhães

Folha de S. Paulo, domingo, 11 de junho de 2000

O governo de Cuba promoveu, de 1965 a 1971, treinamento de guerrilha para no mínimo 202 militantes de esquerda brasileiros.

Eles fizeram cursos -- de três meses a um ano de duração -- de guerrilha rural e urbana, fotografia, imprensa, enfermagem, inteligência, instruções revolucionárias e explosivos.

Num programa padrão de seis meses, eram dadas aulas de fabricação de bombas caseiras, uso de armas, sabotagem, camuflagem e outras técnicas de ações clandestinas na cidade e no campo.

Ao voltar, os brasileiros recebiam um kit dos cubanos com US\$ 1.000, roupas e orientações para contatar companheiros no Brasil. Havia dez instrutores militares principais.

As informações constam do álbum "Cursos realizados em Cuba", documento confidencial distribuído para órgãos de repressão política em 21 de novembro de 1972 pelo Comando do 1º Exército. O álbum, com 107 páginas, foi encontrado pela Folha no Arquivo Público do Estado do Rio.

As fontes aparentes são depoimentos de guerrilheiros depois presos no Brasil -- não é citada a tortura, então disseminada -- e agentes infiltrados que cursaram a "escola" cubana.

De acordo com o Exército, outros 43 brasileiros podem ter recebido, no período 1965-71, formação militar do governo comunista de Fidel Castro.

O objetivo era prepará-los para a luta armada contra o regime militar brasileiro (1964-85). Não deu certo.

Da lista elaborada pelo Exército, há pelo menos três militantes que hoje são parlamentares: os deputados federais José Dirceu (PT-SP) e Fernando Gabeira (PV-RJ) e o deputado estadual do Rio Carlos Minc (PT).

Dirceu integrou o Molipo (Movimento de Libertação Popular). Gabeira, o MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro). Minc, a Var-Palmares (Vanguarda Armada Revolucionária -- Palmares) e a VPR.

Atualmente, os três são tidos como "moderados" pela esquerda mais radical.

Assim um jornal resguarda sua imagem de imparcialidade, ao mesmo tempo que contribui decisivamente para que só a voz de um dos lados seja ouvida. Por que a "Operação Condor", tão logo desentranhada dos arquivos, desperta um escândalo nacional, e logo depois a notícia da interferência cubana que a provocou é publicada discretamente, sem comentários e sem o menor eco nos programas de TV, nos meios intelectuais, no próprio governo? A resposta é simples: após quarenta anos seguidos de "trabalho de base" nas redações, sem encontrar a menor resistência, os comunistas conseguiram impor seus critérios ideológicos como se fossem a única norma existente, a única norma possível do bom jornalismo. Hoje em dia, milhares de jornalistas que de comunistas não têm nada subscreveriam a seguinte declaração: *"A missão da imprensa é minar, pela crítica, as instituições vigentes"* - sem saber que a frase é de Karl Marx e que ela não é uma receita para fazer jornalismo e sim para fazer uma revolução comunista.

A característica mais notável do atual jornalismo brasileiro é a troca progressiva da informação pela *desinformação* sistemática.

O termo *desinformação* surgiu pela primeira vez em língua russa: *desinformatsia*. É termo técnico

concebido pelo Comintern — o comando do movimento comunista internacional — para designar o uso sistemático de informações falsas como instrumento de desestabilização de regimes políticos.

O objetivo central da desinformação é produzir o completo descrédito das instituições, induzindo a opinião pública a transferir aos agentes da desinformação a confiança que normalmente depositaria no Estado, nas leis e nos costumes tradicionais. O processo é bem conhecido e já foi descrito em muitos livros, por exemplo o clássico de Roger Mucchielli, *La Subversion* (Paris, Bordas, 1971) e o *Tratado de Desinformação* de Vladimir Volkoff (publicado originalmente em francês pelas Éditions du Rocher, mas do qual só tenho em mãos a tradução romena, *Tratat de Dezinformare. De la Calul Troian la Internet*, tr. Mihnea Columbeanu, Bucuresti, Antet, s/d).

O *Petit Robert* define *desinformação* como “o uso de técnicas de informação, notadamente de informação de massa, para induzir em erro, ocultar ou travestir os fatos”. Desinformar, segundo o mesmo dicionário, é “informar de maneira a ocultar determinados fatos ou a falsificá-los”. Mas a palavra não apareceu em línguas ocidentais antes de 1972, quando o Chambers Twentieth Century Dictionary, publicado em Londres, traduziu *desinformátsia* como “*deliberate leakage of misleading information*”.

A *desinformátsia* não apareceu de repente, mas teve antecedentes milenares — Sun-Tsu já dizia: “Todo esforço de guerra baseia-se no engodo”. As diferenças

específicas que a tornam um fenômeno peculiar do século XX são as seguintes:

1. Ela é usada não somente como instrumento de guerra entre Estados, mas sobretudo por forças revolucionárias que agem dentro de seus próprios países, seja por iniciativa própria, seja a serviço de outros Estados.
2. Para muitos Estados modernos — bem como para os poderes internacionais que hoje nos impõem uma “Nova Ordem Mundial” — fomentar revoluções nos outros países tornou-se um *modus operandi* normal e predominante, mesmo em tempo de paz. A moda começa com a casa real francesa, que ajuda a Revolução Americana para prejudicar a Inglaterra, sem imaginar que com isto atraía a maldição sobre si mesma. A Inglaterra aprende a lição e ao longo do século XIX fomenta revoluções nas colônias americanas para destruir seus concorrentes ibéricos. Os EUA atacam revoluções no México para se apropriar do Texas e da Califórnia. Até aí, porém, o uso desse instrumento era esporádico. A Revolução Russa assinala o surgimento do primeiro Estado voltado essencialmente a fomentar revoluções no resto do mundo: cada “guerra de libertação” resulta na expansão colonial da URSS. A Alemanha nazista copia esse procedimento durante algum tempo, sem muito sucesso. Com a queda da URSS, a China e Cuba tornam-se os derradeiros fomentadores de revoluções comunistas, ao mesmo tempo que a disseminação de revoluções — com o nome atenuado para “movimentos sociais” — é adotada pelos grandes organismos internacionais como um dos

procedimentos básicos para expandir e consolidar seu poder sobre as nações do Terceiro Mundo.

3. De elemento auxiliar dos meios de ataque físicos, a informação tornou-se o campo e instrumento predominante da atividade guerreira.

Tudo isso veio a tornar a *desinformátsia* uma arma de uso generalizado e permanente, principalmente depois que, pela primeira vez na história dos imperialismos, a expansão da URSS se fez muito mais pelo artifício de fomentar revoluções do que pelo envio de tropas, de modo que praticamente cada “guerra de libertação” ocorrida no século XX terminou com a instauração de mais um satélite soviético.

Não obstante, a liberdade de imprensa assegurou que, nas democracias ocidentais, uma grande parte dos meios de comunicação conservasse sua independência, seja dos governos de seus próprios países, seja de forças internacionais interessadas em utilizá-los para seus objetivos. Assim, uma diferença radical entre o jornalismo profissional de informação e o jornalismo de *desinformátsia* e combate permanece ainda bem visível, em linhas gerais, na maioria dos grandes jornais dos EUA e da Europa.

O que singulariza o caso brasileiro é a total supressão dessa diferença e a adoção maciça da *desinformátsia* em lugar dos procedimentos válidos do jornalismo. Tão geral e avassaladora foi essa transformação, que hoje a maior parte dos jornalistas já não tem mais a menor idéia do que seja o jornalismo normal e, ao praticar descaradamente

a *desinformátsia*, acredita estar fazendo o único e melhor jornalismo possível. Apenas uma elite dirigente tem plena consciência de que não está informando o público, mas manipulando-o para utilizá-lo numa operação de guerra. Nas redações, a maioria dos profissionais não tem sequer uma consciência teórica dessa distinção.

Por isso, mais do que nunca, só logram acesso à informação correta os cidadãos que tenham a iniciativa de buscá-la pessoalmente nas fontes, hoje tornadas mais acessíveis pela *internet*. Existirá censura mais perversa do que aquela que consegue vetar a divulgação da sua própria existência? Existe. É aquela que continua a fazê-lo quando as notícias vetadas já passaram à História. É aquela que bloqueia não apenas o acesso ao presente, mas ao passado. Mas a proibição do passado é, por seu lado, a mais importante notícia – ela também vetada – sobre a vida presente. Por isso o *site* de Ternuma, ao revelar o passado proibido, ilumina mais ainda o presente.

ABC da desinformação

Olavo de Carvalho

Diário do Comércio, 10 de janeiro de 2013

Para quem zela pela sobrevivência do seu cérebro num tempo de naufrágio universal da inteligência, nada mais urgente do que compreender o que é

realmente “desinformação”. O uso corrente da palavra como rótulo infamante para denegrir qualquer opinião adversa é garantia segura de que as verdadeiras operações de desinformação passarão despercebidas, condição necessária e quase suficiente do seu sucesso.

Só há dois tipos de desinformação genuína, e cada um deles requer muito mais planejamento e execução cuidadosa do que o mero vício jornalístico de espalhar mentirinhas ideologicamente sedutoras.

O primeiro tipo – e, de longe, o mais importante – é aquele que tem como alvo não o público em geral, a massa ignara, e sim os homens do poder, os que tomam decisões de grande alcance. Dificilmente uma dessas criaturas se deixa orientar pelo que sai na mídia popular. Para influenciá-las é preciso colocar no seu *entourage* (ou conquistar mediante suborno, chantagem etc.) assessores técnicos que sejam da sua plena confiança. E mesmo estes têm de ser muito prudentes no manejo do fluxo de informações que levará seus chefes a tomar as decisões erradas, favoráveis ao inimigo que controla de longe a situação. A importância dessas operações é imensurável, muito mais do que o cidadão comum pode imaginar, e ninguém foi (e é ainda) mais hábil em manejá-las do que a boa e velha KGB (atual FSB). Graças à pletora de documentos secretos revelados após a queda da URSS, hoje sabe-se que desde os anos 40 os agentes soviéticos moldaram a seu belprazer algumas das principais decisões estratégicas do governo de Washington no cenário

internacional, induzindo-o a trabalhar contra os interesses mais vitais da nação americana.

O exemplo mais claro e didático está no livro *Operation Snow: How a Soviet Mole in FDR's White House Triggered Pearl Harbor*, de John Koster (Regnery, 2012). “Mole” (toupeira) é, no jargão dos serviços de inteligência, o termo técnico que designa o agente infiltrado. A toupeira, no caso, foi Harry Dexter White, alto funcionário do Tesouro, homem de confiança de Franklin Delano Roosevelt e, como os documentos comprovam, agente soviético.

A situação era a seguinte em 1941. O governo militarista e expansionista do Japão estava dividido entre duas correntes: uma queria retormar a velha guerra com a Rússia. A outra queria ajudar os nazistas contra as potências ocidentais. A Rússia, sob ataque alemão desde junho, não podia oferecer resistência eficaz aos japoneses do outro lado do território. Profundo conhecedor da língua, da cultura e da política japonesas, e colocado, ademais, numa posição desde a qual podia facilmente influenciar as decisões econômicas do governo Roosevelt, Harry Dexter White foi contratado pelos soviéticos para criar artificialmente um conflito entre o Japão e os EUA. A seqüência de memorandos e estudos estratégicos com que ele remoldou para pior as relações econômicas entre os dois países foi uma obra de gênio, levando Roosevelt a impor às importações japonesas de petróleo limitações drásticas que do ponto de vista americano pareciam simplesmente razoáveis, mas que no contexto japonês, e em língua japonesa, soavam como

verdadeiras declarações de guerra. O Japão respondeu com o ataque a Pearl Harbor em 7 de dezembro de 1941 – não por coincidência, um dia depois que a Rússia, livre da ameaça nipônica, lançava aos alemães um contra-ataque maciço.

Psicologicamente, Pearl Harbor é ainda hoje um símbolo aglutinador do patriotismo americano, mas, em termos substantivos, foi uma tremenda vitória da desinformação soviética.

O outro tipo de desinformação é antes uma obra de engenharia social. Não se dirige ao governo para moldar suas decisões, mas, ao contrário, vem do governo e de seus centros de poder associados e desce para a massa popular, depois que as decisões já estão tomadas e é preciso, para implementá-las, conquistar o apoio do eleitorado, mantê-lo na total ignorância do que os altos círculos estão fazendo ou ajustar sua conduta aos padrões exigidos pela nova política.

Pode-se chamar esses dois tipos de micro e macrodesinformação. As dificuldades são consideráveis em ambos os casos, mas de natureza bem diversa. Se o primeiro é inviável sem o máximo de sigilo e o manejo fino do fluxo de informações, o segundo requer o controle completo dos meios maiores e mais prestigiosos de difusão, podendo no entanto coexistir com alguma contestação menor – ou marginal -- que, estatisticamente, não afete os sentimentos da massa popular.

No Brasil essa condição é fácil de alcançar, pois a grande mídia foi sempre dependente de verbas

governamentais e não se atreve a morder a mão que a alimenta. Foi assim que os maiores jornais e canais de TV consentiram em ocultar a existência do Foro de São Paulo até o momento em que, dominador completo da situação continental, este já podia se exibir em público sem maiores riscos.

Nos EUA a coisa teve de ser precedida de um longo e complexo processo de concentração da mídia nas mãos dos grupos globalistas que hoje disputam com a Rússia as afeições do bloco islâmico. Quando esses grupos colocaram Barack Hussein Obama no governo para minar o poder nacional dos EUA e operar um giro de 180 graus na política externa americana, fazendo do antigo aliado de Israel o maior protetor que os radicais muçulmanos já tiveram no Ocidente, a mídia já estava preparada para ocultar não somente a biografia altamente comprometedora do presidente, mas até algumas das suas *executive orders* mais ambiciosas e daninhas, que entram em vigor sem que a população fique sabendo de nada.

Proporção inversa

Olavo de Carvalho

Jornal do Brasil, 14 de fevereiro de 2008

A ofensiva cultural soviética começou nos anos 20 e durou até o fim da URSS. Tanto pelas dimensões quanto pelos métodos que empregava, foi fenômeno sem similares no mundo. Não houve onde sua

influência não penetrasse, determinando os rumos da história cultural de nações inteiras. Seus meios de ação estendiam-se para muito além da propaganda, dos festivais, das turnês de artistas e congressos de escritores. Iam muito além das viagens de cortesia, inumeráveis e freqüentemente prolongadas em estágios de treinamento na KGB. Iam muito além do financiamento perpétuo a milhares de escritores e jornalistas. Iam até mesmo além da dominação exercida sobre centenas de jornais, revistas e estações de rádio em todo o mundo. Incluíam todos os recursos usados em espionagem, monitorando a vida pessoal dos “companheiros de viagem” para mantê-los sob a ameaça de chantagem, implantando discretos comitês de censura na imprensa cultural, nas universidades e nos meios editoriais para boicotar os autores indesejáveis até o limite da exclusão total e bajular os desejáveis até o limite da idolatria. Após a queda da URSS, a máquina laboriosamente montada não se desmantelou: adaptou-se à estratégia gramsciana e à nova organização da esquerda internacional em “redes”, muniu-se de novas fontes de financiamento e, aliviada do entulho burocrático soviético, continuou funcionando, mais eficiente do que nunca e tão prepotente quanto sempre.

A história cultural do Brasil nas últimas seis ou sete décadas é absolutamente incompreensível sem o estudo dessa imensa obra de engenharia, cujo custo não se pode calcular.

No entanto, não existe nenhum livro brasileiro a respeito, e a imensa bibliografia estrangeira sobre o

assunto (muito aumentada depois da abertura dos Arquivos de Moscou) continua vetada ao nosso público. Nas universidades e na mídia, muitos de nossos intelectuais continuam trabalhando nas linhas determinadas por Stálin, Karl Radek e Willi Münzenberg, não porque ainda tenham alguma conexão formal com o aparato (a maioria nem tem), mas simplesmente porque nunca aprenderam a fazer outra coisa. O mais patético é que em geral esses indivíduos, tão ciosos de “historicidade”, não têm a menor suspeita da origem de seus hábitos mentais. Vivendo da ignorância das suas próprias raízes ocultas, tornam-nas ainda mais invisíveis mediante o hábito compulsivo de ofuscar-se lançando uma luz demasiado forte sobre a história secreta (ou suposta história secreta) de seus desafetos políticos. O número de livros-denúncia contra a CIA que circulam no Brasil supera em muito o dos agentes da CIA já localizados comprovadamente no país. Não é de estranhar que àqueles livros se some agora, com formidável alarde midiático, o de Frances Stonor Saunders sobre o Congresso pela Liberdade da Cultura, a resposta muito modesta e tardia (e, no mínimo, moralmente obrigatória), que a CIA esboçou ao avanço cultural soviético entre os anos 1950-1967 (*The Cultural Cold War*, publicado pela Record com o título de *Quem Pagou a Conta?*). Embora enfatizando que o empreendimento tinha objetivos de propaganda política – como se algum dos participantes o ignorasse! --, a autora nada consegue alegar contra o argumento de que o Congresso se distingue de seu antagonista por jamais ter usado de chantagem, intimidação ou censura, nem rebaixado artistas à condição de *office-boys*, nem subornado

alguém para mentir deliberadamente, práticas usuais da KGB na guerra cultural. No fim das contas, a tese de Saunders pode ser resumida nesta frase: “No seu auge, o Congresso empregava dúzias de funcionários.” Mesmo no seu ponto mais baixo, a ofensiva cultural soviética não empregava dúzias de pessoas, mas dúzias de milhares. Se a diferença entre as duas campanhas é inversamente proporcional à atenção que recebem da mídia brasileira, isso só mostra o sucesso continuado de uma delas.

O leninismo eterno

Olavo de Carvalho

O Globo, 11 de novembro de 2000

Durante anos a imprensa ocidental assegurou que havia um grave conflito entre os governos socialistas da Rússia e da Albânia. A fonte da notícia eram as rádios estatais dos dois países, captadas pelo serviço secreto americano, que transmitiam pesadas recriminações mútuas entre os déspotas soviéticos e os altivos governantes de uma naçãozinha que se cansara de ser satélite. As dissensões internas, afirmavam os comentaristas, prenunciavam a dissolução do monolito soviético, a modernização do regime, a abertura ao Ocidente, o retorno das liberdades civis. Enquanto isso, o intercâmbio

diplomático e comercial entre Rússia e Albânia continuava normalmente, os representantes de cada lado eram bem recebidos no outro, mas a imprensa de Nova York e Londres explicava que eles estavam apenas tentando "resolver suas divergências".

Passados 40 anos, ex-agentes da KGB revelaram que as emissões da rádio albanesa, além de vir em língua praticamente desconhecida na Rússia, só eram ouvidas em Moscou pelos funcionários do serviço secreto, ao passo que as russas nem sequer chegavam até a Albânia, porque não havia retransmissão pelas torres locais. A troca de insultos tinha sido, enfim, uma emissão exclusiva para o público ocidental...

Os habitantes de países democráticos, onde os jornalistas vasculham tudo e a oposição revela documentos secretos dos órgãos de segurança para esculhambar com o Governo, dificilmente podem imaginar a facilidade com que um regime totalitário, controlando as fontes de informação, logra impor, para aquém ou além de suas fronteiras, uma imagem totalmente falsa do que nele se passa.

De modo mais geral, o movimento socialista, no poder ou fora dele, notabilizou-se pelo talento de mostrar-se tanto mais dividido e debilitado - e por isto mesmo menos ortodoxo e mais aberto a inovações democráticas - justamente nos momentos em que mais estreitamente cerrava fileiras para um esforço conjunto em estratégias de longo prazo.

Poucos não-militantes compreendem o sentido dialético do raciocínio socialista, onde cada decisão traz em seu bojo o resultado oposto, calculado para

germinar em segredo e vir à luz de repente, pronto e realizado, como se surgido do nada, confundindo e paralisando os adversários. Pelo menos três vezes o truque obteve sucesso em escala planetária, levando o mundo a acreditar que o socialismo havia desistido de sua ortodoxia e de seus planos de expansão, precisamente quando ele se preparava para ampliar seus domínios e exercer sobre eles um controle ainda mais rígido.

A primeira foi em 1921, quando Lenin abriu a Rússia aos investimentos estrangeiros. Foi uma onda mundial de alívio. Capitais acorreram em profusão, celebrando o fim do pesadelo revolucionário. Quando a injeção acabou de produzir seus efeitos curativos sobre a economia russa, veio a brutal antítese dialética: a repentina estatização total da indústria, dos bancos e da agricultura, a consolidação do Estado policial.

A segunda foi a dissolução do Comintern, em maio de 1943, um aceno de boa vontade aos aliados antinazistas, que o interpretaram como prova de que o comunismo abandonara suas ambições revolucionárias e se transformara em puro progressismo patriótico. Franklin Roosevelt chegou a assegurar que Stalin não era comunista de maneira alguma. O resultado, logo depois, foi a ocupação de meia Europa pelos exércitos soviéticos e a implantação do comunismo na China.

A terceira foi a "desestalinização", em 1956, entre aplausos gerais do Ocidente à cansada ideologia revolucionária que generosamente abdicava de si

mesma. Resultados: revolução cubana e expansão formidável do socialismo na Ásia e na África.

Por isso mesmo, não é nada estranho que, quanto mais a esquerda brasileira proclama seu estado de divisão, a perda de sua identidade ideológica e sua conseqüente disposição de abrir-se à modernização capitalista, mais firme e coesa ela avance rumo à conquista do poder, mais ela consolida seu braço armado, seu serviço de espionagem, sua posição de mando na mídia e seu domínio sobre a linguagem, o imaginário e as reações emocionais das classes cultas.

Ninguém mais, fora da esquerda, sabe o que é dialética ou como funciona o princípio leninista do "centralismo democrático". Por isso ninguém entende que uma aparência de anarquia e pluralismo é a melhor e a mais tradicional fachada para a consecução de uma estratégia unitária de longo prazo.

Pela mesma razão, todas as análises do desempenho eleitoral do PT que li até agora se dividem em duas espécies: metade é falta de informação, a outra metade é desinformação.

Solidamente protegida da luz pela geral ignorância de seus métodos, a estratégia, no entanto, às vezes deixa o rabo à mostra. Numa entrevista recente, o sr. Luiz Inácio Lula da Silva, após dar por implícito que a meta do PT é o socialismo, rejeitou categoricamente a hipótese de uma social-democracia, inviável, segundo ele, num país tão pobre (ou que tal lhe parece). Mas um socialismo, se

não é social-democracia, que raio de coisa há de ser senão o bom e velho leninismo?

Socialismo e cara-de-pau

Olavo de Carvalho

O Globo, 7 de outubro de 2000

Um dos mais notórios apóstolos do socialismo nestas plagas, cujo nome não declinarei para que não digam que é perseguição, gabava-se outro dia de que a esquerda sempre foi a primeira a reconhecer o fracasso da URSS.

Quatro décadas de experiência não bastaram para me habituar à cara-de-pau esquerdista. Ainda me surpreendo quando, batendo nela com os nós dos dedos, ouço o inconfundível "toc-toc" da madeira velha. Como os livros anticomunistas foram desaparecendo de circulação desde os anos 60, enquanto seus contrários abarrotavam cada vez mais as prateleiras das livrarias (mostrando que a censura extra-oficial das patrulhas foi muito mais persistente do que a censura governamental), é uma delícia, para essa gente, poder falar à platéia jovem com a plena segurança de que ela ignora tudo da história do socialismo, ou pelo menos de que só a conhece pela versão conveniente.

Nenhum sujeito com menos de 50 anos conhece hoje os nomes de Viktor Kravchenco, Walter Krivitsky, Elizabeth Bentley, Whittaker Chambers. Se os conhecesse, saberia a que prodígios de falsificação e difamação organizada a esquerda pôde chegar para ocultar a divulgação de qualquer notícia que pudesse manchar a santa imagem do comunismo.

Kravchenco, um exilado russo em Paris, publicou em 1946 o primeiro testemunho detalhado sobre os campos de concentração soviéticos. Imediatamente ergueu-se contra ele o vozerio maciço da intelectualidade francesa - numa gama que ia do comunista Roger Garaudy e seu "companheiro de viagem" Jean-Paul Sartre até as revistas católicas "Esprit" e "Témoignage Chrétien" (pois na França os Boffs & Bettos já abundavam naquela data) - para acusá-lo de ser um mentiroso a soldo da CIA. Homem simples, Kravchenco enfrentou com brio a assembléia de vacas sagradas, processando seus detratores e trazendo para diante do júri dezenas de ex-prisioneiros, entre os quais Margarete Buber-Neumann, neta do eminente filósofo Martin Buber, que confirmaram de ponta a ponta seu depoimento. Sartre et caterva foram condenados a pagar indenização, mas o vencedor, velho e extenuado, morreu logo depois da batalha. Então foi fácil para seus inimigos fazer baixar sobre o caso uma pesada e durável cortina de silêncio. O livro de Kravchenco, "Escolhi a liberdade", é hoje impossível de encontrar exceto em sebos.

Whittaker Chambers e Elizabeth Bentley, ex-agentes do Comintern, descreveram as operações secretas de

que tinham participado nos EUA, deixando claro que o Partido Comunista americano e sua rede de colaboradores informais nos meios elegantes não eram senão uma fachada da espionagem soviética. O establishment universitário fez o possível para desqualificar os depoimentos de ambos, ainda que confirmados pelo de Krivitsky, um general com alto posto na NKVD que fugiu para o Ocidente e, logo após contar o que sabia, apareceu morto a tiros num hotel em Washington, sendo sua memória sepultada sob densas camadas de material acadêmico difamatório. As memórias de Chambers, "Witness", um dos mais belos livros da língua inglesa, desapareceram dos catálogos das editoras.

Após o fim da Guerra Fria, os governos ocidentais suspenderam todo esforço sistemático de propaganda anticomunista. A esquerda, em vez de retribuir o gesto cavalheiresco, aproveitou-se da trégua unilateral para consolidar sua posição nos meios intelectuais. Nas décadas de 70 e 80, a produção de teses anti-Kravchenco, anti-Chambers etc. foi tão intensa que, na entrada dos anos 90, a doutrina de que a esquerda americana era puramente autóctone e sem qualquer ligação significativa com a URSS podia se considerar triunfante. Então... Bem, então veio a queda da URSS e a abertura dos arquivos da KGB. Aí houve choro e ranger de dentes. Toneladas de telegramas, de bilhetes cifrados, de ordens de serviço, de recibos milionários vieram à tona. Hoje não é mais possível ocultar: cada palavra de Kravchenco, de Krivitsky, de Bentley, de Chambers era verdade, assim como as de Robert Conquest, o primeiro historiador científico dos

Processos de Moscou, fartamente difamado entre seus pares. O estado de espírito atual, entre acadêmicos que estudam o assunto, pode ser resumido nos títulos de dois livros de pesquisadores que mergulharam a fundo nos arquivos de Moscou. O primeiro é o de John Lewis Gaddis, publicado pela Oxford University Press: "We now know", "Agora nós sabemos". O segundo é o de Richard Gid Powers (Yale University Press), "Not without honor", "Não sem honra" - o reconhecimento de que o anticomunismo americano não foi uma sórdida campanha de mentiras, mas um sério esforço de fazer prevalecer a verdade sob o fogo cerrado de um exército mundial de prestigiosos vigaristas. Até ao remoto Brasil a onda de revelações trouxe alguma luz, mostrando que o famoso "ouro de Moscou", longamente explicado como invenção maldosa da CIA, havia com efeito tilintado nos bolsos de nossos grotescos heroizinhos comunistas.

Depois disso, que mais restava à esquerda senão passar um tardio e vergonhoso recibo do fato consumado? Foi assim que em 1997 apareceu o "Livro negro do comunismo", que, comprovando item por item as denúncias direitistas que a esquerda mundial desmentira desde a década de 30, ainda procurava diminuir a extensão quantitativa do desastre mas não conseguia reduzir o número de vítimas do comunismo para baixo da cifra dos cem milhões. Mesmo assim, o livro não saiu sem provocar reações indignadas (tipo "Onde já se viu dar munição ao inimigo?"), nem sem suscitar a produção de um atabalhoad e ineficacíssimo contraveneno, o qual, sob o título "O livro negro do capitalismo", só é

levado a sério, precisamente, pela anônima figuraça aludida no início deste artigo, cujo anonimato preservo, também, por julgar que esse deveria ser o seu estado natural.

A grandeza de Josef Stálin

Olavo de Carvalho

Folha de S.Paulo, 18 de dezembro de 2003

A Segunda Guerra Mundial foi preparada e provocada deliberadamente pelo governo soviético desde a década de 20, naquilo que constituiu talvez o mais ambicioso, complexo e bem-sucedido plano estratégico de toda a história humana. O próprio surgimento do nazismo foi uma etapa intermediária, não de todo prevista no esquema originário, mas rapidamente assimilada para dar mais solidez aos resultados finais.

Os documentos dos arquivos de Moscou reunidos pelos historiadores russos Yuri Dyakov e Tatyana Bushuyeva em "The Red Army and the Wehrmacht" (Prometheus Books, 1995) não permitem mais fugir a essa conclusão.

Reduzida à miséria por indenizações escorchantes e forçada pelo Tratado de Versalhes a se desarmar, a Alemanha sabia que, para ter seu Exército de volta, precisaria reconstruí-lo em segredo. Mas burlar a fiscalização das potências ocidentais era impossível. A ajuda só poderia vir da URSS.

Enquanto isso, Stálin, descrente dos movimentos revolucionários europeus, pensava em impor o comunismo ao Ocidente por meio da ocupação militar. Nessa perspectiva, a Alemanha surgia naturalmente como a ponta-de-lança ideal para debilitar o adversário antes de um ataque soviético. Foi para isso que Stálin investiu pesadamente no rearmamento secreto da Alemanha e cedeu parte do território soviético para que aí as tropas alemãs se reestruturassem, longe da vigilância franco-britânica. De 1922 até 1939, a URSS militarizou ilegalmente a Alemanha com o propósito consciente de desencadear uma guerra de dimensões continentais. A Segunda Guerra foi, de ponta a ponta, criação de Stálin.

O sucesso do nazismo não modificou o plano, antes o reforçou. Stálin via o nazismo como um movimento anárquico, bom para gerar confusão, mas incapaz de criar um poder estável. A ascensão de Hitler era um complemento político e publicitário perfeito para o papel destinado à Alemanha no campo militar. Se o Exército alemão iria arrombar as portas do Ocidente para o ingresso das tropas soviéticas, a agitação nazista constituiria, na expressão do próprio Stálin, "o navio quebra-gelo" da operação. Debilitando a confiança européia nas democracias, espalhando o caos e o pânico, o nazismo criaria as condições psicossociais necessárias para que o comunismo, trazido nas pontas das baionetas soviéticas com o apoio dos movimentos comunistas locais, aparecesse como um remédio salvador.

Para realizar o plano, Stálin tinha de agir com prudente e fino maquiavelismo. Precisava fortalecer a Alemanha no presente, para precipitá-la num desastre no futuro, e precisava cortejar o governo nazista ao mesmo tempo em que aticava contra ele as potências ocidentais. Tarimbado na práxis dialética, ele conduziu com espantosa precisão essa política de mão dupla na qual reside a explicação lógica de certas contradições de superfície que na época desorientaram e escandalizaram os militantes mais ingênuos (como as sutilezas da estratégia do sr. José Dirceu escandalizam e desorientam a sra. Heloísa Helena).

Por exemplo, ele promovia uma intensa campanha antinazista na França, ao mesmo em tempo que ajudava a Alemanha a se militarizar, organizava o intercâmbio de informações e prisioneiros entre os serviços secretos da URSS e da Alemanha para liquidar as oposições internas nos dois países e recusava qualquer ajuda substantiva aos comunistas alemães, permitindo, com um sorriso cínico, que fossem esmagados pelas tropas de assalto nazistas. A conduta aparentemente paradoxal da URSS na Guerra Civil Espanhola também foi calculada dentro da mesma concepção estratégica.

Mobilizando batalhões de idiotas úteis nas classes intelectuais do Ocidente, a espetaculosa ostentação estalinista de antinazismo -cujos ecos ainda se ouvem nos discursos da esquerda brasileira, última crente fiel nos mitos dos anos 30- serviu para camuflar a militarização soviética da Alemanha, mas também para jogar o Ocidente contra um inimigo virtual que,

ao mesmo tempo, estava sendo jogado contra o Ocidente.

Hitler, que até então era um peão no tabuleiro de Stálin, percebeu o arдил e decidiu virar a mesa, invadindo a URSS. Mas Stálin soube tirar proveito do imprevisto, mudando rapidamente a tônica da propaganda comunista mundial do pacifismo para o belicismo e antecipando a transformação, prevista para muito depois, do antinazismo de fachada em antinazismo armado. Malgrado o erro de cálculo logo corrigido, o plano deu certo: a Alemanha fez seu papel de navio quebra-gelo, foi a pique, e a URSS ascendeu à posição de segunda potência mundial dominante, ocupando militarmente metade da Europa e aí instalando o regime comunista.

Na escala da concepção estalinista, o que representam 40 milhões de mortos, o Holocausto, nações inteiras varridas do mapa, culturas destruídas, loucura e perdição por toda parte? Segundo Trótski, o carro da história esmaga as flores do caminho. Lênin ponderava que sem quebrar ovos não se pode fazer uma omelete. Flores ou ovos, o sr. Le Pen, mais sintético, resumiria o caso numa palavra: "Detalhes". Apenas detalhes. Nada que possa invalidar uma grandiosa obra de engenharia histórica, não é mesmo?

Por ter colaborado nesse empreendimento, o sr. Apolônio de Carvalho foi, no entender do ministro Márcio Thomaz Bastos, um grande herói. Mas, se o miúdo servo de Stálin tem as proporções majestosas de um herói, o que teria sido o próprio Stálin? Um deus?

URSS, a mãe do nazismo

Olavo de Carvalho

Diário do Comércio, 11 de dezembro de 2008

Se você acha que comunistas, socialistas e marxistas acadêmicos são pessoas normais e respeitáveis, com as quais é possível um "diálogo democrático", por favor vá ao site <http://www.sovietstory.com/about-the-film>, ou diretamente a <http://www.youtube.com/watch?v=xqGkj-6iF2I&feature=PlayList&p=26731056B15AF3E1&index=0&playnext=1> e veja o filme The Soviet Story, que o cientista político Edvins Snore escreveu e dirigiu baseado em documentos recém-desencavados dos arquivos soviéticos. Eis algumas coisinhas que você pode aprender com ele: 1. Toda a tecnologia genocida dos campos de concentração foi inventada pelos soviéticos. Os nazistas enviaram comissões a Moscou para estudá-la e copiar o modelo. 2. O governo da URSS assinou com os nazistas um tratado para o extermínio dos judeus e cumpriu sua parte no acordo, entre outras coisas enviando de volta à Gestapo os judeus que, iludidos pelas promessas do paraíso comunista, buscavam asilo no território soviético. 3. A ajuda soviética à máquina de guerra nazista foi muito maior do que se imaginava até agora. O nazismo jamais teria crescido às proporções de uma ameaça internacional sem as armas, a assistência técnica, os alimentos e o dinheiro que a

URSS enviou a Hitler desde muito antes do Pacto Ribbentrop-Molotov de 1939. 4. Altos funcionários do governo soviético defendiam – e os remanescentes defendem ainda – a tese de que fortalecer o nazismo foi uma medida justa e necessária adotada por Stálin para combater o "fascismo judeu" (sic). 5. Nada disso foi um desvio accidental de idéias inocentes, mas a aplicação exata e rigorosa das doutrinas de Marx e Lenin que advogavam o genocídio como prática indispensável à vitória do socialismo.

Todo militante ou simpatizante comunista é cúmplice moral de genocídio, tem as mãos tão sujas quanto as de qualquer nazista, deve ser denunciado em público e excluído da convivência com pessoas decentes. A alegação de ignorância, com que ainda podem tentar se eximir de culpas, é tão aceitável da parte deles quanto o foi da parte dos réus de Nuremberg. É uma vergonha para a humanidade inteira que crimes desse porte não tenham jamais sido julgados, que seus perpetradores continuem posando no cenário internacional como honrados defensores dos direitos humanos, que partidos comunistas continuem atuando livremente, que as idéias marxistas continuem sendo ensinadas como tesouros do pensamento mundial e não como as aberrações psicóticas que indiscutivelmente são. É uma vergonha que intelectuais, empresários e políticos liberais, conservadores, protestantes, católicos e judeus vivam aos afagos com essa gente, às vezes até rebaixando-se ao ponto de fazer contribuições em dinheiro para suas organizações.

Seguem abaixo algumas considerações sobre esse fenômeno deprimente. A convenção vigente nas nações democráticas trata os porta-vozes das várias posições políticas como se fossem pessoas igualmente dignas e capacitadas, separadas tão-somente pelo conteúdo das suas respectivas convicções e propostas. Confiantes nessa norma de polidez e aceitando-a como tradução da realidade, os conservadores, liberais clássicos, social-democratas e similares caem no erro medonho de tentar um confronto com os revolucionários no campo do diálogo racional.

Todos os seus esforços persuasivos dirigem-se, então, no sentido de tentar modificar o "conteúdo" das crenças do interlocutor, mostrando-lhe, por exemplo, que o capitalismo é mais eficiente do que o socialismo, que a economia de mercado é indispensável à manutenção das liberdades individuais, ou mesmo entrando com eles em discussões morais e teológicas mais complexas. Tudo isso não apenas é uma formidável perda de tempo, mas é mesmo um empreendimento perigoso, que coloca o defensor da democracia numa posição extremamente fragilizada e vulnerável. A discussão democrática racional não somente é inviável com indivíduos afetados de mentalidade revolucionária, mas expõe o democrata a uma luta desigual, desonesta, impossível de vencer. O debate com a mentalidade revolucionária é o equivalente retórico da guerra assimétrica.

Trinta anos de estudos sobre a mentalidade revolucionária convenceram-me de que ela não é a

adesão a este ou àquele corpo de convicções e propostas concretas, mas a aquisição de certos cacoetes lógico-formais incapacitantes que acabam por tornar impossível, para o indivíduo deles afetado, a percepção de certos setores básicos da experiência humana. A mentalidade revolucionária não é um conjunto de crenças, é um sistema de incapacidades adquiridas, que começam com um escotoma intelectual e culminam numa insensibilidade moral criminosa. É uma doença mental no sentido mais estrito e clínico do termo, correspondente àquilo que o psiquiatra Paul Sérieux descrevia como delírio de interpretação.

Numa discussão com o homem normal, o revolucionário está protegido pela sua própria incapacidade de compreendê-lo. Os antigos retóricos consideravam que o gênero mais difícil de discurso, chamado por isso mesmo *genus admirabile*, é aquele que se dirige ao interlocutor incapaz. Os melhores argumentos só podem funcionar ante a platéia que os compreenda; eles não têm o dom mágico de infundir capacidade no auditório, nem de curá-lo de um handicap adquirido.

Os sintomas mais graves e constantes da mentalidade revolucionária são, como já expliquei, a inversão do sentido do tempo (o futuro hipotético tomado como garantia da realidade presente), a inversão de sujeito e objeto (camuflar o agente, atribuindo a ação a quem a padece) e a inversão da responsabilidade moral (vivenciar os crimes e crueldades do movimento revolucionário como expressões máximas da virtude e da santidade).

Esses traços permanecem constantes na mentalidade revolucionária ao longo de todas as mutações do conteúdo político do seu discurso, e é claro que qualquer alma humana na qual eles tenham se instalado como condutas cognitivas permanentes está gravemente enferma.

Tratá-la como se estivesse normal, admitindo a legitimidade da sua atitude e rejeitando tão-somente este ou aquele conteúdo das suas idéias, é conformar-se em representar um papel numa farsa psicótica da qual os dados da realidade estão excluídos a priori, já não constituindo uma autoridade a que se possa apelar no curso do debate.

Revolucionários são doentes mentais. Os exemplos de sua incapacidade para lidar com a realidade como pessoas maduras e normais são tantos e tão gigantescos que seu mostruário não tem mais fim. Cito um dentre milhares. O sentimento de estar constantemente exposto à violência e à perseguição por parte da "direita" é um dos elementos mais fortes que compõem a auto-imagem e o senso de unidade da militância esquerdista. No entanto, se somarmos todos os ataques sofridos pelos esquerdistas desde a "direita", eles são em número irrisório comparados aos que os esquerdistas sofreram dos regimes e governos que eles próprios criaram. Ninguém no mundo perseguiu, prendeu, torturou e matou tantos comunistas quanto Lenin, Stálin, Mao Tsé Tung, Pol Pot e Fidel Castro. A militância esquerdista sente-se permanentemente cercada de perigos, e nunca, nunca percebe que eles vêm dela própria e não de seus supostos "inimigos de classe". Esse traço é tão

evidentemente paranóico que só ele, isolado, já bastaria para mostrar a inviabilidade do debate racional com essas pessoas.

O que separa o democrata do revolucionário não são crenças políticas. É um abismo intransponível, como aquele que isola num mundo à parte o psicótico clinicamente diagnosticado. O que pode nos manter na ilusão de que essas pessoas são normais é aquilo que assinalava o Dr. Paul Serieux: ao contrário dos demais quadros psicóticos, o delírio de interpretação não inclui distúrbios sensoriais. O revolucionário não vê coisas. Ao contrário, sua imaginação é empobrecida e amputada da realidade por um conjunto de esquemas ideais defensivos.

A mentalidade revolucionária é uma incapacidade adquirida, é uma privação de autoconsciência e de percepção. Por isso mesmo, é inútil discutir o "conteúdo" das idéias revolucionárias. Elas estão erradas na própria base perceptiva que as origina. Discutir com esse tipo de doente é reforçar a ilusão psicótica de que ele é normal. Uma doença mental não pode ser curada por um "ataque lógico" aos delírios que a manifestam. Se o debate político nas democracias sempre acaba mais cedo ou mais tarde favorecendo as correntes revolucionárias é porque estas estão imunizadas por uma incapacidade estrutural de perceber a realidade e entram no ringue com a força inexorável de uma paixão cega. E não se pode confundir nem mesmo este fenômeno com o do simples fanatismo. Fanatismo é apenas apego exagerado a idéias que em si mesmas podem ser bastante razoáveis. Em geral, mesmo o mais louco

dos revolucionários não é um fanático. É um sujeito que expressa com total serenidade os sintomas da sua deformidade, dando a impressão de normalidade e equilíbrio justamente quando está mais possuído pelo delírio psicótico.

Na peça de Pirandello, Henrique IV, um milionário louco se convence de que é o rei Henrique IV e força todos os seus empregados a vestir-se como membros da corte. No fim eles já não têm mais certeza de que são eles mesmos ou membros da corte de Henrique IV. É este o perigo a que os democratas se expõem quando aceitam discutir respeitosamente as idéias do revolucionário, em vez de denunciar a farsa estrutural da própria situação de debate. A loucura espalha-se como um vírus de computador. A maioria dos democratas que conheço é inteiramente indefesa em face da prepotência psicológica do discurso revolucionário. Daí a hesitação, a pusilanimidade, a debilidade crônica de suas respostas ao desafio revolucionário. Uma doença mental não pode ser "respeitada", aliás nem "desrespeitada". O respeito ou o desrespeito supõem um fundo de convivência normal, que justamente o delírio revolucionário torna impossível.

P. S. Sheila Figlarz, editora do jornal Visão Judaica, avisa que finalmente a devotada estudiosa Sonia Bloomfield terminou seu trabalho de traduzir para o português a página do Memorial do Holocausto. A versão já está no ar em <http://www.ushmm.org/museum/exhibit/focus/portuguese/>.

A traição dos clérigos

Olavo de Carvalho

Época, 4 de março de 2002

Eles corrompem a Igreja e depois a acusam de corrupta

Em agosto de 1944, após anos de ditadura nazista, a Romênia foi invadida por 1 milhão de soldados russos, que impuseram ao país o regime comunista. “Então – observa em suas memórias o pastor Richard Wurmbbrand – começou um pesadelo que fazia o sofrimento da Romênia sob o nazismo parecer um nada.”

Não que os nazistas fossem melhores, é claro: apenas eles tinham a consciência de ser agentes de um governo estrangeiro e por isso limitavam-se a agir no terreno político-militar, sem interferir muito na cultura do país. Já os comunistas, imbuídos de “internacionalismo proletário”, empreenderam reformá-la de alto a baixo, a começar pela religião. Todos os religiosos – ortodoxos, protestantes, judeus, católicos – viram-se de repente forçados a amoldar suas crenças aos novos dogmas estatais do materialismo dialético. Os recalcitrantes iam parar

em campos de concentração, onde uma segunda opção lhes era oferecida: officiar paródias blasfematórias de suas religiões – com um pedaço de excremento em lugar da hóstia ou palavrões cabeludos enxertados no texto da Torá –, ou então ter todos os dentes arrancados a sangue-frio, diante dos fiéis reunidos, ameaçados de punição idêntica ao menor sinal de protesto. Os que se adaptavam passavam a ensinar a religião sob novas modalidades. Conta Wurmbrand: “O presidente dos batistas afirmou que Stálin realizara a vontade de Deus, e também o elogiou como grande professor de assuntos bíblicos. Padres ortodoxos como Patrascoiu e Rosianou foram mais específicos: tornaram-se agentes da polícia secreta. Rapp, bispo representante da Igreja Luterana na Romênia, começou a ensinar no Seminário Teológico que Deus dera três revelações: uma por Moisés, outra através de Jesus e a terceira através de Stálin, esta última superando a anterior”.

É fácil esquecer que Stálin era tão adorado pela intelectualidade esquerdista mundial quanto depois o foram Mao Tsé-tung, Ho Chi Minh e Fidel Castro, que adotaram métodos idênticos ou piores de persuasão religiosa em seus países. Porém mais fácil ainda é perceber a semelhança da religião imposta pelos comunistas na Romênia com aquela que hoje é ensinada no Brasil pela CNBB, apenas trocando-se o nome de Stálin pelo de seus sucessores mais recentes no panteão dos queridinhos da esquerda. Outra diferença, é claro, reside em que os clérigos romenos se submeteram às novas doutrinas por medo, enquanto os brasileiros o fazem espontaneamente e

com indisfarçado prazer. Também é fato que não arrancam os dentes de seus adversários: extraem-lhes apenas os meios de falar em público, de modo que os protestos se tornam cada vez mais raros e qualquer descontentamento fica parecendo coisa de malucos desajustados.

Concomitantemente, quando explode algum escândalo que envolve padres ou freiras em casos de drogas, pedofilia ou qualquer outra coisa perfeitamente suína, ninguém na imprensa se lembra de associar o fenômeno ao estado de degradação geral implantado na Igreja pelos comunistas e guevarófilos que se apossaram dela. Ao contrário: o mal é localizado “na” Igreja, assim de maneira genérica e intemporal, enquanto os agentes da corrupção continuam sendo tratados como pessoas acima de qualquer suspeita. Não resta pois ao leitor senão explicar aqueles pecados eclesiásticos como males inerentes à tradição cristã, e não como efeitos de alguma ação empreendida desde dentro por inimigos da Igreja.

Assim, sem nenhum ataque frontal à religião, os jornalistas completam desde fora o trabalho comunista de corrosão interna da fé. Mas por que não haveriam de fazê-lo? Afinal, eles também são “clérigos”, no sentido amplo que o termo tinha na Idade Média e que lhe deu Julien Benda em *La Trahison des Clercs*: gente que escreve e fala, formadores da opinião pública. E entre eles, tal como no clero stricto sensu, são maioria esmagadora os que crêem que Fidel Castro implantou em Cuba “o reino de Deus na Terra”.

Cabeças

Olavo de Carvalho

O Globo, 10 de novembro de 2001

Por menos que se queira diabolizar o comunismo, um ponto em comum entre ele e o diabo é uma realidade inegável: ambos fazem menos dano a seus inimigos do que a seus amigos. Todos os regimes de direita, somados, mataram menos comunistas do que Stalin ou Mao individualmente, e em parte alguma da América Latina se fuzilaram tantos revolucionários de esquerda quanto em Cuba: dos veteranos de Sierra Maestra só sobraram praticamente Fidel e seu irmãozinho Raul.

Esse dado é bem conhecido, mas raramente se extrai dele a mais óbvia das conclusões: tentar aplacar a fúria comunista com agrados, lisonjas e propinas é infinitamente mais perigoso do que combatê-la de frente. Juro, amigos: eu, que não passo um dia sem cuspir nos ícones da esquerda, corro menos risco, na hipótese da ascensão dos comunistas ao poder, do que aquele que tente seduzi-los com sorrisos forçados, presentinhos extorquidos e beijocas insossas de garotinha assustada. De mim eles têm raiva e medo. Daquele, não têm senão desprezo -- o desprezo do estuprador que, ao gozar no corpo da vítima, já entrevê o corpo dela morto e jogado aos urubus.

Penso nisso ao contrastar a imagem de feras domesticadas, mansas e bondosas que os jornalistas de esquerda têm neste país, com os urros de ódio à “imprensa burguesa” que eles deram ainda há pouco no “Congreso de Periodistas Lationoamericanos y Caribeños”, realizado em Havana entre 8 e 11 de outubro sob o lema “Un nuevo periodismo”. Urros de ódio que não ficaram nisso, mas foram seguidos por juras de morte e planos muito bem definidos para executá-las num prazo que surpreenderá, pela rapidez, cada empresário auto-satisfeito que se gabe de ter domado seus comunistas de estimação à força de cheques, afagos e promoções.

Jornalistas de 29 países -- inclusive o nosso -- participaram do encontro, que, preparatório ao Fórum Mundial de Educação anunciado para o ano que vem no Rio Grande do Sul, teve o apoio da prefeitura de Porto Alegre e foi abrilhantado por um lindo discurso do sr. Fidel Castro -- aquele mesmo Fidel Castro que, na sua última visita ao Brasil, foi cortejado até o limite da obscenidade pela burguesia local.

Das teses aplaudidas pelo simpósio, publicadas pelo jornal chileno “El Siglo” de 26 de outubro, três são especialmente interessantes:

Primeira: o jornalismo da América Latina ainda “não está à altura das lutas travadas pelo povo da região”.

“À altura”? Todos os cargos conquistados, todas as páginas concedidas, sem réplica, ao assassinato moral de anticomunistas, toda a amoldagem do vocabulário aos cânones politicamente corretos, todo

o ataque maciço à moralidade religiosa tradicional, toda a eliminação de qualquer anticomunismo explícito, toda a supressão de notícias inconvenientes ao renascimento do comunismo, toda a progressiva e implacável redução do espaço dos liberais e conservadores que não consentam em ater-se a inócuas objeções econômico-administrativas, toda a glamurização idolátrica de artistas e intelectuais militantes, tudo isso -- toda a hegemonia gramsciana, em resumo -- não basta. Os comunistas exigem mais. Precisamente, que mais? Leia a segunda tese.

Segunda: é preciso “romper o bloqueio informativo estabelecido pelas grandes cadeias de imprensa” em torno do regime cubano; desencadear, como resumiu Fidel, “la batalla de la verdad contra la mentira”.

Pelo menos no Brasil, o único bloqueio vigente é o de notícias contra Cuba. Há 30 anos não leio em nossos jornais uma única menção aos prisioneiros políticos em Havana, às armas bacteriológicas desenvolvidas no laboratório de “La Fabriquita”, às ligações entre o governo cubano e o narcotráfico, aos intermináveis fuzilamentos de fugitivos, aos últimos livros proibidos, à nova tabela de preços das “gineteras” (um sanduíche, um maço de cigarros), à eficácia invejável de um Estado policial que tem um olheiro para cada 28 habitantes. Em contrapartida, lêem-se toda semana imprecações contra o bloqueio econômico americano, homenagens chorosas à memória do Che, recordações nostálgicas de nossos velhos terroristas em Havana, notícias de prêmios, cargos, desagravos e indenizações concedidos a assassinos profissionais treinados em Cuba.

Mas tudo isso ainda “não está à altura”. E tudo o que não esteja à altura da expectativa de Fidel -- é bloqueio. A que altura se pretende chegar na luta pela sua remoção, eis o que se torna explícito na terceira tese.

Terceira: destruir a liberdade de imprensa “burguesa” defendida pela SIP, Sociedade Interamericana de Imprensa, e implantar no continente a verdadeira liberdade de imprensa, tal como existe... em Cuba! Sim, a liberdade de imprensa que conhecemos é apenas a liberdade “de um grupo de indivíduos poderosos”. Liberdade efetiva, completo direito à informação, só em Cuba.

Como funciona esse direito à informação, todos sabemos. Cabrera Infante deu-nos uma descrição dele em “Mea Cuba”. Todas as editoras são do Estado. Para publicar o que quer que seja em livros ou periódicos o sujeito tem de se inscrever num sindicato que, ao primeiro desvio da política oficial, cassa o seu registro. Aí o ex-jornalista vai procurar emprego, mas é proibido dar emprego a quem tenha sido expulso de um sindicato. Ele pode pedir ajuda aos amigos, mas dificilmente eles vão dar, porque é crime ajudar um inimigo do Estado. Restaria a mendicância, se também não fosse proibida, ou o exílio, se sair de Cuba não fosse mais proibido ainda. Mas, se o sujeito sobreviver aos tiros da polícia marítima e escapar incólume aos dentes dos tubarões no mar do Caribe, a bordo de um pneu, poderá talvez arranjar emprego em algum jornal de exilados em Miami. E aí tudo o que ele escreva sobre o que passou em Cuba será impugnado pelo mundo afora --

sobretudo no Brasil -- como sórdida propaganda emanada da “máfia cubana”.

Tal é o tipo de liberdade que os 300 jornalistas signatários da declaração final do congresso desejam para nós.

Se, diante disso, ainda há quem ache que a ânsia de poder dos comunistas pode ser aplacada mediante promoções e afagos ou mediante o sacrifício ritual de algum reacionário sobrevivente, pense nisso: nenhuma ambição pode ser mais forte que a de tornar-se um “transformador do mundo”. Quem, sonhando com poderes demiúrgicos, há de se contentar com um emprego na mídia? Não há emprego, não há lisonja, não há amizade que possa desviar de seu objetivo a casta de intelectuais ativistas que aspira a moldar a Humanidade, como Deus, à sua imagem e semelhança.

Ou vocês arrancam o comunismo da cabeça dessa gente, ou ela arrancará suas cabeças. As suas, primeiro. A minha, depois, talvez.

Antifascismo hitlerista

Olavo de Carvalho

O Globo, 2 de setembro de 2000

Por que os comunistas vivem chamando os outros de fascistas? Já vi esse rótulo colado nas figuras mais

dísparos: cristãos, liberais, conservadores, maçons, militares latino-americanos, anarquistas, social-democratas, muçulmanos - todo mundo. Nem judeus escapam: Menachem Begin e Arthur Koestler levaram essa carimbada umas dúzias de vezes.

De onde vem essa mania, essa necessidade compulsiva de dar a cada desavença, por mais mesquinha e estapafúrdia, o ar de um épico combate antifascista?

Detesto conjecturas psicológicas. Prefiro o método genético do velho Aristóteles. Em quase cem por cento dos casos, contar como as coisas começaram já basta para a plena elucidação de causas e motivos.

Até o princípio dos anos 30, os comunistas não ligavam muito para fascismo ou nazismo. Papai Stalin ensinava-lhes desde 1924 que esses movimentos eram apenas a radicalização suicida da ideologia capitalista, prenunciando o fim do império burguês e a vitória final do socialismo. "O nazismo, dizia-se, é o navio quebra-gelo da revolução." De repente, em 1933, partindo de Moscou sob o comando de Karl Radek, uma onda de antifascismo varreu a Europa sob a forma de livros, reportagens, congressos, passeatas, filmes, peças de teatro. Intelectuais independentes apareciam nos palanques ao lado dos poetas oficiais do Partido. Manifestos antinazistas traziam as assinaturas de estrelas do cinema.

Entre essas duas épocas, algo aconteceu. Adolf Hitler, eleito chanceler, preparava-se para grandes conquistas que requeriam o poder absoluto. Ansioso

de eliminar concorrentes, e não podendo abusar do apoio recalcitrante do exército alemão, recorreu à ajuda da instituição que, no mundo, era a mais informada sobre movimentos subversivos: o serviço secreto soviético. A colaboração começou logo após a eleição de Hitler. Em troca da ajuda militar alemã, vital para o Exército Vermelho, Hitler era informado de cada passo de seus inimigos internos. O sucesso da "Noite das Longas Facas" de 1934 inspirou Stalin a fazer operação idêntica no Partido soviético: tal foi a origem do Grande Expurgo de 1936, no qual o serviço secreto alemão, já disciplinado por Hitler, retribuiu os favores soviéticos, descobrindo e forjando provas contra quem Stalin desejasse incriminar. O famoso pacto Ribentropp-Molotov foi somente a oficialização exterior de uma colaboração que já era bem ativa fazia pelo menos seis anos.

A onda mundial de histrionismo antifascista foi inventada por Karl Radek, em primeiro lugar, como vasta operação diversionista. No auge da campanha, ele escrevia a um amigo: "O que ali digo (contra o fascismo) é uma coisa. A realidade é bem outra. Ninguém nos daria o que a Alemanha nos dá. Quem imagina que vamos romper com a Alemanha é um idiota."

De Paris a Hollywood, idiotas pululavam entre os escritores e artistas. Arregimentá-los como "companheiros de viagem", criando a cultura do comunismo chique que até hoje dá o tom nos meios pedantes em países periféricos, foi o segundo objetivo da operação. Eram pessoas importantes, formadoras de opinião, que conservavam sua

identidade exterior de independentes, ao mesmo tempo que serviam obedientemente ao comunismo porque suas vidas eram controladas através de suborno, envolvimento e chantagem. Um exemplo entre centenas: André Gide, que era homossexual, durante anos não teve um companheiro de cama que não fosse plantado ali pela espionagem soviética. Quando se recusou a colaborar, a sujeira colecionada nos arquivos despencou em cima dele. Por análogos procedimentos, a espionagem soviética colocou a seu serviço André Malraux, Ernest Hemingway, Sinclair Lewis, John dos Passos e muitos outros, como também atores e atrizes de Hollywood, que, além do glamour, garantiam para Moscou um regular fluxo de dólares, moeda indispensável nas operações internacionais. O controle dos intelectuais era feito diretamente por agentes soviéticos, em geral à margem dos partidos comunistas locais, que por isto foram pegos de surpresa pelo pacto de 1939.

A terceira finalidade do "antifascismo" foi recrutar espiões nas altas esferas intelectuais. Alguns dos mais célebres agentes soviéticos, como Kim Philby, Guy Burgess, Alger Hiss e Sir Anthony Blunt, entraram para o serviço por meio da campanha. Conforme o combinado com Hitler, nenhum dos então recrutados foi usado contra a Alemanha nazista, mas todos contra os governos antinazistas ocidentais.

Comunistas, espiões e "companheiros de viagem" carregam pesada culpa pela mais sórdida fraude já montada por uma parceria de tiranos. Em suas mais notórias expressões, toda a cultura antifascista da

época, o espírito do Front Popular, matriz do antifascismo cabotino que ainda subsiste no Brasil, foi a colaboração consciente com uma farsa, sem a qual as tiranias de Hitler e Stalin não teriam sobrevivido a suas oposições internas; sem a qual portanto não teria havido nem Longas Facas, nem Grande Expurgo, nem Holocausto.

Neurose, dizia um sábio amigo meu, é uma mentira esquecida na qual você ainda acredita. A compulsão comunista de exhibir antifascismo xingando os outros de fascistas revela o clássico ritual neurótico de exorcismo projetivo, no qual o doente se desidentifica artificialmente de suas culpas jogando-as sobre um bode expiatório. Nos velhos, é hipocrisia consciente. Nos jovens, é absorção simiesca de um sintoma ancestral que acaba por neurotizá-los retroativamente, fazendo deles os guardiães inconscientes de um segredo macabro.

Por isso, amigo, quando um comunista chamar você de fascista, não se rebaixe tentando explicar que não é. Ninguém neste mundo deve satisfações a um colaborador de Hitler.

O Império do Ódio

Huáscar Terra do Valle
advogado e escritor

Artigo sugerido por Olavo de Carvalho.

Depois do ataque terrorista aos Estados Unidos tomei conhecimento de que o prefeito de Nova York pedira milhares de sacos funerários para retirar os corpos das vítimas.

Para minha estupefação, a pessoa que me deu esta informação não podia esconder sua alegria ao tomar conhecimento da extensão da carnificina. Ficou feliz com a notícia, esfregou as mãos de contentamento, ensaiou alguns passos de dança, abriu um largo sorriso e exclamou: “Pena que não tenha morrido mais gente”.

Esta pessoa parece normal. No entanto, é comunista, e, naturalmente, eleitor do Lula. Odeia obcecadamente os Estados Unidos, por razões ideológicas, ou melhor, patológicas. É tão intenso seu rancor que se sente feliz ao saber que milhares de cidadãos inocentes, pais, mães e filhos, foram castigados pelo “crime” de serem americanos. Seu ódio é tão avassalador que até ignora que dezenas de brasileiros também encontraram seu fim debaixo de toneladas de escombros. Uma contadora, de Belo Horizonte, escapou, porém perdeu uma perna, o que deve ter aumentado a euforia deste demente.

O ódio transforma as pessoas em monstros. Outro comunista abriu sua alma para mim, declarando: “Sou comunista e quero matar todo o mundo”. Podemos apenas imaginar a intensidade do ódio que corrói a mente doentia de comunistas e de certos fanáticos islamitas. Para dar vazão a seu ódio, imaginam que sua brutalidade lhe assegurará um lugar no paraíso, onde gozará de prazeres orgásticos pelo resto da eternidade. Nenhum animal é capaz de tamanha baixeza e estupidez.

Hitler odiava os judeus e exterminou seis milhões. Stalin odiava todos aqueles que pudessem ameaçar seu poder e matou sessenta milhões. Mao Tsé-tung também deu vazão ao seu ódio chacinando sessenta e seis milhões de conterrâneos. Pol Pot matou um terço da população do Cambódia, à procura do comunista perfeito. Fidel Castro, por falta de material, matou *apenas* dezessete mil, sem falar naqueles que torturou e em muitos que ainda estão encarcerados nas *merdácias* de Cuba.

As frustrações da vida represam o ódio das pessoas, que buscam maneiras de se expressar. Movimentos de massa, como nazismo, comunismo, terrorismo e muitas religiões, como o Islamismo, oferecem a estas pessoas oportunidades de dar vazão a este rancor sufocado no peito, que rói suas mentes e as leva a verdadeira paranóia. Sofrem principalmente com o sucesso de outras pessoas (ou de outros países) e dedicam sua vida a destruir as pessoas ou nações objeto de sua inveja. Só assim conseguem aliviar o tormento da percepção da própria insignificância. Na esteira desta patologia vêm as teses comunistas que

seduzem as massas, como as de que os países ricos são culpados pela pobreza de outros países, que o Brasil é colônia dos Estados Unidos, e outras falácias.

São esses represamentos doentios de ódio que levam as pessoas a abraçar uma causa qualquer causa, por ela, até sacrificar a própria vida, como ocorreu com os camisas árabes que perpetraram os covardes ataques a New York e a Washington.

Grandes ditadores sempre galvanizaram as massas oferecendo-lhes a chance de dar vazão a este ódio reprimido, elegendo um alvo, qualquer que seja ele: os judeus, os burgueses, os americanos, os pagãos, os infiéis. No Brasil, grupos neonazistas se unem no ódio a nordestinos, pretos e homossexuais.

Os fanáticos, sejam eles comunistas, nazistas ou islamitas, transbordam de ódio a ponto de perder completamente a sensibilidade ao sofrimento humano. Hitler, Stalin, Mao Tsé-tung, Pol Pot, Fidel Castro e outros açougueiros nunca se preocuparam com o infinito sofrimento que causaram.

Cinicamente, Stalin afirmou que enquanto a morte de uma pessoa é uma tragédia, a morte de milhões não passa de uma estatística. Assim agia ele e assim agem os terroristas, comunistas e outros depravados mentais.

Por que os esquerdistas e os islamitas odeiam os americanos? Temos incontáveis motivos para admirar e gostar dos Estados Unidos, um país estabelecido segundo os princípios dos grandes gênios do Iluminismo, fundado nos ideais de

liberdade, democracia e respeito ao indivíduo e às leis.

Quem não gostar do Estados Unidos, pelo menos deveria admirá-lo por suas realizações. É um país que, sozinho, é responsável por um quarto de toda a produção de riqueza do mundo e pelo desenvolvimento da maior parte da ciência e da tecnologia. Os Estados Unidos salvaram o mundo em duas guerras mundiais e seus cientistas já conquistaram quase trezentos prêmios nobéis, concedidos àqueles que contribuíram para o desenvolvimento científico e moral da humanidade. É sempre o primeiro país a enviar socorro quando ocorrem cataclismos em qualquer parte do mundo e é o único país que facilmente aceita emigrantes e os assimila como cidadãos, com todos os direitos.

Aqueles que odeiam os Estados Unidos, como alguns islamitas e também os membros do MST, do PT, do Pc do B, do PDT, da UNE, assim o fazem porque odeiam também a liberdade e o respeito ao indivíduo. São fanáticos patológicos, inimigos acerbos do individualismo, adoradores do coletivismo, que não perdoam o sucesso do capitalismo. Não conseguem aceitar o fracasso do coletivismo comunista e de outras religiões e querem destruir aqueles que obtiveram o sucesso que eles não conseguiram. Não passam de dementes que desejam destruir aqueles que desnudam, pela comparação, sua própria insignificância moral e material. Aspiram ainda a conquista do poder, por quaisquer meios, para dar vazão a seus instintos assassinos, com toda a truculência e bestialidade que

caracterizam os adeptos do Jihad (guerra santa islâmica), como o Talibã, e os países comunistas de todos os quadrantes.

O pior é que fanatismo não tem cura. Apesar da queda do Muro da Vergonha e do fracasso retumbante de todas as economias comunistas, ainda existem dementes carregando no bolso o Manifesto do Partido Comunista e sonhando em fazer de nosso país uma *Cuba* com oito milhões e meio de quilômetros quadrados, como já tentaram várias vezes e continuam tentando, com a cumplicidade de educadores, jornalistas, artistas, estudantes e do próprio governo.

O fanatismo de esquerda, aliás, qualquer fanatismo, não tem cura, porque, na mente corrompida de suas vítimas ocorre uma total inversão de valores. Em vez de amor, cultivam o ódio. O que é mau para suas vítimas, como no caso da carnificina de New York, para eles torna-se bom e motivo de comemorações. A desgraça daqueles que os humilham é alegria para eles. Em vez de admiração para com aqueles que progridem, reagem com hostilidade, guerra ou terrorismo. Em vez de seguir os passos daqueles que melhoraram, só querem destruí-los, porque acham mais fácil voltar à idade da pedra lascada, como o Afeganistão, onde as mulheres são obrigadas a usar sacos (burcas) em vez de roupas e podem ser lapidadas até a morte se exibirem um braço em público.

Finalmente, não adianta mostrar a estes dementes o sucesso do capitalismo, cuja maior vitrine são os Estados Unidos. Ao contrário: as realizações do

capitalismo realçam sua insignificância, aumentando suas frustrações e recalques, detonando o ódio e incitando-os a destruir aqueles que os penalizaram conscientizando-os da própria mesquinhez.

O estupro das soberanias nacionais

Olavo de Carvalho

Diário do Comércio, 20 de março de 2006

A ONU está firmemente decidida a tornar o abortismo obrigatório em todas as nações do mundo, sob pena de sanções econômicas. É a mais vasta e brutal interferência uniformizante que um poder transnacional já ousou fazer em países nominalmente soberanos. A intromissão vai furar a casca jurídica e administrativa e ir direto aos fundamentos de cada sociedade. Será a extirpação completa das raízes morais e religiosas milenares de culturas inteiras – e não é preciso dizer que junto com esses fundamentos irão embora as respectivas identidades nacionais.

Nomeada e paga por Estados independentes, a burocracia internacional da ONU e da CE se empenha ativamente em destruí-los e em erguer-se acima deles como governo mundial. A decisão explícita nesse sentido já está tomada desde 1994:

“Os problemas da humanidade já não podem ser resolvidos pelos governos nacionais. O que é preciso é um Governo Mundial. A melhor maneira de realizá-lo é fortalecendo as Nações Unidas” (*Relatório sobre o Desenvolvimento Humano*).

Até o momento, a imposição desse novo poder era camuflada e sutil. Decisões da alçada dos governos e parlamentos iam sendo, pouco a pouco, transferidas para comissões técnicas transnacionais, inteiramente protegidas de qualquer fiscalização pelos eleitorados. A soberania política, jurídica, econômica e militar das nações ia sendo cortada fatia por fatia, lentamente, sem que os povos afetados recebessem informação em tempo de organizar-se para reagir. Uma autêntica “operação salame” em escala global. Foi assim que a burocracia internacional conseguiu impor programas uniformes em matéria de educação, saúde, economia, etc., até mesmo às nações mais fortes e orgulhosas (a total devastação do ensino público americano foi obra da ONU, implantada com a cumplicidade de Jimmy Carter e George Bush pai). A obra-prima do maquiavelismo anestésico veio quando a Inglaterra, tradicionalmente refratária à promiscuidade internacional, consentiu em ceder ao escritório da Comunidade Européia, em Bruxelas, os poderes de decisão do governo de Londres quanto a orçamento, comércio, transportes, defesa nacional, relações internacionais, imigração, justiça e direitos humanos, reduzindo o Parlamento à condição de assembleia local subordinada

(v. <http://www.olavodecarvalho.org/semana/030524globo.htm>). Uma pesquisa do

jornal *The Sun* mostrou que 84 por cento dos ingleses ignoravam tudo a respeito.

A decisão quanto ao aborto assinala o que Mao Tsé-tung chamaria “salto qualitativo”: uma lenta acumulação quantitativa de fatores homogêneos muda, de repente, a natureza do processo. Décadas de manipulação sorrateira tornaram as nações suficientemente passivas para curvar-se, sem o mais mínimo questionamento, à imposição ostensiva de uma nova lei moral, contrária a tudo em que acreditaram durante séculos ou milênios.

Se há uma situação em que faz sentido falar de “genocídio cultural”, é essa. E não é preciso dizer que novas medidas do mesmo teor virão nos próximos anos, varrendo do mapa símbolos, valores, costumes e tradições que desagradem ao automeado governo do mundo. A profundidade e abrangência da mutação planejada vai além de tudo o que a imaginação banal dos politólogos acadêmicos e dos analistas econômicos da mídia pode hoje conceber.

De um lado, a substância ideológica dessa revolução é extraída diretamente do materialismo revolucionário do século XVIII: trata-se de criar uma sociedade global totalmente administrada e controlada por uma elite de intelectuais iluminados, porta-vozes da razão científica contra o obscurantismo das religiões e culturas tradicionais.

Mas todo esse racionalismo é somente uma casca brilhante construída para engodo das multidões (nisto incluído o “proletariado intelectual” das universidades). Por dentro, o iluminismo inteiro foi

um amálgama tenebroso de ocultismo, magia, gnosticismo, sociedades secretas, rituais entre cômicos e macabros. Não há um só historiador sério que ignore isso.

Do mesmo modo, o laicismo “esclarecido” da nova ordem global é puro teatro. Suas fontes são as mesmas do ocultismo da “Nova Era”. Seus gurus são Helena Petrovna Blavatsky, Alice Bailey, Aleister Crowley e outros saídos do mesmo esgoto espiritual. Se duvidam, informem-se sobre um movimento denominado United Religions Initiative. Já mencionei aqui o livro de Lee Penn, *False Dawn: The United Religions Initiative, Globalism and the Quest for a One-World Religion*, Hillsdale, NY, Sophia Perennis, 2004. Está tudo lá. Apelo ao leitor para que estude essa obra enquanto é tempo. São centenas de páginas de documentos de fonte primária, que não deixam a menor margem a dúvidas. O governo mundial que se forma diante dos nossos olhos tem um programa “religioso” bem definido: criar uma nova “espiritualidade global” biônica que domestique as religiões tradicionais e as nivele a qualquer seita ocultista, mágica, ufológica ou satanista, e na qual o objetivo essencial da atividade religiosa não seja o culto a Deus, mas a “reforma social” – na linha, é claro, escolhida pela burocracia.

A intelectualidade brasileira está radicalmente desqualificada para discutir essas mutações e suas conseqüências para o país. O destino nacional está sendo decidido por forças que ninguém, no Congresso, na mídia, nas universidades ou nas Forças Armadas, entende nem mesmo por alto.

Nunca os cérebros foram tão pequenos para desafios tão grandes. As discussões a respeito são meros concursos de literatice provinciana, enquanto em volta tudo é arrastado na voragem de uma revolução que não é compreendida nem pelos seus próprios agentes locais.

Notícias do mundo real

Quem quiser saber o que se passa no país e no mundo, que pare de ler os jornalões e comece a vasculhar a *internet* . Três exemplos:

Primeiro . Leio no site www.alertabrasil.blogspot.com que, segundo Leonardo Attuch, autor do livro “A CPI que Abalou o Brasil”, Mino Carta recebeu R\$ 2,5 milhões do Mensalão para sua revista *Carta Capital* , cujo petismo fiel e intransigente fica assim explicado. O dinheiro saiu por ordem direta de Luiz Gushiken. Attuch informa que uma lista extensiva de jornalistas “amiguinhos do governo” está para vazar a qualquer momento. Que acontecerá a esses mensaleiros da mídia? O mesmo que aconteceu a seus oitocentos colegas subsidiados pela CUT em 1993. Nada. Continuarão posando de fiscais ímpolutos da moralidade alheia.

Segundo . No site www.vcrisis.com , você encontra tudo sobre a Venezuela – desde listas de presos, mortos e desaparecidos até acordos secretos de colaboração atômica entre Hugo Chávez e o governo da Coréia do Norte. Em represália contra essa mania de jornalismo, seu editor, Alexander Boyd, cidadão venezuelano auto-exilado na Inglaterra, é acusado

pelos agentes chavistas de representar uma “conexão anglo-venezuelana” subsidiada pelo governo americano. Ameaçam até pedir sua extradição ao governo britânico, sob alegações que até o momento não consigo imaginar. Boyd é meu amigo, passou uns dias aqui em casa e asseguro que ele não tem onde cair morto. Se o governo americano o subsidia, o raio do cheque deve estar atrasado há anos.

Terceiro . Partindo de uma informação divulgada por mim tempos atrás, o *blog* www.cacom.blogspot.com cobrou da senadora Heloísa Helena uma explicação das relações perigosas entre seu partido e o terrorista italiano Achille Lollo, condenado pela justiça de seu país pelo assassinato dos dois filhos de seu inimigo político Mario Mattei, um deles de oito anos de idade, ambos queimados vivos num incêndio proposital. Com uma sentença de dezoito anos de prisão a cumprir na Itália, o terrorista vive no Brasil, sob proteção do governo ao qual a sra. Heloísa Helena finge fazer oposição ao mesmo tempo que continua a colaborar com ele no Foro de São Paulo. Lollo é co-fundador do PSOL e publica artigos de teoria marxista no jornal do partido da senadora.

Gabriel Castro, editor do *blog* , achou com razão que uma candidata à Presidência da República não poderia andar de mãos dadas com um parceiro tão sujo sem dar ao menos alguma satisfação à opinião pública. Ante a pergunta, a assessoria da senadora, que antes havia concordado com a entrevista, reagiu com quatro pedras na mão, fazendo pose de dignidade ofendida e espalhando no ar toda sorte de

insinuações perversas para fugir de dar uma resposta. O jornal então avisou que iria publicar as perguntas sem as respostas, e a senadora, agora em pessoa, não perdeu a ocasião de se fazer de vítima, uma das técnicas de desconversa mais usuais nos meios esquerdistas: “Ameaça? Acha V.Sa. que eu tenho medo de alguma coisa? Passei a vida como sobrevivente tendo que engolir meus próprios medos, entendeu?” *Performance* comovente, senadora. Mas, encerrado o espetáculo, cadê a explicação? Nada. Silêncio total. O *blog* então publicou as provas da participação de Lollo no PSOL, acompanhadas de um documento aterrorizante: a foto de uma das vítimas do incêndio, queimada mas ainda viva, tentando em vão escapar pela janela da casa em chamas.

O que achei mais bonito na reação da assessoria foi a pergunta insolente enviada a Gabriel Castro: “O seu público sabe quem é Olavo de Carvalho? Assim fica difícil agente (*sic*) fazer alguma coisa.” Que é que seus ajudantes querem dizer com isso, senadora? Que a senhora me conhece, que sabe a meu respeito algo de terrivelmente comprometedor que o editor do *blog* ignora? Pois então diga logo, madame. Na verdade, você não vai dizer é nada, nem contra mim nem a seu favor. Não vai dizer, porque não tem nada a dizer. Já está suja pela parceria com esse assassino monstruoso, sujou-se mais ainda por fugir da pergunta e, ao defender-se por trás de alusões difamatórias a um terceiro, completou a porcaria. O valente Gabriel Castro encerra o relato do episódio com uma conclusão incontornável: “Quando um entrevistado foge e não responde a uma pergunta,

sem querer ele diz muito mais do que se houvesse respondido.”

Derrota completa

Os soldados do Exército voltando aos quartéis, sob uma chuva de cusparadas da mídia, após uma frustrada incursão nos morros cariocas, são a imagem da derrocada aparentemente irremediável das nossas Forças Armadas. Desde o tempo em que optaram por responder às sucessivas ondas de calúnias com tímidas notinhas oficiais em vez dos processos judiciais devidos e moralmente obrigatórios, os comandantes das três armas mostraram sua disposição de sacrificar a dignidade das suas corporações no altar de uma simulação gramsciana de democracia e ordem. Depois passaram da omissão ao masoquismo explícito, condecorando os detratores das Forças Armadas, mostrando reverência indevida a um governo cúmplice das Farc e submetendo-se alegremente à ordem de transformar soldados em cavouqueiros a serviço do MST. Negando contra toda evidência o alcance militar e estratégico do narcotráfico no continente, deixaram crescer impunemente o inimigo, enquanto se vangloriavam de não se rebaixar a “funções policiais”. Fugindo à luta maior, à luta para salvar o país da trama continental urdida pela aliança macabra de comunistas e traficantes, agora só lhes resta tentar mostrar serviço saindo à cata de bandidinhos avulsos e provando que já não estão capacitadas nem para isso.

Mas, se nossas tropas têm capacidade para sufocar a bandidagem no Haiti, por que mostram um

desempenho tão chinfrim no Rio de Janeiro? É simples: no Haiti não havia mídia hostil, não havia ONGs e políticos maliciando tudo, não havia a pressão de uma elite cheia de ódio e despeito à classe militar. Tiros e bombas não assustam o soldado brasileiro. O que o amedronta é o olhar perverso do *beautiful people*, a malícia difusa dos falsos moralistas, a língua pérfida dos maiores fofoqueiros do universo. É a esses que as nossas Forças Armadas, tão valorosas sob outros aspectos, foram cedendo tudo. Caluniadas, aviltadas, achincalhadas, sabotadas por todos os meios imagináveis, não souberam reagir com eficácia enquanto era tempo, e agora têm de inventar às pressas algum pretexto edificante para justificar sua transformação em tropa auxiliar do Foro de São Paulo. Quanto falta para isso? Depois que nossos soldados foram submetidos à tarefa humilhante de montar estandes para o Fórum Social Mundial, falta realmente muito pouco.

Nada disso teria acontecido se ao menos uma parte da alta oficialidade não se tivesse deixado induzir por pseudo-intelectuais fardados e civis a acreditar que, com a queda da URSS, a luta ideológica era coisa do passado e daí por diante o conflito Leste-Oeste tinha cedido lugar à concorrência Norte-Sul, ou países ricos contra países pobres. Engolindo essa estupidez infame, não percebiam – ou fingiam não perceber -- que se tornavam instrumentos ao menos passivos da estratégia comunista internacional no instante mesmo em que proclamavam a morte do comunismo.

Bem sei que a maioria absoluta dos militares não quer nada disso. Já escrevi, e repito, que só na classe dos homens de armas encontrei no Brasil um genuíno patriotismo, um sentimento profundo da continuidade histórica do país como um legado de heroísmo e de sacrifícios. Sei que eles continuam fiéis ao seu primeiro amor. Mas o que pode haver de mais perturbador que o conflito de lealdades? Ser um militar brasileiro, hoje, é ter o coração dilacerado entre a obediência formal a um regulamento e o apego aos valores que o originaram. Normalmente, as leis são a expressão dos valores. Mas, quando estes são subvertidos por baixo da carapaça legal enquanto esta permanece intacta, aí se instaura a luta entre a forma e o conteúdo. Criar e explorar esse antagonismo, levando o país à confusão, ao cansaço, ao desespero e por fim à rendição, eis a obra da “revolução cultural” gramsciana. Ela não tem preferência pela farda do soldado, pela toga do magistrado, pelo terno do executivo ou pelo macacão do operário: ela divide e enfraquece todas as almas. Por sobre a derrota de todos, só o Partido se forlalece. E quando digo “partido”, não me refiro ao PT, mas ao complexo de partidos de esquerda bem articulados, por trás de suas divergências de superfície, na estratégia continental da subversão e do roubo. Se o sr. Luís Inácio da Silva, para assumir a presidência do país, abandonou a do Foro de São Paulo, isso é apenas uma formalidade administrativa sem alcance político nenhum. Depois que esse indivíduo confessou tomar decisões estratégicas em encontros secretos com ditadores estrangeiros, sem dar ciência delas ao Congresso ou à população, só mentalidades covardes demais para admitir a

realidade podem continuar negando que o Brasil é governado desde o Foro de São Paulo, que Hugo Chávez e Fidel Castro mandam aqui dentro mais que qualquer ministro de Estado ou comandante militar. O país sabe que está de quatro, mas continua fazendo de conta que sua humilhação é motivo de orgulho. Decididamente, está havendo alguma confusão entre orgulho nacional e orgulho *gay* .

Ainda há tempo para salvar a dignidade das Forças Armadas? Há, mas encurta velozmente. Se querem uma fórmula, a lição 1 é simples: que os militares parem de acariciar os inimigos que os bajulam com doces palavras e aprendam a ouvir os amigos que os desagradam com verdades duras. A verdade é boa em si. Não tem por que tentar ser agradável. Quem prefere antes agrado do que sinceridade, é porque já está fraco demais para admitir a gravidade da sua própria situação. Homens de valor não pedem agrado. Pedem o conhecimento necessário para tomar decisões viris. Se é isso o que querem, contem comigo. Se querem agradinho, que vão pedir aos seus falsos amigos interesseiros.

O tamanho do crime

Olavo de Carvalho

Diário do Comércio, 19 de fevereiro de 2009

O estudo mais completo já empreendido sobre assassinatos em massa no mundo é o do professor de

Ciência Política da Universidade do Havaí, Rudolph J. Rummel, que lhe rendeu o *Lifetime Achievement Award* da American Political Science Association em 1999. O essencial da pesquisa é resumido em *Never Again: Ending War, Democide & Famine Through Democratic Freedom* (Coral Springs, FL, Lumina Press, 2005), e os dados completos estão no site <http://www.hawaii.edu/powerkills>. Rummel substituiu ao conceito de “genocídio”, que lhe parece muito vago, o de “democídio”, com o qual designa especificamente a matança de populações civis por iniciativa de governos. Resenhando os episódios de democídio documentados desde o século III a.C. até o fim do século XIX, ele chega a um total aproximado de 133.147.000 vítimas, destacando-se aí, como supremos assassinos em massa, os imperadores chineses (33.519.000 mortos em 23 séculos) e os invasores mongóis na Europa (29.927.000 mortos entre os séculos XIV e XV).

Quando a pesquisa chega ao século XX e entram em cena os governos revolucionários, as taxas de assassinato em massa sofrem um *upgrader*formidável, subindo para 262 milhões de mortos entre 1900 e 1999 – quase o dobro do que fôra registrado em toda a história universal até então. Desses 262 milhões, nem tudo, é claro, foi obra de governos revolucionários, mas a diferença entre eles e seus concorrentes é significativa. Todos os colonialismos somados (Inglaterra, Portugal, etc.) mataram 50 milhões de pessoas, das quais pelo menos 10 milhões foram assassinadas por um só governo proverbialmente cruel, o do Rei Leopoldo da

Bélgica. O império japonês, por seu lado, matou aproximadamente 5 milhões, quase todos na China.

Vejam agora o desempenho dos governos revolucionários: China, 76.702.000 mortos entre 1949 e 1987; URSS, 61.911.000 mortos entre 1917 e 1987; Alemanha nazista, 20.946.000 mortos entre 1933 e 1945; China nacionalista (Kuomintang) 10.075.000 mortos entre 1928 e 1949 (o Kuomintang, embora inimigo dos comunistas, era também um governo revolucionário, responsável pela destruição da mais antiga monarquia do mundo). Às sete dezenas de milhões de vítimas do governo comunista chinês devem se acrescentar 3.468.000 civis assassinados pelo Partido Comunista de Mao Dzedong nas áreas sob o seu controle antes da tomada do poder sobre toda a China, o que eleva o desempenho do comunismo chinês a nada menos de 80 milhões de mortos – equivalente à metade da população brasileira.

Governos revolucionários em áreas menores também não se saíram tão mal, comparativamente à modéstia de seus territórios: Camboja, 2.035.000 mortos entre 1975 e 1979; Turquia, 1.883.000 mortos entre 1909 e 1918; Vietnam, 1.670.000 mortos entre 1945 e 1987 (quase o dobro do total de vítimas da guerra, que renderam aos EUA tantas críticas da mídia internacional); Polônia, 1.585.000 mortos entre 1945 e 1948; Paquistão, 1.503.000 mortos entre 1958 e 1987; Iugoslávia sob o Marechal Tito (tão louvada como alternativa de “socialismo democrático” à brutalidade soviética), 1.072.000 mortos entre 1944 e 1987; Coreia do Norte, 1.663.000 mortos entre 1948

e 1987; México, 1.417.000 mortos entre 1900 e 1920 (especialmente cristãos).

O total sobe a aproximadamente 205 milhões de mortos. Tudo ao longo de um só século. As duas guerras mundiais somadas mataram 60 milhões de pessoas, entre combatentes e civis. A Peste Negra, de 541 até 1912, matou 102 milhões. Nada, absolutamente nada no mundo se compara ao instinto mortífero dos governos revolucionários. A promessa de um “outro mundo possível” transformou-se no mais letal pesadelo que a humanidade já viveu ao longo de toda a sua história. Aristóteles já dizia que a essência da tragédia política é quando o perfeito se torna o inimigo do bom, mas ele se referia somente a casos individuais. Ele não poderia prever que um dia sua definição teria uma confirmação sangrenta em escala mundial, arrastando povos inteiros para os pelotões de fuzilamento, as câmaras de gás e a vala comum.

Leituras recomendadas - 42

A tortura é cada vez mais chinesa, mas também russa, ucraniana, moldava...

Ernesto Galli della Logia

Sette (encarte semanal do *Corriere della Sera*, Roma)

Trad. Giulio Sanmartini

A Anistia Internacional denuncia: só em tempos recentes, mais de 600 casos confirmados de tortura mostram que a vocação totalitária do socialismo chinês não foi atenuada pelo ingresso de generosos investimentos norte-americanos, ao contrário do que profetizavam os adeptos de “negócios da China”. Chicotadas, choques elétricos, violências sexuais ainda são o tratamento que o governo chinês dá aos dissidentes políticos, aos religiosos tibetanos, aos acusados de delitos comuns, até aos casais que violam a obrigação de ter somente um só filho. Curiosamente, esses crimes, ocorridos agora mesmo e suficientemente provados, comovem menos as Cecílias Coimbras, os Bettos e os Paulos Evaristos do que suspeitas de casos de tortura sucedidos trinta anos atrás. -- O. de C.

O comunismo aparece cada vez mais como uma experiência histórica da qual não é de fato fácil libertar-se. Pelo menos no campo dos direitos humanos o exemplo da ex União Soviética não deixa qualquer dúvida. Já faz mais de dez anos que o encontro com a democracia continua sendo, para aquele antigo Estado, um encontro atormentado e difícil se não impossível.

O caso da Rússia é o que normalmente chama mais a atenção – por exemplo os acontecimentos da Chechenia –, mas na realidade a situação do que acontece nas outras partes do ex "império" é que suscita (ou deveria suscitar, se o Ocidente fosse menos distraído) um alarme mais agudo. O Turkemenistão continua sendo uma ditadura rígida e intolerável. No Kazakistão, Kirghizistão e Uzbequistão praticamente não existiram nunca

eleições livres, e os exparsos grupos de opositores são perseguidos sem piedade. Particularmente no último desses três países funcionam ainda os "gulag" para milhares de prisioneiros políticos. Por seu lado, o presidente da Bielorrússia, Lukashenko, fervoroso admirador de Hitler, continua imperturbavelmente, por meses e meses, a reprimir duramente os protestos suscitados por misteriosos desaparecimentos de grande número de opositores do seu regime, em particular de jornalistas.

Também a Ucrânia e a Moldávia não estão melhor. Na Geórgia vigora a tortura como prática, não de massa, mas sempre habitual, enquanto o conflito entre a Armênia e o Azerbaijão é fonte de continua violação dos direitos humanos.

Naturalmente, onde o regime comunista está ainda no poder, a situação é ainda pior. É o caso particular da China, não obstante sua recente ratificação de uma importante convenção da ONU que trata dos direitos sócio-econômicos, tendo em vista obter do Comitê Olímpico a designação para sede dos jogos de verão de 2008. Todavia a formal adesão ao tratado não suprime a feroz violação dos direitos humanos que foi denunciada essa semana por um documento especificamente dedicado à China pela *Anistia Internacional*. Nele pode-se encontrar ainda uma vez, antes de tudo, o amplo e sistemático uso da tortura contra os dissidentes políticos, contra os religiosos tibetanos, contra os acusados de delitos comuns, até contra casais que violam a obrigação de ter somente um só filho. Perseguições, chicotadas, choques elétricos, violências sexuais, constituem um

tratamento reservado a esses infelizes, destinados, em sua maioria, a morrer pelas violências que lhes são impostas.

Nas 58 páginas do relatório da *Amnesty* encontram-se em termos gerais, mas de 600 casos de tortura que se tornaram conhecidos. É o caso do camponês Zhou Jianxiong, de 30 anos, pendurado de cabeça para baixo, agredido a pauladas, queimado com cigarros e com ferros em brasa, e que finalmente teve extirpado seu aparelho sexual. Outro caso é do também camponês de Hunan torturado até a morte em 15 de maio de 1998, por funcionários do escritório de planejamento familiar, por não ter revelado onde se escondia sua mulher, suspeita de estar grávida sem o assentimento oficial.

Como se pode ver, o regime de Pequim, mesmo desejoso de assumir fumaças de democrático, para agradar o Ocidente, não pretende de modo algum renunciar às crueldades que são praxe do regime totalitário inaugurado pelo fundador de república, o presidente Mao, há mais de meio século.

Disso sabem alguma coisa os seguidores da seita espiritual Falun Gong, os quais, ao que parece, estão no centro das preocupações e perseguições do Partido Comunista chinês, o qual, através da imprensa oficial de propaganda, não cessa de pedir aos seus funcionários da polícia resultados imediatos e eficientes, convidando-os a recorrer a todos os "meios possíveis". É até muito fácil imaginar quais.

O tempo dos assassinos

Olavo de Carvalho

Diário do Comércio, 12 de fevereiro de 2007

A coluna de hoje, *data venia* dos amáveis leitores, será toda dedicada àquelas criaturas mimosas que, na ética brasileira vigente, representam a epítome das virtudes humanas: os comunistas.

Começemos com uma declaração célebre de Haydée Santamaria, ícone da Revolução cubana. A frase circula pela internet num cartaz de propaganda comunista atribuído falsamente à Petrobras, mas, se foi escolhida numa tentativa muito safada de sujar a reputação da empresa, é porque seu conteúdo é significativo em si mesmo, e é ele que me interessa aqui, não o cartaz. A frase é: "*Para mim, ser comunista não é militar num partido, é ter uma atitude ante a vida.*"

Qual atitude, precisamente? A própria Haydée responde, na mesma carta que contém a declaração usada pelos falsários (<http://www.rebellion.org/argentina/040521haydee.htm>): "*Creo que hay que hacer un gran esfuerzo para ser violenta, para ir a la guerra, pero hay que ser violenta e ir a la guerra si hay necesidad.*"

O paralelo com o célebre "*no perder la ternura jamás*" é inevitável. Faz parte da liturgia comunista o mantra de que os comunistas só matam por obrigação moral, a contragosto. Pela lógica da normalidade humana, quem mata a contragosto tenta reduzir ao mínimo o número de vítimas. Isso contrasta de maneira acachapante com o fato de que os comunistas são os campeões inquestionados do morticínio universal, inclusive na América Latina, onde os feitos de Fidel Castro superam incalculavelmente os de seus mais execrados inimigos direitistas.

Mas, como se conclui facilmente do que expliquei em artigos anteriores, o movimento revolucionário moderno não poderia ter-se originado por inversão do cristianismo sem absorver e inverter também os seus critérios morais. O *ethos* comunista, que as duas sentenças de Haydée Santamaria (e a apologia guevariana do guerrilheiro como "eficiente e fria máquina de matar") exemplificam tão claramente, é a perfeita inversão do bem e do mal. Antonio Gramsci já propunha a substituição do calendário litúrgico da Igreja por um novo panteão de santos, onde os assassinos a serviço da revolução ocupariam os lugares dos mártires cristãos.

O método para realizar a inversão é uma tortuosa dialética que faz da truculência revolucionária a expressão máxima do bem e da santidade. Essa dialética emerge diretamente da inversão de tempo e eternidade que aqui expliquei. Na medida em que identificam o bem eterno com o futuro que prometem, os comunistas estão livres para matar e

torturar no presente sem poder ser julgados por ele. De outro lado, como o futuro é indeterminado e só os próprios comunistas podem oficializar o seu advento quando ele chegar, o acerto de contas com a moral fica para o dia de são nunca.

Enquanto isso, os comunistas deitam e rolam nas delícias da auto-indulgência, matando, torturando, arrasando países inteiros, reduzindo multidões a uma miséria indescritível e, nos intervalos, retorcendo-se em trejeitos de indignação contra o pecaminoso capitalismo. Os representantes do presente maligno não podem julgá-los, e os do futuro maravilhoso julgam em causa própria, prevalecendo-se do direito de adiar o julgamento até o dia da perfeição final, inatingível por definição. Logo, seus crimes não lhes podem ser imputados e recaem fatalmente sobre seus inimigos, isto é, suas vítimas. Daí que tenham tanto mais intensa impressão de santidade quanto mais lavam suas mãos no sangue dos outros. Eles nunca são culpados pelos seus próprios atos. Puros e santos, são forçados pelo maldito capitalismo a violar sua bondosa inclinação natural e sair matando pessoas, como se fossem assassinos. Esse sacrifício lhes dói tanto, que quando matam sentem que são eles próprios as vítimas, em vez de autores do crime. Daí o ódio redobrado que sentem pelo falecido que, perfidamente, os obrigou a torturá-lo e matá-lo. Daí, mais ainda, a necessidade que sentem de continuar a matá-lo em efígie eternamente, xingando-o e difamando-o a cada oportunidade e negando clemência até mesmo a seus descendentes. Na Romênia de Ceaucescu o ex-ministro da economia, Mihail Manoilescu, foi

condenado à morte e executado simbolicamente cinco anos depois de ter morrido na cadeia. Matá-lo uma vez só não bastava. São delicadezas da alma comunista que escapam aos corações insensíveis dos reacionários.

Ser comunista é ser um assassino cheio de ternura por si mesmo e de ódio eterno, inextinguível, às suas vítimas.

Escravos fujões

Graça Salgueiro, minha amiga e editora do admirável blog Nota Latina (www.notalatina.blogspot.com), me chama a atenção para mais um detalhe maravilhoso na entrevista do professor-assassino João Carlos Kfourti Quartim de Moraes que já comentei aqui e também no Jornal do Brasil ([v.http://www.olavodecarvalho.org/semana/070206dce.html](http://www.olavodecarvalho.org/semana/070206dce.html) e <http://www.olavodecarvalho.org/semana/070208jb.html>). Fazendo ironia com os fazendeiros do Império que julgavam a escravatura uma instituição benévola, afirma o elemento: "Os escravos, teimando em não compreender as motivações filantrópicas de seus proprietários, fugiam em massa das senzalas e das plantações".

Bem, os escravos brasileiros não são as únicas pessoas incompreensivas que fugiram de seus benfeitores. Seis milhões de cubanos escapuliram de Cuba, expondo-se ao risco de morrer afogados ou de ser comidos pelos tubarões caso não fossem metralhados antes pela polícia de Fidel Castro. Seu exemplo abominável foi seguido por dois milhões de

vietnamitas que fugiram da generosidade vietcongue em barquinhos, jangadas e até bóias de borracha. Algumas dezenas de milhares de alemães mal agradecidos saltaram o Muro de Berlim para expor-se aos horrores do capitalismo na parte oeste da cidade. O fluxo de refugiados da Polônia, da Rússia, da Hungria, da China e de outros templos da bondade comunista jamais cessou de superlotar as ruas de Nova York, Paris e Londres e até de São Paulo, dando testemunho onipresente da ingratidão humana. E eu mesmo, cínico e indiferente à ternura que jorra do coração do prof. Kfoury, fugi para os EUA antes que desse na veneta filantrópica do indigitado a idéia de constituir às pressas mais um tribunal revolucionário e me mandar para o beleléu como fez com o capitão Charles Chandler.

História invertida

Uma evidência moral que deveria ser óbvia à primeira vista é que, se todo militante nazista é cúmplice moral do Holocausto, todo militante comunista é cúmplice moral da matança de cem milhões de vítimas dos regimes soviético, chinês, cubano etc. No caso dos terroristas brasileiros, sua participação no esquema genocida internacional montado por Fidel Castro (não menos de quinhentos mil mortos no total) foi algo mais do que moral: foi cumplicidade material, através da ajuda que receberam dele e dos inumeráveis serviços que lhe prestaram. Desde logo, o fato de que a guerrilha nacional agisse sob a orientação da OLAS, Organización Latino-Americana de Solidariedad, é mais que suficiente para provar que ela não foi uma

iniciativa nacional independente e sim a consecução local de planos estratégicos traçados pessoalmente por Fidel Castro. Assim como há uma diferença entre o vago simpatizante nazista da França ou da Holanda e o militante efetivo que no exterior cumpria as ordens emanadas da Chancelaria em Berlim, a mesma diferença existe entre o mero esquerdista subjetivo e os nossos guerrilheiros. Como braços armados de Fidel Castro, eles ajudaram a matar cada cubano que morreu de tortura ou de fome nos cárceres da ilha e cada vítima das guerrilhas que o ditador do Caribe espalhou pelo continente latino-americano e pela África.

Se compararmos a imensidão desses feitos macabros com a truculência modesta da ditadura que os combateu, a superioridade moral desta última se tornará demasiado evidente. Por isso a historiografia de propaganda esquerdista que forjou a imagem desse período na memória nacional é tão enfática em assinalar os crimes da ditadura e tão omissa em descrever as conexões da guerrilha local com o esquema estratégico cubano e continental. Mesmo quando fala da Operação Condor, a articulação de governos militares para o combate às guerrilhas, ela busca sempre dar a impressão de que se tratava de uma conspiração transnacional armada contra heróicas resistências locais, e não de um arranjo feito às pressas para enfrentar um esquema revolucionário internacional muito mais antigo, organizado e abrangente. A OLAS, afinal, tinha agentes em todo o mundo e conexões muito fortes na mídia internacional, enquanto os generais latino-americanos mal tinham alguns oficiais de relações

públicas, canhestros e mal treinados, para tentar balbuciar explicações diante de repórteres maliciosos, intoxicados de prevenção esquerdista, quando não militantes comunistas eles próprios.

É por isso que a história da ingerência dos EUA na situação política latino-americana da época aparece cem por cento invertida no relato que as escolas e o movimento editorial passam às novas gerações. A força dos documentos históricos é aí neutralizada por grotescas lendas urbanas criadas pela propaganda comunista, que se impregnam na memória popular como verdades de evangelho. Na crença geral, os EUA continuam aparecendo como autores ou pelos menos inspiradores do golpe de 1964, embora a correspondência entre o embaixador Lincoln Gordon e o presidente Johnson mostre que o governo americano se limitou a manter-se informado sem interferir em nada. Inversa e complementarmente, a debilitação e queda dos governos militares é atribuída à ação espontânea e heróica das resistências locais, quando os documentos provam que foi tudo uma decisão direta do presidente Jimmy Carter, o pai da prosperidade esquerdista nas décadas seguintes. Ante a pressão americana, nossa ditadura teve de se desmantelar às pressas, abandonando o país nas mãos da canalha esquerdista que desde então não fez senão comer dinheiro público, bajular criminosos e derreter-se em orgasmos de auto-adoração.

A anistia jurídica que essa gente recebeu nunca deveria ter vindo junto com a anistia moral que aboliu a memória de seus crimes e tornou

eternamente imperdoáveis os de seus adversários. Nem a ditadura foi tão ruim, nem os comunistas que a combateram o fizeram por amor à democracia e aos direitos humanos. A alternativa aos militares, nas décadas de 60 e 70, era exatamente aquela que a guerrilha trazia em seu bojo: a tirania comunista, infinitamente mais brutal e sedenta de sangue do que o mais enfezado dos nossos generais poderia jamais ter sido. A História nunca é uma escolha entre o céu e o inferno, a felicidade integral e o infortúnio absoluto: é uma permanente opção entre a mediocridade do mal menor e a santificação psicótica do mal maior.

Nesse sentido, tendo sido radicalmente oposto ao regime militar enquanto ele durou, hoje não vejo como condená-lo por inteiro em comparação com a alternativa hedionda oferecida pelos santarrões comunistas na época. No mínimo, os presidentes militares morreram pobres. Morreram pobres porque foram honestos. E, se perseguiram os comunistas, deixaram o resto da nação em paz. Hoje, os cidadãos brasileiros são assassinados à base de cinquenta mil por ano enquanto os comunistas se empanturram de dinheiro público e trocam beijinhos com a narcoguerrilha colombiana que fomenta a violência nas ruas do Rio e de São Paulo. Moralmente, não há comparação possível.

Diferença abissal

A propósito disso, e com referência à antologia de meus artigos que está para ser publicada como edição especial do Diário do Comércio, creio dever aos

leitores uma explicação pessoal, escrita desde o fundo do meu coração.

Há uma diferença abissal entre refutar uma idéia e denunciar um crime. Quando condeno os jornais e jornalistas que ocultam a matança de cristãos no mundo, que fingem acreditar na inexistência ou inocuidade do Foro de São Paulo, que jamais noticiam os constantes assassinatos e torturas de prisioneiros políticos em Cuba, na China e nos países islâmicos (e quando o fazem é com uma circunspecção que raia a omissão completa), não estou discutindo suas idéias: estou denunciando sua cumplicidade consciente e obstinada com crimes hediondos. Minha divergência com eles não é de crenças, de convicções, de ideologia: é a diferença moral irreduzível entre o homem sincero e um bando de mentirosos cínicos.

Do mesmo modo, não é ideológica a distância que me separa daqueles que se sentem mártires porque perderam 376 militantes para a ditadura nacional enquanto ajudavam Fidel Castro a matar quinhentas mil pessoas

(v.[http://www.cubaarchive.org/english version](http://www.cubaarchive.org/english_version)) a cujos descendentes a mídia hipócrita e o governo cão negam toda palavra de consolo. Ideologia discute-se. Uma diferença abissal de percepção, de sentimentos, de moralidade, de senso das proporções, só se expressa com gritos de horror ou com o silêncio do desprezo.

Não fui eu que criei essa diferença. Foram eles. São eles que abrem um abismo ontológico intransponível

entre os seus e os do partido contrário, considerando-se detentores exclusivos do estatuto humano e tratando seus adversários mortos como detritos na lixeira da História.

A essa diferença corresponde outra, igualmente invencível, mas de ordem cognitiva, entre eles e aqueles que não medem a condição humana, os direitos humanos, a dignidade da vida humana, por uma carteirinha de partido.

É do máximo interesse deles escamotear essa diferença, fingindo que é tudo mera divergência de opiniões, para em seguida choramingar que sou um intolerante, que os maltrato só porque não pensam como eu. O número dos que apelam a esse expediente malicioso é diretamente proporcional à sua falta de vergonha na cara.

Não vejo como expor nossa diferença polidamente. Palhaço seria eu se, diante de tantas condutas criminosas, me pusesse a discuti-las em tom de debate intelectual, como se fossem grandes e elevadas teorias, sublimes hipóteses científicas, arrojadas especulações filosóficas. Bem sei que é isso o que querem. Mas eu estaria me rebaixando ao último grau da indignidade se fizesse algo para contentá-los.

Nem falo, é claro, daqueles que diante de provas tão patentes e superabundantes da mendacidade esquerdista que impera nos meios de comunicação deste país, ainda se queixam de que a mídia nacional é "conservadora". Se com os primeiros já não havia a

menor possibilidade de diálogo, esses, então, não merecem sequer ser mencionados, de raspão, numa conversa entre pessoas decentes. Seu lugar na escala da idoneidade profissional é o das amebas e protozoários na hierarquia animal. *Non raggionam di lor, ma guarda e passa.*

Por outro lado, é superlativamente cínica e de má fé a exigência de “argumentos” por parte de gente que sempre respondeu aos meus mediante a mais sórdida e persistente campanha de difamação de que algum jornalista brasileiro já foi vítima ao longo de toda a história nacional. Insultos a mim e à minha família, ameaças de morte, imputações criminais escabrosas, boicotes profissionais ostensivos não contentaram a sanha dessas criaturas, que em seguida se esmeraram em distribuir pela *internet* mensagens falsas em meu nome, com conteúdo racista e nazista, e em criar sites inteiros, com conteúdo forjado, para impingir ao público a farsa de um Olavo de Carvalho moldado à imagem e semelhança do ódio e do temor irracionais que o personagem real lhes inspira.

Só de cartas que sugerem, pedem, imploram ou exigem sumariamente a minha exclusão da mídia, tenho as cópias de várias dezenas – amostragem modesta do que circulou pelas redações. Como posso crer que tantos sujeitos empenhadas em tapar minha boca estejam ao mesmo tempo ansiosos para ouvir meus argumentos?

Quem tem o direito de cobrar argumentos sou eu e não eles, como bem lembra Guilherme Afif Domingos no prefácio à antologia que mencionei. Mas quem, na

esquerda supostamente letrada, vai querer discutir comigo? Todos os que o tentaram se saíram muito mal. Seus descendentes aprenderam a lição. Ao primeiro sinal de um confronto, fogem esbaforidos, de medo de que sua vacuidade mental, desprovida das defesas do cargo e da claque, seja exposta à plena luz do dia. Preferem ir fazer fofocas bem longe de mim, protegidos em suas salas de aula, ante alunos previamente vacinados contra a tentação de me dar ouvidos. Aí sim, deitam e rolam, dizem de mim o que querem, fazem piadas, contam garganta e me derrotam em mil e um embates imaginários.

Os exemplos de baixeza, de covardia, de mendacidade grupal organizada que vi desde a primeira edição de *O Imbecil Coletivo* (1996) são uma amostragem sociológica mais que suficiente do perfil moral médio do esquerdismo falante.

Antes disso eu já conhecia, é claro, o poder da máquina de difamação esquerdista. Sabia o que ela tinha feito com Gilberto Freyre, com Otto Maria Carpeaux, com Gustavo Corção, com Georges Bernanos, com José Osvaldo de Meira Penna, com Antonio Olinto, com Roberto Campos – com um punhado de homens ilustres. A fúria inventiva que ela mobiliza contra aqueles a quem quer destruir não tem limites. Não há mentira, não há invencionice, não há intriga, por mais rasteira e porca que seja, a que seus funcionários não recorram com a cara mais bisonha do mundo, seguros da indulgência plenária garantida pela sua superioridade moral inata, indiscutível, divina. E a tudo isso denominam "debate intelectual", desfolhando-se em chiliques de

donzela ultrajada quando os chamamos de delinqüentes camuflados. Minha experiência pessoal com essa gente só veio a confirmar, com sobra de evidência, tudo o que a História me havia ensinado a seu respeito. Hoje entendo que o esquerdismo não é um ideal, uma crença, uma filosofia: é uma doença moral horrível, a substituição do senso instintivo do bem e do mal por um conjunto de artifícios lógicos que, por etapas, vão levando da mera perversão à inversão completa, à santificação do mal e à condenação do bem.

Um livro que ninguém verá

Olavo de Carvalho

Época, 18 de agosto de 2001

O terrorismo intelectual do qual ele fala não vai deixar que você o leia

Um livro de sucesso na Europa, mas que só por milagre será publicado no Brasil, e que se for publicado não será comentado, é *Le Terrorisme Intellectuel de 1945 à Nos Jours*, de Jean Sévillia. Se o leitor compreendeu o título, já sabe por que digo isso. O terrorismo intelectual, que consiste num conjunto de mecanismos jornalísticos e publicitários inventado por Lênin para intimidar e reduzir ao silêncio os inimigos do comunismo, ainda é bem

forte na França, mas não o bastante para impedir que o livro fosse publicado, semanas atrás, pelas edições Perrin. O monstro decadente defende com bravura o velho terreno conquistado, mas se debilita dia a dia com as revelações dos Arquivos de Moscou e as defecções de ex-colaboradores que se cansaram de mentir a seu serviço, como aconteceu com os autores de *O Livro Negro do Comunismo*. Já no Brasil o sistema está em franco progresso, tendo conquistado praticamente todos os postos importantes na imprensa cultural, na educação e nos meios editoriais, tornando-se dia a dia mais despótico, mais arrogante e mais intolerante.

Jean Sévillia, redator-chefe do *Figaro*, o principal diário parisiense, passou anos vasculhando a imprensa francesa em busca de jóias da propaganda comunista travestida de jornalismo, como, por exemplo, as descaradas apologias do injustamente prestigioso *Le Monde* ao regime genocida de Pol Pot, os ataques coordenados da intelectualidade bem-pensante ao dissidente Victor Kravchenko (o primeiro a revelar a existência dos campos de concentração soviéticos), a tempestade de ódio que desabou sobre Aleksandr Soljenitsin quando publicou *O Arquipélago Gulag*. De entremeio, alguns momentos de desabafo nos quais a alma esquerdista revela sua verdadeira índole, como nesta tirada de Jean-Paul Sartre, que Jean-François Revel considerava o terrorista intelectual por excelência: “Um regime revolucionário tem de se desembaraçar de um certo número de indivíduos que o ameaçam, e não vejo outro meio de fazer isso senão a morte. Da

prisão, sempre se pode sair. Os revolucionários de 1793 provavelmente não mataram o bastante”.

Na Europa o terrorismo intelectual continua, como diz Jean d’Ormesson, da Academia Francesa, a “construir seus muros de silêncio, mais difíceis de derrubar que o Muro de Berlim”. Mas esses muros já mal conseguem tapar a visão do passado, ao passo que, no Brasil, é a atualidade mesma que é sonegada, cada vez mais, ao conhecimento do público. Ao terrorismo intelectual nacional as mais belas esperanças de domínio completo são hoje permitidas. Tanto que a área sob sua jurisdição já se ampliou dos círculos intelectuais para a imprensa noticiosa, onde, com eficácia infinitamente superior à dos velhos censores do regime militar, ele veta a seu bel-prazer o acesso dos leitores brasileiros aos fatos inconvenientes, como, por exemplo, o próximo julgamento do clã Pol Pot no Camboja por um tribunal das Nações Unidas (certamente o acontecimento judiciário mais importante desde a condenação dos nazistas em Nuremberg) ou a prisão recente de mais um bispo pela polícia política chinesa, que eleva para 14 o número de dignitários católicos (sem contar padres e leigos aos montões) mantidos prisioneiros, sob tortura, nos cárceres do regime tão apreciado por nosso eterno candidato presidencial, o católico, certamente devotíssimo, Luiz Inácio Lula da Silva.

Uma máquina que vai funcionando tão bem, e cuja operação exige que ninguém perceba que é uma máquina, mas que todos imaginem que gritos e silêncios se coordenam pela somatória

impremeditada de puras coincidências, não há de querer que seus mecanismos internos sejam de repente divulgados, analisados, postos a nu. Ante a mais mínima ameaça de tradução do livro de Jean Sévillia, folhas de parreira choverão miraculosamente, e o terrorismo intelectual continuará encoberto, invisível, disfarçado de anônima e espontânea “opinião pública”.

Cem anos de pedofilia

Olavo de Carvalho

O Globo, 27 de abril de 2002

Na Grécia e no Império Romano, o uso de menores para a satisfação sexual de adultos foi um costume tolerado e até prezado. Na China, castrar meninos para vendê-los a ricos pederastas foi um comércio legítimo durante milênios. No mundo islâmico, a rígida moral que ordena as relações entre homens e mulheres foi não raro compensada pela tolerância para com a pedofilia homossexual. Em alguns países isso durou até pelo menos o começo do século XX, fazendo da Argélia, por exemplo, um jardim das delícias para os viajantes depravados (leiam as memórias de André Gide, “Si le grain ne meurt”).

Por toda parte onde a prática da pedofilia recuou, foi a influência do cristianismo — e praticamente ela só — que libertou as crianças desse jugo temível.

Mas isso teve um preço. É como se uma corrente subterrânea de ódio e ressentimento atravessasse dois milênios de história, aguardando o momento da vingança. Esse momento chegou.

O movimento de indução à pedofilia começa quando Sigmund Freud cria uma versão caricaturalmente erotizada dos primeiros anos da vida humana, versão que com a maior facilidade é absorvida pela cultura do século. Desde então a vida familiar surge cada vez mais, no imaginário ocidental, como uma panela-depressão de desejos recalcados. No cinema e na literatura, as crianças parecem que nada mais têm a fazer do que espionar a vida sexual de seus pais pelo buraco da fechadura ou entregar-se elas próprias aos mais assombrosos jogos eróticos.

O potencial politicamente explosivo da idéia é logo aproveitado por Wilhelm Reich, psiquiatra comunista que organiza na Alemanha um movimento pela “libertação sexual da juventude”, depois transferido para os EUA, onde virá a constituir talvez a principal idéia-força das rebeliões de estudantes na década de 60.

Enquanto isso, o Relatório Kinsey, que hoje sabemos ter sido uma fraude em toda a linha, demole a imagem de respeitabilidade dos pais, mostrando-os às novas gerações como hipócritas sexualmente doentes ou libertinos enrustidos.

O advento da pílula e da camisinha, que os governos passam a distribuir alegremente nas escolas, soa como o toque de liberação geral do erotismo infanto-juvenil. Desde então a erotização da infância e da

adolescência se expande dos círculos acadêmicos e literários para a cultura das classes média e baixa, por meio de uma infinidade de filmes, programas de TV, “grupos de encontro”, cursos de aconselhamento familiar, anúncios, o diabo. A educação sexual nas escolas torna-se uma indução direta de crianças e jovens à prática de tudo o que viram no cinema e na TV.

Mas até aí a legitimação da pedofilia aparece apenas insinuada, de contrabando no meio de reivindicações gerais que a envolvem como consequência implícita.

Em 1981, no entanto, a “Time” noticia que argumentos pró-pedofilia estão ganhando popularidade entre conselheiros sexuais. Larry Constantine, um terapeuta de família, proclama que as crianças “têm o direito de expressar-se sexualmente, o que significa que podem ter ou não ter contatos sexuais com pessoas mais velhas”. Um dos autores do Relatório Kinsey, Wardell Pomeroy, pontifica que o incesto “pode às vezes ser benéfico”.

A pretexto de combater a discriminação, representantes do movimento gay são autorizados a ensinar nas escolas infantis os benefícios da prática homossexual. Quem quer que se oponha a eles é estigmatizado, perseguido, demitido. Num livro elogiado por J. Elders, ex-ministro da Saúde dos EUA (surgeon general — aquele mesmo que faz advertências apocalípticas contra os cigarros), a jornalista Judith Levine afirma que os pedófilos são inofensivos e que a relação sexual de um menino com um sacerdote pode ser até uma coisa benéfica. Perigosos mesmo, diz Levine, são os pais, que

projetam “seus medos e seu próprio desejo de carne infantil no mítico molestatador de crianças”.

Organizações feministas ajudam a desarmar as crianças contra os pedófilos e armá-las contra a família, divulgando a teoria monstruosa de um psiquiatra argentino segundo a qual pelo menos uma entre cada quatro meninas é estuprada pelo próprio pai.

A consagração mais alta da pedofilia vem num número de 1998 do “Psychological Bulletin”, órgão da American Psychological Association. A revista afirma que abusos sexuais na infância “não causam dano intenso de maneira pervasiva”, e ainda recomenda que o termo pedofilia, “carregado de conotações negativas”, seja trocado para “intimidade intergeracional”.

Seria impensável que tão vasta revolução mental, alastrando-se por toda a sociedade, poupasse miraculosamente uma parte especial do público: os padres e seminaristas. No caso destes somou-se à pressão de fora um estímulo especial, bem calculado para agir desde dentro. Num livro recente, “Goodbye, good men”, o repórter americano Michael S. Rose mostra que há três décadas organizações gays dos EUA vêm colocando gente sua nos departamentos de psicologia dos seminários para dificultar a entrada de postulantes vocacionalmente dotados e forçar o ingresso maciço de homossexuais no clero. Nos principais seminários a propaganda do homossexualismo tornou-se ostensiva e estudantes heterossexuais foram forçados por seus superiores a submeter-se a condutas homossexuais.

Acuados e sabotados, confundidos e induzidos, é fatal mais dia menos dia muitos padres e seminaristas acabem cedendo à geral gandaia infanto-juvenil. E, quando isso acontece, todos os porta-vozes da moderna cultura “liberada”, todo o establishment “progressista”, toda a mídia “avançada”, todas as forças, enfim, que ao longo de cem anos foram despojando as crianças da aura protetora do cristianismo para entregá-las à cobiça de adultos perversos, repentinamente se rejubilam, porque encontraram um inocente sobre o qual lançar suas culpas. Cem anos de cultura pedófila, de repente, estão absolvidos, limpos, resgatados ante o Altíssimo: o único culpado de tudo é... o celibato clerical! A cristandade vai agora pagar por todo o mal que ela os impediu de fazer.

Não tenham dúvida: a Igreja é acusada e humilhada porque está inocente. Seus detratores a acusam porque são eles próprios os culpados. Nunca a teoria de René Girard, da perseguição ao bode expiatório como expediente para a restauração da unidade ilusória de uma coletividade em crise, encontrou confirmação tão patente, tão óbvia, tão universal e simultânea.

Quem quer que não perceba isso, neste momento, está divorciado da sua própria consciência. Tem olhos mas não vê, tem ouvidos mas não ouve.

Mas a própria Igreja, se em vez de denunciar seus atacantes preferir curvar-se ante eles num grotesco ato de contrição, sacrificando pro forma uns quantos padres pedófilos para não ter de enfrentar as forças

que os injetaram nela como um vírus, terá feito sua escolha mais desastrosa dos últimos dois milênios.

A miséria no mundo

Olavo de Carvalho

Diário do Comércio, 10 de outubro de 2005

Amigos que muito respeito pedem-me às vezes que escreva algo sobre pobreza, desigualdade social ou coisa assim. Sendo esse o assunto mais mexido e remexido em campanhas eleitorais, discursos parlamentares, teses universitárias, editoriais sapientíssimos, debates de botequim e congressos internacionais de especialistas em tudo, sinto-me naturalmente inibido de entrar numa conversa na qual praticamente todos os membros da espécie humana, por direito de nascimento, se sentem convidados a opinar e na qual, pela insuperável limitação de tempo decorrente da afluência universal ao microfone, cada um só pode desfrutar do seu direito de falar quando exerce com ainda mais tenacidade o direito de não ouvir.

Por isso mesmo tenho acreditado que a minha maior contribuição ao melhoramento da condição social dos desfavorecidos seria uma espartana abstinência de opiniões. Isso não quer dizer que não pensasse no assunto. Pensava nele, sim, mas sem nenhuma esperança de chegar a diagnósticos gerais ou propor terapêuticas. Movido por aquela prudência quase

obsessiva que nasce da ignorância consciente, julguei que antes de me alçar a tão altos vãos seria recomendável coletar um certo número de observações básicas fáceis de confirmar, mas suficientemente amplas, na generalidade do seu alcance, para ter alguma utilidade em futuras especulações mais ambiciosas. Em compensação da penúria de opiniões e propostas, não me esquivo de maneira alguma a fornecer aos interessados uma lista dessas constatações:

1. Até onde alcança a visão do historiador, a pobreza e a desigualdade são as condições mais gerais e permanentes do ser humano na Terra. Não são de maneira alguma anomalias observadas, aqui e ali, sobre um fundo universal de prosperidade e igualdade. Também não são mutações sobrevindas após uma etapa historicamente registrada de riqueza geral e justa distribuição. O comunismo primitivo é uma conjecturação mítica exatamente como a Idade de Ouro de Hesíodo.

2. Em nenhuma etapa histórica anterior ao século XVIII europeu observa-se um estado de espírito marcado pela revolta geral, radical e crescente contra a desigualdade social em qualquer das suas formas. Essa revolta, partindo da França, veio junto com a crença na possibilidade de uma sociedade inteiramente planejada por uma elite de revolucionários iluminados.

3. A idéia da sociedade planejada sofreu muitas modificações desde então, mas toda tentativa de realizá-la produziu níveis de miséria e desigualdade social nunca imaginados pelas gerações anteriores. O

mais radical desses experimentos, o “Grande Salto para a Frente” da China revolucionária, matou de fome trinta milhões de pessoas em uma década – por certo o mais notável desastre econômico de todos os tempos, só comparável a devastações produzidas por catástrofes naturais. Na Rússia soviética, após sete décadas de comunismo, o cidadão médio consumia menos proteínas do que um súdito do tzar, e tinha menos meios de adquirir um automóvel do que um negro da África do Sul sob *apartheid* .

4. Só povos que se atiraram de cabeça na aventura capitalista conseguiram elevar significativamente o padrão de vida de suas populações, mas em muitos países a prosperidade veio junto com um crescimento ainda maior do aparato burocrático-estatal, resultando naquela mistura de capitalismo e socialismo que leva o nome genérico de “fascismo”, um regime que deságua quase que naturalmente na autodestruição por meio da guerra.

5. Embora desde o século XVIII as esperanças de uma vida melhor para os pobres viessem associadas à expectativa de uma ampliação geral dos direitos civis e políticos, em muitos países esses dois objetivos entraram em conflito, ora sacrificando-se a liberdade em nome da igualdade, ora esta em nome daquela.

6. Somente um país conseguiu manter-se numa linha de desenvolvimento econômico constante e progressiva eliminação da pobreza sem sacrifício considerável das liberdades individuais: os Estados Unidos da América. Coincidência ou não, esse foi o país em que a doutrina da sociedade planejada foi recebida com maior frieza e hostilidade, só

alcançando alguma aceitação nos períodos de atividade militar intensa (presidências de Woodrow Wilson, Franklin D. Roosevelt e Lyndon B. Johnson).

7. Desde a época de Johnson, no entanto, a tendência ao controle estatal crescente e à restrição das liberdades nos EUA tem aumentado perigosamente nas últimas décadas, com ou sem atividade guerreira concomitante. Essa tendência vem associada a projetos de uma Nova Ordem global, fortemente apoiada por uma elite de metacapitalistas (a explicação do termo encontra-se em <http://www.olavodecarvalho.org/semana/040617jt.htm>), que, para realizar sua ambição de uma sociedade planejada global, já se mostraram dispostos a sacrificar parcelas importantes da própria soberania nacional americana. (O conflito mortal entre globalismo e interesse nacional americano, *o fato capital da nossa época*, é totalmente desconhecido do público brasileiro, graças à ignorância maciça – não raro voluntária – da classe jornalística e daquela raça de macacos, mistos de papagaios, com cérebros de jumento e almas de víbora, que a si próprios se denominam “intelectuais”. Há muitos livros a respeito, mas a fonte mais acessível é o site de Henry Lamb, <http://www.sovereignty.net>, que abrirá para o leitor uma infinidade de outras fontes.)

8. Hoje em dia, a promessa de eliminação radical da miséria e da desigualdade social no mundo, repetida ao ponto de disseminar por toda parte uma explosiva impaciência com a continuidade desses males, é alardeada principalmente pelos centros de difusão do

projeto globalista, cujo porta-voz mais notório é a ONU. Dessa mesma origem provêm inúmeros outros projetos associados, como o da uniformização mundial dos padrões educacionais, o de um controle ecológico global o de uma fusão administrativa de todas as religiões numa espécie de gerência espiritual do planeta. Não pretendo opinar sobre os planos econômicos da ONU e demais entidades associadas, que não estudei a fundo, mas tenho a certeza de que não estão desligados dos projetos nas áreas de educação, ecologia e religião, já que, se me permitem, o globalismo é global, isto é, holístico, uma visão unificada construída ao longo de meio século e não uma colcha de retalhos improvisada. Tal como no século XVIII, a utopia do progresso igualitário vem hoje no bojo de um projeto civilizacional integral, a ser realizado por meio do planejamento centralizado. A diferença é que os *philosophes* se tornaram burocratas, têm poder decisório, recursos financeiros ilimitados e escala de ação global.

9. Um breve exame do *Index of Economic Freedom* , aqui citado na semana retrasada, basta para mostrar que os níveis máximos de miséria e desigualdade social coincidem com os locais de maior interferência estatal e economia planejada. O argumento em favor da economia planejada global é que os planejamentos falharam porque adotados em escala nacional, defrontando-se ao mesmo tempo com dificuldades que transcendiam as fronteiras das nações. Basta portanto universalizá-los e tudo correrá às mil maravilhas.

10. O programa globalista não é a mesma coisa que a expansão mundial do capitalismo, um processo historicamente espontâneo no qual ele toma carona parasitária, tal como aconteceu em escala nacional em vários países, onde o crescimento do capitalismo teve como efeito colateral a ascensão dos metacapitalistas e a proliferação dos seus aliados naturais, os burocratas e os intelectuais ativistas. Nesse sentido, a profecia de Karl Marx de que o capitalismo geraria os seus próprios coveiros se revelou acertada, com a ressalva de que esse papel não coube nem poderia caber aos proletários, mas à parcela mais ambiciosa politicamente da própria classe capitalista e aos “intelectuais” (no sentido gramsciano e ampliado do termo). Esta ressalva, por sua vez, foi diagnosticada e expressa em tempo hábil pelos socialistas fabianos – especialmente Bernard Shaw --, não sendo, pois, de espantar que o fabianismo tenha se tornado, formal ou informalmente, a ideologia dominante das elites burocráticas globalistas. A tensão aparentemente insolúvel entre expansão do capitalismo e centralização burocrática mundial lateja no fundo do conflito, acima mencionado, entre os EUA e os organismos globais.

11. Exatamente como as propostas globalistas em educação, ecologia e cultura religiosa – cujas fontes analisarei em outro artigo --, a promessa de eliminação mundial da pobreza é uma parte integrante de um discurso ideológico globalista, e a ela não corresponde nenhum mecanismo prático de realização exceto aqueles já desencadeados espontaneamente – e anteriormente -- pela expansão

planetária do capitalismo, à qual o globalismo só vem a acrescentar, em última análise, um elemento parasitário: os custos crescentes de uma burocracia planetária cada vez mais intromedida, paralisante e contraproducente.

12. A luta contra a pobreza e a desigualdade social encontra-se hoje no seu ponto de máxima tensão. De um lado, a revolta radical contra esses males milenares se incorporou de tal modo à mentalidade coletiva, que por toda parte se espalhou a expectativa insana de soluções globais a prazo relativamente curto. De outro lado, essa mesma expectativa alimenta o crescimento da burocracia planetária que suga e desvia para seus próprios objetivos políticos os frutos da expansão mundial do capitalismo, retardando a distribuição dos seus benefícios a bilhões de seres humanos necessitados.

13. O Brasil, nesse panorama, é uma folha levada na tempestade, incapaz não só de controlar o seu destino mas até mesmo de compreendê-lo, graças à inépcia geral dos “intelectuais” nacionais, que estão entre os mais despreparados, levianos e pretensiosos do mundo.

Assim descrito o quadro, na medida das minhas possibilidades, e ressalvada qualquer imprecisão devida à pressa da redação jornalística, permito-me agora emitir uma opinião. Como qualquer outro ser humano, eu desejaria uma vida melhor para todos, mas, ao contrário da maioria deles, não acredito que se deva esperar algum progresso substancial na busca desse objetivo ao longo das próximas décadas, apesar de todas as conquistas da técnica agrícola e

industrial. A tensão entre capitalismo e globalismo não resultará necessariamente em tragédia global, mas é quase impossível que ela não desemboque mais cedo ou mais tarde em agressões militares de conseqüências incalculáveis. O capitalismo é uma força de expansão, o globalismo uma força de contração. Equivalem, no simbolismo alquímico, ao mercúrio e ao enxofre. A produção da resultante – alquimicamente, o sal – é um processo infinitamente delicado, sutil e complexo, mais sujeito ao acaso e à providência divina do que ao arbítrio humano. A atenção devota, a paciência, a prudência e a busca constante da compreensão do processo são aí incomparavelmente mais úteis e necessárias do que os programas e as palavras-de-ordem. Mais úteis ainda para aqueles países que, sem ter voz ativa no processo, não podem contar senão com a esperança de uma adaptação vantajosa às circunstâncias de cada momento. Infelizmente, é precisamente nesses países que prolifera de maneira mais incontrollável a raça dos “intelectuais” amantes de *slogans* e palavras-de-ordem.

Tal como expliquei aqui semanas atrás, o presidente George W. Bush, embriagado por altos planos para o Oriente Médio, levou até o limite da imprudência a aposta no unanimismo bipartidário. Suas concessões ao partido adversário, que começaram com uma política fiscal inversa à prometida em campanha e culminaram na nomeação de uma contribuinte de Al Gore para a Suprema Corte, passando por uma tolerância quase suicida para com os imigrantes

ilegais, receberam finalmente um “basta” da base conservadora. Isso já era esperado aqui desde muito tempo. Só é novidade para a mídia brasileira, que, após ter pintado Bush com as cores do conservadorismo radical, não podia mesmo enxergá-lo com suas dimensões reais de conciliador compulsivo. Vista daqui, a mídia brasileira é uma infindável comédia de erros.

Brincar de genocídio

Olavo de Carvalho

Época, 23 de Junho de 2001

É o que a gente faz quando aceita falar respeitosamente do comunismo

Não há insolência maior nem mais perversa armadilha verbal que exigir daquele que combate o comunismo que o faça "em tom respeitoso". Vou lhe mostrar o que acontece quando você, por medo de ser chantageado em nome de supostas regras de polidez do debate democrático, cede a essa exigência.

Logicamente falando, só há dois motivos possíveis para continuar respeitando uma ideologia depois que ela matou 100 milhões de pessoas: ou você admite que esse resultado letal foi um desvio acidental de percurso, um detalhe supérfluo na evolução histórica

de um lindo ideal, ou parte logo para a legitimação ostensiva do genocídio. Ou você defende o marxismo mediante a supressão do nexos essencial entre fatos e idéias que é a própria base dele, ou o enaltece mediante um argumento que faz dele uma apologia do crime. No primeiro caso, você é um idiota; no segundo, é um monstro de amoralidade e frieza. Não há como escapar dessa alternativa quando se aceita apostar 100 milhões de vidas num ameno e respeitoso joguinho de idéias.

Tão logo entra nisso, com boa-fé e sem se dar conta das implicações morais de sua decisão, você se desliga de sua consciência profunda – que percebe essas implicações perfeitamente bem – e passa a raciocinar só com a periferia de seu ser pensante. Rompido o elo entre o coração e a máquina de tagarelar, você já é um esquizóide ao menos honorário: e quando a patologia adquirida começa a se manifestar em sintomas – um sentimento de culpa difusa, um medo sem razão, umas inibições súbitas e inexplicáveis – você já não tem a menor condição de saber de onde eles vieram.

Todas as neuroses, dizia Igor Caruso, são produzidas pela repressão da consciência moral, da voz interior que nos indica o sentido profundo de nossas escolhas e a lógica implacável de suas conseqüências. Quando você sufoca a voz da consciência, é essa lógica que você expelle de seu horizonte de visão. Por não querer arcar com o peso da escolha moral consciente, você entrega as rédeas de seu destino à mecânica do inconsciente – ou ao primeiro que, em torno, deseje pegá-las. E quem mais desejaria pegá-las que o

manipulador que sonha em conduzi-lo pela argola do nariz, como um boi sonso, a transigências e complacências que lúcido e consciente você não poderia aceitar de maneira alguma?

Então, ao admitir que matar ou não matar 100 milhões de pessoas é apenas uma livre escolha entre "linhas ideológicas", você já nem pode se dar conta de que isso é o mesmo que um assassino declarar que entre ele e sua vítima nada mais se passou que uma divergência quanto à interpretação do Código Penal.

Contra essa insinuação, subentendida na exigência acima referida, é preciso reiterar com todo o vigor: a condenação do comunismo não é um ato político ou ideológico, é um ato moral. Não é livre escolha, é obrigação elementar e indeclinável como a condenação do nazismo e do fascismo. A moral transcende infinitamente a esfera das ideologias e dos jogos de poder. Submetê-la a essa esfera é prostituí-la, e ninguém a prostitui mais que o comunista que, após tê-la assim subjugado, alardeia querer "ética na política", com uma piscadela maliciosa ao círculo dos iniciados que sabem aonde ele quer chegar com isso.

Contra esse jogo é preciso não esquecer jamais que comunismo é genocídio. É genocídio na teoria, é genocídio na estratégia, é genocídio na prática historicamente conhecida e é genocídio nos métodos atuais com que subsiste em Cuba, se fortalece na China e se propaga na Colômbia. É genocídio na apologia da violência por Karl Marx, na técnica leninista do terror sistemático, na arquitetura stalinista e maoísta do Estado-presídio cuja máxima

eficiência, segundo técnicos da KGB, foi alcançada em Cuba. O comunismo prega o genocídio, justifica o genocídio, orgulha-se do genocídio e, onde quer que tenha reinado, sempre viveu do genocídio. Discuti-lo respeitosamente é admitir que exista o direito moral à propaganda do genocídio.

Imagens e escravos

Olavo de Carvalho

Jornal da Tarde, São Paulo, 9 de novembro de 2000

A toda hora aparecem porta-vozes do esquerdismo nacional e internacional denunciando casos de trabalho escravo no Brasil. Com aquele ar de seriedade pétrea de que só os cínicos são capazes, eles asseguram que essa coisa horrível veio ao mundo por culpa do neoliberalismo. Não é preciso discutir isso. Obviamente não existe trabalho escravo em nenhum país de economia liberal. Existe algum em países subdesenvolvidos da América Latina governados por burocracias estatizantes. Existe muito nos países da África e da Ásia que mergulhavam na miséria e na barbárie tão logo "libertados" do colonialismo. Mas onde existiu muito mais foi nos países socialistas. Não apenas existiu, mas foi a base mesma da construção da economia socialista.

Na URSS, na China, em Cuba, não se poderia denunciar "casos" de trabalho escravo, não só porque a censura não deixaria, mas também pela simples razão de que ali o trabalho escravo não eram "casos": era a regra geral. Quem se impressiona com denúncias de escravidão são as pessoas livres. Escravos não se abalam com a descrição das condições de trabalho de outros escravos, e a denúncia, mesmo que varasse a censura, cairia no vazio. O socialismo, enquanto viveu, viveu apenas de duas coisas: ajuda dos países capitalistas e trabalho escravo.

Nada disso é segredo, no mundo em geral, mas no Brasil, graças ao bloqueio das informações anticomunistas na mídia, ainda é. O bloqueio não é completo, como se vê pelo fato de que, sob a hegemonia comunista, eu mesmo ainda tenho algum espaço para escrever; mas é vasto o bastante para abranger todas as páginas noticiosas, cujo maciço trabalho de desinformação não posso contrabalançar com uns quantos artigos por mês. O único modo de furar esse bloqueio é ir direto às fontes, que hoje são abundantes graças à Internet.

No site <http://www.osa.ceu.hu/gulag/> vocês podem ter uma visão do que foi a economia escravista na União Soviética.

O trabalho escravo deve, sim, ser denunciado, e os responsáveis por ele, punidos. Mas o regime mais escravagista que já existiu neste mundo não tem o direito de limpar sua imagem na de escravagistas menores e ocasionais.

Cada apologia do socialismo é legitimação e embelezamento de um passado criminoso. Nenhum dos males presentes se compara, nem de longe, ao cortejo de horrores e misérias que o socialismo estendeu por um terço da superfície terrestre.

Fotos de Sebastião Salgado podem impressionar uma burguesia idiota, fraca, viciada, irresponsável e covarde, pronta a aplacar com dólares e afagos a fúria de seus acusadores, sem nem se perguntar se são sinceros e loucos ou fingidos e espertos. Mas fotos mostram apenas um fato que se deu em algum lugar; não elucidam a sua causa, nem muito menos provam que fatos idênticos ou piores, em quantidade muito maior, não se passaram e passam em outros lugares, eventualmente naqueles mesmos que os Sebastões Salgados imaginam ser províncias do paraíso terrestre. Interpretar fotos - ou qualquer outro documento visual sobre trabalho escravo - como argumentos contra o capitalismo é falhar por completo no exercício do mais elementar discernimento, é cair num raciocínio de indução sensível que está abaixo do nível do humano.

A propaganda comunista, desde Eisenstein, especializou-se no uso de imagens como substitutas do raciocínio. Ninguém, como os socialistas, sabe fazer uma simples fotografia produzir na cabeça do espectador uma impressão de silogismo. Acreditar nesse tipo de raciocínio é animalesco, e o simples fato de que os comunistas tenham abusado tanto desse expediente, não só na propaganda ostensiva, mas também na educação infantil e na cultura superior, já mostra seu completo desprezo pela inteligência

humana. Depois o mundo capitalista aprendeu a usar do mesmo recurso na propaganda comercial, mas num ambiente de concorrência e neutralização mútua que pelo menos resguardava a liberdade de escolha do consumidor. Ademais, a compra de um produto não é uma decisão tão grave quanto a adesão a uma ideologia política que solicita nosso apoio para ações violentas. Para completar, as agências de publicidade podem ser processadas por seus abusos, e quem nos países socialistas haveria de processar Lenin, Krushev ou Fidel Castro? A desonestidade de todas as agências de publicidade comercial do mundo, somada, é zero em comparação com a total falta de escrúpulos da propaganda socialista.

As imagens de meninos escravos são impressionantes, sim. Porém mais impressionante é a irrefreável cadeia de reflexos condicionados que consegue fazer a imagem de um fato passar por prova de causas remotas absolutamente inacessíveis à percepção visual.

Censura planetária

Olavo de Carvalho

O Globo, 13 de dezembro de 2003

Até hoje, a *internet* esteve à mercê da liberdade de mercado, e por isso até os piores inimigos do mercado sempre puderam usá-la para o que bem entendessem. No mundo todo, os *sites* comunistas,

socialistas, anti-americanos e anti-israelenses ocupam espaço bem maior que seus concorrentes liberais, conservadores, cristãos, sionistas etc. O motivo é óbvio: aqueles têm mais dinheiro -- da Comunidade Européia, da ONU, das fundações Ford e Rockefeller, do sr. George Soros e do narcotráfico, entre outras fontes -- e estão organizados em escala global, não encontrando resistências senão locais e esporádicas, sustentadas a duras penas por idealistas quixotescos em estado de inadimplência.

Mas a superioridade esmagadora não contenta os apóstolos do “mundo melhor”. Eles querem o controle absoluto, o poder de censura total. Esse é o projeto que os governos da China, da África do Sul e do Brasil (duas ditaduras comunistas e uma ex-democracia em acesso de socialização galopante) vão apresentar na “World Summit on the Information Society”, a realizar-se na Tunísia em 2005. Se esses loucos não forem detidos no seu intuito macabro, os dias da liberdade de discussão na *internet* estarão contados.

A desculpa é que a *internet* está “nas mãos de poucos” e é preciso dar um jeito nisso. O que eles não esclarecem é que esses poucos são eles próprios. A democracia com que sonham é a oficialização da sua hegemonia, transfigurada em domínio universal.

Como o governo Bush está contra o projeto, é claro que o estoque de ódio anti-americano na alma do mundo será investido maciçamente em campanhas pró-controle, de modo que em breve estreará nas ruas o mais explicitamente orwelliano dos

espetáculos: massas de militantes enfurecidos exigindo censura em nome da democracia.

Não que eles odeiem a liberdade. Eles a amam. Amam-na tanto que a querem toda para si próprios, sem nada para mais ninguém. Fidel Castro, por exemplo, jamais teve a sua liberdade cerceada pelo governo cubano. No Brasil, todos os jornalistas desfrutaram amplamente da liberdade de ocultar ao público a existência do onipotente “Foro de São Paulo”, coordenação estratégica do comunismo latino-americano. Na África do Sul, nunca um agente do governo foi impedido de saquear e incendiar fazendas. E na China nenhum pequeno funcionário, desejando prender, torturar e matar cristãos, teve jamais suas mãos atadas pela autoridade superior.

Não pensem que na formulação verbal que dou a esses fatos haja algum intuito de paradoxo. Ela é exata e literal. O paradoxo está nos fatos mesmos, produzidos pela dialética da *praxis* revolucionária. Afinal, perguntava o próprio Hegel, que é a dialética senão o espírito de contradição sistematizado? Ao transpor-se dos domínios da abstração filosófica para o campo da ação política, a dialética de Hegel e Marx não pode produzir senão um “mundo às avessas”, título aliás de uma coluna assinada na *internet* pelo ultradialético dr. Emir Sader, aquele mesmo segundo o qual eu não existo e ele por sua vez é um *ens realissimum*.

Em escala menor, a total inversão da realidade pode ser observada, por exemplo, no noticiário brasileiro sobre a guerra cultural nos EUA. Há quarenta anos a esquerda domina as universidades americanas por

meio do terrorismo intelectual, demitindo, boicotando e suprimindo qualquer oposição conservadora. O fato está documentado em centenas de livros e artigos (v. um mostruário [aqui](#)), mas nem uma só palavra a respeito saiu jamais na nossa mídia. Então os conservadores lançaram uma campanha pró-liberdade de expressão nas universidades (*Academic Bill of Rights*), e publicaram um manifesto contra os ditadores esquerdistas do meio acadêmico. Tanto bastou para que estes fossem pranteados na mídia tupiniquim como vítimas de neomacartismo. A classe jornalística deste país já perdeu os últimos escrúpulos de veracidade e está possuída pelo espírito de torcida. A coluna do dr. Sader tornou-se a quintessência do jornalismo nacional.

Não só do jornalismo. “Às avessas” é expressão perfeita para descrever um presidente que, após alardear o combate à fome como prioridade máxima, sai distribuindo dinheiro para o comunismo internacional enquanto o PIB desce a zero e o número de desempregados sobe para quatorze milhões. Aplica-se também com precisão a um governo que promete eliminar a violência desarmando as vítimas, ou combater o narcotráfico por meio do cultivo de relações amistosas entre os ministros da República e o comandante das Farc, Raul Reyes. E é a imagem fidedigna de uma nação persuadida de que o melhor a fazer pelos agricultores pobres é deixá-los atear fogo às fazendas produtivas e depois alimentá-los com cestas básicas pagas pelos contribuintes.

Se vocês querem entender esse e outros aspectos da teratologia brasileira, têm de investigar como eles se originaram. Um bom começo é ler os “Cadernos da Liberdade” de Sérgio Augusto de Avelar Coutinho, estudo metódico de como a “revolução cultural” gramsciana foi reduzindo a consciência nacional ao presente estado de apatetada e dócil estupidez. O livro pode ser encomendado pelo e-mail ginconfi@vento.com.br.

O holocausto contínuo

Olavo de Carvalho

O Globo, 21 de abril de 2001

Desde 1789, praticamente todas as perseguições em massa, todos os genocídios do mundo seguiram o mesmo esquema, obsessivamente repetitivo e invariável: o sacrifício dos crentes pelos ateus militantes. O quadro é aterrador. França, México, Espanha: matança dos católicos. Rússia e países satélites: matança dos cristãos ortodoxos (católicos, na Polônia, na Croácia e na Hungria). Alemanha: matança dos judeus. China, Tibete, Indonésia etc.: matança dos budistas e muçulmanos. Total: mais de cem milhões de mortos.

Em todos esses casos, a vítima é religiosa, o assassino é ateu, materialista, progressista, darwinista, portador do projeto de “um mundo melhor” em

qualquer de suas inúmeras versões. Esse é o fato mais constante e mais nítido da história moderna, e também o mais ignorado, omitido, disfarçado. O homem religioso é uma espécie em extinção, não porque suas crenças tenham sido substituídas por outras melhores, mas porque está sendo extinto fisicamente.

Não obstante, ainda há quem acredite que as religiões, e não as ideologias ateístas, científicas e materialistas, são responsáveis pela falta de liberdade no mundo. Daí que a propaganda anti-religiosa, malgrado os efeitos devastadores que produziu, seja aceita não somente como atividade cultural elevada e digna, mas como um dos pilares mesmos do sistema democrático e até como expressão suprema dos mais belos ideais humanos. Quando milhões de jovens imbecilizados pela mídia chegam às lágrimas de comoção idealística ao ouvir em “Imagine”, de John Lennon, a descrição de uma sociedade paradisíaca, nem de longe percebem que seu apelo à supressão de todas as religiões é, em essência, uma legitimação do maior dos genocídios.

Nos países em que não sofrem violência física, os religiosos vêm suas crenças excluídas do debate superior sob a alegação da neutralidade do Estado leigo, e expostas à derisão em publicações acadêmicas sem direito de resposta. Nos filmes, raramente aparece um padre ou pastor protestante que não seja virtualmente um psicopata, um pedófilo ou um *serial killer*.

Mesmo os rabinos, que durante um tempo foram

poupados de ataques cinematográficos diretos por conta da memória recente do Holocausto nazista, já começam a ser mostrados como repressores insanos. A blasfêmia imposta ao público por um *establishment* industrial milionário é apresentada como expressão da liberdade criadora de artistas independentes, e qualquer protesto de entidades religiosas isoladas e impotentes é logo sufocado em nome da liberdade e da tolerância. Desse tipo de liberdade dizia Eric Voegelin: "Até os nacional-socialistas defendiam a liberdade. A liberdade para eles, é claro, com exclusão de todos os outros."

A rigor, não há qualquer diferença significativa entre uma teoria biológica racista, que sem nenhuma intenção política explícita acabe concorrendo indiretamente para justificar a discriminação de negros, amarelos, judeus ou árabes, e uma argumentação anti-religiosa que, com a maior inocência e os ares mais democráticos do mundo, ajude a amortecer na opinião pública a consciência do horror das matanças de crentes. Em ambos os casos há cumplicidade ao menos inconsciente com o genocídio. A diferença é que todos os crimes do racismo, somados, não produziram metade do efeito letal da anti-religião.

No entanto, os próprios religiosos, com frequência, se recusam a perceber que o ódio anti-religioso do mundo moderno é geral, que ele se volta contra todas as religiões e não contra alguma delas em particular. A maioria deles parece ainda mais empenhada em polêmicas inter-religiosas do que na defesa comum

do direito de crer em Deus.

Historicamente, a cegueira para o perigo comum já foi, entre os séculos XVI e XVIII, a causa de que a religião (católica, no caso) perdesse sua legitimidade de poder público, cedendo-a aos Estados nacionais nascentes. Um clero intelectualmente frágil, sem medida de comparação possível com a elite esclarecida dos séculos XII e XIII, revelou-se incapaz de rearticular a civilização ameaçada pela pululação de seitas em guerra, e *in extremis* a Europa foi salva pela emergência da nova autoridade, nacional e monárquica. Mas o advento desta não apenas acelerou o processo de fragmentação da consciência religiosa como também elevou incalculavelmente o potencial destrutivo das guerras, que, de conflitos locais entre grupos, se tornaram lutas de grande escala entre nação e nação.

Hoje, a ascensão de um poder global ateu e materialista apela, novamente, à urgência de apaziguar conflitos inter-religiosos, em muitos casos fomentados por “agentes provocadores”. E de novo os intelectuais religiosos — só que, agora, de todas as religiões — se mostram incapazes de apreender o quadro geral. Apegando-se a velhas polêmicas dogmáticas que podem ter sua importância, mas que nesse quadro se tornam extemporâneas e suicidas, parecem julgar mais importante humilhar as religiões concorrentes do que enfrentar o inimigo comum que vai esmagando todas elas juntas.

No Corão, Deus adverte a muçulmanos, judeus e cristãos: “Concorrei na prática do bem, que no juízo

final Nós dirimiremos as vossas divergências.” Se, na prática, nem todas as divergências podem ser adiadas para o juízo final, algumas, pelo menos, podem ficar para depois de passado o perigo imediato, e outras podem ser canalizadas para uma simples “concorrência na prática do bem”. Qualquer disputa interconfessional que não esteja numa dessas duas categorias ameaça tornar-se, na situação presente, apenas um pretexto piedoso para fazer o mal.

PS - Não escrevi este artigo pensando no filme “O Corpo”, mas este é um exemplo escandaloso de tudo o que aí digo. Filmes como esse não devem ser respondidos com pedidos de censura, que só ajudam a sustentar a farsa do artista coitadinho perseguido pela autoridade inquisitorial, disfarçando a dura realidade das organizações religiosas inermes e marginalizadas que gemem sob o tacão da mais poderosa indústria de propaganda que já existiu no universo. O que se deve fazer é deixar que vão às telas, que façam sucesso — e em seguida processar os produtores por cumplicidade moral no massacre de religiosos, cobrando indenizações pesadas. As organizações cristãs, judaicas e muçulmanas deveriam juntar-se para isso — aproveitando que “O Corpo” esculhamba com as três religiões ao mesmo tempo — e fazer a coisa doer na única parte sensível desses safados: o bolso.

PS 2 - A discussão do impeachment de Olívio Dutra na Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa gaúcha foi adiada para maio. Enquanto isso, no jardim de “Marie Claire”, a propaganda comunista nas escolas já passou da fase da

doutrinação à do ensino tático. A Escola Josué de Castro, de Veranópolis, RS, está ensinando a seus alunos a técnica da invasão de fazendas. Para esse fim, acaba de receber da Secretaria da Educação do RS uma verba extra de R\$ 325.965,00. Se isso não é a revolução comunista financiada com dinheiro público, não sei que raio de coisa possa ser.

O socialismo dos ricos

Olavo de Carvalho

Diário do Comércio (editorial), 1º de junho de 2006

Toda discussão ou escolha política funda-se em valores, critérios e esquemas de pensamento previamente disseminados na cultura circundante. A política eleitoral é como um barco que tem de se orientar pelas ondas marítimas em torno: com jeito, pode atravessá-las para chegar aonde quer, mas não pode afetá-las ou mudá-las no mais mínimo que seja. Tem de contar com elas como um dado da realidade. A cultura é o mar onde navega ou se perde, bóia ou naufraga o barco da política partidária. A ação cultural é enormemente mais complexa, abrangente e de longo prazo que a ação política. Esta pode acompanhá-la com vantagem ou desvantagem, mas não pode alterar o seu curso, que a predetermina e limita seu horizonte de possibilidades.

Toda a estratégia da “revolução cultural” gramsciana baseia-se nesses princípios óbvios e irrefutáveis. Na verdade, antes de Gramsci o próprio Stalin já os havia percebido e posto em prática. Para qualquer ativista de esquerda, eles são tão auto-evidentes que ele nem precisa lhes conceder atenção consciente: eles se impregnaram tão profundamente na estrutura do movimento esquerdista e na psique de cada militante individual, que se tornaram reflexos condicionados. Isso dá ao conjunto da estratégia esquerdista uma rapidez de ação alucinante, uma eficácia monstruosa, à qual seus adversários, pelo menos no Brasil, não têm a opor senão táticas eleitorais avulsas e de improviso, isto é, tentativas ridiculamente impotentes de fazer com que o barco mude a maré.

A ação cultural organizada do movimento esquerdista começou nos anos 20 (v. Frederick C. Barghoorn, *The Soviet Cultural Offensive*, Princeton University Press, 1960). Malgrado a imensa variedade dos acréscimos e modificações que veio sofrendo desde então, ela não perdeu nada da sua unidade, abrangência e senso de direção, nem mesmo depois da queda do regime soviético.

Mas seria tolice imaginar que essa ofensiva partiu apenas do bloco soviético, com ou sem a colaboração chinesa. Tão decisiva quanto a ação cultural do comunismo explícito foi a do *establishment* “progressista” euro-americano, inspirado nas idéias do socialismo fabiano e entrincheirado nas grandes fundações bilionárias que há quase um século usam as armas do capitalismo para fomentar, por meios pacíficos e anestésicos, a

hegemonia esquerdista, o controle estatal da economia, a destruição da cultura ocidental e tudo o mais que os comunistas buscam alcançar por outras vias.

As investigações da Comissão Reece do Congresso americano na década de 50, os estudos meticolosos do economista Anthony Sutton sobre a ajuda americana ao regime soviético, a decifração dos códigos Venona e, mais recentemente, a abertura temporária dos arquivos do Partido Comunista da URSS, mostraram, acima de qualquer possibilidade de dúvida razoável, que entre o comunismo soviético-chinês e a elite “progressista” bilionária do Ocidente há algo mais que uma convergência fortuita de interesses: há uma unidade estratégica profunda, sistemática, abrangente. Na verdade, a direção do processo está menos nas mãos das organizações comunistas que nas dos bilionários fabianos. Uma das premissas que orientam essa elite na sua parceria de muitas décadas com o comunismo é que, a total abolição da propriedade privada dos meios de produção sendo tecnicamente impossível (Ludwig von Mises o demonstrou em 1928, e desde então os próprios dirigentes soviéticos estiveram muito conscientes dessa impossibilidade), todo esforço bem sucedido de socialização da economia resulta sempre num produto híbrido, a divisão do poder entre o Estado gigante e os monopólios privados. A crença popular de que os capitalistas jamais poderiam colaborar seriamente com o comunismo é uma lenda diversionista difundida pelos próprios círculos monopolistas. Na verdade, eles têm absoluta segurança de poder fomentar o comunismo

ilimitadamente, nada tendo a perder e tudo a ganhar com isso. Não precisam sequer tentar controlá-lo diretamente, porque ele vai por sua própria dinâmica interna na direção dos interesses deles. A cada dia fica mais nítido que o filósofo Oswald Spengler acertou na mosca ao escrever: “Não há movimento comunista que não opere no interesse do dinheiro, na direção indicada pelo dinheiro e pelo prazo permitido pelo dinheiro.”

Cercadas pela ofensiva soviético-chinesa, de um lado, de outro pelas fundações bilionárias que dominam as universidades, a mídia e as instituições culturais e têm o grosso da intelectualidade a seu serviço tanto na Europa quanto nos EUA, as sociedades ocidentais foram caindo, uma a uma, sob o fascínio de crenças, símbolos e estilos de pensar e dizer que as arrastam na direção do socialismo meia-bomba, o socialismo dos ricos, que é o único economicamente possível e para cuja instauração os movimentos comunistas não são senão instrumentos parciais e provisórios.

Num próximo artigo explicarei as fontes de resistência que têm operado, às vezes com notável eficácia pelo menos regional, contra a ascensão aparentemente irresistível da ditadura socialista global.

Os criminosos

Olavo de Carvalho

Jornal da Tarde, 01 de agosto de 2002

Se você quer identificar o tipo perfeito do esquerdista fanático, mentiroso, preconceituoso, cego e amoral, para o qual a vitória da causa esquerdista está acima do bem e do mal, da verdade e do erro, da vida e da morte (da morte dos outros, é claro), saiba que ele se revela por um detalhe infalível.

É o seguinte.

Os EUA entraram na guerra do Vietnã para impedir que os vietcongues tomassem o Vietnã do Sul e alastrassem seu domínio para o vizinho Camboja. Se isso acontecesse, asseguravam então os “falcões” do Pentágono, a ditadura comunista se imporá a toda a região por meio do homicídio em massa, além de reduzir as populações locais à miséria e ao trabalho escravo. Para impedir isso, diziam, os EUA tinham o dever de permanecer no Vietnã. Nós, na esquerda, rejeitávamos in limine esse argumento como propaganda imperialista e assegurávamos que os vietcongues eram apenas patriotas em luta pela independência nacional. Pois bem: quando os americanos saíram do Vietnã, os vietcongues instalaram o reinado do terror no Vietnã do Sul, matando em poucos meses um milhão de civis, e ajudaram a colocar no poder no Camboja o ditador Pol-Pot, que ali matou mais dois milhões. Preço total da saída das tropas norte-americanas: três milhões

de vidas -- dez vezes mais que o total de vietcongues mortos no campo de batalha. Três vezes mais que o total de vítimas de todas as ações bélicas dos EUA no mundo durante um século inteiro. Sem contar os vietnamitas e cambojanos que foram mandados para campos de concentração e escaparam vivos de torturas e humilhações indescritíveis. Sem contar a supressão de todas as liberdades civis. Sem contar a miséria geral e o recrutamento obrigatório até de crianças para o trabalho escravo.

A quem coube a culpa por essa paz assassina? A nós, os meninos mimados da geração Woodstock, que ajudamos a mídia esquerdista mundial a desarmar os EUA, entregando civis inermes à sanha assassina de Ho Chi Minh e Pol-Pot.

Na época, a maioria de nós não tinha a mínima idéia da imensidão do crime com que colaborávamos alegremente. Mas hoje o mundo inteiro sabe qual foi o preço da nossa ostentação de bom-mocismo. E aí está o detalhe a que me referi: quem quer que, hoje em dia, passadas três décadas dos acontecimentos e uma década da difusão mundial dos números do genocídio, continue fazendo de conta que os americanos foram os bandidos da história e celebrando como alta manifestação de piedade a trama sórdida a que nos acumpliciamos, é um advogado do genocídio e um canalha em toda a linha. Pouco importa que, para não se desgastar na defesa de cliente ruim, finja desprezar o “socialismo real” e envergue depois do fim da festa sangrenta a máscara fácil do esquerdismo “light”. Ninguém que tenha abdicado com sinceridade do culto ao comunismo

sino-soviético pode continuar sustentando, após tanto tempo, a mentira assassina que ele impingiu ao mundo. No consenso do direito penal internacional, a propaganda do genocídio, mesmo feita ex post facto e indiretamente -- por exemplo através da difamação dos que lhe resistiram --, é crime contra a humanidade. São, pois, formalmente culpados de crime contra a humanidade todos aqueles que hoje, para falar mal dos EUA sob qualquer pretexto que seja, continuem usando a torpe e enganosa retórica “pacifista” dos anos 60. Que desejem embelezar retroativamente sua própria juventude perdida, é apenas uma abjeta efusão de vaidade senil. Mas que o façam legitimando uma paz mais cruel do que todas as guerras, isso é crime e nada mais que crime.

Meu artigo “Prepotência gay” recebeu, por e-mail, agradecimentos de comerciantes da Vieira de Carvalho, que se sentem constrangidos e ameaçados pela turbulência arrogante dos novos donos da rua e não têm quem os defenda contra a deterioração do ambiente. Tanto não têm que muitos deles preferiram fechar seus estabelecimentos: “Podemos citar -- dizem os remetentes, cujos nomes omitirei aqui por motivos óbvios -- o Restaurante Almanara, a Casa Ricardo, o Hotel Amazonas e o Hotel Vila Rica. O restaurante mais antigo da cidade, o Carlino, também fechou suas portas.” Não se trata, repito, de contestar os direitos dos gays, que eu defenderia com prazer se fosse o caso e se já não tivessem defensores em profusão. Mas o direito de um grupo qualquer à

gandaia pública será superior ao direito de um comerciante ganhar a vida trabalhando?

Guerra de covardes

Olavo de Carvalho

Zero Hora, 26 de dezembro de 2004

O acontecimento foi omitido pela mídia nacional, mas o leitor pode conferir na página <http://www.rebellion.org/noticia.php?id=8980> em junho de 2004, o comandante-geral do Exército venezuelano, general Raúl Baduel, discursando no 51º aniversário da Escuela de Infantería, anunciou oficialmente a nova doutrina militar de seu país, baseada no conceito de "guerra do povo" criado pelo comandante vietnamita Vo Nguyen Giap. A idéia é simples, genial e de uma bestialidade a toda prova. Consiste em envolver toda a população na atividade guerreira, de modo a privar o adversário do centro de gravidade do seu ataque - a destruição física do exército convencional - e forçá-lo à escolha impossível entre o genocídio assumido e a autocontenção debilitante.

Sua adoção pelo Vietnã do Norte foi uma das primeiras aplicações do princípio geral que depois viria a chamar-se "guerra assimétrica", no qual um dos lados se arroga o direito a todos os crimes, a todas as covardias, ao mesmo tempo que amarra o adversário numa complexa rede de cobranças morais

perante a opinião pública, levando-o à hesitação e à paralisia. O exército de Giap era, nesse sentido, a exata inversão de um exército normal, que arrisca a vida no campo de batalha para proteger o povo. Seus soldados espalhavam-se e diluíam-se no meio da população, usando-a metodicamente como escudo humano. As mortes de civis deliberadamente provocadas pelo seu próprio governo eram em seguida aproveitadas como material de propaganda contra os EUA.

Nem Hitler e Stalin chegaram a tamanha baixeza. Giap, por havê-la praticado gostosamente anos a fio, foi entronizado como santo do movimento comunista internacional.

Muitos jornalistas ocidentais - brasileiros inclusive - foram cúmplices voluntários da operação. O repórter José Hamilton Ribeiro, da revista Realidade, confessou que ele e seus colegas repassavam aos leitores, como notícias confiáveis, aquilo que sabiam perfeitamente ser pura desinformação vietcongue.

A vitória de Giap foi aliás devida antes a esses amáveis colaboradores do que à astúcia macabra da sua estratégia. Na ofensiva do Tet, ele caiu na sua própria armadilha, retirando o exército de sob as saias da população e expondo-o num ataque maciço. Resultado: suas tropas foram esmagadas, mal restando o suficiente para invadir a embaixada americana em Saigon e aterrorizar funcionários civis. A imagem destes em debandada, porém, foi transmitida pelos jornalistas americanos pró-vietcongue (a quase totalidade deles) como prova de "derrota" do seu país, causando a crise política que

obrigou o presidente Johnson a retirar suas tropas do Vietnã, curvando-se ante um inimigo militarmente destruído. O próprio Giap, anos depois, reconheceu que suas armas mais eficazes foram a mídia esquerdista chique e os movimentos "pacifistas" que amarraram as mãos do governo americano, entregando o Vietnã do Sul e o Camboja ao domínio dos comunistas, os quais ali puderam então matar tranquilamente 3 milhões de civis, a salvo de qualquer protesto ocidental audível.

Pois bem, foi à doutrina giapiana da covardia organizada que a Venezuela aderiu oficialmente, contando, para implementá-la, com a ajuda do Brasil, no mínimo sob a modalidade do fornecimento de armas, mas idealmente como apoio à adoção da "guerra do povo" como doutrina militar global da Comunidade Sul-Americana de Nações.

Se as nossas Forças Armadas, o último reduto da honestidade e do patriotismo no Brasil, consentirem em colaborar com os planos do governo da Venezuela, não restará alternativa para os cidadãos honrados - se ainda existirem depois disso - senão sair do país.

Meus votos de ano novo a todos os brasileiros resumem-se num só: que isso não chegue a acontecer.

* * *

Vocês leram as denúncias do jornalista Vítor Vieira, em www.videversus.com.br, sobre a corrupção no Fórum Social Mundial? Pensem nelas, na próxima

vez em que quiserem aceitar, como alternativa eleitoral ao PT, um entusiasta desse empreendimento.

A autoridade religiosa do mal

Olavo de Carvalho

Diário do Comércio, 29 de janeiro de 2007

Neste momento, a diretoria da PETA – *People for the Ethical Treatment of Animals*, empombadíssima ONG que em nome dos direitos dos animais diz horrores das pessoas que comem carne, usam casacos de pele ou vão ao circo – está sendo processada pela matança de milhares de gatos e cachorros. Funcionários da organização recolheram os bichos em depósitos públicos, dizendo que iam arranjar famílias para adotá-los. O pessoal dos depósitos nem pensou em duvidar dos agentes de uma instituição famosa e politicamente correta. Dias depois os homens da PETA foram surpreendidos jogando os cadáveres de 14.400 animais num terreno baldio, em sacos de lixo. Leia a história completa em www.petakillsanimals.com.

Também neste momento os remanescentes do Khmer Vermelho, a organização genocida liderada pelo famigerado Pol-Pot, estão sendo julgados por um tribunal em Phnom Penh, Camboja, depois de tudo o que a bondosa ONU fez para livrá-los de tão desumano constrangimento. Esses terroristas

chegaram ao poder com a ajuda de milhões de jovens militantes americanos e europeus que, manipulados por uma rede de organizações esquerdistas e um exército de *pop stars* das artes e letras, marcharam “pela paz” nos anos 60 sob lindos pretextos idealistas e humanitários, forçando os EUA a desistir de uma guerra vitoriosa, sair do Vietnã do Sul e deixar o caminho livre para que os comunistas armados pela China invadissem esse país e o vizinho Camboja. Resultado final do massacre: três milhões de civis mortos, mais de três vezes o total das vítimas da guerra. Leia a história completa em Mark Moyer, *Triumph Forsaken. The Vietnam War, 1954-1965* (Cambridge University Press, 2006).

O paralelo entre a matança de animais e a de seres humanos não é fortuito: em ambos os casos um discurso atraente, condensado em *slogans* de grande impacto repetidos *ad nauseam* pela mídia, recobriu com o manto do prestígio moral uma gangue de sociopatas assassinos, criminalizando os que se opunham a seus planos macabros e transformando cidadãos inocentes em cúmplices daquilo que existe de pior no mundo. O fundo ideológico, nas duas ocasiões, é o mesmo: a inversão revolucionária dos sentimentos morais, a imposição do mal em nome do bem.

Educado nos princípios do relativismo, que entrou na moda quando eu era adolescente (embora os adolescentes de hoje acreditem ser os primeiros a tomar conhecimento dele), demorei muito para descobrir por experiência – e tive enorme dificuldade de admitir – que no mundo há pessoas muito boas e

peessoas muito más, separadas por um abismo irreduzível. Hoje em dia, quem quer que proclame em voz alta a existência dessa diferença que salta aos olhos na vida diária é imediatamente acusado de “maniqueísmo”. Mas isso não é senão uma inversão a mais, pois o maniqueísmo, historicamente, consiste em equalizar o bem e o mal como princípios, neutralizando a diferença de valor que os separa. E eu não sou covarde o bastante para me abster de dizer as coisas como as vejo, só por medo de uma rotulação pejorativa cuja falsidade já se revela na própria semântica do termo.

Mais doloroso ainda, porém, foi descobrir que todos os mestres-pensadores e líderes políticos que encarnavam os ideais pomposamente alardeados pela militância intelectual esquerdista – todos, sem exceção -- pertenciam inequivocamente à segunda categoria. Quem quer que estude as vidas de cada um deles descobrirá que Voltaire, Diderot, Jean-Jacques Rousseau, Sade, Karl Marx, Tolstoy, Bertolt Brecht, Lênin, Stálin, Fidel Castro, Che Guevara, Mao Dzedong, Bertrand Russel, Jean-Paul Sartre, Max Horkheimer, Theodor Adorno, Georg Lukács, Antonio Gramsci, Lillian Hellman, Michel Foucault, Louis Althusser, Norman Mailer, Noam Chomsky e *tutti quanti* foram indivíduos sádicos, obsessivamente mentirosos, aproveitadores cínicos, vaidosos até à demência, desprovidos de qualquer sentimento moral superior e de qualquer boa intenção por mais mínima que fosse, exceto, talvez, no sentido de usar as palavras mais nobres para nomear os atos mais torpes. Muitos cometeram assassinatos pessoalmente, sem jamais demonstrar remorso. Outros foram estupradores ou exploradores

de mulheres, opressores vis de seus empregados, agressores de suas esposas e filhos. Outros, orgulhosamente pedófilos. Em suma, o panteão dos ídolos do esquerdismo universal era uma galeria de deformidades morais de fazer inveja à lista de vilões da literatura universal. De fato, não se encontrará entre os personagens de Shakespeare, Balzac, Dostoiévski e demais clássicos nenhum que se compare, em malícia e crueldade, a um Stálin, a um Hitler ou a um Mao Dzédong. Um dos motivos da crise permanente do gênero “romance” no século XX foi, precisamente, o fato de que a maldade real ultrapassou a imaginação dos ficcionistas. Em contrapartida, os representantes das correntes opostas, conservadoras ou reacionárias, conforme fui descobrindo com ainda maior surpresa, eram quase invariavelmente seres humanos de alta qualidade moral, atestada não só na idoneidade do seu trabalho intelectual, onde nada se encontrará das fraudes monstruosas perpetradas por um Voltaire, um Diderot ou um Karl Marx, mas também nas circunstâncias do cotidiano e nos testes mais rigorosos da existência. Dificilmente se encontrará algum capítulo vergonhoso na biografia de Pascal, de Leibniz, de Bossuet, de Donoso Cortés, de Joseph de Maistre, de John Henry Newman, de Edmund Burke, de Vladimir Soloviev, de Nikolai Berdiaev, de Alexis de Tocqueville, de Edmund Husserl, de Ludwig von Mises, de Benjamin Disraeli, de Russel Kirk, de Xavier Zubiri, de Louis Lavelle, de Garrigou-Lagrange, de Joseph Maréchal, de Victor Frankl, de Marcel De Corte e de tantos outros. Ao contrário, essas vidas transbordavam de exemplos de grandeza, generosidade, coragem e humildade. E mesmo

aqueles que reconhecidamente pecaram, como Dostoiévski, Winston Churchill, Charles de Gaule, Ronald Reagan ou Maurice Barrès, jamais ostentaram orgulho disso como um Rousseau ou um Brecht, nem muito menos trataram de encobrir suas vergonhas com uma engenhosa teia de mentiras autolisonjeiras como o fizeram Voltaire e Diderot. Para levar a comparação até suas últimas conseqüências, até os mais notórios ditadores reacionários, Franco, Salazar e Pinochet, com todos os crimes políticos que cometeram, mantiveram em suas vidas pessoais um padrão de moralidade incomparavelmente mais elevado que o dos tiranos revolucionários. Pelo menos não mandavam matar seus mais próximos amigos e companheiros de luta, como Stalin, Hitler e Fidel Castro, nem estupravam garotas menores de idade como o fazia Mao Dzedong.

Por favor, não me entendam mal. Há, é claro, um bom número de patifes entre os escritores e sobretudo os políticos de direita, e os descobriremos facilmente se alargarmos o espectro em exame para abranger os de médio e pequeno porte. Mas, numa comparação entre os personagens maximamente influentes dos dois campos, não é possível deixar de notar a superioridade moral dos direitistas e a ausência completa de um só tipo moralmente bom entre os esquerdistas: são todos maus, sem exceção.

À medida que fui acumulando leituras e o conhecimento das biografias dos autores lidos, não tive mais como escapar da conclusão: era impossível que o estofo moral desses dois grupos não se refletisse de algum modo nas suas idéias. Idéias,

afinal, não são formas platônicas pairando em abstrato na eternidade. São atos da inteligência humana, são reações de pessoas de carne e osso a situações concretas e são também expressões de seus desejos, temores e ambições.

Havia, por outro lado, o teste evangélico: os frutos. As idéias dos grandes gurus revolucionários não tinham produzido por toda parte senão devastação e morte em proporções jamais vistas ao longo de toda a História anterior e nem de longe comparáveis a qualquer malefício que pudesse algum dia ter resultado das idéias conservadoras. Só a Revolução Francesa matou em um ano dez vezes mais gente do que a Inquisição Espanhola em quatro séculos. Feitas as contas – e, *ad argumentandum*, até mesmo excluindo o nazismo da tradição revolucionária a que ele inequivocamente pertence --, os regimes inspirados nas idéias desses gurus superaram, em número absoluto de vítimas, não só o total dos morticínios anteriormente ocorridos em todas as civilizações conhecidas, mas também as taxas de óbitos registradas em todas as epidemias, terremotos e furacões do século XX. Mesmo considerado só do ponto de vista quantitativo, o “ideal revolucionário”, enfim, foi o maior flagelo que já se abateu sobre a espécie humana. Mesmo que olhássemos os pensadores reacionários só pelo mal que possam ter provocado voluntária ou involuntariamente, seus feitos, no conjunto, não poderiam jamais competir, nem de longe, com essa pletora cósmica do sangrento e do macabro que é o *curriculum vitae* dos mestres da revolução.

Se idéias nascidas de almas disformes proliferaram em conseqüências nefastas, seria absolutamente imbecil teimar em ver nisso um mero acúmulo de coincidências, que teria de ser ele próprio a coincidência das coincidências, o mais inexplicável mistério da História humana.

É claro que não tem sentido refutar idéias alegando a má qualidade humana de seus autores. Elas têm de ser examinadas em si mesmas e submetidas ao teste da realidade, não da moral. Mas também não tem sentido confundir o exame crítico da consistência e veracidade fática das idéias com a compreensão do seu significado histórico, do papel que exercem no desenrolar dos acontecimentos. Neste último caso, a simples afirmação em si mesma óbvia de que as más intenções de homens perversos produzem geralmente efeitos malignos é amplamente confirmada pelos exemplos citados, e essa confirmação pouco ou nada tem a ver, logicamente, com o problema de se essas intenções se realizaram por meio de erros filosófico-científicos ou de verdades colocadas a serviço do mal. Dito de outro modo, a condenação radical que as obras desses homens merecem desde o ponto de vista moral é independente da crítica lógica da veracidade ou falsidade parcial ou total das suas teorias, e esta é independente daquela. Estou avisando isto porque sei que infalivelmente aparecerão os espertinhos de sempre, alegando que estou refutando teorias por meio de argumentos *ad hominem* – alegação que passa longe do assunto que estou discutindo aqui.

Mas, por outro lado, tudo isso não quer dizer que, fora de qualquer intenção de julgamento moral, aquelas idéias já não tenham sido bastante examinadas desde o ponto de vista lógico-crítico, nem que tenham se saído muito bem no exame. Teorias como o “contrato social” de Rousseau, a “mais-valia” de Marx, a “consciência possível” de Lukács, a “personalidade autoritária” de Max Horkheimer, etc., já viraram poeira atômica no laboratório crítico e hoje só sobrevivem como capítulos exemplares na história da pseudociência universal. Não é preciso nenhum argumento *ad hominem* para dar cabo do que já está morto.

O que é quase inevitável é que a visão de tamanha miséria intelectual somada à baixeza moral das intenções e à natureza catastrófica dos efeitos acabe por suscitar a pergunta: Como foi possível que idéias tão inconsistentes, tão maldosas e tão desastradas tenham adquirido a autoridade moral de que ainda desfrutam nos setores nominalmente mais cultos da população?

A resposta é longa e só posso aqui fornecê-la em abreviatura.

A origem do fenômeno remonta à mutação do senso histórico sobrevinda por ocasião das revoluções messiânicas das quais falei no artigo anterior. Até então a estrutura do tempo histórico era geralmente compreendida, no Ocidente, segundo a distinção agostiniana das “duas cidades”. Para Agostinho, só a história espiritual da humanidade – a história da criação, da queda e da redenção – tinha verdadeira unidade e sentido. Esse sentido, porém, se realizava

no Juízo Final, num supratempo localizado para além da história material: o nexu unificador da História estava na Meta-História. Por baixo da narrativa espiritual, porém, desenrolava-se a história social, política e econômica da humanidade. Essa história adquiria algum sentido na medida em que se articulava, ainda que de maneira ambígua e problemática, com a história da redenção. Mas, considerada em si mesma e isoladamente, não tinha forma, unidade nem sentido: era a sucessão caótica dos impérios e das castas, dos esforços e derrotas, dos sofrimentos e desvarios da humanidade na sua luta interminável pelo pão, pelo abrigo, pela segurança e, sobretudo, pelo poder. Essa ausência de unidade é um fato empiricamente comprovável: civilizações inteiras nasceram, cresceram e morreram sem ter qualquer contato entre si, deixando vestígios que só vieram a ser desenterrados depois de milênios, saltando sobre muitas civilizações e culturas intermediárias. Ademais, a continuidade histórica não acompanha automaticamente a sucessão biológica das gerações. Depende da transmissão cultural, que é tênue em si mesma e frequentemente interrompida pelas guerras, pelas invasões, pelas catástrofes naturais e pelo simples esquecimento. O fio da história puramente humana não é contínuo: é escandido pela morte. Daí que, até hoje, todas as tentativas de “filosofia da história”, ambicionando reunir numa visão unificada e num sentido de totalidade o conjunto da experiência humana na Terra, tenham falhado miseravelmente. Chega a ser tragicômico que o reconhecimento desse fracasso, na segunda metade do século XX, tenha provocado tanto estupor e

desespero. Agostinho, no século V, já havia demonstrado que toda visão totalizante da História material está condenada de antemão, no mínimo porque a História ainda não acabou e ninguém, de dentro dela, pode enxergá-la como um todo ou fechá-la num esquema lógico acabado. Cada novo “fim da História”, anunciado orgulhosamente pelos filósofos, é só mais um capítulo da História que prossegue e o desmente. De tudo o que estudei a respeito, a conclusão é inevitável: Agostinho tinha uma visão muito mais realista do processo histórico do que Vico, Hegel, Karl Marx, Comte e *tutti quanti*. Se descontarmos algumas obras mais recentes que beberam abundantemente em Agostinho (por exemplo as de Christopher Dawson e Eric Voegelin), *A Cidade de Deus* ainda é o melhor livro de filosofia da História.

Aconteceu que, entre os séculos XIV e XVII, o surgimento dos impérios nacionais rompeu o equilíbrio medieval e espalhou por toda parte a ambição dos ganhos fáceis, a corrupção, a imoralidade, as guerras, o banditismo e a desordem. Desesperados, e imbuídos do que lhes parecia a melhor das intenções, vários monges, pregadores e teólogos acharam que estava na hora de acabar com a bagunça e implantar, à força, o reino de Deus na Terra. Notem que a própria Igreja nunca tivera ambição tão alta, limitando-se a cultivar os jardins da Cidade de Deus no meio da confusão e sofrimento da Cidade dos Homens, dando a Deus o que era de Deus e no máximo fornecendo alguma ajudinha espiritual a César para que cuidasse do que era de César. A separação dos poderes entre Igreja e Império foi a

base mesma do consenso medieval, que se esboroou no instante em que cada pequeno César quis ter seu próprio império e até sua própria igreja. Em resposta ao desmoronamento da ordem cristã, a ambição de muitos líderes e pensadores religiosos subiu ainda mais alto que a dos césores: acima do emaranhado de novos reinos devia erguer-se, no prazo mais breve possível, o reino mundial de Cristo, a Nova Ordem Mundial, *Novus Ordo Seclorum*, expressão que remonta a um desses reformadores radicais, o pedagogo João Amos Comenius (1592-1670). Entre eles havia sábios e loucos, santos e criminosos, organizadores geniais e desorganizadores furibundos. No conjunto, sua ação consistiu em tomar nas próprias mãos o chicote da Justiça divina e tentar apressar o Juízo Final. E tão longe estava o mundo da perfeição a que aspiravam, que não viram outro meio de alcançar o seu ideal num prazo aceitável senão pela violência e por uma anarquia ainda mais completa do que aquela contra a qual reagiam. A Reforma luterana, sobrevivendo no rastro dessa avalanche, foi no fim das contas o contramovimento que deteve a revolução e permitiu que o cristianismo sobrevivesse em algumas das áreas onde ele ameaçava reduzir-se, com quatro séculos de antecedência, a uma espécie de teologia da libertação, com padres enfurecidos pregando a revolução permanente e a matança geral dos ricos. Mas, por toda parte em torno, as sementes da revolta continuaram germinando, condensando-se em novas formulações ideológicas e espoucando aqui e ali em morticínios ocasionais, até que viesse a explosão maior de 1789 na França.

Toda essa formidável sucessão de efeitos político-sociais, no entanto, foi nada em comparação com a marca indelével que o advento do messianismo deixou na imaginação e na cultura dos povos europeus. Num relance, o eixo vertical da História tinha virado de cabeça para baixo. A transfiguração geral do mundo, o advento do reino de Justiça que a Bíblia e Agostinho situavam num supratempo espiritual para além da História, tinha sido puxado para dentro da História, tornando-se, na imaginação dos revolucionários, o capítulo seguinte na sucessão dos tempos, a ser produzido à força pela ação social e política. Mas o fim dos tempos, reduzindo-se a uma fração do tempo destinada a passar e desaparecer como qualquer outra, conservava, pelo conteúdo ideal que a esperança revolucionária nele projetava, o prestígio da eternidade. Era como se aquele fragmento especial do tempo estivesse destinado a congelar-se, a ser arrebatado para além do mundo da geração e corrupção, como um quadro que fixasse para sempre a imagem do instante. A eternidade enquanto tal, presença simultânea de todos os momentos, como a definia Boécio, a eternidade que abarcava o tempo e da qual, segundo Agostinho, o tempo constituía a imagem móvel, desaparecera da imaginação ocidental, substituída pela aspiração impossível do instante perpétuo, cristalizado no ar. Essa mudança foi uma ruptura total e radical da cultura europeia com a estrutura do tempo, o que vale dizer: com a estrutura da realidade. Precisamente na época em que o progresso das ciências naturais começava a fornecer observações e medições mais precisas dos dados materiais em torno, a inteligência se tornava incapaz de articulá-

los com a ordem do real. Daí o contraste patético entre a qualidade crescente da investigação científica e a proliferação de filosofias pueris, montadas em cima de contradições e impossibilidades patentes, e tão pretensiosas nas suas ambições quanto ingênuas e desprovidas do menor senso crítico ao lançar os alicerces de barro de suas construções supostamente eternas. O mito do instante perpétuo está por baixo da “paz eterna” de Kant, do “fim da História” de Hegel, da “democracia plebiscitária” de Rousseau, da “lei dos três Estados” de Comte, da ideologia cientificista-materialista do “progresso” e, é claro, da teoria marxista da história como luta de classes destinada a desembocar no esplendor do milênio proletário. Mas estar por baixo significa estar invisível. Nenhuma dessas concepções filosóficas examina criticamente o instante perpétuo. Se o examinasse, veria que era uma bobagem sem par. Ele não é um “conteúdo” dessas filosofias: é a premissa inquestionada, intocável, em cima da qual se erguem, inconscientes da sua presença, como castelos construídos sobre um buraco sem fundo.

Assim, toda a vivência moderna do tempo histórico foi determinada pela autoridade onipresente e invisível de um ilogismo cretino. Protegido ao mesmo tempo pelo manto sacral da sua origem religiosa, o mito do apocalipse intratemporal ganhava ainda mais força por se tornar, através das ideologias do progresso e da revolução, o instrumento por excelência para destruir a religião estabelecida. Substituída a eternidade pela imagem hipnótica do instante perpétuo, na mesma medida Deus e o Juízo Final já não podiam ser concebidos senão através da

expectativa messiânica da “justiça social” a ser implantada no mundo por meio do genocídio sistemático.

Foi assim que a ideologia dos mais descarados e brutais se elevou às alturas, não digo de uma religião, mas da própria autoridade divina. Essa mudança afetou tão profundamente a imaginação ocidental, que nem a própria religião escapou da sua influência. A confusão entre eternidade e instante perpétuo, paramentada como “teologia da História”, perpassa todo o pensamento católico que levou ao Concílio Vaticano II e, através dele, agindo desde dentro em parceria com os inimigos de fora, destruiu o que pôde da autoridade da Igreja.

Hoje em dia, bilhões de pessoas no mundo, independentemente de suas crenças e ideologias, já não podem conceber o Bem senão sob a forma de uma sociedade futura, o pecado senão como opção ao advento dessa sociedade, a eternidade senão como algum tipo de “justiça social” (as concepções variam) a ser alcançada no instante perpétuo do século seguinte, do milênio seguinte ou sabe-se lá quando. Como, porém, os instantes passam e o futuro jamais chega porque continua futuro por definição, ninguém pode olhar para trás e confessar os pecados e crimes hediondos que cometeu para alcançá-lo. O culto invisível do instante perpétuo não apenas absolve por decreto tácito as matanças, os genocídios, o horror e a desumanidade dos regimes revolucionários, mas dá a todos os ativistas do mundo a licença para continuar oprimindo e matando indefinidamente,

sempre em nome das lindezas hipotéticas de um futuro impossível.

Essa é a força, intrinsecamente anti-humana e diabólica, que faz as multidões servirem ao mal em nome do bem.

Cuba em números

Olavo de Carvalho

O Globo, 7 de agosto de 2004

O economista Armando M. Lago, presidente da Câmara Ibero-Americana de Comércio e consultor do Stanford Research Institute, que há anos vem fazendo um recenseamento das vítimas da ditadura castrista, acaba de anunciar a conclusão de suas investigações. Os números, que abrangem o período de 1959 até hoje, serão publicados em breve sob o título “Livro Negro da Revolução Cubana”. São os seguintes:

Fuzilados: 5.621. Assassinados extrajudicialmente: 1.163. Presos políticos mortos no cárcere por maus tratos, falta de assistência médica ou causas naturais: 1.081. Guerrilheiros anticastristas mortos em combate: 1.258. Soldados cubanos mortos em missões no exterior: 14.160. Mortos ou desaparecidos em tentativas de fuga do país: 77.824. Civis mortos em ataques químicos em Mavinga, Angola: 5.000. Guerrilheiros da Unita mortos em combate contra tropas cubanas: 9.380. Total: 115.127 (não inclui

mortes causadas por atividades subversivas no exterior).

A ditadura militar brasileira, segundo fontes esquerdistas, matou trezentas pessoas. Fulgêncio Batista, três mil. Pinochet, três mil. Some tudo, multiplique por vinte e obterá a medida aproximada dos elevados ideais humanitários do regime cubano. À luz desses números, torna-se evidente a boa-fé, a honradez daqueles heróis da liberdade que, indignados com o golpe de 1964, foram buscar em Fidel Castro a ajuda e a inspiração para restaurar a democracia e os direitos humanos no Brasil. Nada mais justo do que alimentar essas pessoas com fartura de dinheiro público até o fim de seus dias. Digo isso principalmente porque algumas delas, profissionalizadas na ocasião como oficiais do serviço secreto militar cubano, podem ter dificuldades para receber seu soldo por via bancária sem atrair a atenção da Receita Federal.

Quanto aos dados reproduzidos acima, não adianta procurá-los na mídia brasileira, que, paralisada por um excesso de escrupulosidade profissional, há anos hesita entre ocultar por completo as atrocidades cubanas ou divulgar de vez em quando algumas das menores para não tocar nas maiores. Encontrei-os no site www.netforcuba.org, um dos mais ricos em informações indesejáveis sobre o regime cubano. Não sei como existe gente capaz de publicar essas indecências.

Outro *site*, malvado o bastante para divulgar até mesmo apelos lancinantes de presos políticos cubanos torturados, como se a delicada sensibilidade

do público brasileiro não fosse avessa a essas coisas, é <http://notalatina.blogspot.com>. Eu, da minha parte, jamais o leio. Só acredito no Michael Moore.

Há pelo menos quinze anos venho dizendo: “Querem saber o que é entreguismo? Esperem o PT chegar ao poder.” Mais rápido do que eu imaginava, o governo petista já fala em entregar a Amazônia ao controle de ONGs internacionais, tentáculos do imperialismo global da ONU. Quanto tempo ainda o encéfalo pátrio levará completar o silogismo, percebendo que o belo discurso da esquerda nacional contra o “imperialismo de George W. Bush” nunca foi senão um truque diversionista usado para encobrir a penetração de um poder imperialista mais temível que dez mil Bushs? O filósofo Raymond Abellio, que nos conhecia bem, dizia que nesta parte do mundo a marcha da inteligência não segue o ritmo da História, mas o tempo geológico.

Meu artigo “A Justiça de Nero” denunciava a artimanha judicial prepotente e fascista usada pelo movimento *gay* para calar um inimigo e chantagear as autoridades mediante ameaça velada de difamações em massa. Nada podendo responder a isso, articulistas e missivistas afinados com o movimento preferiram desviar a conversa para as belezas do amor homossexual -- das quais ou contra as quais eu não havia dito nem pensado absolutamente nada -- e as invectivas de praxe contra os horrores da moral judaico-cristã, nazista como ela

só. Desconversar, admito, é um dos direitos humanos fundamentais. Mas fica a pergunta: A tática do assédio jurídico coletivo mobilizada contra D. Eugênio Sales se tornaria mais digna se usada por mil religiosos contra um *gay* ?

Filhotes do genocídio

Olavo de Carvalho
Época, 2 de junho de 2001

Para cada homicídio que denunciam, eles foram cúmplices de outros 49

Os brasileiros que foram treinar guerrilha em Cuba não se tornaram somente pontas-de-lança da estratégia cubana no Exterior, mas também, obviamente, suportes do regime de Fidel Castro no próprio âmbito cubano. Recebidos com honras, sustentados com verbas do Estado, tiveram funções e utilidades bem nítidas no esquema de poder fidelista, alguns como oficiais da inteligência militar, outros como símbolos legitimadores e garotos-propaganda do regime, um papel a que muitos ainda se prestam com cínica devoção.

Como qualquer ajudante e beneficiário de uma ditadura, fizeram-se cúmplices dos crimes cometidos por ela, no mesmo sentido e na mesmíssima proporção com que acusam de parceria nos crimes da

ditadura nacional qualquer indivíduo, daqui ou de fora, que de algum modo tenha apoiado o regime militar ou recebido favores dele. Moralmente, a única diferença que pode haver entre uma cumplicidade e a outra reside na magnitude dos crimes praticados pelas ditaduras respectivas. Mas essa comparação não é nada favorável aos que hoje detêm o monopólio do direito de acusar.

O Brasil do período ditatorial não teve mais de 2 mil prisioneiros políticos. Cuba teve 100 mil. Para cada esquerdista brasileiro preso no DOI-Codi, no Dops, na Ilha Grande, 50 cubanos foram jogados nas prisões políticas de Havana, com a solícita cumplicidade política e moral desse brasileiro. E os mortos, então? A ditadura brasileira fez 300 vítimas; a cubana, 17 mil. Para cada comunista brasileiro morto pelos militares, morreram mais de 50 dissidentes cubanos.

A diferença não é só quantitativa. Ela afeta a própria natureza dos crimes. Dezessete mil mortes, numa população cerca de 14 vezes menor que a do Brasil, já são um genocídio, a liquidação metódica e sistemática de um grupo, de uma classe. Genocídio com um detalhe ainda mais perverso: em Cuba, desde a fuga de Batista, não houve resistência armada interna. A ditadura brasileira matou guerrilheiros e terroristas. Cuba, com o apoio deles, matou cidadãos desarmados, pacíficos e sem periculosidade alguma, a maioria por motivos fúteis, muitas vezes por uma simples tentativa de sair em busca de uma vida melhor.

Se é lícito denominar “filhote da ditadura” a qualquer um que tenha colaborado com o regime militar, com igual rigor e justiça os que se beneficiaram da ajuda de Cuba devem ser chamados “filhotes do genocídio”.

Mas 17 mil são só os que morreram em território cubano. Não estou contando aqueles que tropas armadas, instruídas e financiadas pelo governo de Havana, co-irmãs da guerrilha brasileira, assassinaram no Peru, na Nicarágua, na Colômbia. São 80 mil no total: para cada comunista morto no Brasil, seus companheiros mataram mais de 49 não-comunistas no continente. E continuam matando. Seus sofrimentos, além de fartamente indenizados em dinheiro, já foram vingados 49 vezes. Com que autoridade moral, pois, ainda erguem seu dedo acusador contra os “filhotes da ditadura”? Malgrado a força intrínseca desses fatos e números, a malícia esquerdista poderá tentar neutralizá-los alegando que saem da boca de um anticomunista. Mas seria inverter causa e efeito. Não penso essas coisas por ser anticomunista: tornei-me anticomunista porque me dei conta dessas coisas.

Mesmo assim, guardei-as comigo anos a fio, por medo de prejudicar aqueles a quem um dia chamara “companheiros”. Se de algo posso ser acusado, é desse comodismo pusilânime do qual por fim me libertei, mas que me fez tardar demasiado em dizer a verdade. Muitos, sabendo dela tanto quanto eu, vivem ainda de camuflá-la sob jogos de palavras, e não para proteger a terceiros, mas a si mesmos e às vantagens de que hoje desfrutam, seja como membros do governo, seja como ídolos da oposição.

Nisso consiste toda a sua moral: culpa reprimida, transmutada em fome insaciável de retaliações e compensações.

É claro que os crimes da ditadura militar devem ser denunciados, investigados e punidos – mas não por esse tipo de gente. Não por essa escória.

Para além da covardia

Olavo de Carvalho

Diário do Comércio, 31 de agosto de 2007

Enquanto os liberais e conservadores continuarem fingindo para si próprios que estão lutando contra adversários políticos normais e decentes, que é possível mudar o rumo das coisas por meio de palavras tímidas e ações simbólicas, não haverá a mínima esperança de melhora para este país.

Os homens que nos governam, formados no ventre da mentalidade revolucionária, são sociopatas amorais e cínicos, absolutamente indignos de confiança. Imaginem um parlamentar que, às escondidas, mete dois artigos na Constituição sem dar ciência disto à Assembléia Constituinte, isto é, fazendo-se ele próprio de Assembléia Constituinte. Normalmente, um sujeito desses não deveria ser aceito como advogado nem mesmo num caso de

multa de trânsito. O Brasil, em vez disso, faz dele ministro da Justiça, depois juiz da Suprema Corte e por fim ministro da Defesa, com autoridade sobre o conjunto das Forças Armadas. E ele sai falando grosso, tapando a boca de generais e almirantes. Imaginem um indivíduo pobre, que sobe à presidência nos braços de um movimento popular, e depois de dois anos de mandato, ainda ostentando a imagem de presidente-operário, já tem em vez disso um filho bilionário. Tais são os homens que nos governam -- as encarnações vivas da moral socialista, que é a moral do roubo santificado. Se não forem desmascarados, continuarão acumulando parcelas de poder cada vez maiores, até tornar-se indestrutíveis. E então farão aqui o que seus semelhantes fizeram em Cuba, no Camboja, no Vietnã, na Coreia do Norte.

Já estão bem preparados para isso, com suas massas militantes armadas e treinadas, com a rede internacional de alianças que os une a organizações de terroristas e narcotraficantes e a uma dúzia de governos genocidas.

Não contentes com extorquir 2,5 bilhões de reais dos cofres do Estado para premiar atos terroristas cometidos por seus amigos, fazem cada vez mais alarde em torno dos “crimes da ditadura”, com a ajuda solícita da grande mídia. Mas o que são esses crimes – a morte de quinhentos terroristas, autores por sua vez de duzentos assassinatos – em comparação com a ajuda prestada pelo nosso governo à organização narcoguerrilheira que inunda de cocaína o mercado local e através de seus agentes

no PCC e no Comando Vermelho mata anualmente dezenas de milhares de brasileiros inocentes?

Que são os delitos da ditadura, em comparação com os do regime de Fidel Castro, ao qual nossos heróis de hoje, alguns na condição oficial de agentes do serviço cubano de inteligência militar, prestaram auxílio em seus inumeráveis empreendimentos revolucionários no Brasil e em outros países?

Que são os crimes da ditadura, em comparação com a exportação maciça de armas brasileiras para organizações terroristas e ditaduras genocidas em todo o mundo, por parte de um governo que ao mesmo tempo faz o que pode para desarmar os cidadãos honestos no seu próprio país? (V. [VejaOnline](#)).

Curiosamente, o maior dos crimes da ditadura – o único digno de atenção mundial -- jamais é alardeado, jamais é sequer mencionado pelas *Folhas* e *Globos* da vida: a cumplicidade ostensiva, material, com a intervenção de Fidel Castro na África (v. [MidiaSemMáscara](#)), que resultou na morte de pelo menos dez mil angolanos. Ah, esse crime não conta, porque se é a favor da esquerda não é crime.

Não, não pensem que eu esteja inventando esse argumento, mediante ampliação retórica, para colocá-lo na boca dos esquerdistas. Ao contrário: foi da boca de um deles que o extraí. Vejam o noticiário da BBC-Brasil de 28 de agosto: “O ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Paulo Vanucchi, disse que não usa a formulação ‘crimes’

para classificar a morte de agentes de órgãos de segurança e do Estado por militantes de esquerda durante o regime militar.” O próprio Vanucchi, na mesma entrevista, externou com uma candura exemplar a repulsa que lhe infunde a idéia de igualdade perante a lei: “A idéia de que tem que fazer uma investigação dos dois lados peca por ignorar que durante o regime militar essas pessoas foram expulsas do país, demitidas, perseguidas, espionadas, presas e algumas foram mortas.”

Bem, ainda não fui assassinado, mas já fui perseguido, espionado, ameaçado de morte e demitido, por motivos políticos, de três empregos. Quererá isso dizer que estarei no meu pleno direito se penetrar ilegalmente no Brasil, armado de uma 45, e der dois tiros na cabeça oca do sr. Vanucchi com a naturalidade de quem estoura uma melancia? É claro que não. Não só alguns são mais iguais que os outros, mas o direito de ser mais igual é desigualmente distribuído. O critério de distribuição é aquele que Herbert Marcuse chamava “tolerância libertadora” e definia assim: “Toda a tolerância para com a esquerda, nenhuma para com a direita.”

Nem a “linha dura” militar ousou jamais fazer pender tão vertiginosamente para o seu lado a balança da justiça. Durante a ditadura, os tribunais militares deram a cada terrorista pleno direito de defesa. Os advogados que ali atuaram – mesmo esquerdistas eles próprios -- são unânimes em reconhecê-lo. Tanto pior. Isso é apenas uma razão a mais para que a esquerda se escandalize ante a hipótese de ser

judgada pelas mesmas leis com que deseja punir seus inimigos.

Tal como a noção de justiça, a de veracidade também é cinicamente prostituída, todos os dias, para servir a uma insaciável ambição de poder. Em matéria de mendacidade, o sr. Vanucchi é pinto, em comparação com o ministro da Saúde, José Gomes Temporão. Esse abortista fanático, cego, louco, não hesita em falsificar as estatísticas do seu próprio ministério para ludibriar a opinião pública e induzi-la a apoiar a legalização do aborto. Em 29 de março de 2007 ele declarou à *Folha de S. Paulo* que “mi lhares de mulheres morrem todos os anos no Brasil por causa de abortos ilegais”. Em agosto, sabatinada na ONU, sua cúmplice Nilcéia Freire diminuía um pouco o tamanho da mentira: “E m 2002, 2003 e 2004 ocorreram 115, 152 e 156 mortes anuais provocadas por abortos ilegais”. Os dados do próprio DataSUS mostram que as mortes por essa causa foram respectivamente, nesses anos, em número de seis, sete e onze. Sim: seis, sete e onze mulheres. Tal é o gigantesco, o epidêmico problema de saúde pública que os dois ministros querem eliminar mediante o assassinato de milhões de bebês no ventre de suas mães. Ambos conhecem perfeitamente esses dados. Ambos mentem deliberadamente, friamente, na defesa de uma causa insana e homicida.

Como se pode ter uma “divergência política” com esses indivíduos? O que há entre eles e as pessoas normais é um abismo moral imensurável.

Mas como poderá a “direita” condená-los, se ela própria falsifica em favor da esquerda, com tanta devoção quanto eles, o quadro da realidade nacional?

Quando lemos os discursos dos chamados opositoristas, direitistas etc., temos a impressão de que o maior ou único mal do Brasil é a corrupção, o roubo de dinheiro público. Enquanto isso, o partido governante, nos anúncios do seu 3º. Congresso, assume abertamente a liderança do Foro de São Paulo, “espaço de articulação estratégica” (*sic*) onde trama e executa planos em comum com as Farc e o Mir, organizações criminosas notoriamente empenhadas em seqüestrar e matar brasileiros e em aparelhar e treinar as quadrilhas locais para que seqüestrem e matem mais ainda. Que a direita queira ser “apolítica”, é covardia, mas é compreensível precisamente por isso. Mas que ela ajude a ocultar a trama política responsável pela matança anual de dezenas de milhares de nossos concidadãos, é um crime puro e simples, e este ela não pode atribuir aos esquerdistas. Ninguém a obriga a calar-se, ao menos por enquanto. Ninguém a obriga a agir como se dinheiro roubado fosse mais chocante do que sangue derramado nas ruas. Ninguém a obriga a fingir que o inimigo é apenas ladrão, quando ele é cúmplice ativo de assassinato em massa.

O Foro de São Paulo é o coração do inimigo, e, ao mesmo tempo, o seu único ponto vulnerável. Acertem-no aí, com firmeza e coragem, e o destruirão. Tentem roê-lo discretamente pelas beiradas – e ele os destruirá.

Tortura e terrorismo

Olavo de Carvalho

O Globo, 6 de janeiro de 2001

"When one acquires a perversion, one always despises the normal...
All ill people are a club."
Arthur Koestler

Quem comete delito mais grave: o sujeito que coloca uma bomba em lugar público, despedaçando transeuntes inocentes, ou aquele que dá uma surra em quem fez isso? A natureza humana, a razão e o instinto respondem resolutamente: o primeiro. Em seu apoio vêm a jurisprudência universal, as leis morais das grandes religiões e até o regulamento da Associação Protetora dos Animais, que não considera tão lesivo ao interesse dessas criaturas dar pancadas em uma delas quanto liquidá-las às dúzias por meio de explosivos.

Toda a Humanidade compreende intuitivamente que o torturador, por cruel e asqueroso que seja, é apenas um agressor, ao passo que o terrorista, por belo e idealista que se anuncie, é um homicida por atacado, virtualmente um genocida. As diferenças não param aí. Maus-tratos a um prisioneiro podem resultar do súbito impulso de fazer justiça com as próprias mãos, enquanto o ato terrorista supõe premeditação fria,

planejamento racional, execução precisa. A tortura admite graus, que vão de um tapa na cara até os requintes de perversidade dos carrascos chineses e norte-coreanos, ao passo que um homicídio não pode ser meio homicídio, um quinto de homicídio, um-dezesesseis-avos de homicídio. Condenar o terrorismo como "crime hediondo" é falar de um delito definido, claro, insofismável, ao passo que usar o mesmo termo para qualificar a "tortura" é um expediente lingüístico para meter no mesmo saco o torcionário científico que aplicou choques a um prisioneiro por meses a fio, o sargento que lhe deu um pontapé numa explosão de raiva, o médico que lhe aplicou uma injeção para que não morresse e o soldado de plantão que atendia o telefone na delegacia.

Terrorismo e tortura, enfim, não estão no mesmo plano: aquele é hediondo em si, esta depende de graus e circunstâncias. E, quanto ao dano infligido, o da tortura quase sempre pode ser reparado, física e moralmente. Mas que reparação oferecer à vítima que teve o corpo feito em mil pedaços pela explosão de uma bomba?

A Humanidade inteira admite essas verdades óbvias. Só uma classe de seres humanos as rejeita: os "intelectuais de esquerda". Estes prefeririam antes ser dilacerados por uma bomba plástica num saguão de aeroporto do que levar pancadas num porão de delegacia e sair vivos para berrar na imprensa contra a violência policial.

Digo isso por mera inferência, supondo que consintam em escolher para si próprios o destino que alardeiam ser preferível para os outros. Mas suspeito

que no fundo não seja nada disso. Suspeito que, quando vituperam o torturador e enaltecem o terrorista, estão impondo às vítimas destes dois tipos de criminosos uma escala de avaliação que jamais desejariam para si próprios. Suspeito, mesmo, que a hipótese de examinar a coisa pelos dois lados jamais lhes passou pela cabeça: em décadas de leituras de autores esquerdistas, nunca encontrei um único que se inclinasse a avaliar com igual peso e medida seus atos próprios e os alheios. Bem ao contrário: o pressuposto básico, o pilar mesmo do universo mental do esquerdista é o sentimento de estar num patamar ético e ontológico diferente e superior, em função do qual ações que cometidas por outras pessoas seriam crimes hediondos se tornam méritos beatificantes quando praticadas por ele ou em nome da sua doutrina.

Foi assim que Karl Marx, após ter escrito páginas ferinas contra os patrões que abusavam sexualmente de suas empregadas, não teve o menor escrúpulo de consciência em pôr para fora de casa o filho que havia gerado na sua doméstica Helene Demuth.

Foi assim que a doutrina Guevara, ensinando o revolucionário a ser "uma fria e calculista máquina de matar", tornou-se, para milhões de idiotas, uma mensagem de amor só comparável ao Sermão da Montanha.

Foi assim que Fidel Castro, começando sua carreira como pistoleiro de aluguel e culminando-a como genocida, veio a ser considerado pelo sr. Luiz Ignácio Lula da Silva um modelo superior de conduta ética.

E é assim que o Grupo Tortura Nunca Mais julga que os suspeitos de envolvimento mesmo indireto, remoto e conjectural em casos de tortura devem ser perseguidos até o fim dos tempos, como ratos, como nazistas, para que os réus confessos de terrorismo, instalados em altos postos da República, possam estar tranqüilos no desfrute de suas honras, glórias e mordomias. Contra estes, beneficiados pela anistia, já não se pode dizer uma palavra. Mas aqueles, segundo a presidente dessa entidade, cometeram "crimes inanistiáveis, imprescritíveis e de lesa-humanidade. Não poderiam ocupar cargos pagos com dinheiro da sociedade brasileira." Anistia, cargos, dinheiro público, no entender dessa senhora, são só para os terroristas, para os que mataram por atacado. Que alguém sugira estender os benefícios da lei aos que maltrataram esses pobrezinhos no varejo, e ela se encrespa: "Não aceitamos essa lei."

Inútil argumentar contra essa mentalidade. Sua recusa obstinada de julgar por um padrão eqüitativo; sua insistência obsessiva em atribuir, sempre e a priori, motivos altruísticos aos atos de uns e intenções egoístas aos de outros; sua radical incompreensão do Segundo Mandamento - tudo isso torna impossível o confronto racional, que a cegueira ideológica substitui por uma retórica de inculpação desvairada e autovitimização patética. As pessoas que se deixam embriagar por esse discurso adquirem um escotoma moral, um impedimento ao exercício da razão e daquele senso das proporções que é o corolário imediato da igualdade humana. Ninguém é menos dotado do instinto da igualdade jurídica do que os apóstolos da igualdade econômica. Só resta

saber a causa profunda dessa deficiência. Segundo Joseph Gabel, é um tipo de doença mental, de esquizofrenia. Segundo Eric Voegelin, é uma sociopatia, uma enfermidade da esfera moral que não afeta a superfície do eu. Mas às vezes essa discussão se torna puramente acadêmica: na URSS, os esquizofrênicos e sociopatas tomaram de assalto o hospital e trancafiaram nele quem pretendesse diagnosticá-los. E é preciso ser ainda mais doido que eles para não perceber que estão querendo fazer a mesma coisa aqui.

Cuba e a Coalisão do Terror

O Surgimento da Internacional Terrorista

por Orlando Gutiérrez-Boronat

(apoiado nas investigações de Rafael Artigas e Ana Carbonell)

Leader (Porto Alegre) Nº21 - 25 de dezembro de 2001

<http://www.iee.com.br/leader/>

Não foi difícil imaginar qual o inimigo comum que promoveu o encontro entre o Líder Supremo e o Comandante em sua cúpula de Teerã no mês de maio passado. As declarações feitas por Fidel Castro durante sua visita a Irã resultam apavorantes quando vistas à luz dos recentes atentados terroristas nos Estados Unidos em 11 de setembro. De acordo com os jornais, durante a referida visita, o Líder Supremo iraniano Khomeini garantiu para Castro "que, ficando ombro contra ombro, Irã e Cuba podem

derrotar os Estados Unidos", com o que Castro manifestou estar de acordo, acrescentando que os Estados Unidos estavam "extremamente fracos na atualidade", e que "nós somos os testemunhas dessa fraqueza devido à nossa proximidade". Na Universidade de Teerã e com um estrepitoso aplauso dos estudantes e o corpo docente como pano de fundo, declarou ele que "o rei imperialista acabará caindo", (AFP, 10 de maio de 2001). Em seguida, o serviço de imprensa iraniano proclamou que: "Irã e Cuba concluem que juntos podem derrubar os Estados Unidos". (IPS, 10 de maio de 2001)

São muitos os que têm afirmado por muito tempo que o bem documentado papel de Cuba, enquanto promotor e instigador do terrorismo internacional são águas passadas, algo que se inseria no contexto da Guerra Fria. No entanto, existem evidências irrefutáveis para indicar que ainda hoje:

- (a) A ditadura castrista continua abrigando ativamente terroristas internacionais.
- (b) A ditadura de Castro continua perseguindo uma aliança estratégica com Estados terroristas para construírem uma frente 'anti-Occidente', e
- (c) A ditadura de Castro tem tido uma participação ativa em ataques terroristas contra cidadãos norte-americanos.

Basta lembrar o mês de julho de 1999, quando Domingo Amuchástegui, ex-funcionário do governo castrista conhecido por ter em suas mãos informações da maior importância sobre o governo cubano escreveu: "Para os interesses dos Estados Unidos, é motivo de preocupação a estreita relação de

Cuba com Iraque e alguns dos grupos terroristas mais militantes do Oriente Médio Oriente. Será que Cuba pode ser utilizada para praticar atos terroristas contra objetivos situados nos Estados Unidos? Haverá cooperação entre Sadam Hussein e Castro para o desenvolvimento de armas químicas e bacteriológicas? O que é sobra da estreita cooperação entre Castro e os grupos terroristas mais militantes da região? (Instituto de Estudos do Oriente Médio da Universidade de Miami, julho de 1999).

As evidências existentes indicam que Cuba continua, até hoje, servindo de base para a coordenação e apoio mútuo entre organizações terroristas transnacionais. Em agosto de 2001 as autoridades colombianas detiveram a três indivíduos suspeitos de pertencer à banda terrorista irlandesa do IRA, pois estavam oferecendo um treinamento especializado à organização terrorista colombiana FARC. Um dos indivíduos, Nial Connolly, viveu em Cuba desde 1996 como representante do IRA (The Times, 16 de agosto de 2001, BBC News, 17 de agosto de 2001).

Outras informações revelam também que o território colombiano controlado pelas FARC tem-se tornado uma base de apoio e logística para a internacional do terror. O jornalista argentino Julio Cirino, perito em questões de terrorismo internacional, escreveu há pouco um artigo sobre uma pequena cidade colombiana perto da fronteira com a Venezuela, "onde elementos vindos do Oriente Médio", recebem documentação colombiana falsa para viajar até outros lugares. Em outubro de 1998, a Interpol prendeu em Bogotá o extremista egípcio Mohamed

Enid Abdo Aal, líder de um dos grupos terroristas islamitas mais perigosos. Conforme declarou durante os interrogatórios, Abdo Aal disse que "seu propósito era o de permanecer cinco dias na Colômbia e viajar mais tarde, por via terrestre até a Venezuela". (El Nuevo Herald/16 de setembro de 2001).

Supõe-se que foi em Cuba que o IRA estabeleceu contatos com as organizações terroristas FARC e ELN. Ambas essas organizações, segundo o relatório do Departamento de Estado do ano 2000, têm "...mantido uma presença permanente na Ilha". Além disso, acredita-se que os membros do IRA estavam treinando os rebeldes colombianos no desenvolvimento de potentes explosivos antipessoais destinados à "ofensiva urbana" das FARC.

O regime castrista não só tem continuado prestando apoio à organização terrorista basca ETA, conhecida por seus terríveis ataques com carros-bomba contra alvos civis, mas também tem procurado sabotar, publicamente, esforços diplomáticos feitos para obter sua condenação. Num busca que a polícia francesa efetuou em 1995 nos esconderijos da ETA, foram encontrados arquivos informáticos que indicavam claramente que os serviços de inteligência cubanos prestavam ajuda aos membros dessa organização procurados pela justiça espanhola por ataques terroristas na Espanha. Conforme os referidos arquivos, o Partido Comunista Cubano "considera suas relações com a ETA como 'fraternais, firmes, estratégicas e cada vez mais profundas'" (The Miami Herald, 27 de dezembro de 1997).

O apoio oculto do governo cubano para o terrorismo na Espanha tem sido acompanhado por tentativas de proteção diplomática. Castro não só negou-se a juntar-se a outros chefes de Estado ibero-americanos para repudiar o terrorismo da ETA na cúpula ibero-americana de 2000, como também "criticou o México por seu apoio para uma declaração contra o terrorismo na reunião de cúpula ibero-americana de Panamá" (The Miami Herald, 11 de novembro de 2000).

A contínua relação da ditadura cubana com sanguinários grupos terroristas e o uso do território cubano e de sua diplomacia para sua proteção tem sido durante muito tempo um dos alicerces da política exterior cubana. Assim como o indica o relatório do Departamento de Estado norte-americano, cidadãos americanos procurados por crimes ligados a grupos radicais dos anos 60, têm sido acolhidos e protegidos pelo governo cubano desde sua criação nessa mesma década. O mais preocupante, entretanto, foi a recente tentativa do regime cubano para forjar uma "frente contra o Ocidente" com estados terroristas da região do Oriente Médio.

A 18 de setembro de 2000, numa entrevista exclusiva com a cadeia televisiva Al-Jazeera, do Qatar, Castro indicou que "não estamos prontos para uma reconciliação com os Estados Unidos, e eu não farei as pazes com o sistema imperialista". Acrescentou ele que seu governo tinha defendido com sucesso Cuba contra "...uma invasão cultural ocidental", palavras essas ecoando uma das principais queixas dos grupos

fundamentalistas islâmicos da região. Em maio de 2001 Castro empreendeu uma série de visitas a Síria, Líbia e Irã. No seu discurso na Universidade de Teerã, afirmou que "...a gente deve ser informada e acordar, para não permitir que sejam ultrajados e saqueados pelo Ocidente". A 26 de julho de 2001, Castro comemorou outro aniversário do início de sua revolução, marchando na cidade de Havana ao lado do neto do aiatolá Khomeini.

O vínculo Irã-Cuba tem preocupado durante muito tempo os analistas de inteligência e segurança nos Estados Unidos. O coronel soviético Ken Alibeck, ex-assistente no comando do programa de desenvolvimento de armas bacteriológicas, tem insistido durante muito tempo que o regime de Castro possui esse tipo de armas. No seu livro *Biohazard*, Alibeck cita seu antigo chefe, o general Yuri T. Kalinin, segundo quem Cuba mantinha um programa ativo de armas bacteriológicas. O ex-secretário de Defesa norte-americano William Cohen declarou em maio de 1998 que "as atuais instalações científicas cubanas podem executar um programa de armas biológicas ofensivas, ao menos na etapa de desenvolvimento e pesquisa". Em outubro de 2000, o vice-presidente cubano Carlos Lage e o vice-ministro da Saúde iraniano inauguraram um centro de pesquisa e desenvolvimento biotecnológico nos arredores de Teerã. Peritos no assunto emitiram dúvidas sobre os supostos objetivos médicos da referida instalação, dado que o Irã produz 97% dos medicamentos consumidos pelo país.

Não só é possível estabelecer as ligações desse grupo com o governo iraniano, como também é fácil identificar seus interesses comuns com o regime de Castro. Tanto Castro como bin Laden trabalham, fortemente, para montar uma frente comum com o fim de derrubar os Estados Unidos e de desenvolver armas biológicas de destruição de massa.

No seu indiciamento de bin Laden, o Departamento de Justiça norte-americano indica que a organização terrorista Al-Qaeda, por ele dirigida, busca "...deixar de lado suas diferenças com as organizações terroristas muçulmanas xiitas, incluindo o Irã e seu grupo afiliado terrorista Hezbollah, para cooperar contra o inimigo comum nato, isto é, os Estados Unidos e seus aliados..."

O indiciamento alega, além disso, que Al Qaeda "...também tem feito alianças com a Frente Nacional Islâmica no Sudão e com representantes do governo iraniano, e seu grupo terrorista associado, o Hezbollah". Em fevereiro de 1998, Osama bin Laden comunicou a criação de uma "frente internacional" contra os Estados Unidos. Segundo o documento obtido pelo programa da cadeia televisiva pública norte-americana PBS, "Frontline", bin Laden "considera uma aliança anti-americana com China e Irã como algo a ser considerado".

Não obstante, pode haver mais do que um simples elo iraniano entre Castro e bin Laden. Numa matéria escrita a 4 de março de 2000, a Associated Press (AP) divulgou que: "um jovem afgão que foi treinado, neste inverno, num campo da montanhosa província de Kumar, no noroeste do Afeganistão, disse ter visto

homens de Chechenia, Sudão, Líbia, Iraque, Irã, Cuba, e Coréia do Norte. O norte-coreano, declarou o jovem afegano, tinha trazido consigo químicas, as quais foram depositadas em cavernas e nas dúzias de casas de barro e pedra aquecidas pelo sol"

Num comunicado de imprensa com data de 16 de setembro deste ano, o governo da ilha caribenha de Gran Caymán declarou que em agosto do ano passado tinha arrestado três cidadãos afeganos que tinham entrado no país, vindos de Cuba, com falsos passaportes paquistanenses.

O jornal The New York Times revelou em setembro de 1998 que conselheiros do presidente Clinton tinham-lhe apresentado provas de que "bin Laden está procurando obter armas de destruição de massa e armas químicas para serem utilizadas contra instalações dos Estados unidos". Será que precisa mais para demonstrar a afinidade ideológica entre Cuba e Al Qaeda, bem como a atração que o dinheiro de Bin Laden exerce sobre o falido regime cubano e, conseqüentemente, ou para mostrar como a conjunção desses dois fatores poderia gerar o pior dos cenários?

Enquanto os Estados unidos se preparam para construir uma coalizão mundial para um derradeiro ataque contra o terrorismo internacional, é preciso enfrentar a realidade de que o inimigo está um passo à frente. Estadistas, legisladores e analistas não devem desprezar os insistentes esforços de Cuba direcionados, precisamente, para a construção de uma aliança contra o Ocidente. Não se deve subestimar seu contínuo estímulo e apoio às

organizações terroristas internacionais, nem sua latente capacidade para a guerra biológica, assim como sua intenção de partilhá-la com outros Estados terroristas diretamente vinculados a inimigos dos Estados unidos.

Acima de tudo, a incessante e violenta retórica de Castro contra os Estados unidos, e o mundo ocidental em geral, não deve ser vista com leviandade. Não faz tanto tempo assim que cidadãos norte-americanos forem os alvos diretos dos ataques terroristas castristas. A 24 de fevereiro de 1996, dois aviões civis desarmados forem derrubados, em plena luz do dia, enquanto voavam no espaço aéreo internacional, levando três cidadãos norte-americanos à morte. Um grupo de espões cubanos na Flórida acabam de ser condenados por conspirarem para assassinar cidadãos dos Estados Unidos, por tentarem penetrar em instalações militares em solo norte-americano, por espionarem membros do Congresso norte-americano e por fornecerem informações sobre o aeroporto internacional de Miami. Fazer "vista grossa" com Castro na véspera da "primeira guerra do século XXI", seria o mesmo que ignorar a aliança nazista e fascista com o Japão no dia seguinte a Pearl Harbor. O inimigo está a 90 milhas ao sul de Cayo Hueso. E não esconde o ódio que sente por nós.

Orlando Gutiérrez Boronat é Secretário Nacional do Diretório Revolucionário Democrático Cubano, uma das principais organizações cubano-americanas que trabalha diretamente com a resistência interna cubana. O Diretório foi fundado em 1990 e é

reconhecido por seus profundos trabalhos de pesquisa sobre a realidade social e os direitos humanos em Cuba.

O paradoxo esquerdista

Olavo de Carvalho

Diário do Comércio, 7 de agosto de 2006

Vivenciar conscientemente o tempo histórico em que transcorre a nossa existência é um privilégio, um dever e um direito da inteligência individual, que não alcança sua plenitude senão absorvendo e integrando as tensões e mutações do ambiente maior em torno. Desde o início do século XX, esse direito foi negado a várias gerações de seres humanos, induzidos a viver uma história fictícia no mundo paralelo das militâncias ideológicas e a atravessar a existência em pleno estado de ignorância quanto aos fatores reais que determinaram o seu destino. A ilusão socialista não consiste somente num erro de previsão quanto aos objetivos finais. Se fosse assim ela seria apenas o final trágico de existências nobres. Mas a expectativa falsa quanto ao futuro já falsifica a vida presente: ela perpassa toda a biografia de cada militante, tingindo de farsa e auto-engano cada um de seus atos e pensamentos, mesmo os mais íntimos, pessoais e aparentemente alheios à luta política.

É só estudar as vidas de Marx, de Lênin, de Stalin, de Mao, de Guevara, de Fidel Castro, de Yasser Arafat (ou de seus acólitos intelectuais, os Sartres, Brechts, Althussers e *tutti quanti*) para entender do que estou falando: cada um desses homens que tiveram nas mãos os destinos de milhões de pessoas foi um deficiente emocional, cronicamente imaturo, incapaz de criar uma família, de arcar com uma responsabilidade econômica ou de manter relações pessoais normais com quem quer que fosse. Em compensação do aborto moral de suas vidas, criaram a idealização pomposa do "revolucionário" (isto é, deles próprios), como encarnação de um tipo superior de humanidade, adornando com um toque de estética *kitsch* a mentira existencial total.

Eles não são personagens de tragédia. A regra essencial da tragédia é a ausência de culpa. O herói trágico não pode estar abaixo das circunstâncias, não pode ser um perverso, um fraco, um idiota incapaz de arcar com a própria vida. Ele fracassa porque entra em choque com as exigências superiores de uma ordem cósmica invisível. Seu único delito é não ser sobre-humano numa situação que lhe impõe desafios sobre-humanos. Mas perceber a falácia intrínseca da promessa socialista não é um desafio sobre-humano (v. <http://www.olavodecarvalho.org/semana/060611zh.html>). É um dever elementar de qualquer inteligência média que se disponha a examinar o assunto objetivamente. Aqueles que fogem a esse exame, transferindo a partidos, a movimentos ou à "opinião pública" as responsabilidades da sua consciência individual, renunciam *ipso facto* à dignidade da inteligência e se consagram a uma luta

obstinada e fútil contra a estrutura da realidade. Vai nisso uma mistura de vaidade adolescente, de revolta gnóstica e daquele orgulho satânico que é a compensação quase automática da covardia existencial. Tudo isso é lamentável, mas não é trágico: é grotesco. Não há tragédia no fracasso do socialismo: há apenas uma palhaçada sangrenta.

O modelo dos líderes e dos ídolos intelectuais é repetido, em série ilimitada, nas vidas de militantes, simpatizantes e "companheiros de viagem", acabando por espalhar-se entre o público geral. O rancor sem fim contra pais e mães, a destruição da unidade familiar, o ódio às exigências morais das tradições religiosas, a busca desesperada de sensações por meio do consumo de drogas, a reivindicação pueril do "direito ao prazer", a transformação do erotismo numa escalada de exigências egolátricas que começa no protesto feminista e culmina na apologia aberta da pedofilia e do incesto, a disseminação de técnicas pedagógicas que estimulam a delinquência infanto-juvenil – tudo isso é a projeção ampliada do estilo de vida dos "grandes revolucionários", espalhada no tecido da sociedade ao ponto de já não reconhecer-se como tal e transfigurada num sistema de obrigações "éticas", base de julgamentos, acusações, cobranças e chantagens.

O fundo de tudo é o ódio à realidade, a recusa de arcar com o peso da existência, o sonho gnóstico de transfigurar a ordem das coisas por meio da auto-exaltação psicótica e de truques mágicos como a "reforma do vocabulário".

Não espanta que a política produzida por essas pessoas seja uma contradição viva, uma imensa engenhoca entrópica que cresce por meio da autodestruição e se inebria de vanglória na contemplação das próprias derrotas. Nenhuma exploração capitalista, por mais "selvagem" que a rotulassem, conseguiu matar de fome multidões tão vastas quanto as que pereceram durante a estatização da agricultura na URSS, o "Grande Salto para a Frente" de Mao Dzedong ou os experimentos socialistas em vários países da África. A "luta contra a miséria" continua sendo o principal pretexto moral do socialismo, mas a verdade é que a maior contribuição do socialismo à vitória nessa luta seria simplesmente cessar de existir. Do mesmo modo, o protesto inflamado contra qualquer violência anti-socialista é um persistente *Leitmotiv* do discurso de esquerda, mas nenhum regime direitista jamais matou, prendeu ou torturou tantos militantes esquerdistas quanto Stalin, Mao, Pol-Pot ou Fidel Castro. É uma simples questão de fazer as contas. Se os socialistas tivessem um pinga de respeito por seus próprios direitos humanos, voltariam para suas casas e deixariam que a boa e velha democracia burguesa os protegesse contra a tentação suicida de implantar o socialismo.

Do mesmo modo, quando os esquerdistas começam a falar em "paz", a prudência recomendaria que comessem a estocar comida no porão para a próxima guerra em que seus líderes os estão metendo naquele mesmo momento. O movimento pacifista encabeçado pelos partidos comunistas da Europa nos anos 30 foi um truque concebido por Stalin para dar

tempo à Alemanha de se rearmar com a ajuda soviética e destruir a "ordem burguesa" do velho mundo (leiam o clássico *Stalin's War*, de Ernst Topitsch). Milhões de franceses idiotas gritaram em passeatas e agitaram bandeirinhas brancas sem saber que isso era o passaporte para o matadouro. Os tratados que, atendendo ao clamor de uma geração inteira de jovens *enragés*, puseram fim aos combates no Vietnã em 1972, deram um salvo-conduto para que os comunistas invadissem o Vietnã do Sul e o vizinho Camboja e matassem aí três milhões de civis – quatro vezes o número total de vítimas civis e militares da guerra.

Enganam-se aqueles que enxergam na novilíngua (*newspeak*) de George Orwell apenas um truque publicitário concebido por líderes maquiavélicos para induzir militantes estúpidos a aceitar a guerra como paz, a tirania como liberdade. Esses líderes maquiavélicos não têm nenhum controle sobre o processo, que, com raras e inevitáveis exceções, termina por arrastá-los e destruí-los no meio de suas vítimas. O paradoxo autodestrutivo está na centro de cada alma militante porque está na raiz mesma do movimento socialista, que nasce da aspiração gnóstica à supressão do mundo físico e se condensa na proclamação absurda de Hegel: "O ser, na sua indeterminação, é o nada" – uma confusão patética entre discurso e existência, destinada a ter as mais monstruosas conseqüências intelectuais e históricas. O puro *newspeak* já marca sua presença ostensiva na fórmula de Engels, "A liberdade é o reconhecimento da necessidade", que inspirou tantas auto-acusações falsas nos Processos de Moscou e cujo sentido último,

de ironia verdadeiramente demoníaca, aparece com nitidez fulgurante no comentário de Bertolt Brecht: "Se eram inocentes, mais ainda mereciam ser condenados." Brecht, aliás, foi aquele mesmo que resumiu com cinismo exemplar a essência da moral socialista: "Mentir em favor da verdade." Experimente fazer isso e, é claro, você nunca mais vai parar de mentir.

Algumas regras usuais do leninismo ilustram esse cinismo na prática diária: "Fomentar a corrupção e denunciá-la" e "Acuse-os do que você faz, xingue-os do que você é" resumem às mil maravilhas a história do nosso PT, que cresceu pelo discurso de acusação moralista ao mesmo tempo que montava uma máquina de corrupção de dimensões faraônicas, perto da qual os velhos políticos ladrões começam a parecer meninos de escola culpados de roubar chicletes.

Era inevitável que, com o tempo, a *forma mentis* autonegativa do movimento esquerdista se cristalizasse numa fórmula estratégica simples, ingênua até, que por sua simploriedade mesma fosse de aplicação fácil e lucrativa, reproduzível em escala mundial por simples automatismo.

Essa estratégia, cujo nome é hoje proclamado abertamente pelo sr. Hugo Chávez, é a *guerra assimétrica*.

Ela consiste, como explica Jacques Baud em *La GuerreAsymétrique ou la Défaite du Vainqueur* (Éditions du Rocher, 2003), em transformar as derrotas militares em vitórias

políticas por meio de um ardil psicológico: outorgar a um dos lados, sob pretextos edificantes, o direito incondicional a todos os crimes, a todas as brutalidades, a todas as baixezas, e desarmar o outro por meio de cobranças morais paralisantes.

O que nem os praticantes nem os colaboradores passivos nem as vítimas desse ardil parecem perceber é que ele traz em si a prova definitiva da superioridade moral do adversário no mesmo momento em que acusa seus supostos crimes e iniquidades. É claro: se o acusado não fosse moralmente sensível, consciencioso, escrupuloso, seria impossível inibi-lo mediante o apelo a seus deveres éticos. E, se o acusador fosse por sua vez aberto a esses mesmos deveres no plano da sua própria conduta, ele se sentiria igualmente travado por escrúpulos e não haveria assimetria nenhuma. É justamente o fato de dispensar-se das obrigações morais exigidas do inimigo que dá ao praticante da guerra assimétrica a vantagem estratégica da sua posição. É essencial para o sucesso desse ardil que o discurso de acusação seja feito sempre pelo culpado contra o inocente, pelo criminoso contra a vítima. O público e a totalidade dos colaboradores passivos usados como caixas de ressonância do moralismo indignado nem de longe se dão conta disso, mas o fato é que, quanto mais veemente a acusação, maior a malícia do acusador e mais irrefutável a prova de seus crimes. A assimetria consiste precisamente nisso.

Um exemplo didático, colhido da guerra entre Israel e o Hezbollah, aparece no contraste entre as atitudes

dos dois lados no que diz respeito às vítimas civis. Enquanto na mídia ocidental os israelenses são condenados como monstros porque mataram acidentalmente trinta civis num bombardeio, em países islâmicos as matanças deliberadas de civis israelenses pelos mísseis do Hezbollah são comemoradas como atos meritórios. Se o leitor duvida, veja o documentário em http://pmw.org.il/bulletins_Aug2006.htm#b020806. Os terroristas sabem que as nações ditas infiéis, pecadoras, têm sentimentos morais, enquanto eles próprios, os santos, os eleitos, não têm nenhum e não precisam ter nenhum. Sua moral consiste apenas na glorificação descarada dos próprios crimes – e é ela que lhes dá a vitória na guerra assimétrica.

Outros exemplos, ainda mais eloqüentes, estão nas fotos que ilustram esta página. Tiradas numa passeata de militantes palestinos em Londres, foram enviadas pela escritora Bella Jozef, uma judia brasileira residente na Inglaterra, a amigos seus em várias partes do mundo, e vieram parar na minha caixa postal. Enquanto na própria comunidade judaica muitos se sentem inibidos de desejar em público a vitória de Israel, preferindo fazer discursos tímidos e genéricos em favor da "paz", elas mostram a verdadeira face da ideologia radical islâmica, que a mídia ocidental, colaborando na guerra assimétrica, esconde para dar feições mais humanas aos terroristas e criar no mínimo uma impressão enganosa de equivalência moral. As inscrições nestes cartazes dizem tudo. O que o "outro mundo possível" promete conscientemente à humanidade, sob os pretextos mais sublimes, é um novo Holocausto, de

proporções colossais, e a liquidação de tudo o que conhecemos como liberdade e direitos humanos.

A escória do mundo

Olavo de Carvalho

Diário do Comércio (editorial), 20 de maio de 2008

“Cuanto más alto sube, baja al suelo.” (Frei Luís de León)

Vou resumir aqui umas verdades óbvias e bem provadas, que uma desprezível convenção politicamente correta proíbe como indecentes.

Todo comunista, sem exceção, é cúmplice de genocídio, é um criminoso, um celerado, tanto mais desprovido de consciência moral quanto mais imbuído da ilusão satânica da sua própria santidade.

Nenhum comunista merece consideração, nenhum comunista é pessoa decente, nenhum comunista é digno de crédito.

São todos, junto com os nazistas e os terroristas islâmicos, a escória da espécie humana. Devemos respeitar seu direito à vida e à liberdade, como respeitamos o dos cães e das lagartixas, mas não devemos lhes conceder nada mais que isso. E seu direito à vida cessa no instante em que atentam contra a vida alheia.

Nos anos 60 e 70, a guerrilha brasileira não foi nenhuma epopéia libertária, foi uma extensão local da ditadura cubana que, àquela altura, já tinha fuzilado pelo menos dezessete mil pessoas e mantinha nos cárceres cem mil prisioneiros políticos simultaneamente, número cinquenta vezes maior que o dos terroristas que passaram pela cadeia durante o nosso regime militar, distribuídos ao longo de duas décadas, nenhum por mais de dois anos – e isto num país de população quinze vezes maior que a de Cuba. Nossos terroristas recebiam dinheiro, armas e orientação do regime mais repressivo e assassino que já houve na América Latina, e ainda tinham o cinismo de apregoar que lutavam pela liberdade.

Agora que estão no poder, enchem-se de verbas públicas e justificam a comedeira alegando que o Estado lhes deve reparações. O dinheiro do Estado é do povo brasileiro e o povo brasileiro não lhes deve nada. Eles é que devem aos filhos e netos daqueles que suas bombas aleijaram e seus tiros mataram.

Perguntem aos cidadãos, nas ruas: “O senhor, a senhora, acham que têm uma dívida a pagar aos terroristas, pelo simples fato de que a violência deles foi vencida pela violência policial? O senhor, a senhora, acham justo que o Estado lhes arranque impostos para enriquecer aqueles que se acham vítimas injustiçadas porque o governo matou trezentos deles enquanto eles só conseguiram, coitadinhos, matar a metade disso?”

Façam uma consulta, façam um plebiscito. A nação inteira responderá com o mais eloqüente NÃO já ouvido no território nacional.

É claro que os crimes que esses bandidos cometeram não justificam nenhuma barbaridade que se tenha feito contra eles na cadeia. Mas justifica que estivessem na cadeia, embora tenham ficado lá menos tempo do que mereciam. E justifica que, surpreendidos em flagrante delito e respondendo à bala, fossem abatidos à bala.

Mas eles não acham isso. Acham que foi um crime intolerável o Estado ter armado uma tocaia para matar o chefe deles, Carlos Marighela, confessadamente responsável por atentados que já tinham feito várias dezenas de vítimas inocentes; mas que, ao contrário, foi um ato de elevadíssima justiça a tocaia que montaram para assassinar diante da mulher e do filho pequeno um oficial americano a quem acusavam, sem a mínima prova até hoje, de “dar aulas de tortura”.

Durante a ditadura, muitos direitistas e conservadores arriscaram vida, bens e reputação para defender comunistas, para abrigá-los em suas casas, para enviá-los ao exterior antes que a polícia os pegasse. Não há, em toda a história do último século, no Brasil ou no mundo, exemplo de comunista que algum dia fizesse o mesmo por um direitista.

Sim, os comunistas são diferentes da humanidade normal. São diferentes porque se acham diferentes. São inferiores porque se acham superiores. São a escória porque se acham, como dizia Che Guevara, “o primeiro escalão da espécie humana”.

Eles têm, no seu próprio entender, o monopólio do direito de matar. Quando espalham bombas em lugares onde elas inevitavelmente atingirão pessoas inocentes, acham que cumprem um dever sagrado. Quando você atira no comunista armado antes que ele o mate, você é um monstro fascista.

Por isso é que acham muito natural receber indenizações em vez de pagá-las às vítimas de seus crimes.

Quem pode esperar um debate político razoável com pessoas de mentalidade tão deformada, tão manifestamente sociopática?

Um comunista honesto, um comunista honrado, um comunista bom, um comunista que por princípio diga a verdade contra o Partido, um comunista que sobreponha aos interesses da sua maldita revolução o direito de seus adversários à vida e à liberdade, um comunista sem ódio insano no coração e ambições megalômanas na cabeça, é uma roda triangular, um elefante com asas, uma pedra que fala, um leão que pia em vez de rugir e só come alface. Não existiu jamais, não existe hoje, não existirá nunca.

Os piores dos piores

Olavo de Carvalho

O Globo, 29 de maio de 2004

Entre as organizações que denunciaram o tratamento vexatório dado a alguns prisioneiros de guerra iraquianos estava a *Freedom House*, de Nova York. Mas ninguém, ali, teve a menor ilusão de estar lidando com fatos de gravidade equiparável aos que se passam diariamente nos países comunistas e muçulmanos. Digo isso não só porque a diferença entre humilhar prisioneiros e torturá-los fisicamente é visível com os olhos da cara -- exceto se for uma cara de pau como a de tantos jornalistas brasileiros --, mas porque pouco antes dos acontecimentos de Abu-Ghraib aquela ONG havia publicado seu relatório *The Worst of the Worst: The World's Most Repressive Societies* ("Os Piores dos Piores: As Sociedades Mais Repressivas do Mundo"), e basta lê-lo para notar que não há comparação possível entre a conduta dos americanos e a de seus mais inflamados críticos.

Prisões arbitrárias em massa, exclusão do direito de defesa, privação de comida e uma dose formidável de espancamentos, choques elétricos e mutilações são a ração usual oferecida aos prisioneiros políticos de Burma, China, Cuba, Guiné Equatorial, Eritréia, Laos, Coreia do Norte, Arábia Saudita, Somália, Sudão, Síria, Turcomenistão, Usbequistão, Vietnã, Marrocos, Rússia e Tibete. Desses dezessete recordistas da maldade oficial, seis são socialistas,

seis islâmicos, os restantes têm regimes ditatoriais estatistas. Nenhum padece os horrores do capitalismo liberal, nenhum geme de dor sob as botas do imperialismo americano ou da conspiração sionista internacional.

Em pelo menos quatro deles -- China, Sudão, Vietnã, Tibete --, quem está fora da cadeia pode ser morto a qualquer momento nas operações genocidas que de tempos em tempos, em geral para fins de repressão religiosa, os governos respectivos empreendem contra suas próprias populações, exceto no caso do Tibete onde o serviço é feito pelas tropas chinesas de ocupação, as quais ali se encontram no exercício de um direito que o nosso presidente da República julga inquestionável. O total de vítimas, nas últimas três décadas, é calculado em pelo menos quatro milhões de pessoas -- miudeza desprezível em comparação com os sessenta milhões de chineses liquidados por um regime cujos apologistas impenitentes ainda se encontram às pencas no parlamento brasileiro, onde uma vez por semana nos brindam com discursos moralizantes sobre as virtudes da democracia.

Desses dezessete infernos terrestres, diariamente chegam aos jornais e TVs apelos desesperados em favor de prisioneiros submetidos a torturas corporais, os quais apelos vão diretamente para a lata de lixo para não tomar o espaço consagrado à denúncia daqueles cruéis soldados americanos que, no Iraque, filmam prisioneiros de guerra pelados sem tocar num único fio de cabelo das suas cabeças. Pois, afinal, tortura não é aquilo que os dicionários

definem como tal e sim qualquer abuso menor que possa ser explorado como propaganda anti-Bush.

Será que digo essas coisas por ser um fanático direitista, e não porque existe realmente aí alguma desproporção acessível à pura razão humana, ao puro sentimento instintivo de justiça? A quase totalidade dos jornalistas do eixo Rio-SP lhe assegurará que sim, caro leitor. Muitos deles sabem que estão mentindo, mas, como diria Goethe, não podem abdicar do erro porque devem a ele a sua subsistência. Outros se encontram tão danificados intelectualmente por quatro décadas de privação de informações essenciais, que sentirão uma indignação sincera diante do que lhes parecerá uma sórdida calúnia enco mendada pelo capitalismo ianque e, naturalmente, paga a peso de ouro. E tão avassalador será o impacto dessa emoção nas suas almas, que a simples hipótese de tentar conferir jornalisticamente a veracidade ou falsidade das minhas alegações lhes soará como uma tentação abominável, da qual buscarão refúgio no exercício redobrado de suas devoções costumeiras e na reafirmação dogmática de uma honestidade profissional imune a qualquer suspeita. Feito isso, dormirão em paz, sonhando com o futuro socialista no qual, prometia Antonio Gramsci, “tudo será mais belo”.

O novo império Mongol

Olavo de Carvalho

Diário do Comércio (editorial), 9 de fevereiro de 2006

Se você escreve uma cartinha aos jornais contra a proibição das preces nas escolas públicas, contra peças de teatro que mostram um Cristo gay ou mesmo contra as matanças de cristãos na China, no Sudão e na Coreia do Norte, você é um fanático fundamentalista, um extremista de direita. Mas, se você ateia fogo em embaixadas e sai pelas ruas ameaçando matar meio mundo para mostrar quanto você odeia uma caricatura de Maomé publicada num pequeno jornal dinamarquês, você é um cidadão de bem no pleno uso do direito de protestar contra um insulto sacrílego. Tal é o critério de julgamento que a mídia internacional acaba de impor à humanidade, com a aprovação explícita ou implícita de vários governos europeus, da ONU, do presidente George W. Bush e até – mas será o Benedito? – do Papa. A unanimidade mundial dos bem-pensantes contra os dinamarqueses brotou na mesma semana em que o Congresso americano está votando uma lei – mais uma, na escalada da repressão anticristã inaugurada seis décadas atrás por Franklin D. Roosevelt – que suprime toda ajuda estatal para internação em asilo no caso de qualquer velhinho com Alzheimer que, nos cinco anos anteriores, tenha cometido o pecado de dar contribuição em dinheiro a alguma igreja, mesmo no montante de um dólar ou dois. Não consta

que S. Santidade tenha protestado contra essa discriminação ostensiva – mas desenhar o Profeta, ah, isto o Vaticano não tolera.

O mais interessante no episódio é que as explosões de ódio antidinamarquês não foram suscitadas pelo conteúdo específico da charge – que a rigor nada diz contra o Islam enquanto tal, apenas contra o terrorismo – e sim pelo simples fato de que ela mostre o Profeta Maomé, o qual pela lei islâmica só pode ser representado com o rosto encoberto. Ao endossar a legitimidade do violento protesto muçulmano, a alta hierarquia católica está simplesmente forçando os fiéis da sua Igreja a obedecer o mandamento de uma religião alheia. De quebra, estende essa mesma obrigação aos protestantes, aos judeus, aos budistas, aos ateus e a *tutti quanti*. O Islam deve ser mesmo uma religião muito especial, já que suas leis não são obrigatórias só para os muçulmanos, mas para toda a humanidade.

O velho Império Mongol não reconhecia a existência de outros impérios ou de nações independentes. Na sua lei, só existiam duas áreas no mundo: as obedientes e as desobedientes. Estas não passavam de territórios mongóis provisoriamente rebelados, destinados a ser punidos e subjugados mais dia menos dia. O Islam reconhece, oficialmente, a legitimidade de algumas outras religiões, entre as quais o cristianismo e o judaísmo. Mas esse reconhecimento se torna mero formalismo oco a partir do momento em que os fiéis dessas religiões já não podem decidir suas próprias ações de acordo

com os mandamentos delas, e em vez disto se vêm obrigados a cumprir mandamentos islâmicos. Para o cristão não há nada de mau em desenhar o rosto de Cristo, nem para o budista em pintar uma imagem do Buda. Pelos critérios de suas religiões respectivas, não pode portanto haver erro ou crime em desenhar o profeta de uma outra religião. Mas quem disse que eles têm o direito de julgar isso de acordo com sua própria religião? Que sigam o Corão e não reclamem.

A imposição da *shari'a* como lei obrigatória para toda a espécie humana, com a concomitante supressão de todas as leis religiosas concorrentes, é uma das metas mais óbvias do imperialismo cultural islâmico, ponta de lança do imperialismo político e militar. Com a ajuda de praticamente toda a elite ocidental, a luta por objetivo alcançou durante esta semana uma vitória formidável.

Jornalistas contra a aritmética

Olavo de Carvalho

Diário do Comércio, 5 de junho de 2009

Não há mentira completa. Até o mais ingênuo e instintivo dos mentirosos, ao compor suas invencionices, usa retalhos da realidade, mudando apenas as proporções e relações. Quanto mais não fará uso desse procedimento o fingidor tarimbado, técnico, profissional, como aqueles que superlotam as redações de jornais, canais de TV e agências de notícias. Mais ainda – é claro – os militantes e

ongueiros a serviço de causas *soi disant* idealistas e humanitárias que legitimam a mentira como instrumento normal e meritório de luta política.

Na maior parte dos casos, os elementos de comparação que permitiriam restituir aos fatos sua verdadeira medida são totalmente suprimidos, tornando impossível o exercício do juízo crítico e limitando a reação do leitor, na melhor das hipóteses, a uma dúvida genérica e abstrata, que, como todas as dúvidas, não destrói a mentira de todo mas deixa uma porta aberta para que ela passe como verdade.

Um exemplo característico são as notícias sobre a tortura nas prisões de Guantánamo e Abu-Ghraib. Como em geral nada se noticia na “grande mídia” sobre as crueldades físicas monstruosas praticadas diariamente contra meros prisioneiros de consciência nos cárceres da China, da Coreia do Norte, de Cuba e dos países islâmicos, a impressão que resta na mente do público é que o afogamento simulado de terroristas é um caso máximo de crime hediondo. Mesmo quando não são totalmente ignorados, os fatos principais recuam para um fundo mais ou menos inconsciente, tornando-se nebulosos e irrelevantes em comparação com as picuinhas às quais se deseja dar ares de tragédia mundial. Só o que resta a fazer, nesses casos, é usar a internet e toda outra forma de mídia alternativa para realçar aquilo que a classe jornalística, empenhada em transformar o mundo em vez de retratá-lo, preferiu amortecer.

Às vezes, porém, o profissional da mentira se trai, deixando à mostra os dados comparativos, apenas

oferecidos sem ordem nem conexão, de tal modo que o público passe sobre eles sem perceber que dizem o contrário do que parecem dizer. Isso acontece sobretudo em notícias que envolvem números. Com frequência, aí o texto já traz em si seu próprio desmentido, bastando que o leitor se lembre de fazer as contas.

Colho no *Globo Online* o exemplo mais lindo da semana

(v. <http://oglobo.globo.com/mundo/mat/2009/05/20/relatorio-confirma-abuso-de-milhares-de-criancas-por-parte-da-igreja-catolica-da-irlanda-755949622.asp>, <http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/o,o,,MUL1161142-5602,00-INQUERITO+DENUNCIA+ABUSO+SEXUAL+ENDEMICO+DE+MENINOS+NA+IRLANDA.html> e <http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/o,o,,MUL1161468-5602,00.html>).

Não digo que o *Globo* seja o único autor da façanha. Teve a colaboração de agências internacionais, de organizações militantes e de toda a indústria mundial dos bons sentimentos. Naquelas três notas, publicadas com o destaque esperado em tais circunstâncias, somos informados de que uma comissão de alto nível, presidida por um juiz da Suprema Corte da Irlanda, investigando exaustivamente os fatos, concluiu ser a Igreja Católica daquele país a culpada de nada menos de doze mil – sim, doze mil – casos de abusos cometidos contra crianças em instituições religiosas. A denúncia saiu num relatório de 2600 páginas. Legitimando com pressa obscena a veracidade das acusações em

vez de assumir a defesa da acusada, que oficialmente ele representa, o cardeal-arcebispo da Irlanda, Sean Brady, já saiu pedindo desculpas e jurando que o relatório "documenta um catálogo vergonhoso de crueldade, abandono, abusos físicos, sexuais e emocionais". Depois dessa admissão de culpa, parece nada mais haver a discutir.

Nada, exceto os números. O *Globo* fornece os seguintes:

1) A comissão disse ter obtido os dados entrevistando 1.090 homens e mulheres, já em idade avançada, que na infância teriam sofrido aqueles horrores.

2) Os casos ocorreram em aproximadamente 250 instituições católicas, do começo dos anos 30 até o final da década de 90.

Se o leitor tiver a prudência de fazer os cálculos, concluirá imediatamente, da primeira informação, que cada vítima denunciou, além do seu próprio caso, outros onze, cujas vítimas não foram interrogadas, nem citadas nominalmente, e dos quais ninguém mais relatou coisa alguma. Do total de doze mil crimes, temos portanto onze mil crimes sem vítimas, conhecidos só por alusões de terceiros. Mesmo supondo-se que as 1.090 testemunhas dissessem a verdade quanto à sua própria experiência, teríamos no máximo um total de exatamente 1.090 crimes comprovados, ampliados para doze mil por extrapolação imaginativa, para mero efeito publicitário. O cardeal Sean Brady poderia ter ao menos alegado isso em defesa da sua

Igreja, mas, alma cristianíssima, decerto não quis incorrer em semelhante extremismo de direita.

Da segunda informação, decorre, pela aritmética elementar, que 1.090 casos ocorridos em 250 instituições correspondem a 4,36 casos por instituição. Distribuídos ao longo de sete décadas, são 0,06 casos por ano para cada instituição, isto é, um caso a cada dezesseis anos aproximadamente. Mesmo que todos esses casos fossem de pura pedofilia, nada aí se parece nem de longe com o “abuso sexual endêmico” denunciado pelo *Globo*. Porém a maior parte dos episódios relatados não tem nada a ver com abusos sexuais, limitando-se a castigos corporais que, mesmo na hipótese de severidade extrema, não constituem motivo de grave escândalo quando se sabe – e o próprio *Globo* reconhece – que grande parte das crianças recolhidas àquelas instituições era constituída de delinquentes. Se você comprime bandidos menores de idade num internato e a cada dezesseis anos um deles aparece surrado ou estuprado, a coisa é evidentemente deplorável, mas não há nela nada que se compare ao que aconteceu no Sudão, onde, no curso de um só ano, vinte crianças, não criminosas, mas inocentes, refugiadas de guerra, afirmaram ter sofrido abuso sexual nas mãos de funcionários da santíssima ONU, contra a qual o *Globo* jamais disse uma só palavra.

Só o ódio cego à Igreja Católica explica que o sentido geral dado a uma notícia seja o contrário daquilo que afirmam os próprios dados numéricos nela publicados.

Por isso, saiba o prezado leitor que só leio a “grande mídia” por obrigação profissional de analisá-la, como se analisam fezes num laboratório, e que jamais o faria se estivesse em busca de informação.

A nova era das ditaduras

Olavo de Carvalho

Diário do Comércio, 18 de dezembro

Há quem acredite que, com a morte de Augusto Pinochet e o próximo desaparecimento de Fidel Castro, a era dos ditadores estará extinta na América Latina. É esperança louca. O que está em vias de acabar é a era dos ditadores nacionais, prenunciando o advento da ditadura continental. Não estamos vendo o fim, mas um *upgrade* da tirania latino-americana.

Começo com uma distinção óbvia. Excluindo as tiranias dinásticas, oligárquicas e populistas, que realmente pertencem a uma fase histórica extinta, há ditaduras reacionárias e revolucionárias. As primeiras são temporárias por natureza, pois têm ambições limitadas, visam à restauração de um estado anterior e se diluem tão logo alcancem seus objetivos. As ditaduras revolucionárias arrancam as raízes do passado e criam do nada um mundo novo. Não raro, pretendem modificar não só a estrutura da sociedade, mas a própria natureza humana. Promovem transformações tão profundas – e tão

perversas --, que, quando se extinguem, já não é possível nem restaurar o que existia nem criar um novo padrão de normalidade.

Muitas ditaduras reacionárias, passado o pesadelo, deixaram saldos positivos. O Chile, a Espanha e Portugal, quando se desvencilharam de Pinochet, Franco e Salazar, eram países livres e prósperos. As ditaduras revolucionárias não deixam outra coisa senão um rastro macabro de devastação e morte que só pode resultar em novas ditaduras ou numa decadência longa e irreversível. A França do Antigo Regime era a nação mais rica e poderosa do mundo. Depois da Revolução, veio de queda em queda até reduzir-se a uma burocracia falida, dependente da ajuda americana, subserviente a ditadores estrangeiros e incapaz de resistir à invasão cultural islâmica. O Vietnã e a Coreia do Norte são cemitérios mal administrados. A China pós-Mao é a festa permanente dos generais em meio à miséria do povo. A Rússia mergulhou no caos e na corrupção. A única esperança de uma nação, após a experiência da ditadura revolucionária, é ser salva desde fora, como o foi a Alemanha. Mas ninguém pode querer isso e depois ter o direito de choramingar que os EUA são a polícia do mundo.

As ditaduras em formação na América Latina definem-se por duas características: (1) são todas revolucionárias, prometendo a mutação radical e a militarização integral da sociedade; (2) não são fenômenos isolados, nacionais, mas o resultado de uma articulação continental que começou na década de 60, com a OLAS (Organização de Solidariedade Latino-Americana) e colheu seus primeiros frutos

após a criação do Foro de São Paulo em 1990. Desde então o projeto da revolução latino-americana vem alcançando vitória em cima de vitória, sem encontrar qualquer resistência senão da parte de esquerdistas *light* que, malgrado seus escrúpulos democráticos ao menos formais, são no fim das contas escravos ideológicos do mito revolucionário e, por isso mesmo, meros colaboracionistas disfarçados.

A possibilidade de que o processo venha a ser detido pela emergência de ditaduras reacionárias, mesmo locais e isoladas, é praticamente nula. Os poderes internacionais e a grande mídia européia e americana oscilam entre os protestos fingidos e a cumplicidade explícita. E a máquina democrática em cada país foi tão bem alterada desde dentro, que já não pode servir senão para legitimar a tirania por meio da aprovação popular.

A era das ditaduras no continente não acabou. Está apenas começando. Como diria o saudoso Paulo Francis, *there's coming a shitstorm*.

Alexei Bueno, um bobão que no presente estado de coisas é tido nos círculos editoriais como poeta e até como erudito, está fazendo circular pela *internet* uma comparação entre Augusto Pinochet e Fidel Castro na qual exemplifica às mil maravilhas a capacidade que a esquerda tem de mentir, depois esquecer que mentiu e por fim acreditar apaixonadamente na mentira.

“Pinochet – começa ele -- é, antes de tudo, um traidor, essa coisa asquerosa, de um presidente eleito que o colocou, ingenuamente, como Ministro do Exército. Não me consta que Fidel tenha sido jamais ministro de Fulgencio Batista, muito ao contrário foi sempre seu figadal e público opositor.”

Se Fernando Collor de Melo, diante da iminência do *impeachment*, se fechasse no palácio com guardas armados, bradando ameaças, que fariam os poderes legislativo e judiciário? Convocariam o Exército para tirá-lo de lá à força. Pinochet fez exatamente isso: cercou o Palácio de La Moneda por ordem do Congresso e da Suprema Corte que já haviam condenado o presidente corrupto, golpista e assassino. Sim, assassino. As centenas de homicídios praticados pelos cubanos da guarda pessoal de Allende são meticulosamente omitidas pela mídia nacional há décadas, assim como o fato hoje bem comprovado de que o presidente chileno era agente pago da KGB. Era obrigação estrita do exército chileno prender esse criminoso e, caso resistisse, matá-lo como a um cachorro louco. Chamar isso de “golpe” já é um abuso semântico intolerável. Na cabeça de Alexei Bueno, porém, foi mais que golpe: foi “traição”. Para ser um bom sujeito, Pinochet deveria desprezar a ordem legal e pegar em armas contra o Congresso e a Suprema Corte em troca de ser mantido no cargo ministerial. Com base nesse princípio, Alexei poderia concluir que só quem agiu errado no caso do Mensalão foi o Roberto Jefferson, ao romper o pacto de lealdade mafiosa. Os outros foram exemplos de moralidade superior.

“Enquanto o generaleco-agente da CIA armou uma quartelada na qual não pegou pessoalmente num canivete, Fidel comandou o ataque a Moncada, foi preso, exilou-se para não ser morto, realizou o quixotesco desembarque do Granma e a epopéia de Sierra Maestra.”

Conversa mole. Fidel Castro, enquanto seus companheiros morriam no ataque frustrado ao quartel de Moncada, fugia covardemente. Quanto à “epopéia de Sierra Maestra”, foi de cabo a rabo uma criação literária de Herbert L. Mathews, inventivo repórter esquerdista do *New York Times* já totalmente desmoralizado pela pesquisa histórica. O comandante Huber Matos, que esteve ao lado de Fidel o tempo todo ao longo dos combates, atesta que ele jamais deu um tiro. Che Guevara deu muitos, mas principalmente em prisioneiros amarrados. Aliás a “epopéia” padece de uma deplorável escassez de feitos militares: o total de anticastristas mortos em combate foi de pouco mais de mil pessoas (incluindo o posterior episódio da Baía dos Porcos) e, quando os guerrilheiros desceram para ocupar Havana, já não encontraram resistência nenhuma, pois Batista, derrubado pela pressão norteamericana, já havia fugido com seus cúmplices principais. O grosso do heroísmo castrista foi mesmo praticado contra civis desarmados (veja os números mais adiante).

“Quanto a ditaduras sanguinárias, não me consta que em Cuba tenham posto crianças e velhos vivos em fornos, como na Argentina.”

O que a mim não me consta, em primeiro lugar, é que Pinochet tenha governado a Argentina. Consta, sim, o hábito esquerdista de inculpar por associação de idéias. Pinochet é um milico de direita, os governantes da Argentina eram milicos de direita, logo Pinochet é culpado do que quer que tenha acontecido na Argentina. Quanto aos hediondos fornos crematórios portenhos, Alexei fica nos devendo alguma indicação documental, por mínima que seja, que comprove a existência deles. Ele também poderia nos explicar por que um detalhe tão pitoresco jamais apareceu na grande mídia antimilica.

“Todos os que foram para o célebre ‘paredón’, muitos deles torturadores e assassinos de Batista, foram julgados e condenados em tribunais revolucionários, mas não ‘desaparecerem’ jogados no mar, ou metidos em buracos cheios de dinamite.”

Pela primeira vez na vida vejo alguém insinuar que tribunais revolucionários – onde o sujeito entra condenado e em quinze minutos sai morto -- são uma forma de justiça superior ao homicídio. Mas, qualquer que seja o caso, essas mimosas instituições só foram criadas numa fase avançada da revolução cubana. No começo, Che Guevara, dispensando esse luxo, assinava sem ler pilhas e pilhas de sentenças de morte e não raro as executava pessoalmente. Ademais, no total de vítimas da revolução cubana, as que passaram por algum julgamento, mesmo simulado, são uma fração ínfima em comparação com aquota de “desaparecidos”. O monopólio esquerdista do uso dessa palavra na mídia só tem

servido para fazê-los desaparecer uma segunda vez, ocultando o fato de que eles foram em maior número em Cuba do que em qualquer outra ditadura latino-americana. Os números totais do morticínio cubano, reunidos ao longo de vinte anos de pesquisas pelo economista Armando M. Lago, presidente da Câmara Ibero-Americana de Comércio e consultor do Stanford Research Institute, são os seguintes:

Fuzilados: 5.621. Assassinados extrajudicialmente: 1.163. Presos políticos mortos no cárcere por maus-tratos, falta de assistência médica ou causas naturais: 1.081. Guerrilheiros anticastristas mortos em combate: 1.258. Soldados cubanos mortos em missões no exterior: 14.160. Mortos ou desaparecidos em tentativas de fuga do país: 77.824. Civis mortos em ataques químicos em [Mavinga, Angola](#): 5.000. Guerrilheiros da Unita mortos em combate contra tropas cubanas: 9.380. Total: 115.127 (não inclui mortes causadas por atividades subversivas no exterior, como por exemplo as vítimas do terrorismo brasileiro subsidiado pelo governo cubano).

“Sugiro ao leitor que disse ser a ditadura cubana a mais sanguinária da América Latina ler um pouco de História ou aprender aritmética.”

Da minha parte não sugiro a Alexei Bueno nem uma coisa nem a outra, pois estão ambas formidavelmente acima não só de sua capacidade, como também de suas intenções. Um exemplo de sua idoneidade histórico-aritmética ele nos fornece neste seu parágrafo de encerramento:

“Podem todos carpir, guaiar e gemer, mas o fato é que Fidel Castro ficará como um dos maiores líderes antiimperialistas do século XX, ao lado de um Mustafá Kemal Atatürk ou de um Ho Chi Min. Todos foram ditadores, prefiro qualquer um deles ao grande democrata George W. Bush, que matou muito mais gente que os três juntos.”

Descontemos o uso despropositado do verbo “guaiar”, que é pura veadagem léxica. Mesmo que aceitássemos os números mais exagerados fornecidos pela propaganda esquerdista quanto à guerra do Iraque – pois não consta que George W. Bush tenha iniciado outras guerras --, a comparação, em matéria de fidelidade histórica e exatidão aritmética, basta para nivelar historicamente Alexei Bueno à precisa soma aritmética da besta quadrada com a besta ao quadrado. Hoje entendo por que o Bruno Tolentino costumava chamá-lo de Dislexei Bueno.

O restante do artigo do sr. Dalmo Dallari, cujo início comentei quinta-feira passada (<http://www.olavodecarvalho.org/semana/061214/dce.html>), é de uma mendacidade tão despudorada que mais justo seria xingá-lo de tudo quanto é nome em vez de honrá-lo com um comentário.

Desde logo, não há atitude que eu mais despreze, num articulista, do que macaquear, com finalidade leviana, expressões verbais que usei para transmitir conteúdo sério. Não estou aqui para alimentar parasitas. Se querem mentir, que pelo menos tenham a bondade de fazê-lo com suas próprias

palavras, em vez de sugar as minhas para depois vomitá-las como farsa.

Quando comecei a falar de “ocultação de notícias”, anos atrás, eu me referia a fatos de importância universal, cuja longa e obstinada ausência nos jornais denunciava um intuito consciente de ludibriar os leitores. Fenômenos como a matança de mais de um milhão de cristãos nos países comunistas e islâmicos, ou como as assembléias do Foro de São Paulo, que reuniam anualmente os mais poderosos líderes da esquerda latino-americana, não eram coisinhas de somenos, que pudessem ser ignoradas unanimemente por articulistas, pauteiros, repórteres e chefes de redação do país inteiro ao longo de mais de uma década, sem que houvesse nisso algo de monstruosamente anormal segundo todos os cânones da profissão jornalística.

De uns meses para cá, uma multidão de cabos eleitorais, agentes de influência e mentirosos compulsivos, a serviço do partido governante, se apossaram do tema e passaram a tocá-lo, com leves variações, a propósito de qualquer noticinha vagabunda, de qualquer zunzum de comadres, de qualquer factóide de interesse do petismo, casualmente omitidos pela grande mídia na correria dos fechamentos.

Criaram assim a lenda da mídia direitista, reacionária, empenhada em sufocar, como no tempo dos censores, a voz heróica da esquerda nacional.

Tão fantástica inversão da realidade arriscaria expor seus autores ao riso geral, se não tratassem de

empacotá-la numa linguagem que, por ter sido usada ao longo de uma década para expressar verdades comprovadas, adquiriu uma espécie de credibilidade automática apta a ser usurpada para dizer precisamente o contrário, com eficácia multiplicada por aquela capacidade tão própria da mente esquerdista, de simular nobreza moral por meio de esgares de dor e revolta desesperadamente postiços.

Se o leitor se recorda do que escrevi aqui sobre os efeitos psico-sociais do desconstrucionismo, compreenderá facilmente que ativistas com longa prática em esvaziar as palavras de todo significado objetivo estão equipadíssimos para mais esse assalto entrópico e obscurecedor à inteligibilidade da linguagem.

O sr. Dallari só se distingue dos demais pela dose extra de cara de pau com que comprime, num só artigo, gesticulações indignadas ante três exemplos de “supressão de notícias” dos quais um é materialmente falso e os outros dois são absurdos.

O primeiro é o manifesto pró-Sader, que, segundo ele, a mídia omitiu por completo. Como eu mesmo vi esse manifesto transcrito com espalhafato em alguns dos maiores jornais do país, não creio estar errado em concluir que ou o sr. Dallari é um irresponsável que ataca sem nem mesmo buscar provas, ou é um mentiroso contumaz que, com as provas na mão, afirma o contrário do que elas atestam. Nos dois casos a única resposta que ele merece é algum palavrão bem cabeludo, que não registro aqui mas

que lhe direi na cara se tiver o desgosto de encontrá-lo um dia.

A segunda notícia injustamente suprimida é a mensagem, subscrita por ativistas de “direitos humanos” (entre sólidas aspas), em louvor de policiais mortos e feridos no cumprimento do dever. Isso, de fato, não li em parte alguma, mas que importância objetiva tem esse documento? Segundo Dallari, ele prova que é falsa a noção geral de que os tais ativistas só servem para boicotar a polícia e ajudar os bandidos, devendo por isso ser publicado. Mas, por favor, comparem: contra apolícia, essa gente fez campanhas milionárias, produziu filmes e programas de TV, publicou centenas de livros e teses universitárias, fez dúzias e dúzias de discursos no parlamento, espalhou milhões de mentiras e, por fim, promulgou leis que detêm a ação dos policiais e os entregam inermes nas mãos dos bandidos. O resultado é uma polícia desarmada, acossada, temerosa de cumprir o dever para não ser desancada na mídia e conformada, enfim, com seu novo papel de fornecedora de alvos para os bandidos equipados de fuzis Kalashnikov e metralhadoras UZI. Depois de consumada essa grande obra, que fazem os seus autores? Assinam um miserável manifestinho, um factóide, uma simulação ridícula de solidariedade que não serve nem para desencargo de consciência, e ainda querem cobertura, repercussão, câmeras, holofotes, reconhecimento público! E, se a mídia não lhes serve o que desejam, saem choramingando que foram censurados. Ora, que vão para o diabo. Sob qualquer critério jornalístico que se examine, o lugar dessa notícia é o lixo.

Por fim, queixa-se o ilustríssimo de que a mídia, fazendo alarde do dossiê ilegal comprado pelo PT para desgraçar seus concorrentes eleitorais, se omitiu, criminosamente, de divulgar o mais importante: o conteúdo do documento, as acusações levantadas nele contra o tucanato. Aí o fingimento hipócrita já se eleva às alturas de um arrebatamento místico. Pois se o dossiê foi forjado justamente para ser divulgado e fazer barulho na mídia, e se a polícia comprovou o caráter criminoso da operação, divulgar seu conteúdo seria simplesmente dar execução cabal ao plano depois de denunciado e condenado, neutralizando a ação policial que o abortou em tempo. Para fazer isso, a mídia, originariamente escolhida pelo PT como instrumento passivo do delito, teria de consentir em praticá-lo, agora, como cúmplice ativa e consciente.

O sr. Dallari não tem, em si, a mínima importância. É um puro ninguém de toga e cátedra. Mas, com esse seu artigo, ele se tornou o importante sintoma denunciador de males cuja dimensão mastodôntica talvez escape à sua própria percepção. Quando um sujeito que a sociedade aceita como jurista denuncia como crime a recusa de praticar um crime, é porque de há muito já nos evadimos do antigo território denominado “realidade”: tornamo-nos personagens da fantasia insana do marquês de Sader, habitantes do “mundo às avessas”.

Para além da sátira

Olavo de Carvalho

Folha de S.Paulo, 31 de agosto de 2004

Não há discussão possível sem o acesso dos interlocutores a um mesmo conjunto de dados. Os dados do presente artigo estão nos livros "Their Blood Cries Out: The Untold Story of Persecution Against Christians in the Modern World", de Paul A. Marshall e Lela Gilbert (Word Publishing, 1997) e "Persecution: How Liberals Are Waging War Against Christianity", de David Limbaugh (Regnery, 2003), e nos *sites* http://www.religioustolerance.org/rt_overv.htm, <http://freedomhouse.org>, <http://www.markswatson.com/Persecution.html> e <http://www.persecution.org/newsite/>.

Dessas fontes, a primeira demonstra acima de qualquer dúvida razoável que está acontecendo em países islâmicos e comunistas um morticínio organizado de cristãos, sem outro motivo que não o de serem cristãos, alcançando já um total de mais de dois milhões de vítimas desde a última década.

A segunda mostra, com idêntica riqueza de evidências, um tipo diferente de perseguição que se observa no outro lado do mundo: o genocídio cultural anticristão nos EUA. Sob a pressão do *lobby* politicamente correto que domina as classes superiores e a mídia, os cristãos americanos vêm sendo expulsos, deliberada e sistematicamente, das instituições de ensino e cultura, proibidos de rezar

em voz alta nas escolas, nos quartéis, nas repartições públicas e em muitas empresas privadas. Estudantes são punidos porque entraram em classe com um crucifixo ou uma Bíblia. Associações cristãs de caridade são ostensivamente desfavorecidas na distribuição de verbas oficiais, candidatos cristãos a cargos públicos são vetados por conta de sua religião. Enquanto um fluxo ininterrupto de propaganda anticristã inunda as livrarias, os jornais e os cinemas ("O Corpo" e "O Código da Vinci" são só dois dos exemplos mais populares), alguns Estados tornaram obrigatório o ensino do islamismo e das religiões dos índios americanos nas escolas, punindo qualquer preferência cristã ostensiva com estágios obrigatórios de "reeducação da sensibilidade" que incluem horas de recitações corânicas ou prática de ritos indígenas. Desde a lei dos direitos civis, jamais alguma comunidade minoritária americana sofreu discriminação tão ampla, tão prepotente e tão mal disfarçada como aquela que hoje vem sendo imposta à maioria cristã.

As demais fontes mencionadas fornecem confirmações às duas primeiras, em dose superior ao que poderiam exigir as mentes mais lerdas e recalcitrantes.

Embora se passem em hemisférios opostos, os dois fenômenos estão interligados. A indústria cultural que usa de todo o seu poder para fomentar o preconceito contra o povo cristão dentro da própria América não haveria de querer alertá-lo, ao mesmo tempo, para o perigo de morte que ronda os seus correligionários na Ásia e na África: ele poderia ver

nisso uma antecipação do destino que o aguarda, já que todo genocídio vem sempre antecedido da destruição das defesas culturais da vítima. A conexão, assim, torna-se óbvia: sem a cumplicidade ativa ou passiva, barulhenta ou silenciosa do *establishment* anticristão do Ocidente, nunca os ditadores da China, do Sudão, do Vietnã e da Coreia do Norte poderiam continuar matando cristãos sem ser incomodados. O discurso da mídia em favor de "minorias" hoje privilegiadas, que nos EUA nunca sofreram uma parte ínfima do sofrimento imposto aos cristãos no mundo -- discurso sempre acompanhado da inculpação ao menos implícita do cristianismo --, é ele mesmo um meio eficaz de dessensibilizar o público para a perseguição anticristã.

O pesadelo de povos inteiros trucidados ante o olhar indiferente do mundo e os sorrisos sarcásticos dos bem-pensantes repete-se, igualzinho ao dos anos 30.

Oito milhões de ucranianos ameaçados por Stalin poderiam ter sobrevivido se o *New York Times* não assegurasse que estavam em boas mãos. Seis milhões de judeus poderiam ter sido poupados, se na Inglaterra o sr. Chamberlain, nos EUA os comunistas comprados pelo pacto Ribbentrop-Molotov e na França uma esquerda católica podre, sob a liderança do açucarado Emmanuel Mounier, não garantissem que Adolf Hitler era da paz. A credibilidade dos apaziguadores é uma arma letal a serviço dos genocidas. Mas hoje não é preciso nem mesmo desmentir o horror. Ninguém sabe que ele existe. O mundo estreitou-se às dimensões de uma telinha de

TV, de uma manchete de jornal. O que não cabe nelas está fora do universo. A mídia elegante tornou-se o maior instrumento de controle e manipulação jamais concebido pelos supremos tiranos. Joseph Goebbels e Willi Munzenberg eram apenas amadores.

Acreditavam em propaganda ostensiva, quando hoje se sabe que a simples alteração discreta do fluxo de notícias basta para gerar nas massas uma confiança ilimitada nos manipuladores e o ódio feroz a bodes expiatórios, sem que ninguém pareça tê-las induzido a isso. O tempo das mentiras repetidas está superado. Entramos na era da inversão total.

Por isso mesmo, dizê-lo é inútil. Conheço bem a classe letrada brasileira. Sei que nela, sobretudo entre os jornalistas, são muitos os que, à simples leitura deste artigo, sem a mínima tentação de consultar as fontes, negarão tudo *a priori* mediante um risinho de desprezo cético e o recurso infalível ao estereótipo pejorativo da "teoria da conspiração". Serão ouvidos com aprovação como se fossem as supremas autoridades no assunto, e eu passarei por louco. Um mundo em que trejeitos afetados convencem mais que toneladas de provas está abaixo da possibilidade de ser descrito até mesmo pelos instrumentos mais contundentes da arte da sátira. George Orwell, Karl Kraus, Eugène Ionesco, Franz Kafka e até mesmo Alexandre Zinoviev, professor de lógica matemática que usou os instrumentos da sua disciplina para forjar uma linguagem apta a representar literariamente a incongruência total da vida soviética, prefeririam calar-se. A sátira existe, afinal, para retratar seres humanos. Ela paira acima

da estupidez satânica, incapaz de descer o bastante para poder descrevê-la.

A cultura do genocídio

Olavo de Carvalho

Diário do Comércio, 20 de janeiro de 2009

Desde que os exércitos aliados revelaram ao mundo os horrores dos campos de concentração nazistas, as tentativas de explicação histórica, sociológica e psicológica de um fenômeno tão inusitado e monstruoso criaram um dos ramos mais prolíficos da bibliografia universal. A cada ano que passa, centenas ou milhares de livros, teses acadêmicas e artigos em publicações eruditas e populares buscam enfrentar a questão angustiante: como e por que foi possível a uma parcela da humanidade culta rebaixar-se ao ponto de fazer da prática de crimes hediondos em massa uma obrigação legal e um mérito patriótico?

As respostas oferecidas podem ser divididas em três grupos:

(1) A corrente dominante segue uma linha inaugurada pelo *Doktor Faustus* de Thomas Mann, que busca as origens do nazismo no subsolo irracional e satanista da cultura alemã. A noção de que a história social e cultural da Alemanha pudesse elucidar o totalitarismo e o holocausto veio a se tornar um dogma do senso comum e a dominar, praticamente sem contestações, toda essa imensa

bibliografia. A aposta nessa tese é compartilhada, em medidas diversas, pelos autores e obras mais díspares, desde produções acadêmicas respeitáveis como os estudos de Otto Friedrich, Siegfried Kracauer, Lotte Eisner, Peter Gay, Carl Schorske e as grandes biografias de Hitler por Joachim C. Fest, Ian Kershaw, Alan Bullock, até obras de cunho polêmico como *The Pink Swastika*, de Scott Lively e Kevin Abrams ou *The Occult Hitler*, de Lothar Machtan, e até mesmo especulações sobre a contribuição ocultista à formação da ideologia nazi (Nigel Pennick, *Hitler's Secret Sciences*; Peter Levenda, *Unholy Alliance: History of the Nazi Involvement with the Occult*; Dusty Sklar, *The Nazis and the Occult*; Wilhelm Wulff, *Zodiac and Swastika*, Nicholas Goodrick-Clarke, *The Occult Roots of Nazism: Secret Aryan Cults and Their Influence on Nazi Ideology* etc.). O sucesso dessa linha de investigações é facilmente explicável: como o nazismo se definia a si próprio como um movimento essencialmente nacionalista, nada mais natural do que buscar suas raízes na cultura nacional que o produziu. Lendo esse material, os alemães se convenceram de que são um povo de criminosos e até hoje se desgastam em perpétuos rituais de autopurificação, que contrastam de maneira patética com a orgulhosa recusa comunista de se entregar a idêntico exame de consciência.

(2) Ao lado dessa tradição, desenvolveu-se outra que, ao contrário, procura dissolver a peculiaridade nacional do nazismo no rótulo geral de "fascismo" ou "nazifascismo", uma noção infinitamente elástica que abarca de Hitler a George W. Bush, passando pelos

líderes sionistas e pelo general Augusto Pinochet, sem esquecer o senador Joe McCarthy, a Igreja Católica, as milícias patrióticas americanas, os militares brasileiros e, de modo geral, todos os adeptos da economia de mercado (ouvi com os meus dois ouvidos um professor da USP, José Luís Fiore, exclamar: "Liberalismo é fascismo!"). Explicando o fenômeno nazista como imperialismo capitalista, esta segunda linha de investigações, fortemente subsidiada pelos escritórios de propaganda do governo soviético, é autocontraditória e desprovida do mínimo de substância intelectual que justifique um debate sério, mas, graças à rede global de organizações militantes, espalhou-se como uma peste nos meios universitários do Terceiro Mundo, daí saltando para conquistar até mesmo algum espaço na Europa e nos Estados Unidos. No Brasil, tornou-se um dogma estabelecido e um dado do senso comum. Raciocinar fora dela é considerado um sintoma de doença mental ou uma prova cabal de inclinações nazifascistas. *Tsk, tsk.*

(3) Uma terceira linha, que subordina o conceito de nazismo à noção mais genérica das ideologias de massa, sublinhando suas semelhanças com o comunismo soviético e chinês e sondando suas origens nas fontes gerais do movimento revolucionário mundial, nunca alcançou a popularidade das outras duas, mas teve boa aceitação em círculos de estudiosos especializados graças às obras de Friedrich Hayek, Ludwig von Mises, Hannah Arendt, Norman Cohn, Eric Voegelin, Ernest Topitsch e, mais recentemente, Richard Overly.

O documentário de Edvin Snore, *The Soviet Story*, que já comentei aqui e que vocês podem descarregar com legendas em português no site www.endireitar.org, traz uma poderosa confirmação à tese número 3, reduz a número 2 ao engodo publicitário que ela sempre foi e, se não impugna totalmente a número 1, debilita consideravelmente as suas pretensões a ser "a" explicação dos crimes nazistas. Ao mostrar que toda a técnica dos campos de concentração e do extermínio em massa foi inventada pelos comunistas e só tardiamente copiada pelos nazistas mediante convênio com o governo soviético, Snore faz picadinho de qualquer tentativa de atribuir a crueldade nazista a alguma causa especificamente alemã. Os fatores culturais assinalados na tese número 1 explicam a emergência de um movimento nacionalista de tipo místico e irracionalista, mas não a extensão e a brutalidade quase inimaginável de seus crimes. Afinal, movimentos de inspiração idêntica surgiram em muitas outras partes do mundo sem ter por isso recorrido sistematicamente ao genocídio como técnica de governo. O próprio fascismo italiano, com toda a rigidez fanática do seu autoritarismo, nada fez de comparável ao Holocausto, e, segundo conhecedores habilitados como Hannah Arendt e Miguel Reale, não pode nem mesmo ser enquadrado legitimamente na categoria do "totalitarismo", de vez que o governo de Mussolini jamais tentou sequer obter o controle total da sociedade italiana e, bem ao contrário, tolerou a existência de dois poderes concorrentes: a Igreja e a monarquia. O emprego sistemático do genocídio como instrumento de governo foi invenção

comunista. O que aconteceu na Alemanha foi a fusão deliberada de um imaginário de tipo nacionalista-místico com a técnica comunista de governo. Essa foi a originalidade de Hitler, até na opinião dele próprio. Ao declarar que toda a sua luta se inspirava diretamente em Karl Marx, ele não se referia, naturalmente, à mitologia patriótica do nazismo, mas à organização socialista da economia e sobretudo ao emprego sistemático do terror genocida. Hitler fundiu Mussolini com Lênin, e a parte genocida da mistura não veio do primeiro componente.

Um dos depoimentos mais importantes de *The Soviet Story* é o de George Watson, um professor de literatura que se especializou na pesquisa das fontes textuais do socialismo. Autor de um importante estudo sobre *The Lost Literature of Socialism*, que infelizmente não é citado no filme, Watson descobriu que, antes de Marx e Engels, nenhum ideólogo de qualquer espécie havia jamais proposto a liquidação de "povos inferiores" (expressão do próprio Marx) como prática deliberada e condição indispensável para a instalação de um novo regime. Nem mesmo Maquiavel havia pensado numa coisa dessas. O genocídio é criação *sui generis* do movimento socialista, e sete décadas se passaram antes que uma dissidência interna desse movimento desse origem ao fascismo e depois ao nazismo, que tardiamente adotou a fórmula do morticínio salvador então já posta em prática por Lênin na URSS.

Que é o fascismo?

Olavo de Carvalho

O Globo, 8 de julho de 2000

Benito Mussolini resumiu a doutrina fascista numa regra concisa: "Tudo para o Estado, nada contra o Estado, nada fora do Estado." No Brasil, se você é contra essa idéia, se você é a favor da iniciativa particular e das liberdades individuais, logo aparece um chimpanzé acadêmico que tira daí a esplêndida conclusão de que você é Benito Mussolini em pessoa. E não caia na imprudência de imaginar que essa conversa é demasiado pueril para enganar o resto da macacada. Quando você menos espera, guinchados de ódio cívico se erguem da platéia, e uma frota de micos, lêmures, babuínos, orangotangos e macacos-pregos se precipita sobre você, às dentadas, piamente convicta de estar destruindo, para o bem da humanidade símia, um perigoso fascista. Cuidado, portanto, com o que diz por aí. Você não faz idéia da autoridade intelectual dos chimpanzés na terra do mico-leão.

Na verdade, a idéia oficial de "fascismo" que se transmite nas nossas escolas não tem nada a ver com o fenômeno que em ciência histórica leva esse nome. É uma repetição fiel, devota e literal das fórmulas de propaganda concebidas por Stálin no fim da década de 30 para apagar às pressas a raiz comum dos dois grandes movimentos revolucionários do século e atirar ao esquecimento a universal má impressão deixada pelo pacto germano-soviético. Nessa versão,

o fascismo e o nazismo surgiam como movimentos "de extrema-direita", criados pelo "grande capital" para salvar "in extremis" o capitalismo agonizante. É lindo imaginar aqueles banqueiros judeus de Berlim, reunidos em comissão médica em torno do leito do regime moribundo, até que a um deles ocorre a solução genial: "É moleza, turma. A gente inventa a extrema-direita, ela nos manda para o campo de concentração, e pronto: está salvo o capitalismo."

No entanto as origens e a natureza do fascismo não são mistério nenhum, para quem se disponha a rastreá-las em autênticos livros de História.

Todas as ideologias e movimentos de massa dos dois últimos séculos nasceram da Revolução Francesa. Nasceram dela e nenhum contra ela. As correntes revolucionárias foram substancialmente três: a liberal, interessada em consolidar novos direitos civis e políticos, a socialista, ambicionando estender a revolução ao campo econômico-social, a nacionalista, sonhando com um novo tipo de elo social que se substituísse à antiga lealdade dos súditos ao rei e acabando por encontrá-lo na "identidade nacional", no sentimento quase animista de união solidária fundada na unidade de raça, de língua, de cultura, de território. A síntese das três foi resumida no lema: Liberdade-Igualdade-Fraternidade.

A conjuração igualitarista de Babeuf e seu esmagamento marcaram a ruptura entre os dois primeiros ideais, anunciando duzentos anos de competição entre revolução capitalista e revolução comunista. Que cada uma acuse a outra de reacionária, nada mais natural: na disputa de poder

entre os revolucionários, ganha aquele que melhor conseguir limpar sua imagem de toda contaminação com a lembrança do "Ancien Régime". Mas para limpar-se do passado é preciso sujá-lo, e nisto concorrem, com criatividade transbordante, os propagandistas dos dois lados: as terras da Igreja, garantia de subsistência dos pobres, tornam-se retroativamente hedionda exploração feudal; a prosperidade geral francesa, causa imediata da ascensão social dos burgueses, torna-se o mito da miséria crescente que teria produzido a insurreição dos pobres; a expoliação dos pequenos proprietários pela nova classe de burocratas que se substituíra às administrações locais (e que aderiu em massa à revolução) se torna um crime dos senhores feudais. A imagem popular da Revolução ainda é amplamente baseada nessas mentiras grossas, para cuja credibilidade contribuiu o fato de que fossem apregoadas simultaneamente por dois partidos inimigos.

A terceira facção, nacionalista, passa a encarnar quase monopolisticamente o espírito revolucionário na fase da luta pelas independências nacionais e coloniais (o Brasil nasceu disso). A parceria com as outras duas transforma-se, aos poucos, em concorrência e hostilidade abertas, incentivadas, aqui e ali, pelas alianças ocasionais entre os revolucionários nacionalistas e os monarcas locais destronados pelo império napoleônico.

Pelo fim do século XIX, as revoluções liberais tinham acabado, os regimes liberais entravam na fase de modernização pacífica. O liberalismo triunfante

podia agora reabsorver valores religiosos e morais sobreviventes do antigo regime, tornados inofensivos pela supressão de suas bases sociais e econômicas. Ele já não se incomodava de personificar a "direita" aos olhos das duas concorrentes revolucionárias, rebatizadas "comunismo soviético" e "nazifascismo". Assim começou a luta de morte entre a revolução socialista e a revolução nacionalista, cada uma acusando a outra de cumplicidade com a "reação" liberal.

Essa é a história. O leitor está livre para tentar orientar-se entre os dados, sempre complexos e ambíguos, da realidade histórica, ou para optar pelas simplificações mutiladoras. A primeira opção fará dele um chato, um perverso, um autoritário, sempre a exigir que as opiniões, essas esvoaçantes criaturas da liberdade humana, sejam atadas com correntes de chumbo ao chão cinzento dos fatos. A segunda opção terá a vantagem de torná-lo uma pessoa simpática e comunicativa, bem aceita como igual na comunidade tagarela e saltitante dos símios acadêmicos.

Comunismo *versus* nazismo

O charlatanismo de esquerda

José Maria e Silva

silvajm@uol.com.br

Opção, Goiânia, 2 dez. 2001

Artigo indicado por Olavo de Carvalho.

Ao traduzir e apresentar a obra do anticomunista francês Alain Besançon, o sociólogo Emir Sader, um dos mais destacados intelectuais da esquerda brasileira, prova que Olavo de Carvalho tem razão: o pensamento único brasileiro não é neoliberal é marxista.

José Maria e Silva

Muito utilizada nos círculos intelectuais de esquerda, a expressão pensamento único é, ao mesmo tempo, uma meia-verdade e uma mentira e meia. Existe, de fato, um pensamento único no Brasil, mas não se trata do neoliberalismo como afirma a esquerda e, sim, do próprio discurso marxista que há muito substituiu as religiões e tornou-se, ele próprio, a principal ideologia do capitalismo. Portanto, quando a esquerda diz que há um pensamento único e que esse pensamento único não é outro senão o neoliberalismo, ela não se contenta em dizer uma meia-verdade conta uma mentira e meia. A meia-verdade ainda é uma fraqueza e limita-se a negar a realidade que se esfrega em seu nariz. Já a mentira e meia distorce a realidade de um modo tão completo que já não precisa esconder-se da verdade pode mesmo empinar o nariz ante os fatos que gritam. É, aí, que a mentira deixa de ser fraqueza para ser perversidade.

O materialismo científico de Karl Marx esse, sim, o verdadeiro pensamento único a imperar no Brasil foi edificado, em grande parte, sobre uma falsificação mesquinha do mundo. Todo o marxismo verdadeira profecia capitalista da era moderna funda-se numa distorção da realidade; bem-intencionada por parte de muitos, mas profundamente maléfica para todos. É o que vem mostrando muitas vezes, irrefutavelmente o filósofo brasileiro Olavo de Carvalho, uma das raras dissonâncias no desconcerto desse pensamento único, que não só desconcerta desmantela o mundo. Em troca desse serviço que presta ao país, Olavo de Carvalho tem sido tratado pela esquerda como um cão hidrófobo da direita, que não pensa, baba, e, quando escreve, morde. Obnubilados pela fé inquebrantável no *Capital*, os marxistas se recusam até mesmo a ler Olavo de Carvalho, apesar de se arvorarem a criticá-lo. Com isso, privam-se de uma das penas mais elegantes do país, que, mesmo se não fosse o filósofo que é, já seria um grande escritor o que, em qualquer país, mesmo na França visceralmente marxista, já seria motivo de apreço.

Todavia, como a mentira não é eterna (mesmo quando tem as pernas longas do marxismo), coube a um empedernido marxista provar que Olavo de Carvalho tem razão. O sociólogo Emir Sader, doutor em ciência política pela USP e professor de sociologia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, acaba de demonstrar em teoria e prática que o comunismo é mesmo uma chaga moral. A prova está na orelha do livro *A Infelicidade do Século*, do francês Alain Besançon, que trata do comunismo e do nazismo.

Publicada no ano passado pela Editora Bertrand Brasil, a obra foi traduzida por Emir Sader, que também é o autor da apresentação publicada na orelha do livro. Esse fato, por si, gera um primeiro espanto Alain Besançon, antigo discípulo de Raymond Aron, é, hoje, um dos principais críticos do comunismo na Europa, enquanto Emir Sader é talvez o mais eminente gramsciano do cenário intelectual brasileiro. Mas, quando se lê atentamente a orelha, esse espanto inicial se desfaz. Fica evidente que o comunista brasileiro só se interessou pelo livro do anticomunista francês chegando a traduzi-lo e apresentá-lo porque o livro é quase um *mea culpa* de Besançon em relação ao comunismo.

Segundo Emir Sader afirma na orelha do livro, *A Infelicidade do Século* nasceu da preocupação de Besançon com uma grave injustiça que a história perpetra contra o comunismo enquanto surgiram muitas obras imputando [ao comunismo] uma série de crimes, afirma Sader, os crimes do nazismo, de alguma forma, foram exorcizados ou ficaram relativamente neutralizados na memória histórica. Pelo que se vê da leitura do texto de Sader, foi essa nefasta distorção da história a minimizar a crueldade *comprovada* do nazismo contra a *suposta* crueldade do comunismo que fez Alain Besançon esquecer suas divergências com a esquerda e escrever *A Infelicidade do Século*. Até porque, continua interpretando Sader, Besançon se viu diante de uma diferença crucial entre o comunismo e o nazismo, que os torna incomparáveis contra o comunismo, há livros de seus adversários; contra o nazismo, há os cadáveres de suas vítimas. Emir Sader

reforça essa diferença moral que Besançon vê entre ambos lembrando que o comunismo foi protagonista dos enfrentamentos centrais da segunda metade do século e que o nazismo teve seus efeitos reduzidos pelo sofrimento do povo palestino .

Todavia, qualquer estudante secundarista que ler *A Infelicidade do Século* vai-se sentir tentado a rasgar as orelhas do livro perpetradas pelo sociólogo Emir Sader a apresentação que o comunista brasileiro faz da obra é uma deslavada mentira. E quem o desmente já na primeira página da obra é o próprio autor dela. Depois de afirmar que a consciência histórica parece, hoje, sofrer gravemente de falta de unidade e que o comunismo e o nazismo são gêmeos heterozigotos (expressão que busca em Pierre Chaunu), Alain Besançon resolve voltar a esse tema que ele confessa doloroso a capacidade de matar, com frieza e razão, entre o método e o sadismo, ainda por cima em nome de um ideal, que o comunismo e o nazismo inauguram na história humana. Besançon enfatiza que o comunismo e nazismo se dão o direito e mesmo o dever de matar, e o fazem com métodos que se assemelham, numa escala desconhecida na história .

E foi sobretudo por sabê-los iguais na crueldade praticada mas diferentes na memória estabelecida que Alain Besançon escreveu *A Infelicidade do Século*. É o que ele próprio afirma, também no início da obra, desmentindo cabalmente Emir Sader: A memória histórica, no entanto, nos os trata [*ao comunismo e ao nazismo*] de forma igual. O nazismo, apesar de completamente desaparecido há

mais de meio século, é, com razão, objeto de uma execração que não diminui com o tempo. A reflexão horrorizada sobre ele parece até aumentar a cada ano em profundidade e extensão. O comunismo, em compensação, apesar de mais recente, e apesar, inclusive de sua queda, se beneficia de uma amnésia e de uma anistia que colhem o consentimento quase unânime, não apenas de seus partidários, pois eles ainda existem, como também de seus inimigos mais determinados e até mesmo de suas vítimas. Nem uns nem outros se acham com direito de tirá-lo do esquecimento. Besançon lembra, inclusive, que, às vezes, o caixão de Drácula se abre, mas o escândalo dura pouco e o caixão se fecha novamente. Foi o que ocorreu, segundo ele, quando da publicação do *Livro Negro do Comunismo* o escândalo dos 85 milhões de vítimas do comunismo durou pouco, mesmo a cifra permanecendo sem ser seriamente contestada.

Com a orelha que escreveu para *A Infelicidade do Século*, o sociólogo Emir Sader o Emir dos Crentes, na expressão do ensaísta Meira Penna passa a constituir-se na prova irrefutável de que Olavo de Carvalho está coberto de razão existe mesmo o império absolutista de esquerda no cenário intelectual brasileiro. Em que outro lugar do universo, um intelectual respeitado teria a coragem de mentir deslavadamente sobre um determinado livro na orelha deste mesmo livro? Só se fosse um completo alienado, disposto a não se importar com o juízo que o leitor faria dele ao cabo da leitura da obra. Mas como o sociólogo Emir Sader deve estar em seu juízo perfeito (já que se trata de um dos mais respeitados intelectuais da esquerda brasileira, com

artigos publicados no exterior), a distorção que ele faz da obra só pode ser consciente. E, sendo consciente, revela uma inacreditável autoconfiança ele estava certo de que não seria pego em flagrante delito intelectual. Como membro da cúria intelectual de esquerda, Emir Sader confia na credulidade dos sacristãos de Marx pelo país afora e sabe que, mesmo se for denunciado por um Olavo de Carvalho ou por um Meira Penna, não lhe será difícil exorcizá-los como serpentes capitalistas a imiscuírem-se na fé do comunismo edênico. Só isso pode explicar tamanho desrespeito à inteligência alheia.

É impossível que a interpretação feita por Emir Sader na orelha do livro seja um equívoco ela só pode ser um embuste. Ao contrário do pensamento de esquerda que se esconde num estilo abstruso para melhor embair o leitor o pensamento de Alain Besançon é límpido. Ele sustenta que o comunismo e o nazismo buscavam mudar, agindo sobre os costumes, a regra moral, a consciência do bem e do mal . Mesmo se recusando a comparar, sob uma perspectiva quantitativa, o grau de desumanidade do nazismo e do comunismo, Alain Besançon, num dado momento de sua argumentação, chega a afirmar sem reboços: Apesar de a intensidade no crime ser levada pelo nazismo a um grau que o comunismo jamais se igualou, deve-se, no entanto, afirmar que este último a levou a uma destruição mais extensa e mais profunda . E mostra que essa destruição moral não se limitou aos campos de concentração de Stalin, persistindo ainda hoje, mesmo depois da queda do Muro de Berlim. Besançon oferece como exemplo a declaração de um editorialista do *L Humanité*, que,

diante das dezenas de milhões de vítimas do comunismo, sustentou, na televisão, que, depois de Auschwitz, não se pode ser mais nazista, mas se pode continuar sendo comunista mesmo depois dos campos soviéticos.

Esse homem que falava com consciência não se dava conta de forma alguma de que ele acabava de formular sua fatal condenação , indigna-se Alain Besançon, acentuando que a idéia comunista perverteu o o princípio de realidade e o princípio moral , ao se julgar capaz de sobreviver a 80 milhões de cadáveres. Daí a permanência do Mal comunista, que, ao se disfarçar de Bem, consegue ser mais duradouro do que o nazismo, estendendo suas vítimas para além do extermínio físico perpetrado em seus tempos de poder máximo. É o que afirma Besançon: O comunismo é mais perverso que o nazismo porque ele não pede ao homem que atue conscientemente como um criminoso, mas, ao contrário, se serve do espírito de justiça e de bondade que se estendeu por toda a terra para difundir em toda a terra o mal. Cada experiência comunista é recomeçada na inocência . Por isso, Besançon se recusa a tratar apenas sociologicamente os fenômenos nazista e comunista. Ele considera que isso seria um desrespeito às vítimas de ambos, já que o Mal que tanto comunismo e nazismo representaram para elas é algo que escapa ao humano para instaurar-se no demoníaco. Alain Besançon, ao contrário de Marx, respeita os limites da vida humana que fatalmente esbarra no mistério.

É por não respeitar esse mistério e dessacralizar completamente o homem, procurando racionalizar o mundo numa espécie de reengenharia social, que o comunismo (até mais do que o nazismo) arvora-se a demiurgo de uma humanidade ideal ainda que ao preço de erradicar a que existe da face da terra. Para Besançon, portanto, o comunismo não é só a destruição física representada pelo nazismo, ele é também uma destruição moral. Por duas razões: primeiro, porque o comunismo se vale de uma pedagogia mutilante, que se estende à população inteira e se torna louca porque contradiz as evidências dos sentidos e do entendimento; segundo porque a confusão permanece insuperável entre a moral comum e a moral comunista, uma vez que é falso dizer que a moral comunista baseia-se na natureza e na história ela baseia-se numa supernatureza que não existe e numa História sem verdade.

O que diz Alain Besançon é praticamente a mesma coisa que diz Olavo de Carvalho. Por que, então, a esquerda brasileira, que exorciza Olavo de Carvalho como se ele fora um demônio, agora resolveu traduzir do francês aquilo que o filósofo brasileiro já lhe atira ao rosto em bom português? Confesso que custei a atinar com o motivo pelo qual o comunista Emir Sader se dispôs a traduzir a obra de um papa do anticomunismo (caso se entenda por anticomunismo toda defesa da moral comum, da humanidade inteira e da vida como ela é). Só depois é que me dei conta de que a tradução do livro *A Infelicidade do Século* bem pode ser mais uma estratégia gramsciana. Alain Besançon, além de membro do Institut de

France, é destacado professor da École des Hautes Études en Sciences Sociales da Universidade de Paris. E seu prestígio pode ser medido pelo fato de ter-se tornado, atualmente, o diretor dessa escola, arrancando das mãos da esquerda o seu mais importante Komitern intelectual no mundo, que já foi dirigido até mesmo pelo sociólogo Pierre Bourdieu, um terrorista social de esquerda no dizer de Jeaninne Verdes-Leroux.

Logo, se a esquerda brasileira não pode ignorar Alain Besançon, como faz com Olavo de Carvalho, por que não se antecipar à direita brasileira antes que ela o descubra e faça dele um arauto de suas idéias, reforçando a voz quase isolada do filósofo do *Imbecil Coletivo*? Armando-se, então, de uma pedagogia mutilante, Emir Sader não se limitou a provar que Olavo de Carvalho tem razão: ao traduzir o livro de Alain Besançon e maquiá-lo numa apresentação espúria, ele se oferece como exemplo vivo do que Besançon mais condena a capacidade do comunismo de contradizer as evidências dos sentidos e do entendimento, escondendo-se por trás da moral comum, tornando-se parasita dela, gangrenando-a, fazendo dela o instrumento de seu contágio. Não foi isto o que fez Emir Sader com o livro de Alain Besançon, escondendo-se por trás de sua moral comum, gangrenando-a, tornando-se parasita dela, para melhor instilar a sua moral comunista? A moral de Besançon iguala nazismo e comunismo para melhor exaltar o ser humano. Fingindo fazer-lhe eco, a moral de Sader quer apenas salvar o comunismo ainda que a custa de perder a humanidade.

A orelha contra o livro

Confira, na íntegra, o que diz o sociólogo de esquerda Emir Sader sobre o livro do anticomunista francês Alain Besançon

Ao dizer que a humanidade nunca mais seria a mesma depois de Auschwitz, o filósofo alemão Theodor Adorno se referia a algo similar ao que afirma Alain Besançon neste livro a respeito da Shoah: um acontecimento único neste século e tem todos os tempos . Mesmo num século marcado por uma prolongada guerra de 1914 a 1945, dividida em dois tempos, no maior massacre localizado nos países que se consideravam o centro da civilização mundial , o projeto de extermínio cientificamente planejado de eliminação de um povo, com a montagem de campos de concentração que chegaram a ser autogeridos pelas próprias vítimas e aproveitamento industrial de todos os resíduos dos cadáveres de milhões de pessoas, tornou-se o símbolo mesmo do que a busca do poder imperial de mais poder pode fazer com os mais avançados progressos da humanidade.

Assim, chegamos ao final do século XX com todos os balanços conservadores ou progressistas, capitalistas ou anticapitalistas , assumindo um ar melancólico. *A Infelicidade do Século* não é uma exceção. Sua preocupação original é a de que o comunismo, protagonizando os enfrentamentos centrais da

segunda metade do século, teve muitas obras imputando-lhe uma série de crimes da mesma forma que o próprio capitalismo, poderíamos acrescentar , enquanto que os crimes do nazismo, de alguma forma, foram exorcizados ou ficaram relativamente neutralizados na memória histórica, até mesmo porque o sofrimento do povo palestino vítima de Israel diminui os seus efeitos.

O livro de Besançon representa um chamado de atenção sobre aquilo que a humanidade nunca mais deveria esquecer. Seu enfoque conservador não tira força de seu libelo, que cruza todas as ideologias, para se tornar um libelo da civilização contra a barbárie. (**Emir Sader**)

Guerra fria ou guerra assimétrica?

Olavo de Carvalho

Folha de São Paulo, 27 de julho de 2014

Aceita ainda no Brasil, como dogma inquestionável, a visão popular da Guerra Fria como uma luta sorrateira e implacável entre duas potências que se odiavam pode hoje ser atirada à lata de lixo como um estereótipo enganoso, história da carochinha inventada para dar aos cérebros preguiçosos a ilusão de que entendiam o que se passava.

Nos últimos decênios, tantos foram os fatos trazidos à luz pela decifração dos códigos Venona (as comunicações em código entre a embaixada da União Soviética em Washington e o governo de Moscou) e pela pletora de documentos desencavados dos arquivos soviéticos, que praticamente nada da opinião chique dominante na época permanece de pé.

Na verdade, a ocupação principal do governo e da mídia soviéticos no período foi mentir contra os Estados Unidos, enquanto seus equivalentes americanos se dedicavam, com igual empenho, a mentir a favor da URSS. Não só mentir: acobertar seus crimes, proteger seus agentes, favorecer seus interesses acima dos de nações amigas e, não raro, da própria nação americana.

Em lugar do equilíbrio de forças que, secundado ou não por um obscuro equivalentismo moral, ainda aparece na mídia vulgar e nas Wikipédias da vida como retrato histórico fiel, o que se vê hoje é que o conflito EUA-URSS foi aquilo que mais tarde se chamaria “guerra assimétrica”, em que um lado combate o outro e o outro combate a si mesmo.

Não que não houvesse, da parte americana, um decidido e vigoroso anticomunismo, disposto a tudo para deter o avanço soviético na Europa, na Ásia, na África e na América Latina. Tantas foram as personalidades que se destacaram nesse combate –jornalistas, escritores, artistas, políticos, militares, agentes dos serviços de inteligência – e tão gigantescos foram os seus esforços, que daí deriva o que possa haver de legítimo na visão dos EUA como o

inimigo por excelência do movimento comunista. Basta citar os nomes de George S. Patton, Douglas MacArthur, Robert Taft, Whittaker Chambers, Joseph McCarthy, Eugene Lyons, Sidney Hook, Fulton Sheen, Edgar J. Hoover, James Jesus Angleton, Robert Conquest, Barry Goldwater, para entender por que o anticomunismo se projetou como uma imagem típica da América, não só no exterior como perante os próprios americanos.

Porém, examinado caso por caso, o que se verifica é que em cada um deles a força inspiradora foi a iniciativa pessoal e não uma política de governo; e que, praticamente sem exceção, todos os que se destacaram nessa luta foram boicotados, manietados pelas autoridades de Washington (mesmo quando eles próprios faziam parte do governo) e achincalhados pela mídia, pelo sistema de ensino e pelo show business, em vida ou pelo menos postumamente. Não raro, sabotados e perseguidos pelos seus próprios pares republicanos e conservadores, temerosos de parecer mais anticomunistas do que o anti-anticomunismo vigente no mundo chique permitia.

Em suma: enquanto a sociedade americana fervilhava de anticomunismo, a política oficial, de Roosevelt em diante, e com a exceção notável da gestão Ronald Reagan, foi sistematicamente a do colaboracionismo nem sempre bem disfarçado.

O que explica isso é que os agentes soviéticos infiltrados no governo e na grande mídia não eram cinquenta e poucos, como pensava o infeliz Joe McCarthy, o qual pagou por esse cálculo modestíssimo o preço de tornar-se o senador americano mais odiado de todos os tempos.

Eram – sabe-se hoje – mais de mil, muitos deles colocados em postos elevados da hierarquia, onde às vezes fizeram muito mais do que “influenciar”: chegaram a determinar o curso da política externa americana, sempre, é claro, num sentido favorável à URSS. O exemplo mais clássico foi a deterioração das relações entre EUA e Japão, que culminou no ataque a Pearl Harbor – um plano engenhosíssimo concebido em Moscou para livrar a URSS do perigo de uma guerra em duas frentes, jogando contra os americanos a fúria nipônica mediante um jogo bem articulado entre a "Orquestra Vermelha" de Richard Sorge em Tóquio e o conselheiro presidencial Harry Hopkins em Washington.

Mas os capítulos da saga colaboracionista se acumulam numa profusão alucinante até a gestão Clinton, quando o estímulo governamental a investimentos maciços na China fez de um país falido uma potência inimiga ameaçadora.

Não creio que essa história – talvez a mais bem documentada do século XX – tenha sido jamais contada no Brasil. Mesmo nos EUA ela circula apenas entre intelectuais e historiadores de ofício, enquanto o povo ainda segue a lenda oficial. É uma história demasiado vasta e complexa para que eu pretenda resumi-la aqui.

O que posso fazer é sugerir alguns livros que darão ao leitor uma visão do estado das pesquisas hoje em dia:

Diana West, *American Betrayal. The Secret Assault on Our Nation's Character*(St. Martin's, 2013).

Herbert Rommerstein and Eric Breindel: *The Venona*

Secrets. Exposing Soviet Espionage and America's Traitors (Regnery, 2000).

John Earl Haynes and Harvey Klehr: Venona. Decoding Soviet Espionage in America (Yale University Press, 1999).

Allen Weinstein and Alexander Vassiliev: The Haunted Wood. Soviet Espionage in America. The Stalin Era (Random House, 1999).

Paul Kengor: Dupes. How America's Adversaries Have Manipulated Progressives for a Century (ISI Books, 2010).

Arthur Hermann, Joseph McCarthy: Reexamining the Life and Legacy of America's Most Hated Senator (Free Press, 2000).

M. Stanton Evans: Blacklisted by History. The Untold Story of Senator Joe McCarthy (Crown Forum, 2007).

Robert K. Willcox: Target: Patton. The Plot to Assassinate General George S. Patton (Regnery, 2008).

Lições da Guerra Fria

Olavo de Carvalho

Diário do Comércio, 10 de dezembro 2007

O livro de M. Stanton Evans sobre a “era McCarthy”, *Blacklisted by History*, que mencionei aqui dias atrás, suscitou um comentário enfezado do escritor Ronald Radosh no último número da *National Review*, a tradicional revista dos conservadores americanos. Ele próprio autor de pesquisas importantes sobre aquele período, Radosh reclama, com razão, que Evans deixou de citá-las embora aparentemente se baseasse nelas em alguns pontos da sua narrativa. Resmunga também que Evans enalteceu demais a figura de McCarthy, em detrimento de outros combatentes anticomunistas da época, aos quais o controvertido senador, com suas tiradas espalhafatosas e suas ações não raro precipitadas, mais atrapalhou do que ajudou. Dito isso, que aliás é certo, Radosh acaba concordando meio a contragosto com a tese geral do livro, de que McCarthy denunciou um perigo real – a influência secreta de agentes soviéticos em decisões estratégicas do governo americano – e de que a administração Truman, no empenho histórico de limpar a própria imagem e sujar a de McCarthy, montou uma gigantesca engenharia de desinformação popular que no fim das contas beneficiou os inimigos dos EUA e consagrou como verdade de evangelho, transmitida até hoje nas escolas, na TV e nos filmes, uma versão radicalmente falseada da história do país.

Intelectualmente, essa versão já estava desmoralizada desde a abertura dos arquivos do Partido Comunista soviético e da decifração dos códigos Venona (comunicações secretas entre o Kremlin e a embaixada soviética em Washington), e pode-se considerar sepultada com a publicação do livro de Evans. O surgimento mesmo de debates sobre este ou aquele ponto em particular – especialmente sobre o papel de Joe McCarthy nas investigações – é por si o sintoma de que entre os estudiosos sérios um novo consenso geral já vem tomando o lugar dos velhos mitos esquerdistas que mostravam os acontecimentos da época como um assalto geral “fascista” à reputação de pessoas honradas e inocentes. Mas ainda falta muito para que esse novo consenso se espalhe pelas instituições de ensino e penetre na cultura popular.

Enquanto isso, é preciso notar que as incertezas e hesitações remanescentes na elite intelectual americana quanto a fatos decorridos há meio século contrasta de maneira tragicômica com a clareza antecipada com que os soviéticos planejaram e desencadearam esses fatos.

Na América, como se vê pelo caso Radosh-Evans, ainda se discute muito a pessoa de Joe McCarthy, como se ela, e não a existência de tantos políticos e intelectuais americanos dispostos a colaborar com uma ditadura inimiga e genocida, fosse o centro da questão. Esse desvio de foco foi ele mesmo planejado pela tropa-de-choque de Harry Truman, mas ele imita tão bem as campanhas comunistas de desinformação caluniosa, que se torna difícil

acreditar que nele não colaborassem em nada os próprios agentes soviéticos então sob investigação. A experiência soviética nesse gênero de coisas vinha de longa data, ao passo que os EUA só criaram seu primeiro serviço de inteligência, o OSS, Office of Strategic Services (núcleo da futura CIA) em 1942, cinco meses depois do ataque japonês a Pearl Harbor – e esse serviço, como se descobriu depois, já nasceu infestado de agentes soviéticos.

Um argumento que sempre reaparece quando se fala de McCarthy é que ele não distinguia direito entre espiões soviéticos, militantes comunistas, simpatizantes, “companheiros de viagem” e meros idiotas úteis. Para ele, todos esses gatos pardos eram, por igual, agentes de Moscou. Radosh volta a insistir nesse ponto, bem como na tese, intimamente associada, de que o senador do Wisconsin exagerou barbaramente ao dizer que os comunistas “dirigiam” a política americana no Extremo Oriente.

A intensidade passional que ainda permeia essa discussão nos EUA chega a ser patética, quando se considera que a confusão entre os vários tipos de colaboracionistas tinha sido planejada de antemão por Stálin em pessoa e constituiu, no fim das contas, um elemento essencial para o sucesso das “medidas ativas” soviéticas na política americana. O ditador soviético não acreditava em revolução comunista na América, por isso determinou, como já contei aqui, que o Partido Comunista americano se concentrasse na arregimentação de companheiros de viagem e idiotas úteis na elite política, intelectual e financeira, para que pudessem ser usados como fornecedores de

apoio financeiro, como legitimadores morais “insuspeitos” em circunstâncias específicas e, *last not least*, como instrumentos auxiliares, conscientes ou inconscientes, na espionagem e nas “medidas ativas” (desinformação, influência secreta nas decisões políticas, etc.).

Se há alguma coisa de que os comunistas jamais fizeram questão, é de sujar suas próprias mãos quando podem, com mais vantagem, agir por mãos alheias. A estratégia soviética sempre visou a resultados de ampla envergadura e de longo prazo, variando infinitamente a escolha dos meios e não hesitando em usar até mesmo, com grande habilidade, os canais mais inusitados e contraditórios. Contribuía para isso o fato de que os serviços secretos soviéticos desfrutavam de plena liberdade de ação, não tendo satisfações a prestar a nenhum parlamento, opinião pública ou órgão de mídia. Somados ao modo dialético de pensar e ao completo amoralismo que a elite comunista sempre se permite nas relações com o “inimigo de classe”, esses fatores davam à ação soviética uma flexibilidade e uma informalidade que, para o observador não-comunista, eram desnorteantes.

Um sinal característico desse fenômeno era a confusão premeditada entre os vários tipos e níveis de colaboradores. Do mesmo modo que nas campanhas de propaganda aberta a palavra de um companheiro de viagem, de um simpatizante ou de um idiota útil podia ser muito mais efetiva que a de um militante de carteirinha, na espionagem ou no campo das “medidas ativas” essas criaturas

aparentemente inocentes também prestavam às vezes serviços muito mais decisivos que os dos agentes pagos da KGB ou do GRU (serviço secreto militar soviético). Isso esteve nos cálculos de Stálin desde o começo. Ora, os americanos, quando examinam aquela fase da sua história, fazem-no com a esperança, ou ilusão, de poder discernir a exata quota de responsabilidade política e jurídica de cada personagem. Isso é importante sobretudo porque, *grosso modo*, as facções em disputa naquela época ainda são as mesmas que competem pelo poder político nos EUA de hoje: republicanos e democratas, ou “conservadores” e “progressistas”. Se uma condenação retroativa da administração Truman pode refletir-se negativamente sobre Clinton ou Obama, a continuidade do ódio a McCarthy é sempre um peso nas costas dos republicanos. Também é normal que, num país onde a ordem jurídica e os direitos individuais são os supremos valores, o escrutínio meticuloso da culpa e da inocência, no sentido formal e jurídico do termo, seja uma prioridade quase obsessiva.

Mas justamente aí é que tudo se torna ainda mais confuso, dada a duplicidade de quadros de referência que entram na avaliação dos fatos. Do ponto de vista formal, ou “americano”, Owen Lattimore, a *bête noire* a cuja destruição Joe McCarthy dedicou em vão o melhor dos seus esforços, não pode ser considerado de maneira alguma um agente soviético, apenas um “companheiro de viagem” que colaborou, como consultor acadêmico respeitado, para manter o governo americano desinformado o bastante ao ponto de boicotar seu aliado Chiang Kai-Chek e

entregar a China ao comunista Mao Dzedong, lançando as sementes da futura (e mais que previsível) guerra da Coréia. Mas, inversa e complementarmente, do ponto de vista soviético, para o qual o indivíduo e seus direitos não contam em absolutamente nada e tudo o que interessa é a utilidade de cada um na máquina revolucionária, Lattimore foi um agente quase tão valioso quanto Kim Philby ou Richard Sorge.

Do mesmo modo, Radosh insiste em exonerar, e Evans (ecoando McCarthy) em condenar o general Marshall, o homem que, baseado em falsas informações vindas, em última análise, da desinformação soviética, foi o principal responsável pelo desastre da política americana na China. Ambos têm razão, conforme se decida contar a história desde o ponto de vista da teoria democrática, com toda a sua escrupulosidade moral na avaliação das culpas individuais, ou desde o ponto de vista de uma estratégia de poder da qual um dos elementos básicos é justamente a dissolução da culpa e da inocência numa pasta dialética onde a vitória é tudo. Vistos do primeiro ângulo, Lattimore e Marshal foram muito menos culpados do que pensava Joe McCarthy. Na segunda perspectiva, foram peças essenciais da máquina estratégica soviética. Essa mesma distinção pode ajudar a esclarecer a questão de saber se os agentes soviéticos “dirigiam” ou “não dirigiam” a política do Departamento de Estado. Na visão americana, só poderiam dirigir o que quer que fosse se tivessem a autoridade político-administrativa para tanto, e é claro que não tinham. Do ponto de vista soviético, inspirado na dialética de Hegel e Marx

onde a realidade de uma coisa não corresponde à sua definição nominal, mas àquilo em que ela acaba se tornando no curso efetivo dos tempos (*Wesen ist was gewesen ist* , “a essência é aquilo em que o ente se torna”), é claro que a influência sutil da desinformação vinda de homens como Lattimore, John Stewart Service, Philip Jessup, Alger Hiss e similares não só dirigiu o curso das coisas na política exterior americana, mas o dirigiu magistralmente, produzindo com exatidão os resultados históricos que tencionava produzir. Já o general Marshal, se foi um idiota útil, não foi um idiota vulgar e sim um portador daquela espécie dolosa de idiotice tão claramente definida por Eric Voegelin como “estupidez criminosa”: a autoridade que ignora aquilo que tem a obrigação de saber.

Se McCarthy muitas vezes errou por tomar como agentes soviéticos meros instrumentos passivos da estratégia comunista, o outro lado errou muito mais, seja por ingenuidade ou malícia, ao tornar invisível a unidade dessa estratégia sob uma multidão de distinções jurídico-morais que não tinham a menor relevância prática para a vitória na Guerra Fria, mas contribuía bastante para a derrota.

O que se revela na divergência entre Radosh e Evans é, no fim das contas, o abismo entre dois estilos de interpretar a história que parecem ser incompatíveis entre si, mas cuja articulação dialética, e só ela, permite compreender o que se passou. Não deixa de haver aí uma preciosa lição para as cabecinhas iluminadas dos formadores de opinião brasileiros, que se recusam a enxergar a unidade de ação

histórica do Foro de São Paulo pelo simples fato de que não há como enquadrá-lo nas categorias jurídico-administrativas do poder oficial.

Lições da Guerra Fria

Olavo de Carvalho

Diário do Comércio, 10 de dezembro 2007

O livro de M. Stanton Evans sobre a “era McCarthy”, *Blacklisted by History*, que mencionei aqui dias atrás, suscitou um comentário enfezado do escritor Ronald Radosh no último número da *National Review*, a tradicional revista dos conservadores americanos. Ele próprio autor de pesquisas importantes sobre aquele período, Radosh reclama, com razão, que Evans deixou de citá-las embora aparentemente se baseasse nelas em alguns pontos da sua narrativa. Resmunga também que Evans enalteceu demais a figura de McCarthy, em detrimento de outros combatentes anticomunistas da época, aos quais o controvertido senador, com suas tiradas espalhafatosas e suas ações não raro precipitadas, mais atrapalhou do que ajudou. Dito isso, que aliás é certo, Radosh acaba concordando meio a contragosto com a tese geral do livro, de que McCarthy denunciou um perigo real – a influência secreta de agentes soviéticos em decisões estratégicas do governo americano – e de que a administração Truman, no empenho histórico de limpar a própria imagem e sujar a de McCarthy, montou uma gigantesca engenharia de desinformação popular que no fim das contas beneficiou os inimigos dos EUA e

consagrou como verdade de evangelho, transmitida até hoje nas escolas, na TV e nos filmes, uma versão radicalmente falseada da história do país.

Intelectualmente, essa versão já estava desmoralizada desde a abertura dos arquivos do Partido Comunista soviético e da decifração dos códigos Venona (comunicações secretas entre o Kremlin e a embaixada soviética em Washington), e pode-se considerar sepultada com a publicação do livro de Evans. O surgimento mesmo de debates sobre este ou aquele ponto em particular – especialmente sobre o papel de Joe McCarthy nas investigações – é por si o sintoma de que entre os estudiosos sérios um novo consenso geral já vem tomando o lugar dos velhos mitos esquerdistas que mostravam os acontecimentos da época como um assalto geral “fascista” à reputação de pessoas honradas e inocentes. Mas ainda falta muito para que esse novo consenso se espalhe pelas instituições de ensino e penetre na cultura popular.

Enquanto isso, é preciso notar que as incertezas e hesitações remanescentes na elite intelectual americana quanto a fatos decorridos há meio século contrasta de maneira tragicômica com a clareza antecipada com que os soviéticos planejaram e desencadearam esses fatos.

Na América, como se vê pelo caso Radosh-Evans, ainda se discute muito a pessoa de Joe McCarthy, como se ela, e não a existência de tantos políticos e intelectuais americanos dispostos a colaborar com uma ditadura inimiga e genocida, fosse o centro da questão. Esse desvio de foco foi ele mesmo planejado

pela tropa-de-choque de Harry Truman, mas ele imita tão bem as campanhas comunistas de desinformação caluniosa, que se torna difícil acreditar que nele não colaborassem em nada os próprios agentes soviéticos então sob investigação. A experiência soviética nesse gênero de coisas vinha de longa data, ao passo que os EUA só criaram seu primeiro serviço de inteligência, o OSS, Office of Strategic Services (núcleo da futura CIA) em 1942, cinco meses depois do ataque japonês a Pearl Harbor – e esse serviço, como se descobriu depois, já nasceu infestado de agentes soviéticos.

Um argumento que sempre reaparece quando se fala de McCarthy é que ele não distinguia direito entre espiões soviéticos, militantes comunistas, simpatizantes, “companheiros de viagem” e meros idiotas úteis. Para ele, todos esses gatos pardos eram, por igual, agentes de Moscou. Radosh volta a insistir nesse ponto, bem como na tese, intimamente associada, de que o senador do Wisconsin exagerou barbaramente ao dizer que os comunistas “dirigiam” a política americana no Extremo Oriente.

A intensidade passional que ainda permeia essa discussão nos EUA chega a ser patética, quando se considera que a confusão entre os vários tipos de colaboracionistas tinha sido planejada de antemão por Stálin em pessoa e constituiu, no fim das contas, um elemento essencial para o sucesso das “medidas ativas” soviéticas na política americana. O ditador soviético não acreditava em revolução comunista na América, por isso determinou, como já contei aqui, que o Partido Comunista americano se concentrasse

na arregimentação de companheiros de viagem e idiotas úteis na elite política, intelectual e financeira, para que pudessem ser usados como fornecedores de apoio financeiro, como legitimadores morais “insuspeitos” em circunstâncias específicas e, *last not least*, como instrumentos auxiliares, conscientes ou inconscientes, na espionagem e nas “medidas ativas” (desinformação, influência secreta nas decisões políticas, etc.).

Se há alguma coisa de que os comunistas jamais fizeram questão, é de sujar suas próprias mãos quando podem, com mais vantagem, agir por mãos alheias. A estratégia soviética sempre visou a resultados de ampla envergadura e de longo prazo, variando infinitamente a escolha dos meios e não hesitando em usar até mesmo, com grande habilidade, os canais mais inusitados e contraditórios. Contribuía para isso o fato de que os serviços secretos soviéticos desfrutavam de plena liberdade de ação, não tendo satisfações a prestar a nenhum parlamento, opinião pública ou órgão de mídia. Somados ao modo dialético de pensar e ao completo amoralismo que a elite comunista sempre se permite nas relações com o “inimigo de classe”, esses fatores davam à ação soviética uma flexibilidade e uma informalidade que, para o observador não-comunista, eram desnorteantes.

Um sinal característico desse fenômeno era a confusão premeditada entre os vários tipos e níveis de colaboradores. Do mesmo modo que nas campanhas de propaganda aberta a palavra de um companheiro de viagem, de um simpatizante ou de

um idiota útil podia ser muito mais efetiva que a de um militante de carteirinha, na espionagem ou no campo das “medidas ativas” essas criaturas aparentemente inocentes também prestavam às vezes serviços muito mais decisivos que os dos agentes pagos da KGB ou do GRU (serviço secreto militar soviético). Isso esteve nos cálculos de Stálin desde o começo. Ora, os americanos, quando examinam aquela fase da sua história, fazem-no com a esperança, ou ilusão, de poder discernir a exata quota de responsabilidade política e jurídica de cada personagem. Isso é importante sobretudo porque, *grosso modo*, as facções em disputa naquela época ainda são as mesmas que competem pelo poder político nos EUA de hoje: republicanos e democratas, ou “conservadores” e “progressistas”. Se uma condenação retroativa da administração Truman pode refletir-se negativamente sobre Clinton ou Obama, a continuidade do ódio a McCarthy é sempre um peso nas costas dos republicanos. Também é normal que, num país onde a ordem jurídica e os direitos individuais são os supremos valores, o escrutínio meticuloso da culpa e da inocência, no sentido formal e jurídico do termo, seja uma prioridade quase obsessiva.

Mas justamente aí é que tudo se torna ainda mais confuso, dada a duplicidade de quadros de referência que entram na avaliação dos fatos. Do ponto de vista formal, ou “americano”, Owen Lattimore, a *bête noire* a cuja destruição Joe McCarthy dedicou em vão o melhor dos seus esforços, não pode ser considerado de maneira alguma um agente soviético, apenas um “companheiro de viagem” que colaborou, como

consultor acadêmico respeitado, para manter o governo americano desinformado o bastante ao ponto de boicotar seu aliado Chiang Kai-Chek e entregar a China ao comunista Mao Dzedong, lançando as sementes da futura (e mais que previsível) guerra da Coréia. Mas, inversa e complementarmente, do ponto de vista soviético, para o qual o indivíduo e seus direitos não contam em absolutamente nada e tudo o que interessa é a utilidade de cada um na máquina revolucionária, Lattimore foi um agente quase tão valioso quanto Kim Philby ou Richard Sorge.

Do mesmo modo, Radosh insiste em exonerar, e Evans (ecoando McCarthy) em condenar o general Marshall, o homem que, baseado em falsas informações vindas, em última análise, da desinformação soviética, foi o principal responsável pelo desastre da política americana na China. Ambos têm razão, conforme se decida contar a história desde o ponto de vista da teoria democrática, com toda a sua escrupulosidade moral na avaliação das culpas individuais, ou desde o ponto de vista de uma estratégia de poder da qual um dos elementos básicos é justamente a dissolução da culpa e da inocência numa pasta dialética onde a vitória é tudo. Vistos do primeiro ângulo, Lattimore e Marshal foram muito menos culpados do que pensava Joe McCarthy. Na segunda perspectiva, foram peças essenciais da máquina estratégica soviética. Essa mesma distinção pode ajudar a esclarecer a questão de saber se os agentes soviéticos “dirigiam” ou “não dirigiam” a política do Departamento de Estado. Na visão americana, só poderiam dirigir o que quer que fosse

se tivessem a autoridade político-administrativa para tanto, e é claro que não tinham. Do ponto de vista soviético, inspirado na dialética de Hegel e Marx onde a realidade de uma coisa não corresponde à sua definição nominal, mas àquilo em que ela acaba se tornando no curso efetivo dos tempos (*Wesen ist was gewesen ist* , “a essência é aquilo em que o ente se torna”), é claro que a influência sutil da desinformação vinda de homens como Lattimore, John Stewart Service, Philip Jessup, Alger Hiss e similares não só dirigiu o curso das coisas na política exterior americana, mas o dirigiu magistralmente, produzindo com exatidão os resultados históricos que tencionava produzir. Já o general Marshal, se foi um idiota útil, não foi um idiota vulgar e sim um portador daquela espécie dolosa de idiotice tão claramente definida por Eric Voegelin como “estupidez criminosa”: a autoridade que ignora aquilo que tem a obrigação de saber.

Se McCarthy muitas vezes errou por tomar como agentes soviéticos meros instrumentos passivos da estratégia comunista, o outro lado errou muito mais, seja por ingenuidade ou malícia, ao tornar invisível a unidade dessa estratégia sob uma multidão de distinções jurídico-morais que não tinham a menor relevância prática para a vitória na Guerra Fria, mas contribuía bastante para a derrota.

O que se revela na divergência entre Radosh e Evans é, no fim das contas, o abismo entre dois estilos de interpretar a história que parecem ser incompatíveis entre si, mas cuja articulação dialética, e só ela, permite compreender o que se passou. Não deixa de

haver aí uma preciosa lição para as cabecinhas iluminadas dos formadores de opinião brasileiros, que se recusam a enxergar a unidade de ação histórica do Foro de São Paulo pelo simples fato de que não há como enquadrá-lo nas categorias jurídico-administrativas do poder oficial.

Eurasianismo e genocídio

Olavo de Carvalho

Folha de São Paulo, 19 de junho de 2014

Não é muito difícil entender que uma ideologia voltada à reconstrução de um dos impérios mais sangrentos de todos os tempos acabará, mais dia menos dia, revelando a sua própria índole cruel e homicida.

Estudantes da Universidade Estatal de Moscou estão exigindo a demissão do prof. Alexandre Dugin por ter defendido, desde o alto da sua cátedra, a matança sistemática dos ucranianos, que segundo ele não pertencem à espécie humana. "Matem, matem, matem", disse ele. "Não há mais o que discutir. Digo isso como professor."

A declaração integral e exata está aos 17m50s deste vídeo: <http://goo.gl/YSjcB3>

O Império Eurasiano tal como o concebem Alexandre

Duguin e seu principal discípulo, o presidente Vladimir Putin, é uma síntese da extinta URSS com o Império czarista. Como a teoria que fundamenta o projeto é por sua vez uma fusão de marxismo-leninismo, messianismo russo, nazismo e esoterismo, e como dificilmente se encontra no Ocidente algum leitor que conheça o suficiente de todas essas escolas de pensamento, cada um só enxerga nela a parte que lhe é mais simpática, comprando às cegas o resto do pacote.

Os saudosistas do stalinismo veem nela a promessa do renascimento da URSS. Conservadores aplaudem o seu moralismo repressivo soi disant religioso. Velhos admiradores de Mussolini e do Führer apreciam a sua concepção francamente antidemocrática do Estado, bem como seu desprezo racista pelos povos destinados à sujeição imperial.

Esoteristas, seguidores de René Guénon e Julius Evola, julgam que ela é a encarnação viva de uma "metapolítica" superior, incompreensível ao vulgo, mais ou menos como aquela que é descrita pelo romancista (e esoterista ele próprio) Raymond Abellio, em *La Fosse de Babel*.

Muçulmanos acabam às vezes aderindo ao projeto por conta do seu indisfarçado e odiento anti-ocidentalismo, na vaga esperança de utilizá-lo mais tarde como trampolim para a criação do Califado Universal, que por sua vez os "eurasianos" acreditam poder usar para seus

próprios fins.

Não seria errado entender o eurasianismo como uma sistematização racionalizada do caos mental internacional. Neste sentido, sua unidade essencial não pode ser buscada no nível ideológico, mas na estratégia de conjunto que articula num projeto de poder mundial uma variedade de discursos ideológicos heterogêneos e, em teoria, conflitantes.

Não se deve pensar, no entanto, que esse traço definidor é único e original. Ao contrário do que geralmente se imagina, todos os movimentos revolucionários, sem exceção, cresceram no terreno fértil da confusão das línguas. O eurasianismo só se destaca dos outros por cultivar, desde a origem, uma consciência muito clara desse fator e, portanto, um aproveitamento engenhoso do confusionismo revolucionário.

Qualquer que seja o caso, o uso da violência genocida como instrumento de ocupação territorial está tão arraigado nos seus princípios estratégicos que, sem isso, o projeto inteiro não faria o menor sentido.

Essa obviedade não impede, no entanto, que cada deslumbrado do eurasianismo continue vendo nele só aquilo que bem entende, tapando os olhos para as partes desagradáveis. Se milhões de idiotas fizeram isso com o marxismo durante um século e meio, recusando-se a

enxergar o plano genocida que ele trazia no seu bojo desde o princípio – e explicando "ex post facto" os crimes e desvios como meros acidentes de percurso – , por que não haveriam de dar uma chance ao mais novo e fascinante estupefaciente revolucionário à venda no mercado?

A propósito do xingamento coletivo à Sra. Dilma Rousseff, que tanto indignou o ex-presidente Lula e o levou a abrir guerra contra os que "não sabem do que somos capazes", coloquei na minha página do Facebook estas duas notinhas, que se tornaram imediatamente virais e que acho oportuno reproduzir aqui:

(1) O governo petista habituou a população a desrespeitar tudo – a ordem, a família, a moral, as Forças Armadas, a polícia, as leis, o próprio Deus. Se esperava sair ileso e ser aceito como a única coisa respeitável no meio do esculacho universal, então é até mais louco do que parece."

(2) O sr. Lula xingou o então presidente Itamar Franco de "f. da p.", disse que a cidade de Pelotas é "exportadora de veados", gabou-se (por brincadeira, segundo Sílvio Tandler) de tentar estuprar um colega de cela e confessou (em entrevista à *Playboy*) ter nostalgia dos tempos em que os meninos do Nordeste faziam – se é

que faziam – sexo com cabritas e jumentas. É a pessoa adequada para dar lições de respeitabilidade à nação brasileira. Todo mundo sabe do que ele é capaz."

A guerra contra as religiões

Olavo de Carvalho

Diário do Comércio, 23 de janeiro de 2006

Embora desde a Revolução Francesa o grosso da violência militante tenha se originado sempre nas ideologias materialistas e escolhido como vítima preferencial a população religiosa; embora a perseguição aos católicos, ortodoxos, protestantes e judeus tenha matado mais gente só no período de 1917 a 1990 do que todas as guerras religiosas somadas mataram ao longo da história universal; embora nas duas últimas décadas o morticínio de cristãos tenha voltado a ser rotina nos países comunistas e islâmicos, chegando a fazer 150 mil vítimas por ano; embora todos esses fatos sejam de fácil comprovação e de domínio público (v. nota no fim deste artigo); e embora nas próprias nações democráticas o acúmulo de legislações restritivas exponha os religiosos ao perigo constante das perseguições judiciais, -- a grande mídia e o sistema de ensino na maior parte dos países insistem em continuar usando uma linguagem na qual religião é sinônimo de violência fanática e na qual a eliminação de todas as religiões é sugerida ao menos

implicitamente como a mais bela esperança de paz e liberdade para a humanidade sofrida.

A mentira gigantesca em que se sustenta essa campanha é tão patente, tão ostensiva, tão cínica, que combatê-la só no campo das discussões públicas é o mesmo que querer parar um assassino, ladrão ou estuprador mediante a alegação polida de que seus atos são ilegais. Os mentores e autores da campanha anti-religiosa universal sabem perfeitamente que estão mentindo. Não precisam ser avisados disso. Precisam é ser detidos, desprovidos de seus meios de agressão, reduzidos à impotência e tornados inofensivos como tigres empalhados.

A propaganda insistente contra uma comunidade exposta a risco não é simples expressão de opiniões: é ação criminosa, é cumplicidade ostensiva ou disfarçada com o genocídio. Aqueles que a praticam não devem ser apenas contestados educadamente, como se tudo não passasse de um pacífico debate de idéias: devem ser responsabilizados judicialmente por crimes contra a humanidade. A jurisprudência acumulada em torno das atrocidades nazistas, unânime em condenar a cumplicidade moral mesmo retroativa, fornece base mais que suficiente para condenar, por exemplo, um Richard Dawkins quando sai alardeando que o judaísmo e o cristianismo são “abuso de menores”, como se a noção mesma da proteção à infância não tivesse sido trazida ao mundo por essas religiões e como se elas não fossem, hoje, o último obstáculo à erotização total da infância e à subsequente legalização universal da pedofilia (já

praticamente institucionalizada no Canadá, um dos países mais ateus do universo).

Quando o sr. Dawkins se diz avesso ao uso de meios violentos para extinguir as religiões, mas propõe os mesmos objetivos ateísticos que há dois séculos buscam realizar-se precisamente por esses meios, ele sabe perfeitamente que a ênfase do seu discurso, e portanto seu efeito sobre a platéia, está na promoção dos fins e não na seleção dos meios. Voltaire, quando bradava “esmagai a infame”, negava estar incitando quem quer que fosse à violência física contra a Igreja Católica. Mas, quando os revolucionários de 1789 saíram incendiando conventos, destripando freiras e decapitando bispos, era esse grito que ecoava nos seus ouvidos e saía pelas suas bocas. Se a religião é, segundo o sr. Dawkins, “o maior de todos os crimes”, a matança de todos os religiosos terá sempre o atenuante da gravidade menor e o da sublime intenção libertadora. Quando no começo do século XX Edouard Drumont escrevia “La France Juive”, ele não tinha em mente nenhuma crueldade a ser praticada coletivamente contra os judeus. Mas é impossível ler hoje suas páginas sem sentir o cheiro das câmaras de gás. Uma única e breve página vagamente anti-semita escrita por Winston Churchill na juventude precipitou-o numa tal crise de arrependimento, diante da ascensão do nazismo, que isso decidiu o restante da sua vida de líder e combatente. Drumont, que morreu em 1917, não poderia ter adivinhado o destino que os leitores dos seus livros dariam aos judeus. Mas o sr. Dawkins não precisa adivinhar o futuro para calcular o efeito de suas palavras: ele conhece a história do século XX,

ele sabe a que resultados levam não somente as propostas explícitas como a de Lênin, “varrer o cristianismo da face da Terra”, mas também o anticristianismo mais sutil, mais sofisticado de um Heidegger, que, pretendendo expulsar Deus para fora da metafísica, convocou Adolf Hitler para dentro da História. O homem que, sabendo de tudo isso, se oferece para gravar programas de TV que apresentam a religião como a raiz de todos os males, como se os mais amplos morticínios da História não fossem males de maneira alguma, esse homem é simplesmente um apologista do genocídio, um criminoso vulgar como qualquer neonazista de arrabalde.

O sr. Dawkins já ultrapassou aquele limite da truculência mental e do desprezo à verdade, para além do qual toda a discussão de idéias se torna inútil. Não se trata de provar nada para o sr. Dawkins. Trata-se de provar seu crime perante os tribunais. O dele e o de inumeráveis organizações militantes, subsidiadas por fundações bilionárias, dedicadas a fomentar por todos os meios o ódio às religiões.

Todas as organizações religiosas que não se mobilizarem para a defesa comum não só no campo midiático, mas no judicial, devem ser consideradas traidoras, colaboracionistas e vendidas ao inimigo. E não espanta que usem para legitimar sua covardia abominável o pretexto do perdão e da caridade, prostituindo o sentido da mensagem evangélica que manda cada um de nós perdoar as ofensas feitas a ele próprio, nunca pavonear-se de cristão mediante o

expediente fácil de perdoar crimes cometidos contra terceiros, que aliás nunca lhe deram procuração para isso. Não é um discípulo de Jesus aquele que, vendo seu irmão ser esbofeteado, se apressa em cortejar o agressor ofecendo-lhe a outra face da vítima.

Fundamentalismo?

O mais extraordinário é que as forças anticristãs e antijudaicas, mal escondendo seu apoio à ocupação islâmica do mundo ocidental, prevalecem-se da própria imagem sangrenta do radicalismo islâmico para projetá-la sobre todas as comunidades religiosas, sobretudo aquelas que são vítimas usuais da violência muçulmana, e transmitir ao mundo a noção de que todas são, no fundo, terroristas. O manejo astuto do termo “fundamentalismo” tem servido para esse artil, que desonra qualquer língua culta. Esse termo designava originariamente certas seitas protestantes afeitas a uma leitura literal da Bíblia ou, mais genericamente, qualquer comunidade religiosa decidida a conservar o apego às suas tradições (um direito que hoje se reserva para muçulmanos, índios, africanos e seus descendentes, negando-o a todo o restante da espécie humana). Ao transferir o uso desse qualificativo para os terroristas islâmicos, a grande mídia e os intelectuais ativistas que a freqüentam cometeram uma impropriedade proposital. De um lado, esse uso camuflava o fato de que esses radicais não eram de maneira alguma tradicionalistas: eram revolucionários profundamente influenciados pelas ideologias de massa ocidentais – comunismo e nazifascismo –, bem como pelo pensamento “vanguardista” de

Heidegger, Foucault, Derrida e *tutti quanti*. De outro lado, e por isso mesmo, o termo assim empregado ia-se imantando de conotações repugnantes, preparando seu uso futuro como arma de guerra psicológica contra as mesmas comunidades religiosas que o radicalismo islâmico tomava e toma como suas vítimas preferenciais: os cristãos e os judeus. Numa terceira fase, o qualificativo passou a ser usado ostensivamente contra essas comunidades, ao mesmo tempo que se espalhava pelo mundo a campanha de difamação anti-religiosa da qual o sr. Richard Dawkins é agora o mais espalhafatoso garoto-propaganda. Durante a invasão do Iraque, rotular como “fundamentalistas” o presidente Bush (cristão) e o secretário Rumsfeld (judeu) tornou-se repentinamente obrigatório em toda a mídia chique, com uma uniformidade que comprova, uma vez mais, a presteza da classe jornalística em colaborar com a reforma orwelliana do vocabulário.

Realizando um sonho de infância

Desde pequenos, os membros da futura Comissão de Desconstituição e Injustiça da Câmara Federal nutriam profunda revolta contra as palmadas que levavam de seus progenitores em represália ao exercício de direitos humanos fundamentais, como o de tentar furar os olhos de seus irmãozinhos, atear fogo à casa, esganar os periquitos da vizinha, esticar um barbante entre os degraus da escada só para ver a vovó rolando ou praticar qualquer outra daquelas truculências encantadoras que prenunciam uma brilhante maturidade de discípulos de Che Guevara.

Na adolescência, ainda parcialmente oprimidos sob a autoridade familiar, comoviam-se até às lágrimas com a perspectiva de tornar-se, à imagem do mestre, “eficientes e frias máquinas de matar” e sair massacrando padres, burgueses, pais, mães e demais autoridades, “pero sín perder la ternura jamás”.

O sonho *kitsch* do morticínio meigo encantou sua juventude e tornou-se o ideal orientador de sua formação moral. Infelizmente, durante todo esse longo período, nada puderam fazer de substantivo contra a autoridade opressora, da qual dependiam para seu sustento, vestuário, educação, lazer e outras maldades a que se submetiam com paciência de verdadeiros mártires do socialismo. Em segredo, juravam que um dia iam acabar com toda aquela injustiça capitalista.

Agora, crescidinhos, tiveram finalmente uma oportunidade da vingança redentora contra papai & mamãe. Ainda não puderam mandá-los para a cadeia, mas já quebraram a espinha dorsal da sua autoridade. Aprovaram, em caráter conclusivo, o Projeto de Lei 2654/03, que proíbe qualquer forma de castigo físico em crianças e adolescentes. O projeto será encaminhado ao Senado, sem precisar ser votado pelo Plenário da Câmara.

O incentivo direto e indireto à delinquência infanto-juvenil tem sido, há quase um século, um dos instrumentos fundamentais usados pelos ativistas de esquerda para minar a ordem social capitalista, gerando dentro dela um caos infernal para em seguida poder acusá-la de ser precisamente isso e propor a salvação geral mediante o acréscimo de

controles estatais e burocráticos, exercidos, é claro, por eles mesmos. Intimamente associada a essa estratégia, a transferência progressiva de todas as formas de controle social para o grupo politicamente ativo é também um objetivo constante da subversão comunista. Todos os meios são usados para isso, sempre sob pretextos edificantes que colocam o eventual adversário na posição incômoda de parecer um defensor do mal. As mães que derem uma palmada no bumbum de seus filhos, por exemplo, serão agora encaminhadas compulsoriamente a um “programa comunitário de proteção à família”. Quem pode ser contra a proteção à família? Na URSS, os dissidentes eram encaminhados à “assistência psiquiátrica gratuita”. Quem pode ser contra o tratamento gratuito dos doentes mentais?

Nos EUA, já se tornou impossível ignorar o vínculo de causa e efeito entre as reformas educacionais “progressistas” adotadas desde John Dewey (1859-1952) e o crescimento avassalador da delinquência infanto-juvenil, um problema que o Estado já desistiu de eliminar, contentando-se agora em dedicar-se ao “gerenciamento de danos”, isto é, em adestrar a sociedade para que aceite o estado de coisas como fatalidade inevitável. (Sugiro, quanto a esse ponto, a leitura de Joel Turtel, [*Public Schools, Public Menace: How Public Schools lie to Parents and Betray our Children*](#), Charlotte T. Iserbyt, [*The Deliberate Dumbing Down of America*](#), Berit Kjos, [*Brave New Schools: Guiding Your Child Through the Dangers of the Changing School System*](#), Brenda Scott, *Children No More: How We Lost a Generation*, Bob Whitaker, *Why Johnny Can't*

Think e John Taylor Gatto, *Dumbing Us Down: The Hidden Curriculum of Compulsory Schooling*. Todos esses livros podem ser encontrados pelo site www.bookfinder.com.) Simultaneamente, a intelectualidade ativista tira proveito da situação que ela própria criou, imputando a violência adolescente, por exemplo, às fábricas de armas, que já existiam no tempo em que as crianças se contentavam com traquinagens domésticas inofensivas.

A relatora do projeto na Comissão, Sandra Rosado (PSB-RN), justificou a nova lei afirmando que “educar pela violência é uma abominação, incompatível com o atual estágio de evolução da sociedade”. Decerto: quando um país, governado pelos gangsters do Mensalão intimamente associados aos narcotraficantes das Farc, chega aos 50 mil homicídios por ano e ainda se preocupa mais em amarrar as mãos dos policiais do que em deter os criminosos, isso é um estágio de evolução incompatível com palmadas educativas nos bumbuns das crianças travessas. O tempo de tentar educar as safadinhas já passou: elas já estão todas na Câmara Federal.

Somada às demais medidas concomitantes tomadas pelo Estado-babá para a proteção dos delinquentes e a criminalização de todas as formas tradicionais de autoridade, a nova lei promete ter efeitos culturais que farão Antonio Gramsci e os fundadores da Escola de Frankfurt ter orgasmos no túmulo. Deve ser – por fim! -- a liberação sexual dos mortos.

Fontes sobre a perseguição anti-religiosa

Livros:

- David Limbaugh, *Persecution: How Liberals Are Waging War Against Christianity* (Washington, Regnery, 2003).
- Roy Moore, *So Help Me God: The Ten Commandments, Judicial Tyranny, and The Battle for Religions Freedom*(Nashville, Tennessee, Broadman & Holman, 2005).
- Janet L. Folger, *The Criminalization of Christianity* (Systers, Oregon, Multnomah, 2005).
- Rabbi David G. Dalin, *The Myth of Hitler's Pope* (Washington DC, Regnery, 2005).
- David B. Barrett & Todd Johnson, *World Christian Trends, Ad 30-Ad 2200: Interpreting the Annual Christian Megacensus*. William Carey Library, Send the Light Inc, 2003.
- E. Michael Jones, *Libido Dominandi: Sexual Liberation and Political Control* (South Bend, Indiana, St. Augustine's Press, 2000).

Internet:

- <http://www.christianpersecution.info/>
- <http://zbh.com/links/martyred.htm>
- <http://www.freedomhouse.org/religion/>
- <http://www.christianmonitor.org/>
- <http://www.worship.com/help/>

- <http://www.wayoflife.org/fbns/state.htm>
- http://www.thegreatseparation.com/newsfront/christian_persecution/
- <http://www.persecution.com/>
- <http://www.jews4fairness.org/index.php>
- <http://www.wnd.com> (*site de notícias em geral, acompanha regularmente as notícias de perseguição religiosa no mundo*).

O maior dos genocídios

Olavo de Carvalho

O Globo, 9 de setembro de 2000

Quando escrevi -- na revista *Época* -- que no Brasil o grupo mais discriminado eram os cristãos, nada disse sobre as perseguições que sofriam em escala mundial. Digo agora: nenhuma comunidade humana ofereceu mais vítimas à sanha assassina dos totalitários do que a Igreja cristã. Só na Ucrânia os mortos na perseguição religiosa chegaram a 4 milhões. É impossível um cálculo global exato, mas, entre as revoluções francesa, russa, mexicana, espanhola, chinesa e cubana, o número de cristãos que pereceram nas mãos do regime que professou, nas palavras de Lênin, “extirpar o cristianismo da face da Terra”, não foi inferior a 15 milhões.

Se isso não foi o mais vasto genocídio da História, a aritmética elementar foi revogada.

A maioria dessas vítimas eram ortodoxos, mas a Igreja de Roma não saiu ilesa: em “Catholic Martyrs of the Twentieth Century: A Comprehensive World History” (New York, Crossroad Publishing, 2000), o historiador Robert Royal mostra que pelo menos um milhão de católicos foram sacrificados no altar do comunismo.

Esse fato só é ignorado do público graças à omissão proposital da hierarquia romana e dos intelectuais católicos. Estes são hoje um dos esteios da revolução comunista que, partindo da Colômbia, ameaça alastrar-se por toda a América Latina. Mas não se pode dizer que sua escolha seja individual e extra-oficial. Em 1962, na cidade francesa de Metz, emissários do Vaticano e do governo de Moscou assinaram um acordo secreto pelo qual a Igreja se comprometia a não fazer, durante o Concílio Vaticano II, nenhuma condenação ao comunismo. O pacto, inicialmente desmentido pelas autoridades vaticanas, foi revelado pelo arcebispo de Metz e depois confirmado por “La France Nouvelle”, boletim do Partido Comunista Francês, pelo diário católico “La Croix” e pelo próprio cardeal Tisserant, encarregado pela Igreja de assinar o documento e zelar pela sua aplicação.

Daí por diante, todas as acomodações e cumplicidades com os assassinos de cristãos tinham, por assim dizer, a chancela conciliar. Mesmo a CNBB, entidade dedicada à glamurização beata do comunismo, não pode ser acusada de desobediência.

Por isso é que, mais exatas ou menos exatas, as acusações ciclicamente repetidas de que o Vaticano foi omissos ante as perseguições de judeus não me espantam: por que é que o pastor há de proteger as ovelhas do vizinho, quando com tanta solicitude entrega ao lobo as suas próprias?

Os judeus, ao organizar-se mundialmente para preservar a memória de seus mortos, fizeram algo mais do que agir na defesa de seu próprio direito: agiram no interesse da espécie humana, fazendo da insistente rememoração dos horrores da II Guerra um baluarte contra a revivescência do totalitarismo nazista. Cumpriram seu dever para com todos nós que, nascidos depois do Holocausto, poderíamos ter-nos deixado enganar pelas promessas de novos tiranos salvadores se a memória de seus feitos hediondos tivesse se apagado com o tempo em vez de nos ferir os olhos e alertar o coração a cada vez que nos chegam novos e novos documentos sobre esses fatos.

Contra o comunismo os judeus também não se calaram. Devemos a autores judeus algumas das primeiras e mais dramáticas revelações dos horrores por trás da Cortina de Ferro. Arthur Koestler, ex-agente do Comintern, tornou-se objeto de ódio mundial dos comunistas ao descrever a técnica da destruição psicológica dos acusados nos Processos de Moscou. Menahem Begin deu-nos o conhecimento do que se passava nos campos de concentração soviéticos na época em que Stalin brilhava nas telas do Ocidente como a melhor alternativa a Hitler.

E não pensem que, ao revelar essas coisas, eles tentem poupar os membros da sua própria comunidade envolvidos em cumplicidade com o comunismo. Ainda recentemente, os editores dos escritos do rabino Itzhak Schneerson, o grande líder espiritual preso, torturado e exilado pelos comunistas, não hesitaram em denunciar que entre os mais ferozes repressores do judaísmo na Rússia estavam os membros da famigerada Seção Judaica do Partido Comunista, que se prevaleciam de suas ligações de língua e parentesco para servir de espiões e desmantelar a comunidade judaica por dentro.

Por que os católicos não têm idêntica coragem de cortar na própria carne para expelir do seu meio os devotos de São Guevara? Será que estes se tornaram maioria entre os fiéis, como já o são na CNBB?

Mas o exemplo de coragem não vem só dos judeus. Vem também dos protestantes, como o pastor Richard Wurmbrand. Este notável homem espiritual romeno teve destino análogo ao do rabino Schneerson: 16 anos de cárcere, incontáveis torturas depois confirmadas por uma comissão médica da ONU. Espantado com a ênfase mais anti-religiosa do que anticapitalista da propaganda comunista na prisão, ao ver-se livre ele se dedicou a pesquisas históricas que resultaram na descoberta de que Karl Marx nem sempre fora um adepto do materialismo, mas andara metido num culto satanista e, segundo depoimento de sua empregada e amante Helene Demuth, fazia estranhos ritos dentro de casa. Publicados estes achados em “Marx and Satan” (Bartlesville, Oklahoma, The Voice of the Martyrs,

1986), o livro tornou-se um sucesso de distribuição clandestina nos países comunistas, ao mesmo tempo que, no Ocidente, os intelectuais de esquerda, inclusive católicos, faziam o possível para abafar sua difusão e a discussão séria de suas revelações.

De que adianta proclamar que o catolicismo tem o monopólio da salvação, se tantos e tão ilustres são entre os católicos os que servem ao império da danação?

A História, essa criminosa

Olavo de Carvalho

Zero Hora , 30 de dezembro de 2001

Há anos umas dezenas de esquerdistas espalham na internet fofocas escabrosas a meu respeito, remetem falsas mensagens em meu nome a fóruns de debates e me enviam, com regularidade, insultos seguidos de ameaças de morte, que invariavelmente respondo com os palavrões mais cabeludos que me ocorrem no momento.

Mas a esquerda não suporta provar, nem mesmo em diluição homeopática, o veneno que em doses cavalares ela serve a seus adversários. Tendo recebido exatamente um e não mais de um e-mail com ameaça de morte -- uma fração insignificante da quota a mim concedida nos últimos tempos --, o

deputado Aluizio Mercacante armou um forrobodó dos diabos, alertando a Polícia Federal e a imprensa. Instantaneamente, veio em seu socorro a fiel milícia jornalística, desencadeando uma onda de vociferações pejorativas contra a “extrema direita”, numa gama que ia do alarmismo apocalíptico até a ostentação de desprezo soberano, de modo que, no conjunto, se anulavam umas às outras.

O fato de que esses comentários incluíssem na militância de “extrema direita” o grupo carioca Ternuma, que não tem nenhuma atividade política e se dedica exclusivamente à reconstituição histórica do período militar segundo a ótica -- como direi? -- “do outro lado”, mostra que, para seus autores, a simples tentativa de questionar sua visão do passado já é, virtualmente, crime. Ninguém tem o direito de insinuar que os fatos não se passaram como a esquerda diz que se passaram.

É crime, por exemplo, dizer que a guerrilha comunista, tendo começado em 1961, não pode ser apresentada retroativamente como uma resposta desesperada ao golpe de 1964.

É crime dizer que João Goulart, tendo ocultado e repassado secretamente a Fidel Castro as provas da intervenção armada de Cuba no território nacional em 1961, se tornou culpado de alta traição e portanto, ao ser derrubado, já não era um presidente no legítimo exercício de suas prerrogativas constitucionais.

É crime dizer que o AI-5 não foi uma reação tirânica contra uma oposição pacífica e democrática e sim

uma medida de emergência contra agressores armados que, àquela altura, já haviam realizado 84 atentados a bomba, ferindo e matando militares e civis.

É crime dizer que, num país que tinha então 90 milhões de habitantes, não mais de 2 mil deles foram atingidos pela repressão ao longo de vinte anos -- decerto a mais branda reação que um governo de direita já opôs a uma revolução comunista armada -- e que em vista disso é um grotesco exagero descrever o período militar como uma época de terror generalizado.

É crime dizer -- mesmo fazendo coro a tantos esquerdistas que o confessam hoje abertamente -- que nossos guerrilheiros e terroristas não lutavam pela democracia e sim pelo comunismo, modelo cubano.

É crime dizer que, ao aceitar postos nas Forças Armadas e no Serviço Secreto de Cuba, eles se tornaram funcionários e cúmplices de um regime genocida, assassino de 17 mil cidadãos cubanos.

É crime dizer que o Brigadeiro Burnier, acusado pela imprensa esquerdista de conspirar para explodir o Gasômetro do Rio de Janeiro, nunca fez nem pensou em fazer isso, quando mais não fosse porque morava ao lado do Gasômetro, e que o próprio capitão Sérgio "Macaco", que inventou a calúnia absurda e ganhou o estatuto de herói das esquerdas por isso, terminou por desmenti-la num inquérito oficial que ninguém neste país quer divulgar.

É crime dizer que as mais altas figuras da inteligência brasileira -- um Manuel Bandeira, um Gilberto Freyre, um Miguel Reale, um Augusto Frederico Schmidt, uma Raquel de Queirós, um Júlio de Mesquita Filho e até mesmo um Otto Maria Carpeaux, que depois se voltaria contra o novo regime -- aplaudiram a queda do governo Goulart.

É crime desmentir, com isso, a lenda idiota que, prevalecendo-se do estereótipo fácil da pena contra a espada, apresenta o conflito de esquerda e direita, na época, como um confronto da inteligência com a força, de poetas e filósofos contra sargentões incultos.

É crime lembrar que a direita civil armada, pronta e ansiosa para matar comunistas desde 1963, foi pêga de surpresa pelo golpe militar e inteiramente desmantelada pelo novo governo, de modo que, se algum comunista chegou vivo ao fim do ano de 1964, ele deveu isso exclusivamente às Forças Armadas que agora amaldiçoa.

É crime dizer que um golpe apoiado na maior manifestação popular de toda a nossa história, não igualada nem pelas posteriores e tão celebradas passeatas em prol das “Diretas Já”, não pode, sem grave erro histórico, ser catalogado como uma conspiração da elite contra as massas populares.

É crime dizer qualquer dessas coisas, embora cada uma delas possa ser provada com testemunhos e documentos em profusão e embora não contenham nenhuma proposta política para o futuro e sim apenas descrições do passado.

É crime dizer qualquer dessas coisas, embora os esquerdistas não sejam capazes de refutá-las e se limitem a difamar e caluniar quem as diga.

É crime, em suma, tentar conhecer a História por um lado que não seja o da versão oficial. Recomendo, pois, aos leitores, que se abstenham do vício nefando da curiosidade histórica, que não façam perguntas e, sobretudo, que no decorrer do Ano Novo não visitem jamais o site <http://www.ternuma.com.br>. Assim não correrão o risco de chegar ao fim de 2002 com um rótulo de “extrema direita” na testa.

Leituras recomendadas - 66

Por que o socialismo não funciona

Álvaro Pedreira de Cerqueira

Vice-presidente do Instituto Liberal-MG

Artigo indicado por Olavo de Carvalho.

Todas as doutrinas políticas prometem o bem-estar do povo, ou o que as esquerdas chamam de ‘justiça social’, conceito que ninguém consegue definir com clareza. Aliás, nem Marx nem seus seguidores jamais explicaram o funcionamento de uma sociedade socialista. Porém, Ludwig von Mises, economista e

professor austríaco, em seu livro ‘Socialismo’, publicado em 1922, previu com acerto que o socialismo, se levado às suas últimas consequências, não poderia funcionar, isto é, satisfazer a sua promessa de prover o verdadeiro bem-estar da sociedade. Isto porque, com o planejamento centralizado em lugar de um sistema de preços livremente estabelecidos pelo mercado, não poderia contar com esta ferramenta – os preços livres – indispensável para que os agentes econômicos possam determinar, com a menor margem de erro possível, o que produzir, em que quantidades e momentos. Somente uma economia de livre mercado, com a mínima intervenção do governo, oferece as condições para maximizar-se a produção e o consumo, mantendo elevada a taxa de emprego. Além disso, uma economia sadia para funcionar bem requer um sistema político assentado num arcaboço legal (constituição) que limite o poder de legislar dos políticos e da burocracia do Estado, e defenda os direitos fundamentais dos cidadãos, como o direito à vida, à propriedade privada, enfim, assegure a liberdade individual, vedando qualquer tipo de privilégio a quem quer que seja. Trata-se de um sistema em que prevaleça o governo da lei e não a lei do governo. Este corpo de leis fundamentais deve conter apenas os artigos que tratem destas questões fundamentais, deixando para a legislação ordinária outros detalhes de organização da sociedade. Mas a Constituição deve impedir também que a legislação ordinária conceda quaisquer privilégios a pessoas, grupos ou empresas.

Na Inglaterra, um outro professor austríaco, ex-aluno e colaborador de von Mises em Viena, Friedrich Hayek, que receberia o prêmio Nobel de Economia de 1974, publicou em 1944 seu livro ‘O caminho da servidão’, confirmando a previsão de Mises de que o socialismo, mesmo moderado, acabaria levando a sociedade que o adotasse à tirania e ao fracasso econômico e social. O que se confirmou após quase trinta anos de governo socialista do Partido Trabalhista inglês, que estatizou a economia, produzindo inflação, alto desemprego e sucateamento da indústria britânica, até que o governo liberal do Partido Conservador, com Margaret Thatcher no poder, restaurasse a economia e o emprego. Na União Soviética, desde 1917, o socialismo já havia sido implantado à custa de umas 50 milhões de vidas. O nacional-socialismo (ou nazismo) na Alemanha resultou na Segunda Grande Guerra, com 44 milhões de mortos, aí incluído o extermínio de 6 milhões de judeus. Isto é o socialismo real. Veja-se também Cuba, Albânia e Coreia do Norte, que proporcionam literalmente a fome de seus povos.

No Brasil as esquerdas vêm há décadas se preparando para implantar o socialismo, através do lento processo gramsciano de doutrinação nas escolas públicas de todos os níveis e através da imprensa. Seria o socialismo tardio, pois o fracasso desse sistema político como forma de distribuição de riqueza está mais do que comprovado. As esquerdas argumentam que o capitalismo, e mais recentemente o

neoliberalismo adotado no governo FHC levaram à elevada concentração da renda e da riqueza. Ora o Brasil nunca adotou o regime democrático de livre mercado capitalista, e somente as privatizações do governo FHC não são suficientes para caracterizá-lo como liberal. Continuamos no sistema mercantilista da colonização portuguesa, com o velho Estado patrimonialista e cartorial de sempre, onde o desenfreado empreguismo com nepotismo levaram este país a ter uma das mais altas cargas tributárias do mundo, concentrada numa minoria da sociedade, que se destina a satisfazer os ganhos exorbitantes e as gordas aposentadorias da alta burocracia, e nada beneficia os cidadãos contribuintes ou não. Estes, por não terem, em sua maioria, acesso ao ensino básico, nem ao saneamento nem à saúde pública, não se podem habilitar a bons empregos, com remuneração condigna, e se mantêm na condição de "excluídos" da economia monetária, na pobreza ou mesmo na miséria. A implantação do socialismo não vai alterar essas causas. Vai mantê-las, distribuindo a pouca riqueza entre os militantes dos partidos socialistas então aboletados nos cargos públicos, formando a nova *Nomenklatura*. As massas pobres continuarão iludidas por promessas vazias, como em Cuba.

O comunismo depois do fim

Olavo de Carvalho

Jornal da Tarde, 06 de junho de 2002

Imagine que, finda a II Guerra Mundial, morto o Führer nas profundezas do seu bunker, restaurada a democracia na Alemanha, um consenso tácito universal decidisse que os crimes de guerra nazistas não deveriam ser investigados nem punidos, que o Partido Nazista continuaria na legalidade sob denominações diversas, que uma boa parte dos campos de concentração deveria continuar funcionando ao menos discretamente, que ninguém na Gestapo ou nas SS seria demitido ou interrogado e que alguns bons funcionários dessas lindas instituições deveriam ser mesmo postos no comando da nação.

Nessas condições, você acreditaria em "fim do nazismo"? Ou antes perceberia aí um imenso "upgrade" desse movimento satânico, despido de sua aparência mais óbvia e comprometedora, sutilizado e disseminado no ar como um vírus para contaminar toda a humanidade?

Você acreditaria em "fim do nazismo" se, preservados

os meios desubsistência e expansão desse movimento, a mídia internacional e a opinião elegante decretassem instantaneamente a mais drástica repressão moral a todo antinazismo explícito, acusando de paranóico e antidemocrático quem ousasse especular, mesmo de longe, sobre os riscos de um retorno do regime nazista sob outro nome?

Você acreditaria em "fim do nazismo" se, decorrido meio século de sua pretensa extinção, toda tentativa de investigar e divulgar a extensão dos seus crimes fosse condenada publicamente como uma inconveniência, um pecado, um maldoso revanchismo?

Você acreditaria em "fim do nazismo" se, na Alemanha e fora dela, qualquer crítica mais pesada aos que em outras épocas fizeram a apologia desse regime genocida fosse banida e perseguida como um delito ou no mínimo como um sinal de patologia mental?

Você acreditaria em "fim do nazismo" se por toda parte os que fizeram propaganda nazista fossem paparicados e homenageados não só como grandes figuras da vida intelectual e artística mas como defensores da liberdade e dos direitos humanos?

Você acreditaria em "fim do nazismo" se notórios militantes pró-nazistas estivessem subindo ao poder por via eleitoral em várias nações do Terceiro Mundo,

enquanto em outras espoucassem guerrilhas, revoluções e golpes de Estado inspirados na pregação nazista?

Você acreditaria em "fim do nazismo" se as nações que supostamente o venceram estivessem cercadas por uma campanha de ódio internacional apoiada por partidos e organizações nazistas?

Você acreditaria em "fim do nazismo" se todos os que se auto-rotulassem "ex"-nazistas fizessem apenas críticas muito vagas e genéricas ao regime de Hitler, mudando de assunto rapidamente, mas em contrapartida continuassem atacando o antinazismo como o pior dos males?

Pois então, santa misericórdia, por que acredita em "fim do comunismo"? O movimento comunista internacional não foi desmantelado, nem debilitado, nem mesmo acusado do que quer que fosse. Na Rússia o Partido Comunista conserva um bom número de cadeiras no parlamento, a KGB (com nome trocado pela milésima vez desde Lênin) continua funcionando a pleno vapor com verbas superiores às de todos os serviços secretos ocidentais somados, o Gulag continua repleto de prisioneiros. Na China, no Vietnã, na Coreia do Norte e em Cuba um bilhão e quatrocentos milhões de pessoas vivem ainda sob o Estado policial comunista que, a cada nova promessa de liberalização feita para seduzir investidores estrangeiros, mais aperta as

engrenagens da repressão e estrangula qualquer veleidade de oposição organizada. Na América Latina e na África, novos regimes comunistas ou pró-comunistas surgem e, diante dos olhos complacentes da mídia internacional, demantelam pela violência ou pela chicana todas as oposições, demolem as garantias de liberdade individual e o direito de propriedade e fomentam guerrilhas e revoluções nos países vizinhos, com o apoio das redes de tráfico de entorpecentes montadas pela KGB e pela espionagem chinesa desde os anos 60, hoje crescidas ao ponto de controlar a economia de países inteiros. Nas nações capitalistas supostamente triunfantes, slogans, valores e critérios da "revolução cultural" marxista dos anos 60 se impõem oficialmente nas escolas e nos lares como um dogmatismo inquestionável, ao mesmo tempo que um lobby comunista de dimensões tricontinentais controla rigidamente o fluxo do noticiário nos principais jornais e canais de TV, e nas universidades a ortodoxia marxista consegue calar pela intimidação e pela chantagem as poucas vozes discordantes.

Como, em sã consciência, alguém que saiba dessas coisas pode afirmar que o comunismo acabou ou que ele não representa mais perigo algum?

Gnósticos e revolucionários

Olavo de Carvalho

O Globo, 21 de julho de 2001

No começo do século XIX, muitos historiadores das religiões estavam conscientes dos elos de continuidade entre a heresia gnóstica dos primeiros séculos da Era Cristã e as filosofias iluministas e românticas. Por uma triste ironia, justamente no momento em que essas filosofias, logo a seguir, se transmutaram em movimentos ideológicos de massas, a consciência daqueles elos desapareceu do horizonte intelectual e o fenômeno totalitário resultante desses movimentos não pôde ser adequadamente compreendido.

Coube ao filósofo alemão Eric Voegelin (1901-1985) o mérito de haver não somente redescoberto a inspiração gnóstica das ideologias totalitárias, mas criado os instrumentos intelectuais para enquadrá-la numa compreensão mais geral da história.

Malgrado a alucinante variedade dos movimentos gnósticos e as diferenças entre suas formulações teóricas, há no fundo de todos eles a unidade de uma

cosmovisão, ou no mínimo de um sentimento cósmico comum: a vivência do universo como lugar hostil e do homem como criatura jogada no meio de uma máquina absurda e incompreensível. Em última instância, é a rejeição do julgamento que Deus fez da Sua própria criação no último dia do Gênesis, quando Ele olhou o cosmos e “viu que era bom”. Para os gnósticos, a ordem cósmica é essencialmente má e ao homem não resta senão o caminho da fuga ou da revolta. Ao longo dos oito volumes de sua “History of political ideas” e dos cinco da obra inacabada “Order and History” (ambas publicadas pela University of Missouri Press), Voegelin demonstrou que dessa visão inicial emergiram os desenvolvimentos mais variados, desde a total rejeição da vida mediante o ascetismo à *outrance* dos cátaros, passando pelo sonho dos alquimistas elisabetanos de “corrigir a natureza”, até as utopias políticas modernas da Revolução Francesa e dos movimentos comunista, nazista e fascista, com suas ambições prometéticas de sociedade planejada, Estado onipotente e felicidade coletiva a ser alcançada por meio de um morticínio redentor.

O gnosticismo, assim compreendido, não é só uma revolta contra o catolicismo em particular, mas contra toda visão tradicional da ordem social como expressão da ordem divina da alma e do cosmos. A transformação de uma corrente esotérica em poderoso movimento de massas que dominou a história dos dois últimos séculos observou-se principalmente no Ocidente, em razão das guerras religiosas que, a partir do século XVI, romperam a unidade da sociedade cristã e eliminaram a religião

como poder público, instituindo o moderno Estado leigo que, erigido sobre um vácuo espiritual, acabou por se revelar impotente para resistir à invasão dos movimentos gnósticos de massa. Refluindo para o Oriente, esses movimentos devastaram ali as religiões tradicionais (ortodoxa, judaica, budista, confuciana e islâmica, principalmente), manifestando da maneira mais patente a sua natureza universalmente antiespiritual e não apenas anticatólica em especial.

Mas é inevitável que toda grande descoberta no reino das idéias venha seguida de perto por alguma versão paródica que ao mesmo tempo a imita e inverte o seu sentido.

Assim, não demoraram a aparecer, no ambiente católico de extrema-direita, doutrinários que, explorando indícios fortuitos de semelhanças entre algumas idéias gnósticas e elementos de doutrina judaica, islâmica, budista, etc., apresentaram uma nova versão da revolução gnóstica. Esta já não seria uma aberração voltada contra toda a visão normal e tradicional, mas a aliança dos gnosticismos do Oriente e do Ocidente numa conspiração universal contra a Igreja Católica.

Nunca ocorreu a esses gênios da parasitagem intelectual perguntar-se por que, na guerra de todos contra a Igreja Católica, esta foi, das religiões tradicionais, a que menos vítimas deu à sanha dos revolucionários gnósticos. Mesmo diante dos horrores da perseguição sofrida na França, no México, na Espanha, na Polônia, em Cuba; mesmo diante da evidência de tantos “Catholic martyrs of the

twentieth century” meticulosamente coletada pelo historiador Robert Royal (New York, Crossroad, 2000), não há como nivelar, em números, o morticínio dos católicos ao dos ortodoxos, judeus, muçulmanos e budistas sacrificados na Rússia, na Alemanha, na China, no Tibete e não sei mais onde pela máquina genocida da revolução gnóstica. A religião chinesa, em particular, pode-se considerar hoje virtualmente expulsa da história pela brutal doutrinação materialista que bloqueou o acesso de mais de um bilhão de seres humanos às noções religiosas e metafísicas mais elementares.

Ora, essas religiões não-católicas são precisamente aquelas que, segundo a caricatura extremista da teoria de Voegelin, constituiriam, mediante uma aliança com o materialismo militante, o outro braço da revolução gnóstica voltada contra a Igreja Católica. Se elas fossem realmente isso, então restaria explicar por que, em vez de coordenar-se num assalto conjunto a Roma, elas escolheram primeiro destruir-se a si mesmas.

Não, a Igreja Católica não é o único, nem, hoje em dia, o principal alvo do ataque gnóstico. Ela sofreu muito, está muito dividida e corroída pelos vermes gnósticos da “teologia da libertação”. Mas ela é — ainda — uma sólida fortaleza contra a destruição do espírito tradicional e da visão normal do homem no cosmos. Tão importante é o seu papel estratégico, que mesmo ocasionais hesitações da sua parte bastaram para dar ao inimigo a oportunidade de avanços e conquistas formidáveis, como se viu na ascensão do nazismo, que ela poderia ter impedido se

agisse em tempo, ou nos espetaculares sucessos que o comunismo obteve nas próprias fileiras católicas durante as décadas de 60 e 70, na esteira das confusões paralisantes que se seguiram ao Concílio Vaticano II. Jogar a Igreja contra as demais religiões massacradas pela fúria das ideologias totalitárias é fazer causa comum com o inimigo de toda religião e de toda espiritualidade. É ressuscitar em escala universal os conflitos inter-religiosos que, no começo dos tempos modernos, só puderam ser apaziguados mediante o advento do Estado leigo que abriu as portas à invasão das ideologias gnósticas. Muitos podem colaborar com isso por inocência e boa-fé, pois o amor sincero à Igreja nem sempre vem acompanhado de uma visão abrangente e adequada da história. Mas outros sabem perfeitamente bem para quem trabalham e aonde querem chegar. Quando ouvir um desses, caro leitor, não se deixe iludir por pretextos piedosos e por uma linguagem de sacristia: ele é a voz da velha revolta gnóstica que, disfarçada de devoção cristã, tenta dividir para reinar.